

TERRA BRASILIS (Nova Série)

Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica



Geografia portuguesa, trópicos e colonialismo tardio

Sob a direção de:
Francisco Roque de Oliveira e João Sarmento

17

Junho/2022

Nota prévia

- 1 Na presente edição de Terra Brasilis, temos a satisfação de apresentar o dossiê “Geografia portuguesa, trópicos e colonialismo tardio”, sob a curadoria de Francisco Roque de Oliveira e João Sarmento, colegas da Universidade de Lisboa e da Universidade do Minho, respectivamente. Nesta breve nota, nos limitamos a saudar a oportunidade de estreitar laços com a comunidade internacional de pesquisadores em história da geografia e geografia histórica e concluir mais um número temático da revista na forma de dossiê, meta que vem sendo cumprida desde sua fundação. Como de hábito, a apresentação desse conjunto coeso e ao mesmo tempo diversificado de contribuições fica ao encargo dos editores convidados, a quem estendemos nosso agradecimento pela qualidade do material e das perspectivas de estudo aportadas à revista. Na condição de editores permanentes, esclarecemos apenas dois pontos. Primeiro, que o dossiê/dossier compreende não apenas artigos, mas também duas Notas de Pesquisa e a análise de um Documento, dispostos em sequência com vistas a evidenciar a unidade do conjunto. Além disso, decidimos manter o sistema de referências bibliográficas utilizado por cada autor em vez de uniformizá-lo segundo as normas da revista, em benefício da fluidez dos textos e a melhor adequação do sistema “citação/nota de rodapé” a trabalhos que utilizam farta documentação ou correspondência, como é o caso de algumas contribuições. Um pouco de flexibilidade não faz mal e nada afronta aos princípios de coerência editorial que buscamos seguir em Terra Brasilis.
- 2 Dando sequência ao número, apresentamos com igual satisfação um bloco de três artigos que, em parte, apresenta afinidade com os temas colonial e descolonial cobertos no dossiê. É assim que vemos, primeiramente, Chet van Duzer, analisar em seu texto o imaginário colonialista manifesto nas cartelas decorativas de mapas europeus impressos desde o final do século XVII até o início do século XIX, que comunicam bem mais do que o elemento estético que aparentemente justifica sua presença no mapa. Em seguida, numa perspectiva temporal e analítica inteiramente distinta, o artigo de Luciene Cristina Risso traz um rico material de investigação de campo que evidencia a importância das discussões sobre a memória quilombola para o emergir de uma perspectiva histórica não hegemônica, tendo como referência a trajetória coletiva da comunidade de Mandira (Cananéia, São Paulo). Finalmente, encerra o bloco de artigos o interessante texto de Maria Alice Gabriel sobre os espaços mal-assombrados ou a

“geografia do medo”, tema pouco usual nos estudos geográficos de corte histórico, mas que abre uma fronteira estimulante de diálogo com as ciências humanas em torno da relação entre lugares e relatos de aparições sobrenaturais.

- 3 Após prolongada ausência, reaparece na revista a seção Trajetórias de Geógraf@s, em texto de Thiago Manhães Cabral sobre Fernando Antonio Raja Gabaglia. Trata-se de um personagem importante na configuração do campo geográfico no Brasil em diversos âmbitos: editorial, escolar, universitário e nas esferas governamentais encarregadas da política educacional e a gestão do território. Essa contribuição é reforçada pela publicação, na seção Clássicos e Textos de Referência, da conferência de Raja Gabaglia intitulada “Ratzel e a Geografia Moderna”, confirmando o papel do professor como propagador da geografia científica no Brasil, antes mesmo de sua institucionalização.
- 4 Finalmente, completando este alentado número de Terra Brasilis, apresentamos ainda uma Resenha e uma Notícia. A resenha, assinada por Sergio Nunes Pereira, comenta o livro *Evolução, Raça e Ambiente: darwinismo social e formação da geografia americana em Ellsworth Huntington e Ellen Semple*, escrito por Fernando José Coscioni e publicado recentemente. A revista, fiel a seus propósitos, cumpre assim a função de divulgar a produção acadêmica no campo da história da geografia e da geografia histórica. Com objetivo similar, agora direcionado a fontes de pesquisa, o número encerra com a Notícia assinada por Filipe Pinto Monteiro (historiador) e Maurício Mendonça, Lorena Cristiano, Jéssica Soares e Margareth de Mattos (profissionais de Arquivo e especialistas em conservação de documentos antigos). Os autores relatam os procedimentos urgentes que permitiram salvar, em meio a uma catástrofe climática, dois atlas e outros livros raros que se encontram guardados nas dependências da Biblioteca Central Municipal Gabriela Mistral, em Petrópolis (Estado do Rio de Janeiro). Com tantas perdas e dificuldades impostas à pesquisa e à prática do trabalho historiográfico, Terra Brasilis sente-se orgulhosa de publicar essa alentadora notícia, congratulando enfaticamente as pessoas envolvidas no episódio e que assinam a matéria.
- 5 Boa leitura!
- 6 Os Editores

Geografia portuguesa, trópicos e colonialismo tardio

Proposta e resultados de um dossier

Francisco Roque de Oliveira e João Sarmento

NOTA DO AUTOR

Agradecemos a todos os colegas que generosamente contribuíram para concretizar este dossier sobre «Geografia portuguesa, trópicos e colonialismo tardio», bem assim como aos avaliadores externos, que enriqueceram os manuscritos submetidos com comentários e sugestões pertinentes. Aos Serviços do Centro de Documentação e Informação e do Gabinete de Comunicação do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa é devido um especial reconhecimento pela localização, cedência e tratamento dos documentos de arquivo – textuais, cartográficos e fotográficos – usados em vários destes trabalhos. À equipa da revista *Terra Brasilis* vai o último que é também o maior dos agradecimentos, tanto pelo desafio que nos lançaram para a organização deste dossier, como pelo cuidado com que acompanharam as diferentes fases da sua execução.

A pesquisa para este artigo foi financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (Portugal), no âmbito do projecto “RegRural - Regular o Rural Colonial: Aldeamento de Guerra no Colonialismo Português Tardio” (ref.^a EXPL/GES-URB/1284/2021), Centro de Estudos Sociais/Universidade de Coimbra.

- 1 Apesar de alguns estudos parcelares publicados nos últimos anos, ainda não foi realizada uma leitura abrangente da Geografia portuguesa que permita compreender o papel do discurso geográfico em «situação colonial» e a forma como este mesmo discurso parece ter sido revalorizado à medida que se agravou o clima internacional em torno da política colonial portuguesa, a partir de meados da década de 1950 (Pimenta *et al.*, 2011; Oliveira e Paiva, 2019; Sarmento, 2019). A teoria pós-colonial ensina-nos que a colonização não só transformou o mundo colonizado, como também transformou

profundamente as sociedades colonizadoras, colocando assim a questão do colonialismo no cerne da modernidade europeia (Driver, 2006; Butlin, 2009). Isto significa que partimos para este dossier assumindo como propósito fundamental reunir um conjunto de análises críticas sobre alguns dos mais representativos discursos e práticas da Geografia portuguesa da época sobre o «mundo tropical». Fazendo-o, propomo-nos contribuir para a renovação epistemológica da própria disciplina, que, em nosso entender – e em linha com Driver (2006), Bruneau (2008), Jazeel (2014), Clayton e Kumar (2019) e Clayton (2020) –, ainda não refletiu suficientemente sobre este momento muito complexo da sua história.

- 2 Temos a noção de que a geografia tropical se constituiu como um campo disciplinar com relativa autonomia em Portugal a partir de meados do século XX. Temos também a noção de que a história do período colonial português tardio constituiu uma realidade até certo ponto específica no contexto europeu, resultado do contexto de ditadura e da intransigência relativa à descolonização, que se prolongaram até 1974 (Pimenta *et al.*, 2011; Almeida, 2014; Jerónimo e Pinto, 2015; Alexandre, 2017). Com o fim do domínio colonial português em África e, quase em simultâneo, com a instauração do regime democrático e a opção pela integração europeia, constatamos o quase desaparecimento da geografia tropical portuguesa. Em qualquer caso, a nossa primeira preocupação não foi a de ajudar a circunscrever um aparente excepcionalismo português, mas antes contribuir para ampliar o conhecimento actual sobre a história global da «ciência imperial» explorando uma geografia situada para além dos mundos anglófono e francófono, quase hegemónicos no debate académico contemporâneo (Ferretti, 2020). Tratou-se pois, prioritariamente, de acrescentar argumentos ao importante debate em curso sobre o papel da Geografia para os processos de colonização e descolonização (Clayton e Kumar, 2019; Clayton, 2020).
- 3 Quando nos propusemos recolher neste dossier contributos originais centrados na análise dos discursos científicos e no perfil dos principais agentes, redes e instituições que forjaram o saber geográfico português sobre os trópicos no pós-Segunda Guerra Mundial, lançámos o repto para que se trabalhassem dois tópicos que avaliámos como prioritários. Por um lado, análises dirigidas à actividade da designada «Escola de Geografia de Lisboa», organizada no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa em torno da figura de Orlando Ribeiro, e ao trabalho das várias missões de investigação que Ribeiro coordenou em África, mas também na Ásia, sem as quais essa «Escola» não é compreensível (Castelo, 2013). Ao mesmo tempo, encorajámos as pesquisas centradas em outros âmbitos institucionais relevantes para a compreensão do objecto em estudo, designadamente aquelas capazes de olhar de perto as intersecções entre práticas políticas, económicas e científicas, que estão no cerne das proclamações da «ciência imperial» (Shepherd, 2005; Hersey *et al.*, 2019). Cabiam neste âmbito inquéritos que aprofundassem o estudo sobre as redes e parcerias internacionais da Geografia tropical portuguesa, as quais terão constituído uma parcela talvez pouco visível, mas nem por isso menos interessante, das intensas redes internacionais – e, neste caso, em boa medida trans-imperiais – que estruturam as geografias da ciência entre «centro» e «periferias» (Meusburger *et al.*, 2010; Jazeel, 2014; Jöns *et al.*, 2017; Sarmiento, 2019).
- 4 Se estas foram as premissas de partida para este dossier, os textos entretanto reunidos tanto confirmam a centralidade ou a pertinência de vários destes tópicos, como acabaram por inquirir outros temas inelutavelmente associados à construção do saber

geográfico que acompanhou o último fôlego do império colonial português. Deitando mão da simples regra cronológica, a primeira questão colocada remete para a reflexão sobre o «inconsciente colonial» que acompanha a prática da Geografia institucional portuguesa desde as primeiras décadas do século XX, articulando, assim, o que seria a matéria própria da geografia colonial e aquilo que comumente reconhecemos como sendo específico da geografia tropical.

- 5 É o que vem proposto no texto que **José Ramiro Pimenta** escreveu sobre Francisco Xavier da Silva Teles, no qual sublinha diversos pontos de identidade entre, por um lado, o contributo emprestado para a delimitação do campo disciplinar da Geografia por este que fora, simultaneamente, secretário-geral da Sociedade de Geografia de Lisboa, promotor do Congresso Colonial Nacional (1901) e o introdutor da Geografia no ensino universitário português, em 1904, e, por outro, a leitura encomiástica que Orlando Ribeiro fará do seu legado, tanto no que se refere à introdução no ensino universitário de um «método rigorosamente científico», como mesmo «no domínio um tanto vago dos estudos coloniais» que Silva Teles concebera sob forte tutela da Climatologia (Ribeiro, 1976). Esta ponte lançada entre duas figuras centrais – mas também muito díspares – da Geografia portuguesa do século XX tem para nós um significado imediato: reverbera essa mesma lembrança sobre o lugar da dimensão colonial no desenvolvimento académico da Geografia, o mesmo é dizer que também no caso português a construção da geografia tropical no contexto do segundo pós-Guerra não prescindiu de um regresso explícito às suas origens coloniais (Zytnicki, 2008; Deprest, 2017).
- 6 Se dúvidas houvesse, aí está a lembrança de que o esforço principal da «Escola de Geografia de Lisboa» supervisionada por Ribeiro – e executada especialmente por Ilídio do Amaral, Raquel Soeiro de Brito, Mariano Feio e Carlos Alberto Medeiros –, irá incidir sobre o mesmo Sudoeste de Angola que Silva Teles antecipara como o espaço de eleição para a «aclimatação europeia» nas colónias portuguesas de África (Pimenta, 2020; Pereira, 2023). É por aqui que é lícito estabelecer um vínculo entre as duas obras que, em certo sentido, sinalizam os pontos extremos deste longo ciclo de trabalhos. A primeira corresponde ao *Rapport sur la climatologie inter-tropicale et les climats des colonies portugaises* que Silva Teles preparou para o Instituto Colonial de Bruxelas, em 1924; a mais próxima de nós é *A Colonização das Terras Altas da Huíla (Angola): estudo de Geografia Humana*, monografia que Carlos Alberto Medeiros apresentou como tese de doutoramento na Universidade de Lisboa, em 1976, e que Orlando Ribeiro não se coibiu de qualificar como «obra de Geografia colonial (passe o termo fora de moda mas perfeitamente justo)» (Ribeiro, 1981: 125).
- 7 Esta classificação ocorre a páginas tantas de *A colonização de Angola e o seu fracasso*, livro escrito na sequência imediata da derrocada do Império africano e obra na qual Ribeiro também descobre vínculos entre a antecipação que Silva Teles fizera dos progressos da higiene e medicina tropicais aplicadas ao paludismo em *A colonização portuguesa nos climas tropicais* (1891) e as ideias que Pierre Gourou expusera sobre o mesmo assunto mais de meio século depois. Que Gourou tenha sido «o maior tropicalista de todos os tempos» na leitura de Ribeiro (1981: 26) fecha o círculo que articula esse saber essencialmente de gabinete que dava pelo nome de geografia colonial – e que fora o de Silva Teles – com a «geografia de terreno» sobre os trópicos que a «Escola de Geografia de Lisboa» aplicou a partir do «sistema de pensamento» de Pierre Gourou e dos geógrafos tropicais que Gourou influenciou na sequência da publicação da sua tese

sobre os camponeses do delta do Tonquim, em 1936 (Gourou, 1936; Solotareff, 1996: 253; Ribeiro, 2017 [1968]; Oliveira, 2019).

- 8 Sendo certo que a experiência do terreno não constituiu condição suficiente para marcar a passagem, nos planos epistemológico e académico, entre um saber de gabinete e eminentemente aplicado aos desafios económicos da colonização que era próprio da geografia colonial e a geografia tropical de lastro «culturalista» e de razão «ecológica» – quer dizer, focada no estudo das relações entre o organismo humano e o meio bioclimático (Solotareff, 1996; D’Alessandro, 2003; Claval, 2007; Bouquet, 2008; Zytnicki, 2008; Deprest, 2017)–, também é um facto que será com base nas novas condições institucionais e políticas encontradas no segundo pós-Guerra para o desenvolvimento da pesquisa no terreno que o trabalho dos geógrafos tropicais conseguiu transformar a herança da velha geografia colonial num saber distinto. Mesmo que, como acabámos de ver, Orlando Ribeiro preferisse continuar a tratar tudo pelo mesmo nome, é já o novo paradigma o que tem em mente quando, num colóquio promovido pela Junta de Investigações Coloniais, em Dezembro de 1949, advoga a necessidade de se reunirem condições para conduzir investigação directa, prolongada e intensiva:

Só quando houver um corpo de investigadores com larga prática de trabalho nas regiões tropicais, gente sempre disposta a partir, quando se tiverem escrito algumas monografias e existirem bons especialistas de diferentes matérias na África ou na Ásia, nós teremos dado um decisivo passo em frente no caminho da investigação colonial. (Ribeiro, 1970: 144)

- 9 Não por acaso, o seu discípulo Ilídio do Amaral tomou esta passagem como mote do longo inventário que preparou sobre os trabalhos da «Escola de Geografia de Lisboa» relativas relativos às regiões tropicais escritos entre o início da década de 1940 e o final da década de 1970 (Amaral, 1979). Neste relatório, sistematizam-se os resultados das sucessivas «missões» de trabalho de campo organizadas pelo Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa por encargo da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais/do Ultramar, com destaque para a Missão de Geografia à Guiné (1947), a Missão de Geografia da Índia (1955-1956), a Missão de Estudos de Geografia Física de Angola (1958-1961) e a Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar (1961-1973). Também não por acaso, neste dossier oferecido à revista *Terra Brasilis* este será um tópico recorrente, como desde logo sucede com o texto no qual **João Sarmento** investiga o lugar que coube a África no conjunto das missões de Geografia tropical portuguesa da segunda metade do século XX. Trata-se de um ensaio que beneficia do trabalho recente que este investigador consagrou aos cadernos de campo de Orlando Ribeiro produzidos no decurso das sucessivas viagens de trabalho que realizou a Angola entre 1960 e 1969, no quadro das missões de Geografia realizadas ao serviço da Junta de Investigações do Ultramar (Sarmento, 2022).
- 10 Partindo da descrição do papel aglutinador desempenhado por Orlando Ribeiro neste processo, Sarmento articula-o também desde o início com os desideratos de «ocupação científica» do ultramar delineados pelo Estado Novo português a partir da segunda metade do século XX, quando a consagração da autodeterminação dos povos no âmbito da ONU suscitou um conjunto de respostas por parte da potência colonial que – entre vários outros aspectos – conjugavam a reinvenção das velhas práticas de nacionalismo científico com a intensificação da cooperação técnica e científica trans-imperial (Castelo, 2013, 2022). No essencial, visava-se a produção de um «saber estratégico» (Lacoste, 1976) capaz de resistir à vaga de descolonizações em curso, propósitos em relação aos quais a Geografia institucionalizada respondeu por via das sucessivas

missões vocacionadas para o trabalho de campo que enumerámos, assim como pela criação do Agrupamento Científico de Preparação de Geógrafos para o Ultramar, que operou adstrito à Faculdade de Letras de Lisboa entre 1958 e 1973, a partir de uma proposta endereçada por Ribeiro à Junta de Investigações do Ultramar, em 1956.

- 11 Sarmento reconstitui a micro-história destes organismos tendo por base a documentação procedente dos arquivos privados de dois dos principais investigadores neles envolvidos, Orlando Ribeiro e Ilídio do Amaral, e – sobretudo – os processos relativos às missões de Geografia realizadas a partir de 1958 e integrados no espólio da entretanto extinta Junta de Investigações do Ultramar, hoje à guarda da Universidade de Lisboa. Nesta revisão, inclui ainda uma referência ao lançamento, em 1966, do primeiro número da revista *Finisterra*. Co-fundada por Orlando Ribeiro, Suzanne Daveau e Ilídio do Amaral no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, esta que logo se afirmou como a principal revista portuguesa da Geografia académica foi, desde a sua génese, muito marcada pela divulgação de resultados de investigação relativos a África – e, como no-lo recorda Sarmento, sintomaticamente abriu também esse primeiro número com um artigo de carácter teórico-metodológico assinado por Pierre Gourou (Gourou, 1966).
- 12 Esta observação pontual que enquadra o lançamento da *Finisterra* no âmbito dos trabalhos da Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar encontra um tratamento diferenciado no estudo bibliométrico que **Diogo Gaspar Silva** apresenta sobre a evolução dos conteúdos desta revista entre 1966 e a actualidade. Para o efeito, Silva explorou a linha de continuidade que é possível estabelecer entre as temáticas explicitamente coloniais ou tropicais, numa primeira fase, e a progressiva actualização deste corpo de estudos de acordo com as preocupações e a semântica próprias da «geografia do desenvolvimento» e – mais recentemente ainda – das aproximações pós-coloniais, centradas na desconstrução da ideologia colonial associada ao saber geográfico e às suas representações (Clayton, 2008, 2020; Pimenta *et al.*, 2011; Clavaron, 2021). Também este estudo toma como ponto de partida inquéritos recentes sobre a intersecção da «tropicalidade» nas revistas portuguesas de Geografia, neste caso tendo por foco o Brasil e a Geografia brasileira (Paiva *et al.*, 2019; Paiva e Oliveira, 2021). À semelhança do que ocorre no artigo de Sarmento, a leitura das sucessivas reconfigurações temáticas e epistemológicas deste legado transmitido nas páginas da *Finisterra* ao longo de mais de cinco décadas possibilita uma aproximação muito mais fina à arqueologia deste saber, desde logo porque explicita o contributo havido de protagonistas individuais, ao mesmo tempo que descobre ritmos de divulgação que não acordam exactamente com a cronologia genérica que se tem para a vigência operativa da «Escola» de geografia tropical de Lisboa. Como aqui se observa, se esta interrompeu o essencial do seu trabalho de campo com o advento das descolonizações africanas, a disseminação desse conhecimento continuará a ser notória por mais uma década, com tudo o que daí decorreu em termos de eficácia metodológica e de integração com os grandes novos debates internacionais que, entretanto, envolviam a Geografia (Lacoste, 2008).
- 13 Duas experiências concretas de trabalho de campo, separadas entre si por pouco mais de uma década e traduzidas a partir dos respectivos relatórios técnicos para a Junta de Investigações do Ultramar, estiveram na base de dois textos preparados para este dossier. No primeiro caso, trata-se do estudo apresentado por **Francisco Roque de Oliveira** sobre o relatório da campanha de estudo empreendida por Francisco Tenreiro

em São Tomé, em 1956. Baseando-se nos documentos textuais, cartográficos e fotográficos pertencentes ao Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, ao qual Tenreiro esteve associado quase desde a sua fundação, Oliveira reconstituiu as condições encontradas e as opções tomadas *in situ* pelo geógrafo na circunstância em que tomou o primeiro contacto com o objecto que viria a dar corpo à sua tese de doutoramento: *Ilha de São Tomé: estudo geográfico* (1961) – vista de forma retroperspectiva, uma das obras de referência da geografia tropical portuguesa (Medeiros, 1996).

- 14 Neste caso, a consulta da documentação de arquivo tanto permitiu suprir muitas das lacunas resultantes de não se ter tido acesso a um instrumento de registo pessoal como o caderno de campo, como acabou por oferecer pistas particularmente relevantes para a tarefa de reconstituição do contexto institucional e político em que decorreu o progressivo envolvimento de Tenreiro no projecto de estudos sobre a África ocidental gizados por Orlando Ribeiro em finais da década de 1940, quando este acrescentou aos trabalhos que vinha realizando no arquipélago de Cabo Verde os inquéritos decorrentes da missão de Geografia à então Guiné Portuguesa. Previsivelmente, tal projecto articulava-se com os planos de «ocupação científica do ultramar» desenhado pelos organismos e agentes competentes do Ministério das Colónias/Ultramar português, mas respondeu de modo não menos decisivo a programas de cooperação científica internacional estruturados quer a partir de Londres, através da London School of Economics and Political Sciences e do International African Institute, quer a partir de Dakar, neste caso através do Institut Français d’Afrique Noire (IFAN) e das designadas Conferências Internacionais dos Africanistas Ocidentais (CIAO), que viriam a funcionar sob o patrocínio da Comissão de Cooperação Técnica na África a Sul do Sara (CCTA) e do Conselho Científico Regional para a África a Sul do Sara (CSA). Desta aproximação paulatina a planos de estudos que não são mais estritamente «coloniais», mas antes «africanistas» – de novo, porque inseparáveis de uma experiência de terreno, realizada por investigadores profissionais que colocam em prática instrumentos heurísticos aplicados ao estudo da geografia africana (D’Alessandro, 2003) –, decorrerá, em boa medida, a inserção do território disciplinar da Geografia universitária portuguesa no espaço tropical.
- 15 O segundo texto que se apoia num exemplo de trabalho de campo executado pelos geógrafos portugueses vem assinado por **Cláudia Castelo** e toma por objecto uma informação produzida por Raquel Soeiro de Brito, em 1968, relativa à criação de gado e pastoreio nos distritos de Moçâmedes e Huíla, em Angola. Redigida no âmbito da Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar, da qual Soeiro de Brito era adjunta, este relatório tanto permite que realizemos uma reconstituição parcial da metodologia e dos principais instrumentos de trabalho utilizados – com resultados genericamente muito próximos daquilo que se infere para o mesmo assunto a partir do relatório de Francisco Tenreiro tomado para o anterior artigo –, como resulta num exemplo eloquente da execução de ciência aplicada à tentativa de resolução dos crescentes conflitos que iam acontecendo entre os povos pastores e agro-pastores do sudoeste angolano e os colonos brancos beneficiados com a demarcação de concessões e o estabelecimento de empresas pecuárias. O facto de se tratar de um documento reservado, produzido para a cúpula dirigente da Junta de Investigações do Ultramar e, a partir daí, transmitido ao governo-geral de Angola e a diversos níveis da administração da colónia, também não desmerece o seu valor enquanto prova do desencontro de pontos de vista – e até da tensão – entre

opções e políticas de colonização e os resultados do trabalho científico, neste caso dos geógrafos.

- 16 A circunstância de Raquel Soeiro de Brito ter publicado na *Finisterra* (Brito, 1970) uma «nótula» na qual incorporou parte substantiva das observações realizadas no terreno de Moçâmedes, bem assim como o essencial do seu ponto de vista crítico quer em relação às condições infringidas às práticas de transumância das «populações nativas» por efeito de uma zonagem arbitrária e do «progressivo encurralamento nas áreas de piores condições», quer em relação à perspectiva do estabelecimento de concessionários brancos «evoluídos e dispostos a empregar capital amortizável a longo prazo», como se lê no seu relatório de 1968, dirá alguma coisa sobre como podiam acontecer tais desencontros. Tal baralha juízos apriorísticos que por vezes se é tentado a fazer quando se empreende a crítica do discurso geográfico colonial/tropical generalizando em excesso e não atendendo à diversidade e à concorrência de discursos em situação colonial (Singaravélou, 2008; Deprest, 2017; Macagno, 2019).
- 17 Vale acrescentar que não se trata de um caso isolado: Orlando Ribeiro fizera sensivelmente o mesmo quando passara a livro algumas das críticas que inscrevera em relatórios confidenciais a respeito de colonatos para brancos e de práticas explícitas de racismo, como acontecera a propósito do emblemático Colonato da Cela, no distrito do Quanza-Sul, em Angola (Castelo, 2013, 2021a, 2021b, 2022). O que, isso sim, parece depreender-se de casos como estes é uma relativa franquia dada ao discurso geográfico, em contraponto com o que temos para a vigilância que o poder do Estado colonial e ditatorial português exerceu sobre outros saberes disciplinares co-participantes do sistema científico colonial, desde logo na área das ciências sociais. Porquê esta aparente desigualdade de critérios? Para além do que pudesse decorrer do ascendente intelectual e do prestígio institucional deste ou daquele cientista – e no caso de Ribeiro conjugavam-se ambas as valências –, muito provavelmente porque o poder instituído encontrava neste último grupo de saberes um fundo político e ideológico que não reconhecia numa Geografia que ainda perspectivava como muito marcada pela sua matriz física, sendo esta sobretudo subsidiada pelo sobrepeso interno da Geomorfologia. Outros espaços disciplinares «neutros», como a Biologia, a Botânica e a Zoologia, partilhavam com a Geografia as vantagens decorrentes desta autonomia relativa em relação à interferência que o Estado-império português não se abstinha de exercer sobre outras áreas do saber colonial (Henriques, 2014).
- 18 No artigo que preparou para este dossier, **Frederico Ágoas** confronta directamente este paradigma de leitura, aplicando à Geografia portuguesa liderada por Orlando Ribeiro em Lisboa – e em Coimbra por Aristides de Amorim Girão – uma grelha de análise próxima daquela que Rui Mateus Pereira aplicou à Antropologia portuguesa, segundo a qual a conjuntura internacional no imediato pós-Guerra constituiu um factor decisivo para que a antiga Antropologia Física, orientada para a raciologia, tivesse paulatinamente aberto espaço à valorização da Etnologia como ciência social e ciência colonial aplicada (Pereira, 2021; Leal, 2021). Neste texto, trata-se de integrar aquilo que é percebido como a deriva colonial/tropical da Geografia Humana portuguesa – e que acontecerá a partir da realização da referida missão de Geografia à Guiné, em 1947 – no movimento mais amplo de deriva social da ciência colonial, nos planos nacional e internacional. Para tanto, Ágoas destaca o enquadramento e o estímulo suscitado pela participação de Ribeiro no Comité de Ciências Sociais da Comissão de Cooperação Técnica na África a Sul do Sara e no Comité Permanente das Conferências

Internacionais dos Africanistas Ocidentais, fazendo convergir uma série de pesquisas recentes que vem dedicando à história das ciências sociais em Portugal (Ágoas, 2013, 2020, 2022).

- 19 Como referimos, estas matérias foram parcialmente abordadas no artigo que Francisco Roque de Oliveira dedicou à afirmação paralela de Francisco Tenreiro como «africanista» e no qual encontramos uma valorização equivalente do papel desempenhado por estes instrumentos de cooperação trans-imperial na orientação epistémica e institucional tanto da ciência metropolitana, como da ciência delineada nos institutos de pesquisa colonial sediados em Dakar e em Bissau. Traduzindo os termos da leitura de Frederico Ágoas para o caso protagonizado pelo grupo de Ribeiro pelos termos que Yves Lacoste (2008) utilizou para valorizar o contributo emprestado pelos geógrafos coloniais/tropicais franceses face aos seus colegas «generalistas», resulta a ideia de que a urgência posta no combate ao anticolonialismo emergente, transportado pelos nacionalismos africanos e pela criação da ONU, acabou por ditar que a Geografia portuguesa tivesse recuperado a atenção que genericamente deixara de prestar aos fenómenos políticos – circunstancia esta que, paradoxalmente ou não, a aproximou dos desenvolvimentos das ciências sociais e pode bem ter facilitado a sua reconversão no período pós-colonial.
- 20 Se Frederico Ágoas introduziu o olhar do sociólogo nesta leitura alargada sobre os fundamentos e os resultados da Geografia portuguesa em contexto de colonialismo tardio, **Bernardo Pinto da Cruz** acrescentou a necessária perspectiva da ciência política, desta feita cruzando duas visões contrastadas sobre a política de aldeamentos estratégicos desenhada pelas autoridades portuguesas em Angola durante a Guerra Colonial (1961-1974): a do então jovem cientista político norte-americano Gerard J. Bender, vinculado à Universidade da Califórnia do Sul, e a do geógrafo sul-africano David L. Niddrie, que começara a sua carreira nos anos de 1930 na Universidade de Natal e ingressara no Departamento de Geografia da Universidade da Flórida em 1966, depois de passagens pelas Universidades de Manchester, Southern Illinois e Porto Rico. Desde logo, neste caso trata-se de perceber de que modo um mesmo objecto de estudo – dado por uma das mais marcantes formas de «reordenamento rural» e contra-insurreição executadas no último quartel do colonialismo português em África (Curto e Cruz, 2013; Curto *et al.*, 2016; Cruz, 2019, 2020a, 2020b) – foi partilhado e disputado por dois agentes internacionais de ciência de gerações e campos disciplinares diferentes (De Grassi, 2018). Paralelamente, trata-se de avaliar em que medida o acesso ao terreno colonial e à informação classificada sobre territórios em estado de guerra facultado a investigadores estrangeiros foi gerido pelos próprios investigadores, tendo resultado em trabalhos que, objectivamente, não parecem ser o simples reflexo dos interesses políticos, militares e institucionais que lhes franquearam esse acesso, fosse em Lisboa, em Luanda ou nos Estados Unidos. Em certo sentido, estes exemplos – sobretudo o de Bender – permitem confirmar a mesma qualidade de tensões e negociação que descobrimos em outros textos deste dossier que trataram aqueles geógrafos portugueses que tanto responderam à agenda pragmática dos institutos financiadores de ciência colonial, como lhes souberam acrescentar a marca dos seus próprios projectos de pesquisa e de carreira – Ribeiro, Tenreiro e Soeiro de Brito como os casos aqui mais evidentes.
- 21 O exercício proposto por Bernardo Pinto da Cruz – designadamente para perseguir o rasto dos contactos e da vigilância exercida sobre Gerard Bender pelos serviços

ultramarinos e diplomáticos, por órgãos de controlo científico como a Junta de Investigações do Ultramar, pela polícia política portuguesa, mas também pela CIA – tira extenso partido da documentação de arquivo correspondente à antiga Junta do Ultramar e ao Gabinete de Negócios Políticos do extinto Ministério do Ultramar, hoje integrado no Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros português. Em paralelo, sugere que o acesso selectivo à produção com relevância geográfica procedente da administração colonial facultado a académicos estrangeiros como Bender e Niddrie não é estranho à eficácia pública conseguida por um conjunto de publicações «quase-académicas» preparadas por diversos observadores internacionais que realizavam viagens jornalísticas a Angola e territórios vizinhos a convite dos movimentos de libertação angolanos.

- 22 Neste ponto, o texto de Bernardo Pinto da Cruz tem contacto imediato com a leitura quase simétrica que **Federico Ferretti** nos traz a propósito das «diplomacias subalternas» promovidas pelos principais líderes políticos independentistas da então África Portuguesa para colher apoios e simpatias no plano internacional. Partindo da consulta de um conjunto de espólios particulares – o do geógrafo comunista francês Jean Suret-Canale integrado nos Arquivos Departamentais de Seine-Saint Denis, em Bobigny, e a documentação de Amílcar Cabral e Mário Pinto de Andrade disponibilizada pela Fundação Mário Soares e Maria Barroso, em Lisboa –, Ferretti ensaia uma reconstrução dessa rede de solidariedade internacional, onde pontuam nomes como o historiador Basil Davidson, o economista político Ronald H. Chilcote, o sociólogo Immanuel Wallerstein e a escritora Joyce Lussu, além dos activistas franceses vinculados ao Comité National de Soutien de la Lutte de Libération dans les Colonies Portugaises, como foi o caso de Gil Tchernia e Maurice Gastaud (Barros, 2020; Ginsburger, 2021).
- 23 No seu artigo, Federico Ferretti inclui uma referência relevante ao projecto delineado por Amílcar Cabral no início dos anos de 1970 no sentido de garantir junto da UNESCO e da editora francesa *Présence Africaine* a impressão de livros didácticos de Geografia com conteúdos assinados por Suret-Canale, destinados ao ensino básico nos territórios controlados pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), liderado por Cabral. Como é bom de ver, os termos em que se desenrolou o trabalho de um outro geógrafo internacional como David Niddrie – que, como revela Bernardo Pinto da Cruz, pouco mais ou menos na mesma altura visitou a Guiné a convite da Associação Portuguesa de Empresas do Ultramar, em articulação com a Embaixada de Portugal em Washington, tendo em vista produzir conteúdos «científicos» que certificassem o controlo de Portugal sobre aquele território e desdissem a informação posta a correr pelo PAIGC e pela Comissão Especial de Descolonização da ONU –, dificilmente poderiam contrastar mais com os resultados perseguidos por Amílcar Cabral ao socorrer-se das súmulas geográficas de Suret-Canale para construir uma «consciência anticolonial nacional» na Guiné Bissau. Porém, o que ambos dizem sobre o valor instrumental da escrita geográfica – fosse para forjar a representação espacial de uma nova sociedade, no caso de Suret-Canale, fosse para captar apoio político na frente externa para uma causa colonial sitiada, no caso de Niddrie – é, em substância, equivalente. A urgência colocada nestas como em quaisquer outras *démarches* análogas, tanto de sentido colonial como anticolonial, apenas reforça a sua natureza de imagens geneticamente vinculadas à retórica «impura e mundana» do poder social que as encarga (Barnett, 1996, 1998; Laranjeiro, 2021).

- 24 Tomados de empréstimo da crítica à Geografia tropical de Pierre Gourou que Aimé Césaire inscrevera no seu *Discours sur le colonialism* (1953), estes foram precisamente os termos a que **Daniel Clayton** recorreu para interpretar o conjunto das obras de Geografia tropical de Pierre Gourou e Orlando Ribeiro em clave decolonial, neste caso arriscando transpor esta crítica da atenção que por regra dedica a actores e a vozes «subalternas» – como em boa parte é feito por Federico Ferretti – para duas figuras que encarnam o *establishment* académico da sua época. Também este exercício comparativo beneficia de um longo trajecto dedicado à contextualização da pesquisa geográfica de Pierre Gourou, revendo os termos em que o debate sobre a tropicalidade tinha emergido no mundo anglófono pela mão do historiador David Arnold (2000), o qual foi recentemente sistematizado no livro que Gavin Bowd e Daniel Clayton escreveram sobre o conjunto da obra de Gourou (Bruneau, 2008; Bowd e Clayton, 2019). O ensaio proposto por Clayton para este dossier recupera a imagem que Ranajit Guha inventou no ensaio «Not at Home in Empire» (1997) para sublinhar os limites de apreensão do espaço colonial, a qual encontra uma analogia imediata na experiência de desapropriação e de precariedade que a literatura canónica do pós-modernismo revê em casos como o dos «sem terra» do Brasil (Young, 2003).
- 25 A análise de Daniel Clayton cobre cerca de quatro décadas: a montante, o momento quase simultâneo da preparação dos primeiros rascunhos de *Les Pays Tropicaux* (1947) de Pierre Gourou e o estabelecimento do Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, por Ribeiro, em 1943; a fechar, a publicação, também quase simultânea, desses dois livros compósitos – misto de autobiografia, de reflexão sobre a sorte dos estudos tropicais em Geografia e de balanço sobre os legados coloniais – que vêm a ser *Terres de bonne esperance* (1982) de Gourou e o referido *A colonização de Angola e o seu fracasso*, que Ribeiro publicou em 1981 e Gourou recenseou no ano seguinte nas páginas de *Les Cahiers d'Outre-Mer*, confirmando uma cumplicidade pessoal e científica que remontava ao final da década de 1930. A partir do conhecido assessoramento técnico-científico que tanto Ribeiro como Gourou emprestaram ao empreendimento de colonização, explora-se aqui o suposto «dever de reserva» que um e outro terão sabido exercitar ante os respectivos contextos institucionais e políticos, com o que voltamos a ter pontos de contacto imediato com um texto como o de Cláudia Castelo e com o que atrás dissemos a propósito deste conceito de aparente «neutralidade» da Geografia.
- 26 Como Daniel Clayton aqui defende, esta ambiguidade deliberada tanto se manifestou no aproveitamento da «ilusão realista» reivindicada pelo paradigma disciplinar de matriz vidaliana que Ribeiro e Gourou partilhavam, como pelo distanciamento público que estes dois geógrafos manifestaram em relação a realizações concretas de engenharia social e povoamento dirigido nos meios rurais de Angola e Moçambique, por exemplo. Convidado por Ribeiro para tomar parte em duas das missões de trabalho de campo realizadas pelo grupo de geógrafos da «Escola de Lisboa» nestes territórios entre 1962 e 1963, também Gourou destacou os efeitos que daí decorriam no sentido da acelerada degradação das formas «tradicionais» da paisagem e do comprometimento dos propósitos inscritos no guião luso-tropicalista de «miscigenação» harmónica que transitara, em parte, de Gilberto Freyre para Orlando Ribeiro e, deste, para o próprio Gourou, até ao ponto em que se tornara indistinto em qualquer deles. Será curioso assinalar que Ilídio do Amaral, na recensão a *A colonização de Angola e o seu fracasso* que publica na *Finisterra* em 1983, lamentará que Orlando Ribeiro não tivesse aproveitado, para abordar esta mesma matéria, a crítica ao luso-tropicalismo que Gerard Bender

inscrevera em *Angola under the Portuguese. The Mith and the Reality* (1978), livro que acabara de ter uma tradução portuguesa revista pelo autor, publicada em Lisboa em 1980 (Amaral, 1983). Acrescente-se que Ilídio do Amaral não foi o único dos geógrafos de Lisboa a revelarem-se atentos à transição de paradigma: pouco antes, a *Finisterra* publicara já uma longa resenha do livro de Bender assinada por António Costa (1981).

- 27 Agora em sentido literal, é também de imagens – ainda que deliberadamente muito dissemelhantes entre si – que nos falamos duas outras das notas de pesquisa agregadas a este dossier. **Luís Miguel Moreira** assina a primeira, dedicada à apresentação sumária das condições de produção e recepção do monumental *Atlas de Portugal Ultramarino* publicado pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais em 1948, na sequência de um atribulado processo de edição que visa recuperar os conteúdos e a mensagem propagandística sobre o império que a extinta Comissão de Cartografia – criada em 1883, em pleno *Scramble for Africa* (Lobato, 2010) – havia servido mais de 30 anos antes, quando dera à estampa o *Atlas Colonial Português* (1914). Tal como a generalidade das obras congêneres, o *Atlas de Portugal Ultramarino* ambicionava levar ao grande público que a ele pudesse aceder um saber geográfico sobre o império tanto quanto possível actualizado, por via dos trabalhos geodésicos, cartográficos e hidrográficos, tal como pelos estudos das diversas ciências naturais e humanas trabalhadas pelas diversas missões científicas que a Junta ia patrocinando no terreno colonial a partir da experiência da Comissão de Cartografia, de que era herdeira desde 1936. Obra de aparato e muito marcada pelo veio político e ideológico que o Estado Novo acomodava à simbólica do «terceiro império português» (Clarence-Smith, 1990; Alexandre, 2004), este atlas destaca a cartografia das colónias africanas, mas não consegue evitar o escrutínio desaprovador dos geógrafos académicos que o manuseiam nos anos seguintes, começando por Orlando Ribeiro, em relatório interno para a Junta, escrito logo em 1949. Também o sentido destas críticas merece atenção particular, desde logo porque parece centrar-se na qualidade técnica e nas opções temáticas seguidas, deixando à margem qualquer discussão sobre o projecto ou o ideal de «cidadania imperial» perseguido pelas representações cartográficas compiladas no *Atlas de Portugal Ultramarino* (Blaise *et al.*, 2011; Avila, 2011; Edney, 2019).
- 28 A proposta trazida por **Daniel Paiva** persegue este último tipo de propósitos a partir de uma situação cronológica oposta. Por um lado, trata-se de sinalizar exemplos de estudo e reapropriação em contexto pós-colonial das fotografias realizadas em situação de trabalho de campo nos diferentes espaços do «mundo tropical» por geógrafos de matriz vidaliana vinculados à «Escola de Lisboa». Neste plano, inclui-se um conjunto de objectos artísticos recentemente criados a partir da utilização de material fotográfico custodiado pela Fototeca do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa – v.g. livros, exposições e filmes/documentários –, os quais apelam para a reflexão que urge fazer sobre a presença (ou a ausência), nestes novos objectos, de sinais reveladores de uma consciência relativa ao contexto colonial em que as imagens foram originalmente produzidas. Por outro lado, esta leitura dedicada à reapropriação e ressignificação da fotografia própria da ciência geográfica «clássica», através de narrativas pessoais que reintroduzem a subjectividade na observação, é acompanhada por um alinhamento com alguns dos exemplos vindos dos estudos literários que têm explorado, a partir de casos como o do geógrafo-poeta Francisco Tenreiro, as potencialidades do trânsito entre a observação decorrente do trabalho de campo em Geografia e a representação poética dos espaços observados – e eventualmente também captados pela «experiência fotográfica» (Éboli, 2010; Vancassel, 2021). Num caso como

no outro, trata-se, em boa medida, de reposicionar objectos extraídos de um contexto colonial, pensando-os e usando-os de acordo com a dimensão pessoal, as subjectividades e o hibridismo do pós-colonial (Allain Bonilla, 2017; Ribeiro, 2017; Bancel, 2021; Siqueira, 2021, 2022).

- 29 O arquivo fotográfico pessoal, junto com o exercício de memória que este suscita, acabam por estar no centro do ensaio que **Maria Auxiliadora da Silva e André Nunes de Sousa** prepararam em torno da realização do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em Salvador, em Agosto de 1959, promovido pela Universidade da Bahia e pela UNESCO. Participante neste evento enquanto jovem investigadora vinculada ao recém-constituído Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia, liderado por Milton Santos, a primeira autora deste texto viria a estagiar em Geografia Agrária no Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, em 1966, centrando o seu estudo no caso de Coruche. Então bolsista do Instituto de Alta Cultura, Maria Auxiliadora da Silva foi acolhida por Orlando Ribeiro e pelo agrónomo e geógrafo José Correia da Cunha, tendo privado de perto com os seus colegas de geração António de Brum Ferreira, Carlos Alberto Medeiros, Isabel Medeiros e Jorge Gaspar, entre outros (Revista Geosul, 2014; Sousa, 2014). Se o escopo da pesquisa que a trouxe a Lisboa em meados dos anos 60 remete para a prática consolidada pela Geografia de Lisboa sobre as transformações suscitadas em espaço rural pela introdução de modernas obras de regadio, as quais escapam ao objecto imediato deste dossier – e que, por esse motivo, os autores escolheram não desenvolver aqui –, é no testemunho dado sobre a organização e o desenrolar dos trabalhos da Secção I «O Meio e o Homem» do Colóquio Luso-Brasileiro da Bahia (incluindo-se aqui as fotografias inéditas que o ilustram) que encontramos o afloramento de alguns dos principais tópicos que atravessaram todo o dossier.
- 30 Estes convergem, de novo, na figura de Francisco Tenreiro, que, na ausência de Orlando Ribeiro, representou o Centro de Estudos Geográficos na Bahia e foi um dos relatores das sessões da referida Secção I, cabendo-lhe apresentar o parecer sobre a generalidade dos trabalhos de geografia urbana da equipa do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Bahia, incluindo aqueles assinados por Maria Auxiliadora da Silva. Em qualquer caso, sabemos que a participação de Tenreiro neste Colóquio se estendeu às duas reuniões da mesa-redonda intitulada «Problemas africanos de interesse luso-brasileiro» e que, tanto aí como em todas as seis sessões da Secção I, venceu o seu posicionamento a respeito da colonização portuguesa em África, não sendo virtualmente destrinchável a voz do geógrafo, da voz do integrante da Delegação oficial portuguesa – presidida pelo então reitor da Universidade de Lisboa e ex-ministro do Ultramar, Marcelo Caetano – ou, mesmo, da do deputado por São Tomé e Príncipe à Assembleia Nacional portuguesa, como Tenreiro também chega a ser identificado nestes trabalhos (Ribeiro, 2002, 2010).
- 31 Será no quadro desta ambiguidade de fundo que virá à discussão a ideia de «colonização ecológica», suscitada pela comunicação enviada por Orlando Ribeiro, cujos argumentos freyrianos Tenreiro faz seus e esclarece em momento de debate, ao explicar que tal conceito exprimia «a transplantação da cultura mediterrânea para os trópicos seguida, logo, da tropicalização das gentes» (Ribeiro, 2010: 181). Neste caso na sequência de uma comunicação do geógrafo da Universidade de São Paulo Antonio Rocha Penteadó, que ensaiara um estudo comparativo entre a Bahia e Angola (Colóquio, 1959), discutir-se-á também a experiência do Colonato da Ceta, alinhando uma vez mais Tenreiro pelo

registo daqueles que consideravam tratar-se de «uma experiência muito original e que está dando os seus frutos» (Ribeiro, 2010: 182). A ano e meio de distância da eclosão da Guerra Colonial, em Angola, os termos nos quais se processa esta abordagem pública da Geografia portuguesa às questões coloniais resume-nos, em boa medida, tudo o que viemos notando sobre o peso omnipresente das suas circunstâncias e a sombra que estas projectaram sobre um certo modo de pensar e fazer ciência.

BIBLIOGRAFIA

- Ágoas, Frederico (2013). “Estado, universidade e ciências sociais: a introdução da sociologia na Escola Superior Colonial (1952-1972)”. In: Jerónimo, Manuel Bandeira (org.). *O Império Colonial em questão (sécs. XIX-XX). Poderes, saberes e instituições*. Lisboa: Edições 70, pp. 317-347.
- Ágoas, Frederico (2020). “Social sciences, modernization, and late colonialism: The Centro de Estudos da Guiné Portuguesa”. *Journal of the History of Behavioral Sciences*, vol. 56, pp. 278-297. DOI: <https://doi.org/10.1002/jhbs.22046>
- Ágoas, Frederico (2022). “ISCSP(U) – Palácio Burnay”. In: Guardiã, Ana; Jerónimo, Manuel Bandeira; Peixoto, Paulo (org.). *Ecossistemas coloniais: histórias, patrimónios e memórias*. Lisboa: Tinta-da-china, pp. 79-85.
- Alexandre, Valentim (2017). *Contra o vento: Portugal, o Império e a maré anticolonial (1945-1960)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Alexandre, Valentim (2004). “O império português (1925-1890): ideologia e economia”. *Análise Social*, vol. 38, n. 169, pp. 959-979. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/121865060413uCCQ0xh3Fc45BI0.pdf>> Acesso: 18 de Agosto de 2022.
- Allain Bonilla, Marie-Laure (2017). “Repositionner la photographie : quand le postcolonial devient personnel”. In: Lageira, Jacinto (dir.). *Usages géopolitiques des images – Les carnets du BAL 7*. Paris: LE BAL; Éditions Textuel, pp. 162-177.
- Almeida, Miguel Vale de (2014). “O Atlântico Pardo. Antropologia, pós-colonialismo e o caso ‘lusófono’”. In: Bastos, Cristina; Almeida, Miguel Vale de; Feldman-Bianco, Bela (orgs.). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, pp. 31-45.
- Amaral, Ilídio do (1983). “A colonização de Angola e o seu fracasso interpretados por Orlando Ribeiro”. *Finisterra*, vol. 18, n. 36, pp. 403-410. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2109>> Acesso: 18 de Agosto de 2022. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis2109>
- Arnold, David (2000). “‘Illusory Riches’: Representations of the Tropical World, 1840-1950”. *Singapore Journal of Tropical Geography*, vol. 21, n. 1, pp. 6-18. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-9493.00060>
- Avila, Isabelle (2011). “Les cartes de l’Empire dans les atlas britanniques (1884-1914)”. In: Blais, Hélène; Deprest, Florence; Singaravélou, Pierre (dir.). *Territoires impériaux: une histoire spatiale du fait colonial*. Paris: Publications de la Sorbonne, pp. 169-187.
- Bancel, Nicolas (2021). *Le postcolonialisme*. Paris: Que sais-je?/Humensis.

- Barnett, Clive (1996). *Impure and Worldly Geography*. PhD thesis. Oxford: Faculty of Anthropology and Geography, University of Oxford. Disponível em: <<https://ora.ox.ac.uk/objects/uuid:cabb71c-906c-4822-af54-f5c7018025f5>>. Acesso: 18 de Agosto de 2022.
- Barnett, Clive (1998). “Impure and worldly geography: The Africanist discourse of the Royal Geographical Society, 1831-73”. *Transactions of the Institute of British Geographers*, vol. 23, n. 2, pp. 239-251. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.0020-2754.1998.00239.x>
- Barros, Víctor (2020). “The French Anticolonial Solidarity Movement and the Liberation of Guinea-Bissau and Cape Verde”. *The International History Review*, vol. 42, n. 6, pp. 1297-1318. DOI: [10.1080/07075332.2019.1690541](https://doi.org/10.1080/07075332.2019.1690541)
- Blais, Hélène; Deprest, Florence; Singaravélou, Pierre (2011). “Pour une histoire spatiale du fait colonial”. In: Blais, Hélène; Deprest, Florence; Singaravélou, Pierre (dir.). *Territoires impériaux: une histoire spatiale du fait colonial*. Paris: Publications de la Sorbonne, pp. 7-21.
- Bouquet, Christian (2008). “Géographie coloniale, géographie tropicale, géographie zonale: slalom entre les tabous”. In: Velasco-Graciet, Hélène (dir.). *Les tropiques des géographes*. Pessac: Maison de Sciences de l’Homme d’Aquitaine, pp. 191-199.
- Bowd, Gavin; Clayton, Daniel (2019). *Impure and Worldly Geography. Pierre Gourou and Tropicality*. London; New York: Routledge.
- Brito, Raquel Soeiro de (1970). “Nótula acerca dos povos pastores e agro-pastores do distrito de Moçâmedes”. *Finisterra*, vol. 5, n. 9, pp. 69-83. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2471>> Acesso: 18 de Agosto de 2022. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis2471>
- Bruneau, Michel (2008). “Tropicalité, tropicalisme, géographie tropicale: évolution d’un débat, des géographes francophones aux géographes anglophones”. In: Velasco-Graciet, Hélène (dir.). *Les tropiques des géographes*. Pessac: Maison de Sciences de l’Homme d’Aquitaine, pp. 169-188.
- Butlin, Robin A. (2009). *Geographies of Empire. European Empires and Colonies c. 1880-1960*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Castelo, Cláudia (2013). “Ciência, Estado e desenvolvimento no colonialismo português tardio”. In: Jerónimo, Manuel Bandeira (org.). *O Império Colonial em questão (sécs. XIX-XX). Poderes, saberes e instituições*. Lisboa: Edições 70, pp. 349-387.
- Castelo, Cláudia (2021a). “Ciência de ‘saber durar’? Missões científicas e desenvolvimento no império tardio”. In: Diogo, Maria Paula; Sousa, Cristina Luís E. M. Luísa (coord.). *Ciência, tecnologia e medicina na construção de Portugal. Vol. 4: Inovação e contestação - séc. XX*. Lisboa: Tinta-da-china, pp. 457-483.
- Castelo, Cláudia (2021b). “Colonatos e aldeamentos no Niassa, Moçambique: processos e impactos sociais em tempo de guerra (1964-1974)”. *Tempo*, vol. 23, n. 3, pp. 478-500. DOI: [10.1590/tem-1980-542x2021v2701](https://doi.org/10.1590/tem-1980-542x2021v2701)
- Castelo, Cláudia (2022). “Introdução. Desenvolvimento, cooperação e ciência na era da descolonização”. In: Sarmento, João. *Orlando Ribeiro – Cadernos de campo, Angola 1960-1969*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, pp. 11-20.
- Clarence-Smith, Gervase (1990). *O terceiro império português (1825-1975)*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Claval, Paul (2007). *Géographie et géographes*. Paris: L’Harmattan.
- Clavaron, Yves (2021). *La carte et le territoire colonial*. Paris: Kimé.

- Clayton, Daniel (2008). “Le passé colonial/impérial et l’approche postcoloniale de la géographie anglophone”. In: Singaravélou, Pierre (dir.). *L’empire des géographes. Géographie, exploration et colonisation (XIX^e-XX^e siècle)*. Paris: Belin, pp. 219-234.
- Clayton, Daniel (2020). “The Passing of ‘Geography’s Empire’ and Question of Geography in Decolonization, 1945-1980”. *Annals of the American Association of Geographers*, vol. 110, n. 5, pp. 1540-1558. DOI: 10.1080/24694452.2020.1715194
- Clayton, Daniel; Kumar, M. Satish (2019). “Geography and decolonization”. *Journal of Historical Geography*, vol. 66, pp. 1-8. DOI: 10.1016/j.jhg.2019.10.006
- Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, IV (1959). *IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Bahia, Agosto 1959*. Salvador: Universidade da Bahia.
- Costa, António (1981). “Angola sob o domínio português. Mito e realidade segundo Gerald G. Bender”. *Finisterra*, vol. 16, n. 32, pp. 362-374. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2185>> Acesso: 18 de Agosto de 2022. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis2185>
- Cruz, Bernardo Pinto da (2019). “The Penal Origins of Colonial Model Villages: From Aborted Concentration Camps to Forced Resettlement in Angola (1930–1969)”. *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, vol. 47, n. 2, pp. 343-371. DOI: 10.1080/03086534.2019.1605699
- Cruz, Bernardo Pinto da (2020a). “A unidade de vizinhança na Angola colonial: repertórios de concentração e políticas urbanas (1950-1974)”. In: Cruz, Bernardo Pinto da (org.). *Descontrolo em Luanda: urbanismo, polícia e lazer nos musseques do império*. Lisboa: Outro Modo; Le Monde Diplomatique, pp. 97-144.
- Cruz, Bernardo Pinto da (2020b). “The Neighbourhood Unit in Late Colonial Angola: Concentration Repertoires and Urban Policies (1950–1974)”. *Comparativ*, vol. 30, n. 1/2, pp. 60–86, 2020. DOI: 10.26014/j.comp.2020.01-02.04
- Curto, Diogo Ramada; Cruz, Bernardo Pinto da (2013). “Cidades coloniais: fomento ou controlo?”. In: Domingos, Nuno; Peralta, Elsa (org.). *Cidade e império: dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, pp. 113-165.
- Curto, Diogo Ramada; Cruz, Bernardo Pinto da; Furtado, Teresa (2016). *Políticas coloniais em tempo de revoltas – Angola circa 1961*. Porto: Edições Afrontamento.
- D’Alessandro, Cristina (2003). “Un regard sur la géographie coloniale française”. *Annales de Géographie*, t. 112, n. 631, pp. 306-315. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_2003_num_112_631_918> Acesso: 18 de Agosto de 2022. DOI: <https://doi.org/10.3406/geo.2003.918>
- De Grassi, Aharon (2018). “The work of Gerard J. Bender: an appreciation”. *LASO Newsletter [Lusophone African Studies Organization]*, November, pp. 5-6 e 13.
- DEPREST, Florence. (2017). “Qu’est-ce qu’un géographe colonial ? Jean Brunhes, l’irrigation et la géographie humaine (1894-1911)”. *L’Espace géographique*, vol. 46, n. 3, pp. 264-284. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-espace-geographique-2017-3-page-264.htm?contenu=article>> Acesso: 18 de Agosto de 2022. DOI: <https://doi.org/10.3917/eg.463.0264>
- Driver, Felix (2006). *Geography Militant. Cultures of Exploration and Empire*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Éboli, Luciana (2010). “O Regresso à Ilha em Coração em África: imagens de uma geografia humana e poética”. In: Mata, Inocência (org.). *Francisco José Tenreiro: as múltiplas faces de um intelectual*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 325-335.

Edney, Matthew H. (2019). *Cartography: the ideal and its history*. Chicago & London: The University of Chicago Press.

Ferretti, Federico (2020). “History and philosophy of geography I: Decolonising the discipline, diversifying archives and historicising radicalism”. *Progress in Human Geography*, vol. 44, n. 6, pp. 1161-1171. DOI: 10.1177/0309132519893442

Ginsburge, Nicolas (2021). “Engagements, difficultés et carrières. Géographes communistes et communisants dans la tourmente (1938-1945)”. In: Ginsburge, Nicolas; Robic, Marie-Claire; Tissier, Jean-Louis (dir.). *Géographes français en Seconde Guerre mondiale*. Paris : Éditions de la Sorbonne, pp. 39-62.

Gourou, Pierre (1936). *Les paysans du delta tonkinois : étude de Géographie humaine*. Paris: Les Éditions d'Art et d'Histoire.

Gourou, Pierre (1966). “Pour une Géographie Humaine”. *Finisterra*, vol. 1, n. 11, pp. 10-32. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2554>> Acesso: 18 de Agosto de 2022. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis2554>

Henriques, Isabel Castro (2014). “Colonialismo e História”. In: Matos, Sérgio Campos (ed.). *Dicionário de Historiadores Portugueses: Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. Disponível em: <https://dichp.bnportugal.gov.pt/tematicas/tematicas_colonialismo_hist.htm>. Acesso: 18 de Agosto de 2022.

Hersey, Mark D.; Vetter, Jeremy (2019). “Shared ground: Between environmental history and the history of science”. *History of Science*, vol. 57, n. 4, pp. 403-440. DOI: <https://doi.org/10.1177/0073275319851013>

Jazeel, Tariq (2014). “Subaltern geographies: Geographical knowledge and postcolonial strategy”. *Singapore Journal of Tropical Geography*, vol. 35, n. 1, pp. 88-103. DOI: <https://doi.org/10.1111/sjtg.12053>

Jerónimo, Manuel Bandeira; Pinto, António Costa (eds.) (2015). *The Ends of European Colonial Empires: Cases and Comparisons*. London: Palgrave Macmillan.

Jöns, Heike; Meusburger, Peter; Heffernan, Michael (eds.) (2017). *Mobilities of knowledge*. Cham: Springer.

Lacoste, Yves (1976). *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*. Paris: Librairie François Maspero.

Lacoste, Yves (2008). “Réflexions sur la géographie coloniale”. In: Singaravélou, Pierre (dir.). *L'empire des géographes. Géographie, exploration et colonisation (XIX^e-XX^e siècle)*. Paris: Belin, pp. 235-241.

Laranjeiro, Catarina (2021). *Dos sonhos e das imagens: a guerra de libertação na Guiné-Bissau*. Lisboa: Outro Modo; Le Monde Diplomatique.

Leal, João (2021). “Os anos ‘brasileiros’ de Jorge Dias”. In: Silva, Ana Teles da (org.). *Cartas do Brasil. Correspondência de antropólogos e folcloristas brasileiros para Jorge Dias (1949-1972)*. Lisboa: Etnográfica Press-Museu Nacional de Etnologia, pp. 47-70.

Lobato, Manuel (2010). “A Comissão de Cartographia e a produção científica colonial portuguesa da monarquia constitucional à I República (1883-1936)”. In: Albino, Teresa (coord.). *Viagens e missões científicas nos trópicos, 1883-2010*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, pp. 14-18.

Macagno, Lorenzo (2019). *A invenção do assimilado: paradoxos do colonialismo em Moçambique*. Lisboa: Edições Colibri.

- Medeiros, Carlos Alberto (1996). “Nas margens da geografia humana: um olhar sobre a obra de Francisco Tenreiro”, *Inforgeo*, n. 11, pp. 177-180.
- Meusburger, Peter; Livingstone, David N.; Jöns, Heike (eds.) (2010). *Geographies of science*. Heidelberg: Springer.
- Oliveira, Francisco Roque de (2019). “El México de Orlando Ribeiro: cuaderno de campo, fotografías y textos relativos a la Conferencia Regional Latinoamericana de la Unión Geográfica Internacional”. *Investigaciones Geográficas*, n. 100, e60018. DOI: <https://doi.org/10.14350/rig.60018>
- Oliveira, Francisco Roque de; Paiva, Daniel (2019). “Saberes geográficos e Geografia institucional. Apresentação”. In: Oliveira, Francisco Roque de; Paiva, Daniel (eds.). *Saberes geográficos e Geografia institucional: relações luso-brasileiras no século XX*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 7-16. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10451/46235>>. Acesso: 18 de Agosto de 2022.
- Paiva, Daniel; Lopes, Jonathan Felix Ribeiro; Oliveira, Francisco Roque de (2019). “O Brasil e a Geografia brasileira nas revistas académicas portuguesas do século XX: produção, temas e redes”. In: Oliveira, Francisco Roque de; Paiva, Daniel (eds.) (2019). *Saberes geográficos e Geografia institucional: relações luso-brasileiras no século XX*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 93-106. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/10451/46241>>. Acesso: 18 de Agosto de 2022.
- Paiva, Daniel; Oliveira, Francisco Roque de (2021). “Luso-Brazilian geographies? The making of epistemic communities in semi-peripheral academic human geography”. *Progress in Human Geography*, vol. 45, n. 2, pp. 489-512. DOI: <https://doi.org/10.1177/0309132520923062>
- Pereira, Jenesildo de Jesus (2023). “Representations of Africa and Africans in the magazine Portugal em África (1894-1910)”. In: Machado, Adelaide Vieira; Fonseca, Isidora de Ataíde; Newman, Robert S.; Lobo, Sandra Ataíde (eds.). *Creating and opposing empire: the role of the colonial periodical press*. New York: Routledge, 16 pp. [preprint] DOI: 10.4324/9780429282270-4
- Pereira, Rui Mateus (2021). *Conhecer para dominar. O desenvolvimento do conhecimento antropológico na política colonial portuguesa em Moçambique, 1926-1959*. Lisboa: Edições Parsifal.
- Pimenta, José Ramiro (2020). “Francisco Xavier da Silva Teles”. In: Matos, Sérgio Campos (ed.). *Dicionário de Historiadores Portugueses: Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. Disponível em: <https://dichp.bnportugal.gov.pt/historiadores/historiadores_silva_teles.htm>. Acesso: 18 de Agosto de 2022
- Pimenta, José Ramiro; Sarmento, João, Azevedo, Ana Francisca (2011). “Lusotropicalism: Tropical geography under dictatorship, 1926-1974”. *Singapore Journal of Tropical Geography*, vol. 32, n. 2, pp. 220-235. DOI: 10.1111/j.1467-9493.2011.00430.x
- Revista Geosul (2014). “Entrevista com a professora Maria Auxiliadora da Silva”. *Geosul*, vol. 29, n. 58, pp. 205-242. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/37526/28823>> Acesso: 18 de Agosto de 2022.
- Ribeiro, António Pinto (2017). *África, os Quatro Rios. A representação de África através da literatura de viagens europeia e norte-americana, 1958-2002*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ribeiro, Maria de Fátima Maia (2002). “IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros: malhas de sombras e silêncio que o império tece...”. In: Lemos, Fernando; Leite, Rui Moreira (orgs.). *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: UNESP; EDUSC, pp. 29-38.

- Ribeiro, Maria de Fátima Maia (2010). “Francisco Vasques Tenreiro no IV Colóquio (1959): um intelectual afeito a palavras e a campos disciplinares”. In: Mata, Inocência (org.). *Francisco José Tenreiro: as múltiplas faces de um intelectual*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 167-182.
- Ribeiro, Orlando (1970). *Variações sobre temas de ciência*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Ribeiro, Orlando (1976). “Silva Telles, introdutor do ensino da Geografia em Portugal”. *Finisterra*, vol. 11, n. 21, pp. 11-36. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2304>> Acesso: 18 de Agosto de 2022. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis2304>
- Ribeiro, Orlando (1981). *A colonização de Angola e o seu fracasso*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Ribeiro, Orlando (2017) [1968]. “Prefácio à versão portuguesa da 4.ª edição de *Les Pays Tropicaux*”. In: Ribeiro, Orlando; Daveau, Suzanne (ed.). *Mestres, colegas, discípulos*, vol. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 734-738.
- Sarmiento, João (2019). “Portuguese tropical geography and decolonization in Africa: the case of Mozambique”. *Journal of Historical Geography*, vol. 66, pp. 20-30. DOI: 10.1016/j.jhg.2018.11.002
- Sarmiento, João (2022). *Orlando Ribeiro – Cadernos de campo, Angola 1960-1969*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.
- Shepherd, Chris. (2005). “Imperial science: The Rockefeller Foundation and Agricultural Science in Peru, 1940-1960”. *Science as Culture*, vol. 14, n. 2, pp. 113-137. DOI: 10.1080/09505430500110879
- Siqueira, Marcelo Nogueira de (2021). “Escafandistas, sábios e futuros amantes: alegorias sobre arquivo, memória, história, patrimônio e identidade”. In: Sotuyo Blanco, Pablo (org.). *Estudos de iconografia musical na transversalidade*. Salvador: EDUFBA, pp. 11-23.
- Siqueira, Marcelo Nogueira de (2022). “A dimensão afetiva do documento fotográfico: contraponto ou complemento no tratamento arquivístico?”. In: Madio, Telma Campanha de Carvalho; Machado, Bruno Henrique; Bizello, Maria Leandra (orgs.). *Desafios na identificação e organização de fotografias: abordagens teóricas e boas práticas nos arquivos brasileiros*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, pp. 209-222. DOI: 10.36311/2022.978-65-5954-277-2
- Solotareff, Marion (1996). “Naissance et évolution de la géographie tropicale (1930-1960)”. In: Claval ; Paul ; Sanguin, André-Louis (dir.). *La géographie française à l'époque classique (1918-1968)*. Paris: L'Harmattan, pp. 234-257.
- Sousa, William Morais Antunes de (2014). “Maria Auxiliadora da Silva”. In: Silva, Maria Auxiliadora da (org.). *Encontro de gerações. Seminário Nacional: Contribuição à Geografia Brasileira*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, pp. 215-232.
- Vancassel, Paul (2021). *Penser les regards photographique*. Paris: L'Harmattan.
- Young, Robert J. C. (2003). *Postcolonialism: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- Zytnicki, Colette (2008). “La géographie tropicale est-elle l'héritière de la géographie coloniale ? L'exemple de l'enseignement de la géographie coloniale à Bordeaux (1890-1948)”. In: Singaravélou, Pierre (dir.). *L'empire des géographes. Géographie, exploration et colonisation (XIX^e-XX^e siècle)*. Paris: Belin, pp. 202-211.

AUTORES

FRANCISCO ROQUE DE OLIVEIRA

Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa e Laboratório Associado TERRA, Portugal

Email: f.oliveira@campus.ul.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5854-8971>

JOÃO SARMENTO

Departamento de Geografia e Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade – Universidade do Minho – Campus de Azurém

Email: j.sarmento@geografia.uminho.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4770-2427>

Portuguese Geography, tropics and late colonialism

Proposal and results of a dossier

Francisco Roque de Oliveira and João Sarmento

AUTHOR'S NOTE

We are grateful to all colleagues who generously contributed to the making of this dossier on “Portuguese Geography, the Tropics and Late Colonialism”, as well as to the external evaluators, who enriched the submitted manuscripts with relevant comments and suggestions. Special recognition is due to the Services of the Documentation and Information Centre and the Communication Office of the Institute of Geography and Spatial Planning of the University of Lisbon, for the location, transfer and treatment of archival documents – textual, cartographic and photographic – used in various of these works. The last and also the biggest thank you goes to the *Terra Brasilis* journal team, both for challenging us to organize this dossier, and for the care with which they followed the different stages of its making.

- 1 Despite some partial studies published in recent years, a comprehensive reading of Portuguese Geography has not yet been carried out in order to understand the role of geographic discourse in “colonial context” and the way in which this same discourse seems to have been reassessed, as the international climate around Portuguese colonial policy from the mid-1950s onwards aggravated (Pimenta et al., 2011; Oliveira and Paiva, 2019; Sarmento, 2019). Postcolonial theory teaches us that colonization not only transformed the colonized world, but also profoundly transformed colonizing societies, thus placing the question of colonialism at the heart of European modernity (Driver, 2006; Butlin, 2009). This means that we departed to this dossier pretending, as a fundamental aim, to gather a set of critical analyses on some of the most representative discourses and practices of Portuguese Geography of the time, on the “tropical world”. In doing so, we propose to contribute to the epistemological renewal of the discipline

itself, which, in our view, and in line with Driver (2006), Bruneau (2008), Jazeel (2014), Clayton and Kumar (2019) and Clayton (2020), has not yet sufficiently reflected on this very complex moment in its history.

- 2 We recognise that tropical geography was constituted as a relatively autonomous disciplinary field in Portugal from the mid-twentieth century. We also identify that, to a certain extent, and as a result of the context of dictatorship and the intransigence regarding decolonization, which lasted until 1974, the history of the late Portuguese colonial period constituted a specific reality in the European context (Pimenta et al., 2011; Almeida, 2014; Jerónimo and Pinto, 2015; Alexandre, 2017). With the end of the Portuguese colonial rule in Africa and, almost simultaneously, with the establishment of a democratic regime and the preference for European integration, Portuguese tropical geography nearly disappeared. In any case, our first concern was not to contribute to the delimitation of a supposed Portuguese exceptionalism, but rather to add to the expansion of the current knowledge on “imperial science” global history, by exploring a geography situated beyond the Anglophone and Francophone worlds, which are nearly hegemonic in the contemporary academic debate (Ferretti, 2020). Our drive was therefore mainly to advance arguments to the important ongoing debate on the role of Geography in the processes of colonization and decolonization (Clayton and Kumar, 2019; Clayton, 2020).
- 3 When we proposed to gather original contributions focused on the analysis of scientific discourses and practices on the profile of the main agents, networks and institutions that forged Portuguese geographical knowledge about the tropics in the post-World War II period, we launched the challenge to work on two main topics. On the one hand, an analysis focused on the activity of the so-called “Lisbon School of Geography”, organized at the Centre for Geographical Studies of the University of Lisbon, mainly around the figure of Orlando Ribeiro, and on the work of the various research missions that Ribeiro coordinated in Africa, but also in Asia, without which this “School” could not be understood (Castelo, 2013). On the other hand, we encouraged research focused on other institutional areas which are relevant to the understanding of the object under study, namely those capable of looking closely at the intersections between political, economic and scientific practices, which are at the heart of the assertions of “imperial science” (Shepherd, 2005; Hersey et al., 2019). In this context, research that deepened the study of the international networks and partnerships of Portuguese tropical geography, which may have constituted a perhaps barely visible, but no less interesting part, of the intense international networks – and, in this case, to a large extent trans-imperial – that structure the geographies of science between “centre” and “peripheries” (Meusburger et al., 2010; Jazeel, 2014; Jöns et al., 2017; Sarmiento, 2019).
- 4 If these were the starting premises for this dossier, the texts submitted in the meantime confirm the centrality or relevance of several of these topics, as they ended up inquiring other ineluctably associated themes with the construction of geographic knowledge that accompanied the last breath of the Portuguese colonial empire. Using a simple chronological rule, the first question posed concerns the reflection on the “colonial unconscious” that has accompanied the practice of Portuguese institutional Geography since the first decades of the 20th century, thus articulating what would be the specific subject of colonial geography and what we commonly recognize as being specific to tropical geography.

- 5 This is what is proposed by **José Ramiro Pimenta** in the text about Francisco Xavier da Silva Teles. His work underlines several points of identity between, on the one hand, the contribution lent to the delimitation of the disciplinary field of Geography by a person who was, simultaneously, secretary-general of the Lisbon Geographical Society, promoter of the National Colonial Congress (1901) and the first person responsible for teaching Geography at higher level in Portugal, in 1904, and, on the other hand, Orlando Ribeiro's commendable judgment of his legacy, both with regard to the introduction of a "strictly scientific method" into university education, as well as "in the somewhat vague domain of colonial studies" that Silva Teles had conceived under the strong tutelage of Climatology (Ribeiro, 1976). This bond launched between two central figures – who are also very different – of Portuguese Geography of the 20th century has an immediate meaning, as this same memory reverberates on the place of the colonial dimension in the academic development of Geography, that is to say, that also in the Portuguese case, the construction of tropical geography in the context of the second post-War period did not dispense an explicit return to its colonial origins (Zytnicki, 2008; Deprest, 2017).
- 6 If there were any doubts about this, the fact that the main effort of the "Lisbon School of Geography", supervised by Ribeiro – and executed especially by Ilídio do Amaral, Raquel Soeiro de Brito, Mariano Feio and Carlos Alberto Medeiros – focused on the same Southwest Angola that Silva Teles had anticipated as the space of choice for "European acclimatization" in the Portuguese colonies in Africa (Pimenta, 2020; Pereira, 2023), confirms this idea. It is this fact that allows to establish a link between the two works that, to a certain degree, signal the extreme points of this long cycle of works. The earlier corresponds to the *Rapport sur la climatologie inter-tropicale et les climats des colonies portugaises* that Silva Teles prepared to the Colonial Institute in Brussels in 1924; the later is *A Colonização das Terras Altas da Huíla (Angola): estudo de Geografia Humana* [The Colonization of Huíla Highlands: a study of Human Geography], that Carlos Alberto Medeiros presented as a doctoral thesis at the University of Lisbon, in 1976, and which Orlando Ribeiro did not hesitate to describe as a "work of colonial Geography (despite the outdated term, but perfectly justified)" (Ribeiro, 1981: 125).
- 7 This cataloguing is present in *A colonização de Angola e o seu fracasso* [The Colonization of Angola and its failure], a book written in the immediate aftermath of the fall of the African Empire and a work in which Ribeiro also discovers links between Silva Teles' anticipation of progress in tropical hygiene and medicine applied to the study of malaria in *A colonização portuguesa nos climas tropicais* (1891) [Portuguese colonization in tropical climates], and the ideas that Pierre Gourou put forward on the same subject, more than half a century later. That Gourou was "the greatest tropicalist of all time" in Ribeiro's reading (1981: 26) closes the circle that articulates this essentially office knowledge that went by the name of colonial geography – that of Silva Teles – and the "Terrain geography" on the tropics that the "Lisbon School of Geography" applied from the "system of thought" of Pierre Gourou and the tropical geographers who Gourou influenced, following the publication of his thesis on the peasants of the Tonkin Delta, in 1936 (Gourou, 1936; Solotareff, 1996: 253; Ribeiro, 2017 [1968]; Oliveira, 2019).
- 8 It is true that the experience of the terrain was not a sufficient condition to mark the shift, from an epistemological and academic dimension, between an office knowledge and eminently applied to the economic challenges of colonization that was typical of colonial geography and the tropical geography of "culturalist" nature and "ecological"

reasoning – that is, focused on the study of the relationship between human organisms and the bioclimatic environment (Solotareff, 1996; D'Alessandro, 2003; Claval, 2007; Bouquet, 2008; Zytnecki, 2008; Deprest, 2017). It is also a fact that it was based on the new institutional and political conditions found in the second post-War period for the development of field research that the work of tropical geographers managed to transform the legacy of the old colonial geography into a distinct knowledge. Even if Orlando Ribeiro, as we have just seen, preferred to continue to call everything by the same name, he already had in mind the new paradigm when, in a colloquium promoted by the Junta de Investigações Coloniais [Colonial Research Board], in December 1949, he advocated the need to meet the conditions to conduct direct, prolonged and intensive research:

Only when there is a body of researchers with extensive experience of working in tropical regions, people always ready to leave, when some monographs have been written and there are good specialists in different subjects in Africa or Asia, will we have taken a decisive step forward on the path of colonial research. (Ribeiro, 1970: 144)

- 9 Not by chance, his disciple Ilídio do Amaral took this passage as the theme of the long inventory he prepared on the writings of the “Lisbon School of Geography” concerning tropical regions produced between the beginning of the 1940s and the end of the 1970s (Amaral, 1979). This report systematizes the results of the successive fieldwork “missions” organized by the Centre for Geographical Studies of the University of Lisbon on behalf of the Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais/do Ultramar, with an emphasis on the Geography Mission to Guinea (1947), the Geography Mission to India (1955-1956), the Physical Geography Study Mission of Angola (1958-1961) and the Overseas Physical and Human Geography Mission (1961-1973). It is also not by chance that in this dossier this is a recurring topic, as is the case with the text in which **João Sarmento** investigates the place that Africa had in the set of Portuguese tropical geography missions in the second half of the 20th century. This is a text that benefits from the recent work that this researcher devoted to Orlando Ribeiro's field notebooks produced during the successive work trips he made to Angola between 1960 and 1969, as part of the Geography missions carried out in the service of the Junta das Missões Geográficas (Sarmento, 2022).
- 10 Starting from the description of the unifying role played by Orlando Ribeiro in this process, Sarmento articulates the geographer's role with the aims of “scientific occupation” of the overseas territories. This policy, outlined by the Portuguese *Estado Novo*, from the second half of the 20th century, when the establishment of self-determination of peoples within the UN encouraged a set of responses on the part of the colonial power that – among many other aspects – combined the reinvention of old practices of scientific nationalism with the intensification of trans-imperial technical and scientific cooperation (Castelo, 2013, 2022). Essentially, the aim was to produce a “strategic knowledge” (Lacoste, 1976), capable of resisting the wave of decolonization in progress, purposes in relation to which institutionalized Geography responded through successive missions dedicated to fieldwork, as earlier mentioned, as well as the creation of the Scientific Group for the Preparation of Geographers for the Overseas, which operated under the Faculty of Arts of the University of Lisbon between 1958 and 1973, and was established from a proposal addressed in 1956 by Ribeiro to the Overseas Research Board.

- 11 Sarmento reconstructs the micro-history of these organisms based on documentation from the private archives of two of the main researchers involved in them, i.e., Orlando Ribeiro and Ilídio do Amaral, and – above all – through the processes related to the Geographical missions carried out from 1958 onwards and integrated in the documentation of the now-defunct Overseas Research Board, presently in the custody of the University of Lisbon. In this review, a reference to the launch, in 1966, of the first issue of the journal *Finisterra* is also included. Co-founded by Orlando Ribeiro, Suzanne Daveau and Ilídio do Amaral at the Centre for Geographical Studies of the University of Lisbon, this journal soon established itself as the main Portuguese journal of academic Geography. From its inception it was marked by the dissemination of research results concerning Africa – and, as Sarmento reminds us, it symptomatically opened the first issue with a theoretical-methodological article signed by Pierre Gourou (Gourou, 1966).
- 12 This particular observation which frames the launch of *Finisterra* within the scope of the work of the Overseas Physical and Human Geography Mission finds a different treatment in the bibliometric study that **Diogo Gaspar Silva** presents on the evolution of the contents of this journal between 1966 and the present. To this end, Silva explored the line of continuity that it is possible to establish between explicitly colonial or tropical themes, in a first phase, and the progressive updating of this body of studies in accordance with the concerns and semantics of the “geography of development” and – even more recently – post-colonial approaches, centred on the deconstruction of colonial ideology associated with geographic knowledge and its representations (Clayton, 2008, 2020; Pimenta et al., 2011; Clavaron, 2021). This study also takes as a starting point recent surveys on the intersection of “tropicality” in Portuguese Geography journals, in this case focusing on Brazil and Brazilian Geography (Paiva et al., 2019; Paiva e Oliveira, 2021). As in Sarmento's article, the reading of the successive thematic and epistemological reconfigurations of this legacy, transmitted in the pages of *Finisterra* for over more than five decades, allows a detailed approach to the archaeology of this knowledge. Firstly, because it analysis the contribution made by individual protagonists; secondly, since it unveils the dissemination rhythms that do not coincide exactly with the generic chronology that we use for the operational validity of the Lisbon Tropical “School” of Geography. If most researchers interrupted fieldwork with the advent of African decolonization, the dissemination of this knowledge continued to be important for another decade, with all that followed in terms of methodological effectiveness and integration with the new international debates that meanwhile accompanied the development of Geography (Lacoste, 2008).
- 13 Two specific fieldwork experiences, separated by little more than a decade and translated from the respective technical reports for the Overseas Research Board, formed the basis of two texts prepared for this dossier. In the first case, it is the study presented by **Francisco Roque de Oliveira** on the report which resulted from Francisco Tenreiro field study in São Tomé, in 1956. Based on textual, cartographic and photographic documents from the Centre for Geographical Studies of the University of Lisbon, to which Tenreiro was associated almost since its foundation, Oliveira reconstructs the conditions encountered and the options taken *in situ* by the geographer, under the circumstances in which he had the first contact with the object that would embody his doctoral thesis: *Ilha de São Tomé: estudo geográfico* (1961) [The Island of São Tomé: a geographic study] – seen in retrospective, one of the reference works of Portuguese tropical geography (Medeiros, 1996).

- 14 In this case, archive research made possible to fill in the many gaps resulting from not having had access to a personal record instrument such as a field notebook, and ended up offering particularly relevant clues to the reconstitution of the institutional and political context which led to Tenreiro's progressive involvement in the project of West Africa studies designed by Orlando Ribeiro in the late 1940s. At that time, Tenreiro added to the work he had been carrying out in Cape Verde archipelago, the inquiries resulting from the Geography mission to Portuguese Guinea. Predictably, this project was linked to the plan for the “scientific occupation of overseas territories” designed by the corresponding bodies and agents of the Portuguese Ministry of Colonies/Overseas. It responded in a no less decisive way to international scientific cooperation programs structured either from London, through the London School of Economics and Political Sciences and the International African Institute, or from Dakar, in this case through the Institut Français d'Afrique Noire (IFAN) and the so-called International Conferences of West Africanists (CIAO), which would later operate under the auspices of the Commission for Technical Cooperation in Africa South of the Sahara (CCTA) and the Regional Scientific Council for Africa South of the Sahara (CSA). From this gradual approach to study plans that are no longer strictly “colonial”, but rather “Africanist” – again, because they are inseparable from a field experience, carried out by professional researchers who put into practice heuristic instruments applied to the study of African geography (D'Alessandro, 2003) –, to a large extent, the insertion of the disciplinary territory of Portuguese university geography in the tropical space will take place.
- 15 The second text, which is based on an example of field work carried out by Portuguese geographers, is signed by **Cláudia Castelo**. It focuses on information produced by Raquel Soeiro de Brito, in 1968, concerning cattle raising and grazing in the districts of Moçâmedes and Huíla, Angola. Written within the scope of the Overseas Physical and Human Geography Mission, in which Soeiro de Brito was an assistant, this report allows us to carry out a partial reconstitution of the methodology and the main work instruments used. While the results are generally very close to what is inferred for the same subject from Francisco Tenreiro's report analysed in the previous article, Soeiro de Brito' report is an eloquent example of the execution of applied science in the attempt to solve the growing conflicts that were happening between the pastoralist and agro-pastoral peoples of southwest Angola and the white settlers, who benefited from the demarcation of concessions and the establishment of livestock companies. The fact that this was a confidential document, aimed at the leadership of the Overseas Research Board and, from there, transmitted to the general government of Angola and to different levels of the colony's administration, should not detract us from its value as a testimony of the viewpoints mismatch – and even of the tension – between colonization options and policies and the results of scientific work, in this case that of geographers.
- 16 Raquel Soeiro de Brito published a “note” in *Finisterra* (Brito, 1970) in which she incorporated a substantive part of the observations carried out in Moçâmedes, as well as the fundamentals of her critical point of view. These relate to the conditions imposed to the “native populations” transhumance practices, result of an arbitrary zoning and the “progressive cornering in the worst conditions areas”, and to the establishment prospect of “evolved and willing to employ capital that can be amortized in the long term” white concessionaires, as her 1968 report reads. It certainly says something about how such mismatches took place. This confounds a priori judgments that are sometimes tried, when undertaking a colonial/tropical geographic discourse

critique, generalizing in excess and not taking into account the diversity and competition of discourses in colonial situation (Singaravélou, 2008; Deprest, 2017; Macagno, 2019).

- 17 It is worth adding that this is not an isolated case. Orlando Ribeiro did much the same when he published some of the criticisms he had written in confidential reports about white settlements and explicit practices of racism, as it happened in the emblematic *Colonato da Cela*, in the district of Kuanza-Sul, Angola (Castelo, 2013, 2021a, 2021b, 2022). What seems to be inferred from cases like these is a relative liberty given to geographical discourse, in contrast to what we find in the surveillance that Portuguese colonial and dictatorial state exercised over other disciplinary knowledge co-participants of the colonial scientific system, namely in social sciences. Why is there such an apparent inequality of criteria? In addition to what could arise from the intellectual authority and institutional prestige of this or that scientist – and in Ribeiro’s case, both valences were combined –, most likely, because the established power found in this latter group of knowledge a political and ideological background that did not recognized in the discipline of Geography, that was still viewed as very marked by its physical matrix, which in turn was mainly subsidized by the internal overweight of Geomorphology. Other “neutral” disciplinary fields, such as Biology, Botany and Zoology, shared with Geography the advantages which resulted from this relative autonomy in relation to the interference that the Portuguese empire state did not refrain from exercising over other areas of colonial knowledge (Henriques, 2014).
- 18 In the article he prepared for this dossier, **Frederico Ágoas** directly confronts this reading paradigm, applying to Portuguese Geography led by Orlando Ribeiro in Lisbon – and by Aristides de Amorim Girão in Coimbra – an analysis grid similar to that which Rui Mateus Pereira applied to Portuguese Anthropology. According to Pereira (2011), the international conjuncture in the immediate post-War period was a decisive factor for the older Physical Anthropology, which was oriented towards raciology, to have gradually opened space for the valorisation of Ethnology as a social science and applied colonial science (cf. Leal, 2021). In Ágoas’ text, it is a matter of integrating what is perceived as the colonial/tropical drift of Portuguese Human Geography – and which will take place after the aforementioned Geography mission to Guinea, in 1947 – in the broader movement of social drift of science colonial power, both nationally and internationally. To this end, Ágoas highlights the framework and stimulus generated by Ribeiro’s participation in the Social Sciences Committee of the Commission for Technical Cooperation in Africa South of the Sahara and in the Standing Committee of the International Conferences of West Africanists, bringing together a series of recent research dedicated to the history of social sciences in Portugal (Ágoas, 2013, 2020, 2022).
- 19 As mentioned, these matters were partially addressed in the article that Francisco Roque de Oliveira dedicated to the parallel affirmation of Francisco Tenreiro as an “Africanist” and in which we find an equivalent appreciation of the role played by these instruments of trans-imperial cooperation in the epistemic and institutional orientation both of metropolitan science, as well as the science outlined in colonial research institutes based in Dakar and Bissau. Translating the terms used in Ágoas’ reading of the case carried out by Ribeiro’s group, by the terms that Yves Lacoste (2008) used to value the contribution lent by French colonial/tropical geographers vis-à-vis their “generalist” colleagues, it emerges that the urgency placed in the fight against

emerging anti-colonialism, carried by African nationalisms and the creation of the UN, ended up dictating that Portuguese Geography had recovered the attention that it had generally failed to pay to political phenomena. This was a circumstance that, paradoxically or not, brought it closer to the developments of the social sciences and may well have facilitated their reconversion in the post-colonial period.

- 20 If Frederico Ágoas introduced the sociologist's perspective to this broad reading of the foundations and results of Portuguese Geography in the context of late colonialism, **Bernardo Pinto da Cruz** added the necessary perspective of political science, this time crossing two contrasting views on the policy of strategic villages drawn by the Portuguese authorities in Angola during the Colonial War (1961-1974). One is the work of the then young American political scientist Gerard J. Bender, linked to the University of Southern California, and that of the South African geographer David L. Niddrie, who began his career in the 1930s at the University of Natal and joined the Department of Geography at the University of Florida in 1966, after sometime at the Universities of Manchester, Southern Illinois and Puerto Rico. From the outset, in this case, it is a matter of understanding how the same object of study – given by one of the most striking forms of “rural reorganization” and counter-insurrection carried out in the last quarter of Portuguese colonialism in Africa (Curto and Cruz, 2013; Curto et al., 2016; Cruz, 2019, 2020a, 2020b) – was shared and disputed by two international science agents from different generations and disciplinary fields (De Grassi, 2018). At the same time, it is a matter of assessing the extent to which access to colonial territories in a state of war, and classified information provided to foreign researchers was managed by the researchers themselves, resulting in work that, objectively, does not seem to be a simple reflection of the political, military and institutional interests that granted them this access, whether in Lisbon, Luanda or the United States. In a certain sense, these examples – especially that of Bender – allow us to confirm the same quality of tensions and negotiation that we discovered in other texts in this dossier that deal with those Portuguese geographers who responded as much to the pragmatic agenda of the funding institutes of colonial science, as they were able to add to them the mark of their own research and career projects – Ribeiro, Tenreiro and Soeiro de Brito as the most evident cases here.
- 21 The exercise proposed by Bernardo Pinto da Cruz – namely to track down the contacts and surveillance exercised over Gerard Bender by the overseas and diplomatic services, by scientific control bodies such as the Overseas Research Board, by the Portuguese political police, but also by the CIA – makes extensive use of the archival documentation corresponding to the former Colonial Research Board and the Political Affairs Office of the extinct Ministry of Overseas, now part of the Diplomatic Archive of the Portuguese Ministry of Foreign Affairs. At the same time, it suggests that the selective access to production with geographical relevance from the colonial administration provided to foreign academics such as Bender and Niddrie is not disconnected from the public effectiveness achieved by a set of “quasi-academic” publications prepared by several international observers who made journalistic travels to Angola and neighbouring territories at the invitation of the Angolan liberation movements.
- 22 At this point, the text by Bernardo Pinto da Cruz has immediate contact with the almost symmetrical reading that **Federico Ferretti** brings to us regarding the “subaltern diplomacy” promoted by the main independence political leaders of

Portuguese Africa to gather support and sympathies at the international level. Starting from the consultation of a set of private collections – that of the French communist geographer Jean Suret-Canale integrated in the Departmental Archives of Seine-Saint Denis, in Bobigny, France, and the documentation of Amílcar Cabral and Mário Pinto de Andrade made available by the Mário Soares and Maria Barroso Foundation, in Lisbon, Portugal –, Ferretti attempts a reconstitution of this network of international solidarity, including names such as the historian Basil Davidson, the political economist Ronald H. Chilcote, the sociologist Immanuel Wallerstein and the writer Joyce Lussu, in addition to the French activists linked to the *Comité National de Soutien de la Lutte de Libération dans les Colonies Portugaises*, as was the case with Gil Tchernia and Maurice Gastaud (Barros, 2020; Ginsburger, 2021).

- 23 In his article, Ferretti includes a pertinent reference to the project outlined by Amílcar Cabral in the early 1970s seeking UNESCO and the French publisher *Présence Africaine* for the printing of didactic books on Geography, with contents signed by Suret-Canale. They were intended for basic education in territories controlled by the African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde (PAIGC), led by Cabral. Naturally, the terms in which the work of another international geographer such as David Niddrie took place – who, as Bernardo Pinto da Cruz reveals, at about the same time visited Guinea at the invitation of the Portuguese Association of Companies in the Overseas, in conjunction with the Portuguese Embassy in Washington, with a view to producing “scientific” content that would certify Portugal's control over that territory and disprove the information circulated by the PAIGC and the UN Special Commission on Decolonization –, could hardly contrast more with the results pursued by Amílcar Cabral in using the geographical summaries of Suret-Canale to build a “national anti-colonial consciousness” in Guinea Bissau. However, what both say about the instrumental value of geographical writing – whether to forge a spatial representation of a new society, in the case of Suret-Canale, or to capture political support on the foreign front for a beleaguered colonial cause, in the case of Niddrie – is, in substance, equivalent. The urgency placed in these as in any other analogous *démarches*, both colonial and anti-colonial, only reinforces their nature as images genetically linked to the “impure and mundane” rhetoric of the social power that charges them (Barnett, 1996, 1998; Laranjeiro, 2021).
- 24 Borrowed from the criticism of Pierre Gourou's tropical geography that Aimé Césaire had written in his *Discours sur le colonialisme* (1953), these were precisely the terms used by Daniel Clayton to interpret, in a decolonial tone, the set of works on Tropical Geography by Pierre Gourou and Orlando Ribeiro, risking transposing the critique normally dedicated to “subaltern” actors and voices – as is largely done by Federico Ferretti – to two figures who embody the academic establishment of their time. This comparative exercise also benefits from a long journey dedicated to the contextualization of Pierre Gourou's geographical research, reviewing the terms in which the debate on tropicity had emerged in the English-speaking world by the hand of the historian David Arnold (2000), which was recently systematized in the book that Gavin Bowd and Daniel Clayton published on Gourou's work (Bruneau, 2008; Bowd and Clayton, 2019). The essay proposed by Clayton for this dossier recovers the image that Ranajit Guha invented in the essay “Not at Home in Empire” (1997), used to underline the limits of apprehension of colonial space, which finds an immediate analogy in the

experience of dispossession and precariousness that postmodern canonical literature reviews, in cases such as the “landless” in Brazil (Young, 2003).

- 25 Daniel Clayton's analysis covers nearly four decades. The earlier moment is the almost simultaneous preparation of the first drafts of *Les Pays Tropicaux* (1947) by Pierre Gourou and the establishment of the Lisbon Centre for Geographical Studies, by Ribeiro, in 1943. The latest moment, is the publication, also almost coinciding, of two composite books – a mix of autobiography, a reflection on the fate of tropical studies in Geography and a balance on colonial legacies – *Terres de bonne esperance* (1982) by Gourou and the aforementioned *A colonização de Angola e o seu fracasso*, which Ribeiro published in 1981. The latter was reviewed by Gourou in the following year, in *Les Cahiers d'Outre-Mer*, confirming a personal and scientific complicity dating back to the late 1930s. Based on the well-known technical-scientific advice that both Ribeiro and Gourou borrowed to the colonization enterprise, the supposed “duty of reserve” that one and the other would have known how to exercise in face of their respective institutional and political contexts, is explored. Similarities emerge with the text written by Cláudia Castelo and with what we mentioned earlier, about the concept of the apparent “neutrality” of Geography.
- 26 As Daniel Clayton argues here, this deliberate ambiguity manifested itself both in the use of the “realistic illusion” claimed by the disciplinary paradigm of Vidalian matrix that Ribeiro and Gourou shared, and in the public distance that these two geographers manifested in relation to tangible achievements of social engineering and settlement in rural areas of Angola and Mozambique, for example. Ribeiro invited Gourou to take part in two of the fieldwork missions carried out by the group of geographers of the “Lisbon School of Geography” in these territories between 1962 and 1963. The French geographer highlighted a sense of accelerated degradation of “traditional” forms of the landscape and the commitment of the purposes inscribed in the Luso-Tropicalist script of harmonic “miscegenation” that had moved in part from Gilberto Freyre to Orlando Ribeiro and, from there, to Gourou himself, to the point where it became indistinguishable in any of them. It is interesting to note that Ilídio do Amaral, in his review of *A colonização de Angola e o seu fracasso*, published in *Finisterra* in 1983, regretted that Orlando Ribeiro did not take the opportunity to make a criticism of Luso-Tropicalism in such a fashion as that of Gerard Bender's *Angola under the Portuguese. The Myth and the Reality* (1978), a book published in Lisbon in 1980 in a Portuguese translation revised by the author (Amaral, 1983). It should be added that Ilídio do Amaral was not the only one of the geographers of Lisbon to be attentive to the paradigm transition: shortly before, *Finisterra* had already published a long review of Bender's book signed by António Costa (1981).
- 27 Now in a literal sense, two other texts focuses on images – although deliberately very dissimilar to each other. **Luís Miguel Moreira** signs the first one, dedicated to the summary presentation of the conditions of production and reception of the monumental *Atlas of Portugal Ultramarino* [Atlas of Portugal Overseas], published by the Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais [Geographical Missions and Overseas Research Board] in 1948. This publication was preceded by a troubled editing process aimed at recovering the contents and the propagandistic message about the empire that the defunct Cartography Commission – created in 1883, in the midst of Scramble for Africa (Lobato, 2010) – had served more than 30 years earlier, when it published the *Atlas Colonial Português* [Portuguese Colonial Atlas] (1914). Like most

similar works, the *Atlas de Portugal Ultramarino* aimed at providing the general public with access to geographical knowledge about the empire that was as up-to-date as possible, through geodesic, cartographic and hydrographic works, as well as through studies of the various natural and human sciences resulting from the various scientific missions that the Junta was sponsoring in the colonial territory. It was based on the experience of the Cartography Commission, of which it had been heir since 1936. An ostentatious work which was very marked by the way the *Estado Novo* coated politics and ideology to the “third Portuguese empire” (Clarence-Smith, 1990; Alexandre, 2004), this atlas highlights the cartography of African colonies. Used and scrutinised by academic geographers in the following years, it was criticised, starting with Orlando Ribeiro, who wrote his dissatisfaction, in an internal report to the Board, as early as 1949. The meaning of these criticisms also deserves special attention, first of all because it seems to focus on the technical quality and the thematic options followed, leaving aside any discussion about the project or the ideal of “imperial citizenship” pursued by the cartographic representations compiled in the *Atlas of Portugal Ultramarino* (Blaise et al., 2011; Avila, 2011; Edney, 2019).

- 28 The proposal brought by **Daniel Paiva** offers an analysis in a reverse chronological situation. On the one hand, it is a matter of pointing out examples of study and re-appropriation of photographs taken during fieldwork in different spaces of the “tropical world” by Vidalian-based geographers linked to the “Lisbon School”, in a post-colonial context. Thus, this work includes a set of artistic objects recently created using photographic material held by the photo archive of the Centre for Geographical Studies of the University of Lisbon – e.g. books, exhibitions and films/documentaries –, which appeal to the urgent reflection on the presence (or absence), in these new objects, of revealing signs of an awareness of the colonial context in which the images were originally produced. On the other hand, this reading dedicated to the re-appropriation and resignification of photography typical of “classical” geographical science, through personal narratives that reintroduce subjectivity in observation, is accompanied by an alignment with some examples coming from literary studies that have explored, departing from cases such as that of the geographer-poet Francisco Tenreiro, the potential of the transit between the observation resulting from fieldwork in Geography and the poetic representation of the observed spaces – and eventually also captured by “photographic experience” (Éboli, 2010; Vancassel, 2021). In either case, it is largely a matter of repositioning objects extracted from a colonial context, thinking about and using them according to the personal dimension, subjectivities and hybridism of the post-colonial (Allain Bonilla, 2017; Ribeiro, 2017; Bancel, 2021; Siqueira, 2021, 2022).
- 29 The personal photographic archive, together with the memory exercise that it raises, ended up being at the centre of the text that **Maria Auxiliadora da Silva** and **André Nunes de Sousa** prepared in turn of the *IV International Colloquium of Luso-Brazilian Studies*, promoted by the University of Bahia and UNESCO, and held in Salvador, Brazil, in August 1959. Participating in this event as a young researcher linked to the recently established Laboratory of Geomorphology and Regional Studies at the University of Bahia, led by Milton Santos, the first author of this text would later train in Agrarian Geography at the Centre for Geographical Studies of the University of Lisbon, in 1966, focusing her study in the case of Coruche, Portugal. At the time, Maria Auxiliadora da Silva received a scholarship from the Instituto de Alta Cultura (Portuguese Institute for the High Culture) and was welcomed by Orlando Ribeiro and the agronomist and

geographer José Correia da Cunha, having shared a close relationship with her generational colleagues António de Brum Ferreira, Carlos Alberto Medeiros, Isabel Medeiros and Jorge Gaspar, among others (Geosul Magazine, 2014; Sousa, 2014). The scope of the research that brought her to Lisbon in the mid-1960s refers to the consolidated practice of the Lisbon School of Geography on the transformations brought about in rural areas by the introduction of modern irrigation works. While this theme escapes the immediate object of this dossier – and for this reason, the authors chose not to develop it here –, it is in the testimony given about the organization and development of the works of Section I “O Meio e o Homem” [The environment and Men] of the *Luso-Brazilian Colloquium* of Bahia (including here the unpublished photographs that illustrate it) that we find the focus of some of the main topics that crossed the entire dossier.

- 30 These themes converge, once again, in the figure of Francisco Tenreiro, who, in the absence of Orlando Ribeiro, represented the Lisbon Centre for Geographical Studies in Bahia and was one of the rapporteurs for the sessions of the aforementioned section I. He was responsible for presenting his opinion on the majority of the urban geography works by the team of the Geomorphology and Regional Studies Laboratory of Bahia, including those signed by Maria Auxiliadora da Silva. In any case, we know that Tenreiro's participation in this Colloquium extended to the two meetings of the roundtable entitled “African problems of Portuguese-Brazilian interest” and that, both there and in all six sessions of Section I, he stressed his position regarding Portuguese colonization in Africa. The voice of the geographer, the voice of the member of the official Portuguese Delegation – chaired by the then Dean of the University of Lisbon and former Overseas Minister Marcelo Caetano – or even the voice of the deputy by São Tomé and Príncipe to the Portuguese National Assembly, as Tenreiro is also identified in these works (Ribeiro, 2002, 2010), were not easy to distinguish.
- 31 It was in the context of this fundamental ambiguity that the idea of “ecological colonization” emerged in the discussion. Raised by the communication sent by Orlando Ribeiro, whose Freyrian arguments Tenreiro makes his own and clarifies in a moment of debate, explaining that this concept expressed “the transplantation of the Mediterranean culture to the tropics followed, therefore, by the tropicalization of the people” (Ribeiro, 2010: 181). In this case, following a communication by the geographer of the University of São Paulo, Antonio Rocha Penteado, who had carried out a comparative study between Bahia and Angola (Colóquio, 1959), the experience of Colonato da Cela will also be discussed, aligning once more Tenreiro for the record of those who considered it to be “a very original experience that is bearing fruit” (Ribeiro, 2010: 182). A year and a half away from the outbreak of the Colonial War, in Angola, the terms in which Portuguese Geography publicly approached colonial questions, indicates, to a large extent, everything we have been noticing about the omnipresent weight of circumstances, and the shadow which they shed over a certain way of thinking and doing science.

BIBLIOGRAPHY

- Ágoas, Frederico (2013). “Estado, universidade e ciências sociais: a introdução da sociologia na Escola Superior Colonial (1952-1972)”. In: Jerónimo, Manuel Bandeira (org.). *O Império Colonial em questão (sécs. XIX-XX). Poderes, saberes e instituições*. Lisboa: Edições 70, pp. 317-347.
- Ágoas, Frederico (2020). “Social sciences, modernization, and late colonialism: The Centro de Estudos da Guiné Portuguesa”. *Journal of the History of Behavioral Sciences*, vol. 56, pp. 278-297. DOI: <https://doi.org/10.1002/jhbs.22046>
- Ágoas, Frederico (2022). “ISCSP(U) – Palácio Burnay”. In: Guardiã, Ana; Jerónimo, Manuel Bandeira; Peixoto, Paulo (org.). *Ecossistemas coloniais: histórias, patrimónios e memórias*. Lisboa: Tinta-da-china, pp. 79-85.
- Alexandre, Valentim (2017). *Contra o vento: Portugal, o Império e a maré anticolonial (1945-1960)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Alexandre, Valentim (2004). “O império português (1925-1890): ideologia e economia”. *Análise Social*, vol. 38, n. 169, pp. 959-979. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218650604I3uCCQ0xh3Fc45BI0.pdf>> Acesso: 18 de Agosto de 2022.
- Allain Bonilla, Marie-Laure (2017). “Repositionner la photographie : quand le postcolonial devient personnel”. In: Lageira, Jacinto (dir.). *Usages géopolitiques des images – Les carnets du BAL 7*. Paris: LE BAL; Éditions Textuel, pp. 162-177.
- Almeida, Miguel Vale de (2014). “O Atlântico Pardo. Antropologia, pós-colonialismo e o caso ‘lusófono’”. In: Bastos, Cristina; Almeida, Miguel Vale de; Feldman-Bianco, Bela (orgs.). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, pp. 31-45.
- Amaral, Ilídio do (1983). “A colonização de Angola e o seu fracasso interpretados por Orlando Ribeiro”. *Finisterra*, vol. 18, n. 36, pp. 403-410. Available at: <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2109>> Accessed: 18th August 2022. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis2109>
- Arnold, David (2000). “‘Illusory Riches’: Representations of the Tropical World, 1840-1950”. *Singapore Journal of Tropical Geography*, vol. 21, n. 1, pp. 6-18. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-9493.00060>
- Avila, Isabelle (2011). “Les cartes de l’Empire dans les atlas britanniques (1884-1914)”. In: Blais, Hélène; Deprest, Florence; Singaravélou, Pierre (dir.). *Territoires impériaux: une histoire spatiale du fait colonial*. Paris: Publications de la Sorbonne, pp. 169-187.
- Bancel, Nicolas (2021). *Le postcolonialisme*. Paris: Que sais-je?/Humensis.
- Barnett, Clive (1996). *Impure and Worldly Geography*. PhD thesis. Oxford: Faculty of Anthropology and Geography, University of Oxford. Available at: <<https://ora.ox.ac.uk/objects/uuid:cabb71c-906c-4822-af54-f5c7018025f5>>. Accessed: 18th August 2022.
- Barnett, Clive (1998). “Impure and worldly geography: The Africanist discourse of the Royal Geographical Society, 1831-73”. *Transactions of the Institute of British Geographers*, vol. 23, n. 2, pp. 239-251. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.0020-2754.1998.00239.x>
- Barros, Víctor (2020). “The French Anticolonial Solidarity Movement and the Liberation of Guinea-Bissau and Cape Verde”. *The International History Review*, vol. 42, n. 6, pp. 1297-1318. DOI: [10.1080/07075332.2019.1690541](https://doi.org/10.1080/07075332.2019.1690541)

- Blais, Hélène; Deprest, Florence; Singaravélou, Pierre (2011). "Pour une histoire spatiale du fait colonial". In: Blais, Hélène; Deprest, Florence; Singaravélou, Pierre (dir.). *Territoires impériaux: une histoire spatiale du fait colonial*. Paris: Publications de la Sorbonne, pp. 7-21.
- Bouquet, Christian (2008). "Géographie coloniale, géographie tropicale, géographie zonale: slalom entre les tabous". In: Velasco-Graciet, Hélène (dir.). *Les tropiques des géographes*. Pessac: Maison de Sciences de l'Homme d'Aquitaine, pp. 191-199.
- Bowd, Gavin; Clayton, Daniel (2019). *Impure and Worldly Geography. Pierre Gourou and Tropicality*. London; New York: Routledge.
- Brito, Raquel Soeiro de (1970). "Nótula acerca dos povos pastores e agro-pastores do distrito de Moçamedes". *Finisterra*, vol. 5, n. 9, pp. 69-83. Available at: <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2471>> Accessed: 18th August 2022. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis2471>
- Bruneau, Michel (2008). "Tropicalité, tropicalisme, géographie tropicale:   volution d'un débat, des géographes francophones aux géographes anglophones". In: Velasco-Graciet, Hélène (dir.). *Les tropiques des géographes*. Pessac: Maison de Sciences de l'Homme d'Aquitaine, pp. 169-188.
- Butlin, Robin A. (2009). *Geographies of Empire. European Empires and Colonies c. 1880-1960*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Castelo, Cláudia (2013). "Ciência, Estado e desenvolvimento no colonialismo portugu  s tardio". In: Jerónimo, Manuel Bandeira (org.). *O Império Colonial em questão (sécs. XIX-XX). Poderes, saberes e instituições*. Lisboa: Edições 70, pp. 349-387.
- Castelo, Cláudia (2021a). "Ciência de 'saber durar'? Missões científicas e desenvolvimento no império tardio". In: Diogo, Maria Paula; Sousa, Cristina Luís E. M. Luísa (coord.). *Ciência, tecnologia e medicina na construção de Portugal*. Vol. 4: *Inovação e contestação - séc. XX*. Lisboa: Tinta-da-china, pp. 457-483.
- Castelo, Cláudia (2021b). "Colonatos e aldeamentos no Niassa, Moçambique: processos e impactos sociais em tempo de guerra (1964-1974)". *Tempo*, vol. 23, n. 3, pp. 478-500. DOI: 10.1590/tem-1980-542x2021v2701
- Castelo, Cláudia (2022). "Introdução. Desenvolvimento, cooperação e ciência na era da descolonização". In: Sarmento, João. *Orlando Ribeiro - Cadernos de campo, Angola 1960-1969*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, pp. 11-20.
- Clarence-Smith, Gervase (1990). *O terceiro império portugu  s (1825-1975)*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Claval, Paul (2007). *Géographie et géographes*. Paris: L'Harmattan.
- Clavaron, Yves (2021). *La carte et le territoire colonial*. Paris: Kim  .
- Clayton, Daniel (2008). "Le passé colonial/impérial et l'approche postcolonial de la géographie anglophone". In: Singaravélou, Pierre (dir.). *L'empire des géographes. Géographie, exploration et colonisation (XIX  -XX   siècle)*. Paris: Belin, pp. 219-234.
- Clayton, Daniel (2020). "The Passing of 'Geography's Empire' and Question of Geography in Decolonization, 1945-1980". *Annals of the American Association of Geographers*, vol. 110, n. 5, pp. 1540-1558. DOI: 10.1080/24694452.2020.1715194
- Clayton, Daniel; Kumar, M. Satish (2019). "Geography and decolonization". *Journal of Historical Geography*, vol. 66, pp. 1-8. DOI: 10.1016/j.jhg.2019.10.006
- Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, IV (1959). *IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Bahia, Agosto 1959*. Salvador: Universidade da Bahia.

- Costa, António (1981). “Angola sob o domínio português. Mito e realidade segundo Gerald G. Bender”. *Finisterra*, vol. 16, n. 32, pp. 362-374. Available at: <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2185>> Accessed: 18th August 2022. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis2185>
- Cruz, Bernardo Pinto da (2019). “The Penal Origins of Colonial Model Villages: From Aborted Concentration Camps to Forced Resettlement in Angola (1930–1969)”. *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, vol. 47, n. 2, pp. 343-371. DOI: 10.1080/03086534.2019.1605699
- Cruz, Bernardo Pinto da (2020a). “A unidade de vizinhança na Angola colonial: repertórios de concentração e políticas urbanas (1950-1974)”. In: Cruz, Bernardo Pinto da (org.). *Descontrolo em Luanda: urbanismo, polícia e lazer nos musseques do império*. Lisboa: Outro Modo; Le Monde Diplomatique, pp. 97-144.
- Cruz, Bernardo Pinto da (2020b). “The Neighbourhood Unit in Late Colonial Angola: Concentration Repertoires and Urban Policies (1950–1974)”. *Comparativ*, vol. 30, n. 1/2, pp. 60–86, 2020. DOI: 10.26014/j.comp.2020.01-02.04
- Curto, Diogo Ramada; Cruz, Bernardo Pinto da (2013). “Cidades coloniais: fomento ou controlo?”. In: Domingos, Nuno; Peralta, Elsa (org.). *Cidade e império: dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, pp. 113-165.
- Curto, Diogo Ramada; Cruz, Bernardo Pinto da; Furtado, Teresa (2016), *Políticas coloniais em tempo de revoltas – Angola circa 1961*. Porto: Edições Afrontamento.
- D’Alessandro, Cristina (2003). “Un regard sur la géographie coloniale française”. *Annales de Géographie*, t. 112, n. 631, pp. 306-315. Available at: <https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_2003_num_112_631_918> Accessed: 18th August 2022. DOI: <https://doi.org/10.3406/geo.2003.918>
- De Grassi, Aharon (2018). “The work of Gerard J. Bender: an appreciation”. *LASO Newsletter* [Lusophone African Studies Organization], November, pp. 5-6 e 13.
- Deprest, Florence. (2017). “Qu’est-ce qu’un géographe colonial ? Jean Brunhes, l’irrigation et la géographie humaine (1894-1911)”. *L’Espace géographique*, vol. 46, n. 3, pp. 264-284. Available at: <<https://www.cairn.info/revue-espace-geographique-2017-3-page-264.htm?contenu=article>> Accessed: 18th August 2022. DOI: <https://doi.org/10.3917/eg.463.0264>
- Driver, Felix (2006). *Geography Militant. Cultures of Exploration and Empire*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Éboli, Luciana (2010). “O Regresso à Ilha em Coração em África: imagens de uma geografia humana e poética”. In: Mata, Inocência (org.). *Francisco José Tenreiro: as múltiplas faces de um intelectual*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 325-335.
- Edney, Matthew H. (2019). *Cartography: the ideal and its history*. Chicago & London: The University of Chicago Press.
- Ferretti, Federico (2020). “History and philosophy of geography I: Decolonising the discipline, diversifying archives and historicising radicalism”. *Progress in Human Geography*, vol. 44, n. 6, pp. 1161-1171. DOI: 10.1177/0309132519893442
- Ginsburge, Nicolas (2021). “Engagements, difficultés et carrières. Géographes communistes et communistes dans la tourmente (1938-1945)”. In: Ginsburge, Nicolas; Robic, Marie-Claire; Tissier, Jean-Louis (dir.). *Géographes français en Seconde Guerre mondiale*. Paris : Éditions de la Sorbonne, pp. 39-62.
- Gourou, Pierre (1936). *Les paysans du delta tonkinois : étude de Géographie humaine*. Paris: Les Éditions d’Art et d’Histoire.

- Gourou, Pierre (1966). "Pour une Géographie Humaine". *Finisterra*, vol. 1, n. 11, pp. 10-32. Available at: <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2554>> Accessed: 18th August 2022. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis2554>
- Henriques, Isabel Castro (2014). "Colonialismo e História". In: Matos, Sérgio Campos (ed.). *Dicionário de Historiadores Portugueses: Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. Available at: <https://dichp.bnportugal.gov.pt/tematicas/tematicas_colonialismo_hist.htm>. Accessed: 18th August 2022.
- Hersey, Mark D.; Vetter, Jeremy (2019). "Shared ground: Between environmental history and the history of science". *History of Science*, vol. 57, n. 4, pp. 403-440. DOI: <https://doi.org/10.1177/0073275319851013>
- Jazeel, Tariq (2014). "Subaltern geographies: Geographical knowledge and postcolonial strategy". *Singapore Journal of Tropical Geography*, vol. 35, n. 1, pp. 88-103. DOI: <https://doi.org/10.1111/sjtg.12053>
- Jerónimo, Manuel Bandeira; Pinto, António Costa (eds.) (2015). *The Ends of European Colonial Empires: Cases and Comparisons*. London: Palgrave Macmillan.
- Jöns, Heike; Meusbürger, Peter; Heffernan, Michael (eds.) (2017). *Mobilities of knowledge*. Cham: Springer.
- Lacoste, Yves (1976). *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*. Paris: Librairie François Maspero.
- Lacoste, Yves (2008). "Réflexions sur la géographie coloniale". In: Singaravélou, Pierre (dir.). *L'empire des géographes. Géographie, exploration et colonisation (XIX^e-XX^e siècle)*. Paris: Belin, pp. 235-241.
- Laranjeiro, Catarina (2021). *Dos sonhos e das imagens: a guerra de libertação na Guiné-Bissau*. Lisboa: Outro Modo; Le Monde Diplomatique.
- Leal, João (2021). "Os anos 'brasileiros' de Jorge Dias". In: Silva, Ana Teles da (org.). *Cartas do Brasil. Correspondência de antropólogos e folcloristas brasileiros para Jorge Dias (1949-1972)*. Lisboa: Etnográfica Press-Museu Nacional de Etnologia, pp. 47-70.
- Lobato, Manuel (2010). "A Comissão de Cartographia e a produção científica colonial portuguesa da monarquia constitucional à I República (1883-1936)". In: Albino, Teresa (coord.). *Viagens e missões científicas nos trópicos, 1883-2010*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, pp. 14-18.
- Macagno, Lorenzo (2019). *A invenção do assimilado: paradoxos do colonialismo em Moçambique*. Lisboa: Edições Colibri.
- Medeiros, Carlos Alberto (1996). "Nas margens da geografia humana: um olhar sobre a obra de Francisco Tenreiro", *Inforgeo*, n. 11, pp. 177-180.
- Meusbürger, Peter; Livingstone, David N.; Jöns, Heike (eds.) (2010). *Geographies of science*. Heidelberg: Springer.
- Oliveira, Francisco Roque de (2019). "El México de Orlando Ribeiro: cuaderno de campo, fotografías y textos relativos a la Conferencia Regional Latinoamericana de la Unión Geográfica Internacional". *Investigaciones Geográficas*, n. 100, e60018. DOI: <https://doi.org/10.14350/ig.60018>
- Oliveira, Francisco Roque de; Paiva, Daniel (2019). "Saberes geográficos e Geografia institucional. Apresentação". In: Oliveira, Francisco Roque de; Paiva, Daniel (eds.). *Saberes geográficos e Geografia institucional: relações luso-brasileiras no século XX*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da

Universidade de Lisboa, pp. 7-16. Available at: <<http://hdl.handle.net/10451/46235>>. Accessed: 18th August 2022.

Paiva, Daniel; Lopes, Jonathan Felix Ribeiro; Oliveira, Francisco Roque de (2019). “O Brasil e a Geografia brasileira nas revistas académicas portuguesas do século XX: produção, temas e redes”. In: Oliveira, Francisco Roque de; Paiva, Daniel (eds.) (2019). *Saberes geográficos e Geografia institucional: relações luso-brasileiras no século XX*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 93-106. Available at: <<https://hdl.handle.net/10451/46241>>. Accessed: 18th August 2022.

Paiva, Daniel; Oliveira, Francisco Roque de (2021). “Luso-Brazilian geographies? The making of epistemic communities in semi-peripheral academic human geography”. *Progress in Human Geography*, vol. 45, n. 2, pp. 489-512. DOI: <https://doi.org/10.1177/0309132520923062>

Pereira, Jenesildo de Jesus (2023). “Representations of Africa and Africans in the magazine Portugal em África (1894-1910)”. In: Machado, Adelaide Vieira; Fonseca, Isidora de Ataíde; Newman, Robert S.; Lobo, Sandra Ataíde (eds.). *Creating and opposing empire: the role of the colonial periodical press*. New York: Routledge, 16 pp. [preprint] DOI: 10.4324/9780429282270-4

Pereira, Rui Mateus (2021). *Conhecer para dominar. O desenvolvimento do conhecimento antropológico na política colonial portuguesa em Moçambique, 1926-1959*. Lisboa: Edições Parsifal.

Pimenta, José Ramiro (2020). “Francisco Xavier da Silva Teles”. In: Matos, Sérgio Campos (ed.). *Dicionário de Historiadores Portugueses: Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. Disponível em: <https://dichp.bnportugal.gov.pt/historiadores/historiadores_silva_teles.htm>. Accessed: 18th August 2022

Pimenta, José Ramiro; Sarmiento, João, Azevedo, Ana Francisca (2011). “Lusotropicalism: Tropical geography under dictatorship, 1926-1974”. *Singapore Journal of Tropical Geography*, vol. 32, n. 2, pp. 220-235. DOI: 10.1111/j.1467-9493.2011.00430.x

Revista Geosul (2014). “Entrevista com a professora Maria Auxiliadora da Silva”. *Geosul*, vol. 29, n. 58, pp. 205-242. Available at: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/37526/28823>> Accessed: 18th August 2022.

Ribeiro, António Pinto (2017). *África, os Quatro Rios. A representação de África através da literatura de viagens europeia e norte-americana, 1958-2002*. Porto: Edições Afrontamento.

Ribeiro, Maria de Fátima Maia (2002). “IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros: malhas de sombras e silêncio que o império tece...”. In: Lemos, Fernando; Leite, Rui Moreira (orgs.). *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: UNESP; EDUSC, pp. 29-38.

Ribeiro, Maria de Fátima Maia (2010). “Francisco Vasques Tenreiro no IV Colóquio (1959): um intelectual afeito a palavras e a campos disciplinares”. In: Mata, Inocência (org.). *Francisco José Tenreiro: as múltiplas faces de um intelectual*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 167-182.

Ribeiro, Orlando (1970). *Variações sobre temas de ciência*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

Ribeiro, Orlando (1976). “Silva Telles, introdutor do ensino da Geografia em Portugal”. *Finisterra*, vol. 11, n. 21, pp. 11-36. Available at: <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2304>> Accessed: 18th August 2022. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis2304>

Ribeiro, Orlando (1981). *A colonização de Angola e o seu fracasso*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Ribeiro, Orlando (2017) [1968]. “Prefácio à versão portuguesa da 4.^a edição de *Les Pays Tropicaux*”. In: Ribeiro, Orlando; Daveau, Suzanne (ed.). *Mestres, colegas, discípulos*, vol. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 734-738.

Sarmiento, João (2019). "Portuguese tropical geography and decolonization in Africa: the case of Mozambique". *Journal of Historical Geography*, vol. 66, pp. 20-30. DOI: 10.1016/j.jhg.2018.11.002

Sarmiento, João (2022). *Orlando Ribeiro – Cadernos de campo, Angola 1960-1969*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.

Shepherd, Chris. (2005). "Imperial science: The Rockefeller Foundation and Agricultural Science in Peru, 1940-1960". *Science as Culture*, vol. 14, n. 2, pp. 113-137. DOI: 10.1080/09505430500110879

Siqueira, Marcelo Nogueira de (2021). "Escafandistas, sábios e futuros amantes: alegorias sobre arquivo, memória, história, patrimônio e identidade". In: Sotuyo Blanco, Pablo (org.). *Estudos de iconografia musical na transversalidade*. Salvador: EDUFBA, pp. 11-23.

Siqueira, Marcelo Nogueira de (2022). "A dimensão afetiva do documento fotográfico: contraponto ou complemento no tratamento arquivístico?". In: Madio, Telma Campanha de Carvalho; Machado, Bruno Henrique; Bizello, Maria Leandra (orgs.). *Desafios na identificação e organização de fotografias: abordagens teóricas e boas práticas nos arquivos brasileiros*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, pp. 209-222. DOI: 10.36311/2022.978-65-5954-277-2

Solotareff, Marion (1996). "Naissance et évolution de la géographie tropicale (1930-1960)". In: Claval ; Paul ; Sanguin, André-Louis (dir.). *La géographie française à l'époque classique (1918-1968)*. Paris: L'Harmattan, pp. 234-257.

Sousa, William Morais Antunes de (2014). "Maria Auxiliadora da Silva". In: Silva, Maria Auxiliadora da (org.). *Encontro de gerações. Seminário Nacional: Contribuição à Geografia Brasileira*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, pp. 215-232.

Vancassel, Paul (2021). *Penser les regards photographique*. Paris: L'Harmattan.

Young, Robert J. C. (2003). *Postcolonialism: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.

Zytnicki, Colette (2008). "La géographie tropicale est-elle l'héritière de la géographie coloniale ? L'exemple de l'enseignement de la géographie coloniale à Bordeaux (1890-1948)". In: Singaravélou, Pierre (dir.). *L'empire des géographes. Géographie, exploration et colonisation (XIX^e-XX^e siècle)*. Paris: Belin, pp. 202-211.

AUTHORS

FRANCISCO ROQUE DE OLIVEIRA

Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa e Laboratório Associado TERRA, Portugal

Email: f.oliveira@campus.ul.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5854-8971>

JOÃO SARMENTO

Departamento de Geografia e Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade – Universidade do Minho – Campus de Azurém

Email: j.sarmiento@geografia.uminho.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4770-2427>

A Geografía colonial de Silva Teles (1860-1930)

The colonial Geography of Silva Teles (1860-1930)

La Géographie coloniale de Silva Teles (1860-1930)

La Geografía colonial de Silva Teles (1860-1930)

José Ramiro Pimenta

NOTA DO EDITOR

Submetido 27 Jun. 2022; aceite 5 Out. 2022

Revisión del castellano por: Guadalupe Pinzón Ríos. Instituto de Investigaciones
Historicas, Universidad Nacional Autónoma de México.

*El autor desea agradecer a los editores y revisores (científicos y lingüísticos) de Terra Brasilis por
la forma en que contribuyeron para la mejora significativa de este artículo.*

Si la geografía fuera retórica.
¡Qué geografía tan atea y dórica!
Pero siendo solo geografía
¡Qué geografía, qué geografía!

FERNANDO PESSOA

(ap. J. Couvaneiro, 2012)

Locis reipublicae

- 1 Francisco Xavier da Silva Teles (1860-1930), el "más ilustre representante de la ciencia geográfica de su tiempo en Portugal" (Lautensach, 1931), introdujo la Geografía en la Educación Superior, en 1904, en el Curso Superior de Letras de Lisboa, y fue un nombre mayor en los estudios coloniales en Portugal (Ribeiro, 1976).

- 2 Nacido en Pondá, en el antiguo Estado Portugués de India, Silva Teles era de ascendencia portuguesa. Completa su educación primaria y secundaria en su Goa natal. En 1879 viaja a la Metrópoli para asistir, inicialmente, a la Escola Médico-Cir rgica do Porto, completando el curso en Lisboa y luego incorporándose a la Marina como médico naval. La formación especializada que, con L once Manouvrier (1850-1927), adquirió en París, en 1900, explica su preferencia por los estudios de Antropología, que asocia a las disciplinas de Climatología e Higiene, que considera fundamentales en la organización de una verdadera "colonización científica" (Ribeiro, 1976).
- 3 La biografía científica de Silva Teles remite a distintos  mbitos, escalas y temporalidades. Veremos cómo no le son indiferentes: i) los intereses imperialistas de Portugal desde el final de la Monarquía y el período republicano hasta su muerte, y que continuarían, reforzados, en la primera fase del "Estado Novo" (1933-1945); ii) el marco internacional de una ciencia geográfica recién emergida pero en acelerada aceptación institucional en la Universidad y en el Estado; iii) los rasgos fuertes de una biografía particular y ejemplar, de una personalidad de múltiples facetas —médico naval, profesor universitario, rector, ministro, científico y acad mico— y con prácticas concretas y diversificadas.¹
- 4 Un elenco de la *topografía social* permite enumerar los lugares de las principales prácticas profesionales, políticas y cívicas de Silva Teles en la Lisboa de su tiempo. Entre 1860 y 1930, años del nacimiento y muerte de Silva Teles Lisboa duplicó su tamaño. Es un período de intensa urbanización de la capital del país —que avanza sobre los campos y acantilados del espacio circundante, como lo indica el nombre de las áreas ocupadas: Campo Pequeno, Campo de Ourique, Penha de França...—, resultado de una "revolución industrial" ya establecida (Teixeira y Sampaio 2018; Tened rio, 2003).
- 5 Simbólicamente importantes son los *locis reipublicae*, como el casino de la "Generación de 1870", la estatua de Cam es o la Plaza del Ayuntamiento — y otros más inefables, como las diversas "logias" asociadas a él, ya que parecen ser de admitir las estrechas relaciones del geógrafo con la masonería. Como estudiante universitario y joven egresado, Silva Teles estuvo profundamente influenciado por la exploración geográfica portuguesa del continente africano, por los ideales republicanos que ya se afirmaban persistentemente en ese momento; se adhiere calurosamente a las conmemoraciones del III centenario de la muerte de Cam es, en 1880, y es muy probable que la "crisis del ultimátum" no sólo haya calado fuerte en su espíritu "colonial", sino que también haya fortalecido su determinación de dedicar parte de su trabajo intelectual, pedagógico y esfuerzo institucional a la " misión civilizadora " de Portugal en las regiones tropicales, especialmente en las colonias africanas. Y es el propio Silva Teles quien informa a los lectores de *O Pantheon* que es a partir del ímpetu generado por esas celebraciones que surge la Federación Acad mica Portuguesa, "esa liga fuerte que nos hace tener una comunidad de ideas y resolver la fórmula del progreso" (Teles, 1881b, 1881c, 1894. V. t. Couvaneiro, 2012. Cf. Pereira y Pimenta, 2018).
- 6 Muy relacionados con el republicanismo militante de Silva Teles están los movimientos de intervención cívica y pedagógica de los "Estudos Livres" y la "Universidad Popular", que pretendían difundir, a través de conferencias públicas, la "ciencia positiva" de Comte en sectores de la sociedad y abolir la influencia "nefasta" de la Religión. Por ejemplo, Silva Teles dirigió un curso de Antropología en la Academia de Estudos Livres, cuyos procedimientos instrumentales fueron replicados "en la expedición científica que la Sociedade de Geografia de Lisboa promovió, en 1881, a la

Serra da Estrela" (Bessa, 2012: 303. Cf. Daveau, 1981; Teles, 2001). Con presencia habitual en el Ateneu Comercial y en la *Revista de Estudos Livres*, dirigida por Teófilo Braga (1859-1924), Silva Teles publica los tres números de "Patologia da vontade" (Patología de la Voluntad) (Teles, 1881a, 1884).

- 7 Por un breve tiempo, Silva Teles fue diputado por el Partido Progresista, poco antes de que los universitarios se declararan en huelga, de que la dictadura de João Franco (1906-1908) cerrara las Cortes y los radicales de Carbonária mataran al Rey y al Príncipe Heredero: la normalidad parlamentaria sólo se restablecería plenamente con el advenimiento de la República. Según Orlando Ribeiro, Silva Teles continúa en la Liga Nacional de Educação, de la que fue uno de los fundadores, apegado a los propósitos reformadores (Ribeiro 1976; Teles, 2011; Garcia y Aurindo 2004).
- 8 Tras un decepcionante paso por el mundo de la toma de decisiones políticas —sería, en 1929, Ministro de Instrucción por unos días, en un gobierno en el que Salazar² ya se afirmaba como figura dominante—, es un Silva Teles más retraído lo que vemos dedicando gran parte de su esfuerzo intelectual a la observación más cercana y prolongada de Portugal y a la interpretación de la fisonomía diferenciada de sus paisajes. Es el momento de la contribución a la *Guia de Portugal* (Teles, 1924b) y de la publicación, en 1929, de *Aspectos Geográficos e Climáticos* [de Portugal], para la Exposición Iberoamericana de Sevilla (Teles, 1929a), obra conjunta que constituirá — hasta la publicación, en alemán, de las primeras e innovadoras obras de Hermann Lautensach (1886-1971)— la síntesis más elaborada de la geografía de su país. La conexión con el grupo de Fidelino de Figueiredo (1888-1967) y la Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos no basta para sugerir que Silva Teles abrazó ideales más nacionalistas que se han espesado en el fin de la República: de hecho, todo lo contrario se sugiere por la confrontación política con Gustavo Cordeiro Ramos (1888-1974) en el ámbito de la política educativa.³
- 9 La "idea republicana", la valorización del "pueblo", la atención a la instrucción popular están notoriamente presentes en su vida profesional y cívica. En 1906 publicó *Elementos de Corografía*, un pequeño libro de síntesis destinado especialmente a la enseñanza elemental. Posteriormente, en el marco de la actividad de la Liga de Acção Nacional, participará en el primer número de la revista *Pela Grei*, dirigida por António Sérgio (1883-1969), donde elogiará la fuerte "construcción orgánica y notable plasticidad" del pueblo portugués "que, pese a todo, se resiste a la desorganización e incompetencia que gobiernan nuestra administración" (Teles, 1918: 12; Pimenta, 2019).

El Curso Superior de Letras

- 10 En 1902, año en que se instauró oficialmente la enseñanza de la Medicina Tropical en Portugal, Silva Teles inició su carrera docente, dirigiendo las cátedras de Higiene y Climatología de esa Escuela, que luego pasó a dirigir y en cuyo cuerpo docente no eran raros — como él mismo — médicos de la Armada. La obligación, en virtud de la ley de las acumulaciones, de renunciar a esta enseñanza, que tan íntimamente articulaba las disciplinas que consideraba fundamentales en el "proceso científico de colonización", habría sido para él "dolorosa" (Ribeiro, 1976: 33; v. Prates, 1943. Cf. Garcia y Aurindo, 2004; Teles, 2011, 2000).
- 11 En 1904 Silva Teles presenta su tesis *A Concepção das Unidades Geográficas. Introdução á Antropogeografia* (La concepción de las unidades geográficas. Introducción a la

Antropogeografía), obteniendo, en el entonces Curso Superior de Letras de Lisboa — institución que se convertiría, ya bajo la égida de la República, en la Facultad de Letras de Lisboa —, la Cátedra de Geografía, creada, interinamente, en 1901 y del cual Teófilo Braga había enseñado. Sin contar la institución efímera de un programa de doctorado en Geografía en la Facultad de Letras de Oporto, del que sería titular António Mendes Correia (1888-1960), Silva Teles es, hasta el título de Amorim Girão (1895-1960), el único geógrafo académico en Portugal que cubre el período correspondiente a las primeras décadas del siglo XX. Hubo, sin embargo, intentos previos de instituir la Geografía en el Curso Superior de Letras, siempre, eso sí, con la concepción de una "ciencia auxiliar" de la Historia. El Curso Superior de Letras mantiene relaciones privilegiadas con la Sociedade de Geografia, a la que también pertenece Silva Teles, y que, junto a otros compañeros, pone los Cursos Abiertos al alcance de un público más amplio. Más importante es el papel del Curso en la formación de profesores, promoviendo la nueva ciencia de la Geografía en el público de las escuelas secundarias y elementares (sus *Lições de Geografia* fueron publicadas por sus alumnos, sin embargo, sin ninguna garantía de que la edición sea confiable - Teles, 1911b).⁴

- 12 Silva Teles es profesor de la Facultad de Letras de Lisboa desde su fundación en 1911, donde contribuiría a su organización a partir del legado del Curso Superior de Letras. Participó en discusiones sobre la dominante epistemológica a aplicar a la nueva escuela —ya sea más cercana a las Humanidades, o más cercana a las Ciencias Sociales— y justificó la preferencia por integrar la Geografía en la segunda de ellas, concepción que conduciría también a los órganos de decisión política a los que pertenecía. Tras su muerte, su cargo docente pasaría a manos de Luís Schwalbach (1888-1956), el primero de sus ayudantes, y más tarde le sucedería en la cátedra Orlando Ribeiro. Como maestro, se le reconoció la noble figura, cultivando cierta distancia, gran exigencia y, en ocasiones, incluso fuertes rastros de severidad que la vida (y sus problemas) endulzarían. Participó activamente en la candente cuestión de la autonomía nacional, que desde Alexandre Herculano (1810-1877) tentaba a historiadores, geógrafos, arqueólogos,... y en la afirmación de los estudios coloniales, especialmente centrados en las provincias portuguesas de ultramar. Silva Teles también fue sensible a su participación en la vida política dentro de la Universidad de Lisboa, siendo nombrado Vicerrector en 1914, y Rector casi al final de su vida, dignidad a la que, entre los geógrafos, sólo Ilídio do Amaral (1926-2017) más tarde accedería (Teles, 1924a. Cf. Marques, 1970; Schwalbach, 1934, 1937; Homenagem, 1953; Ferrão, 1960; Ribeiro, 1976; Matos, 2002; Castelo, 2003; Garcia y Aurindo, 2004; Dores, 2008; Braga, 2009; Teles, 2011; Ricardo, 2018).⁵
- 13 La creación, en 1906, bajo los auspicios de la Sociedade de Geografia de Lisboa, de una Escuela Colonial (reorganizada en 1926 y convertida en Escuela Superior en 1927), vino a cumplir los deseos de muchas figuras de la intelectualidad portuguesa, entre ellas Silva Teles, secretario de la Sociedade de Geografia y profesor de esa Escuela —que la venía defendiendo desde las últimas décadas de la Monarquía (Teles, 2011).
- 14 Años más tarde, en sintonía con el Decreto-Ley de 23 de mayo de 1911, que remodeló la enseñanza industrial y comercial anteriormente encomendada al Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, se crearon dos escuelas enteramente nuevas y autónomas: el Instituto Superior Técnico y el Instituto Superior de Comércio, donde se relacionan varias materias con la Geografía. Silva Teles impartirá clases en la segunda de estas escuelas. En la *Revista do Instituto* Silva Teles publica "A Nossa Terra. Habilidades

Económicas" (Teles, 1929b)". Unas "Lições de Geografia Económica de Portugal e das Colónias. Migração e Colonização" (Teles, 1925a) fueron publicadas por sus alumnos (Aurindo y García, 2004; Teles, 2011).

La Sociedade de Geografia de Lisboa

- 15 Además de la docencia, Silva Teles dedicó gran parte de su tiempo a la actividad complementaria de investigación. Fue elegido Miembro Correspondiente de la Academia de Ciências de Lisboa en 1912, como muchos de los que, provenientes de otras áreas disciplinarias, contribuyeron al momento inicial de la institucionalización de la Geografía en Portugal. Durante mucho tiempo, la Faculdade de Letras de Lisboa funcionaría en un edificio anexo a la Academia. En el *Boletim da Academia* (Segunda Clase) Silva Teles publica un "Estudo de Geomorfologia" sobre su Goa natal, el primer estudio en Portugal en el que se nombra esta rama de la Geografía (Teles, 1910. Cf. García y Aurindo, 2004).⁶
- 16 El "laboratorio" —espacio, como ningún otro, de "experimentación controlada", de conocimiento, de intervención en la Naturaleza y la Sociedad—, encarna el espíritu triunfante del naturalismo del siglo XIX. En la Escuela de Medicina Tropical, la enseñanza se articuló naturalmente con la práctica hospitalaria. Como médico naval, Silva Teles visita algunas de las provincias portuguesas de ultramar; en este contexto, funda y dirige el Hospital de Inhambane en Mozambique. Más tarde, también ayudaría a fundar el Instituto Bacteriológico del Hospital da Marinha, fruto de las inquietudes higienistas que lo animaban y compartía con Luís da Câmara Pestana (1863-1899), su antiguo compañero de estudios en la Universidad. Su estancia en París con Manouvrier, discípulo de Paul Broca, le puso en contacto con uno de los más avanzados centros de aplicación de técnicas de laboratorio de la Escuela Francesa de Antropología y Fisiología.⁷
- 17 Fundada en 1875 y promovida por Luciano Cordeiro (1844-1900) —que había sido alumno del Curso Superior de Letras—, la Sociedade de Geografia de Lisboa se consagró, además de su vocación conmemorativa de la expansión portuguesa en el mundo, como un espacio de sociabilidad científica y cultural entre jóvenes de la generación siguiente a la de los fundadores. La creación en su ámbito de "cursos libres" acortó la distancia con la formación académica, llegando aquí a enseñar, a un público más diverso, muchas de las figuras que llevaron a cabo "cambios epistemológicos notables" y que defendieron los "mecanismos de profesionalización" promovidos por la nueva "ciencia positiva": Adolfo Coelho (1847-1919), enseñó la gramática comparada de las lenguas romances, y Guilherme de Vasconcelos Abreu (1842-1907) los misterios del sánscrito. En 1879, como parte de una reforma de la educación secundaria, la Sociedade no dejó de presentar "propuestas para los programas de Historia y Geografía"(Cf. Couvaneiro, 2012; Bessa, 2012; Ricardo, 2018).
- 18 La Sociedade de Geografia de Lisboa constituyó, en el ámbito de la investigación, uno de los lugares privilegiados de la acción de Silva Teles, quien ocupó en ella importantes cargos directivos (el único geógrafo, hasta el presente, en hacerlo) principalmente en el establecimiento de una verdadera "colonización científica". Dirige la sección de Antropología de la Expedición Científica a Serra Nogueira, en Trás-os-Montes. Posteriormente fue elegido Presidente de la Sección de Geografía Física y Política, en 1929. Depositó la colección de cráneos recogidos en sus viajes por las provincias

portuguesas de ultramar, especialmente en Angola. En el *Boletim* de la Sociedade de Geografia publica "Le Prince de Monaco et la Géographie scientifique"(El Principe de Mónaco y la Geografía científica, 1921) (Teles, 1900; Santos, 1934; Moreira, 1934; Ribeiro, 1976; Neto, 1991, 2003; Almeida, Lopes y Neto, 1997; Garcia y Aurindo, 2004; Teles, 2011; González, 2020).

- 19 Otras Sociedades Europeas de Geografía sirven de ejemplo a la Sociedade de Geografia de Lisboa. En 1885 se presenta el famoso "informe Keltie" a la Royal Geographical Society de Londres, concluyendo que parte del éxito de la Alemania imperial, en Europa y en el mundo, está relacionado con la educación geográfica de los ciudadanos y el protagonismo del tema en la Universidad. Silva Teles irá más allá e incluso considerará que la universidad alemana, al incluir estudios coloniales y geográficos en la estructura académica, "enseñó [a las potencias coloniales más antiguas] que sin una preparación científica de primer orden no es posible una política colonial en bases seguras", defendiendo la Geografía como una disciplina universitaria por derecho propio:⁸

(...) Era razonable suponer que después de los trabajos de A. Von Humboldt y Karl Ritter, durante la primera mitad del siglo XIX, y de Peschel, Richthofen y Ratzel en la segunda mitad de ese siglo, de Suess, en su admirable síntesis de geomorfología, de Albert Penck, el ilustre sucesor de Richthofen en la Universidad de Berlín, de Herman Wagner, el maestro de maestros, de Hann, Gunther, Köppen, Supan, Heim y muchos otros, para mencionar sólo a los maestros germánicos de la ciencia, los que establecieron permanentemente la concepción de la geografía como ciencia, los límites de su investigación y las fronteras que la separan de otras ciencias. (Teles, 1904: 145)

- 20 Es en el ámbito de la Sociedade de Geografia de Lisboa que nacieron varios trabajos sobre la necesidad de los "Altos Estudos Coloniais" en Portugal y, en particular, el extenso informe sobre transporte criminal y colonización, en el que el autor demuestra la ineficacia jurídica, demográfica y política del destierro penal (sanciones vigentes entonces en Portugal) y que se convertiría en el punto de partida para proponer una alternativa científica para la resolución de la "cuestión de ultramar" (Teles, 1903). Organizó el I Congreso Colonial Portugués, en 1901, contribuyó activamente a la organización del II Congreso Colonial, en 1924 —donde publicó el importante informe sobre la atribución de la dignidad universitaria a los "Altos Estudos Coloniais" (Teles, 1924a)— y, hacia la final de su vida, integra el Comité Organizador del III Congreso Colonial, realizado en la Sociedade de Geografia de Lisboa, en 1930. Es en esta doble condición de profesor y "socio" que:

(...) hay que entender [la intervención de Silva Teles] en el dominio de la Geografía colonial. Promovió y actuó como secretario de los primeros Congresos Coloniales auspiciados por esa relevante institución [SGL], y en ellos expuso su visión del problema de la relación de la disciplina que cultivó con los problemas específicos que plantea la jurisdicción de territorios lejanos. (...) Como miembro de los órganos de gobierno de la Sociedad de Geografía de Lisboa (...) fue un importante promotor de los temas coloniales [y] de la posibilidad de asentar poblaciones blancas en las regiones intertropicales, entendiendo que la colonización no era sólo un problema político y económico, una cuestión de ocupación y explotación sino, sobre todo, un problema científico. (Pimenta et al., 2007: 6. Cf. Ricardo, 2018)

- 21 En los *Anais*, revista del Club Militar Naval, Silva Teles publica algunos de sus primeros ensayos —"Os árabes e as raças de África"(los árabes y las razas de África, 1891a), "O infante D. Henrique e o renascimento científico europeu" (El infante D. Henrique y el renacimiento científico europeo, 1894), "Gago Coutinho e Sacadura Cabral e a tradição portuguesa do século XVI" (Gago Coutinho y Sacadura Cabral y la tradición portuguesa

del siglo XVI, 1922), y, sobre todo, "A partilha de África" (La partición de África, 1890), "A colonização portuguesa nos climas tropicais" (La colonización portuguesa en los climas tropicales, 1891b) y "O distrito de Moçâmedes. 1ª parte: colonização europeia" (El distrito de Moçâmedes. 1ª parte: la colonización europea, 1892)— sobre temas fundamentales que luego desarrollaría con más profundidad: el regionalismo climático y la posibilidad de aclimatación de los pueblos europeos (y en particular de los portugueses) a las regiones intertropicales (Cf. Garcia y Aurindo, 2004; González, 2020; Ribeiro, 2014).

Antropogeografía

- 22 Situar en un mapa (Figura 1) algunas de las principales entidades científicas y políticas a las que se refieren los trabajos de Silva Teles nos permite dar cuenta de las realidades y concepciones de la investigación geográfica portuguesa cuando se considera a escala global.
- 23 Silva Teles representa a Portugal en varios Congresos internacionales, y no solo de Geografía. Sin embargo, los congresos internacionales organizados bajo los auspicios de la Unión Geográfica Internacional (UGI) son, naturalmente, de gran importancia en la evolución personal del autor y de la Geografía institucional en Portugal. En ese momento, la UGI es una institución manifiestamente "europea", que solo se globalizó después de la Segunda Guerra Mundial (Figura 1, mapa B). Aunque ya era profesor de Geografía en el Curso Superior de Letras, Silva Teles aún no participó del VI Congreso Internacional de Geografía de la IGU en Londres, en 1895. Posteriormente, con casi 40 años de edad, en un momento de gran madurez científica, Silva Teles formó parte de una comisión internacional de 15 geógrafos, encargada por el IX Congreso Internacional de Geografía (Ginebra, 1908) de redactar "una definición de Geografía con propósitos renovadores", además de presentar dos títulos importantes de su bibliografía: "Le Régionalisme Climatologique" (Regionalismo Climatológico) (Teles, 1908), ensayo preparatorio sobre el rostro teórico de su futuro *Informe*, y "L'Enseignement Supérieur de la Géographie" (Educación Geográfica Superior) (Teles, 1911a), donde "defiende la enseñanza de la Geografía como materia autónoma, dentro del concepto naturalista en moda en la ciencia alemana y anglosajona", contradiciendo la aún fuerte tendencia de la disciplina vista como "relación de nombres y de números" (Ribeiro 1976: 16-17).⁹

(...) En las revistas de geografía, desde la cartografía hasta la narración de persecuciones en las tierras salvajes de África, desde una descripción organográfica de la flora hasta el estudio étnico y social de los hiperbóreos, no falta nada [por lo que el objetivo principal de la nueva ciencia es eliminar esta] tendencia anticientífica y antifilosófica que hace estragos en congresos y en sociedades geográficas [y] que también está constantemente presente incluso en obras de autores de reconocida autoridad. (...) La geografía hoy no es una ciencia abstracta, su objetivo no es estudiar la tierra y su gente. Pertenece a un área más amplia: contribuir al conocimiento de las correlaciones entre la tierra mineral y los fenómenos vivos (...) aspiración que sólo puede ser satisfecha por las geociencias, pues de ellas se deriva, interpretada en sentido amplio, el conocimiento del planeta considerado como un cuerpo, como un ser vivo. (Teles, 1904: 10, 24, 149)

- 24 En el X Congreso Internacional de Geografía, realizado en Roma, en 1913, presentó una conferencia sobre la enseñanza de la Geografía en Portugal, pero ya no participó (ni, en

realidad, ningún otro geógrafo portugués) en el XII Congreso Internacional Congreso de Geografía, celebrado en Cambridge en 1928 (Aurindo y Garcia, 2004; Teles, 2011).¹⁰

El Primer Congreso Internacional de Razas

25 A poco tiempo de deflagrar de una guerra que ya se anticipaba "por la tensión que se sentía en el aire", Silva Teles está presente en Londres en el marco del Primer Congreso Internacional de Razas, en momentos en que, en Geografía, bajo la influencia de Franz Boas (1858-1942) —y conviene notarse que Silva Teles participó en la encuesta internacional realizada por Ellsworth Huntington (1876-1947) con el objetivo de establecer correlaciones entre la "energía climática" y el "grado de civilización", estudio que Franz Boas desaprobó claramente— empieza a equiparar, si no a suplantar, el racismo implícito de las versiones más estridentes de la Antropogeografía. El texto que Silva Teles escribe al respecto es importante para comprender la concepción que tiene el autor de la "entidad racial" y la forma en que esta concepción se traduce en el concepto central de sus propios programas de investigación, la "unidad geográfica" (Teles, 1912).¹¹

26 En las primeras frases del texto de Silva Teles, entendemos que el autor siente que está frente a una mistificación, y que el engaño tiene su origen en la palabra "raza": un complejo fisiológico para los "antropólogos biológicos", una concreción cultural irreductible y original, para los "interraciales". Entre los del primer grupo (al que se adhiere Silva Teles), hay nombres como Ranke, Johnston, Chisholm, Haddon; por otro lado, y "lamentablemente", congresistas de ambos sexos — "las tendencias filantrópicas de la mujer inglesa y americana) completamente ajenas a la ciencia antropológica". En este grupo hay muchos

(...) representantes no europeos [y por lo tanto] las sesiones se debilitan desde un punto de vista científico y están reemplazadas por una corriente de filantropía, ciertamente interesante, pero quizás inoportuna [...] en gran parte debido a las congresistas que a menudo 'pesaban', aunque su presencia ha dado a las sesiones un tono mundano muy apreciable. (...) El problema étnico fue casi siempre confundido con el psicológico y el moral (...) y en el ardor de equiparar diferentes agrupaciones étnicas orgánicamente disímiles, llegó a aceptarse como verdad lo que fue un error de observación (...) excusable entre individuos en gran parte ignorantes de la antropología. (...) En nuestra opinión el congreso se desvió del camino científico y se preocupó por las tendencias filantrópicas y por lo tanto cometió un error. (...) Las intuiciones científicas han fracasado por completo, (...) tal vez haya triunfado el punto de vista moral. (Teles, 1912: 2-4)

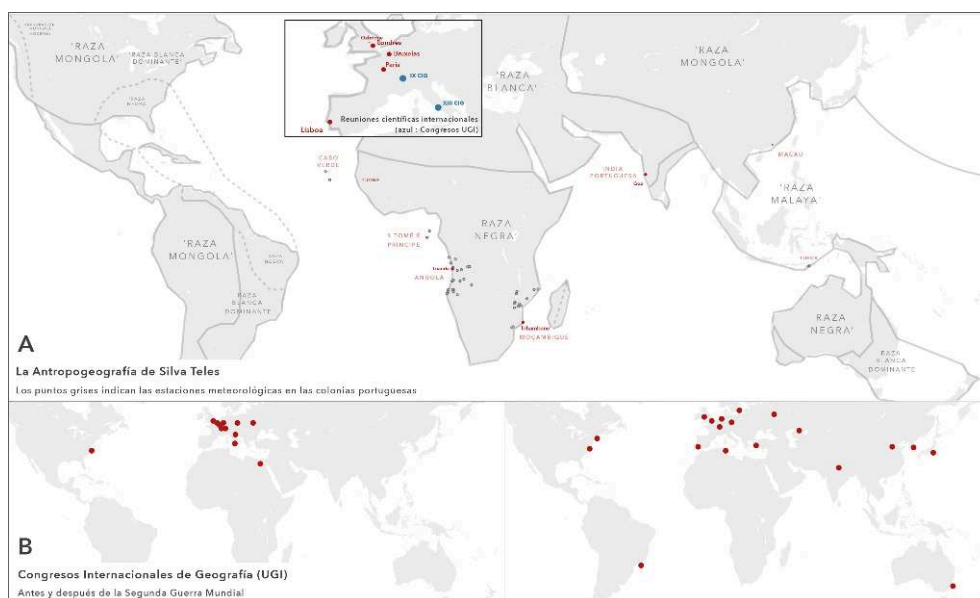
27 Para Silva Teles, el tema de la diferenciación racial tiene que ser planteado desde un punto de vista "antropológico" y por tanto (como veremos en los siguientes puntos) "geográfico". Su pensamiento al respecto no es un muy diferente al de su tiempo, en el que abundan los mapas etnográficos del mundo con los límites definidos de cada "raza" en la porción de los continentes que les corresponde (Figura 1): el aislamiento secular, que sólo la edad contemporánea ha roto permanente y persistentemente, demuestra, para el autor, que si, por un lado,

(...) solo la superposición invasiva de la civilización occidental en Asia y en África reveló los secretos de las sociedades asiáticas y africanas y llevó a la conciencia de los pueblos educados la certeza de que todas estas inmensas aglomeraciones humanas, las diferentes razas, poseen energías y aptitudes para integrarse a la Civilización (...) Sus creencias y tradiciones son interpretadas más científicamente

por nosotros, hay una visión más clara del mundo exótico (...) y todo este conocimiento, fruto de la investigación realizada por la civilización contemporánea, hizo desmoronarse los viejos errores sobre el egocentrismo de los europeos, [por otra parte no puede dejar de considerar] que sólo la 'inoculación del espíritu occidental', permitió a Oriente 'abrirse a las ideas progresistas', y a 'la misteriosa Persia recibir la luz' de Rusia (...) y Afganistán a aceptar 'el afable protectorado' de Gran Bretaña. (Teles, 1912: 4-5)

- 28 Los ejemplos se pueden multiplicar fácilmente, pero es especialmente significativo que Silva Teles, nacido en Goa, no deje de aclarar que no toda la India ha dado "patria a los negroides", solo su extremo sur.¹²
- 29 En este contexto, es importante tener en cuenta la opinión de Silva Teles sobre África, continente donde Portugal tenía las extensas colonias de Angola y Mozambique. Si en su discurso está naturalmente presente la metáfora habitual (en la época) de "la infancia de la raza africana", el autor no deja de afirmar
 (...) que ningún antropopsicólogo duda hoy de sus cualidades intelectuales. (...) De la posibilidad de su elevación moral, la experiencia del sur [de los EE.UU] revela hechos y fenómenos interesantes. (...) pensando en transformar a las llamadas razas inferiores en seres colectivos de gran alcance moral e intelectual, pues, gracias a la antroposociología moderna, ha desaparecido el falso prejuicio de la incapacidad de las razas exóticas. [E incluso] la política británica ya no confunde el problema étnico con el problema psicológico de las razas. (Teles, 1912: 11)
- 30 Para Silva Teles, la cuestión no es psicológica sino fisiológica. Y es desde este punto de vista que el geógrafo pone en duda la "invasión mongólica" en el este de Estados Unidos, o el "aumento de la masa negra" en el sur — dos metáforas médicas, una vírica, la otra tumoral, con una carga claramente peyorativa — provocan "una continua interferencia en el ser social y político de la gran república". En el contexto de la cosmovisión racista de Silva Teles, se valora la convivencia social, pero no la misicigenación, lo que, a su juicio, provocaría "una rumiación étnica, tal vez tendiendo a una regresión" (Teles, 1912: 12-13).

Figura 1. Silva Teles: cartografía de las "razas" y geografía de los congresos de la UGI



Elaboración propia

- 31 Como hombre de ciencia, "invitado a analizar las razas inferiores y a valorar qué tienen de valor afectivo e intelectual que puedan integrar en una civilización superior", Silva Teles denuncia los excesos de la Etnología "de hace medio siglo" que, bajo la "doble concepción del transformismo lento y la selección de los más fuertes "dividió a la humanidad en grupos psicoétnicos irreductibles", llegando incluso a discutir "si las razas eran variedades o especies autónomas", de esta forma creando un hiato entre el "grupo de civilización" y el de las "sin posibilidad de progresar" (Teles, 1912).
- 32 Una frase, sin embargo, denuncia el posicionamiento "geográfico" (mesológico) de la Antropología de Silva Teles: si se rechaza la tesis "de la superioridad o inferioridad mental de las razas", no deja de recordar que "sin embargo, nadie ha estudiado, bajo la condiciones del entorno geográfico, la transformación sin mestizaje" (Teles, 1912: 139).
- (...) para nosotros, quienes aceptan la perfecta igualdad psíquica latente de todas las razas, son exagerados, (...) indudablemente hay diversas aptitudes según la etnia, grados de receptividad a las impresiones del mundo exterior y procesos especiales de elaboración de estas impresiones. (...) Esta exageración se manifestó en el Congreso de las Razas: filántropos y representantes de las ideas de igualdad social [presentando] documentos [con los que pretenden probar el] rápido desarrollo mental de las llamadas "razas inferiores", [acompañados de] raros hombres de ciencia, persuadidos por las teorías modernas de transformaciones o mutaciones repentinas. La mayoría de los hombres de ciencia han tolerado con indiferencia este radicalismo, porque los cambios agudos o provienen de la intervención de un factor hereditario, del cual no somos conscientes, o representan una degeneración orgánica. (...) Los entusiastas de las mutaciones fueron más allá de lo que los datos de la ciencia les permitirían; [...] aquí y allá surgieron afirmaciones, aun temerosas, de la hipótesis de transformaciones raciales por la acción del medio social, que ningún documento sustenta [y] sólo traduce un quimérico ideal de igualdad. (...) De todas las opiniones, la que mejor respondió a la cuestión [central del Congreso] fue la que se pretendía y, a nuestro modo de ver, muy bien (...) no la fusión de todas las etnias —porque eso sería pretender lo imposible— ni siquiera un intento de aproximación orgánica, contra el cual se rebelan la afectividad y los sentimientos estéticos de las razas que forman parte del conjunto de civilizaciones, sino un paralelismo de esfuerzos sociales hacia un mayor progreso. (...) Las más diversas razas deben ser reconocidas con los mismos derechos a la existencia, la misma libertad en la conquista de la tierra; todas ellas son manifestaciones de la naturaleza ya todas les corresponde marcar el lugar de su actividad. Somos étnicamente desiguales, morfológicamente irreductibles; el entorno actual no provoca alteraciones raciales y ningún documento valioso hasta la fecha ha demostrado lo contrario. Podemos vivir en *paralelo* sin fusionarnos; nuestro trabajo puede ser común y dirigido hacia el mismo ideal moral; la combinación de nuestros esfuerzos y el trabajo organizado se realizaría sin conflictos. (Teles, 1912: 141-143)
- 33 Veamos ahora cómo esta visión de estabilidad fisiológica de las razas se traduce en la concepción que Silva Teles sostiene de la Geografía como ciencia, y de su aplicabilidad al desafío de una verdadera "colonización científica".

La "unidad geográfica"

- 34 *A Conceção das Unidades Geográficas. Introdução á Antropogeografia* (Concepto de unidad geográfica. Introducción a la Antropogeografía, 1904) es el estudio que Silva Teles presentó para ser nominado a la Cátedra de Geografía del Curso Superior de Letras en 1904. Es un texto que contiene características de un género destinado a exámenes académicos, extenso, repetitivo, pero solidificado por ejemplos de conocimiento de

muchas disciplinas relacionadas con la Geografía. Desde el punto de vista de la historia de la Geografía, es sin duda un texto revelador, lleno de información sobre cómo se hizo un cierto tipo de Geografía naturalista y fuertemente positivista en la transición del siglo XIX al XX.¹³

- 35 Desde el punto de vista del pensamiento geográfico, Teles forma parte de un amplio movimiento positivista y que busca el conocimiento completo de las leyes que rigen la tierra y la historia evolutiva, considerando la interacción social entre las diferentes partes de la humanidad bajo el punto de vista ontológico de la "raza", emparejando un enfoque metodológico correspondiente dentro de la disciplina: la "unidad geográfica". Esta posición valora más la "estabilidad racial" que la variabilidad geográfica de la "historia cultural". Un análisis detenido de los escritos de Silva Teles, que no deja dudas sobre su materialismo científico, revela la cautela con que este autor hace la distinción, especialmente significativa, entre "razas naturales" e "históricas":¹⁴

(...) Las consideraciones que hemos hecho hasta ahora incluyen la idea de que aceptamos la unidad de las razas humanas, en el sentido más estricto. ¡Una declaración de esa naturaleza parecería muy atrevida! Somos conscientes de los peligros de esto y de las objeciones que se nos pueden hacer. No lo hacemos con el simple propósito de contradecir las ideas de las mejores autoridades en la materia, propuesta hoy discutida. Hay, desde nuestro punto de vista, razas naturales y razas históricas. Ambas tienen sus propias leyes de formación, un significado especial, suficientemente bien definido. En nuestro trabajo nos referimos a las primeras, ya que son más dependientes de las condiciones climatomorfológicas. Las razas históricas pueden no ser antropológicamente puras, incluso pueden significar el encuentro de dos o más razas, sin perder las cualidades que las distinguen. Estos son puntos de vista de la Antropología, muy fáciles de examinar. (Teles, 1904: 16-17)

- 36 Silva Teles se adhiere a la idea ratzeliana de "biogeografía universal", que presenta todos los rasgos de un metaparadigma que atraviesa todas las ciencias del "hombre natural". La Geografía podría entonces definir todo un campo de investigación que se permitiera ocuparse de las "leyes espaciales" de la historia humana, y resaltar las "leyes de la tierra que rigen el comportamiento de los hombres" a lo largo del tiempo. Al hacerlo, se dotó el estado imperialista de instrumentos científicos para hacer efectivo el conocimiento y la dominación de los pueblos colonizados: la historia imperial se narra así como la evolución espacial y ecológica del conflicto entre los pueblos.
- 37 La *Antropogeografía* de Silva Teles es de alguna manera más "estática" que la de Ratzel, y creemos que de esa estabilidad podemos concluir algo sobre una "visión del mundo" diferente que siempre se esconde detrás de la exhibición más fría de las proposiciones científicas. A diferencia de la teoría de Ratzel, que apunta a las condiciones de crecimiento de un *Lebensraum* particular asociado con el nivel de civilización de un pueblo, Silva Teles insiste con demasiada frecuencia en el argumento de que las razas tienen un hábitat único que puede arreglarse con éxito a lo largo del tiempo y que la migración requiere un lugar de llegada idéntico al lugar de partida: esa es una misma "unidad geográfica". Estas dos visiones no son exactamente idénticas, aunque comparten la misma concepción biológica de la humanidad. En Ratzel, podemos leer una apreciación la dinámica expansiva del hábitat, en todos los aspectos conveniente a la expansión contemporánea de la Alemania imperial; en Silva Teles podemos leer una concepción ordenada de un mosaico de "razas" armónicamente dispuestas en el espacio y el tiempo. Tal vez por eso Silva Teles es tan terminante al afirmar la "ilusión del cosmopolitismo en una sola raza" (Pimenta 2004: xiv. Cf. Smith, 2000).

- 38 El lenguaje utilizado en el discurso científico, cuando utiliza ciertas analogías y metáforas, y enriquece el conjunto descriptivo e interpretativo de elementos estilísticos, permite acceder a la "cosmovisión" que está detrás de un arreglo particular de una disciplina ejemplar (Cf. Peet, 1998).
- 39 En este sentido Silva Teles sigue la moda de la época, presentando imágenes y un sentido de la naturaleza bajo una retórica explícitamente positivista, materialista, llena de metáforas y analogías orgánicas, aunque es posible detectar en su lenguaje una fuerte analogía mecanicista que confunde a una analogía estrictamente organicista. E incluso dentro de esa analogía que recorre toda su obra, podemos ver que el diseño evolutivo se ve enriquecido por conspicuas vacilaciones neolamarckianas, lo que puede llevarnos a concluir que la geografía portuguesa, como otras tradiciones, no integró el darwinismo en todos sus aspectos.
- 40 Silva Teles no deja dudas sobre el alcance de la analogía orgánica dentro de la concepción de la ciencia geográfica. Cuando afirma explícitamente que la "noción de la tierra como organismo es una necesidad científica", el investigador ilustra con elocuencia la circularidad que se instaura en su epistemología: las propiedades ontológicas del objeto científico —su naturaleza propuesta— son equivalentes a los procedimientos metodológicos de cómo recuperarlas. Solo una ciencia que se deriva teórica e instrumentalmente de la ciencia de la Biología puede acceder con éxito a la naturaleza interna de la Tierra considerada como un "cuerpo vivo".
- 41 En este contexto, el estudio del ser humano no es una excepción. La vida humana sigue el mismo principio monista de organización de la tierra, y la relación "última" entre raza y ambiente está garantizada por la misma naturaleza que la establece. Al menos cuando se la considera como una "multitud", la actividad humana no es libre, está determinada, aunque sea la "exhalación más sutil y delicada sobre la superficie del globo". Cuando se la considera una "raza", es decir, un producto biológico del ambiente, la humanidad no tiene libre albedrío, y si por casualidad se modifican fuertemente las condiciones de las "unidades geográficas" que la sustentan, las "razas humanas" siguen la determinación correspondiente impuesta por el entorno (Teles, 1904: 161).
- 42 En el estudio de lo que determina los movimientos de los pueblos sobre la superficie terrestre, Silva Teles destaca la "estabilidad", única marca de identidad geográfica para cada variedad que presenta la especie humana: la raza es un lugar. Ya hemos mencionado este matiz de la Antropogeografía de Silva Teles en comparación con Ratzel. Donde este autor promueve la difusión y expansión del *Lebensraum*, el autor portugués apuesta por la estabilidad de las relaciones entre "razas" y "unidades geográficas". Un ejemplo, la expansión mongola, ayuda a ilustrar este sesgo hacia un estudio "a-histórico" de la "raza". Aquí podemos ver cómo se refiere a los movimientos que dibujaron en el mapa de Asia Menor a lo largo de los siglos:
- (...) Aunque los documentos que tenemos para el estudio de las razas de Asia son incompletos y, por lo tanto, todavía estamos lejos de un mapa completo de la distribución étnica del continente, los datos que hemos registrado confirman plenamente nuestra hipótesis. Todas las tradiciones recogidas por geógrafos y exploradores indican, en la mayoría de las etnias asiáticas, la ubicación de los mismos grupos —desde tiempos remotos— en las regiones donde se encuentran hoy. Incluso las tribus tártaro-mongolas de las estepas asiáticas, a pesar de las incursiones que han realizado en las regiones cercanas, son hoy, permanentes, donde han estado desde la antigüedad. (Teles, 1904: 135-136)

- 43 La geografía humana de Silva Teles, al menos la parte que merece el nombre de ciencia de la naturaleza, la que puede ser vista como un programa de investigación científica análogo a la biología, en el mismo marco epistemológico del evolucionismo, es prisionera de esta "inevitabilidad". Un acontecimiento con la importancia de la expansión mongola en la historia de la humanidad se reduce, en la Antropogeografía de Silva Teles, a esta inevitabilidad: todo el espesor histórico que el movimiento de ese pueblo imprimió en el curso de la civilización se margina frente a ese que es la ley suprema de la historia de las razas, tarde o temprano regresan a casa.

"Colonización científica"

- 44 En 1924 Silva Teles entrega al Instituto Colonial de Bruselas una de sus obras más importantes, *Rapport sur la Climatologie Inter-Tropicale et les Climats des Colonies Portugaises* (Informe sobre la Climatología Intertropical y los Climas de las Colonias Portuguesa), que, el autor mismo reconoce, contiene "aseveraciones que no encajan con la climatología clásica" pero "que creo se irán confirmando a medida que la red meteorológica sea más completa", y que Orlando Ribeiro no duda en considerar su obra más "extensa y original de Climatología", en torno a las "perspectivas, dificultades y posibilidades de la colonización blanca en el trópico" que "constituyó la más antigua preocupación geográfica de Silva Teles y el tema de algunas de las sus primeras obras"(Ribeiro, 1976: 25.; Cf. Teles, 1924c).¹⁵
- 45 En el contexto conceptual racista de la organización de la superficie terrestre, se implementaron de manera muy concreta las estaciones de la red meteorológica que Portugal venía instalando en todos los puntos del espacio ultramarino. En el contexto de su visión de una "colonización científica", Silva Teles pretende ante todo, con base en información empírica válida, contrarrestar "una climatología basada únicamente en una base astronómica y geoplanetológica, y en que la influencia a menudo muy fuerte de factores geográficos no se tuvo en cuenta" y así superar la tradición que asumía el continente africano como totalmente hostil, y delimitar con precisión los territorios favorables a la fijación europea (Teles, 1924c: 73).
- 46 Las islas de Cabo Verde se agrupan según la relación con los vientos dominantes (alisios del NE): las islas de sotavento y las de barlovento. Pero, según Silva Teles, sería preferible la división en "tres grupos": Norte (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau), Este (Sal, Boavista, Maio) e Sul (Brava, Santiago, Fogo). La "lestada" (viento cálido proveniente del continente africano) se siente con más fuerza en este último grupo. El clima del archipiélago puede ser "considerado como de brisas marinas". En muchas de las islas todavía hay, en la época del autor, "documentación meteorológica segura" pero es posible a Silva Teles decir que "el clima del archipiélago diverge de otras colonias portuguesas (Teles, 1924c: 41-48)".¹⁶
- 47 La Guinea "portuguesa" (hoy Guinea-Bissau) es una región con una costa profundamente dentada y que consta de dos partes contrastantes pero complementarias: una "continental, de tierras viejas", donde la tierra cultivada (el *lugan*) apenas se distingue del matorral, y otra "tierra aluvial, insular y peninsular", donde se cultiva arroz en *bolanha*. Sólo en el SE, el terreno se arruga un poco, "prolongando el territorio montañoso vecino". Los cursos de agua son abundantes, los ríos son navegables y los fondos de los estuarios son "friables y poco permanentes". El

litoral está influenciado por el "corriente" y las "calmas" ecuatoriales (bajas presiones). Las precipitaciones anuales son abundantes (más de 2000 mm en las zonas más expuestas), pero una breve estación seca se insinúa en el solsticio de Cáncer. A veces el viento *harmattan* sopla violentamente. La proverbial negligencia por la que el Estado portugués siempre ha votado por la provincia de Guinea lleva a Silva Teles a reconocer que sólo puede tener acceso a "documentación meteorológica de la mitad continental". Los valores elevados de temperatura y humedad relativa, las "llanuras aluviales, los vientos cálidos continentales, la plasticidad del litoral", hacen que Guinea sea "absolutamente hostil a los europeos". A pesar de la riqueza de los recursos ("bosques y productos agrícolas y ganaderos"), Silva Teles no admite otra posibilidad de ocupación colonial que no sea "los nativos bajo la supervisión de unos pocos europeos" (Teles, 1924c: 48-52).¹⁷

- 48 Santo Tomé y Príncipe, a principios de siglo, sería quizás la colonia portuguesa más explotada económicamente: las *roças* (plantaciones) de café y, sobre todo, de cacao. Los grandes propietarios privados disponían de estaciones meteorológicas y oficinas udométricas que proporcionaban información suficiente para una caracterización general del clima. En la mayor de las islas, Santo Tomé, Silva Teles distingue "tres zonas climáticas", con condiciones de precipitación de gradiente creciente para las tierras altas (parte todavía cubierta de exuberante vegetación espontánea, el *obó*) y la parte sur de la isla, menos humanizada. La proximidad de la línea ecuatorial (que atraviesa el pequeño islote de Rolas en el sur de la isla), y con la excepción de una pequeña estación seca (*gravana*) en el solsticio de Cáncer, hace que el clima de Santo Tomé sea "litoral ecuatorial: humedad relativa siempre alta, nunca inferior a 70", "llueve todo el año y hay exceso de vapor de agua". Por lo tanto, el asentamiento europeo es muy difícil en toda la isla, incluso en el noreste, donde las lluvias son menos abundantes pero los pantanos en la desembocadura de los arroyos se vuelven "miasmáticos". Sin embargo, la media pendiente permite el establecimiento de *roças* más adecuadas a la presencia europea, ya que con la altitud disminuye la temperatura y aumenta la amplitud térmica: "en finca San Pedro (1150m) la temperatura está siempre por debajo de 20°, con características de climas moesotérmicos". Según el geógrafo, la misma dificultad en la aclimatación también afecta a los trabajadores reclutados en regiones de África (especialmente Angola) con climas más continentales:¹⁸

(...) uno de los problemas más graves de la isla se refiere a la mortalidad de los nativos, mayor entre los de Angola, provenientes de climas relativamente secos, y que, transportados a climas diferentes y hostiles —a pesar de la asistencia—, en los primeros tiempos desarrollan enfermedades broncopulmonares; y sabemos la poca resistencia de los negros a las enfermedades del sistema respiratorio. (Teles, 1924c: 58)

- 49 Príncipe, de las dos islas del archipiélago "la más cercana al fondo" del Golfo de Guinea, tiene un relieve fuertemente asimétrico, "más alto en el sur" y una "baja meseta al norte". Implantada en la "zona de calmas", los vientos alisios apenas se sienten, y la atmósfera está permanentemente inmersa en la "intensa evaporación de la corriente de Guinea". Sin una "estación seca propiamente dicha", los valores de temperatura y humedad son siempre altos. Todavía "más insalubre que Santo Tomé" con áreas pantanosas que reclaman "muchas víctimas", el clima de la isla de Príncipe es absolutamente "hostil a los europeos" (Teles, 1924c: 60).
- 50 Si las dos mayores provincias portuguesas de ultramar están a la par en superficie, población y recursos — diferenciándose las dos, por eso mismo, de todas las demás

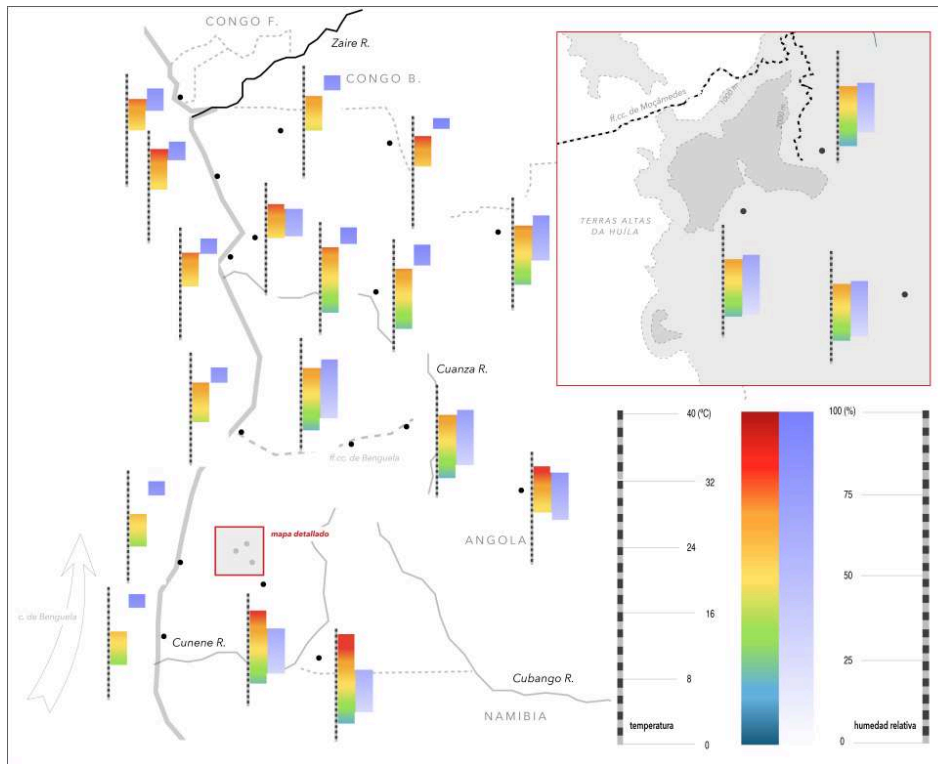
provincias de ultramar —, la historia y el estado de colonización de Mozambique y Angola, en la época de Silva Teles, fue bastante diferente. Si Angola fue siempre la favorita (el "nuevo Brasil") Mozambique fue el "amor lejano": abandonado a su suerte —"con exclusión de Lourenço Marques no tenemos documentación tan cuidada como la de Angola", pero, por eso mismo, llenando la imaginación tropical portuguesa con tanta o más fuerza que esa provincia —, o simplemente tocada en la isla (golpeada por "grandes tormentas") que le dio su nombre, la provincia de África oriental nunca conoció una profunda colonización europea.¹⁹

- 51 Silva Teles conoció Mozambique, habiendo ocupado un cargo de responsabilidad en Inhambane. El geógrafo señala la importancia del Zambezi, "una de las fracturas más importantes de África", en el drenaje del territorio; y también menciona la oposición entre las tierras bajas del lecho de los grandes ríos y las tierras altas de Gorongosa, Manica o Libombos. Importante para la caracterización climática del *Informe...*, es el hecho de que Mozambique está directamente influenciado por el monzón del Océano Índico, "pero no tanto como la costa de la India". El clima de Lourenço Marques, al igual que el de Inhambane o Beira, presenta cierta originalidad, debido a "un régimen de vientos muy especial con predominio del sur y alta humedad". Comparados —y en esta comparación podemos vislumbrar la escala sistemática que anima la geografía climática de Silva Teles— con las de la misma latitud en Angola, como "Mossamedes y Tigres, esos climas son más ecuatoriales". Por lo tanto, los climas tropicales litorales dominan gran parte de la costa. De todos los lugares, debido a la deposición de materiales aluviales recientes en extensos pantanos, Quelimane es uno de los más repulsivos para el asentamiento étnico de los europeos, —"uno de los peores en África Oriental"—, habiendo sido, curiosamente, uno de los primeros espacios ocupados por los portugueses. Al igual que en Angola, adentrándose en el interior, la continentalidad y la altitud (aquí menos exuberante que en la costa occidental africana) moderan el exceso de temperatura y la humedad relativa del litoral, favoreciendo, como en la zona de la meseta de Tete, el establecimiento de colonos (Teles, 1924c: 91, 94-95).
- 52 Es natural que un historiador de la Geografía anticipe con curiosidad la descripción que hace Silva Teles del clima de su Goa natal. Curiosamente, no le toma mucho tiempo. El geógrafo conoce bien este "borde del *horst* de Decan" que contiene una parte isleña y una parte montañosa, aún no estudiada (no olvidemos que Silva Teles preparó un estudio de Geomorfología en Goa, en el que este término se utiliza por primera vez en la Geografía portuguesa). El clima monzónico tiene una "regularidad estacional que o torna, por eso, distinto de un estricto "clima litoral tropical" (Teles, 1924c: 103-105).²⁰
- 53 La colonia europea más antigua del Lejano Oriente, Macao, se encuentra en el extremo norte de la zona intertropical. Pueblo llano y de baja altitud, sufre la influencia de los vientos alisios del NE en la estación seca y de los monzones del suroeste en la estación húmeda y calurosa, que aumentan la humedad relativa y las precipitaciones. La pronunciada estación seca favorece de algún modo a "la fijación étnica" de los europeos. Timor, la colonia más lejana, descuidada en muchos otros aspectos de la administración, y sin una comunidad portuguesa significativa, todavía proporciona alguna información meteorológico-geográfica (que quizás haya sido estimulada por estar situada en el escenario oriental de la Primera Guerra Mundial): en Dili, a nivel del mar, clima tropical litoral y Maubisse, en altitud, ya templado con características mesotérmicas (Teles, 1924c: 105-108).²¹

Las tierras altas de Huíla

- 54 En el contexto de la caracterización "geo-epistemológica" de la obra de Silva Teles que hacemos en este estudio, la escala regional (Figura 2) es lo que más expresivamente nos hace darnos cuenta de la relevancia de su programa de investigación, considerado tanto en el contexto de los intereses de su gobierno como de la influencia de la ciencia de su tiempo. Angola no era desconocida para Silva Teles. Muy pronto, como médico naval, había pasado dos años en una misión en Luanda, "madurando su experiencia tropical" (Ribeiro, 1976: 14-15). Estudia el clima de la ciudad y de su región, en el contexto del clima de la costa angoleña y de localidades próximas al interior, que considera insensibles a la influencia de la corriente de Benguela e inadecuadas para el asentamiento europeo, a pesar de que los portugueses tradicionalmente viven allí. Esta experiencia tropical, junto con las de Goa e Inhambane, bien puede estar en el origen de "la originalidad de sus afirmaciones" y la declaración de "una vocación que vacila entre la Medicina, la Antropología y la Geografía, y el dominio un tanto vago de los estudios coloniales potencias, que siempre innovaron bajo la fuerte disciplina de la Climatología" (Ribeiro, 1976: 14). De hecho, es a su regreso de Luanda que propone organizar el Primer Congreso Colonial (1901) con el que pretende llamar la atención sobre el espacio de ultramar portugués: vasto, desconocido, inconvenientemente "explorado" e ineficazmente ocupado por criminales exiliados (Teles, 1924c. Cf. Ribeiro, 1976).²²
- 55 La descripción que hace de la Provincia de Angola a lo largo del *Informe...*, muestra bien (como en relación a otros espacios) que Silva Teles, aun reconociendo "la gran diversidad de condiciones geográficas y variedad de climas", actualizó cuidadosamente su conocimiento geográfico de los portugueses de ultramar, incluido el interior de las tierras, naturalmente de menos fácil acceso para un marinero: quizás por ello, una de sus líneas de análisis climatológico consiste en comparar sistemáticamente los climas de las estaciones costeras: Cabinda, Ambrizete, Alto Dande, Luanda, Lobito, Moçâmedes, Baía dos Tigres..., desde "el primero en las calmas ecuatoriales hasta el último en la zona de vientos alisios del SE". En definitiva, los climas "muy variados", según exposición, altitud, continentalidad... En la "costa norte, climas marginales húmedos y cálidos", En el sur, "climas subtropicales marginales de alta humedad relativa de tipo tropical costero", en el interior, con "estación bien caracterizada": y resaltando "el valor que esta parte de Angola ofrece a la fijación étnica de las razas blancas" (Teles, 1924c: 65).

Figura 2. La clasificación climática de Angola y la "colonización científica" de las Tierras Altas de Huila



Elaboració propia

- 56 El geógrafo subdivide Angola en cuatro grandes regiones, cada una con características bien diferenciadas respecto a las demás pero con cierto grado de homogeneidad en sí mismas. Así, "si caminamos hacia el interior, vemos la franja costera, llanuras y penillanuras, y luego los llanos altos, que se diferencian en el Norte y Sur", áreas apartadas por la vía férrea de Benguela, en sentido transversal, y por el borde escarpado de las tierras altas, en sentido longitudinal (que más tarde tomó, en la Geografía tropical portuguesa, el nombre de "culminación transversal" y "culminación atlántica"). Se valoran especialmente algunos factores climáticos superlativos, como la corriente oceánica fría denominada "de Benguela", que recorre la costa angoleña de sur a norte, o los vientos alisios, uno y otros factores determinantes para los climas costeros (Teles, 1924c: 60).
- 57 Como lo hace para toda la zona intertropical —y consciente del carácter pionero de su trabajo "siguiendo una orientación científica que hasta ahora no había sido prevista"— Silva Teles procede en Angola, y aquí con más detalle que en cualquier otra región, la clasificación sistemática de los climas: "1. Tropical marginal de transición; 2. Tropical litoral; 3. Subtropical o Subtemplado litoral (marginal); 4. Tropical continental; 5. de Brisas continentales; 6 Mesotérmico en altitud" (Teles, 1924c: 64).
- 58 Orlando Ribeiro (1976: 25) ya ha señalado la importancia de la humedad relativa para la "meteorología geográfica" de Silva Teles. De hecho, cuando este geógrafo resume las diferencias en los distintos climas de Angola, hace un uso sistemático de ese elemento (y factor) climático. Pero en cualquier caso, independientemente de la variabilidad meteorológica y climática, el propósito principal y explícito de la clasificación climática

de Silva Teles es mirar la solución de los problemas políticos y económicos desde un punto de vista científico:

Entendemos por tanto la extrema importancia de la documentación científica recopilada poco a poco sobre la diversidad de los climas intertropicales. El continente africano, hacia el que se dirige la actividad más activa de Europa, es hostil u hospitalario al asentamiento europeo según la región que los inmigrantes quieran colonizar. El problema de la colonización requiere un conocimiento previo de los climas locales y regionales. Los principios de la climatología moderna nos indican la línea de conducta a seguir en cuanto a la orientación de nuestros estudios. (Teles, 1924c: 41)

- 59 La región del Noroeste, más accidentada y con relieve tabular, drena parte de sus aguas directamente al Atlántico. Los ríos, sin embargo, incluso los más caudalosos, no ofrecen condiciones de navegabilidad profunda hacia el interior. Las condiciones climáticas son similares a las del Nordeste, pero la baja altitud y la influencia marítima exacerban los inconvenientes de los altos valores de temperatura y humedad relativa. Cabinda, la más septentrional de todas las estaciones de Angola, exhibe características de un "clima tropical litoral" o incluso un "ecuatorial litoral". La humedad relativa es alta "todo el año" y las condiciones de fijación europeas son muy adversas. En Alto Dande, un poco más hacia el interior, la continentalidad modera los excesos de humedad que se dan en los climas costeros. S. Salvador do Congo, "en el borde de la zona de calma ecuatorial", recibe la influencia de la migración de la convergencia intertropical; los valores de precipitación son altos, así como la nubosidad y la humedad relativa. Silva Teles opta por incluir la región en los climas "ecuatoriales litorales de transición a climas tropicales continentales". En Ambrizete, el clima aún se parece al de Cabinda, "tipo tropical de transición a ecuatorial", como en Lobito, a pesar de su posición más al sur (Teles, 1924c: 65).
- 60 La región Nordeste es una penillanura, con una inclinación gradual hacia la cuenca del río Zaire o sus afluentes. La mayoría de los ríos fluyen allí en dirección norte-sur, y descargan sus aguas en los afluentes del Zaire y, en menor número, del Zambeze. La humedad relativa es alta, pero los efectos de la continentalidad pueden mitigarla de manera efectiva. Malange, depresión acentuada en las tierras altas del interior norte, atenúa la humedad relativa, que en invierno es muy inferior a la de las estaciones costeras de la latitud correspondiente. Por el contrario, la estación meteorológica del Cuango, afluente del Cassai, aunque igualmente distante de la costa, se encuentra, al estar más al norte, permanentemente bajo la influencia de la "calma ecuatorial", "con temperatura y humedad muy altas", características de un clima "ecuatorial" típico, adverso al asentamiento europeo (Teles, 1924c: 75). Una estación en el corazón de Lunda ya demuestra un "perfil continental notable" que demuestra la influencia moderadora de la continentalidad y la importancia de la influencia mesotérmica para el establecimiento de colonos:
- (...) Esto confirma lo que hemos dicho acerca de las diferencias entre el clima tropical litoral, hostil a los europeos, y el clima tropical continental, que en general es tanto más favorable cuanto más alejada está la ubicación del mar. (Teles, 1924c: 78)
- 61 La región sureste, que contiene los valores de altitud más altos de la meseta, drena principalmente sus cuencas a áreas endorreicas o a afluentes del Zambeze. La excepción relevante es el Cunene, que, recogiendo aguas de una extensa cuenca interior, desemboca en el Atlántico (más tarde, otro importante geógrafo tropical, Mariano Feio, daría cuenta de esta singularidad a través de un fenómeno de captación). En Cuamato,

los valores de los elementos climáticos ya se acercan al "grupo xerófilo de Schimper", es decir, subdesértico, imponiendo, debido a la aridez, fuertes limitaciones al asentamiento de europeos (Teles, 1924c: 80).

- 62 La gran región del Suroeste —"la más interesante"—, tiene "los climas mesotérmicos más adecuados para la fijación étnica de los europeos", cerca de "160.000 km² susceptibles de ser colonizados", con una "riqueza hidrográfica notable", y grandes tramos fluviales navegables, aunque las cascadas cerca de la desembocadura impiden el uso del Cunene "como ruta geográfica" (Teles, 1924c: 62).
- 63 La gran ciudad de la costa sur de la provincia de Angola es Mossâmedes, en una costa tocada por la aridez —"en el horizonte la cadena de Chela nos recuerda Arabia"—y que no fue explorada por los portugueses antes de fines del siglo XVIII (mucho después, por tanto, de Benguela y Luanda) y donde la corriente de Benguela ya deja sentir su influencia, así como la raíz del alisio SE. Más al sur, casi en el límite sur de la provincia, la localidad de Baía dos Tigres, azotada por fuertes vientos y con niveles de humedad relativamente altos, ya se ubica en las zonas de transición a climas subtropicales, pero "la aridez no impide que los portugueses que allí viven se lleven a las mil maravillas en Porto Alexandre" (Teles, 1924c: 72). Los climas tropicales continentales interiores, como Gambos y Cuamato, tienen valores significativamente más bajos de nubosidad y humedad relativa, pero la aridez y los altos valores de temperatura máxima del solsticio de Capricornio dificultan el asentamiento étnico de los europeos.
- 64 Sin embargo, son definitivamente las "tierras altas" —ya referidas como límite de salubridad en el mapa de 1885 de la Comisión de Cartografía— las que llaman la atención del "científico colonial" Silva Teles (Cf. Oliveira *et al.*, 1885). Solo los climas "de las grandes mesetas del sur de Angola, atravesadas en parte por el ferrocarril de Lobito, ofrece notables aptitudes para una gran colonización de emigrantes europeos", y entre todos destacan, por su "valor comercial", las áreas de "Bié, Huambo, Lubango, Humpata y Chibia", que merecerían un "un estudio meticoloso" como de hecho llegó a hacerse en la que quizás fuera — enigmáticamente (o no...) — la región más estudiada dentro del ámbito de la "Escuela de Geografía Tropical" de Lisboa (Teles, 1924c: 81).²³
- 65 Bié, ubicada en las "tierras más altas de Angola, donde las montañas comparten las aguas del Cunene y el Zambezi, el Cuanza y el Congo" ya presenta claros indicios de mesotermia, con dos estaciones bien individualizadas, siendo por tanto, debido a la proverbial fertilidad del suelo, "uno de los puntos de Angola donde la fijación étnica europea está garantizada, no sólo por las condiciones favorables sino también por la antigua tradición migratoria". No muy diferente, la región de Huambo, en la parte más montañosa de la región del altiplano y que se acerca sensiblemente a las características del clima mediterráneo. Quizás la opinión respaldada por Silva Teles pudo haber tenido alguna influencia en la decisión política — por el Gobernador Norton de Matos— de construir una capital *ex-nihilo* para Angola (Nova Lisboa) justo en la meseta de Huambo (Teles, 1924c: 81-82; Rego, 1999).
- 66 Más al sur, Lubango se acerca a las condiciones climáticas ideales para el asentamiento de personas de regiones templadas. Similar a los climas de Bié y Huambo, con 1500 mm de precipitación anual, dos estaciones bien definidas, una clara estación seca en el solsticio de Cáncer, puede considerarse como un "clima excelente donde los portugueses se asientan admirablemente" y cuyo suelo tiene alta capacidad de producción de cereales". Con idéntico régimen, se encuentran Humpata, y Chibia, todas asimiladas al "clima mediterráneo" (Teles, 1924c: 83).

- 67 Una región mayoritariamente "colonizable y cuya superficie es considerable, puede dar lugar en el futuro a una explotación muy intensa" — a pocos kilómetros de la costa de Mossâmedes, pero aislado de ella por una cadena montañosa de difícil tránsito, que la carretera y el ferrocarril han superado con gran dificultad. Orlando Ribeiro y, sobre todo, Carlos Alberto Medeiros (en su profundo estudio geográfico) demostraron los movimientos utópicos que acompañan al optimismo "científico" de Silva Teles (Medeiros, 1976). Estas son las Tierras Altas de Huila (Figura 2, mapa detallado), que, en la imaginación tropical portuguesa de principios del siglo XX, dibujan un lugar de esperanza para la ocupación, que culminó con el establecimiento de Sá da Bandeira, la única "ciudad blanca" en Angola, símbolo y expresión del "racionalismo científico" al final de la República y los primeros años del Estado Novo (Ribeiro, 1975).

Conclusión

- 68 En el Congreso Internacional de Antropología y Arqueología Prehistóricas (París, 1900), Silva Teles presenta un artículo muy curioso sobre "La degeneración de las razas humanas" que explica la concepción moral del autor, que ya habíamos intuido en su artículo sobre "La Patología de la voluntad" (Teles, 1884) y lo veremos confirmado en varios pasajes de muchos de sus otros textos. El materialismo biológico y la moralidad "fisiológica" asociada con él son particularmente explícitos en su descripción de la civilización inglesa con la que convive durante las celebraciones del centenario de Darwin en Cambridge. En las escuelas "conviven todas las religiones", en inmenso "contraste con la vida conventual de los católicos", porque aquí la "Universidad no dobla la espalda, la hace más rígida", mientras que en "los países latinos" la "insumisión específica de la juventud proviene de la falta de disciplina social, del internado disoluto o monacal. "Con posibles tintes de neolamarckismo, argumenta que "es en la educación (...) donde reside el secreto de la supremacía mundial de Gran Bretaña". Es un mundo burgués, masculino y eurocéntrico el de Silva Teles: la mujer —a quien admira en el "lujo extraordinario de las damas de la alta sociedad que habían sido invitadas" a las celebraciones de Darwin o en las "hermosas chicas que coquetean con encantadora desenvoltura" en el Pembroke College— se vuelve "inoportuna" cuando toma posiciones científicas en el Primer Congreso de Razas (Teles, 1911c: 414-418).
- 69 En 1908 Teles presentó una memoria, titulada "L'enseignement supérieur de la Géographie", al XI Congreso Internacional de Geografía, donde el académico portugués, con argumentos científicos propios, reclama la autonomía de las disciplinas vecinas y justifica la necesidad de su enseñanza en las universidades desde el punto de vista de la pedagogía y del valor moral de la Geografía. Con un argumento que también podemos ver en otros de sus escritos (Teles, 1916), Teles concluye que la ciencia de la geografía es por su "capacidad de pensar en conjunto y su radicalidad natural, una disciplina que fortalece moralmente a sus cultivadores: su método siendo el encadenamiento de fenómenos, su objetivo la perfección humana" (Pimenta, 2004: iii).
- 70 El legado de Silva Teles, en el ámbito institucional, profesional y hasta personal, es variado y de diferentes alcances. Como responsable del área de Geografía en el Curso Superior y, después, en la República, en la Faculdade de Letras de Lisboa, Silva Teles formó la primera generación de profesores habilitados para enseñar Geografía en las escuelas secundarias e incluso publicará *Elementos de Chorografía Portuguesa* (Elementos

de Corografia Portuguesa, 1906) para la educación primaria, libro desarrollado y actualizado pero que extrañamente (o no) la tutela no aprobará.

- 71 La Geografía portuguesa debe a Silva Teles la institucionalización universitaria y, asociadamente, la delimitación precisa de su objeto de estudio, dentro de una concepción naturalista de la influencia alemana y ramificaciones de ésta en la Geografía norteamericana — liberándola del lastre acientífico con que la tradición enciclopédica, recreativa o explotadora de siglos anteriores la había ido embotando. Con sus trabajos en Climatología sentó las bases de una verdadera "geografía tropical", heredada y desarrollada por las siguientes generaciones de geógrafos universitarios.
- 72 Orlando Ribeiro, alumno suyo y que, años más tarde, le sustituyó en la Universidad de Lisboa, no dudará en asociar su nombre a Bernardino de Barros Gomes y Aristides de Amorim Girão como uno de los "fundadores" de la Ciencia geográfica en Portugal.

BIBLIOGRAFIA

Almeida, M. C.; Lopes, L.; Neto, M. C. (1997). "Y a-t-il des vestiges d'anthropophagie dans quelques crânes de la collection Silva Telles?". *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, v. 115, n. 1-12, pp. 287-293.

Amaral, Ilídio do (1979). *A "Escola Geográfica de Lisboa" e a sua contribuição para o conhecimento geográfico das Regiões Tropicais*. 1. ed. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

Amaral, Ilídio do (1983). "Estudos de Geografia das Regiões Tropicais (Contribuições da escola Geográfica de Lisboa)". *Garcia de Orta*, v. 8, n. 1-2, pp. 1-44.

Amaral, Ilídio do (2001). "Finisterra. Uma revista com 35 anos de prestígio". *Finisterra*, v. 36, n. 72, pp. 11-25.

Bessa, Nuno M. (2012). *A Revista de História (1912-1928): Uma Proposta de Análise Histórico-Histórica*, 1.ª ed. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Braga, P. D. (2009). "Os Ministros da Instrução Pública em tempos de Ditadura Militar (1926-1933)". *Caderno de Investigação Aplicada*, v. 3, pp. 97-118.

Brito, Raquel Soeiro de (1977). "Acerca da colonização das Terras Altas da Huíla (Angola)". *Finisterra*, v. XII, n. 24, pp. 298-309.

Castelo, Cláudia. "Francisco Xavier da Silva Teles". In: Nóvoa, António (coord.), *Dicionário de Educadores Portugueses*. Lisboa: Asa, 2003, pp. 1371-1372.

Castelo, Cláudia. Introdução. In: Sarmento, João (org.), *Orlando Ribeiro. Cadernos de Campo. Angola 1960-1969*, 1.ª ed. Famalicão: Húmus, 2022, pp. 11-20

Claudino, Sérgio (2000). "O Ensino de Geografia em Portugal: uma perspetiva". *Inforgeo*, n. 15, pp. 169-190.

Couvaneiro, João (2012). *O Curso Superior de Letras (1861-1911)*, 1.ª ed. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- Daveau, Suzanne (1981). "A Expedição Científica à Serra da Estrela organizada pela Sociedade de Geografia de Lisboa, em Agosto de 1881". *Finisterra*, v. 16, n. 32, pp. 314-318.
- Daveau, Suzanne. "Reflexões sobre o relacionamento entre as geografias portuguesa e brasileira das décadas de 1960-80". In: Oliveira, Francisco Roque de; Paiva, Daniel (coord.), *Saberes geográficos e Geografia institucional*, 1.ª ed. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2019, pp. 25-38.
- Dores, Hugo G. (2008). *A História na Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1930)*, 1.ª ed. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Ferrão, António (1960). *O Prof. Joaquim de Carvalho e a sua época*. S.e.
- Garcia, João Carlos (1985). "Jaime Batalha Reis, geógrafo esquecido". *Finisterra*, v. XX, n. 40, pp. 300-314
- Garcia, João Carlos (1988). "Cartas de Bernardino de Barros Gomes e Jaime Batalha Reis. Nota para a história da Geografia de Portugal". *Finisterra*, v. XXIII, n. 45, pp. 300-314
- Garcia, João Carlos; Aurindo, Maria José (2004). *Francisco Xavier da Silva Telles (1860-1930): Catalogue of the Bio-Bibliographic Exhibition*, 1.ª ed. Lisboa: Associação Portuguesa de Geógrafos y Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Garcia, João Carlos; Aurindo, Maria José; Azevedo, Ana Francisca de, Pimenta, José Ramiro (2006). "Comemorar Silva Telles e os 100 do Ensino superior da Geografia em Portugal". *Inforgo*, n. 18/19, pp. 9-17
- Garcia, João Carlos; Pimenta, José Ramiro. "Os Livros de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1919-1931): ciência, ensino e divulgação". In: *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, 1.ª ed. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 545-559.
- González-Velasco, Pablo (2020). "El lusotropicalismo de Gilberto Freyre como crítica barroca a la mixofobia de la modernidad burguesa". *Práticas da História*, v. 10, pp. 71-111.
- Gouveia, Lucinda (1970). "Luanda. Estudo de Geografia urbana". *Finisterra*, v. V (10), pp. p. 300-303.
- "Homenagem ao Prof. Doutor Queiroz Veloso" (1953). *Revista da Faculdade de Letras*, v. XVIII, 2ª s., pp. 133-145.
- Lautensach H (1931). "Silva Telles". *Petermanns Geographischen Mitteilungen*, J. 1931.
- Livingstone, David N. (1992). *The Geographical Tradition*, 1.ª ed. Oxford: Blackwell.
- Livingstone, David N. (2003). *Putting science in its place*, 1.ª ed. Chicago: University Press.
- Malheiros, Jorge M. (1998). "Contos de uma ciência periférica: inovação, internacionalização e indisciplina(ridade) na geografia portuguesa". *Inforgo*, n. 12-13, pp. 117-130.
- Marques, António O. (1970). *Notícia Histórica da Faculdade de Letras*, 1.ª ed. Sep. de *Ocidente*, Lisboa, s.e.
- Matos, S. Campos (2002). História e identidade nacional. A formação de Portugal na historiografia contemporânea. *Lusotopie*, v. 9, n. 2, pp. 126.
- Medeiros, Carlos Alberto (1976). *A colonização das Terras Altas da Huíla (Angola). Estudo de Geografia Humana*, 1.ª ed. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos. Coleção "Memórias", n.º 2. [Tesis doctoral].

- Medeiros, Carlos Alberto (1977). "Le phénomène de la colonisation et quelques problèmes de la mise en valeur du Sud-Ouest de l'Angola. *Revue canadienne des études africaines*, v. XI, n. 1, pp. 69-83.
- Medeiros, Carlos Alberto. "Geografia". In: Matos, S. Campos; Ó, J. R. do (coord.). *A Universidade de Lisboa nos séculos XIX e XX*, 1.ª ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2013, vol. II, pp. 956-981.
- Mercier, Paul (1996). *Histoire de l'Anthropologie*, 3.ª ed. Presses Universitaires Françaises.
- Neiva, Coteló (1955). "Prof. Doutor Anselmo Ferraz de Carvalho". *Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico e do Centro de Estudos Geológicos*, n. 39, pp. 65-68.
- Neto, M. C. (1991). "Notícia histórica da coleção antropológica Silva Telles". *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, v. 109, n. 7-12, pp. 71-78.
- Neto, M. C. (2003). "Três cartas inéditas de Francisco Xavier da Silva Telles: subsídio para o estudo histórico da coleção antropológica Silva Telles". *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, v. 121, n. 1-12, pp. 9-11.
- Oliveira, A. A.; Sousa, L. M.; Vasconcelos, E. coord. (1885). *Carta de Angola, contendo indicações de produção e salubridade*. Lisboa: Comissão de Cartografia.
- Oliveira, Francisco Roque de (2017). "Ilídio do Amaral (1926-2017)". *Finisterra*, v. LII, n. 106, pp. 149-158.
- Moreira, J. S. (1934). "Notas sobre a Coleção Silva Telles do Museu de Ethnographia da Sociedade de Geographia de Lisboa. *Anuario da Escola Superior Colonial*, v. 12-13, pp. 383-397.
- Peet, Richard (1998). *Modern Geographical Thought*, 1st ed. Maiden: Blackwell.
- Pereira, Zélia; Pimenta, José Ramiro. "Serpa Pinto y su travesía de África Meridional". In Garcia, João Carlos (coord). *Portugal—exploradores y viajeros*. 1.ª ed. Madrid, 2018, Sociedad Geográfica Española. pp. 74-83.
- Philippe R.; Lascoumes P.; Kaluszynski, M. (1986), "Une leçon de méthode: le mémoire de Manouvrier de 1892". *Déviance et société*, v. 10, n. 3, pp. 223-246.
- Pimenta, José Ramiro. "Traços de uma biografia científica". In: *Obras de Silva Telles. A Ciência Geográfica*, 1.ª ed. Lisboa: Associação Portuguesa de Geógrafos, 2004, pp. i-xxxiv.
- Pimenta, José Ramiro. "Francisco Xavier da Silva Teles". In: Matos, S. Campos (coord.). *Dicionário de Historiadores Portugueses*. Biblioteca Nacional de Portugal e Centro de História da Universidade de Lisboa 2019. Disponível em dichp.bnportugal.gov.pt/index.htm. Acesso em 16 Jun 2022.
- Pimenta, José Ramiro; Garcia, João Carlos. "A Geografia na Faculdade de Letras do Porto (1919-1931): uma herança ratzeliana". In: Alves, Jorge F. e Tavares, Pedro V.-B. (coord.). *Comemorações do Centenário da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Conferências*. 1.ª ed. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2021, pp. 103-125.
- Pimenta, José Ramiro; Sarmiento, João; Azevedo, Ana Francisca. "As geografias culturais pós-coloniais". In: *Geografias pós-coloniais*. 1.ª ed. Porto: Figueirinhas, 2007, p. 11-30.
- Pintassilgo, Joaquim. "A formação de professores do ensino secundário em Portugal: reflexões em torno da experiência das escolas normais superiores (1911-1930)". In: *IX Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino-americana- «Educação, autonomia e identidades na América Latina*. Rio de Janeiro, 2009, Universidade do Estado do Rio de Janeiro y Sociedade Brasileira de História da Educação.

- Prates, Manuel (1943). A Escola e o Instituto de Medicina Tropical de Lisboa. Suas novas instalações. *Anais do Instituto de Medicina Tropical*, Lisboa: vol. I, n. 1, pp. 4-5.
- Rego, Manuela. "Norton de Matos". In Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (coord.). *Dicionário de História de Portugal. Volume de actualização (1926-1974)*, 1.ª ed. Porto, 1999, Figueirinhas. pp. 436-438.
- Ribeiro, Orlando (1973). "Um mestre da Geografia do nosso século: Emmanuel de Martonne (1873-1955)". *Finisterra*, v. 8 n. 16, pp. 163-264.
- Ribeiro, Orlando (1975). *Destinos do Ultramar*, 1.ª ed. Lisboa: Horizonte.
- Ribeiro, Orlando (1976). "Silva Telles, introdutor do ensino da Geografia em Portugal". *Finisterra*, v. XI, n. 21, pp. 10-36.
- Ribeiro, Orlando (1981). *Colonização de Angola e seu fracasso*, 1.ª ed. Imprensa Nacional—Casa da Moeda. Reimp. 2014.
- Ribeiro, Orlando (2001). *Introduções geográficas à História de Portugal*, 2ª edição. Lisboa: João Sá da Costa, Lisboa.
- Ribeiro, Orlando (2014). *A colonização de Angola e o seu fracasso*, 2ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.
- Ricardo, Bárbara M. (2018). *Luís Schwalbach (1888-1956): Contributos para a história da Geografia portuguesa*. Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.
- Santos, F. Reis (1934). *Francisco da Silva Teles—Um Homem*. Sep. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, n. 7 e 8 (Julho e Agosto).
- Sarmento, João; Brito-Henriques, Eduardo (org). (2013). *Orlando Ribeiro - Moçambique 1960-1963*, 1.ª ed. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto
- Schwalbach, Luís (1934). *O Critério Geográfico do Professor Silva Teles*. S.e. Smith, Graham. "Heartland". In: Jonhston, R. J. et al (eds.), *Dictionary of Human Geography*, 4th. ed. Maiden (Mass.): Blackwell, 2000, pp. 332.
- Schwalbach, Luís (1937). "Francisco Xavier da Silva Teles". *Revista da Faculdade de Letras [de Lisboa]* v. 4, n. 1-2, pp. 1.
- Teixeira, T.; Sampaio, M. "Lisboa e a sua área metropolitana: infraestruturas de conexão". In 7.ª *Conferência Anual da Rede Portuguesa de Morfologia Urbana*. Porto: PNUM, 2018.
- Teles, Francisco Xavier da Silva (1881a). "Comte e a sua Escola". *O Pantheon*, n. 13, pp. 205-209.
- Teles, Francisco Xavier da Silva (1881b). "O centenário de Calderon". *O Pantheon*, n. 14, pp. 217-219
- Teles, Francisco Xavier da Silva (1881c). "A Federação Académica Peninsular". *O Pantheon*, n. 15, pp. 238-239
- Teles, Francisco Xavier da Silva (1884). "Patologia da vontade". *Revista de Estudos Livres*, n. 9, 11, 12 :395-399, 497-500, 543-551.
- Teles, Francisco Xavier da Silva (1890). "A partilha de África". *Anais do Club Militar Naval*, n. 20: 302-307, 384-388, 421-424, 457-466 e 547-561.
- Teles, Francisco Xavier da Silva (1891a). "Os Árabes e as Raças da África". *Anais do Club Militar Naval*, n. 21: 561-564, 643-645 e 657-660.

- Teles, Francisco Xavier da Silva (1891b). "Colonização portuguesa nos climas tropicais". *Anais do Club Militar Naval*, n. 21, 1891, p. 5-18 e 65-85.
- Teles, Francisco Xavier da Silva (1892). "O distrito de Moçâmedes: 1ª parte: colonização europeia". *Anais do Club Militar Naval*, n. 22: 282-287.
- Teles, Francisco Xavier da Silva (1894). "O Infante D. Henrique e a renascença científica europeia". *Anais do Club Militar Naval*. Comemoração do Quinto Centenário do Infante D. Henrique. Imprensa Nacional, pp. 95-121.
- Teles, Francisco Xavier da Silva. "Secção de Antropologia". In *Expedição Científica à Serra Nogueira (Trás-os-Montes). Programa de Trabalhos. I. Geologia, Mineralogia, Meteorologia, Etnographia, Antropologia e Hidrologia*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1900, pp. 21-28.
- Teles, Francisco Xavier da Silva. "La dégénérescence des races humaines (Résumé)". In: *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques: Compte rendu de la douzième session à Paris*. Paris: Masson et Cie., 1900, pp. 496-97.
- Teles, Francisco Xavier da Silva (1903). *A Transportação Penal e a Colonização. Conferência realizada na Sociedade de Geografia, em 24 de abril de 1901*. Sociedade de Geographia de Lisboa (Congresso Colonial Nacional, Conferencias Preliminares, III).
- Teles, Francisco Xavier da Silva (1904). "A Concepção das Unidades Geographicas. Introdução á Antropogeografia". Tese de concurso para a cadeira de Geografia do Curso Superior de Letras, 1.ª ed. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial.
- Teles, Francisco Xavier da Silva (1906). "Elementos de Chorografia Portuguesa. Ensino Primário. 2.º grau, 1.ª ed. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial.
- Teles, Francisco Xavier da Silva (1908). "Le Régionalisme Climatologique. Mémoire présenté au IX Congrès International de Géographie, 27 Juillet-6 Août, Contributions de la Société de Géographie de Lisbonne, (integrado na 7ª Secção - Meteorologia e Climatologia), 1.ª ed. Lisboa: Tipografia da Coop. Militar.
- Teles, Francisco Xavier da Silva (1910). "Goa. Estudo de Geomorfologia". *Boletim da Segunda Classe. Academia das Sciencias de Lisboa*, v. IV, n. 2, pp. 77-95.
- Teles, Francisco Xavier da Silva. "L'enseignement Supérieur de la Géographie". In: *Neuvième Congrès International de Géographie, Genève, 27 Juillet-6 Août 1908. Compte Rendues des Travaux du Congrès*, III: 271-280. Paris: Société Générale d'Imprimerie, 1911a, vol. III, pp. 271-280
- Teles, Francisco Xavier da Silva (1924a). *Ensino Colonial Universitário (Altos Estudos Coloniais)*. Lisboa: Congresso Colonial Nacional, Sociedade de Geografia de Lisboa. Reimpr. in Pimenta, José Ramiro (org.), *Obras de Silva Telles—A Ciência Geográfica*, 1.ª ed. Lisboa: Associação Portuguesa de Geógrafos, 2004, pp. 187-190.
- Teles, Francisco Xavier da Silva. "Introdução Geográfica". In *Guia de Portugal*, 1.ª ed. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924b, vol. I, pp. 15-30.
- Teles, Francisco Xavier da Silva (1929a). *Portugal. Aspectos geográficos e climáticos*, 1.ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Teles, Francisco Xavier da Silva (1911b). "Prelecções de Geografia feitas no Curso Superior de Letras (2.º ano) pelo Prof. Exmo. Sr. Dr. Silva Teles, e redigidas sob a responsabilidade dos alunos J. Thomé da Silva e Braga Paixão. s.e.
- Teles, Francisco Xavier da Silva (1911c). "A Universidade de Cambridge e a celebração científica de Darwin". *Serões*, n. 78, pp. 403-425.

- Teles, Francisco Xavier da Silva (1912). "O Primeiro Congresso Internacional das Raças". *Revista da História*, n. 1, pp. 1-15, 137-144.
- Teles, Francisco Xavier da Silva (1916). "O conceito científico da Geografia". Sep. Revista da Universidade de Coimbra. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Teles, Francisco Xavier da Silva (1918). "A Situação Demográfica. A Capacidade Orgânica e as Condições Sociais da Grei". *Pela Grei*, v. I, pp. 10-12.
- Teles, Francisco Xavier da Silva (1921). *Le Prince de Monaco et la Géographie scientifique*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Teles, Francisco Xavier da Silva (1922). "Gago Coutinho e Sacadura Cabral e a tradição Portuguesa do século XVI". *Anais do Club Militar Naval*, v. 53, n. 1-3, pp. 145-164.
- Teles, Francisco Xavier da Silva (1924c). *Rapport sur la Climatologie Inter-Tropicale et les Climats des Colonies Portugaises*, 1.ª ed. Bruxelas: Établissements Généraux d'Imprimerie.
- Teles, Francisco Xavier da Silva (1925). *Geografia Económica de Portugal e Colónias. Migração e Colonização*. 14.ª Cadeira. *Resumo das Lições do Professor Exmo. Snr. Dr. Silva Telles, editado pelos seus alunos Ernesto Coelho e José António Pereira*. Lisboa: Instituto Superior de Comércio de Lisboa.
- Teles, Francisco Xavier da Silva (1929b). "A Nossa Terra-Aptidões Económicas". *Revista do Instituto Superior do Comércio de Lisboa*, v. XII, pp. 3-73.
- Teles, Pedro Cabral (2000). *A Geopolítica na história e ensino da Geografia portuguesa (1910-1960)*, 1.ª ed. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Teles, Pedro Cabral (2011). *Portugal Peninsular na Evolução do Pensamento Geográfico Português (1904-1939)*, 1.ª ed. Universidade do Minho.
- Tenedório José António (coord.) (2003). *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*, 1.ª ed. Lisboa: Área Metropolitana de Lisboa.

NOTAS

1. Su formación, sin embargo, fue en Medicina, y no era raro, en esta época, que la disciplina de la Geografía fuera enseñada por investigadores de otras disciplinas: lo mismo sucedería en la Universidad de Coimbra, con el geólogo Ferraz de Carvalho y en la Universidad de Oporto, en la efímera Facultad de Letras (1919-1931), con el médico-antropólogo Mendes Correia. V. Garcia y Pimenta, 2004; Pimenta y Garcia 2021; Neiva 1955.
2. António Oliveira Salazar (1889-1970), primer-ministro de Portugal entre 1932-1968, instituyó una Dictadura Constitucional, 'sufragando' una nueva Constitución en 1933
3. Silva Teles, entonces rector de la Universidad de Lisboa, se quejó de "no haber sido consultado sobre los cambios realizados en la enseñanza de la Geografía". Cordeiro Ramos responde haber consultado a Ferraz de Carvalho y Amorim Girão... (Dores 2008: 59. Cf. Bessa 2012).
4. Los miembros del Jurado del Curso Superior de Letras [fueron] Consiglieri Pedroso (Presidente), Teófilo Braga, Adolfo Coelho, José Maria Rodrigues, Silva Cordeiro, Vasconcelos Abreu, David Lopes (Couvaneiro, 2012). Cf. Ribeiro, 1976; Claudino, 2000; Garcia et al., 2006; Dores 2008; Teles, 2011; Bessa, 2012; Medeiros, 2013; Ricardo, 2018; Daveau, 2019; Marques, 1970; Pintassilgo, 2009). Es en este contexto que Orlando Ribeiro nos habla de la "creatividad" de Teófilo Braga, cuando presenta los Pirineos como una división entre España y Portugal, justificando así la nacionalidad portuguesa (Ribeiro, 2001)

5. J. Couvaneiro (2012: 144) anota la opinión de Fernando Pessoa sobre las clases de Silva Teles: " Si la geografía fuera retórica. | ¡Qué geografía tan atea y dórica! | Pero siendo solo geografía | ¡¡Qué geografía, qué geografía!!".
6. De este trabajo, diría O. Ribeiro (1976: 10), "lamentablemente más basado en generalidades que en la observación local, sin embargo reconoció la posición de Goa como un surco de penetración para el interior de la India, el gigantesco muro de los Gates doblado y entrelazado por la erosión, las llanuras aluviales del margen costero, que constituyen los campos cultivados más fértiles en toda la región y tanto han sostenido la prosperidad".
7. La Escola de Medicina Tropical se instaló en parte del edificio de la Real Fábrica da Cordoaria, en Junqueira, anexo al primitivo Hospital Colonial, en una zona de la ciudad de Lisboa que, hacia Belém, se asocia progresivamente a la memoria de los Descubrimientos. Silva Teles, con una vocación que vacila entre la Medicina y la Geografía (Ribeiro,1976) fundó el Instituto Bacteriológico del Hospital da Marinha en 1895 (Cf. Livingstone,2003). Manouvrier fue discípulo de Broca, su entrenador anatómico y su sucesor en la Escuela de Antropología y el Colegio de Francia (Philippe, 1986; v. t. Mercier, 1996).
8. La dificultad de aceptar la Geografía era, en muchos sentidos, más difícil en los mismos organismos que la reivindicaban, por lo que para Orlando Ribeiro (1976: 23-24) la acción de Silva Teles "era nula en los organismos científicos a los que pertenecía, por lo que se hicieron tenaces ideas [erróneas...] y la confusión de la Geografía con su herramienta de trabajo, la Cartografía"; v. t. Ribeiro, 1973.
9. "Su formación e intereses diversificados lo llevaron a conferencias sobre Antropología, Medicina, Geografía y Agricultura Tropical, etc. (...) En Londres sólo estaban Ernesto de Vasconcelos, (...) uno de los 'padres fundadores' de la Geografía portuguesa, [y] Jaime Batalha Reis, quien presentaría 'Sobre la definición de la geografía como ciencia, y sobre la concepción y descripción de la tierra como organismo' (...) en una conferencia en la que Paul Choffat presentaría un 'Ensayo sobre la tectónica de la Serra da Arrábida', lo que no sería ajeno a la futura elección del tema doctoral por parte de Orlando Ribeiro, quien se convertiría en su alumno en el Instituto Superior Técnico" (Teles, 2011: 59). Cf. Ricardo, 2018; sobre Batalha Reis, v. Garcia, 1985, 1988.
10. Además, la participación de geógrafos portugueses en los congresos de la UGI hasta la Segunda Guerra Mundial nunca fue muy numerosa (Teles, 2011). Silva Teles no parece, tampoco, haber participado en los congresos fuera del continente europeo: Washington y El Cairo.
11. Del programa de Huntington, dijo F Boas: "Me siento bastante incapaz de cumplir con su solicitud [pues] me parece necesario eliminar la combinación peculiar del desarrollo de las formas culturales y la intrusión de la idea de nuestra estimación de su valor" (Livingstone, 1992: 226)
12. La "Holanda (...) llamó a los malayos a la civilización (...) la masa siamesa, comprimida entre la expansión francesa y la británica despertó [de] la indiferencia apática..." (Teles, 1912: 6).
13. También se puede reconocer en la enseñanza de Geografía de la "primitiva" Facultad de Letras de Oporto, al menos según los libros sobre temas de Geografía existentes en lo que queda de su Biblioteca, hoy recogidos en el Fondo Primitivo de la Biblioteca Central de la Facultad de Letras de la Universidad de Oporto (Cf. Garcia y Pimenta, 2004). Silva Teles distinguió el "naturalismo" del "postivismo": "Quienes juzgan que positivismo y materialismo son lo mismo se equivocan: el positivismo se limita a rechazar a Dios como innecesario en el campo científico". (Teles, 1881a: 206).
14. El trabajo de Darwin, y los modelos de pensamiento "biológicos" asociados, representan una de las posiciones epistemológicas más fuertes en la geografía moderna. Si bien el cambio probablemente no fue tan "revolucionario" como tienden a aceptar algunos historiadores de la ciencia, no hay duda de que la biología, y en particular la metáfora evolutiva, fue un "giro" fundamental en el pensamiento geográfico de finales del siglo XIX.

15. El artículo es una referencia central en la obra de Ribeiro sobre la colonización de Angola: Ribeiro, 1981. Cf. Teles, 2011
16. Cabo Verde fue una de las primeras y más extensamente estudiadas provincias de ultramar por la geografía tropical portuguesa, dando lugar a dos monografías regionales sobre las islas de Fogo (estudiada durante la repentina erupción volcánica de 1951) y Santiago.
17. La Guinea "portuguesa" fue el primer espacio verdaderamente tropical estudiado en el ámbito de la Geografía de la expansión portuguesa, fruto de la misión geográfica encabezada por Orlando Ribeiro —obra de gran difusión internacional, en la época en que el autor era vicepresidente de la Unión Geográfica Internacional— y a la que también pertenecía Francisco Tenreiro, y una tesis de grado de la Universidad de Coimbra.
18. La isla de Santo Tomé, y accesoriamente la de Príncipe, fue uno de los espacios tropicales más profundamente estudiados dentro del ámbito de la geografía tropical portuguesa, a expensas de prácticamente un nombre: Francisco Tenreiro, un geógrafo-poeta nacido en la isla. En este contexto, la "discordia" epistemológica entre Tenreiro y Orlando Ribeiro sobre la inclusión (o no) del archipiélago en el mundo "criollo" de la "armoniosa expansión portuguesa en los trópicos" cobra cierta importancia.
19. De hecho, la Geografía Tropical Portuguesa nunca ha dedicado a Mozambique la cantidad de trabajo de investigación que la provincia habría merecido. Sólo unos breves estudios de Orlando Ribeiro, inéditos o publicados en periódicos en 1976, siendo reimpresos, póstumamente, en la edición de su *Caderno de Campo de Moçambique* (Sarmiento y Brito-Henriques, 2013). De la primera generación, sólo Francisco Tenreiro parece haber pretendido estudiar a Lourenço Marques, impedido por su muerte prematura; Ilídio do Amaral estudió la ciudad de Beira; y Raquel Soeiro de Brito la isla de Mozambique, que había sido el tema de una tesis de grado en la Universidade de Lisboa. Posteriormente, algunos investigadores, principalmente de instituciones locales (cuando finalmente se crearon los estudios superiores en Angola y Mozambique), realizaron investigaciones relevantes, que, por eso mismo, estuvieron marcadas por una renovación metodológica pós-regionalista. Parte de este trabajo resultó en tesis doctorales. V. t. Ribeiro, 1975.
20. Los temores de una invasión de los territorios de la "India portuguesa" (la inquietud diplomática llegó al límite de prohibir la participación portuguesa en el Congreso de la Unión Geográfica Internacional celebrado en Nueva Delhi) llevó al gobierno a enviar una misión geográfica en la década de 1950. Orlando Ribeiro, contó con la participación de varios otros geógrafos, y dio lugar a una extensa producción científica, que, en esencia, acabó reconociendo la escasa (a diferencia del antiguo patrimonio en ruinas) relevancia de la influencia portuguesa en las generaciones más recientes de Goa.
21. Macao y Timor serían estudiados por Raquel Soeiro de Brito, pero nunca con la extensión y profundidad de otros espacios portugueses de ultramar.
22. Aunque solo fue visitada por Orlando Ribeiro durante el crucero de la Agência Geral das Colónias, en la década de 1930, Luanda solo se convertiría en objeto de investigación de la geografía tropical portuguesa con los extensos estudios de Ilídio do Amaral. La ruptura notoria en la cronología de sus obras está relacionada con el inicio de la guerra en Angola. Cf. Gouveia; 1970; Oliveira, 2017.
23. Este "estudio meticuloso" del Sudoeste de Angola fue realizado por muchos geógrafos de la Escuela de Lisboa, especialmente C. A. Medeiros (1976, 1977), pero también por I. Amaral, R. S. de Brito, M. Feio, I. M. Medeiros... demostrando, de manera inequívoca, la interesada supervisión de Orlando Ribeiro (Brito, 1977; Amaral, 1979, 1983, 2001).

RESUMOS

Francisco Xavier da Silva Teles (1860-1930) introduziu a Geografia no Ensino Superior português, em 1904, no Curso Superior de Letras de Lisboa. Nascido em Goa, em 1879 viajou para a Metrópole para estudar Medicina, mais tarde ingressando na Marinha como médico naval. A formação especializada que adquiriu em Paris explica a sua preferência pelos estudos de Antropologia, que associa às disciplinas de Climatologia e Higiene, que considera fundamentais na organização de uma verdadeira "colonização científica". A biografia científica de Silva Teles refere-se a diferentes campos, escalas e temporalidades: i) os interesses imperialistas de Portugal, ii) a ciência geográfica internacional; iii) as práticas concretas e diversificadas da sua vida científica e profissional.

Francisco Xavier da Silva Teles (1860-1930) introduced Geography in Portuguese Higher Education in 1904, at the Higher Course of Letters in Lisbon. Born in Goa, in 1879 he traveled to Portugal to study Medicine, later joining the Navy as a naval doctor. The specialized training he acquired in Paris explains his preference for Anthropology studies, which he associates with the disciplines of Climatology and Hygiene, which he considers fundamental in the organization of a true "scientific colonization". The scientific biography of Silva Teles refers to different fields, scales and temporalities: i) the imperialist interests of Portugal, ii) international geographical science; iii) the concrete and diversified practices of his scientific and professional life.

Francisco Xavier da Silva Teles (1860-1930) introduit la géographie dans l'enseignement supérieur portugais en 1904, au Cours Supérieur de Lettres de Lisbonne. Né à Goa, en 1879, il se rendit au Portugal pour étudier la médecine, rejoignant plus tard la marine en tant que médecin. La formation spécialisée qu'il a acquise à Paris explique sa préférence pour les études d'Anthropologie, qu'il associe aux disciplines de la Climatologie et de l'Hygiène, qu'il considère comme fondamentales dans l'organisation d'une véritable "colonisation scientifique". La biographie scientifique de Silva Teles fait référence à différents champs, échelles et temporalités: i) les intérêts impérialistes du Portugal, ii) la science géographique internationale; iii) les pratiques concrètes et diversifiées de sa vie scientifique et professionnelle.

Francisco Xavier da Silva Teles (1860-1930) introdujo la Geografía en la Educación Superior Portuguesa, en 1904, en el Curso Superior de Letras de Lisboa. Nacido en Goa, en 1879 viaja a la Metrópoli para cursar Medicina y luego incorporándose a la Marina como médico naval. La formación especializada que adquirió en París explica su preferencia por los estudios de Antropología, que asocia a las disciplinas de Climatología e Higiene, que considera fundamentales en la organización de una verdadera "colonización científica". La biografía científica de Silva Teles remite a distintos ámbitos, escalas y temporalidades: i) los intereses imperialistas de Portugal, ii) la ciencia geográfica internacional; iii) las prácticas concretas y diversificadas de su vida científica y profesional.

ÍNDICE

Índice geográfico: Portugal, Territórios Ultramarinos

Palavras-chave: Silva Teles, história da geografia, geografia colonial, climatologia colonial, Portugal

Palabras claves: Silva Teles, historia de la geografía, geografía colonial, climatología colonial, Portugal

Keywords: Silva Teles, history of geography, colonial geography, colonial climatology, Portugal

Índice cronológico: 1860-1930

Mots-clés: Silva Teles, histoire de la géographie, géographie coloniale, climatologie coloniale, Portugal

AUTOR

JOSÉ RAMIRO PIMENTA

Universidade do Porto

Centro de Estudos Africanos

Email: jose.ramiro.pimenta@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5666-7857>

África e as Missões de Geografia Tropical Portuguesa na segunda metade do século XX

Africa and the Portuguese Tropical Geography Missions of the second half of the 20th century

África y las Misiones de Geografía Tropical Portuguesa en la segunda mitad del siglo XX

L'Afrique et les missions portugaises de géographie tropicale dans la seconde moitié du XX^e siècle

João Sarmiento

NOTA DO EDITOR

Submetido 30 Jun. 2022; aceite para publicação 5 Out. 2022

Todos os países que possuem territórios em vias de transformação (áreas “sub-desenvolvidas”) recorrem largamente aos geógrafos nas tarefas de planeamento regional, económico, implantação de indústrias, arrumo da população, inventário de recursos e utilização do solo, etc.

Orlando Ribeiro (1960)

A Junta de Investigação do Ultramar e as missões científicas

- 1 Para compreender a razão de ser das missões científicas às colónias ou ao além-mar, é necessário ter em vista a Conferência de Berlim, realizada em 1884-1885, e que veio

alterar o paradigma da posse dos territórios coloniais, que passou da “ocupação histórica” para a “ocupação efetiva”. Desde 1883 que a Comissão de Cartografia, criada pelo Ministério da Marinha e do Ultramar, tentava organizar e sistematizar a investigação científica nos domínios coloniais. Um dos seus objetivos mais imediatos seria o de cartografar as possessões ultramarinas e delimitar as suas fronteiras com as colónias vizinhas. Os sucessivos Congressos Coloniais (I em 1901, II em 1924 e III em 1930) foram enfatizando a urgência de estudos científicos coloniais, e na verdade, no período entre as guerras foi-se desenhando, internacionalmente, um novo princípio de legitimação dos territórios coloniais, que assentava na “ocupação científica”. É já neste contexto que têm lugar a Missão Geográfica de Moçambique de 1932, que integrava a I Missão Antropológica de Moçambique, e a I Missão Antropológica a África (Angola, 1934), financiada pela Junta de Educação Nacional (mais tarde Instituto de Alta Cultura).

- 2 Em 1936, o Ministério das Colónias criou a *Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais* (JMGIC), mais tarde, “de Investigações do Ultramar” (JIC/JIU), sob tutela do Ministério do Ultramar,¹ que veio substituir a Comissão de Cartografia de 1883, e que procurava planear e organizar de forma integrada a investigação científica. Realizaram-se então a Missão Hidrográfica de Angola (1936), a Missão Botânica de Angola (1937), a Missão da Carta Magnética de Angola (1936 a 1938) e a Missão Geográfica de Timor (1938). Só em meados de 1940, a JIC ficou regularmente constituída. No entanto, com poucos recursos, não teve capacidade para cumprir o seu plano quinquenal de atividades. Ainda assim, foram realizadas missões ou campanhas Geográficas (leia-se Geodésicas) em Angola, Moçambique, Guiné Bissau e Timor; Hidrográficas em Angola e Moçambique; Botânica em Moçambique; Zoológica na Guiné; e Antropológica em Moçambique (Castelo, 2012). As missões eram formadas por pequenas equipas, que incluíam alguns técnicos ou especialistas da metrópole, sendo o apoio logístico local assegurado em parte pela administração colonial. Com a reestruturação da JIC, em 1945, a investigação passou a ter um cunho de maior intervenção, com a exploração eficiente e a questão “indígena” a tornarem-se centrais para a “ocupação científica”. As missões que se organizaram durante a segunda metade do século XX, enquadraram-se e decorrem da preocupação de assegurar a prioridade científica portuguesa, e do envolvimento na cooperação científica interinstitucional.

A centralidade de Orlando Ribeiro

- 3 Em 1946, com Mendes Corrêa (médico e antropólogo físico da Escola do Porto) no cargo de diretor da Escola Superior Colonial e presidente da Junta de Investigações Coloniais, Orlando Ribeiro foi nomeado vogal deste último organismo. De imediato sugeriu incluir a ciência geográfica nos projetos de investigação, e iniciou mesmo a preparação de uma Missão a Cabo Verde (Ribeiro, 1950a), que não se veio a realizar nos moldes pensados. A oportunidade de participação na Segunda Conferência dos Africanistas Ocidentais em Bissau, em 1947, fez com que a JIC criasse duas missões à Guiné: uma de geologia, liderada por João Carrington da Costa, e outra de geografia, liderada por Orlando Ribeiro (Havik e Daveau, 2010). Por questões de afinidade científica e de logística, as duas missões foram agrupadas numa só. Ocorreram então dois problemas que caracterizam todo o trabalho de Orlando Ribeiro ao longo das três décadas seguintes e por consequência também, o funcionamento das missões. O primeiro esteve ligado com

a lentidão da máquina burocrática do Estado, que dificultou o planeamento das missões e que neste caso em particular atrasou a partida, que deveria ter ocorrido no final de novembro de 1946. O segundo foi a saúde frágil de Orlando Ribeiro, que o fez chegar à Guiné com bastante atraso (Ribeiro, 1950a). Ainda assim, durante dois meses, em 1947, o geógrafo fez o seu primeiro trabalho de campo aprofundado em África.

- 4 Em 1949, a JIC promoveu 18 colóquios para discutir abertamente as investigações que este organismo desenvolvia. Orlando Ribeiro, convidado para este efeito, aproveitou a ocasião para criticar os meandros administrativos e burocráticos existentes e as suas consequências na liberdade de investigação. Referiu-se ainda ao atraso científico dos territórios ultramarinos, criticando a tradição científica nacional, que seria, segundo as suas palavras, “uma destas flores de retórica, vulgares nos nossos discursos e nos nossos escritos, um destes lugares-comuns com que nos consolamos do atraso actual” (Ribeiro, 1950b: 4). Esta posição está bem marcada num relatório dactilografado que Orlando Ribeiro enviou à JMGIC em 1949, onde expôs as suas considerações sobre o *Atlas de Portugal Ultramarino* que tinha sido publicado no ano antes (Ribeiro, 2017). Ribeiro condenou a coleção aparatosa, de pobreza confrangedora, resultado de um “atraso na investigação colonial” (Ribeiro, 2017: 667) e indicou como exemplo a tomar o rigor do trabalho que tinha realizado sobre a Ilha da Madeira, no âmbito do XVI Congresso Internacional de Geografia de 1949 (Ribeiro, 1949), sugerindo que, com tempo, poder-se-ia fazer muito melhor.
- 5 Este início dos anos 50 do século XX é fundamental para compreendermos a evolução da Geografia tropical portuguesa. Por um lado, em 1951, a erupção vulcânica da ilha do Fogo, em Cabo Verde, abriu portas a uma missão de urgência, com o propósito específico de estudar este episódio natural. Numa segunda visita, entre dezembro de 1952 e janeiro de 1953, para além do estudo de diversos materiais geológicos, cartográficos e geofísicos da erupção, vários aspetos da colonização nas ilhas foram analisados (Ribeiro, 1998 [1954]). Por outro lado, na sequência da primeira ocupação dos territórios da Índia Portuguesa pela União Indiana, surgiu a possibilidade de realização de uma missão a Goa, o que veio a acontecer em 1955-1956. Juntamente com Raquel Soeiro de Brito, que substituiu Orlando Ribeiro na coordenação da missão quando este teve que se ausentar, e Mariano Feio, o conhecimento dos trópicos e da expansão portuguesa foi-se adensando. Orlando Ribeiro foi mesmo alterando a sua posição inicial sobre o encontro colonial, sobre a suposta transposição benigna do mediterrâneo para os trópicos, e sobre os processos de integração ecológico-social (Ribeiro, 1956). Aliás, a sua desilusão em Goa foi marcante, pois o território era, nas suas palavras, “a terra menos portuguesa de todas as que vira até então” (Ribeiro, 1999: 64). O geógrafo identificou sentimentos de hostilidade da população face aos portugueses, utilizando mesmo a metáfora de “quisto” para adjectivar a presença portuguesa, metáfora essa que mais tarde usou em relação aos colonatos em Angola. O seu contacto mais próximo com África, a partir do final dos anos de 1950, e sobretudo as suas viagens a partir de 1960, alertaram-no para realidades muito distintas das sociedades harmoniosas, mestiçadas e de plena integração do breviário luso-tropicalista (Sarmiento, 2022).

A Missão de Estudos de Geografia Física de Angola (1958-1961)

- 6 Em 1952, uns meses depois de ter defendido o doutoramento, Mariano Feio, um dos colaboradores mais antigos de Orlando Ribeiro, escreveu uma carta à Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar. Nela deu conta do seu interesse em fazer um estudo metódico de geomorfologia de Angola com vista à produção de um mapa morfológico do território à escala 1: 4,000.000.² Esta iniciativa surgiu como resposta a uma necessidade que Luís Silveira, secretario da JIU lhe tinha feito chegar,³ na medida em que o pouco que se conhecia da morfologia deste território, era devido aos trabalhos de dois estrangeiros – Otto Jessen⁴ e Arthur Clifford Veatch.⁵ Estes trabalhos já tinham sido analisados por Mariano Feio (Feio, 1946a; 1946b). O seu ambicioso programa incluiria várias campanhas, e continha um orçamento com vencimentos para 10 meses, viagens e material diverso. Contemplava ainda a compra de um veículo - uma carrinha com tração às quatro rodas – respetivos custos de deslocação, material científico e de acampamento, e o pagamento a um motorista.⁶
- 7 Por trás de todas estas iniciativas de Mariano Feio, que no entanto foram, nesta altura, inconsequentes, estava Orlando Ribeiro.⁷ Mariano Feio acabou por ir para o Brasil, tendo ensinado, durante os anos de 1952 e 1953, em Pernambuco. Mais tarde, em 1955 e 1956, participou na Missão de Geografia da Índia (ver Feio, 1979), e assim, a Missão de Estudos de Geografia Física de Angola teve de esperar. Foi só mais tarde, em 1958, que João Carrington da Costa (1891-1982), à data presidente da comissão executiva da JIU, escreveu a Orlando Ribeiro, solicitando um parecer sobre um pedido de autorização de deslocação a Angola, à região entre o Cubango e o Cuando, de uma missão científica organizada pela Universidade de Hamburgo. O parecer solicitado auscultava a necessidade de acompanhamento desta missão estrangeira por um especialista português.⁸ Em resposta datada do dia seguinte, Orlando Ribeiro indicou que o investigador adequado para fazer este acompanhamento seria Mariano Feio, e uns dias mais tarde, Mariano Feio foi contactado pela JIU, indagando a sua disponibilidade para acompanhar uma missão da Universidade de Hamburgo,⁹ ao que este acedeu. Aproveitou a oportunidade para “ressuscitar” o seu programa de 1952, argumentando que seria preferível ter autonomia em relação à expedição alemã,¹⁰ e propondo um programa de investigação de Geografia física “na faixa situada entre o rio Cubango e o mar”, programa este que seria muito semelhante ao da missão de Hamburgo, facilitando assim a troca de informações e a colaboração entre investigadores.¹¹ Perspicazmente, indicou que os cientistas alemães “não levantarão dificuldades a pôr-me a par da súmula dos seus resultados”, e no espírito da colonização científica que agradava à Junta, explicou que esta seria a “oportunidade de evitar que a ocupação neste ramo científico, da parte sul de Angola, esteja a ser feita apenas por estrangeiros”.¹² A missão na região entre os rios Cubango e Cuando, foi autorizada pelo Ministro do Ultramar.¹³ Mariano Feio partiu para Angola no início de dezembro desse ano,¹⁴ e em março de 1959 deu conta, num relatório detalhado, das atividades da missão da Universidade de Hamburgo, composta apenas por um assistente de geografia.¹⁵
- 8 Numa carta de Mariano Feio a Orlando Ribeiro, percebe-se a interação com o Mestre acerca dos temas e áreas que Mariano Feio e Ilídio do Amaral deveriam estudar em Angola:

Ele [Cannas Martins] comprometeu-se (...) a fazer determinado trabalho, o núcleo é a economia agrícola indígena no Sul, acho que começam pelo distrito da Huíla e pelo de Moçâmedes. Mas já que faz aquilo, queria dar-lhe uma base completa, portanto Geogr. Física, Geo Humana, Botânica, Zoologia, Etnografia, etc. Pediu-me logo para eu lhe fazer a parte da Geomorf., ao que acedi tanto mais facilmente quanto... já estava na minha área de trabalho. Dentro deste plano de trabalho o que a ela calhava melhor que o Ilídio tomasse era aquilo a que nas nossas conversas se poderia ter chamado o sector médio (Benguela), talvez um pouco para baixo para acertar melhor com a área deles, digamos de Quilengues para o poente e também na direcção de Benguela. Ele não diz de modo nenhum que imporia, nem pensar nisso, irá para onde o Orl. quizer. Naquela área calhava especialmente bem por ele fazer logo a parte física e humana. Claro, fica cá mais no sul (na parte da minha Geomorf.) a necessidade de um geo humano. (...) O estudo do sul mete pedologia e tudo. A parte da economia agrícola já está entregue a um agrónomo (Cruz de Carvalho). Eu não posso ajudar na Geo humana porque tenho que fazer a Geomorf do grande interior e então não tenho tempo. Mas de resto aquilo é para vários anos e, como sempre, há-de demorar o dobro do que eles esperam.¹⁶

- 9 Uns meses mais tarde, Mariano Feio escreveu novamente a Orlando Ribeiro, dando-lhe conta dos progressos da investigação, e com muito entusiasmo comunica-lhe:

Encontrei a chave, a maneira como se faz, a subida do litoral para a serra de Chela. E é de um género como eu nunca tinha visto: uma superfície inclinada que sai debaixo dos depósitos da orla; emerge a cerca de 200 m de altitude e sobe até uns 400-450 m, com inclinação bastante forte, isto é, numas dezenas de km. Nos 450 m é truncada por outra que ainda está horizontal. Prolongando a inclinada, dá razoavelmente com o cimo de Chela. (...) Fiquei radiante por ter quase a certeza de poder dar ao estudo uma construção sólida e precisa. E é bonito ver sair assim uma superf. debaixo do depósito...¹⁷

- 10 A campanha continuou durante 1960, e na verdade foi no âmbito desta missão que Mariano Feio se encontrou com Orlando Ribeiro na sua viagem de 1960. Mas no início de 1961 (12 de janeiro), e quando Mariano Feio estava em Angola, as instruções dadas pela Junta foram da suspensão da Missão de Geografia Física de Angola. Assim, os trabalhos de Mariano Feio deveriam ser integrados na Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar (MGFHU), que devia começar nesse ano. A este respeito, numa carta a Ilídio do Amaral, Mariano Feio explica bem os contornos da sua missão:

É certo que a Junta (Carrington) nunca desejou este trabalho, queriam era um fiscal para os alemães que viriam e eu, ou nós, é que transformamos esta acção fiscal num estudo de geomorf...Mas nós é que tínhamos razão e, por linhas tortas, fizemos o C. fazer direito.¹⁸

- 11 Orlando Ribeiro lamentou por seu lado esta suspensão, pois o projeto da MGFHU que estava a começar, tinha expresso claramente que Mariano Feio deveria prosseguir os seus estudos, embora em ligação íntima com esta¹⁹. É interessante observar com detalhe a carta que Mariano Feio escreveu à JIU no final da Missão, já de Lisboa, que indica numa lista as despesas que deveriam ainda ser pagas. Nela se percebe que Mariano Feio estava acompanhado de um auxiliar técnico e de um cozinheiro indígena, da centralidade das amostras (areias, rochas e fósseis), das despesas com transportes, nomeadamente do veículo, e das necessidades posteriores para elaboração de uma monografia final, que apenas foi publicada anos mais tarde (Feio, 1981).

Tabela 01 – Lista de despesas que deveriam ser pagas pela JIU

Viagem do chefe de Missão de Sá da Bandeira para Luanda	1187\$30
---	----------

Viagem do auxiliar técnico, do cosinheiro indígena, do carro e da bagagem (incluindo toda a amostragem) de Sá da Bandeira para o Lobito:	
120 litros de gasolina	486\$00
Canhão de manga do eixo que se partiu e foi necessário substituir	500\$00 986\$00
Subsídio de embarque do chefe de missão	3000\$00
Subsídio de embarque do auxiliar técnico	1000\$00
Viagem do cosinheiro indígena do Lobito para Luanda	154\$00
Ordenado do auxiliar técnico durante a viagem e embarque De Sá da Band. para o Lobito e daqui para Lisboa:	
4 dias em Angola e 16 dias embarcado	1200\$00
Reparação do carro no fim da campanha (recibo de 7.1.961)	3556\$80
Despacho de bagagem e das amostras de rochas, de areias e de fósseis	1937\$00
Sacos de pano para acondicionar as amostras de areias	145\$00
Ordenados do chefe de Missão durante a redação do estudo, na Metrópole	72000\$00
Trabalhos fotográficos	3500\$00
Trabalhos de desenho: mapas e ilustrações para o livro	10000\$00
	98666\$10”

Fonte: IICT/ACPGU, 710, Doc.119, 12.5.1961

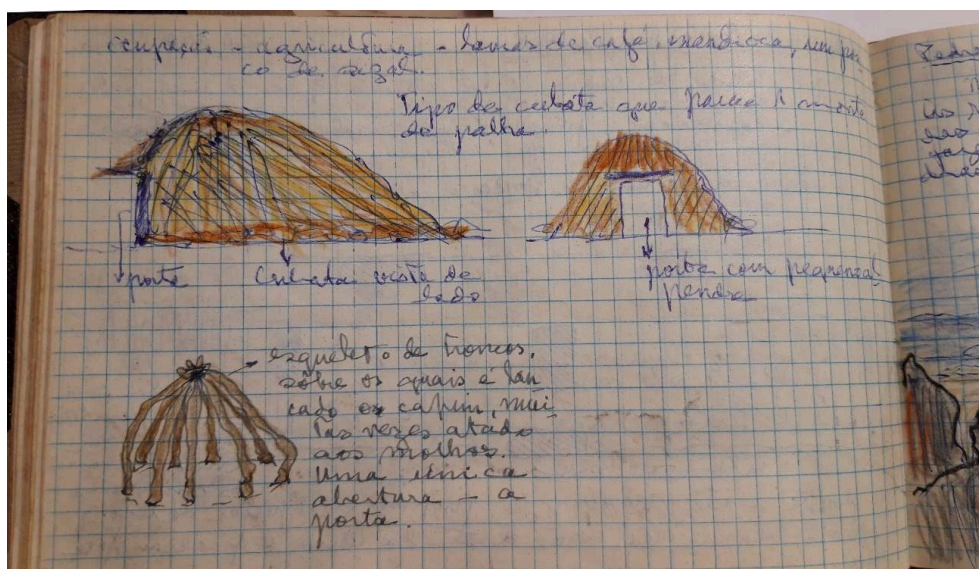
O Agrupamento Científico de Preparação de Geógrafos para o Ultramar (1958-1973)

- 12 Em 1956, Orlando Ribeiro escreveu à Junta de Investigações do Ultramar, a indicar que haveria toda a vantagem em criar “junto da Faculdade de Letras, de Lisboa, um núcleo de estudos onde se reunisse a documentação bibliográfica, cartográfica, e fotográfica indispensável à investigação da geografia africana, e se preparassem os futuros investigadores dessa geografia”.²⁰ Neste documento, o geógrafo apontava a necessidade de que “Angola e Moçambique deixem de ser, pelo menos para os geógrafos portugueses, a terra incógnita que tem sido até hoje.”²¹ A resposta não tardou,²² e após esclarecimentos adicionais, no final de 1957, a criação do Agrupamento Científico de Preparação de Geógrafos para o Ultramar (ACPGU) foi autorizada.²³
- 13 Em 1958, o agrupamento contou com uma bolsa integral (para Manuel Marques), e outra parcial (para João Proença Ribeiro),²⁴ e no ano seguinte viu crescerem duas

bolsas parciais para atribuir “aos restantes assistentes de Geografia da Faculdade de Letras que dedicam ao estudo da Geografia tropical e do Ultramar grande parte da sua actividade e colaboraram benevolmente nos trabalhos do Agrupamento”.²⁵ Nestes anos fez-se “treino de campo e de gabinete”, tendo-se realizado, em 1958 e 1959, excursões a diversas áreas do norte e centro do país. Envolvendo a realização de inquéritos diversos,²⁶ os trabalhos estatísticos, a execução de mapas de distribuição de população e utilização do solo, elaborados em Goa, serviriam também como prática para trabalhos idênticos em África.²⁷ Esta ideia de “treino de campo” em Portugal para preparar os jovens geógrafos para os trópicos, assenta com certeza nos inquéritos de Geografia regional e do habitat rural que Orlando Ribeiro tinha promovido no final dos anos 30 (Ribeiro, 1991; 1995)²⁸. Central para o agrupamento e para a prática da Geografia tropical foi o pedido e posterior compra de uma máquina fotográfica Leica, tendo por orçamento cerca de 12 contos.²⁹ A esta compra juntava-se uma grande lista de materiais para acampamento: tendas, camas, colchões, sacos de dormir, mesas, cadeiras, mochilas, bacias, lanternas e chuveiros, entre outros.

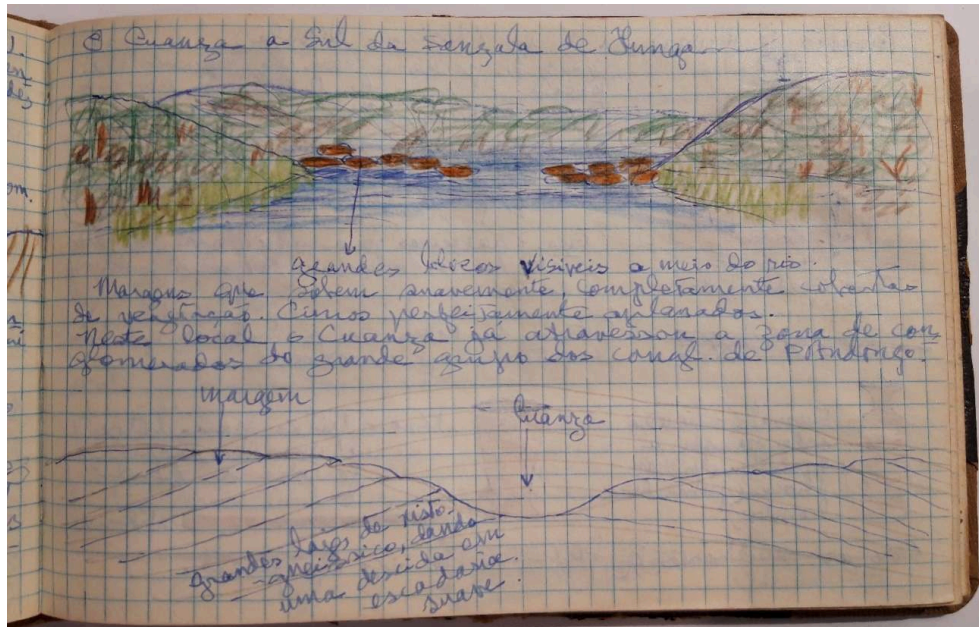
- 14 No último dia de 1958, Orlando Ribeiro escreveu um outro ofício à JIU, informando que Ilídio do Amaral o substituiria na missão, durante a sua estadia em Paris no ano seguinte, onde iria proferir uma série de lições no Collège de France.³⁰ Em 1959, Orlando Ribeiro propôs que Ilídio do Amaral e Manuel Monteiro Marques deveriam permanecer cinco meses em Angola, e aproveitassem para fazer um estágio de campo com Mariano Feio. Ilídio do Amaral partiu em Agosto, mas Manuel Marques acabou por desistir da bolsa e do agrupamento, tendo-se perdido o seu contributo na área da geomorfologia e na sua especialidade de trabalho de campo, lamentando Orlando Ribeiro o sucedido.³¹ As figuras 1 e 2 mostram duas páginas do caderno inédito de campo de Ilídio do Amaral, de finais de 1959, e que espelham bem o modo de fazer Geografia nesta altura.³²

Figura 1. Desenhos de habitação feito por Ilídio do Amaral, 1959



Caderno de campo nº2, Angola, Ilídio do Amaral, 1959

Figura 2. Esboço do Cuanza feito por Ilídio do Amaral



Caderno de campo nº2, Angola, Ilídio do Amaral, 1959

- 15 Ainda nesse ano, Orlando Ribeiro escreveu ao engenheiro agrônomo Virgílio Canas Martins (1909-1973), que à data era o diretor do Instituto de Investigação Científica de Angola (IICA),³³ sugerindo-lhe a constituição de uma “Missão de Estudos de Geografia a Angola”. Esta deveria “iniciar um reconhecimento de conjunto”, “preparar um mapa da população”, “proceder à escolha de dois ou mais assuntos de Geografia física, humana ou regional que constituíssem matéria de investigações aprofundadas, podendo, eventualmente, servir de tema a dissertações de doutoramento” e “colaborar na elaboração de planos regionais ou económicos e dar toda a assistência técnica às autoridades administrativas (...)”.³⁴ Refere ainda que está muito ocupado com estudos sobre a Índia e o Brasil e que não será possível dedicar-se a trabalhos profundos, mas acompanhará os seus colaboradores e discípulos, fazendo “viagens de prospeção e acompanhando depois, *in loco*, os seus trabalhos”.³⁵ A sugestão de Orlando Ribeiro era de que a primeira campanha se realizasse em julho desse mesmo ano, ou seja em 1959, o que não veio a acontecer.
- 16 Sabemos que uns meses mais tarde, Mariano Feio escreveu de Angola a Orlando Ribeiro, contando que se tinha encontrado com Canas Martins, e que tinham falado da organização da missão.³⁶ A carta que Orlando Ribeiro tinha dirigido a Canas Martins dava ainda conta que se devia fazer um convite a Pierre Gourou (1900-1999), que designa como o “mais reputado especialista das regiões tropicais e com a larga experiência que possui através dos seus estudos no Congo Belga”. O geógrafo francês era já um nome incontornável na Geografia tropical, e teve uma profunda influência na Geografia portuguesa praticada na época. A deslocação de Pierre Gourou ocorreu nas campanhas de 1962 e 1963.
- 17 Numa nota informativa, a JIU deu conta do plano de trabalho do agrupamento para 1960, que incluía investigação na Índia portuguesa e no norte de Moçambique (Raquel Soeiro de Brito), em São Tomé (Francisco Tenreiro) e Angola (Ilídio do Amaral).³⁷ Referia ainda que Orlando Ribeiro estaria a terminar os estudos “A cidade portuguesa

no mundo” e “Os telhados de Tavira”. O trabalho do agrupamento prosseguiu, tendo sempre orçamentos anuais que permitiam fazer missões em diversos territórios. Em 1965, Raquel Soeiro de Brito desvinculou-se do agrupamento, sendo substituída por João Pereira Evangelista, um assistente que trabalhava em Geografia da população.³⁸ Significativo é o facto deste agrupamento ter financiado o trabalho de três estudantes finalistas de geografia, que defenderam as suas teses de licenciatura em Ciências Geográficas em 1966 com dois trabalhos em Angola e um em Moçambique.³⁹

- 18 Em 1967, João Evangelista saiu do agrupamento, pois foi convidado para ser assistente dos Estudos Gerais Universitários de Angola. Em sua substituição, entrou o geólogo António Marcos Galopim de Carvalho (1931-), à data assistente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.⁴⁰ Os trabalhos do agrupamento desenrolaram-se normalmente, e no início de 1971, Orlando Ribeiro deu conta disso mesmo à Junta, indicando que mais uma tese de licenciatura tinha sido concluída – um estudo sobre Gabela, uma pequena cidade de Angola⁴¹ – sendo de prever a conclusão da primeira “Bibliografia Geográfica de Angola”, orientada por Ilídio do Amaral.⁴² Mas nesse mesmo ano, a suborçamentação da missão (50 contos atribuídos de 188 contos solicitados), levou à suspensão das bolsas de Orlando Ribeiro, Ilídio do Amaral, João Proença Ribeiro e Maria Alfreda Cruz⁴³, esta última assistente do IICA entre 1966 e 1968. Nos dois anos seguintes, os últimos do agrupamento, a verba disponível manteve-se em 50 contos por ano, permitindo que apenas um bolseiro trabalhasse em Angola.

A Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar (1960-1973)

- 19 A Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar foi criada em 1960, por três anos prorrogáveis, tendo o projeto de criação da missão sido assinado por Orlando Ribeiro em 7 de junho de 1960.⁴⁴ Nele o geógrafo insistia no interesse científico da África subsaariana, no desconhecimento científico existente, e no facto de que os poucos trabalhos existentes terem sido feitos por estrangeiros. Dá o exemplo do estudo do colonato de Cela em Angola, feito por um geógrafo belga (Denis, 1956) e por um brasileiro (Penteado, 1959-1960), e que mereceria estudo por parte de investigadores nacionais. Foi a mais robusta Missão de Geografia tropical em Portugal, funcionando até 1973, e compreendeu dezenas de campanhas ao longo dos seus 13 anos de funcionamento. Tal como refere Ilídio do Amaral, a especificidade do nome da missão prende-se com a clarificação do campo científico das mesmas, pois as missões de geografia eram tradicionalmente cartográficas (Amaral, 1983a).
- 20 O orçamento da missão, comunicado a 10 de janeiro, foi considerável.⁴⁵ A tomada de posse de Orlando Ribeiro aconteceu a 2 de março de 1961. O geógrafo, escreveu à JIU no dia seguinte, propondo uma autorização urgente para o projeto de trabalho do chefe da missão, pois com os atrasos na nomeação dos adjuntos, entre outras delongas, era difícil apresentar o projeto completo para esse ano. Sugeriu ainda uma viagem dividida em duas partes. Na primeira parte, visitaria o Instituto Francês da África Negra e o Departamento de Geografia da Universidade de Dakar, no Senegal (8-10 dias). Na segunda parte, visitaria algumas ilhas de Cabo Verde (Brava, São Nicolau e Boavista), com vista a completar o estudo da ilha do Fogo e outros trabalhos sobre o arquipélago (20-25 dias).⁴⁶ As férias da Páscoa seriam aproveitadas para o efeito, numa viagem de

cerca de um mês, a ter início em 17 de março. Angola e Moçambique teriam de esperar pela nomeação dos adjuntos da missão.

- 21 No entanto, mais uma vez a máquina burocrática do Estado fez-se sentir, não permitindo que a viagem da Páscoa fosse realizada. Por um lado, o orçamento só foi posto à disposição em meados de abril,⁴⁷ e por outro lado, a publicação em *Diário do Governo* da missão, com o orçamento e projeto de trabalhos completos, demorou bastante tempo. Orlando Ribeiro referia no plano para 1961 que “a gravidade do momento actual obriga a encarar a possibilidade de interromper ou desviar para outros lugares a actividade da Missão”, e a retoma do trabalho de Ilídio do Amaral de 1958 e 1960, no norte de Angola, financiado pelo IICA, era incerta.⁴⁸ Neste plano indicava-se também o papel dos vários adjuntos em 1961, a saber: Raquel Soeiro de Brito (trabalhos em Lourenço Marques e no litoral Moçambicano, bem como em Macau, Taipa, Coloane e Hong Kong), Fernandes Martins (norte de Moçambique), Francisco Tenreiro (alguma aldeia em Moçambique; Lourenço Marques; e três cidades do sul de Angola) e Ilídio do Amaral (Santiago de Cabo Verde). Referia-se ainda que Pierre Gourou já tinha sido convidado para colaborar com a Missão nos trabalhos em Moçambique (com conhecimento e concordância do Ministro de Ultramar), sendo que se procurariam estabelecer contactos com investigadores da Universidade de Dakar. No entanto, “o mais eminente especialista de Geografia das regiões tropicais (...) solicitado para outras viagens e missões, não pôde (...) aceder ao convite que lhe foi dirigido”.⁴⁹

Quadro 1. Missões de Geografia (1947-1973)

Anos	Nome da Missão	Chefe	Adjuntos	Bolseiros
1947	Missão de Geografia à Guiné	Orlando Ribeiro	-	-
1951, 1952-53	Missão a Cabo Verde	Orlando Ribeiro		
1955-1956	Missão de Geografia à Índia	Orlando Ribeiro	Mariano Feio Raquel Soeiro de Brito	-
1958-1961	Missão de Estudos de Geografia Física de Angola	Mariano Feio	-	-
1958-1973	Agrupamento Científico de Preparação de Geógrafos para o Ultramar	Orlando Ribeiro	Ilídio do Amaral Francisco Tenreiro Raquel Soeiro de Brito (-1965)	João Proença Ribeiro (1958-) Manuel M. Marques (1958-59) Ilídio do Amaral (1958-) João Evangelista (1965-67) A. Galopim de Carvalho (1967-)

1961-1973	Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar	Orlando Ribeiro (2.1961-)	Raquel Soeiro de Brito (6.1961-) Alfredo Fernandes Martins (7.1961-) Ilídio do Amaral (7.1961-) Francisco Tenreiro (6.1961-1963) Mariano Feio (6.1965-) Lucília Gouveia (6.1966-) José Gabriel Correia da Cunha (1965-1967) Joaquim Lino da Silva (9.1967-1969)	Wanda Amaral (6.1964-)
-----------	---	---------------------------	--	------------------------

- 22 Em 1962, para além de Orlando Ribeiro e Francisco Tenreiro, que juntamente com Pierre Gourou viajaram para Angola, Ilídio do Amaral deslocou-se a Cabo Verde, e A. Fernandes Martins e Raquel Soeiro de Brito a Moçambique.⁵⁰ Em novembro de 1962, Raquel Soeiro de Brito, adjunta da Missão de Geografia, escrevia, em nome do chefe da missão, uma carta ao presidente da Comissão Executiva da JIU, a dar conta do projeto de orçamento para 1963, que incluía o chefe da missão, Orlando Ribeiro, os adjuntos com a categoria B, Mariano Feio, Francisco Tenreiro, Fernandes Martins e a própria Raquel Soeiro de Brito, e o adjunto com a categoria C, Ilídio do Amaral.⁵¹ O documento indicava também as despesas com o material, que se dividia em: científico, isto é, barómetros, bússolas, outros instrumentos e acessórios para fotografia; e cinema e fotografia, dizendo respeito a rolos de película, revelações, cópias e ampliações. As despesas com as deslocações abrangiam duas viagens para Cabo Verde, quatro para Moçambique e apenas uma para Angola. Incluíam-se também despesas com subsídios de embarque, transporte de material e pessoal auxiliar. O total ascendia a 884 mil e 200 escudos.
- 23 Dois meses antes da segunda viagem de Orlando Ribeiro a Angola, a Junta de Investigações do Ultramar procurou avaliar a disponibilidade de materiais na província, para o funcionamento da MGFHU. Nesse sentido, questionou Mariano Feio, que chefiava a Missão de Geografia Física de Angola, tendo este respondido que, sem prejuízo para o funcionamento da sua missão, poderia dispensar algum material, que já tinha “herdado” da Missão Antropológica de Moçambique, e que estaria, quase todo, depositado em Sá da Bandeira e na Sociedade Agrícola do Cassequel, na Catumbela, próximo do Lobito. Essa lista, traça uma imagem do funcionamento das campanhas, e continha os seguintes materiais:
- 24 “1 lavatório com bacia de lona;
3 sacos bornais;
5 sacos de lona para água;
2 baldes de lona com bico;
1 chuveiro de lona;
1 mala cantina completa, conforme as listas existentes nessa Junta;

- 3 cadeiras campex fauteils (as armações estão boas, mas alguns panos precisam concertados);
 1 banco campex;
 1 cadeira campexauto de tubo de aço;
 1 saco contendo um burro, um colchão e um mosquiteiro;
 1 cadeira Paris de ferro e lona;
 80 balas para carabina 275 Magnum;
 1 bussola;
 1 bidon de plástico de 2 l.”⁵²
- 25 A um mês da viagem de Orlando Ribeiro, a JIU perguntou às diversas missões em funcionamento em Angola (geográfica; botânica; hidrográfica e pedologia); se teriam algum do seguinte material disponível, para ser fornecido à missão a criar:
1. Station Land-Rover, tipo “Jardineira” e Jeep Willys.
 2. Barómetros, altímetros, bússolas, estereoscópios.
 3. Material de campo.
 4. Material de fotografia e cinema.⁵³
- 26 As respostas das missões foram todas negativas, à exceção da Missão Geográfica de Angola, que através do seu chefe da missão, o engenheiro geógrafo Alberto Pereira Bastos, respondeu do Zaire, que poderia ceder “um número limitado de altímetros, bússolas, e estereoscópios de bolso”.⁵⁴ Em todo o caso, e como já vimos, a MGFHU só teve aval da JIU para entrar em funcionamento no ano seguinte.
- 27 Já depois da campanha de 1963 ter terminado, Orlando Ribeiro escreveu ao presidente da comissão executiva da JIU, argumentando que ao fim dos três anos previstos da missão, os trabalhos justificavam continuidade.⁵⁵ Referiu-se concretamente aos seus próprios trabalhos em Moçambique (onde não voltará) e em Angola, aos de Ilídio do Amaral em Angola e Cabo Verde, e aos de Raquel Soeiro de Brito e de Francisco Tenreiro (que faleceria em dezembro deste mesmo ano) em Moçambique (ver Castelo, 2021). Abordou também a necessidade de efetuar trabalhos em Macau, onde Raquel Soeiro de Brito tinha já feito um “sumário reconhecimento”, e em Timor, que “nunca foi aflorado”.⁵⁶ O pedido foi de uma prorrogação da missão de quatro anos, que teve resposta favorável em 1964, mas com a duração de três anos.⁵⁷
- 28 Em 1964, Ilídio do Amaral, que entretanto tinha terminado a tese de doutoramento sobre a ilha de Santiago de Cabo Verde (Amaral, 1964), continuou a fazer investigação em Angola, onde esteve a partir de 20 agosto.⁵⁸ O objetivo era estudar Luanda e os seus musseques, trabalho que mais tarde viria a publicar (Amaral, 1968), bem como visitar outros centros urbanos como “Sá da Bandeira, Moçâmedes e, talvez, Luso”⁵⁹ No final desse mesmo mês, Raquel Soeiro de Brito partiu para Moçambique, para estudar os povos Ajaúas e Nianjas, nas margens do Niassa,⁶⁰ seguida de Fernandes Martins, que viajou nos primeiros dias de setembro.⁶¹
- 29 O projeto de orçamento para o ano de 1965, propôs três novos colaboradores: Lucília Dora de Andrade Gouveia, assistente na Universidade de Coimbra e docente da disciplina de Geografia tropical, e José Gabriel da Cunha, recente colaborador do Centro de Estudos Geográficos, entravam para a missão como adjuntos (letra C); Wanda Maria Peres do Amaral, irmã de Ilídio do Amaral, juntava-se à equipa como auxiliar da missão.

⁶²

- 30 Numa carta datada de 1965 e dirigida ao presidente da comissão executiva da JIU, Orlando Ribeiro comunica que “infelizmente, por motivo de saúde, não me foi possível, no ano transato, deslocar-me a África. Este ano também apenas poderei dedicar umas três ou quatro semanas a trabalho de campo em Angola”.⁶³ Os objetivos que apresenta para o trabalho a realizar são vários e estão em sintonia com os apontamentos ecléticos dos seus cadernos de campo. Em primeiro lugar, queria analisar o estudo de Ilídio do Amaral em Luanda, refletindo sobre o desaparecimento da fisionomia tradicional da cidade, que, invoca o geógrafo, constituiria parte integral de um livro sobre “A cidade portuguesa no mundo”.⁶⁴ Em segundo lugar, pretendia continuar a estudar os “modos de vida europeus e africanos, e respetivas interferências, nas áreas de Benguela, Moçâmedes e Sá da Bandeira”. Nesta temática indicou que procuraria orientar Lucília Gouveia, na escolha de uma monografia aprofundada, para tese de doutoramento, a terceira sobre África, depois de Tenreiro (1961) e Amaral (1964). Em terceiro lugar, gostava de prosseguir a investigação sobre a geomorfologia das paisagens de montes-ilha, desde o clima de savana até ao clima árido.⁶⁵
- 31 No ano seguinte o grupo deixou de contar com José Gabriel Correia da Cunha, mas no final do ano de 1965, Orlando Ribeiro deu conta de que apenas Ilídio do Amaral e Fernandes Martins puderam realizar os programas propostos⁶⁶. Assim, por não se terem executado despesas previstas, por se prever trabalho de campo intenso em Angola no ano seguinte, e porque a missão apenas dispunha de uma viatura em Moçambique, propôs a aquisição de duas viaturas (um Land Rover e um Renault 4L). Esta despesa foi autorizada no último dia desse ano.
- 32 Na apresentação do plano de atividades de 1966, Orlando Ribeiro refere que a redução do orçamento da missão inviabilizava o trabalho de Raquel Soeiro de Brito em Timor, a investigação de Ilídio do Amaral no norte de Angola, e a sua própria deslocação a África. Continuaram apenas os trabalhos de Mariano Feio, sobretudo no sudoeste de Angola, no planalto de Humpata, e de Lucília Gouveia, em torno da região de Lobito-Benguela⁶⁷. Orlando Ribeiro referiu ainda que esperava que Lucília Gouveia tivesse o apoio de Maria Alfreda Cruz, que se iniciava nos estudos de Geografia humana do norte e centro de Angola. O ano de 1966 marca o início da publicação *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, fundada por Orlando Ribeiro, conjuntamente com Suzanne Daveau e Ilídio do Amaral. O primeiro número incluiu um artigo de Pierre Gourou, sobre Geografia humana, e vários artigos sobre África.
- 33 Em 1967 a missão é prorrogada por mais três anos, e em articulação com o chefe da missão, Raquel Soeiro de Brito apresenta um plano focado em Angola, nomeadamente na cidade de Moçâmedes.⁶⁸ A esta mudança não é alheia a situação no norte de Moçambique, pois a geógrafa vinha desenvolvendo trabalho “nos planaltos e bordos do lago Niassa”. Lino da Silva, que colaborava com o IICA, juntou-se também à missão como 2º assistente.⁶⁹ Este etnólogo, com formação na Escola Superior Colonial, realizou investigação sobre as embarcações e utensílios de pesca dos ilhéus de Luanda (Silva, 1960), defendeu uma tese sobre Armações de Pesca (Silva, 1966) e preparou uma tese sobre os Cuales do sudoeste de Angola (Amaral, 1983b), que não terminou. Fez duas campanhas em Angola, a de 1967 e de 1968, em que estudou com bastante detalhe os povos Tuás, material que mais só muito mais tarde publicou (Silva, 1988). Em 1969, rescindiu a colaboração com a MGFHU, e tornou-se investigador permanente do IICA.
- 34 Entretanto, Orlando Ribeiro informou a JIU que iria para Paris, ficando a lecionar na Universidade de Paris-Sorbonne, durante todo o ano letivo de 1967/68.⁷⁰ Há uma troca

de correspondência em 1968, que nos permite avaliar os problemas de tempo na conciliação da realização das campanhas e do trabalho de campo, com os compromissos académicos, nomeadamente as aulas, mas não só. Estes constrangimentos sempre tiveram presentes nas missões, e Orlando Ribeiro refere-os amiúde. No início desse ano, Raquel Soeiro de Brito, em substituição de Orlando Ribeiro que se encontrava em Paris, escreveu à JIU, enviando os relatórios da campanha de 1967. Passados três dias, nessa mesma carta, o presidente da JIU, Krus Abecasis⁷¹, escreveu que se devia dar conhecimento ao Ministro de que: “foi muito prejudicada a utilidade das campanhas, relativamente ao que era lícito esperar dos praticados dos cientistas que as realizaram, pela demasiado curta duração da permanência na Província. Por outro lado, os instantes problemas a que esta colaboração poderia trazer contributo muito útil aconselhariam um contacto mais acentuado com a Secretaria Provincial de Fomento Rural”.

- 35 Este parecer chegou a Orlando Ribeiro, que de passagem por Lisboa, escreveu à JIU a esclarecer diversos pontos, entre os quais o de que todos os membros da missão eram professores universitários e que as universidades prestavam “mais atenção aos exames do que à pesquisa”, de que as campanhas se realizavam no período de férias destes professores, de que as verbas não eram suficientes para campanhas muito longas, e finalmente de que a missão tinha já produzido obras significativas⁷². Krus Abecasis foi mais brando com o que escreveu no seu parecer, sublinhando que só com investigadores muito experientes valeria a pena realizar campanhas de um a dois meses. O ministro do ultramar, Silva Cunha,⁷³ deu despacho escrevendo “continuo a julgar que os trabalhos de campo deverão ter mais duração”.⁷⁴
- 36 Mais tarde Orlando Ribeiro deu conta de um episódio passado em Angola por esta altura. Segundo o geógrafo, Canas Martins solicitou a colaboração de Orlando Ribeiro acerca da despossessão de terras indígenas na periferia semiárida do deserto do Namibe, no sul de Angola, por criadores de gado brancos (Ribeiro, 1975: 70). Nesse ano de 1968, foi Raquel Soeiro de Brito que produziu um relatório preliminar sobre o assunto, em que constava “um clima de tensão está criado em muitos lugares e rapidamente se pode estender a vastas áreas; por isso é urgente o estudo do problema”.⁷⁵ O relatório, entregue a diversas autoridades e serviços, foi ignorado, tendo sido publicada uma pequena nota sobre o assunto num artigo na revista *Finisterra*, em 1970: “Urge, por isso, completar o estudo da vegetação, com o do clima e dos solos, de modo a poderem orientar-se as populações nativas para, se possível, uma evolução mais racional e mais rentável da sua economia e não as afugentar com o estabelecimento não cuidadosamente estudado de criações ‘de brancos’, criações que, falhas de um apoio técnico suficiente, em pouco tempo se poderão transformar em desastre económico, pela necessidade de fazerem uma transumância extensiva tal como a dos nativos, vindo a sobrecarregar os pastos e os pontos de água de maneira insustentável.” (Brito, 1970: 81-82). Retomou este assunto quando no final dos anos 70 escreveu “Num espaço semiárido, com pontos de água raros e distantes, os criadores brancos fizeram-se outorgar grandes concessões, aramando-as, sob o olhar complacente da administração colonial.” (Ribeiro, 2014: 66).
- 37 Em 1969 Orlando Ribeiro ainda enviou para a JIU o projeto para a campanha de 1970. Nele constam as propostas de estar 30 dias em Moçambique e mais 30 dias em Angola, acompanhado pela geógrafa Suzanne Daveau; de 60 dias em Timor para Raquel Soeiro de Brito; 30 dias em Angola para Ilídio do Amaral; 60 dias em Angola para Lucília

Gouveia, havendo ainda lugar a um subsídio para Wanda do Amaral.⁷⁶ Com a prorrogação por três anos da MGFHU,⁷⁷ as oportunidades também surgiram, mas por diversas razões não se concretizaram. Em 1969, os três anos do curso em Geografia tinham sido estabelecidos em Sá da Bandeira e em Lourenço Marques. As licenciaturas, coordenadas por Orlando Ribeiro e Ilídio do Amaral, eram de cinco anos, o padrão na época, e teriam que ser concluídas em Lisboa ou em Coimbra. Em 1970, Carlos Alberto Medeiros, Isabel Medeiros e Lino da Silva, estavam a lecionar em Sá da Bandeira, e Maria Eugénia Moreira, Celeste Coelho, Maria Clara Mendes, Esmeralda Ferreira, com o apoio de Gaspar Soares de Carvalho (1920-2016), que tinha estado envolvido nas Missões Geológicas na Guiné-Bissau (1959), Goa (1960) e Angola (1960), lecionavam em Lourenço Marques (Sarmento, 2018; 2019).

- 38 Em 1971, a verba foi reduzida, e só Raquel Soeiro de Brito e Ilídio do Amaral viajaram. A primeira continuou o trabalho em Timor e o segundo em Angola. Orlando Ribeiro lamentou-se sobre a impossibilidade de alargar a missão, e especificamente lastimou não se ter celebrado o contrato com Suzanne Daveau, “especialista em geomorfologia, antiga professora das Universidades de Dakar e de Besançon”, bem como com Maria João Vilar Queiroz, na altura assistente no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas do Ultramar, e licenciada em Geografia.⁷⁸
- 39 Suzanne Daveau e Orlando Ribeiro preparavam então um livro científico-didático sobre os trópicos, publicado pela editora Armand Colin, em Paris, em 1973, com o título *La Zone Intertropicale Humide* (Daveau e Ribeiro, 1973: 197). Nele os dois geógrafos recorreram a toda a sua experiência em diversos continentes, traçando, sob forte influência de Pierre Gourou, uma geografia panorâmica dos trópicos, desde o Perú, Cuba, México e Índia, com destaque para o Brasil e África, sobretudo a África ocidental e a África lusófona. Ainda nesse ano de 1973, Orlando Ribeiro escrevia à JIU a solicitar autorização para se deslocar a Angola numa missão de 45 dias, a começar a 15 de agosto.⁷⁹ O geógrafo pretendia fazer: 1. Estudo do sudoeste de Angola; 2. Rápida deslocação a Cabinda; 3. Rápida deslocação a Carmona; 4. Troca de impressões in loco com os três assistentes que estão em Sá da Bandeira e que têm teses de doutoramento adiantadas.⁸⁰ A deslocação chegou a ser autorizada,⁸¹ mas por motivos de doença, Orlando Ribeiro não viajou.⁸² Entretanto, Wanda do Amaral pediu a rescisão do contrato como auxiliar-estagiária, e em novembro desse ano, Orlando Ribeiro pediu a prorrogação da MGFHU por mais três anos, sobretudo para que Raquel Soeiro de Brito, Ilídio do Amaral e Alfredo Fernandes Martins, continuassem os trabalhos em Timor, Angola e Moçambique, respetivamente.⁸³ Uns dias antes, no entanto, o decreto lei 583/73 de 6 de novembro de 1973, alterava a orgânica da investigação científica no País, e a prorrogação solicitada não foi autorizada. As atividades da MGFHU e do ACPGU passaram a estar integradas no Centro de Geografia do Ultramar (pertencente ao Instituto de Ciências da Terra, parte da Junta de Investigações do Ultramar, que se passava a designar Junta de Investigações Científicas do Ultramar),⁸⁴ mas estavam suspensas. Em 1974, a MGFHU já não teve orçamento.⁸⁵
- 40 Umhas semanas antes da revolução, ainda Raquel Soeiro de Brito fazia esforços para que uma campanha de 45 a 60 dias em Timor fosse possível,⁸⁶ diligências essas reforçadas por Orlando Ribeiro, já em novembro de 1974, quando indicou a necessidade de terminar os trabalhos em curso sobre os Ajauas e Nianjas no Niassa, Moçambique, e em Timor.⁸⁷ As restantes peças do arquivo mostram o encerramento destas missões, com missivas trocadas entre Orlando Ribeiro, Raquel Soeiro de Brito, Ilídio do Amaral ou o

secretário do Centro de Estudos Geográficos, Machado Guerreiro, e o gestor da Junta de Investigações Científicas do Ultramar. Sintomático deste desmantelamento, são dois documentos datados de 1976 e 1977, respetivamente. O primeiro diz respeito ao reencaminhamento, de Orlando Ribeiro para a Junta, de uma nota de débito da seguradora Portugal Previdente, datada de agosto de 1976, das apólices de seguro das duas viaturas que a MGFHU tinha ao serviço em Angola.⁸⁸ O segundo, refere-se à resposta a um pedido do Gestor da Junta, acerca do arrolamento do material da MGFHU. O secretário do Centro de Estudos Geográficos dá conta nesta altura do desconhecimento do paradeiro de parte dos materiais que ficaram em Angola e Moçambique, não sabendo o que será para abate e o que estará em falta.⁸⁹

A pesquisa desinteressada e a ocupação científica

- 41 Na segunda metade do século XX, o Estado Novo português investiu recursos sem precedentes, direcionados para o conhecimento científico dos territórios ultramarinos, o que permitiu a realização de trabalhos de campo e possibilitou diversos contributos para o avanço científico. Estes contributos situavam-se na fronteira entre as necessidades indicadas pelo regime, tendo em vista a tomada de decisão política, e as linhas de pesquisa que mais interessavam aos investigadores e chefes de missão. Naturalmente, como argumenta Castelo (2022), a relação entre Estado e cientistas não se processou sem tensões, negociações e contradições. O fim do império português e a saída abrupta de militares e população civil dos territórios africanos no pós-25 de abril de 1974, bem como o início de guerras civis, em particular em Angola e Moçambique, dificultaram ou impediram uma continuidade dos trabalhos da Geografia tropical portuguesa. Encerrou-se assim um ciclo científico produtivo, coerente e estruturado, que tinha começado no pós-segunda guerra, e para o qual as missões de Geografia foram fundamentais. Ciclo este, que coincidiu com a crescente amplificação da contestação anticolonial a vários níveis e, grosso modo, com as guerras de libertação dos territórios africanos ocupados.
- 42 No caso específico da Geografia, o funcionamento de seis missões na segunda metade do século XX, das que tratamos três em mais detalhe (um agrupamento científico e duas missões), entre o final dos anos de 1950 e 1973, viabilizou as condições financeiras, materiais e logísticas, para a realização de trabalho científico em todos os territórios do império, com especial relevo para África. Estas Missões agruparam um conjunto de colaboradores e bolsеiros (Quadro 1), e potenciaram uma rede de investigação que Orlando Ribeiro tinha em mente para analisar “um povo na terra” (Ribeiro, 2008 [1946]), ou como referiu num relatório de missão em 1961, no ultimar os estudos de conjunto para uma “Geografia da Expansão Portuguesa”. Os resultados científicos deste investimento significativo são inúmeros, desde a formação académica de um conjunto de investigadores, com a realização de diversas teses de licenciatura e doutoramento sobre territórios africanos, até à publicação de inúmeros trabalhos científicos de várias subáreas da Geografia física e humana no continente, alguns dos quais continuam a ser referências chave (Ribeiro, 1950a; 1998[1954]; Tenreiro, 1961; Amaral, 1964; 1968; Medeiros 1976; Moreira, 1979; Mendes, 1979; Feio, 1981). Estes esforços foram também críticos no estabelecimento do ensino superior de Geografia em Angola e Moçambique (Sarmiento, 2018; 2019).

43 Num parecer manuscrito, incluído na carta a que Orlando Ribeiro anexou os diversos relatórios da campanha de 1962 (chefe da missão, Francisco Tenreiro, Raquel Soeiro de Brito e Ilídio do Amaral), o presidente da JIU solicitou a “esclarecida atenção” do Ministro do Ultramar para partes dos relatórios que se afiguram “matéria política e socialmente relevante, de que conviria dar esclarecimentos às Províncias, em documento confidencial”.⁹⁰ Apesar da descontinuidade do arquivo, a resposta de Orlando Ribeiro ao presidente da JIU ainda nesse mês, mostra bem a posição firme do geógrafo acerca do assunto: “Conforme já uma vez tive ocasião de dizer a V.^a Ex.^a, os Relatórios das Missões não são publicações de carácter científico; larga parte é reservada às circunstâncias exteriores, administrativas, facilidades ou dificuldades das mesmas, etc.; é meu costume, aliás, apenas indicar uma súmula ou condensação (às vezes apenas enunciado) dos resultados científicos. V.^a Ex.^a concordou, noutra altura, com esta opinião, mandando suspender a publicação de um relatório da minha autoria que já estava composto”.⁹¹ Orlando Ribeiro era sabedor do frágil equilíbrio entre o fazer ciência desinteressada e os objetivos e fins que ela poderia ter, sobretudo no âmbito de missões com financiamentos apreciáveis. Mais tarde escreveria que “quanto ao trabalho de campo, nos estudos subsidiados pela Junta de Investigações do Ultramar, manda a justiça que se diga que são grandes as facilidades e generosa a retribuição” (Ribeiro, 1969, cit. in Daveau, 2014: 12). Aliás, na proposta da MGFHU, Orlando Ribeiro escreveu: “É evidente que qualquer tentativa de aplicação e utilização de elementos geográficos se baseia, por um lado, na pesquisa desinteressada e no conhecimento de conjunto dos territórios, por outro na informação que nos seja pedida e nos problemas (de administração, de economia, de planeamento) para os quais a nossa atenção e colaboração seja solicitada. À minha formação agrada mais a pesquisa desinteressada; mas não negaria, antes gostosamente daria, toda a colaboração que neste campo me viesse a ser pedida”.⁹² Naturalmente que estas missões, tal como outras organizadas neste tempo, foram instrumentais para um Estado colonial e ditatorial, que tinha como fundamento político a “ocupação científica” do além-mar. Independentemente do seu posicionamento crítico em determinados aspetos da atuação do regime e das condições de vida de muitas populações, mais ou menos subtis em relatórios e produção científica, as Missões eram parte integrante da colonização científica e mantinham uma relação privilegiada com a dominação colonial. Basta olhar para os lugares estudados nas diversas campanhas, em particular o norte de Moçambique e o Sul de Angola, para se perceber o seu valor estratégico para o regime.

BIBLIOGRAFIA

Amaral, I. (1964). *Santiago de Cabo Verde: a terra e os homens*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.

Amaral, I. (1968). *Luanda. Estudo de Geografia Urbana*. Nº. 53. Lisboa: Memórias da Junta de Investigações do Ultramar.

- Amaral, I. (1983a). Da Comissão de Cartografia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983). *Finisterra*, Vol. XVIII, n.36, pp. 327-331.
- Amaral, I. (1983b). Estudos de geografia das regiões tropicais. *Garcia de Orta – Série Geografia*, Vol. 8, n.1-2, pp. 1-44.
- Brito, R.S. (1970). Nótula acerca dos povos pastores e agro-pastores do distrito de Moçâmedes. *Finisterra*, Vol. V, n.9, pp. 69-83.
- Brito, R.S. (1997). Timor Leste, a Terra e os Homens. In Brito, R.S. *No Trilho dos Descobrimientos*. Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimientos Portugueses, pp.328-354.
- Castelo, C. (2022). Introdução. Desenvolvimento, cooperação e ciência na era da descolonização. In Sarmiento, J. (org.) *Orlando Ribeiro. Cadernos de Campo Angola 1960-1969*. Famalicão: Húmus, pp. 11-20.
- Castelo, C. (2021). Colonatos e aldeamentos no Niassa, Moçambique: processos e impactos sociais em tempo de guerra (1964-1974). *Tempo*, n.27, 478-500.
- Castelo, C. (2017). African Knowledge and Resilience in Late Portuguese Colonial Empire: the Agro-Pastoralists of Southwestern Angola. *Portuguese Studies Review*. Vol.25, n.1, pp. 91-118.
- Castelo, C. (2012). Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Vol.19, n.2, pp. 391-408.
- Coelho, M.I.H.M. (1966) *A Ilha de Moçambique*. Tese de Licenciatura em Ciências Geográficas. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Daveau, S. e Ribeiro, O. (1973). *La Zone Intertropicale Humide*. Paris: Armand Colin.
- Daveau, S. (2014) Apresentação da segunda edição. In Ribeiro, O. (2014) *A Colonização de Angola e o seu Fracasso*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, pp. 9-16.
- Daveau, S. e Garcia, J.C. (2017). *Baçal segundo o seu Abade: contactos científicos entre os geógrafos Orlando Ribeiro e Hermann Lautensach e o Padre Francisco Manuel Alves*. Picote: Frauga.
- Denis, J. (1956). Une colonie agricole européenne en Angola Portugais. *Bulletin agricole du Congo belge*, Vol.47, n.2, pp. 387-422.
- Dias, J. (1961). *Missão de estudos das minorias étnicas do Ultramar português: relatório da Campanha de 1960 (Moçambique e Angola)*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Feio, M. (1946a). O relêvo do norte de Angola, segundo Jessen. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*, Vol. V, Fasc. III, pp. 267-294.
- Feio, M. (1946b). O relêvo do norte de Angola, segundo Veatch. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*, Vol. V, Fasc. III, pp. 295-306.
- Feio, M. (1979). *As Castas Hindus de Goa*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar.
- Feio, M. (1981). *O relevo do sudoeste de Angola: estudo de geomorfologia*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar.
- Gomes, M.C. (1966). *Vila João de Almeida: um centro de colonização agrícola decadente*. Tese de Licenciatura em Ciências Geográficas. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Gourou, P (1970). *L'Afrique*. Paris: Hachette.
- Havik, P.J. e Daveau, S. (2010) (coord). *Caderno de Campo, Guiné 1947*. Famalicão: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Edições Húmus.

- Gourou, P. (1968). Angola et Moçambique: etudes la géographie regionale. *Revue Geographique de Montreal*, Vol.22, n.1, pp. 5-20.
- Medeiros, C.A. (1976). *A colonização das terras altas da Huíla, Angola*. Tese de doutoramento em Geografia Humana. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Medeiros, I. (1982). *Contribuição para o Estudo da Colonização e da Pesca no Litoral de Angola ao Sul de Benguela*. Estudos, Ensaios e Documentos, nº 140. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Mendes, M.C. (1970). *Gabela. Estudo de geografia urbana*. Tese de Licenciatura em Ciências Geográficas. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Mendes, M.C. (1979). *Maputo antes da independência. Geografia de uma cidade colonial*. Tese de doutoramento em Geografia Humana. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Moreira, M.E.S.A. (1979). *A Bacia do Rio Umbelúzi (Moçambique). Esboço Geográfico* Tese de doutoramento em Geografia Física. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Oliveira, I.M.M.A de (1966). *Porto Alexandre: vila piscatória do sul de Angola*. Tese de Licenciatura em Ciências Geográficas. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Oliveira, F.R. (2019). El México de Orlando Ribeiro: cuaderno de campo, fotografías y textos relativos a la Conferencia Regional Latinoamericana de la Unión Geográfica Internacional de 1966. *Investigaciones geográficas*, 100, dezembro.
- Penteado, A.R. (1959-1960). O Colonato da Cela (Angola): Um Exemplo de Colonização Branca na África Negra, *Anuário da Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae*, Vol.7, pp.106-116.
- Ribeiro, O. (1949). L'Île de Madère, Étude géographique. Congrès International de Géographie. Lisboa: Union Géographique Internationale.
- Ribeiro, O. (1950a). A Missão de Geografia à Guiné em 1947. *Anais da Junta de Investigações Coloniais*. Vol.V, t.III, Estudos de Geografia, Lisboa, pp.3-23.
- Ribeiro, O. (1950b). Problemas de Investigação Científica Colonial. Colóquio realizado na Junta de Investigação Coloniais em 30 de Dezembro de 1949. Lisboa: Ministério das Colónias. Junta de Investigações Coloniais, pp.1-23.
- Ribeiro, O. (1956). Originalidade da Expansão Portuguesa. in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 74, n. 4-5, pp. 127-139.
- Ribeiro, O. (1960). Projeto de Criação de uma Missão de Geografia ao Ultramar. IICT/MGFHU, 829, Pasta 1, Doc.1, 7.6.
- Ribeiro, O. (1975). *Destinos do Ultramar*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Ribeiro, O. (1991). Inquérito do povoamento rural. *Opúsculos Geográficos. O Mundo Rural*. IV. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp.283-288.
- Ribeiro, O. (1995). Inquérito de Geografia Regional. *Opúsculos Geográficos. Estudos Regionais*. VI. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp.11-32.
- Ribeiro, O. (1998)[1954]. *A ilha do Fogo e as suas erupções*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Ribeiro, O. (1999). *Goa em 1956. Relatório ao Governo*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

- Ribeiro, O. (2008)[1946]. Propósitos e projectos da minha carreira de geógrafo. [inédito redigido em 1946, com atualizações em 1969]. *Finisterra*, Vol. XXXIII, n.85, pp. 101-107.
- Ribeiro, O. (2014). *A Colonização de Angola e o seu Fracasso*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.
- Ribeiro, O. (2017). O Atlas de Portugal Ultramarino. *Mestres, Colegas e Discípulos*. Vol.II, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp.615-668.
- Sarmento, J. e Brito-Henriques, E. (2013)(coord.). *Orlando Ribeiro Cadernos de campo Moçambique 1960-1963*. Famalicão: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Edições Humus.
- Sarmento, J. (2018). Portuguese tropical geography and decolonization in Africa: the case of Mozambique. *Journal of Historical Geography*. Vol.66, pp. 20-30.
- Sarmento, J. (2019). A Geografia Tropical portuguesa e o Ensino Superior em África: o percurso de três jovens geógrafas em Moçambique nos anos 70 do século XX. In Oliveira, F. R. & Paiva, D. (Org.). *Saberes Geográficos e Geografia Institucional: relações luso-brasileiras no século XX*. Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos. pp.253-270.
- Sarmento, J. (2022)(coord.). *Orlando Ribeiro. Cadernos de Campo Angola 1960-1969*. Famalicão: Húmus
- Silva, J.L. (1960). Embarcações e utensílios de pesca dos ilhéus de Luanda (um estudo sobre aculturação). *Memórias e Trabalhos do Instituto de Investigação Científica de Angola*. 2, pp. 177-216.
- Silva, J.L. (1966). *Armações de pesca*. Tese de licenciatura em Geografia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Silva, J.L. (1988). A grande área geográfica dos Tuás (Bantos antigos). In CEG (coord.) *Livro de homenagem a Orlando Ribeiro*, Vol. II. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, pp.537-548.
- Tenreiro, F. (1961). *A Ilha de São Tome*. Tese de Doutoramento em Geografia. Lisboa: Universidade de Lisboa.

ANEXOS

Documentos do Arquivo do ex-Instituto de Investigação Científica Tropical, Universidade de Lisboa

[IICT, MGFHU] Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar, Processo 829, 8 pastas, Arquivo do Instituto de Investigação Científica Tropical.

[IICT, MGFHU] Missão de Geografia Física de Angola, Processo 710, 1 pasta, Arquivo do Instituto de Investigação Científica Tropical.

[IICT, ACPGU] Agrupamento Científico de Preparação de Geógrafos para o Ultramar, Processo 673, 2 pastas, Arquivo do Instituto de Investigação Científica Tropical.

NOTAS

1. Após a revisão constitucional de 1951, os organismos na dependência do Ministério das Colónias (ultramar), deviam alterar os seus nomes, à medida que fossem sendo revistas as suas leis orgânicas. A Junta substituiu a designação “Colonial” por “Ultramar” em 1955, sendo que desde 1952, esta alteração entrou oficiosamente em uso.

2. IICT/MEGFSA, 710, Doc.1, 13.6.1952.

3. Espólio particular SD, 26.6.1958.
4. *Reisen und Forschungen in Angola*, Berlin: Reimar, 1936.
5. *The Evolution of the Congo Basin*, Geological Society of America, Mem, 3, 1935.
6. IICT/MEGFSA, 710 Doc.1, 13.6.1952.
7. IICT/MGFHU, 829, Pasta 1, Doc.1, 7.6.1960.
8. Espólio particular SD, 6.6.1958.
9. IICT/MEGFSA, 710, Doc.11, 12.6.1958.
10. Espólio particular SD, 26.6.1958.
11. IICT/MEGFSA, 710, Doc.12, 13.7.1958.
12. *Ibidem*.
13. IICT/MEGFSA, 710, Doc.15, 9.8.1958.
14. IICT/MEGFSA, 710, Doc.12, 29.11.1958.
15. IICT/MEGFSA, 710, Doc.40, 15.3.1959.
16. Espólio particular SD, 19.5.1959.
17. *Ibidem*, 11.9.1959.
18. BNP, Espólio Científico de Orlando Ribeiro, Cx.31, 30.1.1960.
19. IICT/ACPGU, 710, Doc.86, 17.2.1961.
20. IICT/ACPGU, 673, Pasta 1, Doc1. 19.11.1956.
21. *Ibidem*.
22. *Ibidem*, Doc.2, 26.12.1956.
23. *Ibidem*, Doc.11, 3.12.1957.
24. IICT/ACPGU, 673, Pasta 1, Doc.30, 19.7.1958
25. *Ibidem*, Doc.36, 5.12.1958.
26. *Ibidem*, Doc.56, 16.3.1960.
27. *Ibidem*.
28. Ver Daveau e Garcia (2017) a este propósito. Também o antropólogo Jorge Dias (1907-1973), que desde 1947 começou a fazer um levantamento etnográfico e etno-sociológico geral do País – os levantamentos do Centro de Estudos de Etnologia (1947-1980) –, levou as componentes essenciais da abordagem metodológica do norte de Portugal para Moçambique (Dias, 1961).
29. IICT, ACPGU, 673, Pasta 1, Doc.40, 31.12.1958.
30. *Ibidem*, Doc.42, 31.12.1958.
31. *Ibidem*, Doc.50, 14.11.1959.
32. Inéditos, Ilídio do Amaral, Caderno de Campo nº2, Angola, coleção particular. A propósito dos cadernos de campo deste período, ver Havik e Daveau (2010); Sarmiento e Brito-Henriques (2013); Oliveira (2019) e Sarmiento (2022).
33. Criado em 1955, em parte para corresponder às recomendações da cooperação inter-imperial, este organismo dependia do Ministério do Ultramar, por intermédio do Governo-geral e da Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar.
34. Espólio particular SD, 3.1.1959.
35. *Ibidem*.
36. *Ibidem*.
37. IICT, ACPGU, 673, Pasta 1, Doc.55, 16.3.1960.
38. *Ibidem*, Doc.136, 28.1.1965.
39. Oliveira (1966), Gomes (1966) e Coelho (1966). *Ibidem*, Doc.241, 26.10.1966.
40. IICT/ACPGU, 673, Pasta 1, Doc184, 28.2.1967.
41. Mendes (1970). A autora, nascida na Gabela, foi uma das primeiras professoras no recém-criado curso de Geografia na Universidade de Lourenço Marques, hoje Maputo (ver Sarmiento, 2019). Uns anos mais tarde defendeu uma tese de doutoramento sobre Lourenço Marques/Maputo, enquanto cidade colonial (Mendes, 1979).
42. IICT/ACPGU, 673, Pasta 1, Doc.274, 17.2.1961.

43. *Ibidem*, Doc.246, 18.5.1971.
44. Portaria n.º 17935, Diário do Governo n.º 210/1960, Série I de 9 de setembro de 1960; IICT/MGFHU, 829, Pasta 1, Doc.1, 7.6.1960.
45. IICT/MGFHU, 829, Pasta 1, Doc.52, 10.7.1961.
46. IICT/MGFHU, 829, Pasta 1, Doc.32, 3.3.1961.
47. *Ibidem*.
48. *Ibidem*.
49. IICT/MGFHU, 829, Pasta 1, Doc.118, 13.7.1962.
50. IICT/MGFHU, 829, Pasta 1, Doc.125, 6.8.1962.
51. *Ibidem*, Doc.134, 6.11.1962.
52. IICT/MGFHU, 829, Pasta 1, Doc.6, 9.7.1960.
53. *Ibidem*, Doc.13, 20.7.1960.
54. *Ibidem*, Doc.19, 20.8.1960.
55. IICT/MGFHU, 829, Pasta 1, Doc.209, 16.11.1963.
56. *Ibidem*. Ver Brito (1997).
57. IICT/MGFHU, 829, Pasta 2, Doc.235, 21.3.1964.
58. IICT/MGFHU, 829, Pasta 2, Doc.249, 22.7.1964.
59. IICT/MGFHU, 829, Pasta 2, Doc. 251, 31.7.1964.
60. *Ibidem*, Doc.249, 22.7.1964.
61. *Ibidem*, Doc. 260, 24.8.1964.
62. IICT/MGFHU, 829, Pasta 2, Doc. s/n, 15.12.1964.
63. *Ibidem*, Doc. 309, 17.7.1965.
64. *Ibidem*.
65. *Ibidem*.
66. IICT/MGFHU, 829, Pasta 2, Doc.328, 3.11.1965.
67. *Ibidem*, Doc.357, 11.7.1966.
68. *Ibidem*, Doc.404, 9.8.1967.
69. *Ibidem*, Doc.410, 15.9.1967.
70. IICT/MGFHU, 829, Pasta 2, Doc.412, 12.10.1967.
71. Carlos Krus Abecasis (1918-2012), foi subsecretário de Estado do Ultramar entre 1955 e 1958, e foi presidente da JIU entre 1961 e 1970.
72. IICT/MGFHU, 829, Pasta 3, Doc.17, 20.4.1968.
73. Joaquim da Silva Cunha (1920-2004) foi ministro do Ultramar entre 1965 e 1973.
74. IICT/MGFHU, 829, Pasta 3. Doc.19, 6.5.1968.
75. *Ibidem*, p.71. A este propósito ver Castelo (2017), que refere que as conclusões de Raquel Soeiro de Brito foram em tudo semelhantes àquelas que os dirigentes da Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola já haviam reportado às autoridades.
76. IICT/MGFHU, 829, Pasta 3, Doc.129, 29.11.1969.
77. *Ibidem*, Doc.94, 6.5.1970.
78. *Ibidem*, Doc.148, 10, 11, 1971.
79. IICT/MGFHU, 829, Pasta 4, Doc.42, 12.6.1973.
80. Refere-se aqui a Carlos Alberto Medeiros (ver Medeiros, 1976), a Isabel Medeiros, que preparava uma tese sobre as pescas, que não chegou a ser terminada (ver Medeiros, 1982), e a Lino da Silva. Os dois primeiros eram orientados por Ilídio do Amaral, sendo o último orientado por Viegas Guerreiro.
81. IICT/MGFHU, 829, Pasta 4, Doc.46, 12.7.1973.
82. *Ibidem*, Doc.52, 17.10.1973.
83. *Ibidem*, Doc.55, 14.11.1973.
84. No final de 1979, a Junta passou a Laboratório Nacional de Investigação Científica Tropical, e a partir de 8 de abril de 1982, a Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), organismo que

foi extinto em 31 de julho de 2015. O Centro de Geografia do Ultramar passou a designar-se apenas Centro de Geografia, tendo Ilídio do Amaral sido o seu diretor, entre 1984 e 2005.

85. IICT/MGFHU, 829, Pasta 4, Doc.69, 10.4.1975.

86. Ibidem, 829, Pasta 4, Doc.s/n, 6.4.1974.

87. Ibidem, 829, Pasta 4, Doc.s/n, 27.11.1974.

88. Ibidem, 829, Pasta 4, Doc.71, 9.8.1976.

89. Ibidem, 829, Pasta 4, Doc.74, 20.6.1977.

90. Ibidem, Doc.180, 15.7.1963.

91. Ibidem, Doc.187, 3.8.1963.

92. IICT/MGFHU, 829, Pasta 1, Doc.1, 7.6.1960.

RESUMOS

O conhecimento científico de África, e da África portuguesa em particular, realizou-se tardiamente em relação a outros territórios e a outros impérios. Foi sobretudo após 1945 que se iniciaram trabalhos científicos articulados e consistentes sobre os territórios do império português. A Geografia, enquanto disciplina científica autónoma, acompanhou as mudanças institucionais de planeamento e coordenação da investigação científica nas colónias portuguesas, protagonizadas pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, mais tarde Junta de Investigações Coloniais, e Junta de Investigações do Ultramar.

Este texto debruça-se sobre as Missões de Geografia financiadas por este organismo no pós-guerra, com particular destaque para três casos: A Missão de Estudos de Geografia Física de Angola (1958-1961), o Agrupamento Científico de Preparação de Geógrafos para o Ultramar (1958-1973), e a Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar (1960-1973). Todas moldaram fortemente a investigação geográfica que se fez nos trópicos, e em África em particular, durante cerca de duas décadas.

Entre outras fontes dispersas, para este trabalho consultaram-se os processos referentes às três iniciativas supracitadas que foram conduzidas nos territórios coloniais portugueses, e produzidos no âmbito da comissão executiva da Junta de Investigações do Ultramar, que, desde a extinção do Instituto de Investigação Científica Tropical, se encontram à guarda da Universidade de Lisboa. Um trabalho de maior folego publicado recentemente faz uma análise mais detalhada destas missões, sobretudo tendo em vista os trabalhos específicos de Orlando Ribeiro em Angola, e em particular os seus cadernos de campo (Sarmento, 2022).

Scientific knowledge of Africa, and of Portuguese Africa in particular, took place belatedly in relation to other territories and other empires. It was especially after 1945 that articulated and consistent scientific work began on the territories of the Portuguese empire. Geography, as an autonomous scientific discipline, followed the institutional changes in the planning and coordination of scientific research in the Portuguese colonies, which was led by the Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, later Junta de Investigações Coloniais, and Junta de Investigações do Ultramar.

This text focuses on the Geography Missions financed by this organization in the post-war period, with emphasis on three in particular cases: The Physical Geography Study Mission of Angola (1958 -1961), the Scientific Group for the Preparation of Geographers for the Overseas (1958-1973), and the Overseas Physical and Human Geography Mission (1960-1973). All of them

strongly moulded the geographic research that was carried out in the tropics, and in Africa in particular, for about two decades.

Among other dispersed sources used in this work, the processes referring to the three aforementioned initiatives that were conducted in Portuguese colonial territories were consulted, and produced within the scope of the executive committee of the *Junta de Investigações do Ultramar*, which, since the extinction of the *Instituto de Investigação Científica Tropical*, are in the custody of the University of Lisbon. A more extensive work published recently makes a more detailed analysis of these missions, especially in view of the specific works of Orlando Ribeiro in Angola, and in particular his field notebooks (Sarmiento, 2022).

El conocimiento científico de África, y del África portuguesa en particular, se produjo tardíamente en relación con otros territorios y otros imperios. Fue principalmente después de 1945 que se inició un trabajo científico articulado y consistente en los territorios del imperio portugués. La Geografía, como disciplina científica autónoma, siguió los cambios institucionales en la planificación y coordinación de la investigación científica en las colonias portuguesas, encabezados por la *Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais*, más tarde la *Junta de Investigações Coloniais*, y la *Junta de Investigações de Ultramar*.

Este texto se centra en las Misiones de Geografía financiadas por esta organización en la posguerra, con especial énfasis en tres en particular: La Misión de Estudios de Geografía Física de Angola (1958 -1961), el Agrupamiento Científico para la Preparación de Geógrafos para el Exterior (1958-1973), y la Misión de Geografía Física y Humana en el Extranjero (1960-1973). Todos ellos marcaron fuertemente la investigación geográfica que se llevó a cabo en los trópicos, y en África en particular, durante unas dos décadas.

Entre otras fuentes dispersas, para este trabajo se consultaron los procesos referentes a las tres iniciativas mencionadas que se llevaron a cabo en territorios coloniales portugueses, y producidos en el ámbito del comité ejecutivo de la *Junta de Investigações do Ultramar*, que, desde la extinción del *Instituto de Investigação Científica Tropical*, están bajo la custodia de la Universidad de Lisboa. Un trabajo más extenso publicado recientemente hace un análisis más detallado de estas misiones, especialmente a la vista de los trabajos específicos de Orlando Ribeiro en Angola, y en particular de sus cuadernos de campo (Sarmiento, 2022).

La connaissance scientifique de l'Afrique, et de l'Afrique portugaise en particulier, s'est faite tardivement par rapport à d'autres territoires et à d'autres empires. C'est principalement après 1945 que des travaux scientifiques articulés et cohérents ont commencé sur les territoires de l'empire portugais. La géographie, en tant que discipline scientifique autonome, a suivi les changements institutionnels dans la planification et la coordination de la recherche scientifique dans les colonies portugaises, dirigées par la *Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais*, plus tard la *Junta de Investigações Coloniais*, et la *Junta de Investigações do Ultramar*.

Ce texte se concentre sur les missions de géographie financées par cette organisation dans la période d'après-guerre, avec un accent particulier sur trois de ces missions : la Mission d'étude de géographie physique de l'Angola (1958 -1961), L'agroupements scientifique pour la préparation des géographes pour l'outre-mer (1958-1973) et la Mission outre-mer de géographie physique et humaine (1960-1973). Tous ont fortement façonné les recherches géographiques qui ont été menées sous les tropiques, et en Afrique en particulier, pendant une vingtaine d'années.

Entre autres sources dispersées, pour ce travail, les processus faisant référence aux trois initiatives susmentionnées qui ont été menées dans les territoires coloniaux portugais ont été consultés et produits dans le cadre du comité exécutif de la *Junta de Investigações do Ultramar*, qui, depuis l'extinction de *Instituto de Investigação Científica Tropical*, est sous la garde de l'Université de Lisbonne. Un ouvrage plus étendu publié récemment fait une analyse plus détaillée de ces missions, notamment au regard des travaux spécifiques d'Orlando Ribeiro en Angola, et notamment ses carnets de terrain (Sarmiento, 2022).

ÍNDICE

Índice geográfico: Portugal, África

Mots-clés: missions de géographie, colonialisme tardif, Afrique, Orlando Ribeiro

Palavras-chave: missões de Geografia, colonialismo tardio, África, Orlando Ribeiro

Palabras claves: misiones de geografía, colonialismo tardío, África, Orlando Ribeiro

Keywords: geography missions, late colonialism, Africa, Orlando Ribeiro

Índice cronológico: 1950–1970

AUTOR

JOÃO SARMENTO

Departamento de Geografia e Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho (Portugal). Email: j.sarmento@geografia.uminho.pt, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4770-2427>

Africa and the Portuguese Tropical Geography Missions of the second half of the 20th century

África e as Missões de Geografia Tropical Portuguesa na segunda metade do século XX

África y las Misiones de Geografía Tropical Portuguesa en la segunda mitad del siglo XX

L'Afrique et les missions portugaises de géographie tropicale dans la seconde moitié du XX^e siècle

João Sarmiento

The Junta de Investigação do Ultramar and scientific missions

All countries that have territories in the process of being transformed (“underdeveloped” areas) make extensive use of geographers in regional and economic planning tasks, the establishment of industries, population management, inventory of resources and land use, etc.¹

- ¹ To understand the *raison d'être* of scientific missions to the colonies or overseas, it is necessary to understand the Berlin Conference, held in 1884-1885. This geopolitical event transformed the paradigm of colonial territories possession, from “historical occupation” to “effective occupation”. Since 1883, the Cartography Commission, created by the Ministry of the Navy and Overseas, attempted to organize and systematize scientific research in colonial domains. One of its most immediate objectives would be to map overseas possessions and to delimit their borders with neighbouring colonies. The successive Colonial Congresses (1901, 1924 and 1930)

emphasized the urgency of colonial scientific studies, and in fact, in the period between the wars, a new principle of legitimation of colonial territories based on “scientific occupation.” was internationally designed. It is in this context that the Geographic Mission of Mozambique of 1932 took place, which integrated the first Anthropological Mission to Mozambique, and the first Anthropological Mission to Africa (Angola, 1934), financed by the Junta de Educação Nacional (later Institute of Higher Culture).

- 2 In 1936, the Ministry of Colonies created the Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais (JMGIC) [Council of Overseas Research], later, “de Investigações do Ultramar” (JIC/JIU), under the supervision of the Ministry of Overseas.² It replaced the Cartography Commission of 1883, and sought to plan and organize scientific research in an integrated way. The Angola Hydrographic Mission (1936), the Angola Botanical Mission (1937), the Angola Magnetic Chart Mission (1936 to 1938) and the Timor Geographical Mission (1938) were then carried out. It was not until the mid-1940s that the JIC was regularly constituted. However, with few resources, this body was unable to fulfil its five-year activity plan. Even so, missions or geographical campaigns (i.e. Geodesic) were carried out in Angola, Mozambique, Guinea Bissau and Timor; Hydrographical missions took place in Angola and Mozambique; Botanic missions in Mozambique; Zoological missions in Guinea; and Anthropological missions in Mozambique (Castelo, 2012). These missions were made up of small teams, and included some technicians or specialists from the metropolis, with local logistical support provided in part by the colonial administration. With the restructuring of the JIC in 1945, research became more interventionist, with efficient exploration and the “indigenous” question becoming central to the “scientific occupation”. The missions that were organized during the second half of the 20th century are part of and stem from the concern to ensure Portuguese scientific priority, and the involvement in inter-institutional scientific cooperation.

The centrality of Orlando Ribeiro

- 3 In 1946, Orlando Ribeiro was appointed member of the *Junta de Investigações Coloniais*, at a time when Mendes Corrêa (physician and physical anthropologist from the Oporto Porto), the director of the *Escola Superior Colonial* was its president. The geographer immediately suggested the insertion of geographic science in the research projects, and started the preparation of a Mission to Cape Verde (Ribeiro, 1950a), which was not carried out as planned. The opportunity to participate in the Second Conference of West Africanists in Bissau in 1947, made the JIC create two missions to Guinea: one in geology, led by João Carrington da Costa, and another in geography, led by Orlando Ribeiro (Havik and Daveau, 2010). For scientific and logistical affinity, the two missions were grouped into one. Two complications that characterize all of Orlando Ribeiro's work over the next three decades and, consequently, the missions' operation, could be recognised. The first was linked to the tardiness of the State bureaucratic machine, which made it difficult to plan the missions and which in this particular case of Guinea delayed the departure, which should have taken place at the end of November 1946. The second was Ribeiro's fragile health, which made him arrive in Guinea quite late (Ribeiro, 1950a). Still, for two months, in 1947, the geographer did his first in-depth fieldwork in Africa.

- 4 In 1949, JIC promoted 18 symposiums to openly discuss the research carried out by this organization. Invited to participate, Orlando Ribeiro took the opportunity to condemn the existing administrative and bureaucratic intricacies and their consequences to research freedom. He also referred to the poor scientific knowledge of overseas territories, criticizing the national scientific tradition, which, in his words, would be “one of those rhetoric flowers, common in our speeches and in our writings, one of these commonplaces with which we console ourselves of the current backwardness” (Ribeiro, 1950b: 4). This position is very clear in a typed report that Orlando Ribeiro sent to the JMGIC in 1949, in which he makes harsh considerations on the *Atlas of Overseas Portugal* that had been published the year before (Ribeiro, 2017). Ribeiro condemned the ostentatious collection, the appalling deficiency, which was the result of a “delay in colonial research” (Ribeiro, 2017: 667). He indicated the work he had carried out on the Island of Madeira, within the scope of the Sixteenth International Geographical Congress of 1949, as an example of the required rigor (Ribeiro, 1949), suggesting that, with time, a much better job could be done.
- 5 This beginning of the 1950s is critical to the understanding of the evolution of Portuguese tropical geography. On the one hand, in 1951, the volcanic eruption on the island of Fogo, in Cape Verde, allowed an urgent mission, with the specific purpose of studying this natural episode. On a second visit, between December 1952 and January 1953, in addition to the study of various geological, cartographic and geophysical materials from the eruption, different aspects of the islands’ colonization were analysed (Ribeiro, 1998 [1954]). On the other hand, following the first occupation of the territories of Portuguese India by the Indian Union, the possibility of carrying out a mission to Goa became real, and took place in 1955-1956. Along with Raquel Soeiro de Brito, who replaced Orlando Ribeiro in the mission coordination for some time, and Mariano Feio, the scientific knowledge of the tropics developed. Orlando Ribeiro gradually changed his initial position regarding the colonial encounter, and the supposedly benign transposition of Mediterranean culture to the tropics, and on the processes of social and ecological integration (Ribeiro, 1956). In fact, his disillusionment in Goa was striking, as the territory was, in his words, “the least Portuguese land of all he had seen so far” (Ribeiro, 1999: 64). The geographer identified local population feelings of hostility towards the Portuguese, even using the metaphor of “cyst” to describe the Portuguese presence, a metaphor he later used in relation to the settlements in Angola. His closer contact with Africa from the end of the 1950s onwards, and above all his travels after the 1960s, informed him of very different realities from those of the harmonious and mixed race societies with full integration announced by the Luso-Tropicalist breviary (Sarmiento, 2022).

The Physical Geography Mission to Angola (1958-1961)

- 6 In 1952, a few months after having defended his doctorate, Mariano Feio, one of Orlando Ribeiro's oldest collaborators, wrote a letter to the Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar. He conveyed his interest in making a methodical study of the geomorphology of Angola with a view to producing a morphological map of the territory at a scale of 1: 4,000,000.³ This initiative arose as a response to a request that Luís Silveira, secretary of the JIU, made,⁴ insofar as the little

that was known about the morphology of this territory was due to the work of two foreigners – Otto Jessen⁵ and Arthur Clifford Veatch,⁶ works which had already been considered by Mariano Feio (Feio, 1946a; 1946b). His ambitious program comprised several campaigns, and the budget covered salary for ten months, travel and miscellaneous material. It also included the purchase of a vehicle – a four-wheel drive van, – the associated travel costs, scientific and camping material, and payment to a driver.⁷

7 Behind Mariano Feio initiatives, at this point inconsequential, was Orlando Ribeiro.⁸ Mariano Feio ended up going to Brazil, and during 1952 and 1953, he taught in Pernambuco. Later, in 1955 and 1956, he participated in the India Geography Mission (see Feio, 1979), and so the Angola Physical Geography Study Mission had to wait. It was only in 1958 that João Carrington da Costa (1891-1982), at the time chairman of JIU's executive committee, wrote to Orlando Ribeiro, asking for his opinion on an authorization request made by a scientific mission of the University of Hamburg to Angola, in particular to the region between Cubango and Cuando. Costa's request was based on the need for a Portuguese specialist to accompany this foreign mission.⁹ Orlando Ribeiro replied on the following day, and indicated that the appropriate researcher to carry out this follow-up would be Mariano Feio, and a few days later, he was contacted by JIU, inquiring about his availability to accompany a mission from the University of Hamburg,¹⁰ to which he agreed. Feio took the opportunity to “resurrect” his 1952 program, arguing that it would be preferable to have autonomy in relation to the German expedition,¹¹ and proposed a program of investigation of physical geography “in the strip between the Cubango River and the sea”, a program that would be very similar to the Hamburg mission, thus facilitating information exchange and collaboration between researchers.¹² Sagaciously, he indicated that the German scientists “will not raise difficulties to inform me of the summary of their results”, and in the spirit of scientific colonization that pleased the Junta, he explained that this would be the “opportunity to prevent that the occupation in this scientific branch in the southern part of Angola, is being carried out by foreigners only”.¹³ The mission in the region between the Cubango and Cuando rivers was authorized by the Minister of Overseas,¹⁴ and Mariano Feio left for Angola at the beginning of December of that year.¹⁵ In March 1959, in a detailed report, he gave an account of the activities of the mission of the University of Hamburg, composed only of an assistant geographer.¹⁶

8 Mariano Feio wrote to Orlando Ribeiro, and the interaction with the master about the themes and areas that Feio and Ilídio do Amaral should study in Angola are clear:

He [Cannas Martins] committed himself (...) to doing certain work, the nucleus is the indigenous agricultural economy in the South, I think they start with the districts of Huíla and Moçâmedes. But since you do that, I wanted to give you a complete base, so Physical Geogr., Human Geo, Botany, Zoology, Ethnography, etc. He immediately asked me to do the part of Geomorph. Within this work plan, what was best for Ilídio to do was what in our conversations could have been called the middle sector (Benguela), maybe a little lower to get a better deal with their area, let's say from Quilengues to the west and also in the direction of Benguela. He does not say at all that he would impose, not at all, he will go where Or. Wants. In that area it would be really good that he could do the physical and human part right away. Of course, it is here further south (in my Geomorph. part) the need for a human geo. (...) The study of the south involves pedology and everything. Part of the agricultural economy is already handed over to an agronomist (Cruz de Carvalho). I can't help with the human Geo because I have to do the Geomorph of

the large interior and so I don't have time. But anyway that work is for several years and, as always, it will take twice as long as they expect.¹⁷

- 9 A few months later, Mariano Feio wrote again to Orlando Ribeiro, reporting on the progress of the investigation, and with great enthusiasm he communicated to him:

I found the key, the way it is done, the ascent from the coast to the Serra de Chela. And it's of a kind I've never seen before: a sloping surface that comes out from under the shore deposits; emerges at about 200 m of altitude and rises to about 400-450 m, with a very strong inclination, that is, in tens of km. At 450 m it is truncated by another that is still horizontal. Extending the incline, it reasonably meets the top of Chela. (...) I was delighted to be almost certain that I could give the study a solid and precise construction. And it's nice to see a surface like this come out. under the storage...¹⁸

- 10 The campaign continued through 1960, and it was actually within the scope of this mission that Mariano Feio met Orlando Ribeiro on his 1960 trip. But in early 1961 (January 12), and when Mariano Feio was in Angola, the instructions given by the Board were the suspension of the Physical Geography Mission of Angola. Thus, Mariano Feio's works should be integrated into the Overseas Physical and Human Geography Mission (MGFHU), which was to begin that year. In this regard, in a letter to Ilídio do Amaral, Mariano Feio explains the contours of his mission well:

It is true that the Junta (Carrington) never wanted this work, they wanted a supervisor for the Germans who would come and I, or we, are the ones who transformed this monitoring action into a geomorphic study... But we were the ones who were right, and by crooked lines we made C.[Carrington] do it right.¹⁹

- 11 Orlando Ribeiro regretted this suspension, as the MGFHU project that was starting had clearly expressed that Mariano Feio should continue his studies, although in close connection with it.²⁰ It is interesting to observe in detail the letter that Mariano Feio wrote to the JIU at the end of the Mission. It lists the expenses to be paid and therefore, it helps us to realise several aspects of the mission. Mariano Feio was accompanied by a technical assistant and an indigenous cook, and there are several expenses related with transport, namely the vehicle. Samples of sands, rocks and fossils were quite important. Furthermore, photography and designed work were listed as needs for the elaboration of a final monograph, which was only accomplished some years later (see Feio, 1981).

Table 1 – List of expenses to be paid by JIU

Trip of the mission head from Sá da Bandeira to Luanda	1187\$30
Travel of the technical assistant, the indigenous cook, the car and the luggage (including all sampling) from Sá da Bandeira to Lobito:	
120 litres of gasoline	486\$00
Axle sleeve cannon that broke and it was necessary to replace	500\$00 986\$00
Mission head boarding allowance	3000\$00
Technical assistant boarding allowance	1000\$00
Trip of the indigenous cook from Lobito to Luanda	154\$00

Salary of the technical assistant during travel and boarding From Sá da Band. to Lobito and from there to Lisbon:	
4 days in Angola and 16 days on board	1200\$00
Car repair at the end of the campaign (receipt of 7.1.961)	3556\$80
Checking baggage and samples of rocks, sands and fossils	1937\$00
Cloth bags to store the sand samples	145\$00
Salaries of the mission head of Mission during the writing of the study, in the Metropolis	72000\$00
Photographic works	3500\$00
Drawing work: maps and illustrations for the book.	<u>10000\$00</u>
	98666\$10”

IICT/ACPGU, 710, Doc.119, 12.5.1961

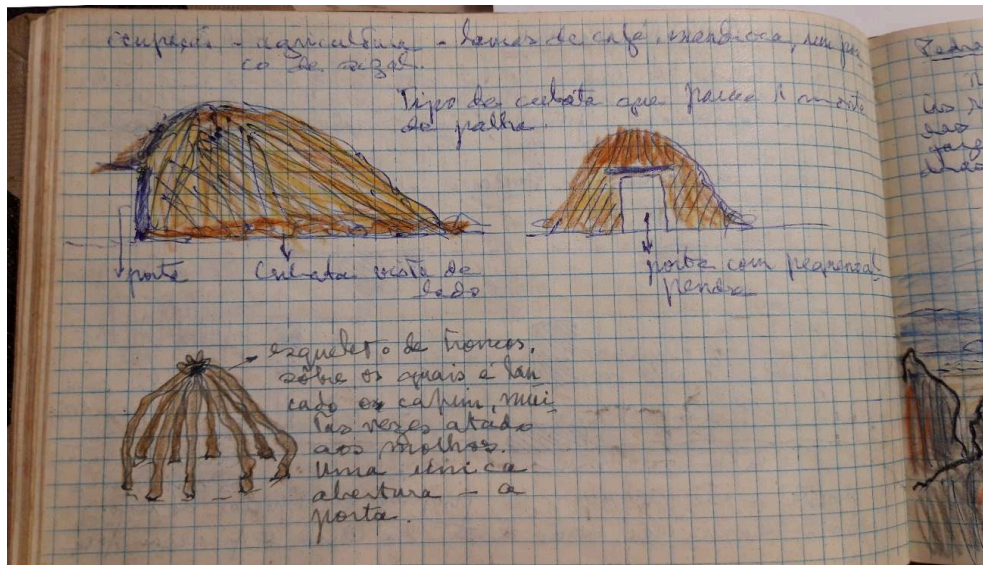
The Scientific Group for the Preparation of Geographers for Overseas (1958-1973)

- 12 In 1956, Orlando Ribeiro wrote to the Junta de Investigações do Ultramar, indicating that it would be very advantageous to create “in the Faculty of Arts, in Lisbon, a study centre where the bibliographic, cartographic, and photographic documentation indispensable for African geography research could be gathered, and start preparing future researchers of that geography”.²¹ In this document, the geographer pointed out the need for “Angola and Mozambique to stop being, at least for Portuguese geographers, the terra incognita that they have been until today.”²² The answer did not take long,²³ and after further clarification, at the end of 1957, the creation of the Scientific Group for the Preparation of Geographers for Overseas (ACPGU) was authorized.²⁴
- 13 In 1958, the group received a full scholarship (for Manuel Marques) and a partial one (for João Proença Ribeiro),²⁵ and the following year saw the addition of two partial scholarships to award “to the remaining Geography assistants at the Faculty of Letters who dedicate themselves to the study of tropical and overseas geography for a large part of their activity and collaborated benevolently in the work of the group.”²⁶ During these years, “field and office training” was carried out, and in 1958 and 1959, excursions were organised to different areas of the north and centre of the country. Involving various surveys,²⁷ statistical work, the execution of population distribution and land use maps, techniques which were used before in Goa, they would also serve as a practice for similar works in Africa.²⁸ This idea of “field training” in Portugal to prepare young geographers for the tropics is certainly based on the surveys of regional geography and rural habitat that Orlando Ribeiro had promoted in the late 1930s (Ribeiro, 1991; 1995).²⁹ Central to the grouping and to the practice of Tropical

Geography was the purchase of a Leica camera, with a budget of around 12 contos.³⁰ This purchase was added to a large list of camping materials: tents, beds, mattresses, sleeping bags, tables, chairs, backpacks, basins, lanterns and showers, among others.

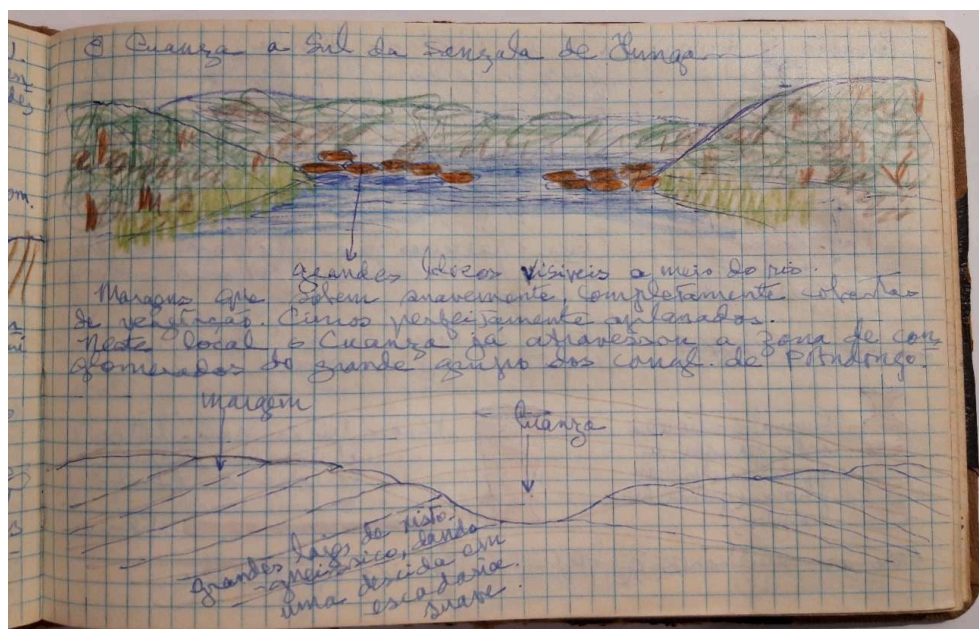
- 14 On the last day of 1958, Orlando Ribeiro wrote another letter to the JIU, to inform that Ilídio do Amaral would replace him in the mission, during his stay in Paris the following year, where he would deliver a series of lessons at the Collège de France.³¹ In 1959, Orlando Ribeiro proposed that Ilídio do Amaral and Manuel Monteiro Marques stay in Angola for five months, and take the opportunity to do a field internship with Mariano Feio. The former left in August, but the latter ended up giving up the scholarship and leaving the group. His contribution in the area of geomorphology and in his fieldwork specialty was lost, which Orlando Ribeiro lamented.³² Figures 1 and 2 illustrate two pages of Ilídio do Amaral unpublished field notebook from the end of 1959, which clearly reflect the way of doing Geography at that time.³³

Figure 1. Drawings of housing units



Field notebook n.2, Angola, Ilídio do Amaral, 1959

Figure 2. Sketch of Cuanza



Field notebook n.2, Angola, Ilídio do Amaral, 1959

- 15 In 1959, Orlando Ribeiro wrote to the agronomist Virgílio Canas Martins (1909-1973), who at the time was director of the Institute of Scientific Research in Angola (IICA),³⁴ suggesting the creation of a “Geography Study Mission to Angola”. In his words, it should “initiate a comprehensive survey”, “prepare a map of the population”, “choose two or more subjects of physical, human or regional Geography that constitute the subject of in-depth investigations, which may eventually serve as the subject of dissertations doctorate” and “collaborating in the elaboration of regional or economic plans and providing all technical assistance to the administrative authorities (...)”.³⁵ He also mentioned that he is very busy with studies on India and Brazil and that it will not be possible to dedicate himself to in-depth work. Yet, he will accompany his collaborators and disciples, making “prospecting trips and then following, in loco, their work”.³⁶ Orlando Ribeiro's suggestion was that the first campaign should take place in July of that same year, that is, in 1959, which did not happen.
- 16 We know that a few months later, Mariano Feio wrote to Orlando Ribeiro from Angola, saying that he met Canas Martins, and that they discussed the organization of the mission.³⁷ The letter that Orlando Ribeiro had addressed to Canas Martins also noted that an invitation should be made to Pierre Gourou (1900-1999), whom he designates as the “most reputed specialist in tropical regions and with the wide experience he has through his studies in the Belgian Congo”. The French geographer was already a key figure in tropical geography, and had a profound influence on the Portuguese geography practiced at the time. Pierre Gourou's participation took place in the 1962 and 1963 campaigns.
- 17 On a note, JIU reported the group's work plan for 1960, which included research in Portuguese India and in northern Mozambique (Raquel Soeiro de Brito), in São Tomé (Francisco Tenreiro) and in Angola (Ilídio do Amaral).³⁸ The note also referred that Orlando Ribeiro would be finishing his studies of “The Portuguese city in the world” and “The roofs of Tavira”. The group's work continued, always having annual budgets

that allowed it to carry out missions in different territories. In 1965, Raquel Soeiro de Brito left the group, being replaced by João Pereira Evangelista, an assistant who worked on Population Geography.³⁹ It is significant that this group financed the work of three senior geography students, who defended their degree theses in Geographical Sciences in 1966, with two works in Angola and one in Mozambique.⁴⁰

- 18 In 1967, João Evangelista left the group, as he was invited to be an assistant at the General University Studies of Angola. The vacancy was filled by the geologist António Marcos Galopim de Carvalho (1931-), at the time assistant at the Faculty of Sciences of the University of Lisbon.⁴¹ At the start of 1971, Orlando Ribeiro informed the Board that the group's work continued normally, indicating also that another degree thesis had been concluded – a study on Gabela, a small town in Angola⁴² – and that the first “Geographical Bibliography of Angola”, supervised by Ilídio do Amaral, was nearly completed.⁴³ Yet that same year, the mission's under-funding (of the requested 188 contos, only 50 were made available) led to the suspension of the scholarships of Orlando Ribeiro, Ilídio do Amaral, João Proença Ribeiro and Maria Alfreda Cruz.⁴⁴ In the following two years, the last of the group, the available budget remained at 50 contos per year, which only allowed only one scholarship holder to work in Angola.

The Overseas Physical and Human Geography Mission (1960-1973)

- 19 The Overseas Physical and Human Geography Mission was created in 1960, for a period of three years, with the possibility of being prolonged. The mission project was signed by Orlando Ribeiro on June 7, 1960.⁴⁵ In this document, the geographer insisted on the scientific interest of sub-Saharan Africa, on the existing lack of scientific knowledge of this region, and on the fact that the few existing works were made by foreigners. He pointed to the example of the *Colonato de Cela* in Angola, already studied by a Belgian geographer (Denis, 1956) and a Brazilian (Penteado, 1959-1960), which in his opinion, was worth to be studied by national researchers. Of all tropical Geography Missions this was certainly the most robust, operating until 1973, and comprised dozens of campaigns throughout its 13 years of operation. As Ilídio do Amaral points out, the specificity of the name of the mission is related to the clarification of its scientific field, since the geography missions were traditionally cartographic missions (Amaral, 1983a).
- 20 Orlando Ribeiro took office on March 2, 1961, and the mission's budget, communicated some weeks earlier, was considerable.⁴⁶ The geographer wrote to the JIU the following day, proposing an urgent authorization for the work project of the head of the mission, because with the delays in the appointment of assistants, among other postponements, it was difficult to present the complete project for that year. He also suggested to make a trip divided into two parts. In the first part, Ribeiro would visit the French Institute of Black Africa and the Department of Geography at the University of Dakar, Senegal (8-10 days). In the second part, he would visit some Cape Verde islands (Brava, São Nicolau and Boavista), foreseeing to complete the study of the island of Fogo and other work on the archipelago (20-25 days).⁴⁷ His idea was to use the Easter holidays to organise this month long trip, starting on March 17. Angola and Mozambique would have to wait until the appointment of the mission's assistants.
- 21 Once again, state bureaucracy was felt, not allowing this trip to take place. On the one hand, the budget was only made available in mid-April,⁴⁸ and on the other hand, the

publication of the mission in the Government Gazette, with the budget and complete work project, took a long time. Orlando Ribeiro referred this delay in the 1961 plan, writing that “the gravity of the current moment forces us to face the possibility of interrupting or diverting the Mission’s activity to other places”, and referring that the continuation of Ilídio do Amaral’s work of 1958 and 1960, in northern Angola, funded by IICA, was uncertain.⁴⁹ This plan also indicated the role of the various assistants in 1961: Raquel Soeiro de Brito (work in Lourenço Marques and on the Mozambican coast, as well as in Macau, Taipa, Coloane and Hong Kong), Fernandes Martins (north of Mozambique), Francisco Tenreiro (some villages in Mozambique; Lourenço Marques; and three cities in southern Angola) and Ilídio do Amaral (Santiago de Cabo Verde). It was also mentioned that Pierre Gourou had already been invited to collaborate with the Mission in the work in Mozambique (with the knowledge and agreement of the Overseas Minister), and that efforts would be made to establish contacts with researchers from the University of Dakar. However, “the most eminent specialist in Geography of the tropical regions (...) requested for other trips and missions, could not (...) accept the invitation that was addressed to him”.⁵⁰

Table 2. Geography Missions (1947-1973)

Year	Mission name	Head	Assistants	Scholarship holders
1947	Geographical Mission to Guinea	Orlando Ribeiro	-	-
1951, 1952-53	Mission to Cape Verde	Orlando Ribeiro		
1955-1956	Geographical Mission to India	Orlando Ribeiro	Mariano Feio Raquel Soeiro de Brito	-
1958-1961	The Physical Geography Mission to Angola	Mariano Feio	-	-
1958-1973	Scientific Group for the Preparation of Geographers for Overseas	Orlando Ribeiro	Ilídio do Amaral Francisco Tenreiro Raquel Soeiro de Brito (-1965)	João Proença Ribeiro (1958-) Manuel M. Marques (1958-59) Ilídio do Amaral (1958-) João Evangelista (1965-67) A. Galopim de Carvalho (1967-)

1961-1973	Overseas Physical and Human Geography Mission	Orlando Ribeiro (2.1961-)	Raquel Soeiro de Brito (6.1961-) Alfredo Fernandes Martins (7.1961-) Ilídio do Amaral (7.1961-) Francisco Tenreiro (6.1961-1963) Mariano Feio (6.1965-) Lucília Gouveia (6.1966-) José Gabriel Correia da Cunha (1965-1967) Joaquim Lino da Silva (9.1967-1969)	Wanda Amaral (6.1964-)
-----------	---	---------------------------	--	------------------------

- 22 In 1962, in addition to Orlando Ribeiro and Francisco Tenreiro, who travelled to Angola with Pierre Gourou, Ilídio do Amaral travelled to Cape Verde, and Fernandes Martins and Raquel Soeiro de Brito to Mozambique.⁵¹ In November 1962, Raquel Soeiro de Brito, assistant in the Geography Mission, wrote a letter to the president of the Executive Committee of the JIU on behalf of the head of the mission, reporting the budget project for 1963. It included the budget for the head of the mission, Orlando Ribeiro, the category B assistants Mariano Feio, Francisco Tenreiro, Fernandes Martins and Raquel Soeiro de Brito, and the category C assistant Ilídio do Amaral.⁵² The document also indicated the expenses with the material, which was divided into: scientific, that is, barometers, compasses, other instruments and accessories for photography; and cinema and photography, concerning film, developing, copying and enlarging. Travel expenses covered two trips to Cape Verde, four to Mozambique and one to Angola. Expenses with boarding subsidies, transportation of material and auxiliary personnel were also included. The total amounted to 884 thousand and 200 escudos.
- 23 Two months before Orlando Ribeiro's second trip to Angola, the Junta de Investigações do Ultramar sought to assess the availability of materials in the province for the operation of the MGFHU. It started by enquiring Mariano Feio, the Physical Geography Mission of Angola responsible, who replied that he could spare some material, which he had already "inherited" from the Anthropological Mission of Mozambique, most of which would be deposited in Sá da Bandeira and in the Agricultural Society of Cassequel, in Catumbela, close to Lobito. His list of materials provides an image of how the campaigns worked, and contained the following:
- 24 1 washbasin with canvas basin;
3 sling bags;
5 canvas bags for water;
2 canvas buckets with spouts;
- 25 1 canvas shower;
- 26 1 complete canteen bag, according to the existing lists in this Board;
- 27 3 campex fauteils chairs (the frames are good, but some fabrics need fixing);

- 28 1 campex bench;
- 29 1 campexauto steel tube chair;
- 30 1 bag containing a mattress and a mosquito net;
- 31 1 iron and canvas Paris chair;
- 32 80 bullets for 275 Magnum rifle;
- 33 1 compass;
- 34 1 plastic bottle of 2 l.”⁵³
- 35 A month before Orlando Ribeiro's trip, the JIU asked the various missions operating in Angola (Geography, Botany, Hydrographic and Pedology) whether they could provide any of the following material the mission to be created:
- 36 1) Station Land-Rover, type “Jardineira” and Jeep Willys.
2) Barometers, altimeters, compasses, stereoscopes.
3) Field material.
4) Photography and film material.⁵⁴
- 37 The missions’ responses were all negative, with the exception of the Geographical Mission of Angola. The head of this mission, the geographer engineer Alberto Pereira Bastos, responded from Zaire, noting it could provide “a limited number of altimeters, compasses, and pocket stereoscopes”.⁵⁵ In any case, and as mentioned before, JIU only approved the MGFHU functioning by the start of the following year.
- 38 After the end of the 1963 campaign, Orlando Ribeiro wrote to the JIU's executive committee president, arguing that in his view, at the end of the three years foreseen for the mission continuity was necessary.⁵⁶ He made specific reference to his own works in Mozambique (where he won't return) and in Angola, to those of Ilídio do Amaral in Angola and Cape Verde, and to those of Raquel Soeiro de Brito and Francisco Tenreiro (who died in December of the same year) in Mozambique (see Castelo, 2021). He also addressed the need to carry out work in Macau, where Raquel Soeiro de Brito had already carried out a “summary reconnaissance”, and in Timor, which “has never been dealt with”.⁵⁷ His requested for the extension of the mission had a favourable response in 1964, but with a duration of three years.⁵⁸
- 39 In 1964, Ilídio do Amaral, who had meanwhile finished his doctoral thesis on the island of Santiago in Cape Verde (Amaral, 1964), continued to carry out research in Angola, where he stayed from 20 August onwards.⁵⁹ His objective was to study Luanda and its musseques, a work that he would later publish (Amaral, 1968), as well as to visit other urban centres such as “Sá da Bandeira, Moçâmedes and, perhaps, Luso”.⁶⁰ At the end of that month, Raquel Soeiro de Brito left for Mozambique to study the Ajaúas and Nianjas peoples on the banks of the Niassa.⁶¹ She was followed by Fernandes Martins, who travelled in the first days of September.⁶²
- 40 The project proposed three new collaborators for the year 1965: Lucília Dora de Andrade Gouveia, an assistant at the University of Coimbra and lecturing on tropical geography, and José Gabriel da Cunha, a recent collaborator at the Centre for Geographical Studies of the University of Lisbon, joined the mission as assistants (letter C) and Wanda Maria Peres do Amaral, who was Ilídio do Amaral's sister, joined the team as an assistant.⁶³
- 41 In 1965, Orlando Ribeiro wrote to the president of the executive committee of the JIU, informing that “unfortunately, due to health reasons, it was not possible for me, last

year, to travel to Africa. This year I will only be able to dedicate three or four weeks to fieldwork in Angola".⁶⁴ He indicates several fieldwork objectives, which are in line with the eclectic nature of his field notebooks. Firstly, he wanted to consider Ilídio do Amaral's study of Luanda, and reflect upon the disappearance of the city's traditional patterns. This would be a part of a book on "The Portuguese city in the world".⁶⁵ Secondly, he intended to continue studying "European and African ways of life, and respective interferences, in the areas of Benguela, Moçâmedes and Sá da Bandeira". In this regard, he indicated that he would supervise Lucília Gouveia's doctoral thesis monograph, the third on Africa, after Tenreiro (1961) and Amaral (1964). Thirdly, he would like to continue his research into the geomorphology of inselbergs, from savannah to arid climates.⁶⁶

42 In the following year, José Gabriel Correia da Cunha was no longer in the group, but at the end of 1965, Orlando Ribeiro noted that only Ilídio do Amaral and Fernandes Martins could carry out the proposed programs.⁶⁷ Thus, as no expenses were made, as intense field work was expected in Angola the following year, and as the mission had only one vehicle in Mozambique, Ribeiro proposed the acquisition of two vehicles (a Land Rover and a Renault 4L). This expenditure was authorized on the last day of that year.

43 When Orlando Ribeiro presented the 1966 activity plan, he argued that the cuts in the mission's budget, made Raquel Soeiro de Brito's work in Timor, Ilídio do Amaral's research in northern Angola, and his own trip to Africa impracticable. Only the works of Mariano Feio, mainly in the southwest of Angola, on the Humpata plateau, and of Lucília Gouveia, around the region of Lobito-Benguela, continued.⁶⁸ Orlando Ribeiro also mentioned that he hoped Lucília Gouveia would have the support of Maria Alfreda Cruz, who was starting her studies in human geography in the north and center of Angola. 1966 marks the beginning of the publication *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, founded by Orlando Ribeiro, together with Suzanne Daveau and Ilídio do Amaral. Significantly, the first issue included an article by Pierre Gourou on human geography and several texts on Africa.

44 In 1967, the mission was prolonged for another three years, and in conjunction with the head of the mission, Raquel Soeiro de Brito presented a plan focused on Angola, namely on the city of Moçâmedes.⁶⁹ This change is related to the unstable political situation in the north of Mozambique, as Soeiro de Brito had been working "on the plateaus and edges of Lake Niassa". The ethnologist Lino da Silva, who was collaborating with IICA, also joined the mission as a second category assistant.⁷⁰ Trained at the Colonial Higher School, he carried out research on the vessels and fishing equipment of the islanders of Luanda (Silva, 1960), and defended a graduation thesis on fishing structures (Silva, 1966). He later prepared a thesis on the Kuvales of the southwest of Angola (Amaral, 1983b), which did not complete. He carried out two campaigns in Angola, in 1967 and 1968, in which he studied the Tuá peoples in great detail, material that he only published several years later (Silva, 1988). In 1969, he ended his collaboration with the MGFHU and became a permanent researcher at IICA.

45 Meanwhile, Orlando Ribeiro informed the JIU that during the 1967/68 academic year he would be away in Paris, lecturing at the University of Paris-Sorbonne.⁷¹ Correspondence from 1968 allows us to recognise the lack of time in articulating the campaigns and field work, and academic commitments, especially lecturing. These constraints were always present, and Orlando Ribeiro often alludes to them. At the beginning of that

year, Raquel Soeiro de Brito, who replaced Orlando Ribeiro, sent the 1967 campaign reports to JIU. Three days later, the president of the JIU, Krus Abecasis,⁷² wrote, in that same letter, that the Minister should be made aware that: “the usefulness of the campaigns was diminished, in relation to what was legitimate to expect from the scientists who carried them out, due to the short duration of their stay in the Province. On the other hand, the actual problems to which this collaboration could bring a very useful contribution would advise a deeper contact with the Provincial Secretariat for Rural Development”.

- 46 This view reached Orlando Ribeiro, who, while passing through Lisbon, wrote to the JIU to clarify several points, including that all members of the mission were university professors and that universities paid “more attention to exams than to research”. Furthermore, campaigns took place during the recess period, and available funds were not sufficient for very long campaigns. Finally, he argued, the mission had already produced significant works.⁷³ Krus Abecasis was softer with what he wrote next, stressing that only with very experienced researchers would it be worth carrying out campaigns lasting one to two months. The overseas minister, Silva Cunha,⁷⁴ issued a dispatch writing “I continue to believe that the field work should last longer”.⁷⁵
- 47 Orlando Ribeiro reported an episode that happened in Angola around this time. According to the geographer, Canas Martins requested his collaboration on the subject of the dispossession of indigenous lands in the semi-arid periphery of the Namib desert, in southern Angola, by white cattle ranchers (Ribeiro, 1975: 70). In that year of 1968, Raquel Soeiro de Brito produced a preliminary report on the subject, which stated that “an atmosphere of tension has been created in many places and can quickly spread to vast areas; therefore, it is urgent to study the problem”.⁷⁶ The report, delivered to various authorities and services, was ignored, and only a short note was published in *Finisterra*, in 1970: “It is urgent, therefore, to complete the study of vegetation, of climate and soils, so that the native populations can be guided towards, if possible, a more rational and profitable evolution of their economy and not scare them away with the imprudently studied establishment of ‘white’ creations, which lacking a sufficient technical support, could become, in a short time, into an economic disaster, due to the need to carry out extensive transhumance such as that of the natives, overloading the pastures and water points in an unsustainable way.” (Brito, 1970: 81-82). At the end of the 1970s, Ribeiro resumed to this subject when writing that “In a semi-arid space, with rare and distant water points, the white cattle breeders made themselves grant large concessions, fencing them off, under the complacent gaze of the colonial administration.” (Ribeiro, 2014: 66).
- 48 In 1969 Orlando Ribeiro still sent the project for the 1970 campaign to the JIU. He anticipated to spend 30 days in Mozambique and another 30 days in Angola, accompanied by the geographer Suzanne Daveau; it proposed 60 days fieldwork in Timor for Raquel Soeiro de Brito; 30 days in Angola for Ilídio do Amaral; 60 days in Angola for Lucília Gouveia, and a subsidy for Wanda do Amaral.⁷⁷ The three-year extension of the MGFHU⁷⁸ created opportunities, but for various reasons they did not materialize. In 1969, three years of the Geography degree were established in Sá da Bandeira and Lourenço Marques. The degrees, coordinated by Orlando Ribeiro and Ilídio do Amaral, lasted five years, the standard at the time, and would have to be completed in Lisbon or Coimbra. In 1970, Carlos Alberto Medeiros, Isabel Medeiros and Lino da Silva were lecturing in Sá da Bandeira, and Maria Eugénia Moreira, Celeste

Coelho, Maria Clara Mendes, Esmeralda Ferreira, with the support of Gaspar Soares de Carvalho (1920-2016), who had been involved in the Geological Missions in Guinea-Bissau (1959), Goa (1960) and Angola (1960), were lecturing in Lourenço Marques (Sarmiento, 2018; 2019).

- 49 In 1971, the budget was reduced, and only Raquel Soeiro de Brito and Ilídio do Amaral were able to travel. The former continued her work in Timor and the latter in Angola. Ribeiro complained about the impossibility of extending the mission, and regretted the failure of the University in hiring Suzanne Daveau, “specialist in geomorphology, former professor at the Universities of Dakar and Besançon”, as well as Maria João Vilar Queiroz, at the time assistant lecturer at the School of Social Sciences and Overseas Policy, and a graduate in Geography.⁷⁹
- 50 At this time, Suzanne Daveau and Orlando Ribeiro were preparing a scientific-didactic book on the tropics, later published by Armand Colin, with the title *La Zone Intertropicale Humide* (Daveau and Ribeiro, 1973: 197). The two geographers drew on all their experience in different continents, tracing, under Pierre Gourou’s influence, a panoramic geography of the tropics, from Peru, Cuba, Mexico and India, with an emphasis on Brazil and Africa, especially Western Africa West and Lusophone Africa. In 1973, Orlando Ribeiro wrote to the JIU requesting authorization to travel to Angola on a 45-day mission, starting on the 15th of August.⁸⁰ The geographer intended to: 1. Study the southwest of Angola; 2. Quick trip to Cabinda; 3. Quick trip to Carmona; 4. Exchange of impressions in loco with the three assistants who are in Sá da Bandeira and who are at an advanced stage of their doctoral theses.⁸¹ The trip was authorized,⁸² but due to illness, Orlando Ribeiro did not travel.⁸³ Meanwhile, Wanda do Amaral requested the end of her contract as assistant-trainee, and in November of that year, Orlando Ribeiro asked for the extension of the MGFHU for another three years, mainly so that Raquel Soeiro de Brito, Ilídio do Amaral and Alfredo Fernandes Martins could continue works in Timor, Angola and Mozambique, respectively.⁸⁴ A few days before, however, Decree Law 583/73 of November 6, 1973, changed the structure of scientific research in the country, and the requested extension was not authorized. The activities of the MGFHU and the ACPGU became part of the Overseas Geography Centre, part of Earth Sciences Institute, in turn part of the JIU, which was then renamed Junta de Investigações Científicas do Ultramar,⁸⁵ and were suspended. In 1974, the MGFHU no longer had a budget.⁸⁶
- 51 A few weeks before the carnation revolution, Raquel Soeiro de Brito was still trying to organise a 45 to 60 days campaign in Timor.⁸⁷ Orlando Ribeiro supported her endeavours, and as late as November 1974, he indicated the need to finish the work in progress on the Ajauas and Nianjas in Niassa, Mozambique, and in Timor.⁸⁸ The remaining materials in the archive show the closure of the missions, with communication exchanges between Orlando Ribeiro, Raquel Soeiro de Brito, Ilídio do Amaral or the secretary of the Center for Geographical Studies, Machado Guerreiro, and the manager of the Overseas Scientific Research Board. The mission dismantling can be perceived in two documents dated from August 1976 and 1977. The first one concerns Orlando Ribeiro’s forwarding to the Board, of a debit note from the insurance company Portugal Previdente. It refers to the insurance policies of the two vehicles that MGFHU had in Angola.⁸⁹ The second document concerns the response to a request from the Board Manager, regarding the listing of MGFHU material. At this time the secretary of the Centre for Geographical Studies reported that the whereabouts of part

of the materials that remained in Angola and Mozambique were unknown. Furthermore, he did not know the materials that would be obsolete and those that would be missing.⁹⁰

“Disinterested Research” and Scientific Occupation

- 52 In the second half of the 20th century, the Portuguese *Estado Novo* attributed unparalleled resources to improve the scientific knowledge of the overseas territories. This allowed field work in Africa and made possible several contributions to scientific advancement. These contributions are at the intersection of the needs indicated by the regime, which have a clear view on to political decision-making, and the lines of research that most interested researchers and heads of mission. Naturally, as Castelo (2022) argues, the relationship between the State and scientists was not without tensions, negotiations and contradictions. The end of the Portuguese empire and the abrupt departure of military personnel and civilian population from African territories in the post-April 25, 1974 period, as well as the beginning of civil wars, particularly in Angola and Mozambique, hampered or prevented the continuity of geographical research in Portuguese Tropical Geography. A productive, coherent and structured scientific cycle, which had begun after the Second World War, and for which the Geography missions were fundamental was about to end. This cycle coincided with the growing amplification of anti-colonial contestation at various levels and, roughly speaking, with the liberation wars of the occupied African territories.
- 53 In the specific case of Geography, the six missions of the second half of the 20th century, three of which that run between the end of the 1950s and 1973 and are the focus of this paper, enabled the financial and material conditions and logistics, to carry out scientific work in all territories of the empire, with special emphasis on Africa. These Missions brought together a number of collaborators and scholarship holders (Table 1), and boosted a research network that Orlando Ribeiro had in mind to analyse “a people on earth” (Ribeiro, 2008 [1946]), or as he mentioned in a mission report in 1961, to finalise the overall studies for a “Geography of the Portuguese Expansion”. The scientific results of this significant investment are numerous, from the academic training of a group of researchers, including the completion of several degree and doctoral theses on African territories, to the publication of numerous scientific works in various subareas of physical and human geography on the continent, some of which continue to be key references (Ribeiro, 1950a; 1998[1954]; Tenreiro, 1961; Amaral, 1964; 1968; Medeiros 1976; Moreira, 1979; Mendes, 1979; Feio, 1981). These efforts were also critical in the establishment of higher education in Geography in Angola and Mozambique (Sarmiento, 2018; 2019).
- 54 In 1963, Orlando Ribeiro sent the various reports of the 1962 campaign (including his own report and those of Francisco Tenreiro, Raquel Soeiro de Brito and Ilídio do Amaral). The president of the JIU, in a handwritten note, requested a “particular attention” of the Minister of Overseas for parts of the reports that appear to be “politically and socially relevant matter, which it would be convenient to give note to the Provinces, in a confidential document”.⁹¹ Despite the discontinuity of the archive, Orlando Ribeiro's response to the president of the JIU that same month clearly shows the firm position of the geographer on the subject: “As I once had the occasion to tell Your Excellency, the Reports of Missions are not publications of a scientific nature; a

large part is reserved for external, administrative circumstances, facilities or difficulties thereof, etc.; it is my custom, by the way, only to indicate a summary or condensation (sometimes just a statement) of scientific results. Your Excellency agreed, at another time, with this opinion, ordering to suspend the publication of a report of my authorship that had already been made ready”.⁹² Orlando Ribeiro was aware of the fragile balance between doing disinterested science and the objectives and ends it could have, especially in the context of missions with considerable funding. Later he would write that “as for field work, in studies subsidized by the Overseas Investigations Board, justice dictates that the facilities are great and the retribution generous” (Ribeiro, 1969, cit. in Daveau, 2014: 12). Incidentally, in the MGFHU proposal, Orlando Ribeiro wrote: “It is evident that any attempt to apply and use geographical information is based, on the one hand, on disinterested research and knowledge of the territories as a whole, and on the other hand, on the information requested from us and in the problems (of administration, economy, planning) for which our attention and collaboration is requested. My background is more suited to disinterested research; but I would not deny, rather I would gladly give, all the collaboration that in this field would be asked of me”.⁹³ Naturally, these missions, like others organized at that time, were instrumental for a colonial and dictatorial State, which had as its political foundation the “scientific occupation” of overseas territories. Regardless of their critical stance on certain aspects of the regime's actions and the living conditions of many populations, more or less subtle in reports and scientific production, the Missions were an integral part of scientific colonization and maintained a privileged relationship with colonial domination. It is enough to look at the places studied in the different campaigns, in particular the north of Mozambique and the south of Angola, to understand their strategic value for the regime.

BIBLIOGRAPHY

- Amaral, I. (1964). *Santiago de Cabo Verde: a terra e os homens*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.
- Amaral, I. (1968). *Luanda. Estudo de Geografia Urbana*. Nº. 53. Lisboa: Memórias da Junta de Investigações do Ultramar.
- Amaral, I. (1983a). Da Comissão de Cartografia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983). *Finisterra*, Vol. XVIII, n.36, pp. 327-331.
- Amaral, I. (1983b). Estudos de geografia das regiões tropicais. *Garcia de Orta – Série Geografia*, Vol. 8, n.1-2, pp. 1-44.
- Brito, R.S. (1970). Nótula acerca dos povos pastores e agro-pastores do distrito de Moçâmedes. *Finisterra*, Vol. V, n.9, pp. 69-83.
- Brito, R.S. (1997). Timor Leste, a Terra e os Homens. In Brito, R.S. *No Trilho dos Descobrimentos*. Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses, pp.328-354.

- Castelo, C. (2022). Introdução. Desenvolvimento, cooperação e ciência na era da descolonização. In Sarmiento, J. (org.) *Orlando Ribeiro. Cadernos de Campo Angola 1960-1969*. Famalicão: Húmus, pp. 11-20.
- Castelo, C. (2021). Colonatos e aldeamentos no Niassa, Moçambique: processos e impactos sociais em tempo de guerra (1964-1974). *Tempo*, n.27, 478-500.
- Castelo, C. (2017). African Knowledge and Resilience in Late Portuguese Colonial Empire: the Agro-Pastoralists of Southwestern Angola. *Portuguese Studies Review*. Vol.25, n.1, pp. 91-118.
- Castelo, C. (2012). Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Vol.19, n.2, pp. 391-408.
- Coelho, M.I.H.M. (1966) *A Ilha de Moçambique*. Degree thesis in Geographical Sciences. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Daveau, S. e Ribeiro, O. (1973). *La Zone Intertropicale Humide*. Paris: Armand Colin.
- Daveau, S. (2014) Apresentação da segunda edição. In Ribeiro, O. (2014) *A Colonização de Angola e o seu Fracasso*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, pp. 9-16.
- Daveau, S. e Garcia, J.C. (2017). *Baçal segundo o seu Abade: contactos científicos entre os geógrafos Orlando Ribeiro e Hermann Lautensach e o Padre Francisco Manuel Alves*. Picote: Frauga.
- Denis, J. (1956). Une colonie agricole européenne en Angola Portugais. *Bulletin agricole du Congo belge*, Vol.47, n.2, pp. 387-422.
- Dias, J. (1961). *Missão de estudos das minorias étnicas do Ultramar português: relatório da Campanha de 1960 (Moçambique e Angola)*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Feio, M. (1946a). O relêvo do norte de Angola, segundo Jessen. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*, Vol. V, Fasc. III, pp. 267-294.
- Feio, M. (1946b). O relêvo do norte de Angola, segundo Veatch. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*, Vol. V, Fasc. III, pp. 295-306.
- Feio, M. (1979). *As Castas Hindus de Goa*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar.
- Feio, M. (1981). *O relevo do sudoeste de Angola: estudo de geomorfologia*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar.
- Gomes, M.C. (1966). *Vila João de Almeida: um centro de colonização agrícola decadente*. Degree thesis in Geographical Sciences. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Gourou, P (1970). *L'Afrique*. Paris: Hachette.
- Havik, P.J. e Daveau, S. (2010)(coord). *Caderno de Campo, Guiné 1947*. Famalicão: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Edições Humus.
- Gourou, P. (1968). Angola et Moçambique: etudes la géographie regionale. *Revue Geographique de Montreal*, Vol.22, n.1, pp. 5-20.
- Medeiros, C.A. (1976). *A colonização das terras altas da Huíla, Angola*. PhD Thesis in Human Geography. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Medeiros, I. (1982). *Contribuição para o Estudo da Colonização e da Pesca no Litoral de Angola ao Sul de Benguela*. Estudos, Ensaios e Documentos, nº 140. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Mendes, M.C. (1970). *Gabela. Estudo de geografia urbana*. Degree thesis in Geographical Sciences. Lisboa: Universidade de Lisboa.

- Mendes, M.C. (1979). *Maputo antes da independência. Geografia de uma cidade colonial*. PhD Thesis in Human Geography. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Moreira, M.E.S.A. (1979). *A Bacia do Rio Umbelúzi (Moçambique). Esboço Geográfico* PhD Thesis in Physical Geography. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Oliveira, I.M.M.A de (1966). *Porto Alexandre: vila piscatória do sul de Angola*. Degree thesis in Geographical Sciences. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Oliveira, F.R. (2019). El México de Orlando Ribeiro: cuaderno de campo, fotografías y textos relativos a la Conferencia Regional Latinoamericana de la Unión Geográfica Internacional de 1966. *Investigaciones geográficas*, 100, dezembro.
- Penteado, A.R. (1959-1960). O Colonato da Cela (Angola): Um Exemplo de Colonização Branca na África Negra, *Anuário da Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae*, Vol.7, pp.106-116.
- Ribeiro, O. (1949). L'Île de Madère, Étude géographique. Congrès International de Géographie. Lisboa: Union Géographique Internationale.
- Ribeiro, O. (1950a). A Missão de Geografia à Guiné em 1947. *Anais da Junta de Investigações Coloniais*. Vol.V, t.III, Estudos de Geografia, Lisboa, pp.3-23.
- Ribeiro, O. (1950b). Problemas de Investigação Científica Colonial. Colóquio realizado na Junta de Investigação Coloniais em 30 de Dezembro de 1949. Lisboa: Ministério das Colónias. Junta de Investigações Coloniais, pp.1-23.
- Ribeiro, O. (1956). Originalidade da Expansão Portuguesa. in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 74, n. 4-5, pp. 127-139.
- Ribeiro, O. (1975). *Destinos do Ultramar*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Ribeiro, O. (1991). Inquérito do povoamento rural. *Opúsculos Geográficos. O Mundo Rural*. IV. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp.283-288.
- Ribeiro, O. (1995). Inquérito de Geografia Regional. *Opúsculos Geográficos. Estudos Regionais*. VI. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp.11-32.
- Ribeiro, O. (1998)[1954]. *A ilha do Fogo e as suas erupções*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- Ribeiro, O. (1999). *Goa em 1956. Relatório ao Governo*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- Ribeiro, O. (2008)[1946]. Propósitos e projectos da minha carreira de geógrafo. [inédito redigido em 1946, com atualizações em 1969]. *Finisterra*, Vol. XXXIII, n.85, pp. 101-107.
- Ribeiro, O. (2014). *A Colonização de Angola e o seu Fracasso*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.
- Ribeiro, O. (2017). O Atlas de Portugal Ultramarino. *Mestres, Colegas e Discípulos*. Vol.II, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp.615-668.
- Sarmiento, J. e Brito-Henriques, E. (2013)(coord.). *Orlando Ribeiro Cadernos de campo Moçambique 1960-1963*. Famalicão: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Edições Humus.
- Sarmiento, J. (2018). Portuguese tropical geography and decolonization in Africa: the case of Mozambique. *Journal of Historical Geography*. Vol.66, pp. 20-30.
- Sarmiento, J. (2019). A Geografia Tropical portuguesa e o Ensino Superior em África: o percurso de três jovens geógrafas em Moçambique nos anos 70 do século XX. In Oliveira, F. R. & Paiva, D.

(Org.). *Saberes Geográficos e Geografia Institucional: relações luso-brasileiras no século XX*. Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos. pp.253-270.

Sarmiento, J. (2022)(coord.). *Orlando Ribeiro. Cadernos de Campo Angola 1960-1969*. Famalicão: Húmus

Silva, J.L. (1960). Embarcações e utensílios de pesca dos ilhéus de Luanda (um estudo sobre aculturação). *Memórias e Trabalhos do Instituto de Investigação Científica de Angola*. 2, pp. 177-216.

Silva, J.L. (1966). *Armações de pesca*. Degree thesis in Geography, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Silva, J.L. (1988). A grande área geográfica dos Tuás (Bantos antigos). In CEG (coord.) *Livro de homenagem a Orlando Ribeiro*, Vol. II. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, pp.537-548.

Tenreiro, F. (1961). *A Ilha de São Tome*. PhD Thesis in Geography. Lisboa: Universidade de Lisboa.

APPENDIXES

References

Archive of the former Instituto de Investigação Científica Tropical, University of Lisbon

[IICT, MGFHU] Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar, Process 829, 8 Folders, Arquivo do Instituto de Investigação Científica Tropical.

[IICT, MGFHU] Missão de Geografia Física de Angola, Process 710, 1 Folder, Arquivo do Instituto de Investigação Científica Tropical.

[IICT, ACPGU] Agrupamento Científico de Preparação de Geógrafos para o Ultramar, Process 673, 2 Folders, Arquivo do Instituto de Investigação Científica Tropical.

NOTES

1. Orlando Ribeiro In *Projeto de Criação de uma Missão de Geografia ao Ultramar*. IICT/MGFHU, 829, Folder 1, Doc.1, 7.6.1960.
2. After the constitutional review of 1951, the bodies under the Ministry of Colonies (overseas) had to change their names, as organic laws were revised. The Junta replaced the designation “Colonial” with “Ultramar” in 1955, but since 1952 this change has come into unofficial use.
3. IICT/MEGFSA, 710, Doc.1, 13.6.1952.
4. Private collection SD, 26.6.1958.
5. *Reisen und Forschungen in Angola*, Berlin: Reimar, 1936.
6. *The Evolution of the Congo Basin*, Geological Society of America, Mem, 3, 1935.
7. IICT/MEGFSA, 710 Doc.1, 13.6.1952.
8. IICT/MGFHU, 829, Folder 1, Doc.1, 7.6.1960.
9. Private collection, SD, 6.6.1958.
10. IICT/MEGFSA, 710, Doc.11, 12.6.1958.
11. Private collection, SD, 26.6.1958.
12. IICT/MEGFSA, 710, Doc.12, 13.7.1958.
13. *Ibidem*.
14. IICT/MEGFSA, 710, Doc.15, 9.8.1958.
15. IICT/MEGFSA, 710, Doc.12, 29.11.1958.
16. IICT/MEGFSA, 710, Doc.40, 15.3.1959.

17. Private collection SD, 19.5.1959.
18. *Ibidem*, 11.9.1959.
19. BNP, Orlando Ribeiro Scientific Collection, Cx.31, 30.1.1960.
20. IICT/ACPGU, 710, Doc.86, 17.2.1961.
21. IICT/ACPGU, 673, Folder 1, Doc1. 19.11.1956.
22. *Ibidem*.
23. *Ibidem*, Doc.2, 26.12.1956.
24. *Ibidem*, Doc.11, 3.12.1957.
25. IICT/ACPGU, 673, Folder 1, Doc.30, 19.7.1958
26. *Ibidem*, Doc.36, 5.12.1958.
27. *Ibidem*, Doc.56, 16.3.1960.
28. *Ibidem*.
29. See Daveau & Garcia (2017). Since 1947 the anthropologist Jorge Dias (1907-1973) made an ethnographic and ethno-sociologic systematic survey in Portugal – the surveys of the Centro de Estudos de Etnologia. He also took the essential components of the methodological approach from Portugal to Mozambique (Dias, 1961).
30. IICT, ACPGU, 673, Folder 1, Doc.40, 31.12.1958.
31. *Ibidem*, Doc.42, 31.12.1958.
32. *Ibidem*, Doc.50, 14.11.1959.
33. Ilídio do Amaral, Unpublished Field notebook n.2, Angola, private collection. In relation to field notebooks of this period see Havik and Daveau (2010), Sarmiento and Brito-Henriques (2013), Oliveira (2019) and Sarmiento (2022).
34. Created in 1955, partially to answer to the Inter-Imperial Cooperation recommendations. This body was under the Overseas Ministry, via the General Government and the Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar.
35. Private collection, SD, 3.1.1959.
36. *Ibidem*.
37. *Ibidem*.
38. IICT, ACPGU, 673, Folder 1, Doc.55, 16.3.1960.
39. *Ibidem*, Doc.136, 28.1.1965.
40. Oliveira (1966), Gomes (1966) and Coelho (1966). *Ibidem*, Doc.241, 26.10.1966.
41. IICT/ACPGU, 673, Folder 1, Doc.184, 28.2.1967.
42. Mendes (1970). Born in Gabela, she was one of the first lecturers in the recently created degree of Geography in the University of Lourenço Marques, now Eduardo Mondlane (see Sarmiento, 2019). Some years later she defended a PhD Thesis on Lourenço Marques/Maputo, as a colonial city (Mendes, 1979).
43. IICT/ACPGU, 673, Folder 1, Doc.274, 17.2.1961.
44. *Ibidem*, Doc.246, 18.5.1971. The latter was an assistant at the IICA between 1966 and 1968.
45. Portaria n. 17935, Diário do Governo n. 210/1960, Série I, 9 September 1960; IICT/MGFHU, 829, Folder 1, Doc.1, 7.6.1960.
46. IICT/MGFHU, 829, Folder 1, Doc.52, 10.7.1961.
47. IICT/MGFHU, 829, Folder 1, Doc.32, 3.3.1961.
48. *Ibidem*.
49. *Ibidem*.
50. IICT/MGFHU, 829, Folder 1, Doc.118, 13.7.1962.
51. IICT/MGFHU, 829, Folder 1, Doc.125, 6.8.1962.
52. *Ibidem*, Doc.134, 6.11.1962.
53. IICT/MGFHU, 829, Folder 1, Doc.6, 9.7.1960.

54. *Ibidem*, Doc.13, 20.7.1960.
55. *Ibidem*, Doc.19, 20.8.1960.
56. IICT/MGFHU, 829, Folder 1, Doc.209, 16.11.1963.
57. *Ibidem*. See Brito (1997).
58. IICT/MGFHU, 829, Folder 2, Doc.235, 21.3.1964.
59. IICT/MGFHU, 829, Folder 2, Doc.249, 22.7.1964.
60. IICT/MGFHU, 829, Folder 2, Doc. 251, 31.7.1964.
61. *Ibidem*, Doc.249, 22.7.1964.
62. *Ibidem*, Doc. 260, 24.8.1964.
63. IICT/MGFHU, 829, Folder 2, Doc. s/n, 15.12.1964.
64. *Ibidem*, Doc. 309, 17.7.1965.
65. *Ibidem*.
66. *Ibidem*.
67. IICT/MGFHU, 829, Folder 2, Doc.328, 3.11.1965.
68. *Ibidem*, Doc.357, 11.7.1966.
69. *Ibidem*, Doc.404, 9.8.1967.
70. *Ibidem*, Doc.410, 15.9.1967.
71. IICT/MGFHU, 829, Folder 2, Doc.412, 12.10.1967.
72. Carlos Krus Abecasis (1918-2012), was the Overseas Under-Secretary between 1955 and 1958, and the JIU president between 1961 and 1970.
73. IICT/MGFHU, 829, Folder 3, Doc.17, 20.4.1968.
74. Joaquim da Silva Cunha (1920-2004) was Overseas Ministry between 1965 and 1973.
75. IICT/MGFHU, 829, Folder 3. Doc.19, 6.5.1968.
76. *Ibidem*, p.71. See Castelo (2017), who mentions that Raquel Soeiro de Brito conclusions were very similar to those that the Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola [Agriculture Survey Mission of Angola] leaders had already reported to the authorities.
77. IICT/MGFHU, 829, Folder 3, Doc.129, 29.11.1969.
78. *Ibidem*, Doc.94, 6.5.1970.
79. *Ibidem*, Doc.148, 10, 11, 1971.
80. IICT/MGFHU, 829, Folder 4, Doc.42, 12.6.1973.
81. He is referring to Carlos Alberto Medeiros (see Medeiros, 1976), Isabel Medeiros, who was working on a thesis on fishing, which was never concluded (see Medeiros, 1982), and Lino da Silva. The first two were supervised by Ilídio do Amaral, and the last by Viegas Guerreiro.
82. IICT/MGFHU, 829, Folder 4, Doc.46, 12.7.1973.
83. *Ibidem*, Doc.52, 17.10.1973.
84. *Ibidem*, Doc.55, 14.11.1973.
85. At the end of 1979, the Junta was renamed Laboratório Nacional de Investigação Tropical, and from April 1982, Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT). This body was extinct in 31 July 2015. The Centro de Geografia do Ultramar was renamed Centro de Geografia, having Ilídio do Amaral as its director between 1984 and 2005.
86. IICT/MGFHU, 829, Folder 4, Doc.69, 10.4.1975.
87. *Ibidem*, 829, Folder 4, Doc. n.p., 6.4.1974.
88. *Ibidem*, 829, Folder 4, Doc. n.p., 27.11.1974.
89. *Ibidem*, 829, Folder 4, Doc.71, 9.8.1976.
90. *Ibidem*, 829, Folder 4, Doc.74, 20.6.1977.
91. *Ibidem*, Doc.180, 15.7.1963.
92. *Ibidem*, Doc.187, 3.8.1963.
93. IICT/MGFHU, 829, Folder 1, Doc.1, 7.6.1960.

ABSTRACTS

Scientific knowledge of Africa, and of Portuguese Africa in particular, took place belatedly in relation to other territories and other empires. It was especially after 1945 that articulated and consistent scientific work began on the territories of the Portuguese empire. Geography, as an autonomous scientific discipline, followed the institutional changes in the planning and coordination of scientific research in the Portuguese colonies, which was led by the *Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais*, later *Junta de Investigações Coloniais*, and *Junta de Investigações do Ultramar*. This text focuses on the Geography Missions financed by this organization in the post-war period, with emphasis on three in particular cases: The Physical Geography Study Mission of Angola (1958 -1961), the Scientific Group for the Preparation of Geographers for the Overseas (1958-1973), and the Overseas Physical and Human Geography Mission (1960-1973). All of them strongly moulded the geographic research that was carried out in the tropics, and in Africa in particular, for about two decades. Among other dispersed sources used in this work, the processes referring to the three aforementioned initiatives that were conducted in Portuguese colonial territories were consulted, and produced within the scope of the executive committee of the *Junta de Investigações do Ultramar*, which, since the extinction of the *Instituto de Investigação Científica Tropical*, are in the custody of the University of Lisbon. A more extensive work published recently makes a more detailed analysis of these missions, especially in view of the specific works of Orlando Ribeiro in Angola, and in particular his field notebooks (Sarmiento, 2022).

O conhecimento científico de África, e da África portuguesa em particular, realizou-se tardiamente em relação a outros territórios e a outros impérios. Foi sobretudo após 1945 que se iniciaram trabalhos científicos articulados e consistentes sobre os territórios do império português. A Geografia, enquanto disciplina científica autónoma, acompanhou as mudanças institucionais de planeamento e coordenação da investigação científica nas colónias portuguesas, protagonizadas pela *Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais*, mais tarde *Junta de Investigações Coloniais*, e *Junta de Investigações do Ultramar*. Este texto debruça-se sobre as Missões de Geografia financiadas por este organismo no pós-guerra, com particular destaque para três casos: A Missão de Estudos de Geografia Física de Angola (1958-1961), o Agrupamento Científico de Preparação de Geógrafos para o Ultramar (1958-1973), e a Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar (1960-1973). Todas moldaram fortemente a investigação geográfica que se fez nos trópicos, e em África em particular, durante cerca de duas décadas. Entre outras fontes dispersas, para este trabalho consultaram-se os processos referentes às três iniciativas supracitadas que foram conduzidas nos territórios coloniais portugueses, e produzidos no âmbito da comissão executiva da *Junta de Investigações do Ultramar*, que, desde a extinção do *Instituto de Investigação Científica Tropical*, se encontram à guarda da Universidade de Lisboa. Um trabalho de maior folego publicado recentemente faz uma análise mais detalhada destas missões, sobretudo tendo em vista os trabalhos específicos de Orlando Ribeiro em Angola, e em particular os seus cadernos de campo (Sarmiento, 2022).

El conocimiento científico de África, y del África portuguesa en particular, se produjo tardiamente en relación con otros territorios y otros imperios. Fue principalmente después de 1945 que se inició un trabajo científico articulado y consistente en los territorios del imperio portugués. La Geografía, como disciplina científica autónoma, siguió los cambios institucionales en la planificación y coordinación de la investigación científica en las colonias portuguesas, encabezados por la *Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais*, más tarde la *Junta de Investigações Coloniais*, y la *Junta de Investigações do Ultramar*. Este texto se centra en las Misiones

de Geografía financiadas por esta organización en la posguerra, con especial énfasis en tres en particular: La Misión de Estudios de Geografía Física de Angola (1958 -1961), el Agrupamiento Científico para la Preparación de Geógrafos para el Exterior (1958-1973), y la Misión de Geografía Física y Humana en el Extranjero (1960-1973). Todos ellos marcaron fuertemente la investigación geográfica que se llevó a cabo en los trópicos, y en África en particular, durante unas dos décadas. Entre otras fuentes dispersas, para este trabajo se consultaron los procesos referentes a las tres iniciativas mencionadas que se llevaron a cabo en territorios coloniales portugueses, y producidos en el ámbito del comité ejecutivo de la *Junta de Investigações do Ultramar*, que, desde la extinción del *Instituto de Investigação Científica Tropical*, están bajo la custodia de la Universidad de Lisboa. Un trabajo más extenso publicado recientemente hace un análisis más detallado de estas misiones, especialmente a la vista de los trabajos específicos de Orlando Ribeiro en Angola, y en particular de sus cuadernos de campo (Sarmiento, 2022).

La connaissance scientifique de l'Afrique, et de l'Afrique portugaise en particulier, s'est faite tardivement par rapport à d'autres territoires et à d'autres empires. C'est principalement après 1945 que des travaux scientifiques articulés et cohérents ont commencé sur les territoires de l'empire portugais. La géographie, en tant que discipline scientifique autonome, a suivi les changements institutionnels dans la planification et la coordination de la recherche scientifique dans les colonies portugaises, dirigées par la *Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais*, plus tard la *Junta de Investigações Coloniais*, et la *Junta de Investigações do Ultramar*. Ce texte se concentre sur les missions de géographie financées par cette organisation dans la période d'après-guerre, avec un accent particulier sur trois de ces missions : la Mission d'étude de géographie physique de l'Angola (1958 -1961), L'agroupements scientifique pour la préparation des géographes pour l'outre-mer (1958-1973) et la Mission outre-mer de géographie physique et humaine (1960-1973). Tous ont fortement façonné les recherches géographiques qui ont été menées sous les tropiques, et en Afrique en particulier, pendant une vingtaine d'années. Entre autres sources dispersées, pour ce travail, les processus faisant référence aux trois initiatives susmentionnées qui ont été menées dans les territoires coloniaux portugais ont été consultés et produits dans le cadre du comité exécutif de la *Junta de Investigações do Ultramar*, qui, depuis l'extinction de *Instituto de Investigação Científica Tropical*, est sous la garde de l'Université de Lisbonne. Un ouvrage plus étendu publié récemment fait une analyse plus détaillée de ces missions, notamment au regard des travaux spécifiques d'Orlando Ribeiro en Angola, et notamment ses carnets de terrain (Sarmiento, 2022).

INDEX

Geographical index: Portugal, África

Chronological index: 1950-1970

Mots-clés: missions de géographie, colonialisme tardif, Afrique, Orlando Ribeiro

Palabras claves: misiones de geografía, colonialismo tardío, África, Orlando Ribeiro

Keywords: geography missions, late colonialism, Africa, Orlando Ribeiro

Palavras-chave: missões de geografia, colonialismo tardio, África, Orlando Ribeiro

AUTHOR

JOÃO SARMENTO

Geography Department and Communication and Society Research Centre
Minho University

Campus de Azurém

Email: j.sarmento@geografia.uminho.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4770-2427>

A geografia das regiões tropicais na produção científica da revista *Finisterra*, 1966-2021: uma análise bibliométrica

*La geografía de las regiones tropicales en la producción científica de la revista
Finisterra, 1966-2021: un análisis bibliométrico*

*The geography of tropical regions in the scientific production of the journal
Finisterra, 1966-2021: a bibliometric analysis*

*La géographie des régions tropicales dans la production scientifique de la revue
Finisterra, 1966-2021: une analyse bibliométrique*

Diogo Gaspar Silva

NOTA DO EDITOR

Submetido 8 Ago. 2022; aceito 15 Out. 2022

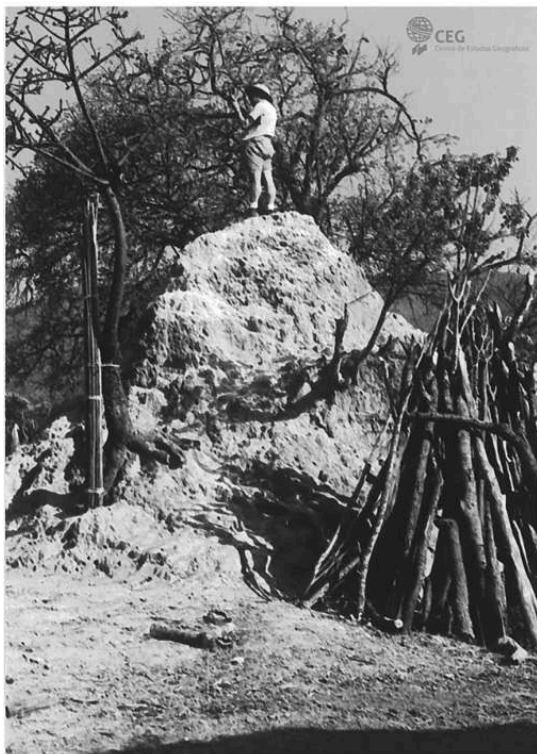
NOTA DO AUTOR

Agradeço aos dois editores do número especial «Geografia portuguesa, trópicos e colonialismo tardio» e aos dois revisores anónimos pelos seus comentários que em muito contribuíram para a melhoria da versão final deste artigo. Agradeço à Fototeca do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa pela autorização de reprodução das fotografias utilizadas. A responsabilidade por eventuais erros nos argumentos apresentados é minha. A pesquisa para este artigo foi financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (Portugal).

[O] que o CEG [Centro de Estudos Geográficos de Lisboa] conseguiu criar foi uma coisa talvez única na ciência portuguesa, uma “escola de Geografia”, acreditada internacionalmente, que conduziu investigações em Portugal e Ilhas Adjacentes, em todos os territórios do antigo Ultramar e ainda no Brasil. Não é indiferente lembrar que foram atribuídos a trabalhos aqui elaborados 7 prémios científicos internacionais que dão ideia da aceitação dos nossos trabalhos.
Orlando Ribeiro (2008 [1978]: 117)

- 1 Foi com estas palavras que, a 19 de junho de 1978, Orlando Ribeiro (1911-1997) – fundador e primeiro diretor do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (CEG-ULisboa) – se dirigiu ao Conselho Científico de Geografia da Universidade de Lisboa com a missão de divulgar a natureza da «longa conversa» que tivera com o então Secretário de Estado da Investigação Científica a 31 maio daquele ano. Discorrendo sobre as condições instáveis nas quais se desenvolvia a investigação científica portuguesa, Ribeiro ressaltava os sucessivos galardões concedidos a trabalhos assinados por alguns colaboradores da designada «Escola Geográfica de Lisboa». Ribeiro lembrava, deste modo, a atribuição do prémio Abílio Lopes do Rego às monografias de Francisco Tenreiro (1921-1963) sobre *A Ilha de São Tomé (Estudo Geográfico)* em 1962 (Tenreiro, 1961a), de Ilídio do Amaral (1926-2017) sobre *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens* em 1964 (I. Amaral, 1964) e de uma outra sobre *A Ilha do Fogo e as suas Erupções*, assinada pelo próprio Orlando Ribeiro e laureada em 1965 (Ribeiro, 1954). Os tributos incluíram ainda as pesquisas dos seus adjuntos, das quais se destacam *Goa e as Praças do Norte* de Raquel Soeiro de Brito (n. 1925), em 1966 (Brito, 1966a), e *Luanda. Estudo de Geografia Urbana* de Ilídio do Amaral, em 1969 (I. Amaral, 1968).
- 2 Numa primeira apreciação, torna-se evidente que o conjunto de trabalhos monográficos evocados por Ribeiro, essencialmente concebidos segundo os cânones da geografia regional francesa, foi produzido, na sua larga maioria, durante as décadas de 1950 e 1960 por alguns dos seus colaboradores mais próximos. Uma leitura adicional permite ainda notar que os estudos laureados cruzam um campo disciplinar bem-individualizado no quadro da geografia portuguesa e até europeia que, com a chancela do «nacionalismo científico» do regime político ditatorial daquele período, concentrou o debate académico em torno da necessidade de alargar o conhecimento geográfico sobre o «mundo tropical» e, em particular, sobre os territórios coloniais portugueses (Sarmiento, 2022). Foi neste contexto que, nos anos 1940, se ergueu um enquadramento político-institucional e científico que impulsionou, a partir da «Escola Geográfica de Lisboa» e sob direção de Orlando Ribeiro, um vasto programa de investigação sobre «regiões tropicais portuguesas». Influenciado pelo exemplo da «geografia tropical francófona» e do seu mestre Pierre Gourou (1900-1999) (Ribeiro, 1973), este programa viria a afirmar-se nas três décadas seguintes na sequência das missões científicas realizadas à «América tropical», incluindo ao Brasil, à «Ásia tropical», nomeadamente à antiga Índia Portuguesa e a Timor-Leste, e aos territórios coloniais da «África tropical», destacando-se o trabalho de campo em Angola e Moçambique (Garcia, 1998; Pimenta et al., 2011) (Figura 1).

Figura 1. Orlando Ribeiro realizando trabalho de campo em Angola, em 1962



Orlando Ribeiro realizando trabalho de campo em Angola, em 1962, no âmbito dos trabalhos da Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar

Fotografia de Pierre Gourou. Fototeca CEG-IGOT-ULisboa, F19662

- 3 Não obstante o reconhecido mérito dos trabalhos assinados por académicos portugueses no âmbito das referidas missões, a estrutura intelectual do conhecimento produzido sobre «geografia tropical», bem como as suas metamorfoses contemporâneas relacionadas com discursos pós-coloniais, tem-se circunscrito aos domínios académicos anglófono (Stamp, 1938; Power e Sidaway, 2004; Clayton, 2020), francófono (Gourou, 1947; Ribeiro, 1973; Ferretti, 2021) e germânico (Troll e Fischer, 1949; Ouma, 2022). Em resultado disso, os debates académicos sobre regiões tropicais têm, no essencial, desvalorizado o diálogo com comunidades epistémicas semiperiféricas que, em certos momentos da sua trajetória epistemológica, se especializaram na difusão de produção científica relacionada com o «mundo tropical», como é o caso da «Escola Geográfica de Lisboa».
- 4 Este artigo pretende contribuir para o aprofundamento destes debates ao divulgar «histórias alternativas» e complementares àquelas que têm dominado as principais infraestruturas informacionais de difusão do conhecimento geográfico sobre regiões tropicais: revistas científicas e conferências de projeção internacional. Deste modo, pretende-se alargar o contributo desempenhado pelas revistas científicas, dos manuscritos nelas publicados e dos seus autores enquanto plataformas de disseminação do conhecimento (Fehder et al., 2014). Neste artigo, ancorado numa análise bibliométrica, discute-se o contributo de uma das mais destacadas revistas de geografia em Portugal – *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, fundada, em 1966, por Orlando Ribeiro no CEG-ULisboa – na produção do conhecimento geográfico sobre regiões tropicais ao examinar-se, com uma lente espaço-temporal, os seus ritmos de produção

científica, os autores mais influentes na circulação desse conhecimento e ainda as principais temáticas abordadas.

- 5 Este artigo organiza-se em três partes. Após uma breve introdução, a segunda secção apresentará o aparelho metodológico do estudo, na qual se reconstitui o percurso biográfico da *Finisterra*, se justificam os critérios de elegibilidade dos manuscritos e, por fim, se indicam as unidades de análise bibliométrica que serão tratadas. De seguida, debatem-se as principais tendências de produção científica sobre regiões tropicais na *Finisterra* entre 1966 e 2021, examinando-se a irregularidade longitudinal dos ritmos dessa produção e os principais contributos dos académicos com níveis de produção científica mais elevados, bem como as temáticas privilegiadas na circulação do conhecimento sobre regiões tropicais. O artigo encerra com uma breve discussão dos resultados e algumas recomendações para futuras investigações.

Metodologia

- 6 Este estudo procura examinar a produção científica sobre regiões tropicais publicada na *Finisterra* entre 1966 e 2021, analisando os ritmos espaço-temporais dessa produção, os autores com maior volume de publicações e os seus contributos científicos para o estudo dessas regiões, bem como as mutações observadas no *corpus* temático. Para tal, mobilizou-se um conjunto de métodos bibliométricos – abordagem quantitativa baseada em indicadores bibliográficos que pretende descrever e caracterizar os padrões longitudinais de produção, disseminação e projeção do conhecimento gerado por uma determinada área disciplinar, autor ou revista – que foi combinado com revisões narrativas para avaliar a influência e o contributo científico de alguns académicos para o estudo do «mundo tropical» e as mudanças inscritas na estrutura intelectual do conhecimento sobre regiões tropicais durante as últimas décadas (Zupic e Cater, 2015).
- 7 Neste contexto, a análise empírica conduzida conceptualizou a revista científica enquanto plataforma ou infraestrutura informacional que contribui não só para divulgar o conhecimento académico entre distintas comunidades epistémicas, mas também para documentar a renovação epistemológica, temática ou metodológica das revistas e dos trabalhos publicados por essas comunidades epistémicas (Fehder et al., 2014). Assim, escolheu-se como caso de estudo um dos mais destacados repositórios de conhecimento geográfico, designadamente em língua portuguesa: a revista *Finisterra*. Por um lado, esta revista tem mantido, apesar de isoladas exceções coincidentes com períodos de escassez de financiamento, a edição relativamente regular e ininterrupta de dois números anuais, ampliada para três a partir de 2016. Por outro lado, a institucionalização da *Finisterra*, impulsionada por Orlando Ribeiro, Suzanne Daveau (n. 1925) e Ilídio do Amaral, surge indissociada do projeto pessoal e científico de Ribeiro em criar uma revista do CEG-ULisboa, que, apesar de servir como uma «janela para o mundo», se centraria na publicação de textos sobre geografia de Portugal e das colónias (Ribeiro, 1966a: 5). Tal empresa ficou permanentemente associada à construção identitária de um espaço científico-pedagógico que enformou a comunidade epistémica da designada «Escola Geográfica de Lisboa» e à qual se dedicaram, noutras ocasiões, aprofundadas caracterizações das suas fundações e trajetórias académico-institucionais e intelectuais (I. Amaral, 1979, 2001; Alcoforado et al., 2015; Machado et al., 2019).
- 8 Os dados bibliométricos que sustentam a análise foram produzidos na sequência da recolha de informação proveniente de 118 números da *Finisterra* editados entre 1966

(vol. 1, núm. 1) e 2021 (vol. 56, núm. 118), os quais foram sendo publicados com uma periodicidade essencialmente semestral (1966-2015) e quadrimestral (2016-2021), e cujas versões digitais têm sido disponibilizadas em acesso aberto desde 2010.

- 9 O protocolo de revisão bibliométrica dos manuscritos compreendeu duas etapas. Primeiro, definiram-se os critérios de elegibilidade para a inclusão/exclusão na análise de cada texto publicado na *Finisterra*. Para garantir a inclusão dos manuscritos sobre regiões tropicais, mobilizaram-se as conceptualizações geográficas veiculadas nos estudos de «geografia tropical francesa» dos anos 1940 e 1950 e que intelectualizam o «mundo tropical» – e o diferenciam do «mundo extratropical» – segundo as lógicas de distribuição das zonas climáticas globais, por um lado, e, por outro, pela trajetória marcadamente colonial da maioria dos territórios situados nessa faixa quente e húmida compreendida, grosso modo, entre os trópicos de Câncer e Capricórnio (De Martonne, 1946; Gourou, 1947; Robequain, 1948). Embora se reconheça a relevância da recontextualização ou da desconstrução das práticas e das narrativas promovidas pelos debates pós-coloniais, este artigo alicerça a sua análise segundo um critério geográfico, apoiado metodologicamente pela delimitação do mundo tropical de acordo com os princípios da «geografia tropical francesa». Deste modo, a elegibilidade dos manuscritos relacionados com o «mundo tropical» resultou da apreciação da escala espacial de referência de cada documento, obtida através de uma «triagem» qualitativa do título, resumo ou palavras-chave, quando existentes, da leitura do corpo do texto ou da observação das suas ilustrações. Importa, contudo, sublinhar que os contributos de natureza mais teórico-metodológica e mesmo temática (homenagens a investigadores ou instituições) dificultaram a identificação do âmbito espacial desses textos, motivo pelo qual – salvo se surgissem referências inteligíveis à produção científica sobre regiões tropicais, como sucedeu, por exemplo, nos números temáticos dedicados às regiões tropicais em 1983 e a Ilídio do Amaral em 1999 – foram excluídos da amostra final. Esta etapa resultou na consulta de 1.406 manuscritos, dos quais 168 (11.9%) foram incluídos na análise por tratarem uma temática relacionada com, pelo menos, um território tropical.
- 10 Em segundo lugar, estruturou-se uma base de dados na qual se caracterizaram os documentos elegíveis com os seguintes dados bibliográficos: data de publicação, tipologia documental, título, nome do(s) autor(es) e país de afiliação institucional do primeiro autor, âmbito espacial do(s) caso(s) de estudo(s), área temática abordada, idioma de publicação, volume e número da publicação, número total de ilustrações, distribuído em fotografias, mapas/plantas, imagens de satélite ou similares, outras figuras e quadros, e, ainda, uma breve caracterização semântica dos manuscritos. No caso do atributo «tipologia documental», a categorização definida atendeu às alterações registadas na organização das secções editoriais da *Finisterra*. Por um lado, a secção das «Notas e Recensões», assim designada entre 1966 e 1994, dividiu-se em duas secções autónomas, sendo que a rubrica «Recensões» se fragmentou em «Sínteses bibliográficas» e «Atualizações bibliográficas», enquanto a secção «Notas» viria a ser extinta em 2012. A partir de 1995, extinguiram-se as rubricas «Elementos estatísticos» e «Documentos para ensino», as quais foram substituídas pela secção «Notícias» (Alcoforado et al., 2015). Por isso, as tipologias documentais reduziram-se, neste estudo, a «Artigos» e «Notícias/Recensões/Notas», esta última incluindo os «Elementos estatísticos» e os «Documentos para ensino», por forma a garantir a comparabilidade longitudinal dos resultados. Por outro lado, as categorias definidas em «temática abordada» resultaram de uma adaptação das tipologias concebidas por Mariano Feio

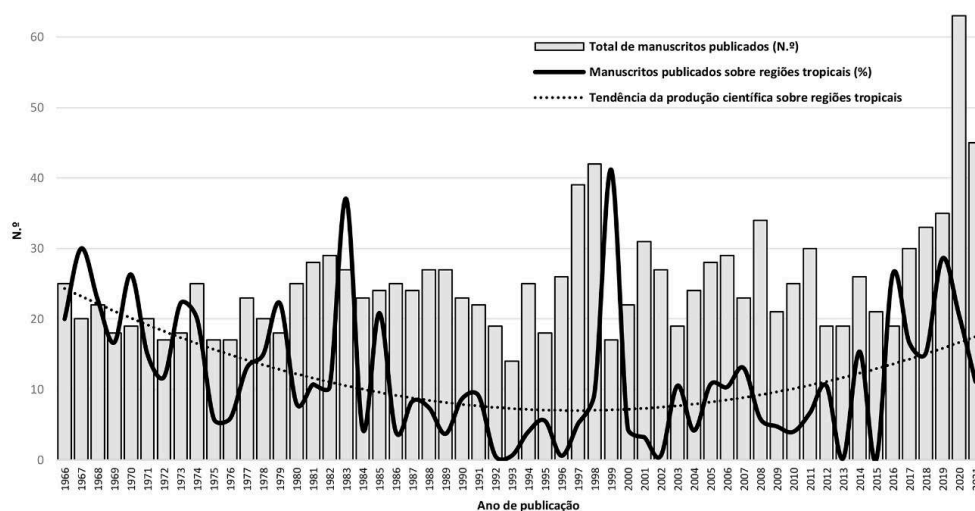
(1914–2001) (Lautensach e Feio, 1948) e aplicadas noutros estudos mais recentes (Paiva et al., 2019). Por fim, os atributos semânticos dos textos foram utilizados para identificar alterações no discurso escrito dos trabalhos publicados entre 1966 e 2021, possibilitando, desse modo, a diferenciação lexical entre os documentos produzidos em contexto colonial e outros, mais recentes, enquadrados por um desmoronamento dos estudos geográficos tropicais e por uma renovação epistemológica que envolve alguma incorporação de reflexões pós-coloniais (Power e Sidaway, 2004; Pimenta et al., 2011).

Difusão do conhecimento geográfico sobre regiões tropicais na Finisterra: produção, autores mais influentes e estrutura intelectual

Ritmos de produção científica sobre regiões tropicais: temporalidades e espacialidades

- 11 Desde a sua fundação, em 1966, a produção científica sobre regiões tropicais difundida através da *Finisterra* tem apresentado ritmos temporalmente irregulares e heterogêneos (Figura 2). Se, por um lado, esta produção científica parece ter atingido um «período dourado» ainda durante a fase de institucionalização da revista (1966-1975), observou-se, por outro lado, um declínio significativo no volume de publicações sobre regiões tropicais desde o último quartel do século XX, tendência que se acentuou na transição para o novo milénio. No entanto, os ritmos de produção científica recentes parecem sugerir uma inflexão no número de manuscritos produzidos sobre regiões tropicais, aventando-se, nos últimos anos, uma hipótese de revalorização científica das publicações que têm como objeto de estudo os territórios tropicais.

Figura 2. Ritmos de publicação científica sobre as diversas regiões tropicais na *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, 1966-2021



Elaboração própria

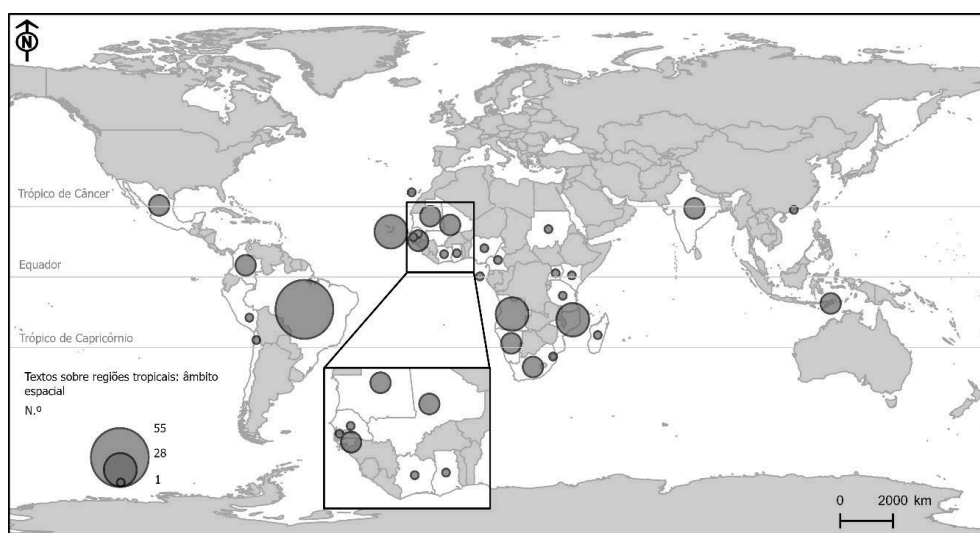
- 12 Idealizada, desde o seu primeiro número, enquanto plataforma de encontro e disseminação de estudos geográficos com aspirações nacionais e internacionais (Ribeiro, 1966a), foi durante o período de institucionalização da *Finisterra* no contexto

da geografia portuguesa que se registou o maior volume relativo de publicações sobre regiões tropicais. Durante este período, publicaram-se aproximadamente duas centenas de trabalhos, dos quais 39 (19.4%) – 21 artigos e 18 notas/recensões/notícias – ocupavam-se de alguma problemática relacionada com os territórios tropicais.

- 13 A relevância científica atribuída na *Finisterra* aos territórios tropicais entre 1966 e 1975 é indissociável dos retos e, sobretudo, das ajudas financeiras públicas que apoiaram a realização de várias missões de investigação científica aos territórios tropicais do então «Portugal ultramarino», as quais foram fortemente impulsionadas, primeiro, pela Junta das Missões Geográficas e de Investigação Coloniais e, depois, pela renomeada Junta das Investigações do Ultramar (I. Amaral, 1983a). Destacam-se, por exemplo, a Missão de Geografia à Guiné (1947), a Missão de Geografia de Cabo Verde (1952-1953), a Missão de Geografia à Índia (1955-1956) e, sobretudo, as várias missões que ambicionavam dissolver uma «grave lacuna» nos contributos portugueses para o conhecimento dos territórios coloniais de Angola (1958-1973) e Moçambique (1961-1969), situação que, suportada pelo nacionalismo científico do Estado Novo, legitimou a criação do Agrupamento Científico de Preparação de Geógrafos para o Ultramar (ACPGU, 1958-1973), da Missão de Estudos de Geografia Física do Ultramar (MEGFU, 1958-1961) e da importante Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar (MGFHU, 1961-1973) (Havik e Daveau, 2011; Sarmiento, 2022).
- 14 Neste contexto, não surpreende que, entre 1966 e 1975, os trabalhos publicados na *Finisterra* sobre regiões tropicais se centrem nos territórios coloniais portugueses, com destaque para Angola (14 textos), Cabo Verde (4 textos), Guiné-Bissau (3 textos), Moçambique (3 textos), Macau, Índia e Timor-Leste (3 textos), além do Brasil (8 textos) (Mapa 1 e Figura 3). Realça-se, ainda, a importância de outros territórios africanos, sobretudo da África subsariana na sequência das missões realizadas por Suzanne Daveau à Mauritânia (1958 e 1960-1967), Mali (1956) ou Senegal (1956 e 1959) e sobre os quais se publicaram vários trabalhos que analisaram processos geomorfológicos nestes territórios (Daveau, 1966; 1967; Garcia, 1997).
- 15 Além de sublinharem a orientação editorial gizada por Ribeiro para a *Finisterra*, revista que deveria funcionar, também, «como uma janela para o mundo» ultramarino (Ribeiro, 1966a: 5), estas espacialidades refletem ainda o impulso científico desencadeado pelas missões de investigação criadas e subsidiadas pela Junta de Investigações do Ultramar. Por exemplo, as publicações sobre Angola publicadas na *Finisterra* entre 1966 e 1975 (14 trabalhos) e entre 1976 e 1985 (9 trabalhos) traduzem a importância das missões científicas chefiadas por Orlando Ribeiro (1958-1973) e Mariano Feio (1958-1961) e que foram desenvolvidas, em distintos momentos, por investigadores-adjuntos e bolseiros do CEG-ULisboa (I. Amaral, 1971, 1978, 1983b; Brito, 1970; Feio, 1966, 1970; Guerreiro, 1966, 1971; I. Medeiros, 1972; Silva, 1975). Também as missões de estudo realizadas a Moçambique (1961-1969) contribuíram para o volume de publicações entre 1966 e 1975 e, sobretudo, entre 1976 e 1985 sobre este antigo território colonial português (I. Amaral, 1969; Moreira, 1974, 1983a, 1983b; Sarmiento e Brito-Henriques, 2013). Torna-se, assim, evidente a existência de um desfasamento temporal importante entre os períodos durante os quais se realizaram as missões de campo nos antigos territórios coloniais, nas quais se recolhiam *in loco* os dados primários que sustentavam as investigações em curso, e a publicação desse material na *Finisterra*, que acompanha, com uma forte expressão editorial, não só o contexto de transição político-institucional, mas também após os processos de independência

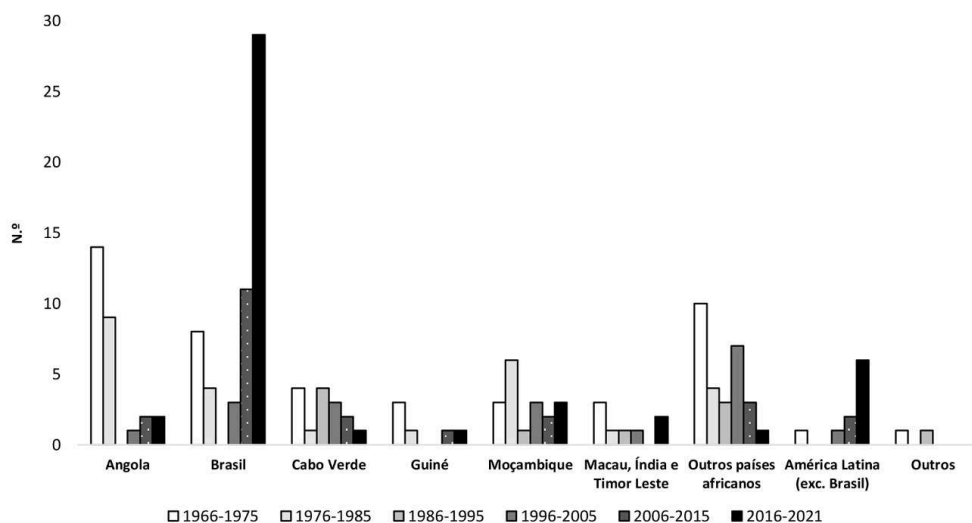
desses territórios. No entanto, nota-se que os eventuais contributos decorrentes das anteriores missões de Geografia à Guiné, à Índia e a São Tomé e Príncipe constituem um *corpus* científico relativamente reduzido no fluxo editorial da *Finisterra*. Se, por um lado, esta revista fora apenas fundada em 1966, por outro, outras plataformas, entre as quais a *Garcia de Orta: Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar* (1953-1972) e a *Geographica: Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa* (1965-1973), constituíram canais privilegiados para a difusão do conhecimento destas missões, incluindo aquelas que decorreram em São Tomé e Príncipe (Brito, 1956, 1965, 1966a, 1966b, 1971; Feio, 1956, 1964; Ribeiro, 1956, 1961).

Mapa 1. Âmbito espacial dos manuscritos sobre as diversas regiões tropicais publicados na *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, 1966-2021



Elaboração própria

Figura 3. Número total de manuscritos sobre as diversas regiões tropicais publicados na *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, 1966-2021



Número total de manuscritos sobre as diversas regiões tropicais publicados na *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, 1966-2021, por âmbito espacial e década

Elaboração própria

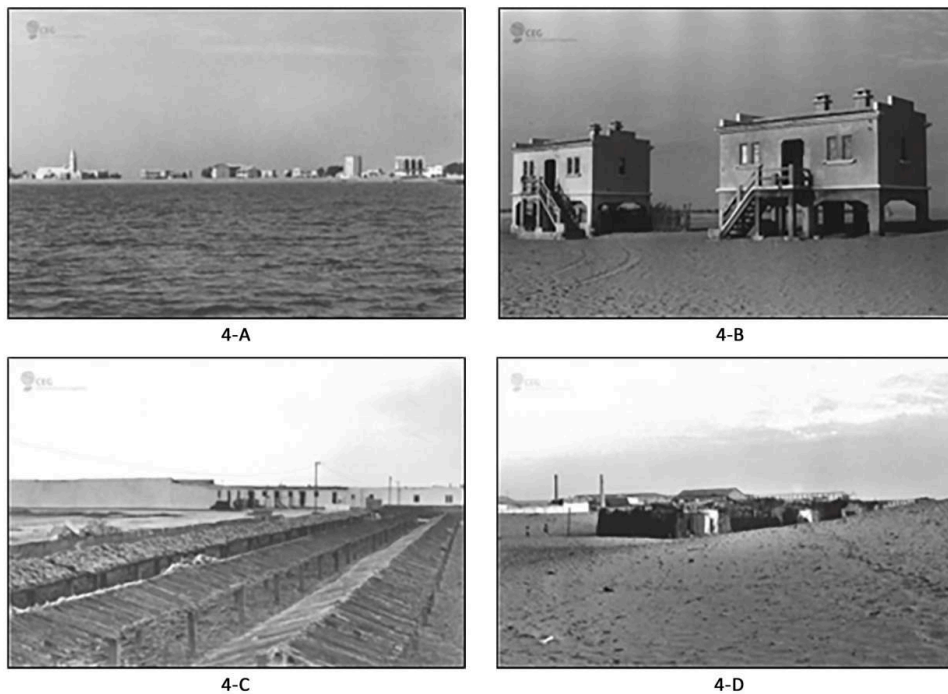
- 16 Embora o período de institucionalização da *Finisterra* coincida com o auge da produção científica sobre regiões tropicais, observa-se que entre 1966 e 1975 o peso relativo da designada «Geografia tropical» descrevia já uma trajetória descendente. Tal vocação parece ser sintomática das reverberações que a guerra do Ultramar (1961-1974) em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique e a subsequente autodeterminação dos territórios da Guiné-Bissau (1974) e de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe (1975) desempenharam na inviabilidade operacional dos estudos geográficos nestes territórios.
- 17 Esta sucessão de acontecimentos resultou no decréscimo do número de trabalhos sobre regiões tropicais publicados na *Finisterra* entre 1976 e 1985. Neste período, apesar do aumento da publicação científica global na *Finisterra*, com mais de 230 textos distribuídos por 20 números, o volume de trabalhos que analisava regiões tropicais, por um lado, reduziu-se ligeiramente, não ultrapassando os 35 manuscritos (15.0%); por outro, inscreveu uma inflexão na preeminência editorial dos artigos científicos – tradicionalmente a tipologia de documento privilegiada para a disseminação de resultados de investigações empíricas apoiadas em trabalho de campo – e a sua transferência para a secção de notas/recensões/notícias (26 manuscritos).
- 18 A trajetória longitudinal dos ritmos de produção científica sobre regiões tropicais na *Finisterra* entre 1976 e 1985 não pode ser dissociada das metamorfoses ocorridas no sistema político português desde 1974, caracterizadas simultaneamente por rasgos de uma progressiva aproximação – acompanhada de um pedido de adesão à Comunidade Económica Europeia em 1977 – às democracias liberais europeias e, sobretudo, a independência das «Províncias Ultramarinas» em África. Os processos de democratização e descolonização, consagrados com a revolução de abril de 1974, obrigaram a repensar as linhas e as prioridades paradigmáticas de investigação científica da geografia portuguesa. Embora se tenha postulado uma relação *quasi*-natural entre os processos de democratização e de autodeterminação dos territórios coloniais portugueses e a dissolução da linha de investigação geográfica sobre regiões tropicais (Sarmiento, 2019), uma leitura complementar, apoiada pelos ritmos de publicação sobre regiões tropicais na *Finisterra*, permite aferir que uma parte relevante dos manuscritos sobre territórios ultramarinos portugueses foi publicada entre 1976 e 1985, isto é, no período subsequente aos processos de independência.
- 19 O âmbito espacial dos manuscritos publicados entre 1976 e 1985, apesar de validar a hipótese do progressivo declínio científico dos estudos sobre regiões tropicais, mantém-se relativamente inalterado em comparação com o período 1966-1975, continuando a predominar problemáticas relacionadas com Angola (9 textos, menos 5 em comparação com o período 1966-1975) e Moçambique, que duplicou, entre 1976 e 1985, a sua representação editorial na *Finisterra* (6 textos). Importa, contudo, sublinhar a acentuada redução do interesse científico pelos restantes antigos territórios coloniais, nomeadamente Cabo Verde, Guiné-Bissau e «Índia Portuguesa», com 1 manuscrito cada, e ainda sobre o Brasil, que registou uma redução de 8 para 4 manuscritos entre 1966-1975 e 1976-1985.
- 20 Esta evolução espaço-temporal da produção científica sobre regiões tropicais encontra-se associada ao término das missões científicas financiadas pela Junta das Investigações do Ultramar na sequência do colapso do «Portugal ultramarino». Em resultado disso, assistiu-se, por um lado, a uma redução no volume de artigos científicos sobre regiões tropicais entre 1976 e 1985, circunstância que foi, contudo,

contrabalançada pelo aumento notável de textos na secção das notas/recensões/notícias. Para esta inflexão contribuíram os trabalhos submetidos a provas de doutoramento na Universidade de Lisboa, elaborados no quadro das atividades de investigação do ACPGU (1958-1973) e da MGFHU (1961-1973), e que foram objeto de recensões nas páginas da *Finisterra*, somando-se as já habituais leituras críticas das recentes obras de referência sobre climatologia ou geomorfologia tropicais (I. Amaral, 1983c; Ferreira, 1982; Ollier, 1983, 1985). Destacam-se, por exemplo, as recensões da tese de doutoramento de Carlos Alberto Medeiros (n. 1943) sobre a colonização dos planaltos angolanos da província da Huíla (C.A. Medeiros, 1976; Brito, 1977), o estudo geomorfológico sobre a bacia do rio Umbelúzi assinado por Maria Eugénia Moreira (n. 1945), «começado em 1973, em Moçambique» (I. Amaral, 1980: 276), ou ainda o trabalho de Maria Clara Mendes (n. 1947), centrado nas problemáticas urbanas da cidade colonial de Maputo (antiga Lourenço Marques), com o «essencial dos dados mais recentes referidos a 1973» (C.A. Medeiros, 1980a: 280; Mendes, 1979).

- 21 Além do que já era possível aclarar nos trabalhos recenseados, a extinção das missões científicas ao antigo ultramar português permitiu, também, animar a hipótese de desmantelamento da linha de investigação sobre regiões tropicais ao observar-se um desfazamento importante entre o período de referência de recolha dos dados primários que sustentavam as investigações e a sua respetiva publicação na *Finisterra*. Por exemplo, os estudos que Ilídio do Amaral publicou entre 1976 e 1985 sobre o processo de urbanização em Angola incluem os perfis urbanos de algumas cidades angolanas em 1965 e a planta funcional de Luanda, datada de 1968 (I. Amaral, 1978). Num outro estudo, Ilídio do Amaral (1983b: 315) acautelou que a análise elaborada sobre a evolução demográfica dos musseques de Luanda resultara maioritariamente da consulta de materiais produzidos nos anos 1960 e 1970, referindo-se à «nossa amostragem de 1964», realizada no âmbito dos trabalhos do ACPGU e nos quais Amaral colaborou, primeiro, como bolseiro e, depois, como adjunto (Oliveira, 2017). Por sua vez, o contributo de Carlos Alberto Medeiros sobre o povoamento da Baía dos Tigres, em Angola, permite também consolidar a hipótese anterior, não só porque, neste manuscrito, Medeiros (1978: 128) indica que o trabalho de campo se terá realizado «[p]or volta de 1973-74», mas também porque as fotografias aí publicadas foram registadas nesse período (Figura 4). Também alguns dos trabalhos assinados por Maria Eugénia Moreira nos anos 1980, produzidos no âmbito do seu doutoramento sobre aspetos geomorfológicos do litoral de Moçambique, apoiaram-se em «observações de campo [que] foram realizadas entre 1972 e 1975» (Moreira, 1983a: 223) (Figura 5). Este conjunto de trabalhos, que foram apenas publicados após a independência das antigas colónias portuguesas em África, revela as adversidades experienciadas pelos investigadores portugueses em garantir a continuidade dos seus estudos científicos nos antigos territórios coloniais na sequência dos conturbados processos de independência, do enfraquecimento das instituições portuguesas em África e da transição democrática então em curso (Feio, 1982, Sarmiento, 2019).
- 22 Foi, contudo, entre 1986 e 1995 que se registou uma decadência significativa em torno do projeto científico sobre regiões tropicais nos moldes até então seguidos pela *Finisterra*, porquanto o volume de trabalhos sobre territórios tropicais correspondeu apenas a 5.4% (12 textos) do volume total de publicações nesse período. Esta evolução, que sugere o rápido desmoronamento do projeto de investigação tropical da «Escola Geográfica de Lisboa», surge relacionada com a referida mudança do foco geopolítico da investigação publicada na *Finisterra* do «mundo tropical» para a Europa na sequência da

adesão portuguesa à Comunidade Económica Europeia, em 1986 (Alves, 1986; I. Amaral, 1986; Paiva e Oliveira, 2021). Esta reconfiguração escalar do conhecimento produzido pela geografia portuguesa já se adivinhava no início dos anos 1980 quando foram organizados os primeiros colóquios ibéricos de geografia em Salamanca (1979) e em Lisboa (1980). Concebidos enquanto microespaços para incentivar o convívio científico entre duas comunidades epistémicas que, apesar de terem partilhado influências vidalianas comuns, pouco haviam colaborado, a realização destes colóquios constituiu, também, uma tentativa de aproximar os geógrafos espanhóis e portugueses e as suas problemáticas de estudo daquelas que eram praticadas «num quadro europeu bem individualizado» (C.A. Medeiros, 1980b: 261). Além do advento de uma orientação europeísta na produção científica publicada na *Finisterra*, o desmoronamento do projeto científico tropical, neste período, deveu-se, também, à consolidação de uma reconfiguração político-ideológica que se procurava distanciar dos ensaios geográficos que tinham como objeto de estudo os antigos territórios coloniais, na medida em que a continuidade de tal empresa científica constituía um prolongamento de um certo «nacionalismo científico-institucional» que se alicerçava numa visão imperialista, influenciada por leituras neocoloniais, na produção do conhecimento geográfico sobre esses territórios.

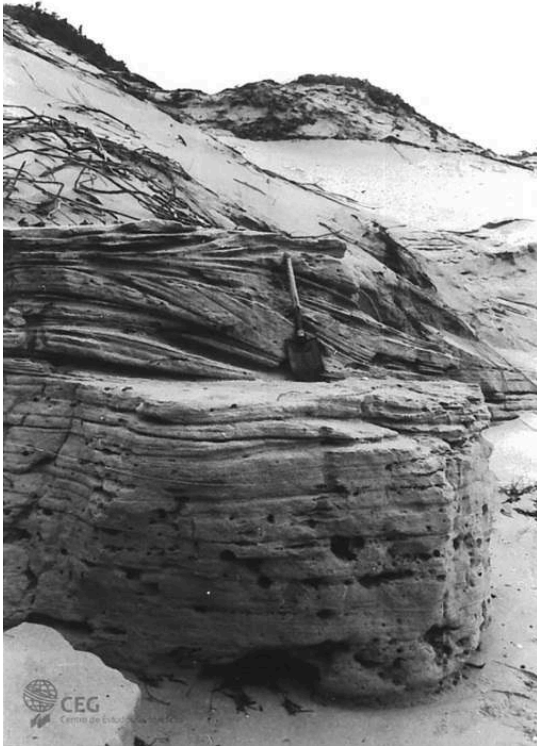
Figura 4. Povoamento na cidade de São Martinho dos Tigres, Baía dos Tigres, Angola (1973-74) com fotografias de Carlos Alberto Medeiros publicadas na *Finisterra*, XIII, 25 (1978)



4-A: Aspeto da povoação vista do mar; 4-B: Casas sobre pilares e com escada exterior; 4-C: Giraús duma fábrica da Baía dos Tigres; 4-D: Esboço de muceque junto a uma fábrica

4A (Fototeca CEG-IGOT-ULisboa, F19507) ; 4B (Fototeca CEG-IGOT-ULisboa, F19505) ; 4C (Fototeca CEG-IGOT-ULisboa, F19508) ; (Fototeca CEG-IGOT-ULisboa, F19506)

Figura 5: Pormenor de estratificação do grés costeiro na costa leste da Península de Bartolomeu Dias, Moçambique (1974)



Pormenor de estratificação do grés costeiro na costa leste da Península de Bartolomeu Dias, Moçambique (1974)

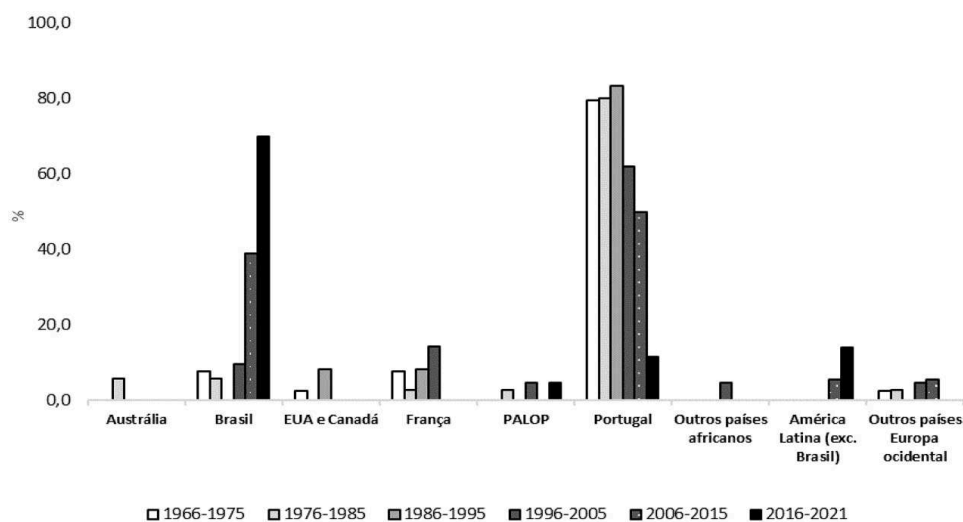
Fotografia de Maria Eugénia Moreira. Fototeca CEG-IGOT-ULisboa F19230

- 23 Numa apreciação do âmbito espacial dos artigos publicados entre 1986 e 1995 sobre regiões tropicais, é notório o declínio no número de trabalhos que têm como objeto de estudo os antigos territórios coloniais. Por um lado, a produção científica sobre Angola, que representava 14 textos entre 1966 e 1975, era já inexistente vertidas duas décadas, tendência igualmente seguida pela Guiné-Bissau e, ainda que em menor magnitude, por Moçambique (1 texto) e por outros países africanos (3 textos). Por outro lado, entre 1986 e 1995, aumentou o volume de publicações sobre Cabo Verde (4 textos), justificado não só com a severidade da situação de seca meteorológica vivida no arquipélago desde 1968 (Ferreira, 1987) ou com estudos de aprofundamento de processos geomorfológicos em algumas ilhas (Daveau, 1988), mas também com debates sobre os efeitos da erupção vulcânica na ilha do Fogo, em abril de 1995 (Correia & Costa, 1995). Finalmente, a leitura complementar oferecida por Alcoforado et al. (2015) permite demonstrar que, desde 1986, um progressivo interesse pelas problemáticas relacionadas com os processos de integração/convergência nas regiões europeias em detrimento de outras que versavam sobre territórios tropicais se consolida na linha editorial da *Finisterra*.
- 24 No entanto, e contrariando as tendências de declínio da produção científica sobre regiões tropicais registadas desde o último quartel do século XX, tem-se descoberto, mais recentemente, uma progressiva revalorização das problemáticas relacionadas com o «mundo tropical» na *Finisterra*. Esta empresa científica iniciou-se na transição para o século XXI, consolidou-se entre 2006 e 2015 e tem-se intensificado notavelmente desde 2016 (19.1% dos 225 textos entre 2016 e 2021) ao permitir embargar um período prolongado de desinteresse académico pelo «mundo tropical» e revitalizar a sua

relevância editorial, atualmente idêntica à inscrita na fase de institucionalização da *Finisterra* (19.4% do volume total de publicações entre 1966 e 1975).

- 25 Esta transição recente no volume de produção científica não deve, ainda assim, ser interpretada como um retorno ou revisionismo dos paradigmas de «Geografia tropical» consagrados pelos geógrafos associados à «Escola Geográfica Lisboa» no penúltimo quartel do século XX – que, juntamente com autores com afiliação institucional francesa, dominaram a linha editorial da *Finisterra* até ao final do século XX – e que permitiram aprofundar o conhecimento sobre regiões tropicais num contexto de colonialismo tardio em África (Figura 6). Pelo contrário, o aumento relativo nesta produção científica é justificado pela crescente incorporação das problemáticas académicas contemporâneas relacionadas com o «sul-global» e com a América Latina, em geral, e com o Brasil, em particular, no fluxo editorial da *Finisterra*. Por conseguinte, o número de manuscritos que, entre 2016 e 2021, tinham o Brasil como objeto de estudo representava cerca de 67% dos trabalhos sobre regiões tropicais publicados na *Finisterra*, seguido de outros países da América Latina (14.0%), como a Colômbia ou o México. Sem surpresa, os primeiros autores de cerca de 70% dos textos publicados sobre regiões tropicais, entre 2016 e 2021, estavam associados a, pelo menos, uma instituição de I&D brasileira e não, como sucedia nas primeiras décadas de publicação da *Finisterra*, à designada «Escola Geográfica de Lisboa».

Figura 6. Manuscritos sobre as diversas regiões tropicais publicados na *Finisterra* – *Revista Portuguesa de Geografia*



Por país de afiliação institucional do primeiro autor e década (%)

Elaboração própria

- 26 As metamorfoses aqui evidenciadas resultam de uma preferência dos autores brasileiros e, em menor magnitude, de outros autores afiliados em instituições da América Latina em publicarem em revistas portuguesas de Geografia, designadamente na *Finisterra*, não só por constituir uma oportunidade que lhes permite difundir as suas investigações na língua materna – 79.1% dos trabalhos sobre regiões tropicais, entre 2016 e 2021, foram redigidos em português –, mas também porque a revista oferece um conjunto de vantagens competitivas associadas à divulgação dos manuscritos em sistema de acesso aberto. Por outro lado, embora a opção de determinados autores em

publicarem as suas investigações em revistas científicas portuguesas possa simbolizar um movimento de resistência contra o «colonialismo epistémico», que estimula, no essencial, a publicação em revistas anglófonas de ampla projeção internacional (Sparks, 2021), o aumento assinalável da publicação científica sobre regiões tropicais na última década – e, também, a sua redação em língua castelhana (11.6%) e até inglesa (9.3%) – parece coincidir com a indexação da *Finisterra* nas bases de dados bibliográficas de maior projeção internacional, tais como a Scopus (2013) e a *Web of Science* (2015), além da sua presença em outras plataformas relevantes à escala regional, nomeadamente na *WebQualis*, no Brasil, ou na *Latindex*, no espaço ibero-americano.

Vidas e obras dedicadas às regiões tropicais: padrões espaço-temporais de produção científica e contributos para a geografia do «mundo tropical»

- 27 A evolução longitudinal da produção científica sobre regiões tropicais publicada na *Finisterra* demonstrou, se algo mais, que o contacto privilegiado e relativamente alargado dos académicos associados à «Escola Geográfica de Lisboa» com os trópicos contribuiu para a fabricação de um intenso debate académico em torno das regiões tropicais que se estendeu, no essencial, desde o rebento editorial da *Finisterra* e se prolongou, no contexto e condições atrás referidas, além das «guerras de libertação» nas antigas colónias portuguesas em África. Assim, não surpreende que os autores com maior produção sobre regiões tropicais na *Finisterra* tenham publicado a maioria dos seus trabalhos entre os anos 1960 e 1990 (Quadro 1 e Figura 7).

Quadro 1: Autores com maior produção científica sobre regiões tropicais na *Finisterra* – *Revista Portuguesa de Geografia*, 1966–2021

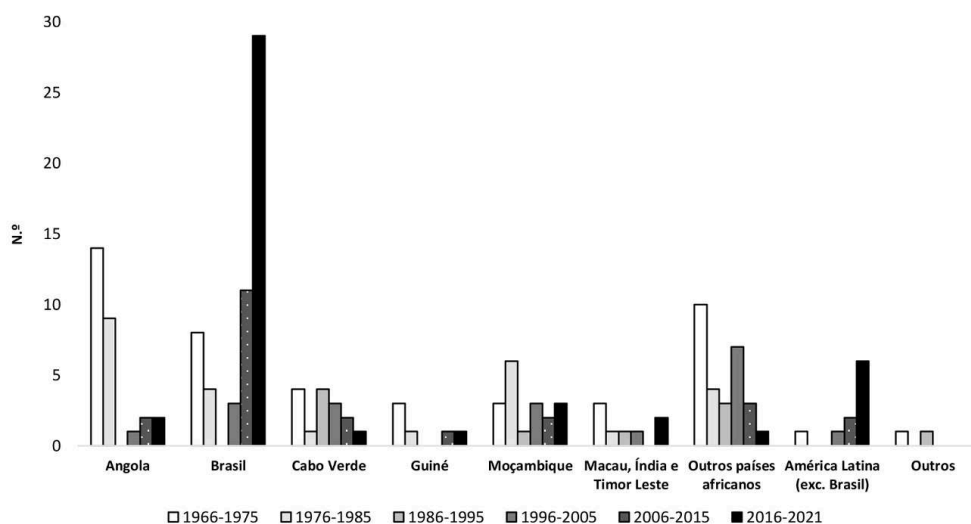
Autor/a	Vida	N.º total de textos	N.º total de textos sobre trópicos	% de textos sobre trópicos	Primeiro texto na <i>Finisterra</i>	Último texto na <i>Finisterra</i>
Ilídio do Amaral	1926–2017	64	19	29.7	1966	2008
Suzanne Daveau	1925–...	100	10	10.0	1966	2016
Carlos Alberto Medeiros	1943–...	35	10	28.6	1966	2013
Isabel Marques Medeiros	1939–...	10	8	80.0	1970	2011
Maria Eugénia Moreira	1945–...	16	5	31.3	1974	2005

Orlando Ribeiro	1911–1997	56	5	8.9	1966	1985 ¹
Orlando Valverde	1917–2006	4	4	100.0	1967	1977
António Costa	N/A	3	3	100.0	1981	1983
Denise de Brum Ferreira	1947–...	21	3	14.3	1980	2007
Mariano Feio	1914–2001	15	3	20.0	1966	1997

Foram publicados, a título póstumo, vários manuscritos assinados por Orlando Ribeiro que não foram considerados para a contextualização cronológica aqui apresentada, embora tenham sido integrados no volume total de produção científica. Além de duas notas assinadas e/ou traduzidas por Medeiros (Ribeiro, 2001 [1989]) e Daveau (Ribeiro, 2002 [1984]), o número 85 da *Finisterra*, editado em 2008, foi parcialmente dedicado a Ribeiro. Nessa edição, publicaram-se 5 manuscritos originais, datados ou retocados, na sua maioria, nos anos 1960 e 1970.

Elaboração própria

Figura 7. Perfis longitudinais dos autores com maior produção científica sobre regiões tropicais publicada na *Finisterra* – Revista Portuguesa de Geografia, 1966–2021



Elaboração própria

- 28 Os perfis longitudinais dos autores com maior volume de publicações sobre regiões tropicais permitiram identificar duas gerações de académicos que, embora de reduzida dimensão, contribuíram para a produção de conhecimento sobre estas regiões. Tendo assinado, em conjunto, cerca de quatro dezenas de textos, destacam-se, nesta primeira geração de geógrafos, Orlando Ribeiro e os seus colaboradores mais próximos, nomeadamente Mariano Feio, que coordenou a MEGFU, Ilídio do Amaral, que colaborou nas atividades do ACPGU e da MGFHU, e Suzanne Daveau. Acrescem a estes os trabalhos do brasileiro Orlando Valverde (1917-2006), especialista em geografia agrária tropical

(Valverde, 1967, 1968, 1977). Estes cinco geógrafos, quatro dos quais associados à «Escola Geográfica de Lisboa», foram responsáveis por 24.4% do volume total de trabalhos publicados sobre regiões tropicais na *Finisterra* entre 1966 e 2021, realçando-se os períodos entre 1966 e 1975 (46.2%) e 1976 e 1985 (42.9%), durante os quais se destacou a produção de Ilídio do Amaral (19 textos) e de Suzanne Daveau e Carlos Alberto Medeiros, ambos com 10 textos.

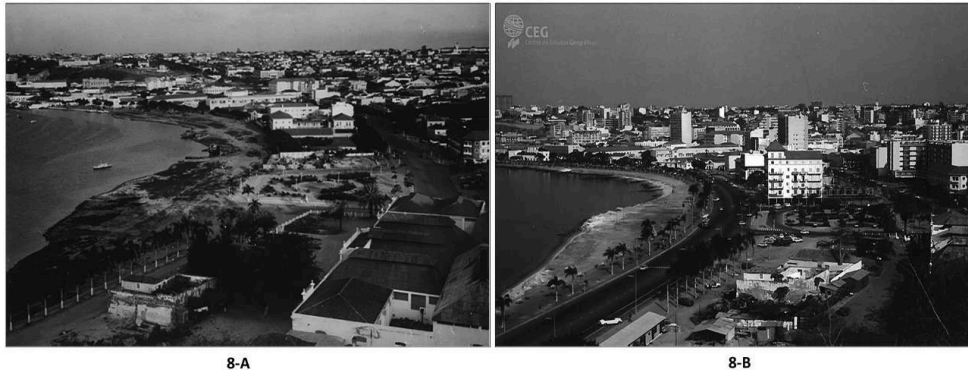
- 29 O interesse por uma linha de investigação sobre regiões tropicais no CEG-ULisboa orbita em torno de Orlando Ribeiro e remonta a 1935, ano em que concluiu o seu doutoramento e participou em incursões pelos então territórios portugueses em África. Na década seguinte, já integrado nos debates promovidos pela Junta de Investigações Coloniais, Ribeiro defendeu a necessidade de se produzir conhecimento científico sobre o «Ultramar português», tendo daí resultado a criação das missões de geografia na Guiné, Índia e em Angola e Moçambique, sediadas no entretanto criado CEG-ULisboa e várias das quais dirigidas pelo próprio Ribeiro. Pese embora a escassa produção científica de Orlando Ribeiro na *Finisterra* sobre regiões tropicais – 5 textos entre 1966 e 1979 –, nela acaba por dedicar menos atenção a África ao privilegiar as temáticas da geografia regional da América Latina, em geral, e do Brasil, em particular. Se, por um lado, este padrão de produção científica se correlaciona com as viagens de estudo que realizou ao Brasil nos anos 1950 – onde foi recebido pelo geógrafo Aroldo de Azevedo (1910-1974), a quem dedicou a sua primeira recensão na *Finisterra* (Ribeiro, 1966b) –, por outro lado, a participação de Ribeiro na Conferência Regional Latino-americana da União Geográfica Internacional, em 1966, no México, parece ter motivado o geógrafo a publicar na *Finisterra* uma versão alargada da comunicação que apresentou acerca da leitura comparada da ocupação do solo e das técnicas agrícolas aplicadas na «América tropical» (Ribeiro, 1967; Oliveira, 2019). As temáticas tropicais retornariam à atenção de Ribeiro nos anos 1970, com a publicação de uma recensão sobre a geomorfologia da Baixada da Guanabara, no Rio de Janeiro, local que visitou em 1952 e 1956, e outra dedicada ao estudo etnográfico que o seu colaborador Manuel Viegas Guerreiro (1912-1997), após dificuldades na condução da investigação em Moçambique, acabou por consagrar à propriedade e à aquisição de bens na sociedade boximane, em Angola (Guerreiro, 1966; Ribeiro, 1970, 1979).
- 30 Convidado como assistente e colaborador de Orlando Ribeiro em 1944, a vida científica de Mariano Feio foi preenchida por vários contributos na área da geomorfologia, tendo, desde logo, elaborado o doutoramento, em 1952, sobre a evolução do relevo nas regiões portuguesas do Baixo Alentejo e Algarve (Daveau, 2002). Também a sua produção científica na *Finisterra*, incluindo a pouca que dedicou ao «mundo tropical», revela o interesse de Feio por processos geomorfológicos, do qual resultou a autoria de três textos entre 1966 e 1982. Estes trabalhos surgem na sequência da coordenação da MEGFU e da sua colaboração, como adjunto, na MGFHU, nas quais terá cumprido dois anos de trabalho de campo, repartidos entre 1958 e 1966, que lhe permitiram concluir um notável inquérito geomorfológico de Angola (Daveau, 1985a). Os seus contributos na *Finisterra* ilustram os resultados da pesquisa geomorfológica que aí realizou ao sintetizarem aspetos da escadaria de aplanações do sudoeste de Angola e a sua influência na evolução do relevo dessa região (Feio, 1966), ao traçarem a evolução complexa do rio Cunene (Feio, 1970) e ao explorarem o curso subterrâneo do rio Ngunza, tido como um fenómeno «raro e interessante» inicialmente observado duas décadas antes (Feio, 1982: 153). Vale notar que, embora Feio tenha percorrido a «Índia

Portuguesa» em 1955 e 1956, os desfechos dessa missão estão ausentes das suas publicações na *Finisterra*, tendo sido privilegiados outros canais de difusão (Feio, 1956, 1979).

- 31 Os perfis longitudinais identificados nesta análise bibliométrica permitem concluir que o «saber geográfico tropical» produzido pela «Escola Geográfica de Lisboa» é inseparável da figura de Ilídio do Amaral, responsável por uma das mais numerosas obras científicas dedicadas ao «mundo tropical», sobretudo nos domínios da geomorfologia e da geografia urbana (Alcoforado, 2017; Oliveira, 2017). Dois anos após ter defendido, na Universidade de Lisboa, a sua tese de licenciatura sobre a cidade de Luanda, de onde era natural, Ilídio do Amaral iniciou, em 1958, a sua carreira docente e de investigação no CEG-ULisboa, tendo colaborado como bolseiro e, depois, como adjunto no ACPGU e na MGFHU, mecanismos no âmbito dos quais pretendia elaborar o seu doutoramento sobre a geomorfologia do norte de Angola (A. Amaral, 1999). No entanto, na sequência da eclosão dos movimentos independentistas naquele território, Ilídio do Amaral acabou por realizar uma monografia sobre a ilha cabo-verdiana de Santiago (I. Amaral, 1964), à qual dedicou, particularmente aos seus aspetos geomorfológicos, um vasto conjunto de trabalhos não só na *Finisterra* (I. Amaral, 1967), mas sobretudo na *Garcia de Orta: Série de Geografia* (I. Amaral, 1974a), revista que Amaral criara em 1973 e à qual confiou a maioria dos seus trabalhos de geomorfologia tropical (I. Amaral, 1973a, 1973b, 1974b). Não obstante, também a produção científica de Ilídio do Amaral na *Finisterra* certificou o seu interesse por aquele ramo disciplinar não só através da publicação de um conjunto de recensões onde refletia sobre o contributo de algumas monografias de doutoramento e obras seminais para o estudo da geomorfologia das regiões tropicais (I. Amaral, 1980, 1983c), mas também através de textos que retomavam e aprofundavam algumas das observações que, em colaboração com Mariano Feio, tinham sido registadas «em caderno de campo durante as pesquisas efetuadas nos anos anteriores [anos 1950 e 1960]» para analisar o padrão de drenagem na bacia do rio Cambongo-Negunzo, em Angola, e a morfogénese das superfícies de aplanção e das formas de relevo de tipo *inselberge* aí existentes (Feio, 1982; I. Amaral, 2006: 26). No entanto, o maior peso do trabalho (10 dos 19 textos editados) assinado por este incansável investigador do «mundo tropical» na *Finisterra* foi dedicado às problemáticas urbanas na África subsariana, com destaque para as cidades de Joanesburgo na África do Sul (I. Amaral, 1966), Beira, em Moçambique (I. Amaral, 1969), e, sobretudo, Luanda (I. Amaral, 1971, 1978, 1983b). Todos estes estudos são produto da perspetiva crítica de Ilídio do Amaral na análise das cidades subsarianas ao defender a incorporação de leituras diacrónicas, atentas aos «fenómenos complexos de introdução, sobreposição e justaposição de dois tipos [o tradicional e o colonial] muito diferentes de organização do espaço» (I. Amaral, 1971: 153), para compreender a evolução daquelas cidades, do seu CBD, das relações criadas com o seu *hinterland* e dos problemas próprios do rápido crescimento urbano, como ilustram as reflexões acerca dos musseques em Luanda (I. Amaral, 1978, 1983b) (Figura 8). Este conjunto de estudos «colocou a chamada “Escola de Lisboa” no topo das investigações em Geografia Urbana» (Gaspar, 2017 [2014]: 154). Por fim, o interesse de Ilídio do Amaral pelas questões urbanas conservou-se nos anos 1980 quando publicou três notas sobre obras que documentavam os dilemas das «cidades do “Terceiro Mundo”» (I. Amaral, 1985a, 1985b, 1987). Ainda assim, vale notar que o seu último texto dedicado ao «mundo tropical» na *Finisterra* é revelador de uma certa renovação semântica, concordante com a transição epistemológica em curso nos «estudos tropicais». Além do termo «colonial» ter

desaparecido do léxico, substituíram-se as «cidades do “Terceiro Mundo”» pelas «cidades dos países em desenvolvimento» (I. Amaral, 2005), mudanças que se acentuaram nos seus estudos mais recentes (Gaspar, 2014[2017]; Oliveira, 2017).

Figura 8. Processo de urbanização da cidade de Luanda, Angola (1938-1968)



8-A: Luanda vista da Fortaleza de São Miguel, em 1938 (Fonte: Fototeca CEG-IGOT-Ulissboa: ser. Centro de Informação e Turismo de Angola; 8-B: Luanda vista da Fortaleza de São Miguel, em 1968.

Fotografia de Ilídio do Amaral. Fototeca CEG-IGOT-Ulissboa, IA 1968 – I14.

- 32 À semelhança da obra de Ilídio do Amaral, também as contribuições publicadas na *Finisterra* por Suzanne Daveau figuram entre as mais relevantes na linha editorial sobre regiões tropicais desta revista. Apesar da relação da geógrafa francesa com a «Escola de Lisboa» ter surgido apenas em 1965, o interesse de Daveau pelo «mundo tropical» terá surgido ainda em França na sequência da sua participação num conjunto de expedições nos anos 1950 e 1960 que tinham como destino a designada «África ocidental francesa», no qual se destacaram as repetidas incursões aos territórios do Mali, Mauritânia e Senegal e que se traduziram, logo em 1957, na apresentação de uma tese complementar de doutoramento sobre a geomorfologia da região de Bandiagara, no Mali, a que se seguiu a coordenação dos estudos da dinâmica quarternária na Mauritânia e a atividade docente no Senegal (Garcia, 1997). Neste contexto, os primeiros originais de Suzanne Daveau na *Finisterra*, sempre ilustrados com várias fotografias, foram estudos que examinaram aspetos morfogenéticos dos planaltos de arenitos e a sua ocupação humana no Mali e Mauritânia (Daveau, 1966) e uma leitura comparada das paisagens geomorfológicas na «África ocidental francesa» e no nordeste brasileiro, que visitou em 1965 (Daveau, 1967). O último destes trabalhos compõe uma versão ampliada do resumo apresentado um ano antes, no México, por ocasião da Conferência Regional Latino-americana da União Geográfica Internacional, onde esteve com Orlando Ribeiro. Os artigos de Daveau sobre geomorfologia das regiões tropicais na *Finisterra* reapareceram apenas nos anos 1980 após a realização de uma curta viagem ao arquipélago de Cabo Verde em 1985, no âmbito da qual estudou formas de erosão fluvial e os efeitos desta nos fundos de vales e na atividade humana da ilha de Santo Antão (Daveau, 1988). Durante este interregno, apesar de não ter colaborado diretamente em nenhuma das missões sediadas no CEG-Ulissboa aos territórios coloniais portugueses – visitou, porém, Angola em 1961 e 1969 e Moçambique em 1961 e 1973 –, Suzanne Daveau acompanhou os trabalhos que delas decorreram através da recensão de obras entretanto publicadas (Daveau, 1967, 1985a), bem como de outros trabalhos seminais entretanto divulgados sobre regiões tropicais (Daveau, 1969, 1985b).

- 33 Apesar da relevância destas notáveis trajetórias científicas devotas ao «mundo tropical», a diversidade desta primeira geração de geógrafos apenas fica completa com uma referência a um conjunto de académicos cuja obra sobre regiões tropicais se encontra sub-representada ou mesmo ausente da linha editorial da *Finisterra*. Primeiro, Francisco Tenreiro (1921-1963), natural da ilha de São Tomé, integrou, a convite de Ribeiro, o CEG-Ulissboa em 1947, tendo aí colaborado não só nas missões de geografia à Guiné e à Índia, mas também, até ao seu falecimento, no ACPGU e na MGFHU como adjunto (Tenreiro, 1958). Tenreiro dedicou parte da sua vida científica ao estudo do arquipélago onde nascera e onde regressara entre 1956 e 1958 por ocasião da preparação do seu doutoramento, que incidiu na articulação das características biofísicas e humanas na ilha de São Tomé (Tenreiro, 1961a, 1961b). Em resultado da sua morte prematura, anterior à fundação da *Finisterra*, Tenreiro não chegaria a assinar nenhum trabalho nesta revista. Segundo, Raquel Soeiro de Brito, no mesmo ano em que apresentou uma monografia de doutoramento sobre a ilha de São Miguel, iniciou sucessivas pesquisas em vários territórios tropicais. Adjunta das missões científicas à Índia, do ACPGU e da MGFHU, realizou, juntamente com Mariano Feio, inúmeros estágios de campo na «Índia Portuguesa» e, depois, em Macau e Timor-Leste (1970-1973), no âmbito da MGFHU (Brito, 1966a; Feio, 1979). Juntam-se, ainda, outras viagens à «África tropical», nomeadamente a Moçambique (1961-1964), São Tomé e Príncipe e Cabo Verde (1962) e Angola (1965 e 1968), e à «América tropical», ao Brasil (1956). Ainda assim, Soeiro de Brito apenas assina um artigo (Brito, 1970) e uma recensão (Brito, 1977) sobre regiões tropicais na *Finisterra*, ambos sobre Angola. Como vimos, a geógrafa privilegiou outras revistas científicas, como a revista *Geographica*, para publicar os resultados dos seus estudos de geografia humana sobre a análise dos processos de colonização e de emigração e sobre o *genres de vie* (modos de vida) das populações em contexto tropical, com destaque para as comunidades de pescadores e agricultores (Brito, 1956, 1960, 1965, 1966b, 1969, 1970).
- 34 Os resultados da análise bibliométrica permitiram ainda notar que, na transição para os anos 1970, o número de autores a publicar na *Finisterra* sobre regiões tropicais aumentou, sugerindo-se, assim, o advento de uma segunda geração de geógrafos, influenciada pela trajetória tropicalista seguida por Ilídio do Amaral, e que inclui, entre outros, Carlos Alberto Medeiros, Maria Eugénia Moreira e Isabel Marques Medeiros (n. 1939) (Alcoforado, 2017). Um ano após concluir a sua tese de licenciatura sobre a ilha açoriana do Corvo, Carlos Alberto Medeiros foi, a convite de Orlando Ribeiro, contratado como assistente em 1966, tendo quase-simultaneamente sido secretário da *Finisterra* (I. Medeiros, 2005). No entanto, o seu interesse pelas regiões tropicais cultivou-se com a realização de um estágio, entre 1968 e 1969, no *Centre d'Études de Géographie Tropicale* na Universidade de Bordéus – período durante o qual, além do seu orientador científico, Guy Lassère (1920-2001), terá interagido com «[outro] grande Mestre em assuntos tropicais Pierre Gourou» (C.A. Medeiros, 1972: 119) – que resultou na elaboração de uma tese de doutoramento sobre a plantação da cana-de-açúcar na ilha de Guadalupe em 1970 (C.A. Medeiros, 2001). Este marco estreou uma trajetória científica centrada na «África tropical», sobretudo em Angola, onde Medeiros acabaria por ocupar o cargo de assistente na Universidade de Luanda entre 1970 e 1974, e que se refletiu no aumento da sua produção científica na *Finisterra* entre 1968 e 1980, não só graças às recensões de obras de «Geografia tropical» africana (C.A. Medeiros, 1972, 1979), mas também devido aos estudos que relacionam o fracasso da colonização portuguesa com as vicissitudes do povoamento nas regiões tropicais, destacando-se,

pelo trabalho de campo realizado entre 1973 e 1974, a análise que dedicou à Baía dos Tigres (C.A. Medeiros, 1978; Figura 4), e que retomou, no âmbito do seu doutoramento em geografia humana, para o caso da colonização das Terras Altas da Huíla, em Angola (C.A. Medeiros, 1976; Brito, 1977). Desmotivado com as dificuldades inerentes à realização de trabalho de campo após a descolonização dos antigos territórios coloniais portugueses em África, Medeiros desfilou-se, no final dos anos 1970, do núcleo *Estudos de Geografia das Regiões Tropicais* do CEG-Ulisboa, chefiado por Ilídio do Amaral, e integrou o grupo de *Estudos de Geografia Humana e Regional*, dirigido por Orlando Ribeiro no mesmo Centro (Ramos, 2005). Desde então, o seu contributo para o estudo das regiões tropicais limitou-se a pouco mais de duas recensões de dissertações de doutoramento, estas já de natureza mais quantitativa, que articulavam os antecedentes político-económicos e históricos com a organização do povoamento em diferentes contextos espaciais de Moçambique (C.A. Medeiros, 1980a, 1988).

- 35 Maria Eugénia Moreira foi, também, uma das mais destacadas geógrafas da segunda geração de académicos associados à «Escola Geográfica de Lisboa» que se dedicou ao conhecimento sobre o «mundo tropical», tendo assinado na *Finisterra*, entre 1974 e 2005, 5 trabalhos dedicados ao estudo de processos climáticos e, sobretudo, geomorfológicos em Moçambique. A exclusividade do âmbito espacial da sua investigação relaciona-se com o contributo de Eugénia Moreira, juntamente com Maria Celeste Coelho e Maria Clara Mendes, na institucionalização dos cursos universitários de geografia na universidade de Lourenço Marques, onde exerceu funções de assistente e onde iniciou, em 1973, o seu doutoramento sobre a geomorfologia da bacia do rio Umbelúzi (I. Amaral, 1980), interrompido na sequência das convulsões políticas que ditaram o regresso de Eugénia Moreira a Lisboa em maio de 1974 e a sua integração no núcleo de estudos sobre regiões tropicais do CEG-Ulisboa (Sarmiento, 2019). Foi neste contexto que surgiu a sua primeira publicação na *Finisterra*, na qual explorava os elementos e os fatores climáticos responsáveis pela diferença climática registada na planície meridional de Moçambique e onde os atributos de natureza geomorfológica assumiam um destaque particular (Moreira, 1974). Nas publicações que Moreira assina na *Finisterra* desde os anos 1980, além dos sistemas litorais do sul de Moçambique permanecerem como objeto de estudo, foram favorecidas leituras geomorfológicas que permitiram, por um lado, avaliar a influência dos diferentes agentes morfogenéticos na evolução das formas de modelado cársico existentes nesses ambientes (Moreira, 1983a), caracterizar, por outro lado, a morfogénese do modelado fluvial de marmitas e oriçangas, estudadas por Ilídio do Amaral nos anos 1970, nos leitos rochosos das bacias dos rios moçambicanos (Moreira, 1999) e, por fim, compreender, através de leituras diacrónicas, sustentadas em trabalho de campo realizado entre 1970-1975 e 1999-2004, as possíveis relações causais entre a transgressão marinha e a diversidade biótica e abiótica no sistema litoral sul de Moçambique (Moreira, 2005).
- 36 Finalmente, Isabel Marques Medeiros constitui uma exceção entre os académicos da «Escola Geográfica de Lisboa» ao apresentar, ainda recentemente, um perfil científico de orientação tropical. Apesar do seu primeiro trabalho na *Finisterra* abordar a evolução da morfologia urbana e do perfil funcional da vila portuguesa de Arcos de Valdevez, em particular das funções comerciais e piscatórias (I. Medeiros, 1970), o interesse por estas problemáticas estendeu-se aos territórios tropicais aquando da preparação do seu doutoramento sobre a relação entre o processo de colonização e a evolução da indústria piscatória no sul de Angola (I. Medeiros, 1972). No entanto, embora tenha integrado uma das estruturas de apoio editorial da *Finisterra* entre 1986 e 2009, o contributo

científico de Isabel Medeiros para o estudo das regiões tropicais só ressurgiria no início dos anos 1990. Embora as temáticas relacionadas com a geografia urbana continuassem a predominar, é interessante observar que os trabalhos publicados são enquadrados por um contexto de profundo afastamento académico-científico dos estudos tradicionais de «geografia tropical» e por uma viragem epistemológica, onde o «colonial» se dilui, que se alinha com problemáticas relacionadas com a «tropicalidade da geografia», ou seja, com discursos de crítica ao colonialismo e às suas consequências no processo de desenvolvimento e que opõem «norte» e «sul» globais (Pimenta et al., 2011). Além da docência da unidade curricular de «Geografia das Regiões Tropicais», disciplina obrigatória da licenciatura em geografia nos anos 1980 e na qual já se incorporava um conteúdo crítico aos impactes do colonialismo, e da regência do seminário «Problemas de Desenvolvimento em África», onde havia espaço para abordar «a responsabilidade dos países ditos desenvolvidos e da ordem económica dominante na falência económica e social da África» (I. Medeiros, 1991: 404), constituem ainda exemplos dessa renovação epistemológica os trabalhos que examinam os conflitos sociopolíticos e as transformações registadas em alguns espaços urbanos africanos na sequência dos rápidos, e por vezes instáveis, processos de independência e de democratização (I. Medeiros, 1991, 1994, 2006, 2010) e, também, as análises dos processos de privatização e securitização das cidades africanas, fenómenos explicados com base «[n]o impacto desigual da globalização» (I. Medeiros, 2011: 67).

- 37 Merecem, ainda, nota de destaque um conjunto de geógrafos pertencentes à segunda geração da «Escola Geográfica de Lisboa» que, apesar dos baixos níveis de produção científica na *Finisterra*, publicaram alguns contributos sobre regiões tropicais nos anos 1970 e 1980. Por um lado, Maria Clara Mendes que, tendo publicado o seu único estudo na *Finisterra* sobre a hierarquia da rede urbana da então Suazilândia (Essuatíni) (Mendes, 1974a), manteve o interesse por temáticas urbanas em Angola (Mendes, 1974b) e Moçambique, tendo o seu doutoramento examinado a organização interna e funcional da então cidade colonial de Lourenço Marques, com recurso a uma abordagem quantitativa de dados recolhidos, no essencial, em 1973 e dos quais resultou a difusão de alguns trabalhos relacionados com a evolução da rede urbana moçambicana (Mendes, 1976, 1979). Por outro lado, Denise de Brum Ferreira (n. 1947) destacou-se pelos seus estudos de climatologia sinótica tropical, com 3 dos 21 manuscritos que assinou na *Finisterra* dedicados a compreender aspetos climáticos e hidrológicos das regiões tropicais. Destacam-se, neste contexto, a recensão de um conjunto de trabalhos que examinam a influência dos trópicos e dos oceanos tropicais no funcionamento do sistema climático global (Ferreira, 1982), o estudo acerca da influência da circulação atmosférica em altitude e, sobretudo, da ação dos anticiclones subtropicais na explicação da situação de seca na ilha cabo-verdiana de Santiago (Ferreira, 1987), e uma recensão dedicada à análise da variabilidade da monção chuvosa no subcontinente indiano e na África ocidental e da relação deste fenómeno com a circulação geral da atmosfera (Ferreira, 1990).

Estrutura intelectual do conhecimento geográfico sobre regiões tropicais: tendências e metamorfoses

- 38 Nas últimas décadas, a estrutura intelectual do conhecimento geográfico sobre regiões tropicais tem registado algumas reconfigurações nas principais áreas temáticas nas quais se inserem os manuscritos publicados na *Finisterra* (Quadro 2).
- 39 A produção científica dedicada ao «mundo tropical» tem revelado, desde a institucionalização da *Finisterra*, um predomínio de temáticas de geografia humana sobre as de geografia física. Apesar dos estudos de geomorfologia tropical figurarem como a área disciplinar com maior relevância editorial, representando 16.1% do número total de publicações, é de assinalar que têm prevalecido estudos de geografia humana, com destaque para o campo disciplinar da geografia urbana (14.3%), seguido de trabalhos que tratam problemáticas da geografia política/geopolítica (7.1%), geografia social e da população (8.3%), geografia económica (6.6%) e de políticas públicas e desenvolvimento regional/local (5.4%). Pelo contrário, os trabalhos nos domínios científicos da biogeografia (1.8%), geografia cultural (1.8%), geografia da saúde (1.8%) e história da cartografia (1.2%) constituem ainda um *corpus* temático pouco influente no volume de publicações dedicado ao «mundo tropical» na *Finisterra*.

Quadro 2: Número de manuscritos sobre as diversas regiões tropicais publicados na *Finisterra* – *Revista Portuguesa de Geografia*, por subárea disciplinar e década

	1966-1975	1976-1985	1986-1995	1996-2005	2006-2015	2016-2021	Total
Biogeografia	1	0	0	1	0	1	3
Cartografia e História da Cartografia	1	0	0	1	0	0	2
Climatologia e Hidro-climatologia	1	2	3	0	1	2	9
Geografia Cultural	0	0	0	0	0	3	3
Geografia da Saúde	0	0	0	0	0	3	3
Geografia do Desenvolvimento	0	0	2	2	0	2	6
Geografia do Espaço Rural	2	2	2	0	2	0	8
Geografia Económica	2	0	0	0	4	5	11

Agrícola e das Pescas	1	0	0	0	0	2	3
Industrial	1	0	0	0	1	0	2
Comércio, Serviços e Financeira	0	0	0	0	3	3	6
Geografia Histórica	0	4	0	0	1	0	5
Geografia Política/ Geopolítica	1	2	0	1	2	6	12
Geografia Regional	6	2	0	1	0	0	9
Geografia Social e da População	5	2	0	2	0	5	14
Geografia Urbana	6	5	3	2	3	5	24
Geomorfologia	10	10	2	2	1	2	27
Hidrologia e Gestão Sustentável dos Recursos	0	2	0	1	2	3	8
História da Geografia	0	0	0	6	0	2	8
Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional e Local	0	1	0	2	2	4	9
Institucional	0	1	0	0	0	0	1
Elementos estatísticos e outros	4	2	0	0	0	0	6
Total	39	35	12	21	18	43	168

Foram publicados, a título póstumo, vários manuscritos assinados por Orlando Ribeiro que não foram considerados para a contextualização cronológica aqui apresentada, embora tenham sido integrados no volume total de produção científica. Além de duas notas assinadas e/ou traduzidas por Medeiros (Ribeiro, 2001 [1989]) e Daveau (Ribeiro, 2002 [1984]), o número 85 da *Finisterra*, editado em 2008, foi parcialmente dedicado a Ribeiro. Nessa edição, publicaram-se 5 manuscritos originais, datados ou retocados, na sua maioria, nos anos 1960 e 1970.

Elaboração própria

- 40 Não obstante a utilidade deste retrato, uma leitura dinâmica do volume de publicações por domínio disciplinar permitiu identificar um conjunto de ruturas e de continuidades na estrutura intelectual do conhecimento publicado na *Finisterra* sobre regiões tropicais. Primeiro, uma das tradicionais linhas de investigação do «mundo tropical», dedicada a estudos geomorfológicos, tem perdido o seu protagonismo. Notou-se que o interesse pelas questões da geomorfologia tropical foi particularmente significativo nos primeiros números da *Finisterra*, como atesta o facto de 74.1% do total de publicações desta área disciplinar datarem do período entre 1966 e 1985. Tal rutura é indissociável do desmantelamento das várias missões geográficas nos então territórios ultramarinos, na sequência dos processos de independência, e no âmbito das quais os estudos metódicos de geomorfologia assumiam uma posição de relevo na produção de conhecimento. Deste modo, a dificuldade ou mesmo impossibilidade de conduzir trabalho de campo nas recém-independentes colónias portuguesas em África resultou na erosão do programa de investigação em geomorfologia – então encabeçado por autores portugueses e franceses, que dominavam a linha editorial da *Finisterra*, e vocacionado para a análise da evolução das principais bacias hidrográficas – e das publicações daí decorrentes, incluindo teses de doutoramento (Daveau, 1966, 1967, 1985a; Feio, 1966, 1970, 1982; Michel, 1977; Moreira, 1983a). Mais recentemente, têm reforçado esta tendência de declínio dos estudos geomorfológicos o aumento no número de textos no domínio da hidrologia, enquanto área temática independente da geomorfologia, e a opção dos investigadores publicarem os seus resultados em revistas de ampla projeção internacional (Alcoforado et al., 2015; Barella et al., 2019; Zêzere et al., 2014). Atualmente, os poucos estudos de geomorfologia publicados na *Finisterra*, unicamente assinados por autores brasileiros, centram-se na análise dinâmica do sistema morfogénico marinho e dos fatores condicionantes dos processos de erosão na orla costeira das regiões sul e sueste do Brasil (Stellfeld et al., 2020; Firmino e Bulhões, 2020).
- 41 Outro aspeto a salientar na evolução da estrutura intelectual do conhecimento sobre regiões tropicais publicado na *Finisterra* relaciona-se com o desmoronamento dos projetos científicos nos domínios das geografias regional e do espaço rural. Por um lado, o volume de publicações de geografia regional que tratavam o «mundo tropical» teve o seu «período dourado» ainda durante a fase de institucionalização da *Finisterra*, durante a qual se editaram 6 dos 9 manuscritos nesta área disciplinar, o que reflete a prevalência dos paradigmas vidalianos, ligados à matriz possibilista da escola regional francesa, na *praxis* da geografia universitário-académica portuguesa até aos anos 1970 (Guerreiro, 1971; C.A. Medeiros, 1972; Vennetier, 1974) e que acabaram por orientar a linha editorial da *Finisterra*, então dirigida por Orlando Ribeiro (Ribeiro, 1966, 1967), Suzanne Daveau (Daveau, 1969) e Ilídio do Amaral. Neste contexto, é de registar que o único, e último, texto de «geografia regional tropical» publicado entre 1996 e 2005 foi firmado por Suzanne Daveau por ocasião da reedição da obra *A Água e o Homem na Várzea do Careiro*, fabricada e publicada ainda nos anos 1950 pelo geógrafo brasileiro Hilgard O'Reilly Sternberg (Daveau, 1998). Por outro lado, também os trabalhos de geografia do espaço rural passaram a figurar menos nas páginas da *Finisterra*, com 6 dos 8 manuscritos a serem publicados entre 1966 e 1990. Esta tendência de erosão intelectual justifica-se, uma vez mais, com a prevalência de uma natureza teórico-metodológica de inspiração francesa que favorecia o estudo descritivo do *habitat* das paisagens rurais e dos *genres de vie* das suas populações (Valverde, 1967, 1968).

- 42 Também os estudos de geografia social e da população sobre regiões tropicais registaram uma reconfiguração teórico-metodológica e analítica relevante. Embora o fluxo editorial neste domínio temático seja relativamente regular, representando 12.8% do total de publicações entre 1966 e 1975 e 11.6% entre 2016 e 2021, os primeiros trabalhos de geografia social e da população, produzidos ainda num contexto de colonialismo tardio, revelaram uma natureza hipotético-indutiva, sustentada em métodos etnográficos que consagravam a observação direta e prolongada para descrever os *genres de vie* e as relações instituídas entre as populações autóctones e o meio nos então territórios coloniais. Habitualmente ilustrados com inúmeras fotografias, seguindo a tradição vidaliana, constituem exemplos destes estudos os trabalhos conduzidos em Angola e assinados por colaboradores da «Escola Geográfica de Lisboa» nos anos 1960 e 1970, com destaque para os geógrafos Raquel Soeiro de Brito, que observou as comunidades pastoris e agropastoris do distrito de Moçâmedes (Brito, 1970), e Carlos Alberto Medeiros, que explorou o povoamento na Baía dos Tigres (C.A. Medeiros, 1978), e para os etnólogos Manuel Viegas Guerreiro (Guerreiro, 1966) e Joaquim Lino da Silva (Silva, 1975), que se ofereceram a examinar, respetivamente, a propriedade entre a sociedade boximane e as características da vida quotidiana, familiar e do espaço residencial do povo cuanhama. Em oposição, nos últimos anos, o aumento do volume de trabalhos sobre regiões tropicais neste domínio temático surge vinculado à incorporação de algumas abordagens pós-coloniais que pretendem, no essencial, desconstruir o legado ideológico-cultural do colonialismo e compreender o mundo contemporâneo a partir das relações verticais entre lugares mobilizando diálogos «centro/periferia» e «norte/sul» (Santos, 2008). Neste contexto, tem proliferado, na *Finisterra*, um conjunto importante de estudos que têm vindo a mobilizar a teoria social crítica para analisar, por exemplo, as estratégias de emancipação socioeconómica feminina (Varanda, 2019) e, sobretudo, para refletir sobre o aprofundamento das «injustiças socioespaciais», conceptualizadas enquanto uma idiosincrasia da «globalização perversa» (Castilho & Silva, 2020; Silva, 2020: 70). A partir destas metamorfoses epistemológicas, que têm conhecido um forte florescimento no «sul-global», pode-se ainda compreender o aumento registado, na última década, no número de textos na *Finisterra* que tratam problemáticas da geografia económica em regiões tropicais relacionadas com a internacionalização e liberalização dos sistemas produtivos e comerciais, seletividade espacial das estratégias gizadas por atores económicos globais e os efeitos da «nova ordem económica» na reprodução da marginalização e das desigualdades socioterritoriais. Vale notar que este conjunto de estudos tem mobilizado o *urbano* e o *metropolitano* como objeto e escala analíticos privilegiados, argumentando que as cidades constituem laboratórios para compreender os processos e transformações espaço-temporais da globalização (Limberger e Tulla, 2017; González-Alejo et al., 2019).
- 43 Apesar dos estudos urbanos persistirem, desde a institucionalização da *Finisterra*, como um dos domínios científicos da geografia humana com maior peso de textos dedicados ao «mundo tropical», verificaram-se também algumas mudanças na estrutura intelectual dessa produção. Por um lado, tal como noutras áreas disciplinares com uma longa tradição editorial na *Finisterra*, a referência espacial dos manuscritos deslocou-se, nas últimas décadas, da África subsariana, em geral, e do antigo «Ultramar português», em particular, para os países da América Latina, com destaque para o Brasil, evolução justificada pela incorporação dos debates académicos destas geografias na trajetória científica recente da revista. Por outro lado, os primeiros estudos – todos assinados por

colaboradores da «Escola Geográfica de Lisboa», com destaque para Ilídio do Amaral (I. Amaral, 1966, 1969, 1971, 1978, 1983) e, mais tarde, Isabel Medeiros (I. Medeiros, 1994, 2006) – que se focavam na génese e evolução das cidades africanas e, depois, nos seus principais problemas foram substituídos, na última década, por leituras críticas dos processos de produção e transformação dos espaços urbanos e as suas implicações para a estrutura territorial, económica e social das cidades brasileiras. Estas abordagens têm sido analiticamente enquadradas por uma crítica à viragem empreendedora e neoliberal das políticas e formas de governança urbanas (I. Medeiros, 2011; Penna, 2012; Molina, 2016). Em resultado destas novas leituras, tem-se registado, também na última década, um aumento assinalável no volume de produção científica sobre regiões tropicais que tratam problemáticas relacionadas com geografia política e geopolítica. Destacam-se, por exemplo, debates académicos centrados nas representações e conflitos políticos e ambientais no «sul-global» (Iturra, 2018; González e Álvarez, 2019) e nos movimentos sociais urbanos e rurais de resistência aos processos hegemónicos de estruturação do espaço geográfico na «América tropical» (Bogado, 2020; Souza & Faria, 2020).

Discussão e considerações finais

- 44 Este artigo examinou a produção científica do conhecimento geográfico sobre regiões tropicais publicado na *Finisterra* entre 1966 e 2021. Neste estudo bibliométrico, caracterizaram-se os ritmos espaço-temporais dessa produção, discutiram-se os principais contributos científicos introduzidos por duas gerações de académicos e debateram-se as tendências e as renovações epistemológicas e temáticas registadas na estrutura intelectual do conhecimento geográfico dedicado ao «mundo tropical». Os resultados obtidos contribuem, por um lado, para refletir sobre o papel das infraestruturas informacionais, sobretudo das revistas académicas, para a circulação do conhecimento científico entre comunidades epistémicas. Por outro lado, contribuem ainda para divulgar uma «história alternativa» e complementar àquelas que têm prevalecido nos diálogos académico-institucionais sobre regiões tropicais ao atribuir protagonismo a uma das mais destacadas revistas académicas de geografia em Portugal e cuja trajetória científica conferiu identidade ao espaço científico-pedagógico da «Escola Geográfica de Lisboa». Desta análise, emergem quatro contributos principais.
- 45 O primeiro contributo resulta da irregularidade dos ritmos de produção científica sobre regiões tropicais registada ao longo da trajetória científica da *Finisterra* nos últimos 55 anos. A análise sugeriu que um dos maiores volumes de trabalhos dedicado às regiões tropicais nesta revista coincidiu com a sua fase de institucionalização (1966-1975) e prolongou-se até 1985, embora o trabalho de campo que sustenta as investigações empíricas publicadas neste último período remonte, na maioria dos estudos, aos anos 1960 e primeira metade de 1970, ou seja, antes da «era de descolonização» dos então antigos territórios portugueses em África. A evolução da produção científica revela, no essencial, a centralidade (ou dependência) dos mecanismos de financiamento público e das mudanças nos contextos político-ideológicos, geopolíticos e institucionais como garante da viabilidade operacional da investigação portuguesa naquele período, como bem ilustram as missões geográficas ao então «Portugal ultramarino» e a produção científica delas resultante. Como se demonstrou, a falência do programa de investigação da «Escola Geográfica de Lisboa» em regiões tropicais – fortemente

orientado para a condução de estudos geomorfológicos de bacias hidrográficas, com destaque para os estudos de Mariano Feio e Ilídio do Amaral, e para reflexões sobre a origem, gênese e crescimento urbano das cidades coloniais, realçando-se, uma vez mais, os estudos do destacado «mestre» em regiões tropicais portuguesas, Ilídio do Amaral – coincidiu com o dismantelamento dos mecanismos institucionais (ACPGU, MEGFU e MGFHU) que pretendiam promover o conhecimento dos territórios coloniais portugueses e cuja missão ficou comprometida na sequência dos processos de democratização e independência dos países que antes integravam o «Ultramár português».

- 46 Uma segunda conclusão, relacionada com a anterior, deriva da reconfiguração das espacialidades representadas na produção científica sobre regiões tropicais publicada na *Finisterra*. Apesar de se manter «como uma janela para o mundo» (Ribeiro, 1966a: 5), a linha editorial da *Finisterra* esteve, nas primeiras três décadas da sua existência, associada à identidade tropicalista que dominava no espaço científico-pedagógico da «Escola Geográfica de Lisboa» e para a qual contribuíram os trabalhos assinados por académicos portugueses, maioritariamente integrados no CEG-ULisboa, ou franceses. No entanto, durante o último decénio, a produção científica sobre regiões tropicais publicada na *Finisterra* apontou para uma progressiva revalorização das problemáticas relacionadas com o «mundo tropical», situação que, ainda assim, não deve ser interpretada como um retorno ou revisionismo das práticas e dos discursos consagrados pela produção científica sobre regiões tropicais do penúltimo quartel do século XX por autores como Ilídio do Amaral, Suzanne Daveau ou Carlos Alberto Medeiros, mas decorre da crescente incorporação dos debates académicos provenientes da América Latina, em geral, e do Brasil, em particular, no fluxo editorial da *Finisterra*. Tal recomposição das espacialidades representadas nos trabalhos publicados na *Finisterra* sobre regiões tropicais nas últimas décadas, quer em termos de autoria, quer em termos do âmbito espacial dos textos, sugere uma tendência de crescente dissociação entre as publicações editadas na *Finisterra* e o conhecimento geográfico produzido pelos geógrafos associados à «Escola Geográfica de Lisboa», na medida em que a produção científica aí publicada sobre o «mundo tropical» é representada, na sua maioria, por investigadores com afiliação institucional nesses territórios, situação que se distancia do elevado volume de trabalhos assinados por investigadores portugueses integrados na «Escola Geográfica de Lisboa» que conduziam as suas investigações nos então territórios ultramarinos e que disseminavam os resultados dessas expedições em particular nas primeiras três décadas de existência dessa mesma revista. A reconfiguração das espacialidades parece resultar, também, da crescente internacionalização da revista *Finisterra* e da alteração do paradigma de avaliação científica.
- 47 O terceiro contributo deste artigo demonstra a importância de se considerarem as revistas académicas enquanto plataformas e repositórios de conhecimento científico privilegiados para entender a renovação epistemológica e temática de uma determinada comunidade epistémica. Este estudo bibliométrico permitiu distinguir dois paradigmas que, em diferentes momentos da trajetória científica da revista, caracterizaram a sua produção científica sobre regiões tropicais. Numa primeira fase, compreendida entre os anos 1960 e 1980, predominaram, além dos trabalhos de geografia urbana na África subsariana assinados por Ilídio do Amaral, os estudos inseridos nos domínios temáticos da geografia regional, publicados maioritariamente por Orlando Ribeiro e Suzanne Daveau, e de geografia social e da população, com

destaque para os contributos de Raquel Soeiro de Brito e Carlos Alberto Medeiros. Nesta fase, a linha editorial da *Finisterra*, então dirigida por Orlando Ribeiro, Suzanne Daveau e Ilídio do Amaral – três dos mais destacados geógrafos que integraram a primeira geração de académicos dedicados ao «mundo tropical» na «Escola Geográfica de Lisboa» –, acompanhava a matriz possibilista da escola regional francesa, corrente que prevalecia nos estudos sobre regiões tropicais então realizados. Num segundo momento, iniciado no final dos anos 1980 e consolidado nos últimos anos, assistiu-se a uma reconfiguração epistemológica nos estudos sobre regiões tropicais publicados na *Finisterra* que, em detrimento das abordagens de «geografia tropical» de influência vidaliana, passou a valorizar problemáticas relacionadas com a «tropicalidade da geografia», ou seja, concordantes com a mobilização dos discursos e práticas relativas ao desenvolvimento desigual e à crítica colonial, com alguma incorporação de análises pós-coloniais, como lentes teórico-analíticas para refletir sobre os processos e transformações assimétricas do mundo contemporâneo. Em resultado desta transição não só foi possível identificar, a partir dos anos 1980 e 1990, um conjunto de mudanças semânticas na produção científica de alguns académicos com uma vasta obra dedicada às regiões tropicais, mas também se distinguiram reconfigurações no domínio disciplinar dessa produção, destacando-se o surgimento de um elevado volume de publicações integrados nos domínios temáticos da geografia política/geopolítica, geografia urbana e geografia económica.

- 48 O quarto e último contributo sublinha a necessidade de se conduzirem investigações futuras que reúnam leituras e diálogos mais abrangentes que permitam conhecer não só os principais agentes e redes de colaboração responsáveis pela institucionalização académico-universitária das problemáticas sobre o «mundo tropical» na geografia portuguesa, mas também compreender, através de abordagens comparativas, o contributo desempenhado por outras infraestruturas informacionais, em diferentes fases, para a circulação do conhecimento geográfico produzido sobre regiões tropicais. Por um lado, apesar deste estudo ter analisado a produção científica da *Finisterra*, ficou claro o contributo de outras revistas como a *Garcia de Orta* e a *Geographica* para circulação do conhecimento geográfico produzido sobre o «mundo tropical», pelo que importa integrar essas revistas, bem como outras infraestruturas informacionais, nomeadamente teses e conferências internacionais, em futuras análises. Por outro lado, embora comecem a florescer alguns estudos geográficos de natureza biobibliográfica (Oliveira, 2017; Sarmiento, 2019), permanecem por descobrir as trajetórias científicas individuais de alguns académicos da «Escola Geográfica de Lisboa» que estabeleceram uma proximidade intelectual com o «mundo tropical». Por fim, estudos subsequentes devem ampliar a abordagem metodológica aqui desenvolvida. A utilização de métricas de influência do conhecimento científico (i.e., citações), a opção por análises de redes de colaboração institucional ou por métodos de acoplamento bibliográfico são exemplos de opções metodológicas que permitiriam esboçar um retrato mais completo e dinâmico sobre a evolução do conhecimento geográfico produzido sobre regiões tropicais.

BIBLIOGRAFIA

- Alcoforado, Maria João (2017). Ilídio do Amaral (1924-2017): fundador, colaborador e amigo da Finisterra. *Finisterra*, v. 52, n. 105, pp. 165-173. <https://doi.org/10.18055/Finis12264>
- Alcoforado, Maria João; Alegria, Maria Fernanda; Queirós, Margarida; Garcia, Ricardo; Morgado, Paulo; Vieira, Rute (2015). Finisterra. Biografia de uma revista de geografia (1966-2015). *Finisterra*, v. 50, n. 100, pp. 9-33. <https://doi.org/10.18055/Finis7858>
- Alves, Teresa (1986). A evolução do emprego terciário em França. *Finisterra*, v. 21, n. 42, pp. 363-368. <https://doi.org/10.18055/Finis2033>
- Amaral, Ana (1999). Ilídio do Amaral. Notas curriculares resumidas. *Finisterra*, v. 34, n. 67-68, pp. 11-19. <https://doi.org/10.18055/Finis1680>
- Amaral, Ilídio do (1964). *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Amaral, Ilídio do (1966). Johannesburg, do campo mineiro à conurbação. *Finisterra*, v. 1, n. 2, pp. 240-256. <https://doi.org/10.18055/Finis2547>
- Amaral, Ilídio do (1967). Litoral da ilha de Santiago (Cabo Verde), na área da Praia. *Finisterra*, v. 2, n. 4, pp. 292-293. <https://doi.org/10.18055/Finis2531>
- Amaral, Ilídio do (1968). *Luanda. Estudo de Geografia Urbana*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Amaral, Ilídio do (1969). Beira, cidade e porto do Índico. *Finisterra*, v. 4, n. 7, pp. 76-93. <https://doi.org/10.18055/Finis2492>
- Amaral, Ilídio do (1971). Notas acerca do estudo das cidades da África ao sul do Sara. *Finisterra*, v. 6, n. 11, pp. 152-155. <https://doi.org/10.18055/Finis2438>
- Amaral, Ilídio do (1973a). Formas de «Inselberge» (ou montes-ilha) e de meteorização superficial e profunda em rochas graníticas do deserto de Moçâmedes (Angola), na margem direita do rio Curoca. *Garcia de Orta: Série de Geografia*, v. 1, n. 1, pp. 1-34.
- Amaral, Ilídio do (1973b). Contribuição para o conhecimento do Karst ou carso de Nova Caipemba, no noroeste de Angola. *Garcia de Orta: Série de Geografia*, v. 1, n. 2, pp. 1-28.
- Amaral, Ilídio do (1974a). Alguns aspectos geomorfológicos do litoral da Ilha de Santiago (Arquipélago de Cabo Verde). *Garcia de Orta: Série de Geografia*, v. 2, n. 1, pp. 19-28.
- Amaral, Ilídio do (1974b). A propósito de formas escavadas em leitos fluviais e em vertentes de rochas graníticas no deserto Moçâmedes (Angola). *Garcia de Orta: Série de Geografia*, v. 2, n. 1, pp. 1-18.
- Amaral, Ilídio do (1978). Contribuição para o conhecimento do fenómeno de urbanização em Angola. *Finisterra*, v. 13, n. 25, pp. 43-76. <https://doi.org/10.18055/Finis2258>
- Amaral, Ilídio do (1979). *A «Escola geográfica de Lisboa» e a sua contribuição para o conhecimento geográfico das Regiões Tropicais*. 1. ed. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Amaral, Ilídio do (1980). A bacia do rio Umbelúzi (Moçambique). Estudo Geomorfológico. *Finisterra*, v. 15, n. 30, pp. 276-280. <https://doi.org/10.18055/Finis2208>

- Amaral, Ilídio do (1983a). Da Comissão de Cartografia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983). *Finisterra*, v. 18, n. 36, pp. 327-331. <https://doi.org/10.18055/Finis2102>
- Amaral, Ilídio do (1983b). Luanda e os seus “muceques”, problemas de Geografia Urbana. *Finisterra* v. 18, n. 36, pp. 293-325. <https://doi.org/10.18055/Finis2101>
- Amaral, Ilídio do (1983c). Publicações recentes sobre Geomorfologia das regiões tropicais. *Finisterra*, v. 18, n. 36, pp. 389-392. <https://doi.org/10.18055/Finis2107>
- Amaral, Ilídio do (1985a). Notas bibliográficas sobre as cidades do “Terceiro Mundo”. *Finisterra*, v. 20, n. 39, pp. 163-172. <https://doi.org/10.18055/Finis2073>
- Amaral, Ilídio do (1985b). Notas bibliográficas sobre as cidades do Terceiro Mundo (II). *Finisterra*, v. 20, n. 40, pp. 368-373. <https://doi.org/10.18055/Finis2063>
- Amaral, Ilídio do (1986). Atlas económico da Bélgica, com base no valor acrescentado. *Finisterra*, v. 21, n. 42, pp. 344-347. <https://doi.org/10.18055/Finis2029>
- Amaral, Ilídio do (1987). Notas bibliográficas sobre as cidades do terceiro mundo (III). *Finisterra*, v. 22, n. 44, pp. 361-370. <https://doi.org/10.18055/Finis2002>
- Amaral, Ilídio do (2001). *Finisterra*. Uma revista com 35 anos de prestígio científico. *Finisterra*, v. 36, n. 72, pp. 11-25. <https://doi.org/10.18055/Finis1618>
- Amaral, Ilídio do (2006). O Rio Cambongo-Negunza e os seus afluentes: um exemplo da complexidade de padrões de drenagem em Angola. *Finisterra*, v. 41, n. 82, pp. 15-48. <https://doi.org/10.18055/Finis1447>
- Barella, César Falcão; Sobreira, Frederico Garcia; Zêzere, José Luís (2019). A comparative analysis of statistical landslide susceptibility mapping in the southeast region of Minas Gerais state, Brazil. *Bulletin of Engineering Geology and the Environment*, v. 78, pp. 3205-3221. <https://doi.org/10.1007/s10064-018-1341-3>
- Bogado, Diana (2021). Memória popular: dispositivo de luta pelo direito à habitação: os casos da comunidade Vila Autódromo (Rio de Janeiro) e Bairro 6 de maio (Amadora). *Finisterra*, v. 55, n. 114, pp. 127-140. <https://doi.org/10.18055/Finis19481>
- Brito, Raquel Soeiro de (1956). Notas para o estudo dos modos de vida em Goa. *Garcia de Orta: Revista das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar*, número especial, pp. 183-202.
- Brito, Raquel Soeiro de (1960). *Agricultores e pescadores portugueses na cidade do Rio de Janeiro (estudo comparativo)*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Brito, Raquel Soeiro de (1965). Aspectos da vida marítima de Macau. *Geographica: Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa*, v. 1, n. 1, 60-79.
- Brito, Raquel Soeiro de (1966a). *Goa e as Praças do Norte*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Brito, Raquel Soeiro de (1966b). “Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Alguns aspectos da terra e dos homens”. In *Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Curso de extensão universitária. Ano lectivo de 1965-1966*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, pp. 13-46.
- Brito, Raquel Soeiro de (1969). Imigrantes na vida rural brasileira. *Geographica: Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa*, v. 5, n. 17, 3-24.
- Brito, Raquel Soeiro de (1970). Nótula acerca dos povos pastores e agro-pastores do distrito de Moçamedes. *Finisterra*, v. 5, n. 9, pp. 69-83. <https://doi.org/10.18055/Finis2471>

- Brito, Raquel Soeiro de (1971). S. Tomé e Príncipe: esboço de um estudo regional. *Geographica: Revista da Sociedade de Geografia*, v. 7, n. 25, pp. 2-26.
- Brito, Raquel Soeiro de (1977). Acerca da colonização das Terras Altas da Huíla (Angola). *Finisterra*, v. 12, n. 24, pp. 298-309. <https://doi.org/10.18055/Finis2276>
- Castilho, Cláudio; Silva, Katielle (2021). Injustiças socioespaciais e Covid-19 em Recife (Brasil). *Finisterra*, v. 55, n. 115, pp. 97-103. <https://doi.org/10.18055/Finis20290>
- Clayton, Daniel (2020). The Passing of “Geography’s Empire” and Question of Geography in Decolonization, 1945-1980. *Annals of American Association of Geographers*, v. 110, n. 5, pp. 1540-1558. <https://doi.org/10.1080/24694452.2020.1715194>
- Correia, Ezequiel; Costa, Fernando (1995). Breve notícia da erupção na ilha do Fogo e suas consequências. *Finisterra*, v. 30, n. 59-60, pp. 165-175. <https://doi.org/10.18055/Finis1821>
- Daveau, Suzanne (1966). Les rebords de plateaux gréseux d’Afrique occidentale et leur occupation humaine. *Finisterra*, v. 1, n. 2, pp. 149-187. <https://doi.org/10.18055/Finis2545>
- Daveau, Suzanne (1967). Problèmes morphologiques comparés des régions semi-arides en Afrique Occidentale et au Brésil. *Finisterra*, v. 2, n. 4, pp. 153-173. <https://doi.org/10.18055/Finis2521>
- Daveau, Suzanne (1985a). Le relief du sud-ouest de l’ Angola selon Mariano Feio. *Finisterra*, v. 20, n. 39, pp. 134-138. <https://doi.org/10.18055/Finis2068>
- Daveau, Suzanne (1988). Nótula sobre aspectos recentes e actuais da erosão fluvial na ilha de Santo Antão. *Finisterra*, v. 23, n. 46, pp. 287-301 <https://doi.org/10.18055/Finis1978>
- Daveau, Suzanne (1998). A Água e o Homem na Amazônia. *Finisterra*, v. 33, n. 66, pp. 159-160. <https://doi.org/10.18055/Finis1712>
- Daveau, Suzanne (2002). A obra geográfica de Mariano Feio. *Finisterra*, v. 37, n. 73, pp. 101-107. <https://doi.org/10.18055/Finis1610>
- Daveau, Suzanne. (1985b). Um atlas climatológico da África tropical. *Finisterra*, v. 20, n. 39, pp. 142-145. <https://doi.org/10.18055/Finis2070>
- De Martonne, Emanuel (1946). Géographie Zonale. La Zone Tropicale. *Annales de Géographie*, n. 247, pp. 1-18.
- Fehder, Daniel; Murray, Fiona; Stern, Scott (2014). Intellectual Property Rights and The Evolution of Scientific Journals as Knowledge Platforms. *International Journal of Industrial Organization*, v. 36, pp. 83-94. [10.1016/j.ijindorg.2014.08.002](https://doi.org/10.1016/j.ijindorg.2014.08.002).
- Feio, Mariano (1956). Problemas da geomorfologia de Goa. *Garcia de Orta: Revista das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar*, número especial, pp. 39-78.
- Feio, Mariano (1964). A evolução da escadaria de aplanções do sudoeste de Angola. *Garcia de Orta: Revista das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar*, v. 12, n. 2, pp. 323-354.
- Feio, Mariano (1966). A evolução do relevo da bacia endorreica do Cuanhama (Angola). *Finisterra*, v. 1, n. 1, pp. 33-59. <https://doi.org/10.18055/Finis2555>
- Feio, Mariano (1970). O Rio Cunene. Estudo geomorfológico. *Finisterra*, v. 5, n. 9, pp. 5-68. <https://doi.org/10.18055/Finis2470>
- Feio, Mariano (1979). *As castas hindus de Goa*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar.

- Feio, Mariano (1982). O curso subterrâneo do rio Negunza (Angola). *Finisterra*, v. 17, n. 33, pp. 153-201. <https://doi.org/10.18055/Finis2163>
- Ferreira, Denise de Brum (1982). A propos de quelques atlas récents sur les océans tropicaux. *Finisterra*, v. 17, n. 33, pp. 190-195. <https://doi.org/10.18055/Finis2169>
- Ferreira, Denise de Brum (1987). La crise climatique actuelle dans l'archipel du Cap Vert. Quelques aspects du problème dans l'île de Santiago. *Finisterra*, v. 22, n. 43, pp. 113-152. <https://doi.org/10.18055/Finis2014>
- Ferreira, Denise de Brum (1990). Estudo comparado da monção chuvosa indiana e africana. *Finisterra*, v. 50, n. 50, pp. 353-358. <https://doi.org/10.18055/Finis1926>
- Ferretti, Federico (2021). Other radical geographies: tropicity and decolonisation in twentieth-century French geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 46, n. 3, pp. 540-554. <https://doi.org/10.1111/tran.12438>
- Firmino, Luana; Bulhões, Eduardo (2020). Aspectos das ondas oceânicas em áreas de erosão costeira. Litoral do Espírito Santo, Brasil. *Finisterra*, v. 55, n. 113, pp. 23-44. <https://doi.org/10.18055/Finis13499>
- Garcia, João Carlos (1997). Suzanne Daveau. Vida e obra geográfica. *Finisterra*, v. 32, n. 63, pp. 11-44. <https://doi.org/10.18055/Finis1769>
- Garcia, João Carlos (1998). Orlando Ribeiro (1911-1997): o Mundo à sua procura. *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*, v. 14, pp. 107-116.
- Gaspar, Jorge (2017 [2014]). Elogio histórico do académico emérito Ilídio Melo Peres do Amaral, feito pelo senhor Jorge Manuel Barbosa Gaspar. *Finisterra*, v. 52, n. 105, pp. 147-164. <https://doi.org/10.18055/Finis12231>
- González, César; Álvarez, Daniel (2019). La construcción de los conceptos de la “Sur-Alteridad” y la geopolítica en el Caribe. *Finisterra*, v. 54, n. 111, pp. 119-132. <https://doi.org/10.18055/Finis16030>
- González-Alejo, Ana; Frejomil, Enrique; Rosales-Tapia, Ana (2019). Spatial patterns of access to retail food outlets in Mexico City. *Finisterra*, v. 54, n. 111, pp. 133-152. <https://doi.org/10.18055/Finis16456>
- Gourou, Pierre (1947). *Les Pays Tropicaux*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Guerreiro, Manuel Viegas (1966). A propriedade entre Bochimanes. *Finisterra*, v. 1, n. 1, pp. 91-98. <https://doi.org/10.18055/Finis2557>
- Guerreiro, Manuel Viegas (1971). Vida humana no deserto de Namibe: Onguaia. *Finisterra*, v. 6, n. 11, pp. 84-124. <https://doi.org/10.18055/Finis2433>
- Havik, Philip; Daveau, Suzanne (2011). *Orlando Ribeiro - Guiné 1947. Cadernos de Campo*. Ribeirão: Edições Humus.
- Iturra, Karen (2018). Colombia - Nicaragua. Aspectos históricos y geopolíticos de un fallo de la Corte Internacional de Justicia. *Finisterra*, v. 53, n. 107, pp. 141-158. <https://doi.org/10.18055/Finis10328>
- Lautensach, Hermann; Feio, Mariano (1948). *Bibliografia geografia de Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

- Limberger, Sílvia; Tulla, Antoni (2017). A emergência de microcervejarias diante da oligopolização do setor cervejeiro (Brasil e Espanha). *Finisterra*, v. 52, n. 105, pp. 93-110. <https://doi.org/10.18055/Finis10404>
- Machado, Thiago; Carmo, André; Malheiros, Jorge (2019). “À procura de Milton Santos: notas sobre o intercâmbio e a influência na Escola de Geografia de Lisboa” In: Oliveira, Francisco Roque de e Paiva, Daniel (Eds.), *Saberes geográficos e Geografia institucional: relações luso-brasileiras no século XX*. 1. ed. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, pp. 141-164.
- Medeiros, Carlos Alberto (1972). Uma nova geografia de África: Pierre Gourrou. *Finisterra*, v. 7, n. 13, pp. 119-126. <https://doi.org/10.18055/Finis2415>
- Medeiros, Carlos Alberto (1976). *A Colonização das Terras Altas da Huíla (Angola) – Estudo de Geografia Humana*. 1. ed. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Medeiros, Carlos Alberto (1978). Nota sobre o povoamento da Baía dos Tigres. *Finisterra*, v. 13, n. 25, pp. 120-128. <https://doi.org/10.18055/Finis2263>
- Medeiros, Carlos Alberto (1979). Dois livros sobre a história recente da Angola. *Finisterra*, v. 14, n. 27, pp. 87-96. <https://doi.org/10.18055/Finis2241>
- Medeiros, Carlos Alberto (1980a). Maputo antes da independência - Geografia de uma cidade colonial. *Finisterra*, v. 15, n. 30, pp. 280-287. <https://doi.org/10.18055/Finis2209>
- Medeiros, Carlos Alberto (1980b). Os dois primeiros colóquios ibéricos de Geografia – Salamanca (1979), Lisboa (1980). *Finisterra*, v. 15, n. 30, pp. 261-266. <https://doi.org/10.18055/Finis2206>
- Medeiros, Carlos Alberto (1988). Aldeias comunais em Moçambique. *Finisterra*, v. 24, n. 48, pp. 336-340. <https://doi.org/10.18055/Finis1955>
- Medeiros, Carlos Alberto (2001). Pierre Gourou (1900-1999). *Finisterra*, v. 36, n. 71. <https://doi.org/10.18055/Finis1646>
- Medeiros, Isabel (1970). Arcos de Valdevez. Estudo de Geografia Urbana de uma vila do Alto Minho. *Finisterra*, v. 5, n. 10. <https://doi.org/10.18055/Finis2441>
- Medeiros, Isabel (1972). Apontamentos sobre a pesca e a evolução da indústria piscatória em Angola. *Finisterra*, v. 7, n. 13, pp. 29-45. <https://doi.org/10.18055/Finis2410>
- Medeiros, Isabel (1991). Acerca da democracia em África. *Finisterra*, v. 26, n. 52, pp. 397-405. <https://doi.org/10.18055/Finis1900>
- Medeiros, Isabel (1994). Nota sobre a evolução do espaço urbano de Maseru, capital do Lesoto. *Finisterra*, v. 29, n. 58, pp. 287-311. <https://doi.org/10.18055/Finis1835>
- Medeiros, Isabel (2005). Carlos Alberto Medeiros. Apontamento curricular. *Finisterra*, v. 40, n. 79, pp. 11-26. <https://doi.org/10.18055/Finis1487>
- Medeiros, Isabel (2006). Tendências recentes da urbanização na África ao sul do Sahara: notas de leitura. *Finisterra*, v. 41, n. 81, pp. 191-203. <https://doi.org/10.18055/Finis1468>
- Medeiros, Isabel (2010). Serão explicáveis os conflitos violentos em África? Notas de leitura. *Finisterra*, v. 45, n. 89, pp. 181-204. <https://doi.org/10.18055/Finis1359>
- Medeiros, Isabel (2011). Impactos socio-espaciais da privatização da segurança nas cidades africanas. *Finisterra*, v. 46, n. 92, pp. 67-76. <https://doi.org/10.18055/Finis1311>
- Mendes, Maria Clara (1974a). Aspectos geográficos da rede urbana da Suazilândia. *Finisterra*, v. 9, n. 17, pp. 28-50. <https://doi.org/10.18055/Finis2374>

- Mendes, Maria Clara (1974b). Gabela. Estudo geográfico de uma pequena cidade de Angola. *Garcia de Orta: Série de Geografia*, v. 2, n. 1, pp. 29-60.
- Mendes, Maria Clara (1976). *Variação espacial da densidade de população urbana em Lourenço Marques*. 1. ed. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Mendes, Maria Clara (1979). *Maputo antes da independência: geografia de uma cidade colonial*. 1. ed. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Michel, Pierre (1977). L'évolution géomorphologique de la Mauritanie méridionale et centrale. *Finisterra*, v. 12, n. 23, pp. 5-27. <https://doi.org/10.18055/Finis2280>
- Molina, Fabio (2016). A produção da “Paris dos trópicos” e os megaeventos no Rio de Janeiro no início do século XX. *Finisterra*, v. 51, n. 102, pp. 25-45. <https://doi.org/10.18055/Finis3816>
- Moreira, Maria Eugénia (1974). As modificações do clima de Lourenço Marques. *Finisterra*, v. 9, n. 18, pp. 212-244. <https://doi.org/10.18055/Finis2358>
- Moreira, Maria Eugénia (1983a). Modelado cársico das arribas e plataformas de abrasão-corrosão, no litoral de Moçambique. *Finisterra*, v. 18, n. 36, pp. 223-291. <https://doi.org/10.18055/Finis2100>
- Moreira, Maria Eugénia (1983b). Aplicação da transformada de Fourier ao tratamento das imagens, com exemplos de áreas de Moçambique e em Portugal. *Finisterra*, v. 18, n. 36, pp. 333-349. <https://doi.org/10.18055/Finis2103>
- Moreira, Maria Eugénia (1999). Formas de modelado nos leitos rochosos dos rios no Sul de Moçambique. *Finisterra*, v. 34, n. 67/68, pp. 57-70. <https://doi.org/10.18055/Finis1685>
- Moreira, Maria Eugénia (2005). A dinâmica dos sistemas litorais do Sul de Moçambique durante os últimos 30 anos. *Finisterra*, v. 40, n. 79, pp. 121-135. <https://doi.org/10.18055/Finis1495>
- Oliveira, Francisco Roque de (2017). Ilídio do Amaral (1926-2017): uma vasta obra dedicada à geografia das regiões tropicais. *Finisterra*, v. 52, n. 106, pp. 149-158. <https://doi.org/10.18055/Finis12097>
- Oliveira, Francisco Roque de (2019). El México de Orlando Ribeiro: cuaderno de campo, fotografías y textos relativos a la Conferencia Regional Latinoamericana de la Unión Geográfica Internacional de 1966. *Investigaciones Geográficas*, v. 100. doi:10.14350/rig.60018
- Ollier, Cliff (1983). Tropical Geomorphology and long-term landscape evolution. *Finisterra*, v. 18, n. 36, pp. 203-221. <https://doi.org/10.18055/Finis2099>
- Ollier, Cliff (1985). Tropical rivers and geomorphology. *Finisterra*, v. 20, n. 40, pp. 273-276. <https://doi.org/10.18055/Finis2055>
- Ouma, Stefan (2022). Navigating the landscape of defiant scholarship in and beyond Africa: On archives, bridges and dangers; A commentary on Patricia Daley and Amber Murrey's 'Defiant scholarship: Dismantling coloniality in contemporary African geographies'. *Singapore Journal of Tropical Geography*, v. 43, n. 2, pp. 180-185. <https://doi.org/10.1111/sjtg.12423>
- Paiva, Daniel; Lopes, Jonathan; Oliveira, Francisco Roque de (2019). “O Brasil e a Geografia brasileira nas revistas académicas portuguesas do século XX: produção, temas e redes” In: Oliveira, Francisco Roque de e Paiva, Daniel (Eds.), *Saberes geográficos e Geografia institucional: relações luso-brasileiras no século XX*. 1. ed. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, pp. 93-106.
- Paiva, Daniel; Oliveira, Francisco Roque de (2021). Luso-Brazilian Geographies? The making of epistemic communities in semi-peripheral academic human geography. *Progress in Human Geography*, v. 45, n. 3, pp. 489-512. <https://doi.org/10.1177/0309132520923062>

- Penna, N. (2012). Planejamento urbano e estratégias empreendedoras em Brasília. *Finisterra*, v. 47, n. 93, pp. 109-127. <https://doi.org/10.18055/Finis1300>
- Pimenta, José; Sarmiento, João; Azevedo, Ana de (2011), Lusotropicalism: Tropical geography under dictatorship, 1926–1974. *Singapore Journal of Tropical Geography*, v. 32, pp. 220-235. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9493.2011.00430.x>
- Power, Marcus; Sidaway, James (2004), The Degeneration of Tropical Geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 94, pp. 585-601. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8306.2004.00415.x>
- Ramos, Catarina (2005). Carlos Alberto Medeiros – O Professor: testemunho de uma discípula. *Finisterra*, v. 40, n. 79, 47-50. <https://doi.org/10.18055/Finis1491>
- Ribeiro, Orlando (1954). *A Ilha do Fogo e as suas erupções*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Ribeiro, Orlando (1956). A festa de São Francisco Xavier em Velha Goa. *Garcia de Orta: Revista das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar*, número especial, pp. 175-181.
- Ribeiro, Orlando (1961). Nota preliminar acerca do relevo de Angola entre-os-rios Zaire e Loge. *Garcia de Orta: Revista das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar*, v. 9, n. 3, pp. 509-514.
- Ribeiro, Orlando (1966a). Orientação. *Finisterra*, v. 1, n. 1, pp. 5-9 <https://doi.org/10.18055/Finis2553>
- Ribeiro, Orlando (1966b). Geografia do Brasil: Arol de Azevedo et alia,. *Finisterra*, v. 1, n. 1, pp. 119-125. <https://doi.org/10.18055/Finis2561>
- Ribeiro, Orlando (1967). Paisagens rurais da América tropical: ensaio de geografia comparada. *Finisterra*, v. 2, n. 3, pp. 39-76. <https://doi.org/10.18055/Finis2535>
- Ribeiro, Orlando (1970). Bochimanés de Angola: M. Viegas Guerreiro. *Finisterra*, v. 5, n. 9, pp. 130-138. <https://doi.org/10.18055/Finis2479>
- Ribeiro, Orlando (1973). La pensée géographique de Pierre Gourou. *Annales de Géographie*, n. 449, pp. 1-7
- Ribeiro, Orlando (1979). Uma dissertação sobre o relevo da Baixada da Guanabara. *Finisterra*, v. 14, n. 27, pp. 76-82. <https://doi.org/10.18055/Finis2239>
- Ribeiro, Orlando (2008 [1978]). Ao Conselho Científico de Geografia. *Finisterra*, v. 43, n. 85, pp. 115-120. <https://doi.org/10.18055/Finis1416>
- Robequain, Charles (1948). *L'Indochine Française*. Paris: Armand Colin.
- Santos, Boaventura de Sousa (2008). Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e de outro. *Travessias*, v. 6/7, pp. 15-36.
- Sarmiento, João (2019). Portuguese tropical geography and decolonization in Africa: the case of Mozambique. *Journal of Historical Geography*, v. 66, pp. 20-30. <https://doi.org/10.1016/j.jhgg.2018.11.002>
- Sarmiento, João (2022). *Orlando Ribeiro – Cadernos de Campo. Angola 1960-1969*. 1. ed. Ribeirão: Edições Humus.
- Sarmiento, João; Brito-Henriques, Eduardo (2013). *Orlando Ribeiro – Cadernos de Campo, Moçambique 1960-1963*. 1. ed. Ribeirão: Edições Humus.

- Silva, Joaquim Lino da (1975). Habitat e aspectos vários da vida cuanhama: a casa. *Finisterra*, v. 10, n. 19, pp. 53-104. <https://doi.org/10.18055/Finis2321>
- Silva, Ricardo Gilson. (2021). Pandemia e desigualdades socioespaciais no Brasil: O caso de Manaus, Amazônia. *Finisterra*, v. 55, n. 115, pp. 61-68. <https://doi.org/10.18055/Finis20341>
- Souza, Mayara; Faria, José Ricardo (2021). Os sentidos da função social da propriedade na luta por habitação em Curitiba. *Finisterra*, v. 55, n. 114, pp. 157-172. <https://doi.org/10.18055/Finis19912>
- Sparkes, Andrew (2021). Making a Spectacle of Oneself in the Academy Using the H-Index: From Becoming an Artificial Person to Laughing at Absurdities. *Qualitative Inquiry*, v. 27, n. 8-9, pp. 1027-1039. <https://doi.org/10.1177/10778004211003519>
- Stamp, Dudley (1938). Land Utilization and Soil Erosion in Nigeria. *Geographical Review*, v. 28, n. 1, pp. 32-45. <https://doi.org/10.2307/210564>
- Stellfeld, Maria Carolina ; Paula, Eduardo Vedor; Passos, Everton. (2020). Escenarios predictivos del posicionamiento de la línea de costa de Matinhos – PR – Brasil: subsidios para la gestión costera. *Finisterra*, v. 55, n. 113, pp. 3-22. <https://doi.org/10.18055/Finis18639>
- Tenreiro, Francisco (1958). *Bibliografia geográfica da Guiné*. 1. ed. Lisboa: Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar.
- Tenreiro, Francisco (1961a). *A Ilha de São Tomé – Estudo Geográfico*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Tenreiro, Francisco (1961b). Colóquios sobre problemas humanos nas regiões tropicais: São Tomé, um exemplo de organização do espaço. *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, n. 51, pp. 67-84.
- Troll, Carl; Fischer, Eric (1949). Geographic science in Germany during the period 1933-1945. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 39, n. 2, pp. 99-137.
- Valverde, Orlando (1967). Geografia da pecuária no Brasil. *Finisterra*, v. 2, n. 4, pp. 244-261. <https://doi.org/10.18055/Finis2524>
- Valverde, Orlando. (1968). Sistema de roças (agricultura nômade ou itinerante). *Finisterra*, v. 3, n. 6, pp. 225-239. <https://doi.org/10.18055/Finis2505>
- Valverde, Orlando. (1977). Gênese e evolução do problema agrário brasileiro. *Finisterra*, v. 12, n. 24, pp. 211-243. <https://doi.org/10.18055/Finis2271>
- Vennetier, Pierre (1974). La zone intertropicale humide. *Finisterra*, v. 9, n. 18, pp. 338-341. <https://doi.org/10.18055/Finis2369>
- Zêzere, José Luís; Pereira, Susana; Tavares, Alexandre Olivera; Bateira, Carlos; Trigo, Ricardo; Quaresma, Ivânia; Santos, Pedro Pinto; Santos, Mónica; Verde, João (2014). DISASTER: A GIS database on hydro-geomorphologic disaster in Portugal. *Natural Hazards*, v. 72, pp. 503-532. [10.1007/s11069-013-1018-y](https://doi.org/10.1007/s11069-013-1018-y)
- Zupic, Ivan; Cater, Tomaz (2015). Bibliometric Methods in Management and Organization. *Organizational Research Methods*, v. 18, n. 3, pp. 429-472. <https://doi.org/10.1016/j.ijindorg.2014.08.002>

RESUMOS

Os debates acadêmico-institucionais de maior projeção internacional acerca do conhecimento geográfico produzido sobre regiões tropicais têm privilegiado os discursos e práticas dos mundos

anglófono e francófono e silenciado os contributos de outras comunidades epistémicas semiperiféricas que também se destacam pela sua atividade científica no «mundo tropical», como a «Escola Geográfica de Lisboa». Mobilizando métodos bibliométricos, este artigo revela uma dessas «histórias alternativas» ao examinar a produção científica publicada sobre regiões tropicais na *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia* entre 1966 e 2021. Os resultados sugerem que essa produção científica: (i) foi mais significativa entre 1966 e 1985, período em que predominaram estudos anteriores à descolonização da «África tropical portuguesa»; (ii) tem-se revalorizado devido à recente incorporação editorial das problemáticas académicas da América Latina; (iii) caracterizou-se inicialmente pela relevância de estudos geomorfológicos e de geografia urbana, regional e da população assinados por duas gerações de geógrafos associados à «Escola Geográfica de Lisboa», enquanto atualmente predominam publicações de geografia política/geopolítica, urbana e económica produzidas, sobretudo, por autores brasileiros; (iv) experienciou, em particular no domínio disciplinar da geografia humana, reconfigurações epistemológicas que originalmente se apoiam na tradição vidaliana e que na atualidade assentam em discursos e práticas relativas ao desenvolvimento desigual e à crítica colonial. Este artigo constitui a primeira abordagem sistemática do «conhecimento geográfico tropical» publicado numa revista académica portuguesa e os seus resultados pretendem alargar os debates académico-institucionais sobre a circulação dos saberes geográficos de um campo disciplinar até aqui silenciado.

Los debates académico-institucionales de mayor proyección internacional sobre el conocimiento geográfico producido sobre las regiones tropicales han privilegiado los discursos y prácticas de los mundos anglófono y francófono y silenciado los aportes de otras comunidades epistémicas semiperiféricas que también se destacan por su actividad científica en el «mundo tropical», como la «Escuela Geográfica de Lisboa». Movilizando métodos bibliométricos, este artículo revela una de estas «historias alternativas» al examinar la producción científica publicada sobre las regiones tropicales en *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografía* entre 1966 y 2021. Los resultados sugieren que esta producción científica: (i) fue más significativa entre 1966 y 1985, período en el que predominaron los estudios previos a la descolonización del «África tropical portuguesa»; (ii) ha sido revalorizada debido a la reciente incorporación editorial de temas académicos de América Latina; (iii) se caracterizó inicialmente por la relevancia de los estudios geomorfológicos y de geografía urbana, regional y poblacional firmados por dos generaciones de geógrafos asociados a la «Escuela Geográfica de Lisboa», mientras que actualmente predominan las publicaciones sobre geografía política/geopolítica, urbana y económica producidas principalmente por autores brasileños; (iv) experimentó, en particular en el dominio disciplinario de la geografía humana, reconfiguraciones epistemológicas que se basaron originalmente en la tradición vidaliana y que actualmente se basan en discursos y prácticas relacionados con el desarrollo desigual y la crítica colonial. Este artículo es el primer acercamiento sistemático al «conocimiento geográfico tropical» publicado en una revista académica portuguesa y sus resultados pretenden ampliar los debates académico-institucionales sobre la circulación del conocimiento geográfico en un campo disciplinario hasta ahora silenciado.

Academic and institutional debates of greater international projection on geographic knowledge produced about tropical regions have privileged the discourses and practices of the Anglophone and Francophone worlds while silencing the contributions of other semi-peripheral epistemic communities that also stand out for their scientific activity in the «tropical world» such as the «Lisbon School of Geography». Drawing on bibliometric methods, this paper uncovers one of these «hidden stories» by examining the scientific production published on tropical regions in *Finisterra: Portuguese Journal of Geography* between 1966 and 2021. Findings suggest that this scientific production: (i) was particularly significant between 1966 and 1985 when studies before the decolonization of «Portuguese tropical Africa» succeeded; (ii) has recently increased due to

the editorial interest in academic issues based in Latin America; (iii) it was first known by the prominence of geomorphological studies and urban, regional, and population geography studies authored by two generations of geographers associated with the «Lisbon School of Geography» while publications on political/geopolitical, urban, and economic geography produced mainly by Brazilian authors have recently emerged; (iv) experienced particularly within human geography epistemological shifts that were originally based on the Vidalian tradition towards discourses and practices related to unequal development and colonial criticism. This article constitutes the first systematic approach to «tropical geographic knowledge» published in a Portuguese academic journal and its results aim to broaden the academic-institutional debates on the circulation of geographical knowledge in a disciplinary field hitherto silenced.

Les débats académiques-institutionnels de plus grande projection internationale sur les savoirs géographiques produits dans les régions tropicales ont privilégié les discours et les pratiques des mondes anglophone et francophone et passé sous silence les apports d'autres communautés épistémiques semi-périphériques qui se distinguent également par leur activité scientifique dans le «monde tropical», comme la «École Géographique de Lisbonne». Mobilisant les méthodes bibliométriques, cet article révèle l'un de ces «récits alternatifs» en examinant la production scientifique sur les régions tropicales publiés à *Finisterra: Revue Portugaise de Géographie* entre 1966 et 2021. Les résultats suggèrent que cette production scientifique: (i) a été plus significative entre 1966 et 1985, période où prédominaient les études antérieures à la décolonisation de «l'Afrique tropicale portugaise»; (ii) a été revalorisée en raison de la récente incorporation éditoriale des questions académiques en Amérique latine; (iii) se caractérise initialement par la pertinence des études géomorphologiques et des études de géographie urbaine, régionale et de la population signées par deux générations de géographes associés à «l'École de Géographie de Lisbonne», tandis que se distinguent les publications sur la géographie politique/géopolitique, urbaine et économique produites principalement par des auteurs brésiliens; (iv) a enregistré, notamment dans le domaine disciplinaire de la géographie humaine, des reconfigurations épistémologiques qui s'appuyaient à l'origine sur la tradition vidalienne et qui reposent actuellement sur des discours et pratiques liés au développement inégal et à la critique coloniale. Cet article est la première approche systématique des «savoirs géographiques tropicaux» publiée dans une revue académique portugaise et ses résultats visent à élargir les débats académiques-institutionnels sur la circulation des savoirs géographiques dans un champ disciplinaire jusqu'ici passé sous silence.

ÍNDICE

Palavras-chave: Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia, regiões tropicais, comunidade epistémica, Escola Geográfica de Lisboa, análise bibliométrica

Palabras claves: Finisterra: Revista Portuguesa de Geografía, regiones tropicales, comunidad epistémica, Escuela Geográfica de Lisboa, análisis bibliométrico

Índice cronológico: 1966-2021

Índice geográfico: Finisterra, Portugal

Keywords: Finisterra: Portuguese Journal of Geography, tropical regions, epistemic community, Lisbon School of Geography, bibliometric analysis

Mots-clés: Finisterra : Revue Portugaise de Géographie, régions tropicales, communauté épistémique, École de Géographie de Lisbonne, analyse bibliométrique

AUTOR

DIOGO GASPAR SILVA

Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa. Email: diogosilva4@campus.ul.pt ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5142-7176>

Geografia e colonialismo português no equador

O Relatório da primeira campanha de estudo de Francisco Tenreiro em São Tomé (1956) e o seu contexto institucional e político

Geografía y colonialismo portugués en el ecuador: el Informe de la primera campaña de estudios de Francisco Tenreiro en São Tomé (1956) y su contexto institucional y político

Geography and Portuguese colonialism on the Equator: the Report of Francisco Tenreiro's first fieldwork practice in São Tomé (1956) and its institutional and political context

Géographie et colonialisme à l'équateur: le Rapport de la première campagne d'étude de Francisco Tenreiro à São Tomé (1956) et son contexte institutionnel et politique

Francisco Roque de Oliveira

NOTA DO EDITOR

Submetido 13 Jul. 2022; Aceito 8 Out. 2022

A pesquisa para este artigo foi financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (Portugal), no âmbito do projecto “RegRural - Regular o Rural Colonial: Aldeamento de Guerra no Colonialismo Português Tardio” (ref.^a EXPL/GES-URB/1284/2021), Centro de Estudos Sociais/ Universidade de Coimbra. Agradeço a Anísia Moreira, João Ribeiro, João Sarmiento, Maria João Raimundo, Sandra Domingues, Raquel Garcia dos Santos e Xavier Muñoz i Torrent a colaboração prestada em diferentes fases deste trabalho.

- 1 A 1 de Abril de 1957, Francisco José de Vasques Tenreiro (1921-1963), então segundo assistente da secção de Ciências Geográficas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, endereçou ao Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões

Geográficas e de Investigações do Ultramar (JIU), organismo dependente do Ministério do Ultramar português, o relatório da missão de estudo que realizara na ilha de São Tomé entre 12 de Agosto e 14 de Outubro do ano anterior. O Arquivo do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa guarda uma cópia deste documento inédito de 25 páginas dactilografadas, intitulado *Estudo Geográfico da Ilha de São Tomé: Relatório Preliminar* (CEG/Arq./FT/19). Este arquivo guarda também uma série de outros documentos, tanto de carácter administrativo como de natureza mais pessoal, que ajudam a reconstituir o contexto institucional, científico e político que enquadrou a elaboração deste relatório.

- 2 Partimos desta base documental para descrever e situar este trabalho no conjunto da obra geográfica de Francisco Tenreiro, sabendo de antemão que se trata de um escrito que sintetiza a primeira experiência de trabalho de campo realizada por Tenreiro nessa ilha do golfo da Guiné, onde nascera 35 anos antes, mas que deixara ainda criança. Adiante-se também que a sua monografia *A Ilha de São Tomé: estudo geográfico*, apresentada como tese de doutoramento em Geografia à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1961, será o corolário da breve carreira científica de não mais de 15 anos deste nome associado à «Escola de Lisboa» de Geografia, organizada em torno de Orlando Ribeiro (1911-1997) e do Centro de Estudos Geográficos a partir de meados do século XX (Tenreiro, 1961a; Oliveira, 2017). Se a figura de Francisco Tenreiro extravasa largamente o âmbito da ciência geográfica, sendo que é sobretudo reconhecido pela sua obra poética e pela importância do papel que desempenhou na afirmação da «africanidade» ou «negritude» na literatura de expressão portuguesa (Espírito Santo, 1993; Sanches, 2013; Mata, 2015; Sampaio, 2022), tema que escapa ao propósito destas linhas, o seu trabalho de geógrafo – todo ele assinado apenas com o primeiro nome, ao invés do que o acontece com a sua poesia e os seus escritos de crítica literária, que assina com o nome composto Francisco José – tem sido alvo de um estudo intermitente, mas nem por isso menos atento à relevância deste legado para a história da Geografia portuguesa em contexto de colonialismo tardio (Amaral, 1963-1964; Brito, 1966; Medeiros, 1996; Seibert, 2008; Jerónimo, 2010; Oliveira, 2021a).
- 3 A reconstituição que ensaiaremos das circunstâncias de produção do *Relatório Preliminar* que Francisco Tenreiro endereçou em 1957 ao geólogo João Carrington da Costa (1891-1982), à data presidente da JIU, importa-nos para conseguirmos uma aproximação a três aspectos sensíveis da designada Geografia tropical portuguesa, praticada entre o termo da II Guerra Mundial e a conclusão do processo de descolonização de Portugal em África, em meados da década de 1970. O primeiro tópico que pretendemos explorar diz respeito à própria natureza do trabalho de campo do geógrafo em meio tropical. Não sendo um objecto específico de trabalho de campo, ao invés das fotografias ou dos próprios cadernos de campo, por exemplo, o *Relatório* em causa deixa-nos, ainda assim, pistas suficientes para a reconstituição de algumas das mais importantes facetas dessa prática orgânica do saber geográfico normalizada na transição do século XIX para o século XX pelas escolas alemã e francesa de Geografia (Halair, 2017; Oliveira, 2019; Oliveira, 2021b).
- 4 A segunda questão que pretendemos observar prende-se com algumas particularidades conceptuais e discursivas acolhidas ou introduzidas por Tenreiro como reflexo da alteração do contexto geopolítico marcado pela dissolução dos impérios coloniais europeus no segundo pós-guerra. Tendo presente o referido enquadramento institucional dado pela JIU, trata-se aqui de actualizar, com base neste relatório, o

estudo das relações umbilicais existentes entre Geografia e poder em contexto colonial no momento charneira correspondente à grande vaga da descolonização da segunda metade da década de 50, à qual o regime do Estado Novo português (1933-1974) resistiu até ao fim, num processo que culminou na guerra colonial de 1961-1974 (Driver, 2006; Butlin, 2009; Valentim, 2017, 2000; Clayton, 2020; Sarmiento, 2021).

- 5 Por último, partiremos da documentação de arquivo seleccionada para identificar algumas pistas que relacionam o programa científico da Geografia portuguesa representado por Francisco Tenreiro com actores, redes de pesquisa, agências e fóruns de cooperação científica e técnica internacional. Esta linha de inquérito permitirá aplicar a este caso uma leitura que, longe de se resguardar numa análise essencialmente «nacional» da experiência de Tenreiro, revê nela elementos associados à mobilidade dos saberes e das experiências, conforme o programa geral da história das ciências que vem insistindo na importância de conceitos como trânsito, redes ou geografias da ciência (Meusburger, Livingstone e Jöns, 2010; Claval, 2013a; Jöns, Meusburger e Heffernan, 2017; Ribeiro, 2021).

Antecedentes e contexto da missão a São Tomé

- 6 Ao realizar a sua primeira experiência de trabalho de campo em São Tomé, em 1956, Francisco Tenreiro cumpre o preceito que estipulava que a preparação bibliográfica devia anteceder qualquer campanha no terreno. Orlando Ribeiro, o seu principal mentor no domínio da Geografia, fizera questão de sublinhar a mesma ideia no início de uma notícia sumária sobre a missão científica à Guiné Portuguesa que realizara em 1947 por encargo da Junta de Investigações Coloniais, correspondente à anterior designação da JIU (Ribeiro, 1950). Desde já, diga-se que a sequência de tópicos elencada por Ribeiro nesse texto sobre a Missão de Geografia à actual Guiné-Bissau, publicado em 1950 nos *Anais da Junta de Investigações Coloniais*, corresponde a um modelo manifestamente replicado por Francisco Tenreiro para expor à direcção da JIU a súmula dos resultados da sua campanha de 1956 em São Tomé.
- 7 Entre 1952 e 1953, Francisco Tenreiro publicara dois trabalhos com temas relevantes para o conhecimento da geografia são-tomense, os quais tinham sido apresentados no XVI Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional (UGI), organizado em Lisboa, em 1949, pelo pequeno grupo reunido em torno de Ribeiro no Centro de Estudos Geográficos e cuja preparação o próprio Tenreiro secretariara (Hamelin, 1996). Por um lado, tratara-se de uma comunicação sobre a agricultura da ilha, que levava à sessão de «Geografia da colonização» desse congresso (Tenreiro, 1952). Por outro lado, apresentara aí uma leitura dos elementos geográficos presentes numa relação anónima quinhentista de uma viagem de Lisboa a São Tomé (Tenreiro, 1953). Pela mesma altura, resenhou os principais aspectos da colonização de São Tomé numa comunicação lida na secção de «Ciências Sociais» do XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Tenreiro, 1950a). Pouco antes da sua partida para São Tomé, enviara ainda para publicação dois outros textos reveladores do seu já frequente contacto com a principal bibliografia disponível sobre aspectos históricos e contemporâneos de São Tomé: uma análise comparativa entre a colonização e a ocupação dos espaços insulares de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, publicada no periódico *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação* (Tenreiro, 1956a), e uma síntese histórico-geográfica sobre as ilhas do golfo da Guiné escrita por encargo da Sociedade

de Geografia de Lisboa, por ocasião da realização da designada «Semana do Ultramar» (Tenreiro, 1956b).

- 8 Quando descreve as razões pelas quais fora enviado a São Tomé, em 1956, «para proceder ao estudo geográfico, físico e humano, da ilha» (CEG/Arq./FT/19: 2), Tenreiro começa por recordar os ensinamentos recolhidos nas aulas de Geografia Colonial e Topografia ministradas na Escola Superior Colonial por António de Medeiros Gouveia (1900-1972). Este geógrafo físico doutorara-se na Universidade de Coimbra com uma tese sobre os aspectos fisiográficos do Algarve (1938), mas é sobretudo reconhecido por ter secretariado, por longos anos, o Instituto para a Alta Cultura, organismo para a política científica sob tutela do Ministério da Educação Nacional português (Rollo et al., 2012; Mesquita, 2018). De facto, entre 1944 e 1948, Tenreiro frequentou o Curso Superior Colonial da antiga Escola Superior Colonial, onde desempenhou uma acção notória de divulgação cultural no âmbito da respectiva Associação Académica, que incluiu a organização da 1.^a *Semana de Arte Negra*. Nesse período, por recomendação do mesmo Medeiros Gouveia, inicia a sua colaboração com o Centro de Estudos Geográficos, onde Orlando Ribeiro o acolhe em 1947, ainda estudante, e orientará a sua especialização geográfica. A maior parte dos trabalhos de seminário que Tenreiro realizou neste Centro anexo à Faculdade de Letras de Lisboa incidiram já sobre as matérias próprias da geografia humana das ilhas do golfo da Guiné e da própria Guiné. Concluídos o curso na Escola Colonial e os trabalhos de organização do Congresso da UGI, Tenreiro ingressou no quadro administrativo do Ministério do Ultramar, onde se manteve entre Junho de 1950 e Outubro de 1955, quando foi contratado como assistente da Faculdade de Letras, por proposta de Orlando Ribeiro. Tenreiro passou então a ter a seu cargo a regência das cadeiras de Etnologia, Geografia Política e Económica e Geografia Colonial do Curso de Geografia (CEG/Arq./FT/19; CEG/Arq./FT/29; Tenreiro, 1961b).
- 9 Pouco antes de assinar o seu contrato com a Faculdade de Letras, Francisco Tenreiro beneficiou de uma bolsa de estudo articulada entre o British Council de Portugal e o Ministério do Ultramar, para frequentar os cursos de especialização em «Geografia da Colonização» na London School of Economics and Political Sciences da Universidade de Londres (LSE). Na LSE, onde permaneceu entre Outubro de 1954 e Agosto de 1955 (CEG/Arq./FT/26: 1), Tenreiro recebeu de Ronald James Harrison-Church (1915-1998) a principal orientação no campo da Geografia, ao mesmo tempo que ouviu o antropólogo Cyril Daryll Forde (1902-1973) nas matérias de Antropologia da África Ocidental. Em carta dirigida ao presidente da JIU, na Páscoa de 1956 (CEG/Arq./FT/26), Tenreiro reconhece ter também beneficiado durante a sua estada em Inglaterra do convívio com Laurence Dudley Stamp (1898-1966), professor de Geografia Social na Universidade de Londres e então presidente da União Geográfica Internacional, e com Lord Hailey – William Malcom Hailey (1872-1969) –, antigo governador de várias províncias da Índia Britânica e coordenador de *An African Survey: a study of problems arising in Africa south of the Sahara* (1938) – uma monumental súpula sobre África que, entre tudo o mais, fora particularmente crítica do colonialismo português.
- 10 Valerá referir já aqui que, logo em 1957, Lord Hailey proferirá na Sociedade de Geografia de Lisboa uma conferência intitulada «The Rising Spirit of Africanism», enquadrada numa série de iniciativas promovidas pelas autoridades portuguesas para discutir a natureza dos impérios e a experiência dos distintos modelos de «assimilação» das populações colonizadas. Além da presença de Hailey, receberam-se neste contexto

visitas como os do então jovem sociólogo Georges Balandier (1920-2016), que veio a Lisboa analisar a actualidade da África Negra, e do historiador Arnold Toynbee (1889-1975), que discorreu sobre «O Ocidente e o Futuro». No horizonte, visava-se recolher e sistematizar argumentos teóricos para a justificação da própria política colonial portuguesa. A montante de tudo isto reconhecemos facilmente os efeitos da Conferência de Bandung, de 1955, e a crescente pressão então exercida sobre Portugal pelas comissões e órgãos das Nações Unidas no sentido de efectivar a descolonização (CEG/Arq./FT/26; Copans, 2001; Curto, 2013; Oliveira, 2015; Alexandre, 2017).

- 11 Já em carta enviada a Orlando Ribeiro poucas semanas depois de se ter instalado em Londres, Tenreiro refere ter assistido a diversas conferências, de entre as quais destaca uma de Toynbee, ao mesmo tempo que enuncia o tema geral dos trabalhos que irá realizar na LSE: «Visito exposições, assisto a conferências, oiço sumidades (uma delas foi o prestigiador, da história, Toynbee) procurando sempre não me desencaminhar do fim em vista, ou seja o estudo do continente africano em geral, e em particular a África Ocidental e as suas culturas, especialmente a do cacau» (CEG/Arq./FT/41: 1). Na mesma carta, refere que Harrison-Church acabara de redigir, com base nos trabalhos de Ribeiro e dos seus próprios estudos de Geografia, os capítulos sobre a Guiné e São Tomé destinados ao livro *West Africa: a study of the environment and man's use of it*, cuja primeira edição Church publicaria ainda em 1955.
- 12 Em outra carta, que indicia ter sido a primeira que enviou a Ribeiro a partir de Londres, Tenreiro esclarece que providenciara «em devido tempo» o envio para Harrison-Church dos seus escritos sobre São Tomé, pelo que logo na primeira conversa que haviam tido na LSE se pudera aperceber que Church já se encontrava a trabalhar nesses escritos. Nessa altura, formula da seguinte forma o seu próprio plano de trabalho, insistindo que o tema fora escolhido por si de modo a tirar partido do rico material bibliográfico e cartográfico disponível na LSE: «O motivo da minha “investigação” será a preparação de um trabalho comparativo acerca da cultura do cacau (aspectos de geografia cultural e económica) na ilha de S. Tomé, Costa do Ouro e Nigéria» (CEG/Arq./FT/42: 1). E, adiante, Tenreiro reforça o princípio metodológico que, longe de se escudar no estudo de casos isolados, subentende o recurso sistemático à comparação entre quadros semelhantes: «Com o que já tenho estudado acerca de S. Tomé e com o estudo que agora farei das Colónias Inglesas produtoras de cacau, restar-me-á a parte francesa, que mesmo aí em Lisboa, e com a sua ajuda, poderei fazer. Aliás este tema do cacau é inesgotável... se pensarmos ainda no que haveria a estudar sobre o assunto no Brasil» (CEG/Arq./FT/42: 2; Bruneau e Courade, 1984). Veremos já a seguir que no *Relatório preliminar* de 1957 Tenreiro dará continuidade a estas ideias, desde logo àquelas que associam a realidade de São Tomé à do Brasil colonial.
- 13 Pela correspondência trocada com Orlando Ribeiro, sabemos também que, em Março de 1955, Francisco Tenreiro colabora com Daryll Forde na preparação da «Bibliografia Africana». Trata-se de uma referência à *Selected annotated bibliography of tropical Africa* publicada nesse mesmo ano em Londres pelo International African Institute, organização dirigida pelo próprio Forde, e para a qual Tenreiro contribuiu com um texto onde se registavam quase três centenas de títulos portugueses (Tenreiro, 1961b; Amaral, 1979). Quando aborda esta matéria com Orlando Ribeiro, Tenreiro escolhe usar papel timbrado do International African Institute e solicita a colaboração dos funcionários do Centro de Estudos Geográficos e da Sociedade de Geografia de Lisboa na tarefa de revisão das fichas bibliográficas, com o que manifestamente oficializa uma

colaboração de tipo institucional entre Londres e Lisboa para a execução deste projecto de edição (CEG/Arq./FT/39).

- 14 Olhando ainda estas cartas de Londres, destacam-se dois outros assuntos que terão consequências no percurso científico de Francisco Tenreiro, em particular no que se refere à articulação com outras missões de estudo e outros círculos de afinidade internacionais. No primeiro caso, surge-nos aí a indicação de que Tenreiro fizera, «à última da hora», um requerimento ao Ministro do Ultramar – no caso, o comandante Manuel Sarmiento Rodrigues (1899-1979) –, no sentido de se manter associado à Missão Científica à Ilha de São Tomé, criada no âmbito da JIU em Agosto de 1954. Tenreiro chegara a ser indicado para esta missão, que tinha como objectivo o «estudo de vários aspectos da história natural, etno-sociologia e economia de S. Tomé e Príncipe» (República Portuguesa, 1954). A Missão era chefiada pelo engenheiro civil e economista Ezequiel de Campos (1874-1965), que começara a sua carreira profissional como auxiliar do quadro das Obras Públicas de São Tomé e Príncipe, em 1899, e fora catedrático de Ciências Económico-Sociais da entretanto extinta Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, entre 1928 e 1944 (Nunes, 2012). Tenreiro não pudera acompanhar as campanhas da Missão Científica a São Tomé em virtude do compromisso com a LSE, mas insiste aqui na manutenção desse vínculo, apesar de também saber que contava com resistências da parte de outros membros dessa Missão.
- 15 Um deles seria o antropólogo António de Almeida (1900-1984), professor na Escola Superior Colonial e chefe da campanha de trabalhos que se realizou no arquipélago em 1954 (Travassos, 2021). Os termos com que Tenreiro se refere a Almeida não são meigos, mas oferecem, em contrapartida, uma interessante perspectiva sobre o microcosmos das rivalidades pessoais e disciplinares próprio das elites científicas da época. Tenreiro também traz à colação o filólogo Luís Silveira (1912-2000), que era secretário da Comissão Executiva da JIU, organismo que durante muito tempo funcionou sem outros elementos para além do próprio secretário: «Sei que sobre o assunto foi mandada ouvir a Junta do Dr. Silveira. O que esta informou desconheço. Sei aliás que o meu “grande” amigo António de Almeida não vê isso com bons olhos... certamente, porque tem algum parente para encaixar na Missão» (CEG/Arq./FT/42: 2; República Portuguesa, 1950).
- 16 Ante as dificuldades, Tenreiro apela a Orlando Ribeiro para que este interceda por forma a poder «realizar o sonho» de ir a São Tomé em missão de trabalho. Ao mesmo tempo, refere que escreverá em breve a António Mendes Correia (1888-1960), simultaneamente presidente da Escola Superior Colonial, do Plenário da JIU e da Sociedade de Geografia de Lisboa, além de deputado na Assembleia Nacional e antigo presidente da Câmara do Porto (CEG/Arq./FT/42: 2-3). O médico e antropólogo Mendes Correia foi uma figura central da «Escola do Porto» de Antropologia, a partir da qual impulsionou decisivamente a orientação colonial que esta disciplina adquiriu nas ciências sociais portuguesas na primeira metade do século XX. A série de cargos públicos que acumulava nessa fase adiantada da sua carreira faziam dele, porventura, o cientista social mais influente na sociedade portuguesa da época (Pereira, 2021).
- 17 A outra indicação relevante que se extrai desta correspondência surge na seguinte passagem em que Francisco Tenreiro também alude à viagem que desejava realizar a África: «Oxalá, quando regressar a Portugal, me esteja ainda aberta a possibilidade de ir a S. Tomé assistir à conferência da CIAO» (CEG/Arq./FT/42: 2). Trata-se de uma referência à 6.ª sessão da Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais (CIAO), que veio a ocorrer em São Tomé em 1956, depois de a sua realização ter estado prevista

para o ano anterior. De resto, a Missão Científica a São Tomé da JIU, instituída em 1954 e colocada sob a chefia de Ezequiel de Campos, como referimos, fora concebida para preparar a elaboração de resultados em várias temáticas a apresentar a essa conferência internacional (República Portuguesa, 1954). Nessa altura, a CIAO funcionava sob a égide da Comissão de Cooperação Técnica na África a Sul do Sara (CCTA), criada em 1950, e actuava como «Conselho Científico Regional» do designado Conselho Científico Regional para a África a Sul do Sara (CSA) – que, por sua vez, seria absorvido em 1964 pela Comissão Científica, Técnica e de Pesquisa da Organização de Unidade Africana (entretanto substituída pela União Africana).

- 18 A CIAO tinha sido instituída a partir de uma iniciativa do Institut Français de l’Afrique Noire (IFAN), fundado em 1936, em Dakar, sob a égide do governo-geral da África Ocidental Francesa, o qual também teria continuidade em contexto pós-colonial como Institut Fondamentale de l’Afrique Noire. Em 1938, a direcção do IFAN foi confiada ao naturalista Théodore Monod (1902-2000), que se manteve no cargo até 1965. O termo da II Guerra relançou as condições para o funcionamento das actividades deste organismo, tendo a primeira sessão da CIAO sido realizada em Dakar, em 1945, integrando representantes dos quatro países europeus com interesses imperiais nessa sub-região africana – França, Reino Unido, Espanha e Portugal. Estes mesmos países definiam o respectivo âmbito geográfico como correspondendo ao «conjunto dos territórios respeitantes ao Litoral Atlântico entre o Trópico de Câncer e o Equador, assim como as ilhas compreendidas nos mesmos limites» (CSA, 1956; Solotareff, 1996; Ágoas, 2020; Castelo e Ágoas, 2020).

O círculo Bissau-Dakar

- 19 O «Plano de investigação científica colonial» elaborado em 1941 pela então ainda designada Junta de Investigações Coloniais, de modo a realizar aquilo que o governo português definia como «ocupação científica do ultramar», preconizava a importância da pesquisa «sob o aspecto internacional», seguindo para o efeito as recomendações da African Research Survey, mormente a que indicava que «a África não pode ser convenientemente estudada na Europa» (Ministério das Colónias, 1945: 22; Rollo et al., 2012). Mas o desenvolvimento das agendas coloniais francesa e inglesa relativas aos territórios limítrofes do pequeno enclave que constituía a Guiné Portuguesa, a par da crescente influência diplomática norte-americana sobre essa região pressentida por Portugal desde meados da década de 1940, activaram a mobilização das principais instâncias e agentes científicos portugueses, à cabeça dos quais se distinguiu Mendes Correia, então presidente da Junta. A isso acrescia o significado da Guiné para o imaginário colonial português, num momento em que o Estado Novo realizava as «Comemorações do V Centenário da Descoberta da Guiné» (1946) (Valentim, 2007; Silva, 2008).
- 20 Entre Dezembro de 1945 e Janeiro de 1946, Mendes Correia visitou a Guiné Portuguesa e Dakar, tendo articulado durante a sua passagem pelo Senegal a vinda de Monod a Lisboa, em 1946, onde o director do IFAN realizaria conferências e contactaria organismos científicos e coloniais. O principal propósito da viagem de Mendes Correia à África Ocidental Francesa e à Guiné Portuguesa foi a preparação da importante Missão Antropológica e Etnológica da Guiné (1946-1947), que o próprio Mendes Correia orientou a partir de Lisboa e que foi dirigida no terreno pelo zoólogo Amílcar de

Magalhães Mateus (1911-1996?). Embora não tenha vindo a estar presente na 1.^a CIAO, Mendes Correia enviou a esta conferência uma comunicação sobre os estudos antropológicos em Cabo Verde e na Guiné, ao mesmo tempo que assumiu as funções de delegado de Portugal na Comissão Internacional Permanente da CIAO e de presidente do Comité Organizador português responsável pela segunda sessão destas conferências, que se veio a realizar em Bissau, capital da Guiné Portuguesa, em Fevereiro de 1947. Por seu turno, caberia a Amílcar Mateus apresentar os primeiros dados colhidos durante a primeira campanha da Missão Antropológica da JIU (Abril-Agosto de 1946) nas sessões da 2.^a CIAO (Matos, 2012; Matos, 2020; Martins, 2014; Santos, 2021).

- 21 Foi neste contexto – que articula a promoção do conhecimento científico relativos às colónias, com a inserção da ciência portuguesa em redes internacionais de pesquisa, como era o caso da CIAO – que se concretizou a adesão do espaço disciplinar da Geografia universitária portuguesa ao terreno tropical explicitado por Francisco Tenreiro cerca de uma década depois, ao manifestar o seu desejo de participar na 6.^a sessão da CIAO, que se veio a realizar em São Tomé, em 1956. De facto, à parte a constituição da missão antropológica de 1946-1947, a JIU liderada por Mendes Correia decide enviar à Guiné duas outras missões que preparassem a apresentação de resultados na CIAO, uma Missão de Geologia e uma Missão de Estudos de Geografia Física e Humana, sendo que esta última ficava agrupada à missão de estudos geológicos. Enquanto a Missão de Geologia foi confiada a Carrington da Costa, Orlando Ribeiro chefiou a Missão de Geografia. A isto acrescia o convite que Mendes Correia endereçou a Ribeiro para que este integrasse a comissão organizadora da CIAO de Bissau na qualidade de segundo-delegado português (Ribeiro, 1950).
- 22 Ocupado, nessa altura, com o projecto de uma missão de Geografia Humana a Cabo Verde, Orlando Ribeiro desvia-se desse seu interesse inicial de pesquisa e realiza um intenso trabalho de campo na Guiné entre Março e Maio de 1947. Este é rematado com uma segunda viagem à Guiné, realizada em Dezembro desse mesmo ano, durante a qual Ribeiro toma parte nas sessões e nas excursões da 2.^a CIAO. Estas duas viagens foram acompanhadas por um estreitar de contactos com os investigadores de Dakar, designadamente com Monod e Jacques Richard-Molard (1913-1951), chefe da Secção de Geografia do IFAN, de quem Ribeiro obteve diverso material bibliográfico e cartográfico (Blanchard, 1952; Solotareff, 1996; Tissier, 2011). A partir desta experiência, Ribeiro projecta realizar, com o patrocínio da JIU, um estudo sobre as colónias portuguesas na região que englobasse, simultaneamente, Cabo Verde, a Guiné e São Tomé (Ribeiro, 1950). Se o seu trabalho futuro sobre o arquipélago cabo-verdiano ficará assinalado por uma das mais conseguidas monografias da «Escola de Lisboa» que veio a ser *A Ilha do Fogo e as suas erupções* (1954), o facto é que Ribeiro acabará por não concretizar uma síntese geográfica sobre a Guiné Portuguesa, a respeito da qual apenas legou alguns textos esparsos, o último dos quais o curto capítulo intitulado «The Portuguese Province of Guinea. Land of estuaries and rivers» que Harrison-Church incluiu no referido livro *West Africa* (Havik e Daveau, 2010; Havik, 2013).
- 23 Fosse como fosse, caberia a Francisco Tenreiro executar o essencial daquilo que os geógrafos de Lisboa fariam nas décadas seguintes sobre os dois territórios em falta no projecto de trabalho gizado por Orlando Ribeiro em 1947, à sua volta de Bissau. De facto, enquanto a monografia que Tenreiro escreveu sobre São Tomé não seria superada por nenhum trabalho posterior consagrado a esse espaço, também para a Guiné o seu contributo seria notado. Desde logo, Tenreiro aproveitou o material

recolhido por Ribeiro em 1947 para escrever o longo ensaio «Acerca da casa e do povoamento na Guiné», que publicou em 1950 na qualidade de «colaborador» da Missão de Geografia da Guiné – designação que surge a partir de 1948, quando a anterior Missão de Geografia Física e Humana da Guiné ganha autonomia própria em relação à Missão de Geologia (República Portuguesa, 1948; Tenreiro, 1950b; Sarmiento, 2022). Este estudo de Tenreiro tem também por base os recentes inquéritos etnográficos conduzidos por Avelino Teixeira da Mota (1920-1982) e pela equipa que este oficial da marinha e historiador reunira em torno de si no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, fundado em Bissau, em 1945, e que colaborava estreitamente com o IFAN, em particular com o geógrafo Richard-Molard (Mota, 1948). Por outro lado, Tenreiro elaborou – sempre sob orientação de Ribeiro – uma *Bibliografia geográfica da Guiné*, correspondente a outra das tarefas prevista no plano de trabalhos da Missão de Geografia da Guiné (Tenreiro, 1954). Regista 453 títulos publicados até ao ano de 1953, seguindo de perto o esquema adoptado na *Bibliografia Geográfica de Portugal* organizada e completada pelo geomorfólogo Mariano Feio (1914-2001) no Centro de Estudos Geográficos de Lisboa a partir de várias resenhas dispersas anteriormente publicadas pelo geógrafo alemão Hermann Lautensach (1886-1971) (Lautensach e Feio, 1948; Daveau, 2002). A *Bibliografia da Guiné* constitui um precedente claro do tipo de colaboração que Tenreiro emprestará pouco depois à *Bibliography of tropical Africa* de Daryll Forde.

- 24 A troca de correspondência e restante material de arquivo referente à Missão de Geografia da Guiné tanto nos permite constatar em que medida o perfil de investigação geográfica trilhado por Tenreiro descola do seu envolvimento inicial com a investigação que Orlando Ribeiro iniciou em 1947 sobre a Guiné Portuguesa por encargo da JIU, mas também como esta colaboração – que acontecia, note-se, sem que Tenreiro por enquanto tivesse tido acesso directo ao terreno africano – levaria ao seu próprio envolvimento com a estrutura institucional da CIAO. Assim, pelo *Relatório da Missão de Geografia da Guiné* de 1948, confirmamos que Tenreiro realizara a parte principal do levantamento bibliográfico que Ribeiro nessa altura ainda pensava aproveitar para a edição de uma «Bibliografia Geográfica das Colónias Portuguesas». Coubera-lhe também coadjuvar Orlando Ribeiro na ordenação e classificação das fotografias recolhidas durante a campanha de 1947 e apresentar, em Seminário entretanto realizado no Centro de Estudos Geográficos, a «Análise de alguns trabalhos de Etnografia publicados pelo Centro de Estudos da Guiné Portuguesa», referência esta que remete directamente para os inquéritos etnográficos de Teixeira da Mota, que acabámos de referir (CEG/Arq./GNB/51). Mais de três anos depois do início dos trabalhos, o facto era que a Missão de Geografia da Guiné continuava reduzida ao seu chefe e à colaboração quase informal de Francisco Tenreiro. Ante isto, Orlando Ribeiro propõe à JIU que Tenreiro fosse nomeado «segundo assistente, adjunto da Missão de Geografia da Guiné» (CEG/Arq./GNB/27: 1), requerimento a que o Presidente da Junta deu o seu visto bom, mas que o então Ministro das Colónias, o capitão Teófilo Duarte (1898-1958), acabou por recusar, com o argumento «da compressão de despesas a fazer» (CEG/Arq./GNB/28: 1).
- 25 Tal não impediu que Orlando Ribeiro continuasse a promover o nome de Francisco Tenreiro, desta feita no âmbito da CIAO. É o que acontece na circular que Mendes Correia e Orlando Ribeiro preparam, na qualidade de membros da Comissão Internacional Permanente da CIAO, para a chamada de trabalhos a apresentar na 5.^a sessão destas conferências, que se realizaria em Abidjan (Costa do Marfim), em 1953. Tenreiro é o último nome que consta da lista restrita de 24 pessoas «a quem pode ser

- mandada a circular da C.I.A.O.», como se lê em nota apensa ao rascunho desse texto. O seu nome ia integrado no contingente de possíveis conferencistas aptos a tratar temas sobre São Tomé e Príncipe, encabeçado por Ezequiel de Campos (CEG/Arq./CIAO/31). Outro documento da mesma época revela que Mendes Correia propôs a Sarmento Rodrigues, Ministro do Ultramar, que a representação efectiva da metrópole nessa reunião da CIAO fosse incumbida a Orlando Ribeiro e a Francisco Tenreiro, mas o novo ministro vetou também o nome de Tenreiro, alegando que a vaga em causa estava reservada para o delegado da Guiné (CEG/Arq./CIAO/42).
- 26 Orlando Ribeiro reagiu de pronto a este despacho ministerial, cancelando o seu propósito de participar na reunião de Abidjan, na qual já se tinha comprometido a apresentar duas comunicações, uma sobre o campo eruptivo da ilha do Fogo, em Cabo Verde, e outra intitulada «Réflexions sur la conception de régions tropicales et de régions équatoriales» (CEG/Arq./CIAO/37, 41, 43). Ao mesmo tempo, expressou a vontade de renunciar ao seu lugar na Comissão Permanente da CIAO e de fazer-se substituir por Teixeira da Mota, decisão que comunicou, simultaneamente, ao presidente da JIU e a Monod (CEG/Arq./CIAO/46, 47, 49). A JIU, reunida em Sessão Plenária, declarar-se-á incompetente para deliberar sobre o pedido de demissão de Ribeiro, julgando que «o caso deve ser presente a nova reunião das C.I.A.O.» (CEG/Arq./CIAO/48). Tal foi pouco mais ou menos o mesmo que Monod transmitiu a Ribeiro, ao dizer-lhe que apenas a Sessão Plenária da CIAO poderia pronunciar-se sobre a substituição de membros da respectiva Comissão Internacional Permanente (CEG/Arq./CIAO/49).
- 27 Se este episódio deverá sobretudo decorrer das tensões entre as delegações metropolitana e da colónia guineense que vinham de edições anteriores das CIAO (Ágoas, 2020) – sendo, portanto, alheio à figura de Tenreiro –, confirma-nos, em qualquer caso, que o nome deste último estava definitivamente associado ao projecto científico que Ribeiro desenhara para articular a Geografia de Lisboa à CIAO. A isto acrescia o facto de, desde 1951, estar definido que a respectiva 6ª sessão se deveria realizar na colónia portuguesa de São Tomé, em 1955, o que só reforça os argumentos que Orlando Ribeiro tinha para querer envolver Francisco Tenreiro nas redes «africanistas» da CIAO e do IFAN, mesmo que este ainda não fosse nem um académico nem sequer formalmente um geógrafo, mas apenas um terceiro-oficial interino no quadro administrativo do Ministério do Ultramar, diplomado com o Curso Colonial. Um último elemento indicia o envolvimento do próprio Tenreiro nos preparativos da 5ª CIAO: as notas manuscritas intituladas «Plano de trabalhos para S. Tomé tendo em vista a realização da próxima CIAO», que aparecem escritas no verso de quadro folhas de um formulário que devia ser preenchido pelos funcionários da Repartição de Pessoal Civil Colonial do até pouco antes designado Ministério das Colónias antes de embarcarem com destino às colónias portuguesas em África ou na Ásia.
- 28 Neste caso, trata-se de um documento não datado nem assinado. No entanto, reconhecemos com facilidade a caligrafia de Tenreiro. Traz igualmente uma nota sobre a elaboração em curso da *Bibliografia geográfica da Guiné*, pista esta que nos confirma uma data não posterior a 1953. Está organizado em três pontos, assim apresentados: «A. Trabalhos de base»; «B. Pequenas comunicações»; «C. Propaganda da ilha visando atrair à mesma um pouco de turismo». «A» abre com a proposta de «Elaboração de uma monografia sobre a ilha de S. Tomé, nos moldes da elaborada pelo Prof. Orlando Ribeiro para a ilha da Madeira», uma referência alusiva ao estudo geográfico que Ribeiro

preparara para uma das excursões do Congresso da UGI de 1949, o qual irá servir de modelo para a generalidade das monografias sobre espaços insulares produzidas pela «Escola de Lisboa» (Ribeiro, 1949). Neste ponto, Tenreiro propõe também a reedição, em forma de edições críticas, de trabalhos esgotados, mas «muito curiosos», sobre as ilhas do golfo da Guiné, à cabeça dos quais a relação anónima quinhentista da navegação de Lisboa a São Tomé que ele próprio apresentara no congresso de 1949 e a *História Etnographica da Ilha de S. Thomé* (1895) de António Lobo de Almada Negreiros (1868-1939), além de uma «Bibliografia Geográfica da Ilha de S. Tomé nos moldes da que está sendo elaborada, sob orientação do Prof. Orlando Ribeiro, para a Guiné Portuguesa» e de um «levantamento fotogramétrico (fotografia aérea) da ilha». Em «B», especifica oito estudos temáticos, que correm entre a História das primeiras navegações europeias às ilhas do golfo da Guiné e umas «Acheias para o estudo etnográfico da ilha», passando por trabalhos sobre aspectos da geologia, geomorfologia, botânica, zoologia, cadastro, povoamento e estrutura económica e social actuais de São Tomé, a que acrescenta a elaboração de mapas também semelhantes aos que Ribeiro fizera para a Madeira. A pensar na divulgação de São Tomé, tal como previsto no ponto «C» deste Plano, Tenreiro propõe a realização de um filme subordinado ao título *Um dia numa roça de S. Tomé*, centrado nos «vários aspectos de actividade de uma exploração agrícola típica (Boa Entrada, Água Izé, Rio do Ouro, ou outra)», nomes correspondentes a algumas das principais unidades de produção agrícola de vocação exportadora da ilha (CEG/Arq./CIAO/29).

- 29 O Ministério chefiado por Sarmento Rodrigues acabaria por considerar um facto «lamentável» que a recusa de Orlando Ribeiro em embarcar para Abidjan sem ser acompanhado por Francisco Tenreiro tivesse resultado na ausência de quaisquer representantes portugueses à 5.ª sessão da CIAO, tanto metropolitanos como até delegados da Guiné (CEG/Arq./CIAO/45). Quanto a Ribeiro, viu-se forçado pelas circunstâncias a repensar o seu auto-afastamento da Comissão Permanente destas conferências, sendo pouco depois citado por parte de Théodore Monod e do IFAN, por um lado, e por parte de Mendes Correia e da JIU, por outro, para ajudar nos preparativos da 6.ª CIAO (CEG/Arq./CIAO/51). É assim que, numa nota manuscrita inscrita na margem da convocatória que Ribeiro recebera da JIU para participar numa reunião preparatória dessa conferência, este enumera uma série de «Orientações (Monod)», entre as quais uma que lembra «S.T. Tenr^o (esquecido)» - isto é, os estudos de Tenreiro sobre São Tomé, que aí aparecem alinhados ao lado de referências aos contributos previstos de Teixeira da Mota e do próprio Orlando Ribeiro sobre a Guiné, Fernando Pó, a erupção da ilha do Fogo e o Brasil (CEG/Arq./CIAO/52).
- 30 Todo este processo teve o seu desfecho quatro anos depois, em 1958, quando se voltou a discutir a preparação de uma representação portuguesa à CIAO - nesse caso, à 7.ª edição destas conferências, programada para Acra, no Gana. Nessa altura, Ribeiro torna a manifestar vontade de se afastar da Comissão Permanente da CIAO e de não tomar parte na conferência prevista para o ano seguinte no University College, em Acra, desta vez alegando que não voltara a ocupar-se de assuntos relativos à África Ocidental desde que estudara a ilha do Fogo. Escudado nestas razões, propõe à Comissão Nacional da CIAO, por interposto Carrington da Costa, que a representação do Agrupamento Científico de Preparação de Geógrafos para o Ultramar Português - designação do organismo especializado da JIU em funcionamento no Centro de Estudos Geográficos de Lisboa a partir de 1958, sob a direcção do próprio Ribeiro (Tendeiro, 1958; Oliveira, 2017) - fosse assumida pelo seu colaborador Francisco Tenreiro, «que, nos últimos anos,

se dedica ao estudo das ilhas do golfo da Guiné e que, oportunamente, entregou já à Comissão Nacional da CIAO o resumo de um trabalho acerca da ilha de São Tomé, a apresentar na próxima reunião» (CEG/Arq./CIAO/61: 1).

- 31 Ribeiro tem em mente o trabalho «A floresta e a ocupação humana na ilha de São Tomé», que Francisco Tenreiro veio a publicar em Lisboa no mesmo ano em que publicou o livro correspondente à sua tese de Doutoramento em Geografia (Tenreiro, 1961a; Tenreiro, 1961c). Tanto num caso como no outro, fora a experiência de trabalho de campo que Tenreiro iniciara em São Tomé em 1956, assim como a sua participação na 6.ª sessão da CIAO, que decorrera nessa mesma altura em São Tomé – e onde Tenreiro, finalmente, conseguira ir ler a comunicação «São Tomé e Príncipe: alguns traços geográficos» (Tenreiro, 1961b; Amaral, 1979) –, que garantiram os argumentos que faltavam para que este integrasse por inteiro esse restrito círculo científico a que há muito manifestara ambição de frequentar, ambição essa que Orlando Ribeiro sempre secundara.
- 32 Em 1960, escrevendo do IFAN para o Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, será já com Tenreiro que Monod se aconselha sobre a proposta que então pensa levar à Comissão Internacional Permanente da CIAO no sentido de que Teixeira da Mota ocupasse o lugar entretanto aí deixado vago pela morte de Mendes Correia (CEG/Arq./CIAO/63). Na volta do correio, Tenreiro terá «le plus vif plaisir» em concordar com a escolha do nome que doravante o passará a acompanhar, enquanto representante de Portugal, na estrutura de coordenação da CIAO (CEG/Arq./CIAO/66: 1). Acrescente-se que não é apenas neste círculo que as figuras de Tenreiro e Teixeira da Mota se voltam a cruzar nestes anos: em 1957, tinham ambos sido eleitos deputados à Assembleia Nacional para a VII Legislatura (1957-1961), Tenreiro pelo círculo de São Tomé e Príncipe e Teixeira da Mota pelo círculo da Guiné. Na Assembleia Nacional, ambos farão também parte da respectiva Comissão do Ultramar e discutem alguns temas de interesse comum, como a proposta de lei do II Plano de Fomento (1959-1964) e questões relativas ao ensino nas «províncias ultramarinas» (Tchen, 2005a; Tchen, 2005b). Confirmavam-se assim, desta feita na esfera política, afinidades que se vinham cultivando desde que um e outro se haviam entregue ao estudo ora da geografia humana, ora da antropologia cultural da Guiné.

O Relatório de São Tomé: trabalho de campo e fontes de observação indirecta

- 33 O exemplar dactilografado e não datado que manuseámos do *Relatório preliminar* que Francisco Tenreiro escreveu em 1957 sobre a campanha que realizara no ano anterior para o estudo geográfico da ilha de São Tomé encontra-se, desde essa altura, à guarda do mesmo Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa no qual Tenreiro iniciara a sua colaboração com Orlando Ribeiro havia uma década. Como referimos, a respectiva estrutura parece decalcada do *Relatório da Missão de Geografia à Guiné* que Ribeiro concluiu ao regressar a Lisboa vindo de Bissau, depois de participar na 2.ª sessão da CIAO, e que sumariza o trabalho de campo que Ribeiro fizera na Guiné Portuguesa entre Março e Maio de 1947 (Ribeiro, 1950). Já o *Relatório da Missão de Geografia da Guiné* que Ribeiro apresentou à JIU em 1948 (CEG/Arq./GNB/51), sendo apenas uma súmula de estudos de gabinete realizados pela mesma Missão durante esse ano – boa parte dos quais incumbidos a Tenreiro, como também assinalámos –, oferecia uma estrutura

manifestamente desadequada para servir de modelo a este *Relatório preliminar* que o próprio Tenreiro redigiu sobre o seu primeiro trabalho de campo em São Tomé, razão pela qual, desta vez, não se detecta qualquer relação entre os dois textos.

- 34 Francisco Tenreiro abre o seu *Relatório* de 1957 com a descrição sumária dos antecedentes da sua missão a São Tomé, o que inclui uma rápida panorâmica sobre o percurso que realizara até então em torno dos «problemas científicos do mundo tropical», fosse na Escola Superior Colonial, junto de Medeiros Gouveia, fosse no Centro de Estudos Geográficos, com Orlando Ribeiro, fosse mais recentemente na Universidade de Londres, com Harrison-Church e Daryll Forde, e na Secção de Ciências Geográficas da Faculdade de Letras de Lisboa, aqui já como responsável pela regência da cadeira de Geografia Colonial. Lembra também a sua nomeação como geógrafo para a Missão Científica de São Tomé chefiada por Ezequiel de Campos, cujo nome não chega a citar, ao invés do de Mendes Correia, recordado por o ter proposto para integrar essa Missão polivalente. Neste preâmbulo, Tenreiro recorda ainda ser natural de São Tomé, bem como a série de pequenos trabalhos sobre a geografia desta ilha que vinha publicando ou apresentando em congressos internacionais desde 1949.
- 35 A isto acrescenta uma primeira advertência: partira de Lisboa com o propósito de encetar o estudo do conjunto das ilhas do golfo da Guiné, mas, atendendo ao curto período de que dispusera para realizar o trabalho de campo (menos de dois meses, entre meados de Agosto e meados de Outubro de 1956, por força das obrigações académicas na Faculdade e das delongas burocráticas do Ministério da Educação Nacional na concessão da necessária licença para se ausentar do serviço docente), optara por concentrar-se em São Tomé: «Preferi estudar uma única ilha, mesmo só nos seus aspectos gerais, a ficar conhecendo mal quatro – os dois meses mal dariam para as viagens...» (CEG/Arq./FT/19: 3). Daí também uma segunda advertência: o despacho do Ministro do Ultramar que o habilitava a realizar o estudo em causa previa a realização de duas campanhas, motivo pelo qual os resultados agora entregues eram pouco mais do que preliminares: «Nem é o momento de apresentar dados finais, nem mesmo é em relatórios que eles devem figurar. Os resultados desta e da futura campanha serão avaliados pelos artigos e estudos que publicarei em livros e revistas da especialidade» (CEG/Arq./FT/19: 3). Seja como for, a redacção deste documento, destinado à circulação interna nas estruturas da JIU e do Ministério do Ultramar português, traduz um conhecimento tudo menos superficial do quadro estudado e dos principais desafios metodológicos que este objecto colocava a um geógrafo que, como Tenreiro, evoca em cada momento a sua filiação na clássica *Géographie humaine* francesa e levava vários anos de produção bibliográfica sistemática sobre a geografia e a história da «sua» ilha equatorial.
- 36 Expostas estas considerações preambulares, o *Relatório* é organizado em sete pontos, o primeiro dos quais referente ao «Trabalho de campo» propriamente dito. Sabemos serem muito escassas as informações escritas pelos geógrafos portugueses da época sobre a metodologia empregue no terreno – questão que, de resto, está longe de constituir uma excepção no panorama da Geografia do mesmo período, até porque decorre de um tipo de saber transmitido essencialmente por mimetismo, a partir da observação que os alunos faziam da prática dos seus professores (Hallair, 2017). Por este motivo, os elementos reunidos neste apartado do *Relatório* de Tenreiro têm um valor acrescido, seja quanto à tipologia de dados recolhidos, seja quanto às formas de acessibilidade ao terreno, seja ainda quanto aos próprios materiais empregues para a

assim, Tenreiro acrescenta que essa subida deveria ser realizada no decorrer da segunda campanha, prevista já para o 1957, de modo a cumprir aquela que constituía uma das primeiras etapas do trabalho de campo geográfico herdado das tradições francesa e alemã de Geografia: o reconhecimento panorâmico das formas visíveis da paisagem a partir de um ponto elevado (Hallair, 2017; Oliveira, 2021b). De qualquer modo, as observações realizadas haviam permitido fazer o reconhecimento geral da estrutura do relevo e do tipo de costas, e dos seguintes dados fundamentalmente relevantes para o domínio da geografia humana: o estudo da cidade e do «povoamento nativo» dos seus arredores, a análise dos «modos de vida de nativos e angolares, cultivadores ou pescadores» – referência esta que envia para o grupo cultural e linguisticamente distinto em São Tomé, pouco integrado com a restante população e sobretudo presente no sul da ilha (Tenreiro, 1961a; Seibert, 2004; Espírito Santo, 2021, Giraldo Villamizar et al., 2021) – e, ainda, adiantar o conhecimento sobre a organização agrícola e económica das roças (fazendas), «a fim de determinar tipos, consoante a importância e especialização de culturas» (CEG/Arq./FT/19: 4-5).

- 39 No ponto II do *Relatório*, Tenreiro passa em revista outros elementos de informação recolhidos em São Tomé, o primeiro dos quais correspondente aos inquéritos sumários que realizou na cidade de São Tomé e nos povoados vizinhos, bem assim como em algumas roças, tendo em vista identificar «modos de vida», técnicas agrícolas, rendimentos da terra, características da mão-de-obra, organização económica das plantações, tipologia da habitação, aldeamentos e circulação de produtos, entre outros aspectos próprios dos inquéritos de geografia humana, alguns dos quais se repetiam aqui. Mercê de «amplas facilidades» concedidas pelo então Governador da Província, coronel Francisco António Pires Barata (1907-1987), Tenreiro escreve ter podido também recolher, junto dos Serviços de Estatística, da Câmara Municipal e da Direcção de Fazenda e Curadoria, elementos vários que se revelaram de grande utilidade para o seu trabalho, apesar da deficiência geral das estatísticas que consultou. Faz aqui uma larga exposição sobre os problemas que sentiu em traduzir a distribuição humana ou social de São Tomé em termos geográficos tendo por base dados estatísticos que nem assentavam num «cadastro em termos», nem contemplavam a individualização dos vários grupos que traduziam a «estrutura *sui generis*» da sociedade da ilha. Desabafa a este propósito: «O investigador perde, em cálculos e em inquéritos, tempo preciso e corre o risco de vir a traduzir em erros os aspectos populacionais da ilha» (CEG/Arq./FT/19: 6-7).
- 40 Apesar da alusão explícita à colaboração prestada pelo anterior governador de São Tomé, a qual sabemos que constitui também uma quase cláusula formal nesta tipologia de documentos, temos indícios das dificuldades que Tenreiro efectivamente terá tido de enfrentar durante esta sua primeira experiência de trabalho de campo na ilha. Em testemunho recolhido recentemente, a sua colega Raquel Soeiro de Brito (n. 1925) aludiu a este mesmo facto, o qual se teria ficado a dever – pelo menos, em parte – à condição mestiça de Tenreiro: «Quando o Tenreiro começou o estudo de São Tomé, não era ainda nada... era um assistente na Universidade – “um preto assistente de Universidade”, como se dizia então (...) Depois, quando foi eleito para a Assembleia Nacional, então já era “Senhor Deputado”. Então já foi com outro estatuto: já tinha carro e *chauffeur*, já era outro negócio... Já foi recebido pelo Governador...» (Giraldo Villamizar et al., 2021: 31). A ironia que Francisco Tenreiro empregou numa carta endereçada a Orlando Ribeiro no início da sua segunda viagem de estudo a São Tomé,

em Junho de 1957, parece confirmar o testemunho de Raquel Soeiro de Brito: «Já comecei a trabalhar nos Ser[viços] Públicos da cidade e tenho escrito alguma coisa. Tenho dedicado esta semana a planear a minha actividade futura. O Governador foi todo facilidades...» (CEG/Arq./FT/16: 1).

- 41 Depois de descrever neste seu *Relatório preliminar* de 1957 os obstáculos que tinha enfrentado para aproveitar os dados estatísticos referentes à população, Tenreiro lembra constrangimento idêntico quando o tema fora tratar os valores referentes às distintas culturas com valor de mercado, como o cacau e o café, com base em unidades de referência que, como as freguesias e as «zonas» económicas, eram vistas como demasiado vastas, as primeiras, ou demasiado vagas, as segundas. A questão tinha evidentes consequências para outra das principais questões colocadas ao geógrafo empenhado em estudar as relações existentes entre o meio e a acção humana e em individualizar unidades geográficas que fossem coerentes do ponto de vista paisagístico (Gomes, 1978). Tenreiro sintetiza a propósito:

O investigador facilmente se apercebe das condições fisiográficas, dos limites, que condicionam a expressão humana dos territórios, mas logo lhe faltam elementos numéricos que lhe permitam a tradução cartográfica da mesma. De momento, e dado o reconhecimento a que procedi, fica-me a possibilidade de elaborar as grandes manchas interpretativas dos vários fenómenos humanos. É uma aproximação, uma sugestão da realidade e não a própria realidade que pretendo transmitir. (CEG/Arq./FT/19: 7)

- 42 Aspecto complementar a este decorria da principal cartografia manuseada para apoio dos trabalhos de campo, que Francisco Tenreiro identifica com o mapa topográfico e cadastral da ilha de São Tomé na escala 1:50.000, publicado pela Comissão de Cartografia do Ministério das Colónias, em 1920, e cuja execução fora coordenada pelo então capitão-de-mar-e-guerra Gago Coutinho. Apesar de também ter aproveitado dois mapas topográficos produzidos a partir deste mapa, um na escala de 1:100.000 e o outro na de 1:50.000, Tenreiro recomendava que se procedesse à elaboração de um mapa mais expressivo no que respeitava ao relevo e ao desenho da costa, e que assinalasse também «as marcas fundamentais que o homem, numa já longa ocupação do solo, ali imprimiu». Sugere, para o efeito, o aproveitamento dos levantamentos fotogramétricos que supunha executados pela Missão Geo-Hidrográfica de Angola e São Tomé – na verdade, realizados pela Missão Hidrográfica de Angola e São Tomé, cujos trabalhos tinham sido alargados a São Tomé desde 1954 e funcionava sob a égide dos Ministérios da Marinha e do Ultramar (Santos, 2012; FiSciPE, 2021) –, e que o «futuro mapa» acrescentasse diversos novos elementos, que especifica, sobre a vegetação, plantações, formas de povoamento e caminhos (CEG/Arq./FT/19: 7-8). Sugere ainda à Administração colonial que tutela a sua investigação que se estabelecesse uma rede de postos meteorológicos que completassem a única estação meteorológica de São Tomé (em funcionamento no aeroporto), para atender à diversidade de condições de tempo e clima que decorriam da ilha apresentar «várias regiões ou zonas climáticas conforme se vai do norte para o sul ou do litoral se sobe em altitude» (CEG/Arq./FT/19: 9). E remata assim este ponto dedicado ao material recolhido em campanha: «Finalmente, como elemento subsidiário de trabalho, tirei cerca de 300 fotografias, que abrangem aspectos morfológicos e humanos da ilha» (CEG/Arq./FT/19: 9).

- 43 Esta última indicação lacónica sobre fotografias é a única registada no *Relatório* sobre aquele instrumento que, a par do caderno de campo, constituía o principal método geográfico de terreno. Material clássico do geógrafo *in situ*, as fotografias – neste caso,

ao contrário dos cadernos de campo – tinham o estatuto de fonte científica compartilhada, sendo integradas nas colecções dos centros universitários de proveniência dos investigadores, onde serviam propósitos didácticos, eram empregues em artigos e publicações diversas e podiam ser cedidas a colegas e instituições estrangeiras (Claval, 2013b; Hallair, 2017; Mendibil, 2019). Uma consulta ao espólio guardado na Fototeca do Centro de Estudos Geográficos de Lisboa permitiu-nos identificar 179 fotografias realizadas em preto e branco correspondentes a este conjunto bem mais vasto que Francisco Tenreiro declarou ter recolhido na altura. O resto em falta corresponde às 123 as fotografias da autoria de Tenreiro que nos aparecem reproduzidas no seu livro-tese *A Ilha de São Tomé: estudo geográfico*, manifestamente desagregadas do conjunto inicial e que não foram devolvidas ao arquivo. Devem somar-se também a este conjunto 46 fotografias de Angola preservadas na Fototeca do Centro de Estudos Geográficos, incluindo uma composição panorâmica com a vista da baía da Luanda, onde Tenreiro fez escala à volta de São Tomé (Figura 2).

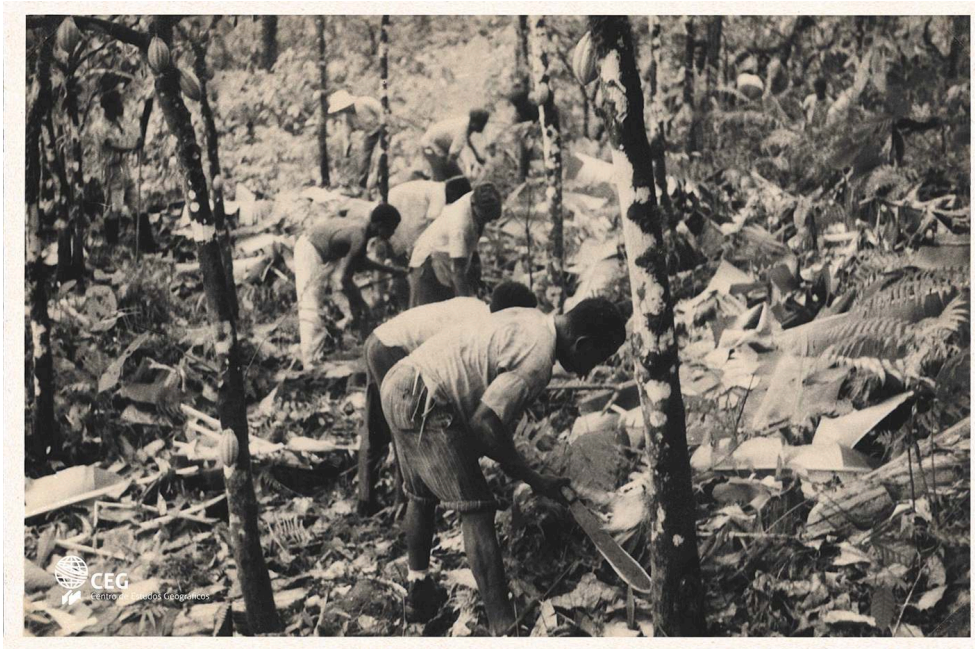
Figura 2. Vista geral da cidade de Luanda (Angola) em 1956



Fotografias de Francisco Tenreiro. Fototeca do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (F.T.-1956-XII-P)

- 44 Os cartões descritivos das fotografias da Fototeca do Centro de Estudos Geográficos vêm legendados pela mão de Tenreiro e cobrem um conjunto recorrente de dados próprios da geografia física e – sobretudo – da geografia humana: perfis dos cones vulcânicos; aspectos do coberto vegetal, de culturas agrícolas e derrubada de mato; caminhos; a alfândega do porto, a pesca e as embarcações; aspectos da urbanização recente e da estatuária da capital; tipos de habitações; terreiros e edifícios de roças; cenas e actividades do quotidiano – lavadeiras, vendedeiras, abate de animais para alimentação, danças e festas, por exemplo (Figuras 3-8). A única excepção diz respeito a uma fotografia tirada numa pausa da 6.ª sessão da CIAO, na qual Tenreiro registou um grupo de conferencistas portugueses. Acrescente-se que o mesmo espólio da Fototeca integra um conjunto de 132 fotografias tiradas por Tenreiro em 1957, neste caso cobrindo todas as ilhas do golfo da Guiné percorridas durante a missão desse ano: o arquipélago de São Tomé e Príncipe (incluindo o Ilhéu das Rolas, que é cruzado pela linha do equador) e as ilhas Ano Bom (Annobón) e Fernando Pó (actual Bioko), as parcelas insulares mais importantes da então Guiné Espanhola.

Figura 3. Ilha de São Tomé. Uma «forma» de angolares «salsando» o mato. Fotografia e legenda de Francisco Tenreiro, 1956



Fototeca do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (F.T.-1956-V-20)

Figura 4. Ilha de São Tomé. Roça Laranjeiras. Terreiro: senzala e secadores de copra. Fotografia e legenda de Francisco Tenreiro, 1956



Fototeca do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (F.T.-1956-II-8)

Figura 5. Ilha de São Tomé. Casas de nativos existentes na cidade por detrás do Bairro de São João. Fotografia e legenda de Francisco Tenreiro, 1956



Fototeca do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (F.T.-1956-III-20)

Figura 6. Ilha de São Tomé. Uma avenida e casas novas junto ao centro comercial da cidade. Fotografia e legenda de Francisco Tenreiro, 1956



Fototeca do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (F.T.-1956-IX-32)

Figura 7. Ilha de São Tomé. Pescadores forros em frente da praia de Diogo Nunes. Ao fundo, o Ilhéu das Cabras. Fotografia e legenda de Francisco Tenreiro, 1956



Fototeca do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (F.T.-1956-II-28)

Figura 8. Ilha de São Tomé. Dongo com vela quadrada (nordeste da ilha). Fotografia e legenda de Francisco Tenreiro, 1956



Fototeca do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (F.T.-1956-XI-25)

A súmula dos resultados

- 45 O terceiro dos sete pontos nos quais está dividido o *Relatório preliminar* que Francisco Tenreiro escreveu para a JIU sobre o trabalho de campo de dois meses realizado em São Tomé, em 1956, reporta uma «Súmula de resultados científicos». Lembrando não ser este o momento de apresentar os dados finais das suas investigações geográficas, Tenreiro circunscreve o respectivo objectivo ao propósito de «dar em linhas gerais parte da problemática que o primeiro contacto com a ilha proporcionou» (CEG/Arq./FT/19: 10). Os resultados vêm repartidos em oito apartados distintos, não numerados e também de extensão desigual: «Unidades geográficas», «O relevo», «População», «Povoamento», «A cidade», «A roça», «Mão de obra: os caboverdianos» e, finalmente, aquele que se intitula «Originalidade de ilha».
- 46 Para a síntese de cada uma das três «unidades geográficas» nas quais reparte São Tomé – Nor-nordeste, Centro-ocidental montanhoso e Sul –, Tenreiro parte, invariavelmente, da caracterização topográfica e climática, passando depois à identificação de vestígios (quando os há) da vegetação primitiva e das características da vegetação introduzida ou da vegetação reconstituída ou degradada, para terminar com a caracterização das densidades populacionais, da estrutura do povoamento, das principais roças ou plantações e do perfil das costas de cada uma dessas três unidades. A natureza esquemática do documento não dá ensejo a uma reflexão sobre os factores decisivos de diferenciação – e aqui, desde logo, ao destaque que Tenreiro concedeu aos factores de ocupação humana para explicar o modelado de paisagens diferentes (Tenreiro, 1961a). Ainda assim, um leitor prevenido reencontra neste texto a aplicação do racional próprio aos inquéritos geográficos que buscavam a definição dos limites dos territórios a partir da identificação de paisagens-tipo, cujo traço relativamente homogéneo – mesmo tratando-se de unidades geográficas de pequena dimensão, como era o caso – cabia ao geógrafo captar e individualizar através da justaposição da observação directa e das fontes de observação indirecta correspondentes aos mapas, fotografias, inquéritos e estatísticas, entre outras (Bruneau e Courade, 1984; Claval, 2013b; Hallair, 2017).
- 47 Tendo oferecido esta síntese relativa à diferenciação regional do espaço da ilha, assente na convicção que Tenreiro professava na «transparência» documental das paisagens (Mendibil, 2019: 117) e na importância reservada a factores como a repartição e a densidade populacional para a «explicação geográfica» (Gourou, 1973: 153), este passa a apresentar alguns dos problemas que mais ocupavam os geógrafos físicos, relativos à evolução das formas de relevo. Neste particular, avança também com uma tentativa de explicação que extravasa a área estrita em exame e reclama estudos comparativos: «A ilha deverá, neste aspecto, ser estudada no conjunto vulcânico a que pertencem todas as ilhas do Golfo da Guiné e que se prolonga pelo continente africano até às margens do lago Tchad. Também com formações congêneres da África Ocidental terão de ser relacionados os arenitos grosseiros que se encontram perto de Uba Budo» – na costa ocidental da ilha (CEG/Arq./FT/19: 12).
- 48 O ponto relativo à caracterização da população de São Tomé é marcado por dois aspectos significativos do trabalho de Tenreiro. O primeiro volta a ser o propósito de superação das lacunas detectadas nas estatísticas oficiais que consultara de modo a conseguir o retrato pretendido, designadamente dos três grupos principais que entende conformarem o contingente principal de «população nativa mais ou menos mestiçada»: *forros*, *tongas* e *angolares*. Por outro lado, ensaia uma caracterização de conjunto da

sociedade são-tomense, a qual parte da tentativa de enquadrar o caso estudado no esteio mais amplo de uma matriz portuguesa-ocidental de colonização, conforme uma grelha de leitura amplamente executada por Orlando Ribeiro para outras partes do Império e que tece também vínculos estreitos com as teses de temática «lusotropicalista» de Gilberto Freyre, que ambos leram (Ribeiro, 1962; Castelo, 1999; Castelo, 2019). Resume Tenreiro:

A sociedade de São Tomé é, do ponto de vista dos modos de vida e da cultura, muito fraccionada – uma “sociedade plural”. Numa sociedade deste tipo não admira que se possam levantar problemas sociais e económicos melindrosos. Dois traços culturais são, não obstante, veiculares no entendimento dos diferentes grupos: a língua e a religião. O português é língua que todos compreendem ou falam e o dialecto crioulo, que se bebe com o leite, é, apesar das muitas influências africanas, um português arcaico alterado foneticamente. O catolicismo está profundamente arreigado na população nativa que, nos aspectos exteriores e materiais da sua vida, é bem portuguesa. Aliás a complicação dos grupos nativos tende a simplificar-se: tanto *angolares* como *tongas* estão a *bilá fôlo* (virar forro), fenómeno aculturativo muito importante que os torna cada vez mais próximos dos europeus. (CEG/Arq./FT/19: 12-13)

- 49 A síntese sobre o povoamento que vem a seguir é logo desdobrada nos dois pontos imediatos, o primeiro com a descrição da cidade de São Tomé, o segundo com a descrição da estrutura e do funcionamento das roças. Sobre a única cidade da ilha – «exemplo de uma das muitas cidades que o português rasgou no mundo tropical», como diz a abrir (CEG/Arq./FT/19: 13-14) –, confronta a morfologia «europeia» e a repartição funcional das várias áreas centrais com o «“ar africano” das gentes que passam» pelas ruas e com a tipologia das casas tradicionais de madeira da população nativa que se erguiam por detrás das fachadas de alvenaria, cuja tipologia, formas de cobertura e compartimentação interior pormenoriza e nas quais torna a descobrir um aspecto geral que denota «influência nitidamente portuguesa» (CEG/Arq./FT/19: 14). Concomitantemente, expõe os principais resultados do estudo que fizera com o propósito de conhecer a orgânica e a tipologia das roças e avaliar as recentes alterações no seu funcionamento que tinham sido sobretudo determinadas pelas dificuldades de recrutamento de mão-de-obra. Este tema articula-se directamente com o ponto dedicado à mão-de-obra cabo-verdiana, que Tenreiro começa por escusar-se a tratar, sequer sumariamente, tanto por ser «assunto de grande melindre que pressupõe análise calma e demorada», como por ser problemática cujo estudo «terá que ser feito em análise sociológica relevante – em inteira independência» (CEG/Arq./FT/19: 16).
- 50 Apesar desta ressalva, Tenreiro acaba por não se furtar à leitura a um tempo sociológica e política daquela que constituía uma das mais sérias questões de actualidade social da ilha, reflectida nas condições de trabalho dos contratados (serviçais) e nas formas como se processava o seu recrutamento – ou a sua «transferência autoritária», como este recrutamento foi classificado por outros investigadores da JIU da mesma época (Oliveira, 1993 [1960]: 255). Os anátemas que vinham da célebre questão do «cacau escravo» de São Tomé, suscitada na transição do século XIX para o século XX, acabavam de ressurgir nas circunstâncias daquele que ficou conhecido como o Massacre de Batepá, ocorrido em Fevereiro de 1953, no consulado do governador Carlos de Sousa Gorgulho (1898-1972), e que vitimou um número indeterminado forros, o grupo social dominante na ilha e é lido como tendo sido o episódio seminal do nacionalismo são-tomense (Seibert, 2008; Jerónimo, 2010; Alexandre, 2017; Rodrigues, 2019). Tudo isso ecoa nos subentendidos e nas cautelas deste apartado do texto de Tenreiro. Sobre a

manifesta resistência que os cabo-verdianos demonstravam em adaptar-se ao «regime» da roça, Tenreiro vaticina: «Muitos “quebram” os contratos e encontram-se hoje desgarrados, sem *status*, por entre a população nativa de quem recebem influências e a quem vão influenciar culturalmente, com benefícios e prejuízos para ambos os grupos. O contacto cultural está em franco processo» (CEG/Arq./FT/19: 16).

- 51 Este tipo de raciocínio, que combina análise sociológica com considerações sobre a actualidade política da colónia de São Tomé, é replicado na síntese sobre a «originalidade» de São Tomé, que Tenreiro lê como resultado da concatenação da respectiva estrutura agrária, do processo de colonização e da história das relações com outros espaços do Império português, actuais ou pretéritos: «(...) ilha de substrato cultural vincadamente português, embora aparentada no seu desenvolvimento com as Ilhas Atlânticas e com o Brasil, é hoje caso único, pela sua estrutura agrária, no Mundo Português» (CEG/Arq./FT/19: 17). Orlando Ribeiro, quando fez a sua própria síntese da monografia que Tenreiro viria a escrever pouco depois como tese de doutoramento em Geografia, substituiria apenas o «caso único» que a sociedade são-tomense já aqui constituía aos olhos de Tenreiro pela ideia segundo a qual a ilha de São Tomé ocupava, no quadro da expansão portuguesa, uma «posição ambígua e, por isso mesmo, singular» (Ribeiro, 1962: 162).
- 52 Poucos anos mais tarde, Carlos Alberto Medeiros (n. 1942) recolheria as mais significativas monografias insulares produzidas pela «Escola de Lisboa» até finais da década de 1960 em busca da forma como a «observação das paisagens humanizadas, que é como quem diz da própria Geografia humana», confirmaria a presença, em traços mais ou menos nítidos, da «civilização rural portuguesa» transposta para todas essas ilhas do Atlântico, incluindo as ilhas próximas do Equador. E também Medeiros concluiria, como Tenreiro e Ribeiro, a favor da excepcionalidade da ilha de São Tomé, o único caso entre os arquipélagos da Madeira, Açores, Cabo Verde e do próprio São Tomé, em que o «arranjo das paisagens» não decorreria fundamentalmente das condições físicas (climáticas e morfológicas), mas antes do «condicionamento humano» ditado pela constituição de grandes propriedades e por uma economia de exportação: «Não terá sido tanto a influência de Balandier, como o próprio assunto em si, o responsável pelo alargamento sociológico que o belo livro de Tenreiro contém», conclui (Medeiros, 1969: 115). O que era verdade para a monografia de 1961 já o era para o Relatório de 1957.

Os últimos pontos do Relatório

- 53 Constituindo a parte mais esquemática *Relatório preliminar* de Francisco Tenreiro, os quatro últimos pontos deste documento indicam, respectivamente, «Objectivo de trabalho», «Outras actividades», «A nova campanha» e «Conclusão». No primeiro destes pontos, Tenreiro torna a informar sobre o seu propósito principal: articular os resultados do trabalho de campo agora iniciado com a bibliografia e a estatística disponíveis para redigir uma monografia geográfica de São Tomé. A isto acrescenta a submissão de um plano de trabalho detalhado para «apreciação da Junta», o qual lhe é possível delinear, escreve, por se encontrar familiarizado com a principal bibliografia existente sobre São Tomé e por ter realizado a primeira campanha de estudo no terreno. Trata-se de um índice provisório, dividido em oito capítulos, por sua vez divididos em 30 pontos e diversas alíneas mais. O mais relevante aqui será notar em que

medida este índice apresenta uma estrutura muito próxima da estrutura do trabalho que Tenreiro apresentaria como tese de doutoramento, quatro anos depois. Os títulos e a sequência de cada um dos capítulos agora propostos confirmam-no: (1) «O Relevo e as formas»; (2) «Clima, solo e vegetação»; (3) «Colonização e aculturação»; (4) «A ilha e os homens»; (5) «Economia e a sociedade»; (6) «A economia da ilha na conjuntura económica geral»; (7) «A originalidade da ilha»; (8) «O futuro de São Tomé» (CEG/Arq./FT/19: 18-20). Na versão final, apenas os dois últimos capítulos desta versão provisória não aparecem designados enquanto tal, embora os respectivos conteúdos sejam incorporados no texto. A versão final – compreensivelmente – também rearranja e simplifica vários dos sub-temas elencados no plano, sendo que em alguns casos os acertos são pouco mais que subtis: por exemplo, o último ponto do capítulo V deveria tratar «Uma sociedade “plural”», tópico que aparece na versão de 1961 escrito como «Uma sociedade plural?» (CEG/Arq./FT/19: 20; Tenreiro, 1961a: 210).

- 54 Ainda neste ponto IV do Relatório, correspondente ao objectivo principal de trabalho, Tenreiro refere ir tomar como modelo as monografias que Orlando Ribeiro publicara sobre as ilhas da Madeira e do Fogo e aquela que Raquel Soeiro de Brito elaborara sobre a ilha açoriana de São Miguel – esta última apresentada como tese de doutoramento em Geografia apenas dois anos antes e que também decalcara o modelo emprestado pela monografia de Ribeiro sobre a Madeira (Brito, 1955). «Com este meu trabalho mais uma ilha, de um dos arquipélagos [portugueses do Atlântico], ficará estudada, segundo paradigmas que reputo dos mais curiosos em matéria de investigação geográfica», justifica Tenreiro (CEG/Arq./FT/19: 21). Agrega a isto a indicação complementar segundo a qual, antes de concluir a monografia, entregaria à JIU para publicação uma *Bibliografia Geográfica da Ilha de São Tomé*, com cerca de 400 títulos, elaborada nos mesmos moldes da *Bibliografia* que tinha publicado para a Guiné Portuguesa, justificando que «será como o segundo fascículo de trabalho mais vasto que abranja todas as espécies bibliográficas de interesse geográfico da África Ocidental Portuguesa» (CEG/Arq./FT/19: 21). Como se percebe, há aqui plena consonância com o que Tenreiro alinhavou no «Plano de trabalhos para S. Tomé tendo em vista a realização da próxima CIAO», que antes lemos, e que terá sido escrito em 1953, em vésperas da 5.ª sessão dessas conferências dos «Africanistas Ocidentais».
- 55 No ponto V, sobre as demais actividades realizadas, Francisco Tenreiro elenca a série de compromissos que assumira pouco antes de partir para São Tomé e que se relacionavam directamente com o tema das suas pesquisas no território. Desde logo, a comunicação acerca dos «Engenhos de água na ilha de São Tomé no século XVI» submetida à 2.ª Secção do XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências na qualidade de delegado do Centro de Estudos Geográficos de Lisboa (Tenreiro, 1957), a que se juntavam dois textos escritos por encargo de Mendes Correia: o referido opúsculo sobre as ilhas de São Tomé e do Príncipe e o enclave de São João Baptista de Ajudá, preparado para a «Semana do Ultramar» da Sociedade de Geografia de Lisboa (Tenreiro, 1956b), e a síntese geográfica lida na 6.ª sessão da CIAO, em São Tomé, que atrás também referimos. Tendo a sua estada na ilha coincido com a realização da CIAO, acabara igualmente sendo convidado a participar nas discussões das teses e em secretariar a respectiva 1.ª secção. Ainda em São Tomé, proferira uma palestra no Club Militar sobre os primórdios da colonização da ilha. Por último, aproveitara ter permanecido uma semana em Luanda, na viagem de regresso, para «colher uma impressão de conjunto das várias funções que definem uma cidade tropical» (CEG/Arq./

FT/19: 22). Esta referência parece ter ligação directa com outro manuscrito de Tenreiro, datado de 31 de Maio de 1957, intitulado «O problema das cidades do continente negro» (CEG/Arq./FT/14). Texto de quatro páginas dactilografadas com correcções autógrafas, leva no topo a indicação «Enviado ao Ilídio» – referência ao seu colega e amigo Ilídio do Amaral (1926-2017), que em 1956 submetera a monografia *São Paulo de Assunção de Luanda* como dissertação de licenciatura em Geografia na Universidade de Lisboa (Amaral, 1979; Oliveira, 2017). Este último manuscrito de Tenreiro replica para um contexto urbano genérico – mas no qual Luanda surge, de facto, uma e outra vez como exemplo – o tema central da «absorção» das populações africanas, para o que desenvolve o conceito de «sociedade plural» que sabemos atravessar as suas leituras sobre São Tomé, ao mesmo tempo que se perfila em sintonia com os «fenómenos de atracção das grandes cidades» que constituíam uma das preocupações centrais da JIU nesse momento (Pereira, 2021).

- 56 Como se disse, no ponto VI do *Relatório preliminar* Tenreiro trata de gizar a segunda campanha de trabalho de campo que programa encetar de aí a poucos meses. Relembrado que o despacho do Ministro do Ultramar, que aprovara a sua missão, prescrevia que o estudo da geografia humana da ilha se deveria fazer em duas campanhas, que totalizariam seis a oito meses, reclama que a seguinte campanha ocupasse, pelo menos, três meses de estudo. Em concreto, baliza-os entre meados de Maio, coincidindo com o termo das suas obrigações de docência na Faculdade de Letras, e meados de Setembro, quando se iniciasse em Lisboa o III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, no qual se propõem apresentar, se para tanto fosse autorizado pela JIU, uma comunicação que incorporasse alguns dos materiais recolhidos em São Tomé e incidisse sobre as «relações culturais estabelecidas entre aquela ilha tropical e o Brasil colonial». Indica ainda ser sua intenção visitar as quatro ilhas do golfo da Guiné, «a fim de avaliar das suas convergências e divergências físicas, culturais e económicas» e garantir, assim, a necessária «visão do conjunto em que se integram» (CEG/Arq./FT/19: 25). Para o efeito, solicita que lhe seja concedida a competente dispensa por parte do Ministro da Educação, reservadas as passagens aéreas e providenciadas as facilidades necessárias para visitar as ilhas sob soberania espanhola de Fernando Pó e Ano Bom. Acrescenta ainda o pedido para ser integrado «como geógrafo» na Missão Científica de São Tomé dirigida por Ezequiel de Campos, caso a mesma fosse prolongada.
- 57 No VII e último ponto do relatório, Francisco Tenreiro conclui conforme o protocolo. Sentindo-se seguro de ter cumprido até ao momento as suas obrigações para com a Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, nomeia Carrington da Costa, na sua qualidade de Presidente da respectiva Comissão Executiva, para lhe agradecer todas as facilidades concedidas. Desta feita sem explicitar ninguém, agradece também a todos quantos o tinham auxiliado na campanha transacta em São Tomé, «fossem altos ou modestos funcionários da Administração Civil, proprietários de grandes propriedades, pequenos proprietários europeus ou nativos ou simples gente que encontrava pelos caminhos». A esses interlocutores anónimos dedica ainda uma frase que ressoa ao último ponto do seu plano de tese, intitulado «Recomendações e impertinências de um geógrafo», o qual acabaria por cair no índice final desse trabalho: «Todos tiverem para comigo aquela paciência, tanto mais de agradecer quanto é certo que o investigador se vê forçado, muitas vezes, a ser impertinente, dada a avidez da sua curiosidade sem limites» (CEG/Arq./FT/19: 25). Lembrando as circunstâncias em que

decorreu este regresso de Tenreiro à ilha onde nascera, esta última frase do relatório poderá adquirir um sentido bem menos formal do que aparenta.

Balanço

- 58 A morte precoce de Francisco Tenreiro, quando contava apenas 42 anos de idade, será um dos factores – e porventura não o decisivo – que explica o motivo pelo qual a abordagem dos seus textos científicos acaba por ser um exercício relativamente raro e executado sobre temas por regra pouco explorados. Se há também vantagens neste desbravar de matérias menos vistas, sobretudo correspondentes ao estudo dos espaços das antigas colónias portuguesas de São Tomé e da Guiné no contexto dos trabalhos de Geografia tropical de filiação vidaliana executados pela dita «Escola de Lisboa», o facto é que a falta dessa frequência habitual com o objecto tem adiado o tratamento desta faceta do complexo e muito rico legado intelectual de Tenreiro.
- 59 Optámos por apresentar este estudo com base num documento inédito que, como o Relatório preliminar da missão de trabalho à ilha de São Tomé realizada em 1956, configura uma peça de teor administrativo, destinada a cumprir a prestação de contas junto da agência pública de financiamento científico que enquadrara esse trabalho de campo. Se os textos de estrito teor científico oferecem pistas de interpretação distintas e forçosamente mais ricas do que aquelas que podemos colher aqui, a verdade é que a qualidade burocrática deste Relatório facilita, em simultâneo, a reconstituição do contexto institucional e político e de muitas das especificidades do trabalho de campo praticado pelo geógrafo. O cruzamento destes dados com outra documentação de arquivo, designadamente correspondência, completou a nossa perspectiva sobre um documento que não interessa apenas ao estudo da Geografia portuguesa em contexto de colonialismo tardio, antes parece constituir um caso emblemático em que os aspectos da história da disciplina surgem articulados num quadro mais amplo, no qual os determinantes científicos, políticos e sociais foram em boa medida externos (Capel, 1989; Capel, 2012).
- 60 Tal como o exercício de «nacionalismo científico» que Francisco Tenreiro executa em nome da Junta de Investigações do Ultramar não se compreende sem a participação e o estímulo de redes e espaços de sociabilidade científica e cultural transnacionais, à cabeça dos quais se perfilam os seus pares anglófonos da LSE e francófonos do IFAN, também o principal jargão científico manuseado – e que este mesmo Relatório sinaliza – resulta da aplicação de critérios que, no fim de contas, acabam por ser sobretudo afins aos discursos dos geógrafos franceses sobre os países tropicais, mormente os que descolam da leitura Pierre Gourou, fosse por via directa, fosse por interposto Orlando Ribeiro, que sabemos que o seguiu quase mimeticamente (Robic, 2008; Bataillon, 2009; Oliveira, 2019). No mesmo sentido, o Relatório oferece pistas sobre a metodologia empregue por Tenreiro para descrever a «fisionomia humana e sociológica» da ilha que estudou (Tenreiro, 1961a: 240), as quais não apenas sinalizam já muito daquilo que pouco depois viríamos a encontrar nesse «manual de bem saber construir saber social» que constitui *A Ilha de São Tomé* (Nascimento, 2011: 142) – forçosamente datado e também objecto de muitas interrogações, mas não será esse o ponto aqui –, como ajudam a articular melhor as dimensões científica, literária e política de um legado que é atravessado por uma pulsão identitária muito coerente e singular.

BIBLIOGRAFIA

- Ágoas, Frederico (2020). "Social sciences, modernization, and late colonialism: The Centro de Estudos da Guiné Portuguesa". *Journal of the History of Behavioral Sciences*, vol. 56, pp. 278-297. DOI: <https://doi.org/10.1002/jhbs.22046>.
- Alexandre, Valentim (2000). "Do império de antigo regime ao sistema colonial moderno: o nacionalismo imperial e os seus efeitos (1875-1930)". In: Santos, Maria Emília Madeira (dir.). *A África e a instalação do sistema colonial (c. 1885-c. 1930): III Reunião de História de África - Actas*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, pp. 395-402.
- Alexandre, Valentim (2017). *Contra o vento. Portugal, o Império e a maré anticolonial (1945-1960)*. Lisboa: Temas e Debates; Círculo de Leitores.
- Amaral, Ilídio do (1963-1964). "Francisco Tenreiro (1921-1963)". *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, vol. 3, ns. 20-21, pp. 5-12.
- Amaral, Ilídio do (1979). *A "Escola geográfica de Lisboa" e a sua contribuição para o conhecimento geográfico das Regiões Tropicais*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Bataillon, Claude (2009). *Géographes- Génération 1930*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- Blanchard, Raoul (1952). "Nécrologie: Jacques Richard-Molard". *Revue de Géographie Alpine*, vol. 40, n. 1, pp. 5-16. Disponível em: <www.persee.fr/doc/rga_0035-1121_1952_num_40_1_1965> Acesso: 30 de Junho de 2022.
- Brito, Raquel Soeiro de (1955). *A Ilha da Madeira: estudo geográfico*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos – Instituto de Alta Cultura.
- Brito, Raquel Soeiro de (1966). "Francisco Tenreiro". *Estudos Políticos e Sociais*, vol. 4, n. 1, pp. 60-79.
- Bruneau, Michel; Courade, Georges (1984). "Existe-t-il une géographie humaine tropicale? A la recherche du paradigme de Pierre Gourou". *L'Espace Géographique*, vol. 3, n. 4, pp. 306-316. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1984_num_13_4_3944> Acesso: 30 de Junho de 2022. DOI: <https://doi.org/10.3406/spgeo.1984.3944>.
- Butlin, Robin A. (2009). *Geographies of Empire. European Empires and Colonies, c. 1880-1960*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Capel, Horacio (1989). "Historia de la ciencia y historia de las disciplinas científicas. Objetivos y bifurcaciones en un programa de investigación sobre historia de la geografía". *Geo Crítica: cuadernos críticos de geografía humana*, n. 84.
- Capel, Horacio (2012). *Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea. Una introducción a la Geografía*. 1. ed. ampliada. Barcelona: Ediciones del Serbal.
- Castelo, Cláudia (1999). «O modo português de estar no mundo». *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Castelo, Cláudia (2019). "Gilberto Freyre's view of miscegenation and its circulation in the Portuguese Empire, 1930s-1960s". In: Anderson, Warwick; Roque, Ricardo; Santos, Ricardo Ventura (eds.). *Luso-tropicalism and its discontents: the making and unmaking of racial exceptionalism*. New York: Berghahn Books, pp. 23-44.

Castelo, Cláudia; Ágoas, Frederico (2020). "Inter-African cooperation in the social sciences in the era of decolonization: A case of science diplomacy". *Centaurus*, vol. 63, n. 1, pp. 67-83. DOI: 10.1111/1600-0498.12357.

Claval, Paul (2013a). "Como construir a história da geografia?". *Terra Brasilis (Nova Série)*, n. 2. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/terrabrasilis/637>> Acesso: 30 de Junho de 2022. DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.637>.

Claval, Paul (2013b). "Le rôle du terrain en géographie. Des épistémologies de la curiosité à celles du désir". *Confins. Revue Franco-brésilienne de Géographie/Revista Franco-brasileira de Geografia*, n. 17. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/8373>> Acesso: 30 de Junho de 2022. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.8373>.

Clayton, Daniel W. (2020). "The Passing of 'Geography's Empire' and Question of Geography in Decolonization, 1945-1980". *Annals of the American Association of Geographers*, vol. 110, n. 5, pp. 1540-1558. DOI: 10.1080/24694452.2020.1715194.

Copans, Jean (2001). "La 'situation coloniale' de Georges Balandier: notion conjoncturelle ou modèle sociologique et historique?". *Cahiers Internationaux de Sociologie*, n. 110, pp. 31-52. Disponível em: <<https://doi.org/10.3917/cis.110.0031>> Acesso: 30 de Junho de 2022.

CSA – Conselho Científico para a África ao Sul do Sara (1956). *Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais. 6.ª Sessão – S. Tomé, 1956, Vol. 3, Botânica e Biologia Vegetal. Comunicações*. [Lisboa]: Comissão de Cooperação Técnica na África ao Sul do Sara – CCTA.

Curto, Diogo Ramada (2013). "The debate on race relations in the Portuguese Empire and Charles R. Boxer's position". *e-Journal of Portuguese History*, vol. 11, n. 1. Disponível em: https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue21/html/v11n1a01.html> Acesso: 30 de Junho de 2022.

Daveau, Suzanne (2002). "A obra geográfica da Mariano Feio". *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, vol. 37, n. 73, pp. 101-107. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1610>> Acesso: 30 de Junho de 2022. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis1610>

Driver, Felix (2006). *Geography Militant. Cultures of Exploration and Empire*. Oxford: Blackwell Publishers.

Espírito Santo, Alda do (1993). "Sur les chemins battus de Francisco Tenreiro". *Littératures*, n. 112, pp. 127-129.

Espírito Santo, Armindo (2021). "O elemento angular de São Tomé: uma discussão da sua origem". Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/20867/1/wp180_1.pdf> Acesso: 30 de Junho de 2022.

FiSciPE- Field Scientists in Portuguese Empire/Cientistas de Campo no 'Cenário Luso-Tropical': Conhecimento, Ideologia e Governo no Império Português Tardio (2021). "Missão Hidrográfica de Angola e São Tomé". Lisboa: CiUHCT – Centro Interuniversitário de história das Ciências e da Tecnologia FCUL | FCT – UNL. Disponível em: <<http://fiscipe.fc.ul.pt/mission/5>> Acesso: 30 de Junho de 2022.

Giraldo Villamizar, Catalina; Ceola, Francesca; González Arango, Nicolás; Oliveira, Francisco Roque de. (2021). "Memórias fotográficas: uma entrevista com Raquel Soeiro de Brito". In: Oliveira, Francisco Roque de (coord.). *Memórias fotográficas: uma entrevista com Raquel Soeiro de Brito - Cadernos fototeca, 1*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 12-39. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/50349>> Acesso: 30 de Junho de 2022. DOI: 10.33787/CEG20210003-2

- Gomes, Paulo César da Costa (1993). “Quelques réflexions sur les catégories de la pensée vidalienne » In: Claval, Paul (dir.). *Autour de Vidal de la Blache: la formation de l'École française de géographie*. Paris: CNRS Éditions, pp. 89-97.
- Gourou, Pierre (1973). *Pour une géographie humaine*. Paris: Flammarion.
- Hallair, Gaëlle (2017). “Le terrain dans les carnets et les photographies des géographes français et allemands (fin XIX^e – mi XX^e siècle)”. In: Georget, Jean-Louis; Hallair, Gaëlle; Tschofen, Bernhard (dir.). *Saisir le terrain ou l'invention des sciences empiriques en Allemagne et en France*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, pp. 89-112.
- Hamelin, Louis-Edmond (1996). “L'internationalité de l'UGI au milieu du XX^e siècle”. In: Robic, Marie-Claire; Briand, Anne-Marie; Rössler, Mechthild (dir.). *Géographes face au monde. L'Union Géographique Internationale et les congrès internationaux de géographie*. Paris: L'Harmattan, pp. 283-285.
- Havik, Philip J. (2013). “Novos horizontes no estudo do império: a Missão de Geografia de Orlando Ribeiro na Guiné em 1947”. In: *Atas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: percursos do saber e da ciência*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT); Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (ISCSP-UTL). Disponível em: <<https://coloquiocvbg.files.wordpress.com/2013/06/p06c03-philip-havik.pdf>> Acesso: 30 de Junho de 2022.
- Havik, Philip J.; Daveau, Suzanne (2010). “Orlando Ribeiro: a Missão de Geografia à Guiné em 1947”. In: Havik, Philip J.; Daveau, Suzanne (orgs.). *Orlando Ribeiro, Cadernos de Campo, Guiné 1947*. V. N. Famalicão: Edições Húmus, pp. 11-41.
- Jerónimo, Miguel Bandeira (2010). *Livros Brancos, Almas Negras. A «missão civilizadora» do colonialismo português (c. 1870-1930)*. Lisboa: ICS-Imprensa de Ciências Sociais
- Jöns, Heike; Meusburger, Peter; Heffernan, Michael (eds.) (2017). *Mobilities of knowledge*. Cham: Springer.
- Lautensach Hermann; Feio, Mariano Feio (1948). *Bibliografia Geográfica de Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Martins, Ana Cristina (2014). “Fotografias da Missão Antropológica e Etnográfica da Guiné (1946-1947): entre a forma e o conteúdo”. In: Vicente, Filipa Lowndes (org.). *O império da Visão. Fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, pp. 117-139.
- Mata, Inocência (2015). *A Casa dos Estudantes do Império e o lugar da literatura na consciencialização política*. Lisboa: UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa. Disponível em: <https://www.uccla.pt/sites/default/files/a_casa_dos_estudantes.pdf> Acesso: 30 de Junho de 2022.
- Matos, Patrícia Ferraz de (2012). *Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: contribuição para o estudo das relações entre antropologia nacionalismo e colonialismo (de finais do século XIX aos finais da década de 50 do século XX)*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/7831>> Acesso: 30 de Junho de 2022.
- Matos, Patrícia Ferraz de (2020). “Modos de fazer da ‘Antropologia colonial’: a Missão científica de Mendes Correia à Guiné Portuguesa (1945-1946)”. In: Jorge, Vítor Oliveira (coord.). *Modos de Fazer/Ways of Making*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, pp. 167-180. DOI: 10.21747/9789898970237/mod

- Medeiros, Carlos Alberto (1969). “Acerca da ocupação humana das ilhas portuguesas do Atlântico”. *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, vol. 4, n. 7, pp. 95-125. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2494>> Acesso: 30 de Junho de 2022. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis2494>
- Medeiros, Carlos Alberto (1996). “Nas margens da geografia humana: um olhar sobre a obra de Francisco Tenreiro”, *Inforgeo*, n. 11, pp. 177-180.
- Mendibil, Didier (2019). “Les variations paysagères de la géographie”. In: Clerc, Pascal (dir.). *Géographies: Épistémologie et histoire des savoirs sur l'espace*. Paris: Armand Colin, pp. 115-120.
- Mesquita, Bárbara (2018). *Luís Schwalbach (1888-1956): contributos para a história da Geografia Portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. Lisboa: Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/36231>> Acesso: 30 de Junho de 2022.
- Meusburger, Peter; Livingstone, David N.; Jöns, Heike (eds.) (2010). *Geographies of science*. Heidelberg: Springer.
- Ministério das Colónias (1945). *Ocupação científica do Ultramar Português. Plano elaborado pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais e Parecer do Conselho do Império Colonial*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Mota, Avelino Teixeira da (1948). “Classificação e evolução da casa e povoamento indígena”. In: Mota, Avelino Teixeira da; Neves, Mário G. Ventim (dir.). *A habitação indígena na Guiné Portuguesa*. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, pp. 9-136.
- Nascimento, Augusto (2011). “Francisco Tenreiro, um paradoxal mas sugestivo legado para São Tomé e Príncipe”. *Colóquio Letras*, n. 178, pp. 134-145.
- Nunes, Teresa (2012). “Desenvolvimento santomense na perspectiva de Ezequiel de Campos (1900-1910)”. In: *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL); Centro de Estudos Africanos (CEA-IUL); Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), pp. 191-206. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3899/1/Nunes_STP_191_206.pdf> Acesso: 30 de Junho de 2022.
- Oliveira, Francisco Roque de (2017). “Ilídio do Amaral (1926-2017): uma vasta obra dedicada à Geografia das regiões tropicais”. *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, vol. 52, n. 106, p. 149-158. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/12097>> Acesso: 30 de Junho de 2022. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis12097>
- Oliveira, Francisco Roque de (2019). “El Mexico de Orlando Ribeiro: cuadernos de campo, fotografías y textos relativos a la Conferencia Regional Latinoamericana de la Unión Geográfica Internacional de 1966”. *Investigaciones Geográficas*, n. 100. DOI: <https://doi.org/10.14350/rig.60018> Acesso: 30 de Junho de 2022.
- Oliveira, Francisco Roque de (coord.) (2021a). *Memórias fotográficas: uma entrevista com Raquel Soeiro de Brito - Cadernos fototeca, 1*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/50343>> Acesso: 30 de Junho de 2022. DOI: 10.33787/CEG20210003
- Oliveira, Francisco Roque de (2021b). “Só venho ver a terra: trabalho de campo, fotografia de terreno e trópicos segundo Raquel Soeiro de Brito. In: Oliveira, Francisco Roque de (coord.). *Memórias fotográficas: uma entrevista com Raquel Soeiro de Brito - Cadernos fototeca, 1*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 5-13. Disponível em: <<https://>

repositorio.ul.pt/handle/10451/50346> Acesso: 30 de Junho de 2022. DOI: 10.33787/CEG20210003-1

Oliveira, Jorge Eduardo da Costa (1993) [1960]. *A economia de S. Tomé e Príncipe: introdução ao seu estudo*. Lisboa: Instituto para a Cooperação Económica; Instituto de Investigação Científica Tropical.

Oliveira, Pedro Aires (2015). “Portugal no mundo”. In: Cardoso, José Luís (coord.); Pinto, António Costa; Monteiro, Nuno Gonçalo (dir.). *História Contemporânea de Portugal, 1808-2010*, vol. 4: *Olhando para dentro 1930-1960*. Carnaxide: Objectiva; Madrid: Fundación MAPFRE, pp. 73-107.

Pereira, Rui Mateus (2021). *Conhecer para dominar. O desenvolvimento do conhecimento antropológico na política colonial portuguesa em Moçambique, 1926-1959*. Lisboa: Edições Parsifal.

República Portuguesa (1948). “Ministério do Ultramar, Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, Portaria n.º 12474”. *Diário do Governo*, I Série, n. 153, 3 de Julho, p. 614. Disponível em: <<http://fiscipe.fc.ul.pt/pdfs/diplomas/diploma-1527859262.pdf>> Acesso: 30 de Junho de 2022.

República Portuguesa (1950). “Sessão n.º 33, em 17 de Março”. *Diário das Sessões*, n. 33, 18 de Março, pp. 519-550.

República Portuguesa (1954). “Ministério do Ultramar, Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, Portaria n.º 14990”. *Diário do Governo*, I Série, n. 177, 13 de Agosto, p. 884. Disponível em: <<http://fiscipe.fc.ul.pt/pdfs/diplomas/diploma-1527859262.pdf>> Acesso: 30 de Junho de 2022.

Ribeiro, Guilherme (2021). “Agentes da tradução e circulação dos clássicos na periferia da ciência”. *Terra Brasilis (Nova Série)*, n. 15. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/8014>> Acesso: 30 de Junho de 2022. DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.8014>

Ribeiro, Orlando (1949). *L'île de Madère: étude géographique*. Lisbonne: Union Géographique Internationale – Congrès International de Géographie Lisbonne.

Ribeiro, Orlando (1950). “Missão de Geografia à Guiné em 1947”. *Anais da Junta de Investigações Coloniais*, vol. 5, n. 3, pp. 5-23.

Ribeiro, Orlando (1962). *Aspectos e problemas da expansão portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

Robic, Marie-Claire (2008). “Tropicalismo, zonalité, géographie tropicale. Les paradoxes d'une émergence”. In: Velasco-Graciet, Hélène (dir.). *Les tropiques des géographes*. Pessac: Maison de Sciences de l'Homme d'Aquitaine, pp. 49-61.

Rodrigues, Inês Nascimento (2019). “As múltiplas vidas de Batepá: memórias de um massacre colonial em São Tomé e Príncipe (1953-2018)”. *Estudos Ibero-Americanos*, vol. 45, n. 2, pp. 4-15. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/32441>> Acesso: 30 de Junho de 2022. DOI: 10.15448/1980-864X.2019.2.32441

Rollo, Maria Fernanda, et al. (2012). *Ciência, cultura e língua em Portugal no século XX. Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*. Lisboa: Instituto Camões; Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Sampaio, Maria de Lurdes (2022). “No centenário do nascimento de Francisco José Tenreiro (1921-1963): meditações e perspectivas”. *BUALA*, 26 de Janeiro. Disponível em: <<https://www.buala.org/pt/a-ler/no-centenario-do-nascimento-de-francisco-jose-tenreiro-1921-1963-mediacoes-e-perspetivas>> Acesso: 30 de Junho de 2022.

- Sanches, Margarida Ribeiro (2013). “Lisboa, capital do império. Trânsitos, afiliações, transnacionalismos”. In: Domingos, Nuno; Peralta, Elsa (orgs.). *Cidade e império. Dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-colonais*. Lisboa: Edições 70, pp. 279-318.
- Santos, Patrícia Augusto dos (2021). *Coleções coloniais de Arqueologia: passado, presente e futuro*. Relatório de estágio para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/51275/1/ulflpasantos>> Acesso: 30 de Junho de 2022.
- Santos, Paula Cristina Cunha Santos (2012). “Missões geodésicas em São Tomé e Príncipe”. In: *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL); Centro de Estudos Africanos (CEA-IUL); Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), pp. 641-652. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/4046/1/Santos_STP_641_652.pdf> Acesso: 30 de Junho de 2022.
- Sarmento, João (2021). “Geography and Empire”. In: *Oxford Biographies Online*. Oxford: Oxford University Press. DOI: 10.1093/OBO/9780199874002-0227
- Sarmento, João (org.) (2022). *Orlando Ribeiro – Cadernos de campo, Angola 1960-1969*. V.N. Famalicão: Edições Húmus.
- Seibert, Gerhard (2004). “Os angolares da ilha de São Tomé: naufragos, autóctones ou quilombas?”. *T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB*, vol. 12, ns. 1-2, pp. 43-64.
- Seibert, Gerhard (2008). “A Ilha de São Tomé (1961), de Francisco Tenreiro: uma releitura contextualizada”. *Economia e Sociologia*, n. 85, pp. 69-88.
- Silva, António E. Duarte (2008). “Sarmento Rodrigues, a Guiné e o luso-tropicalismo”. *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 25, pp. 31-55. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/cultura/586>> Acesso: 30 de Junho de 2022. DOI: <https://doi.org/10.4000/cultura.586>
- Solotareff, Marion (1996). “Naissance et évolution de la géographie tropicale (1930-1960)”. In: Claval, Paul; Sanguin, André-Louis (dir.). *La géographie française à l'époque classique (1918-1968)*. Paris: L'Harmattan, pp. 141-257.
- Tchen, Adelaide Ginga (2005a). “Avelino Teixeira da Mota (1920-1982)”. In: Cruz, Manuel Braga da; Pinto, António Costa (dir.); Ferreira, Nuno Estêvão (colab.). *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1935-1974, Vol 5, M-Z*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, pp. 191-193.
- Tchen, Adelaide Ginga (2005b). “Francisco José Vasques Tenreiro (1921-1963)”. In: Cruz, Manuel Braga da; Pinto, António Costa (dir.); Ferreira, Nuno Estêvão (colab.). *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1935-1974, Vol 5, M-Z*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, pp. 695-696.
- Tendeiro, João (1958). *A investigação científica no Ultramar Português*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Tenreiro, Francisco (1950a). “Aspectos da colonização da Ilha de São Tomé (Séc. XVI-XX)”. In: *XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, Lisboa*. Lisboa: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, pp. 157-164.
- Tenreiro, Francisco (1950b). *Acerca da casa e do povoamento na Guiné*. Lisboa: Junta de Investigações Coloniais.

- Tenreiro, Francisco (1952). “A agricultura de São Tomé: suas relações com as condições geográficas, a colonização e a economia geral”. In: *Comptes Rendus du XVI^e Congrès International de Géographie*, vol. IV. Lisbonne: Union Géographie Internationale, pp. 41-60.
- Tenreiro, Francisco (1953). “Descrição da ilha de S. Tomé no século XVI”. *Garcia de Orta*, vol. 1, n. 2, pp. 219-228.
- Tenreiro, Francisco (1954). “Bibliografia geográfica da Guiné”. *Garcia de Orta*, vol. 2, n. 1, pp. 97-134.
- Tenreiro, Francisco (1956a). “Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Esquema de uma evolução conjunta”. *Cabo Verde: Boletim de Informação e Propaganda*, ano 7, n. 76, pp. 12-17.
- Tenreiro, Francisco (1956b). *As ilhas de São Tomé e Príncipe e o território de São João Batista de Ajudá*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Tenreiro, Francisco (1957). *Engenhos de água na ilha de São Tomé no século XVI*. Coimbra: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências.
- Tenreiro, Francisco (1961a). *A Ilha de São Tomé: estudo geográfico*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Tenreiro, Francisco (1961b). *Curriculum Vitae*. Lisboa: F. J. Tenreiro.
- Tenreiro, Francisco (1961c). “A floresta e a ocupação humana na ilha de São Tomé”. *Garcia de Orta*, vol. 9, n. 4, pp. 649-656
- Tissier, Jean-Louis (2011). “Jacques Richard-Molard (1913-1951)”. In: Robic, Marie-Claire; Tissier, Jean-Louis; Pinchemel, Philippe (dir.). *Deux siècles de géographie française : une anthologie*. Paris: CTHS, pp. 226-227.
- Travassos, Lorena Christina Barros (2021). “Missões antropológicas de São Tomé (1954) e Angola (1955): caminhos para a descolonização da fotografia colonial”. *Estudos Históricos*, vol. 34, n. 72, pp. 81-106. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S2178-149420210105>> Acesso: 30 de Junho de 2022.
- Valentim, Carlos Manuel (2007). *O trabalho de uma vida: biobibliografia de Avelino Teixeira da Mota (1920-1982)*. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha.

ANEXOS

Fontes

Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa – CEG-IGOT-ULisboa

CEG/Arq./CIAO/29. [Francisco Tenreiro], Plano de trabalhos para S. Tomé tendo em vista a realização da próxima CIAO, [c. 1953], ms., 4 f.

CEG/Arq./CIAO/31.[António Mendes Correia e Orlando Ribeiro], Pessoas a quem pode ser mandada a circular da C.I.A.O., [Lisboa], [1953], dact., 1 p.

CEG/Arq./CIAO/37. Carta de Orlando Ribeiro ao Presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, Lisboa, 29 de Junho de 1953, dact. (cópia), 1 p.

- CEG/Arq./CIAO/41. Carta de Orlando Ribeiro ao Presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, Lisboa, 28 de Outubro de 1953, dact. (cópia), 1 p.
- CEG/Arq./CIAO/42. Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, Proc. 95/53, E.F./F.M.P.-24, [Lisboa], 24 de Novembro de 1953, dac. (cópia), 1 p.
- CEG/Arq./CIAO/43. Carta de Orlando Ribeiro ao Presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, Lisboa, 3 de Dezembro de 1953, dact. (cópia), 1 p.
- CEG/Arq./CIAO/45. Carta de Luís Silveira a Orlando Ribeiro, [Lisboa], 30 de Janeiro de 1954, dact., 1 p.
- CEG/Arq./CIAO/46. Carta de Orlando Ribeiro ao Presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, Lisboa, 19 de Dezembro de 1953, dact. (cópia), 2 p.
- CEG/Arq./CIAO/47. Carta de Orlando Ribeiro [a Théodore Monod], Lisboa, 2 de Janeiro de 1954, dact. (cópia), 1 p.
- CEG/Arq./CIAO/48. Carta de Luís Silveira a Orlando Ribeiro, [Lisboa], 8 de Janeiro de 1954, dact., 1 p.
- CEG/Arq./CIAO/49. Carta de Théodore Monod a Orlando Ribeiro, Dakar, 26 de Janeiro de 1954, dact., 1 p.
- CEG/Arq./CIAO/51. Carta de Théodore Monod aos representantes em Portugal da Comissão Internacional Permanente da CIAO, Dakar, 21 de Outubro de 1954, dact., 2 p.
- CEG/Arq./CIAO/52. Carta de António Mendes Correia a Orlando Ribeiro, Lisboa, 18 de Janeiro de 1955, dact. (cópia com anotações manuscritas [de Orlando Ribeiro]), 1 p.
- CEG/Arq./CIAO/61. Carta de Orlando Ribeiro a João Carrington da Costa, Lisboa, 25 de Novembro de 1958, dact. (cópia), 1 p.
- CEG/Arq./CIAO/63. Carta de Théodore Monod a Francisco Tenreiro, Dakar, 15 de Setembro de 1960, dact., 2 p.
- CEG/Arq./CIAO/66. Carta de Francisco Tenreiro a Théodore Monod, 21 de Setembro de 1960, dact., 1 p.
- CEG/Arq./FT/14. [Francisco Tenreiro], O problema das cidades do continente negro, [s.l.], 31 de Maio de 1957, dact. com anotações autógrafas, 4 p.
- CEG/Arq./FT/16. Carta de Francisco Tenreiro a Orlando Ribeiro, São Tomé, 7 de Junho de 1957, ms., 2 f.
- CEG/Arq./FT/19. Francisco Tenreiro, Estudo Geográfico da Ilha de São Tomé: Relatório Preliminar, Lisboa, [Centro de Estudos Geográficos], [1956], dact. (cópia), 25 p.
- CEG/Arq./FT/26. Carta de Francisco Tenreiro ao Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, Lisboa, Páscoa de 1956, dact., 4 p.
- CEG/Arq./FT/29. Francisco Tenreiro, *Curriculum Vitae*, Lisboa, Páscoa de 1956, dact. (cópia), 10 p.

CEG/Arq./FT/39. Carta de Francisco Tenreiro a Orlando Ribeiro, Londres, 4 de Março de 1955, dact. 1 f.

CEG/Arq./FT/41. Carta de Francisco Tenreiro a Orlando Ribeiro, Londres, 23 de Novembro de 1954, ms., 2 f.

CEG/Arq./FT/42. Carta de Francisco Tenreiro a Orlando Ribeiro, Londres, 11 de Outubro de 1954, ms., 4 f.

CEG/Arq./GNB/27. Secretaria da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais - Informação n.º 72 - Admissão de um segundo assistente adjunto da missão de geografia da Guiné, [Lisboa], 11 de Junho de 1949, dac., 2 pp.

CEG/Arq./GNB/28. Ofício da Presidência da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais ao chefe da Missão de Geografia da Guiné - Proc. 331/49, n.º 1171, [Lisboa], 13 de Junho de 1949, dact., 1 p.

CEG/Arq./GNB/51. Orlando Ribeiro, Relatório da Missão de Geografia da Guiné apresentado à Junta de Investigações Coloniais: Relatório Preliminar, Lisboa, [Centro de Estudos Geográficos], Novembro de 1948, dact. (cópia), 4 p.

RESUMOS

O arquivo do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa guarda um exemplar do Relatório da primeira campanha de estudo que Francisco Tenreiro realizou na ilha de São Tomé em 1956, tendo em vista a preparação da tese de doutoramento que defenderia cerca cinco anos depois, intitulada *A Ilha de São Tomé: estudo geográfico*, e que veio a constituir um marco na produção da chamada «Escola de Geografia» de Lisboa. Trataremos aqui de analisar este documento inédito e de o cruzar com outro material de arquivo, de modo a extrair resultados sobre três tópicos principais: (1) os princípios metodológicos e as condições técnicas que enquadraram a realização do trabalho de campo em causa; (2) a articulação entre este exemplo de trabalho de campo geográfico em terreno tropical e os desígnios de «ocupação científica do ultramar» preconizados pelo regime do Estado Novo português em contexto de colonialismo tardio; (3) a reconstituição dos principais círculos de afinidade pessoal e científica – designadamente agentes e instituições de cooperação científica nacional e internacional – que materializaram as circunstâncias que enquadraram a elaboração deste Relatório e, em boa medida também, o corpo principal da obra geográfica de Tenreiro.

El archivo del Centro de Estudios Geográficos de la Universidad de Lisboa conserva una copia de la Memoria de la primera campaña de estudios que realizó Francisco Tenreiro en la isla de São Tomé en 1956, con vistas a la elaboración de la tesis doctoral que defendería cinco años después, titulada *La isla de São Tomé: un estudio geográfico*, y que se convirtió en un hito en la producción de la llamada «Escuela de Geografía de Lisboa». Aquí, analizaremos este documento inédito y lo cruzaremos con otro material de archivo, con el fin de extraer resultados sobre tres temas principales: (1) los principios metodológicos y las condiciones técnicas que enmarcaron la realización de este trabajo de campo; (2) la articulación entre este ejemplo de trabajo de campo geográfico en terreno tropical y los objetivos de «ocupación científica de los territorios de ultramar» preconizados por el régimen del Estado Novo portugués en el contexto del colonialismo tardío; (3) la reconstitución de los principales círculos de afinidad personal y científica – a saber, agentes e instituciones de cooperación científica nacional e internacional –

que materializaran las circunstancias que enarcaron elaboración de este Informe y, en buena medida, también el cuerpo principal del trabajo geográfico de Tenreiro.

The archive of the Centre for Geographical Studies of the University of Lisbon keeps a copy of the Report of the first fieldwork practice that Francisco Tenreiro carried out on the island of São Tomé in 1956, as part of the preparation of the doctoral thesis he would defend about five years later, entitled *The Island of São Tomé: a geographical study*, which became a landmark in the production of the so-called Lisbon's 'School of Geography'. Here, we will analyze this unpublished document and cross it with other archival material, in order to extract results on three main topics: (1) the methodological principles and technical conditions that framed the realization of this fieldwork practice; (2) the articulation between this example of geographical fieldwork in tropical terrain and the aims of 'scientific occupation of the overseas territories' advocated by the Portuguese Estado Novo regime in the context of late colonialism; (3) the reconstitution of the main circles of personal and scientific affinity – namely agents and institutions of national and international scientific cooperation – that materialized the circumstances that framed the preparation of this Report and, to a large extent, also the main body of Tenreiro's geographical work.

Les archives du Centre d'études géographiques de l'Université de Lisbonne conservent une copie du Rapport de la première campagne d'études que Francisco Tenreiro a réalisée sur l'île de São Tomé en 1956, en vue de préparer la thèse de doctorat qu'il défendra sur cinq ans plus tard, intitulé *L'île de São Tomé: une étude géographique*, que es devenu un point de repère dans la production de la soi-disant «École de géographie» de Lisbonne. Nous analyserons ici ce document inédit et le croiserons avec d'autres documents d'archive, afin d'en extraire des résultats sur trois thèmes principaux : (1) les principes méthodologiques et les conditions techniques que ont encadré la réalisation de ce travail de terrain ; (2) l'articulation entre cet exemple de travail géographique en terrain tropical et les visées «d'occupation scientifique des territoires d'outre-mer» prônées par le régime portugais d'Estado Novo dans le contexte du colonialisme tardif ; (3) la reconstitution des principaux cercles d'affinité personnelle et scientifique – en particulier les agents et les institutions de coopération scientifique nationale et internationale – qui ont matérialisé les circonstances qui ont encadré la préparation de ce rapport et, dans une large mesure, également l'essentielle du travail géographique de Tenreiro.

ÍNDICE

Keywords: Francisco Tenreiro, São Tomé Island, tropical geography, late portuguese colonialism

Índice geográfico: Ilha de São Tomé, África, Portugal

Índice cronológico: 1950-1960

Mots-clés: Francisco Tenreiro, l'île de São Tomé, géographie tropicale, colonialisme portugais tardif

Palabras claves: Francisco Tenreiro, Isla de São Tomé, geografia tropical, colonialismo português tardío

Palavras-chave: Francisco Tenreiro, Ilha de São Tomé, geografia tropical, colonialismo português tardio

AUTOR

FRANCISCO ROQUE DE OLIVEIRA

Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa e Laboratório Associado TERRA;

Email: f.oliveira@campus.ul.pt, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5854-8971>

A deriva social da geografia colonial portuguesa

The social turn of Portuguese colonial geography

Le tournant social de la géographie coloniale portugaise

El giro social de la geografía colonial portuguesa

Frederico Ágoas

NOTA DO EDITOR

Submetido 1 Jul. 2022; aceite 5 Out. 2022

NOTA DO AUTOR

A investigação que serve de base a este artigo foi realizada ao abrigo de um contrato de investigação financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.

(CEECIND/01684/2017). Agradeço vivamente aos revisores do artigo e aos editores do presente volume pela leitura cuidadosa que fizeram do texto.

- 1 Da perspetiva da história das ciências sociais, a história da geografia em Portugal surge consecutivamente cindida em função do seu contexto de aplicação e do seu marco disciplinar. Na prática, é possível identificar duas narrativas paralelas, uma metropolitana (ou continental), outra colonial (ou tropical), acessoriamente divididas pelo reconhecimento institucional da disciplina, em torno da década de 1940, associado à afirmação epistémica da geografia humana (com consequências para a geografia física, também).
- 2 Na primeira delas, que começa por misturar-se com as histórias da Coroa e do Estado, das visitas de eruditos estrangeiros ao país e do desenvolvimento de outros saberes, como a cartografia ou a estatística, deparamo-nos antes de mais com descrições físicas, sínteses toponímicas ou relatos de viagem que cobrem regiões particulares ou Portugal

continental por inteiro (cf. Ribeiro e Daveau, 1986; Daveau, 1992).¹ Tais documentos foram produzidos ao longo de vários séculos e representam hoje, consoante os casos, os primórdios mais distantes ou os precedentes mais imediatos da geografia universitária. Na segunda narrativa, encontramos à cabeça diários e roteiros náuticos, a cartografia da expansão e os relatos de exploradores em terras exóticas (cf. Gaspar, 2021; Tirapicos, 2021), e, mais tarde, em plena contemporaneidade, já, os produtos da atividade de organismos como a Sociedade de Geografia de Lisboa (1875), a Comissão de Cartografia (1883) ou a Junta das Missões Geográficas e das Investigações Coloniais (1936) (cf. IICT, 1983).

- 3 Ambas as narrativas cruzam-se, então, por um momento, em redor da ação do geógrafo Orlando Ribeiro e dos seus discípulos, para prosseguirem lado-a-lado (mas de forma mais ou menos autónoma) com os mesmos protagonistas. A primeira prolonga-se até aos dias de hoje (animada por estas e por outras figuras, naturalmente) e contempla ainda nomes como Silva Telles, pioneiro da geografia científica no início do século XX, e Amorim Girão, introdutor da geografia humana – a par de Ribeiro – no ensino superior, com o Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (1943) – dirigido por este – como cenário primordial deste enredo, e o centro homólogo da Universidade de Coimbra (1949) – dirigido por aquele – em plano de fundo (cf. Medeiros, 1992). Como se presume, a segunda narrativa é interrompida em Abril de 1974, sem prejuízo dos trabalhos sobre as antigas colónias portuguesas que se foram publicando já depois dessa data, na sequência de programas de pesquisa em geografia (ou áreas conexas) entretanto promovidos pela Junta de Investigações Coloniais (1945), depois designada Junta de Investigações do Ultramar (cf. Amaral, 1992).
- 4 Esta tendência disjuntiva é comum a outros domínios científico-sociais, com matizes. A história da antropologia portuguesa incorpora convenientemente o passado pré-institucional da disciplina, no que toca à sua vertente metropolitana (cf. Leal, 2000) e à sua vertente colonial (cf. Pereira, 2021), mas as narrativas correspondentes, intimamente relacionadas (como no caso da geografia) por uma figura central comum a ambas (o antropólogo Jorge Dias, no caso), pouco ou nada dialogam entre si e só excepcionalmente integram referências recíprocas.² Em qualquer dos casos, são raras, igualmente, as menções à antropologia física, amplamente presente nos dois domínios e com um peso relevante na história da antropologia, como um todo, embora tratada por uma historiografia própria (cf. Roque, 2003).³ Quanto à história da sociologia, esteve durante muito tempo focada na afirmação institucional da disciplina, em torno da ação do sociólogo Adérito Sedas Nunes, em Lisboa, a partir da década de 1960, desprezando os primórdios da investigação social empírica na metrópole e noutras paragens do império (parca, é certo, neste último caso, sobretudo se comparada com a geografia) (Ágoas, 2013). Muito embora já existam estudos, relativamente recentes, sobre a vertente colonial (Ágoas, 2012) e o passado pré-disciplinar desse saber, em ambos os domínios (Ágoas, 2020; 2021), estes relatos continuam, também eles, largamente apartados, embora haja razões para cruzá-los.⁴
- 5 No caso da geografia, todavia, as histórias destes diferentes veios parecem desde há muito poder conviver entre si, designadamente em publicações especializadas – não sem prejuízo relativo para as vertentes pré-disciplinares das narrativas matriciais (a avaliar pela amostra, pelo menos). É o que sucede num número do periódico *Inforgeo* publicado pela Associação Portuguesa de Geógrafos, em 1992, com o título “Portugal e a Geografia Portuguesa”. Aí, a um estudo histórico sobre “As geografias de Portugal”

(Daveau, 1992), ele próprio cindido pelo marco disciplinar (não sem motivos para tal, evidentemente, mas sem relação entre as partes, “antecedentes” e “geografias modernas”), sobrevem um relato circunstanciado acerca dos “Trinta anos de Geografia nos territórios do ex-Ultramar português (1944-1974)”, sem qualquer menção à geografia na metrópole (Brito, 1992); e sobrevem ainda uma breve sinopse do desenvolvimento do “Ensino e investigação da Geografia em Lisboa”, que menciona apenas umas quantas teses de âmbito tropical, aqui arrumadas em função da sua subespecialidade (Cavaco, 1992).⁵

- 6 É o que sucede também nas atas do II Colóquio sobre História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal no Século XX, igualmente de 1992, onde a secção consignada à geografia inclui um par de capítulos dedicados à geografia física (Rebelo, 1992) e à geografia humana (Medeiros, 1992), metropolitanas, no caso, e um outro capítulo dedicado à geografia das regiões tropicais (Amaral, 1992) – todos eles devidamente munidos dos respetivos enquadramentos históricos, mas construídos em função do marco institucional, para além de circunscritos à cronologia do evento. A presença adicional, no volume em questão, de uma listagem comentada dos trabalhos de “Investigação Geográfica em Moçambique entre 1900 e 1975” (Araújo, 1992) serve aqui para lembrar, um pouco ao arrepio dos restantes, mais uma vez, que, à margem da influência de Orlando Ribeiro ou até antes da década de 1940, e mesmo num território relativamente desfavorecido, a este respeito, foram surgindo registos dos respetivos caracteres geográficos por entidades oficiais ou por cientistas de outras especialidades – embora não trabalhos de geografia, propriamente ditos.⁶
- 7 Semelhante dissonância atesta por certo a boa consciência dos geógrafos em relação ao passado pré-disciplinar da geografia e à sua vertente colonial, mas, para um iniciado nestas matérias, pelo menos, a sobreposição sucessiva destes diferentes relatos acaba por reforçar, de forma paradoxal, reconheça-se, a separação entre as narrativas mencionadas, bem como por robustecer o isolamento do processo de afirmação da disciplina, enquanto tal, face ao seu contexto de emergência. Em particular no que toca à geografia colonial, com incidência preliminar na Guiné, em meados da década de 1940, e que, sem qualquer prejuízo para o momento em que se cruza com a geografia metropolitana (pelo contrário), parece decorrer naturalmente da transposição da geografia humana em Lisboa para uma paisagem tropical, desenvolvendo-se, entretanto, por *motu proprio*. Não se trata de depreciar a influência de Orlando Ribeiro, a este respeito (que é completamente incontornável, insista-se), e muito menos de apartar (mais ainda) as histórias dessas duas vertentes da disciplina, mas, inversamente, de ter em atenção o enquadramento epistémico e institucional mais alargado da ocorrência da geografia portuguesa nos trópicos, em particular da Missão de Geografia da Guiné (1947), dirigida por Ribeiro e considerada o momento inaugural desta linhagem.
- 8 Trabalhos mais recentes têm efetivamente apontado as circunstâncias mais imediatas em que se opera esta deriva colonial da geografia humana, bem como o contexto alargado em que sucede (Havik e Daveau, 2011; Daveau, 2014; Sarmiento, 2018; Sarmiento, 2022). Relativamente a este, pode-se mencionar o novo cenário geopolítico, na sequência da II Guerra Mundial, a afirmação internacional do anticolonialismo e a imposição de políticas desenvolvimentistas nas colónias britânicas e francesas, face a este novo cenário. No mesmo sentido, e na sequência disto, vale a pena referir também a reorientação da política colonial portuguesa, no âmbito do Estado Novo, mais ciente

do potencial económico dos territórios coloniais e mais firmemente apoiada na produção de conhecimento científico, tal como se pode depreender da reorganização da Junta das Investigações Coloniais, em 1945, e da aprovação do plano de *Ocupação Científica do Ultramar Português*, no mesmo ano. Na verdade, a dita Missão de Geografia da Guiné faz então parte de uma bateria de missões análogas consignadas à geo-hidrografia, à antropologia e etnologia, à zoologia e à geologia daquele território.⁷

- 9 Relativamente às circunstâncias que envolvem aquela missão, a bibliografia pertinente tem apontado a II Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais (CIAO), a realizar em Bissau em 1947, como pretexto mais imediato para o seu lançamento, de maneira a fazer face ao desconhecimento quase total dos caracteres físicos e humanos da Guiné e de modo a servir de base a uma representação portuguesa minimamente condigna na dita conferência, que reúne especialistas de várias áreas científicas oriundos de países com interesses imperiais na região (Grã-Bretanha, França, Espanha e Portugal). Os mesmos trabalhos têm também apontado o desenvolvimento relativo dos estudos etnográficos na Guiné, à época, e a criação do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa (CEGP), em 1945, como contexto local e suporte institucional daquela missão, designadamente no acesso ao terreno e na recolha de informação.
- 10 Dito isto, é a própria ação do CEGP e a efetiva participação portuguesa na CIAO que devem ser contempladas, a este respeito. Uma e outra, aliás, estão intimamente interligadas. É a existência do CEGP que permite a realização da II CIAO em Bissau, em 1947, por via dos contactos previamente estabelecidos pelo presidente da Comissão Executiva da Junta das Investigações Coloniais (António Mendes Correia) com o *Institut Français de Afrique Noire* (IFAN), por ocasião da I CIAO em Dakar, em 1945, promovida por este organismo – contactos entretanto consolidados pelos membros do CEGP, que coorganizariam o evento (Ágoas, 2020: 289). E é em larga medida a CIAO que permite a afirmação progressiva do CEGP (se não mesmo a sua criação, poucos meses depois da reunião de Dakar), desde logo pelo estímulo que a organização do evento representa, mas também pelo apoio institucional que os conferencistas estrangeiros lhe virão a dispensar, no quadro daquilo que aparenta ser um conflito mais ou menos silencioso entre o CEGP e as instituições de investigação da metrópole (Ágoas, 2020: 290). Quanto à importância de ambos para o desenvolvimento dos estudos geográficos na Guiné, há bastante investigação a fazer, ainda, mas é possível afirmar desde já que o CEGP é mais do que um simples apoio no acesso ao terreno e à recolha de informação, e que as sucessivas CIAO são mais do que um mero pretexto para a sobredita Missão de Geografia.
- 11 A este último respeito importa dizer que dos quatro textos publicados por Orlando Ribeiro a partir dos materiais recolhidos na Guiné, dois deles são apresentados em diferentes sessões da CIAO. Na verdade, os mais substantivos são justamente esses, *Sur quelques traits géographiques de la Guiné Portugaise* (Ribeiro, 1952), apresentado na II CIAO de Bissau, em 1947, e *Agriculture in West Africa* (Ribeiro, 1951), apresentado na IV CIAO de Fernando Pó, em 1951. Os outros dois textos são *Missão de Geografia à Guiné em 1947* (Ribeiro, 1950a) – um relatório para a Junta das Investigações Coloniais – e *Acerca do mapa topográfico da Guiné* (Ribeiro, 1950b) – um breve conjunto de achegas para um mapa a ser executado pela Missão Geo-hidrográfica da Guiné.⁸
- 12 A um outro nível, a CIAO parece ter sido plataforma acessória para a projeção internacional de Orlando Ribeiro, que em 1947 será indicado pelas autoridades portuguesas como segundo delegado português no Comité Permanente da conferência,

em suplemento de Mendes Correia – e sem fazer caso das indicações dos delegados à II CIAO, diga-se, que sugeriam que esse segundo elemento estivesse diretamente ligado aos territórios locais (Ágoas, 2020: 290). Depois de faltar à III CIAO de Ibadan, Nigéria, em 1949, fará furor na reunião seguinte, em Fernando Pó (à época, sob domínio espanhol), onde, segundo um comentador bem posicionado, na ocasião, terá sido o responsável pela autonomização disciplinar da geografia, a par da geologia, entre as áreas contempladas pelo evento, até então organizado em Meio Físico, Meio Biológico e Meio Humano (Pélissier, 1952: 182). No mesmo momento, a CIAO passaria a discriminar igualmente a botânica e a zoologia, por um lado, e a etnologia e a sociologia, por outro, perfazendo três secções no total. De acordo com mesmo comentador, o ensejo terá então representado uma oportunidade para “afirmar a personalidade da geografia, precisar os seus métodos e os seus objetivos de pesquisa próprios”, em meio colonial, pelo menos, desígnios considerados imprescindíveis para fazer face à tripla ameaça de ser “apartada dos seus vínculos indispensáveis com o estudo do meio natural, de ser fragmentada entre disciplinas que consideram apenas aspetos específicos do estudo do homem, e, enfim, de ser admitida acessoriamente como uma técnica da cartografia” (Pélissier, 1952: 183).

- 13 Paralelamente, e quanto à relevância do CEGP para o desenvolvimento Missão de Geografia da Guiné, as pesquisas conduzidas no âmbito do primeiro parecem ter sido um ponto de apoio importante, se não mesmo o suporte primordial de algumas das suas conclusões. Referimo-nos aos resultados do *Inquérito Etnográfico* (Mota, 1947) lançado no território em 1946 pelo governador em funções, Manuel Sarmento Rodrigues, preocupado com a escassez de braços e com a soberania da colónia, e conduzido pelo seu ajudante de campo, Avelino Teixeira da Mota.⁹ Referimo-nos também às monografias etnográficas publicadas pelo CEGP e a estudos análogos dados à estampa no periódico do centro (o *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*) e subscritos por funcionários coloniais, em particular por António Carreira, nascido em Cabo Verde.¹⁰ E referimo-nos sobretudo ao inquérito à *Habitação Indígena da Guiné Portuguesa*, coordenado por Teixeira da Mota e lançado no ano seguinte (Mota e Neves, 1948).¹¹ Se o estudo *Sur quelques traits géographiques de la Guiné Portugaise*, de Ribeiro, mantém um diálogo apenas implícito com as ilações alcançadas por Teixeira da Mota naquele segundo inquérito a respeito da distribuição geográfica das diferentes etnias da Guiné, obtida a partir da classificação das casas e dos povoamentos “indígenas” (Mota, 1948), o geógrafo Francisco Tenreiro (discípulo de Ribeiro) torna o facto perfeitamente explícito, em *Acerca da casa e do povoamento da Guiné* (Tenreiro, 1950), onde revê e critica (com alguma dureza) o estudo do primeiro, de 1947, em cotejo direto com o trabalho do segundo, de 1949. Em contrapartida, o próprio texto de Tenreiro passará a constar dos anais da geografia portuguesa como um dos primeiros estudos de “geografia tropical” (juntamente com os quatro textos mencionados de Ribeiro) e como rampa de lançamento de uma carreira nesse âmbito, que começará por levá-lo a São Tomé e Príncipe, de onde era original, mas que será interrompida por falecimento precoce.
- 14 De forma mais alargada, estas pistas permitem pensar em integrar a deriva colonial da geografia humana portuguesa num movimento mais abrangente de deriva social da ciência colonial, nacional e internacional, motivado pela insubordinação dos povos colonizados e de que o CEGP é manifestamente o arauto, no caso português. Com efeito, e tal como julgamos ter mostrado noutra ocasião (Ágoas, 2020), a ação do CEGP precede e afeta o desenvolvimento posterior das ciências sociais (e da antropologia e da sociologia, em particular) no âmbito da Escola Superior Colonial, em Lisboa, entretanto

promovida a Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (1954) e, mais tarde, a Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (1962), de maneira a modernizar o exercício governativo do poder imperial.¹² Mas também na Junta de Investigações do Ultramar, com a criação do Centro de Estudos Sociais e Políticos (1956), que lançará várias missões nesses domínios, como é sabido, nomeadamente para fazer face ao nacionalismo africano; e ainda nos territórios coloniais, junto dos Institutos de Investigação Científica de Angola e Moçambique (1955), entretanto criados à imagem do CEGP e com competências nas mesmas áreas.

- 15 Como também mostrámos noutros textos (Ágoas e Castelo, 2019; Castelo e Ágoas 2021), este movimento, inaugurado na Guiné, seria entretanto enquadrado e estimulado pela participação portuguesa na Comissão de Cooperação Técnica na África ao Sul do Saara (CCTA), informalmente criada em 1950 pelos governos da Grã-Bretanha, França, Bélgica, Portugal, União Sul-Africana e Rodésia do Sul para combater de forma explícita (mas dissimulada) o anticolonialismo emergente, e em cujas iniciativas científicas passaria a estar envolvido o próprio Orlando Ribeiro, em 1957 (Castelo, 2022: 16). Tanto quanto sabemos, as consequências destas dinâmicas para o desenvolvimento da geografia colonial em Portugal estão ainda por explorar por inteiro, mas a criação da Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar Português, em 1960, dirigida por Ribeiro, terá revertido de forma mais ou menos direta da Conferência Inter-africana de Ciências Sociais organizada pela CCTA em Bukavu, em 1955, e de compromissos aí assumidos por Portugal a respeito da execução de mapas da densidade e da distribuição populacionais de Angola e Moçambique (Castelo, 2022: 16). Da perspectiva da ditadura portuguesa, pelo menos, trata-se de impedir a intromissão da UNESCO nos seus domínios coloniais e de não perder a face diante das outras potências imperiais.
- 16 A título mais específico, está também por explorar cabalmente a participação de Orlando Ribeiro no Comité Permanente da CIAO e na CCTA, em que a primeira seria integrada, entretanto; o conflito que oporia os membros do CEGP aos representantes portugueses da metrópole na CIAO, no quadro da disputa simbólica entre académicos e funcionários coloniais pela prerrogativa de executar trabalho de campo nas colónias; a relevância de investigadores africanos e de outro pessoal recrutado localmente na produção de conhecimento científico sobre as antigas colónias portuguesas; ou ainda a importância da reunião de Bukavu para a afirmação de outras disposições da geografia colonial portuguesa, como o desenvolvimento dos estudos urbanos, neste âmbito, a partir de meados da década de 1950, particularmente em Angola – disposição que parece igualmente decorrer das recomendações emanadas daquele encontro (cf. CCTA, 1955).¹³ Na sequência disto, importará certamente atender, também, à própria relação entre a geografia metropolitana e a geografia colonial, em Portugal, tomando esta como espaço acessório para a afirmação científica e simbólica de alguns dos seus protagonistas e para a autonomização institucional da disciplina, como um todo. Analisar, retrospectivamente, da mesma perspectiva (e não apenas a título individual), a transição paradigmática entre as múltiplas missões geográficas e hidrográficas (de cariz estritamente físico e/ou cartográfico) da Comissão de Cartografia e da Junta das Missões Geográficas e das Investigações Coloniais, por um lado, e os estudos posteriores centrados nas dimensões humana e social do fenómeno geográfico, por outro; ou até mesmo o desenvolvimento preliminar, no início do século XX, da geografia científica pela mão de Silva Telles, com ação simultânea em ambos os domínios (metropolitano e colonial), pode também ajudar a aproximar as histórias destes dois veios.

- 17 Em contrapartida, fica, enfim, por estudar, a importância da geografia no desenvolvimento da investigação colonial em Portugal, atendendo desde logo à saliência relativa desse saber nos organismos oficiais conexos, ao protagonismo manifesto de Orlando Ribeiro nesse domínio (a nível epistémico e institucional, nacional e internacional), ao ascendente intelectual sobre o principal animador do CEGP, Avelino Teixeira da Mota (ascendente reconhecido pelo próprio), e às relações próximas que mantém com Jorge Dias, cuja pesquisas só derivarão para os trópicos em meados da década de 1950.¹⁴ Percorrendo este caminho, é ainda possível admitir que a geografia, como um todo, e Orlando Ribeiro, em particular, possam ser incorporados com sucesso numa história integrada das ciências sociais, que valorize devidamente, face à afirmação posterior (e relativamente tardia) da antropologia e da sociologia portuguesas, e à persistência dos seus anacronismos naturalistas, o pioneirismo da geografia (colonial e metropolitana) e do seu principal protagonista na viragem social das ciências humanas em Portugal.
-

BIBLIOGRAFIA

Abrantes, Carla Susana Além (2022). *Os futuros portugueses: um estudo antropológico sobre a formação de especialistas coloniais para Angola (1950-1960)*. Rio de Janeiro: Mórula.

Ágoas, Frederico (2012). “Estado, universidade e ciências sociais: a introdução da sociologia na Escola Superior Colonial (1952-1972)”. In: Jerónimo, Miguel Bandeira (org.). *O Império Colonial em Questão (sécs. XIX-XX): Poderes, saberes e instituições*. Lisboa: Edições 70, pp. 315-347.

Ágoas, Frederico (2020). “Social sciences, modernization, and late colonialism: The Centro de Estudos da Guiné Portuguesa”. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, v. 56, n. 4, pp. 278-294.

Ágoas, Frederico (2021). “Continuity through change: State social research and sociology in Portugal”. *History of the Human Sciences*, v. 34, n. 3-4, pp. 243-265.

Ágoas, Frederico; Castelo, Ágoas (2019). “Ciências sociais, diplomacia e colonialismo tardio: a participação portuguesa na Comissão de Cooperação Técnica na África ao Sul do Saara (CCTA)”. *Estudos Históricos*, v. 32, n. 67, pp. 409-428.

Amaral, Ilídio do (1992). “Contribuição dos geógrafos portugueses para o conhecimento científico das regiões tropicais”. In: *História e desenvolvimento da ciência em Portugal no século XX*, vol. 3. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, pp. 1609-1628.

Araújo, Manuel (1992). “A investigação geográfica em Moçambique entre 1900 e 1975”. In: *História e desenvolvimento da ciência em Portugal no século XX*, vol. 3. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, pp. 1629-1652.

Branco, Rui (2003). *O Mapa de Portugal. Estado, Território e Poder no Portugal de Oitocentos*. Lisboa: Livros Horizonte.

Brito, Raquel Soeiro de (1992). “Trinta anos de estudos de geografia nos territórios do ex-Ultramar português (1944-1974)”. *Inforgeo*, n. 4, pp. 71-94.

Carreira, António (1947a). *Mandingas da Guiné portuguesa*. Bissau, Guiné-Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.

Carreira, António (1947b). *Vida social dos manjacos*. Bissau, Guiné-Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.

Castelo, Cláudia (2022). “Desenvolvimento, cooperação e ciência na era da descolonização”. In: Sarmiento, João (org.). *Orlando Ribeiro – Cadernos de Campo, Angola 1960-1969*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, pp. 11-20.

Castelo, Cláudia; Ágoas, Frederico (2021). “Inter-African cooperation in the social sciences in the era of decolonization: A case of science diplomacy”. *Centaurus*, n. 63, v. 1, pp. 67-83.

Cavaco, Carminda (1992). “Ensino e investigação da geografia em Lisboa”. *Inforgéo*, n. 4, pp. 95-98.

Daveau, Suzanne (1992). “As geografias de Portugal”. *Inforgéo*, n. 4, pp. 9-16.

Daveau, Suzanne (2014). “Les débuts de l’enseignement et de la recherche em Géographie em Afrique occidentale”. In: García Álvarez, Jacobo; Garcia, João Carlos (orgs.). *História da Geografia e Colonialismo*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 103-109.

Gaspar, Joaquim Alves (2021). “Navegação e cartografia náutica nos séculos XV e XVI”. In: Sánchez, Antonio; Costa, Palmira Fontes da; Leitão, Henrique (orgs.). *Ciência, Tecnologia e Medicina na Construção de Portugal*. Volume 1: Novos Horizontes – sécs. XV-XVII. Lisboa: Tinta da China, pp. 101-126.

Havik, Philip J.; Daveau, Suzanne (2010). “Orlando Ribeiro: A missão de geografia à Guiné em 1947”. In: Havik, Philip J.; Daveau, Suzanne (orgs.). *Orlando Ribeiro – Cadernos de Campo, Guiné 1947*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, pp. 11-28.

IICT (Instituto de Investigação Científica e Tropical) (1983). *Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica e Tropical. 100 Anos de História*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical.

Justino, David (2012). “Geografia e estatística do Portugal moderno – As novas descrições geográficas de Portugal, 1815-1875”. In Garrido, Álvaro; Costa, Leonor Freire; Duarte, Luís Miguel (orgs.). *Economia, instituições e Império – Estudos em homenagem a Joaquim Romero Magalhães*. Coimbra: Almedina, pp. 67-100.

Leal, João (1999). “Jorge Dias. Os macondes de Moçambique. vol. I: aspectos históricos e económicos (introdução de Rui Pereira)”, *Etnográfica* [Online], vol. 3, n. 1, pp. 213-215.

Leal, João (2000). *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Leal, João (2006). *Antropologia em Portugal. Mestres, Percursos, Tradições*. Lisboa: Livros Horizonte.

Magalhães, Joaquim Romero (1980). “Descrições geográficas de Portugal: 1500-1650”. *Revista de História Económica e Social*, 5, pp. 15-56.

Medeiros, Carlos Alberto (1992). “Evolução e tendências da geografia humana portuguesa no século XX”. In: *História e desenvolvimento da ciência em Portugal no século XX*, vol. 3. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, pp. 1587-1607.

Mota, Avelino Teixeira da (1947). *Inquérito etnográfico organizado pelo governo da colónia no ano de 1946*. Bissau: Publicação Comemorativa do V Centenário do Governo da Guiné.

- Mota, Avelino Teixeira da (1948). "Classificação e evolução da casa e do povoamento indígena". In: Mota, Avelino Teixeira da; Neves, Mário G. Ventim (orgs.). *Habitação Indígena da Guiné Portuguesa*. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, pp. 9-136.
- Mota, Avelino Teixeira da; Neves, Mário G. Ventim (orgs.) (1948). *Habitação Indígena da Guiné Portuguesa*. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- Pélissier, Paul (1952). "La IV^e conférence internationale des Africanistes de l'Ouest". *Les Cahiers d'Outre-Mer*, v. 5, n. 18, pp. 182-183.
- Pereira, Rui Mateus (1998). "Introdução à reedição de 1998". In: Dias, Jorge. *Os Macondes de Moçambique*, vol. I. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Instituto de Investigação Científica e Tropical, pp. V-LII.
- Pereira, Rui Mateus (2021). *Conhecer para dominar. O desenvolvimento do conhecimento antropológico na política colonial portuguesa em Moçambique, 1926-1959*. Lisboa: Edições Parsifal.
- Rebello, Francisco (1992). "A geografia física em Portugal no século XX". In: *História e desenvolvimento da ciência em Portugal no século XX*, vol. 3. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, pp. 1553-1585.
- Ribeiro, Orlando (1950a). "Missão de Geografia À Guiné em 1947". *Anais da Junta de Investigações Coloniais*, v. V, t. III, pp. 3-23
- Ribeiro, Orlando (1950b). "Acerca do Mapa Topográfico da Guiné". *Anais da Junta de Investigações Coloniais*, v. V, t. III, pp. 25-34.
- Ribeiro, Orlando (1951). "Agriculture in West Africa". *Indian Geographical Journal*, Silver Jubilee Souvenir Issue, pp. 65-72.
- Ribeiro, Orlando (1952). "Sur quelques traits géographiques de la Guiné Portugaise". In: *Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais: 2.ª Conferência, Bissau, 1947: Trabalhos apresentados à 3.ª Secção (Meio Humano), 1.ª Parte*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, pp. 9-25.
- Ribeiro, Orlando (1957). "The Portuguese province of Guinea. Land of estuaries and rivers". In: Church, Harrison (org.). *West Africa. A Study of the Environment and of Man's Use of it*. Londres: Longmans, Green and Co.
- Ribeiro, Orlando; Daveau, Suzanne (1986). "Conhecimento actual da história da geografia em Portugal". In: *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, vol. 2. Lisboa: Academia das Ciências, pp. 1041-1060.
- Roque, Ricardo (2001). *Antropologia e Império. Fonseca Cardoso e a Expedição à Índia em 1895*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Santos, Gonçalo Duro dos (2005). *A Escola de Antropologia de Coimbra, 1885-1950: o que significa seguir uma regra científica?* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Sarmiento, João (2018). "Portuguese tropical geography and decolonization in Africa: the case of Mozambique". *Journal of Historical Geography*, n. 66, pp. 20-30.
- Sarmiento, João (2022). "Parte I. Orlando Ribeiro e Angola". In: Sarmiento, João (org.). *Orlando Ribeiro – Cadernos de Campo, Angola 1960-1969*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, pp. 21-51.
- Silva, Rosa Fernanda Moreira da (1992). "Curso de Geografia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto 1972/88". *Inforgo*, n. 4, pp. 99-105.
- Tenreiro, Francisco (1950). *Acerca da casa e do povoamento da Guiné*. Lisboa: Junta de Investigações Coloniais.

Tirapicos, Luís (2021). “Astronomia, cartografia e demarcação de fronteiras”. In Simões, Ana; Lourenço, Marta C.; Silva, José Alberto (orgs.). *Ciência, Tecnologia e Medicina na Construção de Portugal*. Volume 2: Razão e Progresso – séc. XVIII. Lisboa: Tinta da China, pp. 29-50.

NOTAS

1. Sobre o tema, ver, também, Magalhães (1980), Justino (2012). Ver ainda Branco (2003).
2. Ver, também, Leal (2006) e Pereira (1998). Entre os trabalhos que efetivamente integram as ditas referências, ver Leal (1999).
3. Ver, também, Santos (2005).
4. Designadamente a competição entre os membros do Gabinete de Investigações Sociais (GIS), fundado por Sedas Nunes em 1962, e professores do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina pelo ascendente simbólico e institucional no âmbito do processo de afirmação da sociologia, a partir de meados da década de 1960.
5. No mesmo volume, os restantes trabalhos reportam-se à geografia de Portugal, propriamente dita, e ao curso de Geografia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, entre 1972 e 1988 (Silva, 1992).
6. Entre os estudos comentados começam por destacar-se os documentos produzidos por autoridades administrativas e, depois disso, os trabalhos de José de Oliveira Boléo (funcionário colonial), de Raquel Soeiro de Brito (assistente de Orlando Ribeiro e professora da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa), de António Rita-Ferreira (funcionário colonial) e de Maria Eugénia Moreira Lopes (licenciada em Geografia pela Universidade de Coimbra e professora de Geografia na Universidade de Lourenço Marques – Universidade Eduardo Mondlane, depois da independência de Moçambique).
7. A Missão de Geografia Física e Humana da Guiné começaria por ser criada junto da Missão de Geologia da Guiné, em 1947, para ser depois autonomizada, em 1948 (cf. Portaria n.º 12 474, de 3 de Julho de 1948, *Diário do Governo*, I Série, n.º 153/1948).
8. Sobre a Guiné, Orlando Ribeiro publicaria ainda, alguns anos mais tarde, um breve texto no livro de Harrison Church, *West Africa*, intitulado “The Portuguese province of Guinea. Land of estuaries and rivers” (Ribeiro, 1957). No mesmo âmbito, as seguintes comunicações permaneceriam inéditas: “Sur les latérites de la Guinée Portugaise” e “Remarques sur les instruments de labour et les greniers à céréales chez les indigènes de la Guinée Portugaise” (Havik e Daveau, 2011: 22).
9. O inquérito seria aplicado no terreno por funcionários coloniais responsáveis pela administração civil. Apesar de não ter sido lançado no âmbito do CEGP, o inquérito passaria a ser tratado como parte do movimento cultural que conduziria à sua criação e implicitamente visto como sua missão, considerando as responsabilidades que Avelino Teixeira da Mota acumulava como seu delegado e coordenador do inquérito (Ágoas, 2020: 285)
10. Ver, em específico, Carreira (1947a; 1947b), entre vários outros trabalhos do mesmo autor.
11. Para além de 14 estudos acerca da habitação indígena das diferentes etnias da Guiné, o volume contaria ainda com três estudos sinópticos acerca dos aspetos etnológicos, arquitetónicos e sanitários do problema em apreço, o primeiro deles assinado por Avelino Teixeira da Mota. No terreno, o inquérito seria igualmente conduzido por funcionários coloniais.
12. Ver, também, Abrantes (2022), que associa a mudança epistémica referida, designadamente na Escola Superior Colonial, a mudanças em curso na administração colonial.
13. Neste âmbito, começaria por destacar-se outro discípulo de Orlando Ribeiro, o geógrafo Ilídio do Amaral. Nascido em Luanda, soma-se assim a Francisco Tenreiro e a António Carreira entre os investigadores africanos que se destacam neste primeiro surto das ciências sociais portuguesas.

Numa área conexas, vale a pena referir, também, Amílcar Cabral, nascido na Guiné, membro do CEGP e com estudos de agronomia publicados no *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*.

14. O facto ficaria associado à sua contratação como professor do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, em meados da década de 1950.

RESUMOS

O presente texto sugere que se atente ao enquadramento epistémico e institucional da ocorrência da geografia humana nas antigas colónias portuguesas, em particular da Missão de Geografia da Guiné, dirigida por Orlando Ribeiro e considerada o momento inaugural desta linhagem, como ponto de partida para procurar agregar os relatos cindidos acerca da afirmação desse saber, por um lado, e sobre o seu contexto de emergência, por outro; para integrar as narrativas paralelas que se ocupam da geografia metropolitana e da geografia colonial; e para fazer convergir a história da geografia em geral com a história da investigação colonial, como um todo, e a história das ciências sociais em Portugal.

This text suggests a focus on the epistemic and institutional framework of the occurrence of human geography in the former Portuguese colonies, in particular of the Geographical Mission of Guinea, directed by Orlando Ribeiro and considered the inaugural moment of this lineage, as a starting point to try to aggregate the split accounts about the affirmation of this knowledge, on the one hand, and about its emergence context, on the other; to integrate the parallel narratives dealing with metropolitan geography and colonial geography; and to converge the history of geography in general with the history of colonial research, as a whole, and the history of social sciences in Portugal.

Ce texte propose de mettre l'accent sur le cadre épistémique et institutionnel de l'apparition de la géographie humaine dans les anciennes colonies portugaises, en particulier de la Mission Géographique de la Guinée, dirigée par Orlando Ribeiro et considérée comme le moment inaugural de cette lignée, comme point de départ pour essayer d'agrèger les récits divisés sur l'affirmation de cette connaissance, d'une part, et sur son contexte d'émergence, d'autre part ; intégrer les récits parallèles traitant de la géographie métropolitaine et coloniale; et faire converger l'histoire de la géographie en général avec l'histoire de la recherche coloniale, dans son ensemble, et l'histoire des sciences sociales au Portugal.

Este texto propone un enfoque en el marco epistémico e institucional de la aparición de la geografía humana en las antiguas colonias portuguesas, en particular de la Misión Geográfica de Guinea, dirigida por Orlando Ribeiro y considerada el momento inaugural de este linaje, como punto de partida para intentar agregar los relatos divididos sobre la afirmación de este conocimiento, por un lado, y sobre su contexto de surgimiento, por otro; integrar las narrativas paralelas que tratan de la geografía metropolitana y colonial; y hacer converger la historia de la geografía en general con la historia de la investigación colonial, en su conjunto, y la historia de las ciencias sociales en Portugal.

ÍNDICE

Palavras-chave: história das ciências sociais, geografia humana, geografia colonial, Portugal, Guiné-Bissau

Palabras claves: historia de las ciencias sociales, geografía humana, geografía colonial, Portugal, Guinea-Bissau

Índice cronológico: 1940-1950

Índice geográfico: Guiné-Bissau

Keywords: history of social sciences, human geography, colonial geography, Portugal, Guinea Bissau

Mots-clés: histoire des sciences sociales, Géographie humaine, Géographie colonial, Portugal, Guinée Bissau

AUTOR

FREDERICO ÁGOAS

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Email: fagoas@fcsh.unl.pt, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7045-7688>

The social turn of Portuguese colonial geography

A deriva social da geografia colonial portuguesa

Le tournant social de la géographie coloniale portugaise

El giro social de la geografía colonial portuguesa

Frederico Ágoas

AUTHOR'S NOTE

The research on which this article is based was carried out under a research contract funded by FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. (CEECIND/01684/2017). I warmly thank the reviewers of the article and the editors of this volume for their careful reading of the text.

- 1 From the standpoint of the history of social sciences, the history of geography in Portugal appears consecutively split according to its context of application and its disciplinary framework. In fact, it is possible to identify two parallel narratives, one metropolitan (or continental), the other colonial (or tropical), accessorially divided by the institutional recognition of the discipline, around the 1940s, associated with the epistemic affirmation of human geography (with consequences for physical geography, too).
- 2 In the first of the two narratives, which initially intersects with the histories of the monarchy and the state, of the visits of foreign scholars to the country and of the development of other forms of knowledge, such as cartography or statistics, we first encounter physical descriptions, toponymic syntheses or travel reports covering particular regions or continental Portugal as a whole (cf. Ribeiro and Daveau, 1986; Daveau, 1992).¹ Such documents were produced over several centuries and represent today, depending on the case, the most distant beginnings or the most immediate precedents of university geography. In the second narrative, we first find navigation

diaries and nautical routes, the cartography of the maritime expansion and the narrations of explorers in exotic lands (cf. Gaspar, 2021; Tirapicos, 2021), and later, in modern times, the products of the activity of organizations such as the Sociedade de Geografia de Lisboa (Geographical Society of Lisbon, 1875), the Comissão de Cartografia (Commission of Cartography, 1883) or the Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais (Board of Geographical Missions and Colonial Research, 1936) (cf. IICT, 1983).

- 3 Both narratives eventually intersect, for a moment, around the action of the geographer Orlando Ribeiro and his disciples, and then continue side-by-side (but in a more or less autonomous way) with the same protagonists. The first one continues until the present day (driven by these and other figures) and includes names like Silva Telles, a pioneer of scientific geography in the early twentieth century, and Amorim Girão, who introduced human geography – along with Ribeiro – into higher education. The University of Lisbon Centro de Estudos Geográficos (Center for Geographical Studies, 1943) – directed by the latter – stands as the main scenario of this plot, and the corresponding centre at the University of Coimbra (1949) – directed by the former – remains in its background (cf. Medeiros, 1992). As is presumably the case, the second narrative was interrupted by the Carnation Revolution, in April 1974, notwithstanding the works on the former Portuguese colonies that were published after that date, following research programs in geography (or related areas) promoted in the meantime by the reorganized Junta de Investigações Coloniais (Board of Colonial Research, 1945), later known as Board of Overseas Research (cf. Amaral, 1992).
- 4 This disjunctive pattern is common to other social-scientific domains, with nuances. The history of Portuguese anthropology conveniently incorporates the pre-institutional past of the discipline, with regard to its metropolitan (cf. Leal, 2000) and colonial (cf. Pereira, 2021) aspects, but the corresponding narratives, closely related (as in the case of geography) by a central figure common to both (the anthropologist Jorge Dias, in this case), have little or no dialogue between them and only exceptionally include reciprocal references.² In either case, mentions of physical anthropology – widely present in both fields and with a relevant weight in the history of anthropology as a whole, although treated by its own historiography (cf. Roque, 2003) – are also rare.³ As for the history of sociology, it remained for a long time focused on the institutional affirmation of the discipline around the action of the sociologist Adérito Sedas Nunes, in Lisbon, from the 1960s onwards, disregarding the beginnings of empirical social research in the metropole and in other parts of the empire (admittedly scarce, in the latter case, especially if compared to geography) (Ágoas, 2013). Although there are already relatively recent studies on the colonial aspect (Ágoas, 2012) and the pre-disciplinary past of this knowledge, in both domains (Ágoas, 2020; 2021), these accounts remain, also, largely apart, although there are reasons to connect them.⁴
- 5 In the case of geography, however, the stories of these different strands seem to have long been able to coexist, namely in specialized publications – not without relative disregard of the pre-disciplinary branches of the two core narratives (at least judging by the sample below). This is what happens in an issue of the journal *Inforgeo* published by the Association of Portuguese Geographers, in 1992, under the title “Portugal and the Portuguese Geography”. After a historical study on the “Geographies of Portugal” (Daveau, 1992), itself divided by the disciplinary milestone (not without reasons, of course, but with no relation between the parts, “background” and “modern

geographies”), we find a detailed report on the “Thirty years of geographical studies in the ex-overseas Portuguese territories (1944-1974)”, without any mention of geography in the metropole (Brito, 1992); and a brief synopsis focused on “Teaching and researching geography in Lisbon”, which mentions only a few theses of tropical scope, here arranged according to their subspecialty (Cavaco, 1992).⁵

- 6 This is also the case in the proceedings of the 2nd Colloquium on the History and Development of Science in Portugal in the 20th Century, again from 1992, where the section devoted to geography includes a couple of chapters dedicated to metropolitan physical (Rebello, 1992) and human geography (Medeiros, 1992), and another separate chapter dedicated to the geography of tropical regions (Amaral, 1992) – all of them duly provided with their respective historical frameworks, but constructed according to the institutional framework, besides being circumscribed to the chronology of the event. The additional presence, in the volume in question, of an annotated listing of the works of geographical research in Mozambique between 1900 and 1975 (Araújo, 1992) serves here as a reminder, somehow at the expense of the other texts, that, apart from the influence of Orlando Ribeiro or even before the 1940s, and in a relatively disadvantaged territory, on this matter, records of the respective geographical features were produced by official entities or scientists from other specialties – although not geography works, *per se*.⁶
- 7 Such a discord certainly attests to the good conscience of geographers in relation to the pre-disciplinary past of geography and its colonial aspect, but, for a beginner in these matters, at least, the successive overlapping of these different accounts ends up reinforcing, (in a paradoxical way, admittedly) the separation between the mentioned narratives, as well as strengthening the isolation of the process of affirmation of the discipline, as such, in relation to its background. In particular with regard to colonial geography, with a preliminary focus on Guinea, in the mid-1940s, and which, without any prejudice to the moment when it intersected with metropolitan geography (on the contrary), appears to result naturally from the transposition of human geography in Lisbon to a tropical landscape, and to develop, in the meantime, by its own dynamics. This is not to belittle the influence of Orlando Ribeiro, in this respect (which is completely inescapable, one must insist), and even less to (further) separate the histories of these two strands of the discipline, but, rather, to take into account the broader epistemic and institutional framework of the occurrence of Portuguese geography in the tropics, particularly the Geography Mission of Guinea (1947), led by Ribeiro and considered the inaugural moment of this lineage.
- 8 More recent works have indeed pointed out the most immediate circumstances in which this colonial drift of human geography occurs, as well as the broader context in which it takes place (Havik and Daveau, 2011; Daveau, 2014; Sarmiento, 2018; Sarmiento, 2022). Regarding this, one can mention the new geopolitical scenario, following World War II, the international affirmation of anti-colonialism and the imposition of developmentalist policies in the British and French colonies, in the face of this new scenario. In the same vein, and following on from this, it is also worth mentioning the reorientation of Portuguese colonial policy, under the Estado Novo, more aware of the economic potential of the colonial territories and more firmly based on the production of scientific knowledge, as can be inferred from the reorganization of the Junta de Investigações Coloniais, in 1945, and the approval of the plan for the Scientific Occupation of the Portuguese Overseas Territories, in the same year. In fact, the above-

mentioned Geography Mission of Guinea was then part of a battery of similar missions devoted to the geohydrography, anthropology and ethnology, zoology and geology of that territory.⁷

- 9 Regarding the circumstances surrounding that mission, the pertinent bibliography has pointed to the 2nd International Conference of Western Africanists (CIAO) held in Bissau in 1947 as the most immediate pretext for its set up, intended to address the almost total lack of knowledge of the physical and human characteristics of Guinea and to serve as a basis for a minimally decent Portuguese representation at the conference, which brought together experts from various scientific areas from countries with imperial interests in the region (Britain, France, Spain and Portugal). The same works have also pointed out the relative development of ethnographic studies in Guinea at the time, and the creation of the Centro de Estudos da Guiné Portuguesa (CEGP – Portuguese Guinea Study Center) in 1945, as the local context and institutional support for that mission, namely in access to the field and information collection.
- 10 Having said this, it is the actions of the CEGP and the effective Portuguese participation in the CIAO that should be considered in this respect. Both are intimately interlinked. It was the existence of the CEGP that allowed the holding of the 2nd CIAO in Bissau, in 1947, through contacts previously established by the president of the Executive Committee of the Junta de Investigações Coloniais (António Mendes Correia) with the Institut Français de Afrique Noire (IFAN), on the occasion of the 1st CIAO in Dakar, in 1945, promoted by this organization – contacts consolidated in the meantime by members of the CEGP, who co-organized the former event (Ágoas, 2020: 289). And it was to a large extent the CIAO that allowed the progressive affirmation of the CEGP (if not its creation, a few months after the Dakar meeting), with the stimulus provided by the preparation of the event, but also by the institutional support that the foreign speakers would provide, in the context of what appears to be a more or less silent conflict between the CEGP and the research institutions of the metropole (Ágoas, 2020: 290). As for the importance of both for the development of geographic studies in Guinea, there is still much research to be done, but it is possible to state that the CEGP is more than a simple support in the access to the field and in the gathering of information, and that the successive CIAO are more than a mere pretext for the aforementioned Geography Mission.
- 11 In this last respect, it is worth mentioning that of the four texts published by Orlando Ribeiro from the materials collected in Guinea, two of them are presented in different CIAO sessions. In fact, the most substantive are precisely those, *Sur quelques traits géographiques de la Guiné Portugaise* (Ribeiro, 1952), presented at the 2nd CIAO in Bissau, in 1947, and *Agriculture in West Africa* (Ribeiro, 1951), presented at the 4th CIAO in Fernando Pó, in 1951. The other two texts are *Missão de Geografia à Guiné em 1947* (Geography Mission to Guinea in 1947) (Ribeiro, 1950a) – a report to the Board of Colonial Research – and *Acerca do mapa topográfico da Guiné* (About the topographical map of Guinea) (Ribeiro, 1950b) – a brief set of suggestions for a map to be executed by the Geo-Hydrographic Mission of Guinea.⁸
- 12 At another level, the CIAO seems to have been an accessory platform for the international projection of Orlando Ribeiro himself, who, in 1947, was appointed by the Portuguese authorities as the second Portuguese delegate to the Standing Committee of the conference, in addition to Mendes Correia – and without taking into account the indications of the delegates to the 2nd CIAO, which suggested that this second element

should be directly linked to the local territories (Ágoas, 2020: 290). After missing the 3rd CIAO in Ibadan, Nigeria, in 1949, he would make a sensation at the following meeting, in Fernando Po (at the time, under Spanish rule), where, according to a well-placed commentator, he would be the responsible for the disciplinary autonomization of geography, along with geology, among the areas contemplated by the event, until then organized in Physical Environment, Biological Environment and Human Environment (Pélissier, 1952: 182). At the same time, the CIAO would also include botany and zoology, on the one hand, and ethnology and sociology, on the other, making a total of three sections. According to the same commentator, this was an opportunity to “affirm the personality of geography, to specify its methods and its own research objectives”, in the colonial environment, at least, objectives which were deemed indispensable to face the triple threat of being “separated from its indispensable links with the study of the natural environment, of being fragmented among disciplines that considered only specific aspects of the study of man, and, finally, of being admitted as an accessory technique to cartography” (Pélissier, 1952: 183).

- 13 At the same time, and regarding the relevance of the CEGP for the development of the Geography Mission of Guinea, the research conducted under the auspices of the former seems to have been an important foothold, if not the primary basis of some of its conclusions. We refer to the results of the ethnographic survey (Mota, 1947) launched in the territory in 1946 by the incumbent governor, Manuel Sarmento Rodrigues, concerned with the shortage of hands and the sovereignty of the colony, and conducted by his aide-de-camp, the navy officer Avelino Teixeira da Mota.⁹ We also refer to the ethnographic monographs published by the CEGP and to similar studies published in the centre’s journal (the *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*) and signed by colonial officials, particularly António Carreira, born in Cape Verde.¹⁰ And we refer particularly to the survey on the “indigenous” housing of Guinea, co-coordinated by Teixeira da Mota and issued the following year (Mota e Neves, 1948).¹¹ If the study *Sur quelques traits géographiques de la Guiné Portugaise*, by Ribeiro, maintains only an implicit dialogue with the conclusions reached by Teixeira da Mota in that second survey regarding the geographical distribution of the different ethnic groups of Guinea, obtained from the classification of “indigenous” houses and settlements (Mota, 1948), the geographer Francisco Tenreiro (a disciple of Ribeiro) makes the fact perfectly explicit, in *Acerca da casa e do povoamento da Guiné* (About the house and settlement of Guinea) (Tenreiro, 1950), where he reviews and criticizes (somewhat harshly) the study of the first, of 1947, in direct comparison with the work of the second, of 1949. On the other hand, Tenreiro's text itself will go down in the annals of Portuguese geography as one of the first studies of “tropical geography” (together with Ribeiro's four mentioned texts) and as a launching pad for a career in this area, which will begin by taking him to São Tomé and Príncipe, where he was originally from, but which will be interrupted by an early death.
- 14 More broadly, these clues allow us to consider the possibility of integrating the colonial drift of Portuguese human geography in a broader national and international movement of social drift of colonial science, motivated by the uprising of colonized peoples and of which the CEGP is clearly the herald in the Portuguese case. In effect, and as we believe it has been shown on another occasion (Ágoas, 2020), the action of the CEGP precedes and affects the subsequent development of the social sciences (and anthropology and sociology, in particular) within the Escola Superior Colonial (Colonial School) in Lisbon, which was later promoted to Instituto Superior de Estudos

Ultramarinos (Higher Institute for Overseas Studies, 1954) and, later still, to Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (Higher Institute of Social Sciences and Overseas Policy, 1962), in order to modernize the governing activities of the imperial power.¹² But also at the Junta de Investigações do Ultramar, with the creation of the Centro de Estudos Sociais e Políticos (Centre for Social and Political Studies, 1956), which would launch several missions in those fields, as is well known, namely to address African nationalism; and additionally in the colonial territories, with the institutes of scientific research of Angola and Mozambique (1955), meanwhile created at the image of the CEGP and with responsibilities in the same areas.

- 15 As we have also shown in other texts (Ágoas and Castelo, 2019; Castelo and Ágoas 2021), this movement, inaugurated in Guinea, would meanwhile be framed and stimulated by the Portuguese participation in the Commission for Technical Cooperation in Africa South of the Sahara (CCTA), informally created in 1950 by the governments of Great Britain, France, Belgium, Portugal, the South African Union and Southern Rhodesia to explicitly (but covertly) combat the emerging anticolonialism, and in whose scientific initiatives Orlando Ribeiro himself would become involved, in 1957 (Castelo, 2022: 16). As far as we know, the consequences of these dynamics for the development of colonial geography in Portugal are still to be fully explored, but the creation of the Physical and Human Geography Mission of the Overseas in 1960, headed by Ribeiro, will have more or less directly reverted from the Inter-African Conference on Social Sciences organized by the CCTA in Bukavu, in 1955, and from commitments made there by Portugal regarding the execution of maps of population density and distribution in Angola and Mozambique (Castelo, 2022: 16). From the perspective of the Portuguese dictatorship, at least, it was a matter of preventing UNESCO's intrusion in its colonial domains and of not losing face before the other imperial powers.
- 16 On a more specific note, the participation of Orlando Ribeiro in the Standing Committee of CIAO and in the CCTA, in which the former would be integrated in the meantime, is also yet to be fully explored; as it is the conflict that would oppose the CEGP members to the Portuguese representatives of the metropole in the CIAO, in the framework of the symbolic dispute between academics and colonial officials for the prerogative of executing fieldwork in the colonies; the relevance of African researchers and other locally recruited personnel in the production of scientific knowledge about the former Portuguese colonies; or even the importance of the Bukavu meeting for the affirmation of other provisions of Portuguese colonial geography, such as the development of urban studies, in this field, from the mid-1950s, particularly in Angola – a provision that also seems to derive from the recommendations emanating from that meeting (cf. CCTA, 1955).¹³ Following this, it is certainly worth considering the relationship between metropolitan and colonial geography in Portugal, taking the latter as an accessory space for the scientific and symbolic affirmation of some of its protagonists and for the institutional autonomization of the discipline as such. To retrospectively analyze, from the same perspective (and not only individually), the paradigmatic transition between the multiple geographical and hydrographic missions (strictly physical and/or cartographic) of the Comissão de Cartografia and the Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, on the one hand, and the later studies focused on the human and social dimensions of the geographical phenomenon, on the other; or even the preliminary development, in the early twentieth century, of scientific geography by Silva Telles, with simultaneous action in both domains

(metropolitan and colonial), may also help to bring closer the histories of these two veins.

- 17 Conversely, and given the position of geography in the Portuguese imperial scientific apparatus, the importance of this knowledge in the development of Portuguese colonial research, at large, also remains to be studied. Even more so considering Orlando Ribeiro's manifest prominence in this field (at the epistemic and institutional level, nationally and internationally), his intellectual ascendancy over the main animator of the CEGP, Avelino Teixeira da Mota (an ascendancy acknowledged by the latter), and his close relations with the anthropologist Jorge Dias, whose research will only derive to the tropics in the mid-1950s.¹⁴ If we follow this path, it is still possible to admit that geography, as a whole, and Orlando Ribeiro, in particular, may be successfully incorporated in an integrated history of the social sciences, which, in the face of the later (and relatively late) affirmation of Portuguese anthropology and sociology, and the persistence of their naturalistic anachronisms, duly valorizes the pioneering role of geography (colonial and metropolitan) and of its main protagonist in the social turn of the human sciences in Portugal.

BIBLIOGRAPHY

- Abrantes, Carla Susana Além (2022). *Os futuros portugueses: um estudo antropológico sobre a formação de especialistas coloniais para Angola (1950-1960)*. Rio de Janeiro: Mórula.
- Ágoas, Frederico (2012). "Estado, universidade e ciências sociais: a introdução da sociologia na Escola Superior Colonial (1952-1972). In: Jerónimo, Miguel Bandeira (org.). *O Império Colonial em Questão (sécs. XIX-XX): Poderes, saberes e instituições*. Lisbon: Edições 70, pp. 315-347.
- Ágoas, Frederico (2020). "Social sciences, modernization, and late colonialism: The Centro de Estudos da Guiné Portuguesa". *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, v. 56, No. 4, pp. 278-294.
- Ágoas, Frederico (2021). "Continuity through change: State social research and sociology in Portugal". *History of the Human Sciences*, v. 34, No. 3-4, pp. 243-265.
- Ágoas, Frederico; Castelo, Ágoas (2019). "Ciências sociais, diplomacia e colonialismo tardio: a participação portuguesa na Comissão de Cooperação Técnica na África ao Sul do Saara (CCTA)". *Estudos Históricos*, v. 32, No. 67, pp. 409-428.
- Amaral, Ilídio do (1992). "Contribuição dos geógrafos portugueses para o conhecimento científico das regiões tropicais". In: *História e desenvolvimento da ciência em Portugal no século XX*, vol. 3. Lisbon: Academia das Ciências de Lisboa, pp. 1609-1628.
- Araújo, Manuel (1992). "A investigação geográfica em Moçambique entre 1900 e 1975". In: *História e desenvolvimento da ciência em Portugal no século XX*, vol. 3. Lisbon: Academia das Ciências de Lisboa, pp. 1629-1652.
- Branco, Rui (2003). *O Mapa de Portugal. Estado, Território e Poder no Portugal de Oitocentos*. Lisbon: Livros Horizonte.

- Brito, Raquel Soeiro de (1992). "Thirty years of geographical studies in the ex-overseas Portuguese territories (1944-1974)". *Inforgeo*, special issue (Portugal and the Portuguese Geography), pp. 61-83.
- Carreira, António (1947a). *Mandingas da Guiné portuguesa*. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- Carreira, António (1947b). *Vida social dos manjacos*. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- Castelo, Cláudia (2022). "Desenvolvimento, cooperação e ciência na era da descolonização". In: Sarmiento, João (org.). *Orlando Ribeiro – Cadernos de Campo, Angola 1960-1969*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, pp. 11-20.
- Castelo, Cláudia; Ágoas, Frederico (2021). "Inter-African cooperation in the social sciences in the era of decolonization: A case of science diplomacy". *Centaurus*, No. 63, v. 1, pp. 67-83.
- Cavaco, Carminda (1992). "Teaching and researching geography in Lisbon". *Inforgeo*, special issue (Portugal and the Portuguese Geography), pp. 85-88.
- Daveau, Suzanne (1992). "Geographies of Portugal". *Inforgeo*, special issue (Portugal and the Portuguese Geography), pp. 7-14.
- Daveau, Suzanne (2014). "Les débuts de l'enseignement et de la recherche em Géographie em Afrique occidentale". In: García Álvarez, Jacobo; Garcia, João Carlos (orgs.). *História da Geografia e Colonialismo*. Lisbon: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 103-109.
- Gaspar, Joaquim Alves (2021). "Navegação e cartografia náutica nos séculos XV e XVI". In: Sánchez, Antonio; Costa, Palmira Fontes da; Leitão, Henrique (orgs.). *Ciência, Tecnologia e Medicina na Construção de Portugal. Volume 1: Novos Horizontes – sécs. XV-XVII*. Lisbon: Tinta da China, pp. 101-126.
- Havik, Philip J.; Daveau, Suzanne (2010). "Orlando Ribeiro: A missão de geografia à Guiné em 1947". In: Havik, Philip J.; Daveau, Suzanne (orgs.). *Orlando Ribeiro – Cadernos de Campo, Guiné 1947*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, pp. 11-28.
- IICT (Instituto de Investigação Científica e Tropical) (1983). *Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica e Tropical. 100 Anos de História*. Lisbon: Instituto de Investigação Científica e Tropical.
- Justino, David (2012). "Geografia e estatística do Portugal moderno – As novas descrições geográficas de Portugal, 1815-1875". In Garrido, Álvaro; Costa, Leonor Freire; Duarte, Luís Miguel (orgs.). *Economia, instituições e Império – Estudos em homenagem a Joaquim Romero Magalhães*. Coimbra: Almedina, pp. 67-100.
- Leal, João (1999). "Jorge Dias. *Os macondes de Moçambique. vol. I: aspectos históricos e económicos (introdução de Rui Pereira)*". *Etnográfica* [Online], vol. 3, No. 1, pp. 213-215.
- Leal, João (2000). *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisbon: Publicações Dom Quixote.
- Leal, João (2006). *Antropologia em Portugal. Mestres, Percursos, Tradições*. Lisbon: Livros Horizonte.
- Magalhães, Joaquim Romero (1980). "Descrições geográficas de Portugal: 1500-1650". *Revista de História Económica e Social*, 5, pp. 15-56.
- Medeiros, Carlos Alberto (1992). "Evolução e tendências da geografia humana portuguesa no século XX". In: *História e desenvolvimento da ciência em Portugal no século XX*, vol. 3. Lisbon: Academia das Ciências de Lisboa, pp. 1587-1607.

- Mota, Avelino Teixeira da (1947). Inquérito etnográfico organizado pelo governo da colónia no ano de 1946. Bissau: Publicação Comemorativa do V Centenário do Governo da Guiné.
- Mota, Avelino Teixeira da (1948). "Classificação e evolução da casa e do povoamento indígena". In: Mota, Avelino Teixeira da; Neves, Mário G. Ventim (orgs.). *Habitação Indígena da Guiné Portuguesa*. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, pp. 9-136.
- Mota, Avelino Teixeira da; Neves, Mário G. Ventim (orgs.) (1948). *Habitação Indígena da Guiné Portuguesa*. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- Pélissier, Paul (1952). "La IV^e conférence internationale des Africanistes de l'Ouest". *Les Cahiers d'Outre-Mer*, v. 5, No. 18, pp. 182-183.
- Pereira, Rui Mateus (1998). "Introdução à reedição de 1998". In: Dias, Jorge. Os Macondes de Moçambique, vol. I. Lisbon: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Instituto de Investigação Científica e Tropical, pp. V-LII.
- Pereira, Rui Mateus (2021). *Conhecer para dominar. O desenvolvimento do conhecimento antropológico na política colonial portuguesa em Moçambique, 1926-1959*. Lisbon: Edições Parsifal.
- Rebelo, Francisco (1992). "A geografia física em Portugal no século XX". In: *História e desenvolvimento da ciência em Portugal no século XX*, vol. 3. Lisbon: Academia das Ciências de Lisboa, pp. 1553-1585.
- Ribeiro, Orlando (1950a). "Missão de Geografia À Guiné em 1947". *Anais da Junta de Investigações Coloniais*, v. V, t. III, pp. 3-23
- Ribeiro, Orlando (1950b). "Acerca do Mapa Topográfico da Guiné". *Anais da Junta de Investigações Coloniais*, v. V, t. III, pp. 25-34.
- Ribeiro, Orlando (1951). "Agriculture in West Africa". *Indian Geographical Journal*, Silver Jubilee Souvenir Issue, pp. 65-72.
- Ribeiro, Orlando (1952). "Sur quelques traits géographiques de la Guiné Portugaise". In: *Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais: 2.ª Conferência, Bissau, 1947: Trabalhos apresentados à 3.ª Secção (Meio Humano), 1.ª Parte*. Lisbon: Junta de Investigações do Ultramar, pp. 9-25.
- Ribeiro, Orlando (1957). "The Portuguese province of Guinea. Land of estuaries and rivers". In: Church, Harrison (org.). *West Africa. A Study of the Environment and of Man's Use of it*. London: Longmans, Green and Co.
- Ribeiro, Orlando; Daveau, Suzanne (1986). "Conhecimento actual da história da geografia em Portugal". In: *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, vol. 2. Lisbon: Academia das Ciências, pp. 1041-1060.
- Roque, Ricardo (2001). *Antropologia e Império. Fonseca Cardoso e a Expedição à Índia em 1895*. Lisbon: Imprensa de Ciências Sociais.
- Santos, Gonçalo Duro dos (2005). *A Escola de Antropologia de Coimbra, 1885-1950: o que significa seguir uma regra científica?* Lisbon: Imprensa de Ciências Sociais.
- Sarmiento, João (2018). "Portuguese tropical geography and decolonization in Africa: the case of Mozambique". *Journal of Historical Geography*, No. 66, pp. 20-30.
- Sarmiento, João (2022). "Parte I. Orlando Ribeiro e Angola". In: Sarmiento, João (org.). *Orlando Ribeiro – Cadernos de Campo, Angola 1960-1969*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, pp. 21-51.

Silva, Rosa Fernanda Moreira da (1992). “The geography course at the Faculty of Letters, University of Oporto (1972/88)”. *Inforgeo*, special issue (Portugal and the Portuguese Geography), pp. 89-97.

Tenreiro, Francisco (1950). *Acerca da casa e do povoamento da Guiné*. Lisbon: Junta de Investigações Coloniais.

Tirapicos, Luís (2021). “Astronomia, cartografia e demarcação de fronteiras”. In Simões, Ana; Lourenço, Marta C.; Silva, José Alberto (orgs.). *Ciência, Tecnologia e Medicina na Construção de Portugal. Volume 2: Razão e Progresso – séc. XVIII*. Lisbon: Tinta da China, pp. 29-50.

NOTES

1. On the subject, see also Magalhães (1980) and Justino (2012). See also Branco (2003).
2. See also Leal (2006) and Pereira (1998). Among the works that integrate the said references, see Leal (1999).
3. See also Santos (2005).
4. Namely the rivalry between members of the Gabinete de Investigações Sociais (Bureau of Social Research), founded by Sedas Nunes in 1962, and professors of the Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (Higher Institute of Social Sciences and Overseas Policy) for the symbolic and institutional ascendancy within the process of affirmation of sociology, from the mid-1960s onwards.
5. In the same volume, the remaining works refer to the geography of Portugal, properly speaking, and to the Geography course at the Faculdade de Letras (Faculty of Humanities) of the University of Porto between 1972 and 1988 (Silva, 1992).
6. Among the annotated studies, the documents produced by administrative authorities initially stand out, followed by the work of José de Oliveira Boléo (colonial official), Raquel Soeiro de Brito (assistant to Orlando Ribeiro and professor at the Faculty of Social and Human Sciences of the New University of Lisbon), António Rita-Ferreira (colonial official) and Maria Eugénia Moreira Lopes (graduated in Geography from the University of Coimbra and professor of Geography at the University of Lourenço Marques – Eduardo Mondlane University after the independence of Mozambique).
7. The Physical and Human Geography Mission of Guinea was initially created together with the Geology Mission of Guinea, in 1947, and later became autonomous in 1948 (cf. Portaria no. 12 474, from 3 July 1948, *Diário do Governo*, I Série, no. 153/1948).
8. Some years later, Orlando Ribeiro also published a brief text on Guinea in Harrison Church's book *West Africa*, entitled “The Portuguese province of Guinea. Land of estuaries and rivers” (Ribeiro, 1957). In the same context, the following communications would remain unpublished: “Sur les latérites de la Guinée Portugaise” and “Remarques sur les instruments de travail et les greniers à céréales chez les indigènes de la Guinée Portugaise” (Havik and Daveau, 2011: 22).
9. The survey would be applied in the field by colonial officials responsible for the civil administration. Although it was not launched within the scope of the CEGP, the survey would come to be treated as part of the cultural movement that would lead to its creation and implicitly seen as its mission, considering the responsibilities that Avelino Teixeira da Mota accumulated as its delegate and coordinator of the survey (Ágoas, 2020: 285).
10. See, specifically, Carreira (1947a; 1947b), among several other works by the same author.
11. In addition to 14 studies on the indigenous housing of the different ethnic groups in Guinea, the volume would also include three synoptic studies on the ethnological, architectural and health aspects of the problem in question, the first of which would be signed by Avelino Teixeira da Mota. The survey would also be conducted by colonial officials.

12. See also Abrantes (2022), who associates the epistemic change referred to, namely at the Escola Superior Colonial, with ongoing changes in colonial administration.

13. In this context, another of Orlando Ribeiro's disciples, the geographer Ilídio do Amaral, stands out. Born in Luanda, he joins Francisco Tenreiro and António Carreira among the African researchers who stood out in this first outbreak of Portuguese social sciences. In a related field, it is also worth mentioning Amílcar Cabral, born in Guinea, member of the CEGP and with studies on agronomy published in the *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*.

14. This would be linked to his appointment as professor at the Instituto Superior de Estudos Ultramarinos in the mid-1950s.

ABSTRACTS

This text suggests a focus on the epistemic and institutional framework of the occurrence of human geography in the former Portuguese colonies, in particular of the Geography Mission of Guinea, directed by Orlando Ribeiro and considered the inaugural moment of this lineage, as a starting point to try to aggregate the split accounts about the affirmation of this knowledge, on the one hand, and about its emergence context, on the other; to integrate the parallel narratives dealing with metropolitan geography and colonial geography; and to converge the history of geography in general with the history of colonial research, as a whole, and the history of social sciences in Portugal.

O presente texto sugere que se atente ao enquadramento epistémico e institucional da ocorrência da geografia humana nas antigas colónias portuguesas, em particular da Missão de Geografia da Guiné, dirigida por Orlando Ribeiro e considerada o momento inaugural desta linhagem, como ponto de partida para procurar agregar os relatos cindidos acerca da afirmação desse saber, por um lado, e sobre o seu contexto de emergência, por outro; para integrar as narrativas paralelas que se ocupam da geografia metropolitana e da geografia colonial; e para fazer convergir a história da geografia em geral com a história da investigação colonial, como um todo, e a história das ciências sociais em Portugal.

Ce texte propose de mettre l'accent sur le cadre épistémique et institutionnel de l'apparition de la géographie humaine dans les anciennes colonies portugaises, en particulier de la Mission Géographique de la Guinée, dirigée par Orlando Ribeiro et considérée comme le moment inaugural de cette lignée, comme point de départ pour essayer d'agrèger les récits divisés sur l'affirmation de cette connaissance, d'une part, et sur son contexte d'émergence, d'autre part ; intégrer les récits parallèles traitant de la géographie métropolitaine et coloniale; et faire converger l'histoire de la géographie en général avec l'histoire de la recherche coloniale, dans son ensemble, et l'histoire des sciences sociales au Portugal.

Este texto propone un enfoque en el marco epistémico e institucional de la aparición de la geografía humana en las antiguas colonias portuguesas, en particular de la Misión Geográfica de Guinea, dirigida por Orlando Ribeiro y considerada el momento inaugural de este linaje, como punto de partida para intentar agregar los relatos divididos sobre la afirmación de este conocimiento, por un lado, y sobre su contexto de surgimiento, por otro; integrar las narrativas paralelas que tratan de la geografía metropolitana y colonial; y hacer converger la historia de la

geografía en general con la historia de la investigación colonial, en su conjunto, y la historia de las ciencias sociales en Portugal.

INDEX

Keywords: history of social sciences, human geography, colonial geography, Portugal, Guinea Bissau

Palabras claves: historia de las ciencias sociales, geografía humana, geografía colonial, Portugal, Guinea-Bissau

Mots-clés: histoire des sciences sociales, géographie humaine, géographie colonial, Portugal, Guinée Bissau

Palavras-chave: história das ciências sociais, geografia humana, geografia colonial, Portugal, Guiné-Bissau

Chronological index: 1940-1950

Geographical index: Guine-Bissau

AUTHOR

FREDERICO ÁGOAS

Interdisciplinary Centre of Social Sciences (CICS.NOVA)
School of Social and Human Sciences, NOVA University, Lisbon
Colégio Almada Negreiros | Campus de Campolide
Email: fagoas@fcsh.unl.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7045-7688>

Gerald Bender vs. David Niddrie em Angola:

Ciência política, geografia e controlo na guerra colonial portuguesa (1961-1974)

Gerald Bender vs. David Niddrie in Angola: political science, geography and control in the Portuguese colonial war (1961-1974)

Gerald Bender vs. David Niddrie en Angola: ciencia política, geografía y control en la guerra colonial portuguesa (1961-1974)

Gerald Bender vs. David Niddrie en Angola: science politique, géographie et contrôle dans la guerre coloniale portugaise (1961-1974)

Bernardo Pinto da Cruz

NOTA DO EDITOR

Submetido 6 Jul. 2022; aceito 7 Out. 2022

Introdução: reagrupamento e reordenamento

- 1 Nos últimos anos assistiu-se a um renovado interesse pela história do último quartel do colonialismo português em África, período que coincidiu com o início e fim da guerra colonial em Angola (1961-1974). Em resultado das novas abordagens usadas para entender a complexidade económica, social e política desse período rompeu-se com uma leitura meramente *militar* dos acontecimentos tardo-coloniais. Um dos objetos em que isso se torna particularmente visível é a política de aldeamentos estratégicos aplicada pelas autoridades portuguesas em Angola e Moçambique. No caso angolano, essa política iniciou-se em novembro de 1961, no distrito do Uíge, cenário dos chamados ‘massacres’ da União das Populações de Angola (UPA/FNLA), movimento independentista liderado por Holden Roberto que, no dia 15 de março desse ano,

realizou uma série coordenada de ataques a colonos europeus e africanos colaboracionistas. Com a abertura da Frente Leste da guerra, nos distritos da Lunda, Moxico e Cuando-Cubango (1966-1967), deu-se uma intensificação da transferência e da concentração das populações, reforçadas como pilares centrais de uma doutrina contra-subversiva ‘humana’, focada na conquista da adesão das populações, em 1970-1971 sob a ação do novo Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola, Francisco da Costa Gomes. Os números relativos ao volume de indivíduos concentrados e aos aldeamentos escasseiam e não são fidedignos, embora se estime que mais de um milhão de angolanos tenham sido forçados a habitar em três mil aldeamentos, sob controlo de milícias, informadores, administradores, polícias (PSP e PIDE) e militares.

- 2 A mais relevante proposta metodológica que analisa este tipo de engenharia social a uma nova luz, embora ainda incipientemente trabalhada, chega-nos de autores que estudam algo a que designam ‘desenvolvimento repressivo’ – uma versão do desenvolvimento socioeconómico do 2.º pós-guerra, em que a aposta do Estado colonial português em investimentos de infraestrutura económica, educacional e sanitária é indissociável da violência colonial aplicada no controlo autoritário das populações (Jerónimo e Costa Pinto, 2015; Jerónimo, 2017; 2018). Essa ligação sinérgica, evidente em projetos como o reordenamento de aglomerados africanos dispersos em aldeamentos concentrados, fazia-se ao nível de instituições que punham em contacto os técnicos do desenvolvimento e as elites político-militares, articulando as linguagens da modernização e da promoção social com as da contra-subversão e da ‘ação psicológica’. Os que cunharam o conceito de desenvolvimento repressivo falam numa série de gramáticas, de idiomas e de espaços institucionais que permitiram ligar desenvolvimento e repressão, bem-estar e controlo. Essa teria sido uma fusão intencional. Outros autores, contudo, tentaram mostrar que esse tipo de desenvolvimento repressivo não deve ser confundido com um outro: um desenvolvimento baseado no “conhecimento de base local”, mais atento à complexidade ecológica e social dos aglomerados humanos e contrário às políticas de “ocidentalização”, ao colonialismo e à ditadura portuguesa. Importa referir que este tipo de desenvolvimento, equivalente da doutrina então em voga do “desenvolvimento comunitário” e dos métodos de “extensão rural” de cunho pretensamente demoliberal (Castelo, 2018; 2020), tem diversas origens. Por um lado, do planeamento municipal não-governamental nos EUA do entre-guerras, passa a doutrina da mobilização do setor popular enquadrado pelo New Deal e como técnica orientadora de vários programas de bem-estar e de serviços de extensão agrícola, a partir de múltiplas plataformas de articulação entre universidades e agências federais. No final da década de 40, passou a integrar o repertório de modelos desenvolvimentistas ao nível global, sobretudo nos países ‘em vias de desenvolvimento’, com notável proeminência na Índia. Os programas neo-coloniais britânicos foram decisivos na adequação global do conceito, depois apropriado e disseminado por várias organizações internacionais, em especial pelas Nações Unidas (Holdcroft, 1976).
- 3 Além disso, as abordagens de desenvolvimento comunitário tiravam a sua afinidade com as democracias liberais do facto de serem produtos e instrumentos da Guerra Fria, apresentando-se, do lado ocidental, como resposta democrática ao totalitarismo. Assim, o conceito viajou a reboque dos programas de assistência técnica e financeira e do capital investido por agências públicas, privadas e filantrópicas norte-americanas nos Estados pós-coloniais. O “desenvolvimento comunitário” competia com a

“modernização” como uma das correntes veiculadas tanto pelos impérios em desfragmentação, como o britânico, como pela política externa de uma das superpotências, os EUA. Nele, a atenção à pequena escala, à iniciativa local e à participação das comunidades concretas, às solidariedades de vizinhança e ao modelo da democracia deliberativa, contrastava, até certo ponto, com os elementos da mais radical modernização, bem encapsulados nos processos que desencadeavam a passagem de sociedades tradicionais para sociedades ditas modernas – a industrialização, a mercantilização, a urbanização e a burocratização. Outro contraste importante está na sua retórica de devolução da palavra às populações-alvo das intervenções planificadoras. Os ‘planeados’ deviam ‘planear-se’, articulando os seus problemas, as suas mundivisões e preferências. A modernização, pelo contrário, sobretudo na sua versão alto-modernista, era fundamentalmente tecnocrática e elitista (Gilman, 2003; Scott, 1998).

- 4 No quadro do colonialismo português e do regime ditatorial, o desenvolvimento comunitário terá servido como arena reformista emancipalista e, por isso, como corrente em si mesmo subversiva. O problema é que se reconhece que o próprio Estado colonial incentivou e financiou projetos de extensão rural (Castelo, 2020), originalmente articulados, de 1962 em diante, em resposta aos efeitos nefastos das concentrações demasiado rígidas e socialmente insensíveis erguidas no rescaldo de operações militares e policiais de razia – era o reordenamento rural (Cruz e Curto, 2015; 2017). Depois de 1961 foram várias as instituições estatais que o apadrinharam – dos Institutos do Café e do Algodão de Angola (que substituíram as antigas Juntas de Exportação), passando pela Comissão Técnica de Reordenamento Rural da Junta de Povoamento, pela Missão das Investigações Agronómicas, dependente da Secretaria Provincial da Agricultura, pela Missão de Extensão Rural, e terminando nas comissões locais de contra-subversão, última camada institucional da Estrutura da Contra-Subversão criada em 1967 que formalizava a colaboração civil-militar em todos os escalões da administração ultramarina e das Forças Armadas (Cruz, 2022). Foi a divulgação do desenvolvimento comunitário como método mais humano que o tornou apetecível como norma central do ‘reordenamento rural’. Mas esta abordagem, embora reconheça que o desenvolvimento comunitário se tornou num método contra-subversivo, continua a lê-lo como “revolucionário” e “empoderador” (Castelo, 2020: 171). Talvez porque recupere apenas uma filiação democrática, quando, na verdade, o desenvolvimento comunitário foi uma poderosa técnica contra-subversiva usada no expansionismo imperial dos EUA, notoriamente nas Filipinas a partir de 1951.¹ Segundo esta versão, todavia, ele coexistiu historicamente com outro tipo de desenvolvimento mais militarizado e disruptivo, mas era-lhe irredutível.
- 5 Apreciadas em conjunto, estas abordagens parecem coladas às representações mentais e burocráticas que foram produzidas e reproduzidas pelas autoridades portuguesas: os aldeamentos estratégicos mais intensos e militarizados, também designados de *reagrupamentos*, *centros de concentração* e *concentrações*, não eram a mesma coisa que o *reordenamento rural*, uma forma de intervenção estatal, que podia ou não envolver transferência e reagrupamento, mas de cunho civil e ostensivamente voltado para a promoção social e económica das populações-alvo. Defendi já, noutra lado, que esta forma de tecno-cosmopolitismo (Gilman, 2003: 10; Rabinow, 1992: 53-54) deve ser apreciada como uma corrente crítica, mais estética que propriamente política, no interior do campo da contra-subversão e não exterior a ele (Cruz e Curto, 2017), o que está próximo da abordagem do desenvolvimento repressivo. Esta é mais ampla que a do

desenvolvimento comunitário e encontra-se noutra plano epistemológico, já que procura descrever a interligação e o cruzamento da disjuntiva desenvolvimento-controlo. No entanto, mesmo esta abordagem apresenta uma série de aporias epistemológicas que dificultam o nosso entendimento do tipo de desenvolvimento tardo-colonial, porque continua amarrada, na análise que faz de casos concretos, insuficientes em número – e não nas suas premissas teóricas – à mesma dicotomia que diz combater. Ora a repressão é colonizada por motivos modernizadores, ora o desenvolvimento é revestido de motivos estratégicos. Estamos, creio, a padecer de um mal que remonta às análises académicas que se fizeram em cima do acontecimento e que sucumbiram às duas vias de atuação que a doutrina contra-subversiva combinava, celebrando-as e impondo-as como princípios políticos, mais que militares.

- 6 A primeira consequência metodológica é o problema de saber onde colocar os estudos sobre os aldeamentos que foram publicados numa fase adiantada da ofensiva contra-revolucionária. Refiro-me a análises potencialmente mais desengajadas de investigadores estrangeiros que se deslocaram ao terreno. Devem estas ser tomadas como Estado da Arte ou como objeto de análise de dignidade própria? O segundo problema é o de saber como é que essas pesquisas se posicionavam face ao fenómeno em estudo. Ambos estão relacionados, porque as visões dos autores sobre a técnica de deslocação e concentração de populações contaminam uma nossa resposta ao primeiro problema e, mais importante, são inextricáveis da realidade histórica que esses autores narravam e à qual atribuíam sentido. Por outras palavras, o investigador pode recorrer à *Comparative Politics* para extrair os melhores dados da época sobre o reordenamento populacional, tal como pode partir dessas contribuições académicas para verificar se o autor não cedeu à realidade que analisava. Mais complicado é determinar se não terá havido um *efeito boomerang*, em que as categorias usadas para explicar a realidade retornam a essa realidade para influenciar o curso dos eventos: um efeito-teoria (Bourdieu, 2011) que foi ativamente procurado pelas autoridades portuguesas.
- 7 O caso que se segue, embora pejado de limitações, de entre as quais sobressai o seu estilo quase anedotário, pretende realçar esta problemática. Ambos os autores, que nunca chegaram a esgrimir argumentos em fóruns académicos ou na imprensa, são atualmente citados como fontes legítimas, senão mesmo objetivas, a propósito da mudança de padrões de ocupação fundiária, dos aldeamentos estratégicos e do desenvolvimento socioeconómico.² Este artigo é parte integrante de um projeto de doutoramento acerca das estratégias semi-conscientes de moderação da violência crua do colonialismo e da guerra (Cruz, 2022): os aldeamentos planeados e implantados entre 1961 e 1974 foram, simultaneamente, objeto e instrumento dessa suavização. Enquanto objeto, foram sujeitos a uma política de moderação retórica e substantiva, com militares e burocratas, a partir de 1962, a tentarem separar o que eram aldeamentos estratégicos, em zonas de contra-insurreição, do reordenamento rural, rearranjos locais baseados na doutrina do desenvolvimento comunitário. E, por intermédio dessa distinção, eles próprios se tornaram numa técnica de propaganda contra-subversiva. Ora, como é que as visões destes agentes no terreno se conciliam com as representações daqueles autores que atingiram um estatuto internacional objetivo?³ Quanto mais intensa a nossa postura positivista, maiores os riscos de reprodução de motivos, posições, declarações e factos que, desligados do seu aspeto mais constitutivo e arbitrário nos aparecem em roupagens escolares. Talvez seja suficiente lembrar que a concentração das populações, a *villagization*, hoje usada para medir o impacto de legados coloniais em estudos econométricos e politológicos

(Kwaako, 2012; Silwal, 2015), é uma variável construída. Os cientistas políticos e os sociólogos, mais que os historiadores, dirão que não há nenhuma que não o seja, o que é inteiramente verdade. Resta perguntar-lhes se a construção que agora se vai narrar é do domínio científico, político ou ideológico e se podemos identificar onde é que cada um deles começa e acaba.

As duas visões

- 8 Uma dessas descrições pretensamente objetivas chega-nos de um académico sul-africano que tinha sido recentemente contratado pelo Departamento de Geografia da Universidade da Flórida, David L. Niddrie. Niddrie foi dos primeiros, senão mesmo o primeiro académico a divulgar a chamada “obra” de recuperação do terrorismo, levada a cabo pelos portugueses desde meados de 1961 (Niddrie, 1967). Publicando no *The Journal of American Portuguese Cultural Society*, em 1967, num estilo enxuto, colocava os novos aldeamentos desenhados pelos colonizadores como uma quarta fase de políticas de consolidação do povoamento do 2.º pós-guerra, a par dos esquemas de Cela, no Cuanza-Sul, e de Matala, na Huíla, modelos de colonização dirigida.⁴
- 9 Nesta suposta nova fase, nas suas palavras, “tentava-se preencher uma lacuna”, subterfúgio para se dizer que só agora é que os africanos começavam a ser alvo de políticas públicas de assentamento e habitação, através da demarcação de “áreas de treino para os (...) que desejassem fixar-se e de programas de economia doméstica, saúde e educação que preparassem essa fixação nos colonatos compostos por imigrantes da metrópole” (Niddrie, 1967: 29-30). Era neste tipo de reformas que Niddrie colocava a experiência de deslocamento forçado das populações que se tinha dado no norte de Angola entre 1961 e 1962, logo depois das grandes revoltas da Baixa de Cassange e do levantamento do Uíge, e os esquemas mais simples de povoamento com militares portugueses, a quem se atribuíam propriedades individuais. Niddrie aceitava como indiscutível a finalidade conjunta destes programas: criarem uma população estável, racialmente mista e paulatinamente integrada, sobretudo nas áreas que tinham sido destruídas durante as sedições. Esse fim do povoamento misto capturou-o Niddrie no distrito do Uíge, especialmente nos vales onde, até 1961, as “tribos locais” viviam muito dispersas, cultivando café robusta e outros géneros. Depois do início da guerra, observava-se uma política de encorajamento do cultivo do café para as famílias dos retornados “confiáveis”. O processo era simples: numa fase inicial, o chefe de família procurava uma porção de terra, de cinco a 20 hectares, registava o título de propriedade junto do governo distrital, só tendo para isso de pagar uma taxa. Mas, na fase seguinte, o relato de Niddrie deixa entrever o lado repressivo do novo multirracismo:

Por razões de segurança, todos os que retornavam foram compelidos a viver em novos aldeamentos, estrategicamente situados com uma boa aparência e fornecimento de água permanente. As primeiras casas eram de tipo clássico, com argila e ripas e um telhado de colmo, e não custavam nada exceto tempo e energia. Uma escola primária, uma igreja (...) e centros de saúde eram construídos imediatamente para funcionarem como foco dos aldeamentos... À medida que a confiança volta a estes refugiados que vivem nas colinas, eles retornam para os vales. Depois de uma verificação de segurança, é-lhes atribuída uma área, geralmente junto de um posto de polícia rural, e uma nova aldeia de argila e colmo surge numa questão de dias. (Niddrie, 1967: 31-33)

- 10 Programas simples e bem ordenados, os da integração das populações fugidas, com o seu quê de estratégico, eles nunca se apresentam como simples medidas de polícia, nem aparecem enquadrados nos conflitos entre europeus e africanos pela posse de terras e pela produção cafeeira que tiveram origem anos antes do início da Guerra, na década de 1950.⁵ Pelo contrário, o que importava era enfatizar, por um lado, a lógica de continuidade em que se inseria o novo tipo de povoamento dirigido, e, por outro, a sua natureza inclusiva e não-extrativa. Mais tarde, já durante a transição para a independência em 1974, Niddrie reafirmaria que o modo de desenvolvimento dos mais de 400 aldeamentos criados pelos portugueses na Frente Leste, na fronteira com a Zâmbia, era determinado por “forças económicas” que “provocaram uma mudança positiva na vida dos angolanos” (Figura 1). Nesse artigo tardio, todavia, o autor deixaria de entender as concentrações como a continuação de uma política de povoamento iniciada, para todos os efeitos, no 2.º pós-guerra, relegando os programas de aldeamentos levados a cabo de 1963 a 1968 para uma espécie de políticas bem-intencionadas que foram apenas “aceites de forma relutante pelos africanos”. Um período transitório a que se seguiria uma fase de aceleração causada pelo recrudescimento da violência dos movimentos de libertação. Cai, portanto, a lógica da continuidade, embora se preserve a justificação socioeconómica da concentração planificada e se responsabilize os grupos guerrilheiros pela sua intensidade (Niddrie, 1974).
- 11 Em contraposição a esta descrição parca e objetiva, encontramos o politólogo Gerald Bender com um artigo sobre os limites da contra-insurreição na influente *Comparative Politics* (Bender, 1972a). Bender apercebeu-se das estratégias retóricas dos militares e dos funcionários ultramarinos e incluiu-as no seu desenho de pesquisa: porque sabia que, na prática, os diferentes tipos de aldeamentos, mais ou menos militarizados, eram indistinguíveis, a comparação clássica a que iria proceder teria de ser feita entre regiões de Angola e não entre programas rurais. Bender mediu e comparou a intensidade do reagrupamento subdividindo a colónia, e depois tecendo remissões comparativas com as experiências francesa, britânica e norte-americana da contra-subversão. Mais importante, cada caso – ou melhor, cada sub-unidade de análise – concedia uma grande atenção à evolução das condições socioeconómicas distritais e à voz dos subalternos por ele entrevistados, fazendo subir as atitudes e comportamentos da população reagrupada ao nível da análise histórica comparada. A sua grande conclusão, repetida *ad nauseam*, é que os aldeamentos, ao contrário do que afirmaria um Niddrie, geravam o descontentamento que alegadamente deviam minorar, reverter ou prevenir.
- 12 A menor preocupação do geógrafo, sobretudo porque se tratava de um especialista em geografia humana, não era compatível com as ideias do cientista político, e muito menos com a grande escala das operações no terreno e com a deliberada política de humanização do discurso sobre essas deslocações forçadas. Até que ponto é que as diferentes imagens veiculadas por estes dois autores se ficaram a dever à sua diferente experiência de investigação no campo?

Figura 1. Um dos aldeamentos do Leste, circa 1970. Vista aérea da concentração de Tiengo, no distrito do Cuando-Cubango (Angola)



Um dos aldeamentos do Leste, circa 1970. Vista aérea da concentração de Tiengo, no distrito do Cuando-Cubango (Angola)

Arquivo Nacional Torre do Tombo (AN/TT, Lisboa)/Arquivo Silva Cunha/Cx. 72, n.º 517, Mç. 1

A circulação (trans)imperial de um artigo

- 13 Gerald Bender, jovem investigador da Universidade da Califórnia, escreveu a sua tese de doutoramento em Lisboa e em Angola entre 1967 e 1970. Dessa tese sairia o artigo sobre o reordenamento rural e a contra-insurreição portuguesa, depois republicado na sua obra maior, *Angola under the Portuguese: the Myth and the Reality*, em 1978 (Bender, 1978). Mas o início da sua viagem foi atribulado. Desde 1966 que pedira visto para se deslocar a Portugal, ao mesmo tempo que formalizara uma candidatura ao Foreign Area Fellowship Program, da Fundação Ford. Segundo relato de Joseph Sigal, Cônsul honorário em Los Angeles, ao Embaixador Vasco Vieira Garin, em Washington, Bender ter-lhe-ia confidenciado que, logo após esse contacto com a Fundação, dois agentes da CIA o teriam visitado, dando a entender “que a bolsa só lhe seria concedida se se compromettesse a escrever artigos contra a política portuguesa”.⁶ Ainda segundo o mesmo relato, Bender terá declinado a proposta, recusando ceder à ingerência dos serviços de intelligence. Perante tamanho ato de desprendimento e autonomia, Joseph Sigal convida Bender a pedir financiamento à Gulbenkian, que aceita. Sigal estava convencido que o politólogo se poderia revelar um elemento útil a Portugal.⁷ Os serviços políticos do MNE, contudo, pareciam ter uma outra leitura do evento: Bender e o Cônsul estariam em conluio – e era preciso cautelas, visto que ambos eram judeus.⁸ A conotação a uma bolsa Ford passou a constituir uma variável relevante nas avaliações de risco político feitas por Lisboa, mas sobretudo pelos consulados nos Estados Unidos. Ter uma bolsa Ford levantaria imediatas suspeitas. Mas Joseph Sigal também se defendia, avisando o Embaixador que Lisboa poderia muito bem conceder o visto, para depois controlar os movimentos do investigador.

14 Tanto o Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar como a PIDE deram parecer desfavorável à deslocação de Jerry Bender e da sua mulher, Tamara.⁹ Mais tarde, uma missiva do Padre e historiador Silva Rego a Franco Nogueira revelaria que os inspetores ultramarinos e a polícia política estavam seguros de que, afinal, o único agente da CIA nesta história era o próprio Bender. Silva Rego, que se tinha deslocado à Universidade da Califórnia e medido a temperatura política do seu African Studies Center, a que Bender pertencia, não acreditava nessa ideia. Garantiu-lhe, além do mais, que Gerald Bender era um cientista político de confiança, à procura de estudar o papel da migração portuguesa no desenvolvimento de Angola, matéria pouco conhecida nos EUA:

Tendo tomado conhecimento do que se passa com o Sr. Gerald J. Bender (...) estou convencido de que se trata de um infeliz equívoco. Não posso imaginar como é que o acusam de pertencer à C.I.A.! O Sr. Bender é um “bona fide” investigador. (...) Pedindo me seja relevada esta intromissão, confesso-me desde já muito grato pelas facilidades que venham a ser concedidas ao Sr. Bender. Merece bem ser auxiliado nas suas pesquisas no Arquivo de Angola, que conheço bastante bem, e onde encontrará achegas muito úteis para o seu estudo.¹⁰

15 Neste aspeto, o historiador do Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar e do ISCSPU (Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, a antiga Escola Superior Colonial) concordava com o Cônsul – Bender seria útil na propaganda portuguesa. Mas enganaram-se. Não se sabe quem pressionou a PIDE a conceder o visto ao casal, nem se não terá sido decisão interna para averiguar as acusações de pertença aos serviços secretos americanos. A verdade é que Bender e Tamara acabaram por viajar para Lisboa e por pedir nova passagem para Angola, no que foram ajudados pelos bons ofícios de Silva Rego junto do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

16 Os serviços ultramarinos, aparentemente secundados pela PIDE, pelo contrário, repudiaram a decisão, iniciando uma demorada troca de acusações com os Negócios Estrangeiros.¹¹ Mas em vão. Jerry estabeleceu-se em Angola em maio de 1968, donde só sairia para retomar o cargo de assistente em Ciência Política em Los Angeles, em 1970. Teriam de passar três anos até que o Ministério do Ultramar saísse vitorioso nas suas análises: é que a Embaixada em Washington confirmou que a Fundação Ford tinha concedido um subsídio de \$300.000 para Bender coordenar um grupo de estudos sobre a África Portuguesa na UCLA, remetendo ao MNE e ao GNP o artigo sobre os aldeamentos da *Comparative Politics*. “Embora redigida com brilho e aparente rigor científico”, afirmava um diretor-geral do MNE, “chega a conclusões que revelam o prisma deformado pelo qual o seu autor vê a presença portuguesa no Ultramar, analisada sem a devida objetividade e com omissão completa dos aspetos positivos do reagrupamento rural, que é apresentado como tendo em vista apenas finalidades de ordem estratégica”.¹² Foi aí que se reconheceu que Bender sempre estivera ligado à Fundação Ford, que teria ludibriado o Cônsul português, motivo por que os serviços consulares e ultramarinos o declararam pessoa suspeita, remetendo o artigo ao Governador-Geral de Angola e aos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações da colónia.

17 Todavia, esses serviços secretos já se tinham antecipado. O artigo correria diretamente do distrito do Cuando-Cubango até Luanda, pelas mãos do Major Branco Ló, um dos principais impulsionadores da política de reagrupamento populacional naquela região. Ló tinha-o recebido, nem mais nem menos, do que do geógrafo David Niddrie, que pretendia obter elementos concretos com que pudesse rebater as teses de Gerald

Bender.¹³ Mais ainda, Niddrie aproveitou a troca de correspondência com o militar para traçar o perfil do seu opositor universitário, com quem se cruzara em Angola ao tempo da sua estadia:

- 18 a) É um jovem que fez a sua pesquisa em ciências políticas pela Universidade de Los Angeles, em Brentwood – Califórnia –;
 - b) É um homem de cujas intenções muito suspeitou; e
 - c) Ensina e faz pesquisa em UCLA, Califórnia, em equipe com o Engenheiro Agrônomo Cruz de Carvalho.¹⁴
- 19 Esta ligação entre a Flórida e as ‘terras de fim do mundo’, em Angola, desencadeou um processo de pesquisa por parte dos serviços de informações angolanos, que recolheram os dados de que Niddrie necessitava para preparar a sua resposta académica, já na Flórida.

Disputas disciplinares no campo da contra-subversão

- 20 Como interpretar todo este enredo? Uma primeira hipótese é a de que o caso configurou a oposição entre dois agentes de gerações e campos disciplinares diferentes em torno do mesmo objeto. Niddrie, com 50 anos, tinha conseguido penetrar na administração portuguesa dois anos antes de Bender, e manteve, com sucesso, uma rede de conhecimentos íntimos com pessoal da governação local em Angola, sobretudo militar. Bender, com apenas 27 anos, conseguira ultrapassar os pontos de veto científico do sistema ultramarino português e aos 29 já tratava o ministro do Ultramar com um grau de proximidade improvável, falando de casas de fado e jogos do Sport Lisboa e Benfica no Estádio da Luz – um cliché que parece ter manejado com à-vontade e num português razoável no gabinete de Joaquim da Silva Cunha.¹⁵
- 21 É importante notar que esse confronto foi sempre um confronto indireto, uma luta de bastidores despoletada por Niddrie. A ansiedade revelada pelo geógrafo pode ser explicada, em parte, porque o próprio se preparava, desde 1972, para escrever um livro sobre a Angola moderna e tinha publicado, para além do já citado artigo seminal de 1967 – que lhe granjeou a simpatia de Vasco Sousa Dias, Secretário Provincial do Fomento Rural de Angola¹⁶ – um artigo na *National Review* que impressionara a Embaixada em Washington e os Serviços de Informação do MNE.¹⁷ Nesse artigo, Niddrie relatava a sua primeira visita à África Portuguesa, altura em que teria revelado à PIDE que não ia “ao encontro das ideias manifestadas na América o que agora verificava serem falsas”.¹⁸ Essa polícia, que o acompanhou de perto também na visita que fez a Moçambique em setembro de 1968, comentou que “pelo que foi dado a observar, o visitante saiu (...) favoravelmente impressionado, não se cansado de elogiar a obra dos portugueses em África. Nada se verificou que pudesse ser tomado como suspeito, quer nos contactos que fez, quer nas afirmações que produziu”.¹⁹
- 22 A vigilância policial complementava, confirmando-as, as tomadas de posição académicas de Niddrie, que lhe valeram um convite da Associação Portuguesa das Empresas do Ultramar, em articulação com a Embaixada em Washington, para visitar a Guiné, a fim de contrariar as manobras do PAIGC e da Comissão Especial de Descolonização da ONU, muito especialmente as alegações de que Portugal já não controlava nem o território nem os povos guineenses.²⁰ Niddrie estabeleceu contactos de alto-nível, do governador militar do Cuando-Cubango, passando por Alexandre Ribeiro da Cunha, ex-secretário privado de Salazar e um dos mais poderosos inspetores do GNP do Ministério do

Ultramar, até ao General Spínola, que teria ficado desapontado por não se encontrar com ele pessoalmente na sua visita à Guiné.²¹ Isto não significa que tivesse via aberta na sua pesquisa de campo. Como veio a acontecer inclusivamente com reputados inspetores ultramarinos que lecionavam no então ISCSPU,²² o acesso a dados empíricos controlados pelos mais altos órgãos de controlo científico – a JIU e o GNP – a partir de meados dos anos 1960 começou a ficar mais apertado por razões de segurança nacional. Contudo, em todos os restantes aspetos, Niddrie parece ter acedido com relativa facilidade devido à sua proximidade com os militares – vale a pena lembrar que o próprio fora Tenente das Forças Navais Voluntárias da África do Sul durante a II Guerra Mundial, mas também por ser reconhecido como categorizado especialista em Povoamento e Migrações Humanas.

- 23 Acontece que Gerald Bender, malgrado as avaliações desfavoráveis da polícia política e dos inspetores ultramarinos, obteve o visto por intervenção do padre Silva Rego, convencido de que ele iria estudar a relação entre povoamento da metrópole e desenvolvimento socioeconómico. Ou seja, o “jovem cientista político” interferia no campo de estudos do fantoche académico dos ultraconservadores portugueses nos EUA, David Niddrie. Por outro lado, Jerry já tinha conquistado um apreciável capital científico, no campo da politologia, ao inscrever-se explicitamente no interior das teorias da modernização e do estrutural-funcionalismo, num artigo em que debatia, com David Easton, Gabriel Almond, Verba e Lucien Pye, os méritos da tradição psicocultural na explicação de como a socialização política – em especial, a socialização primária na primeira infância – influenciava a cultura política na idade adulta (Bender, 1967). Terminava mesmo esse artigo a perguntar se os governos dos novos Estados pós-coloniais podiam induzir mudança nas mentalidades diretamente a partir de cima ou se, como Pye argumentava, os governos deviam alterar os comportamentos parentais, de molde a engendrar a mudança desejada:

Almond e Verba tocam num ponto importante que precisa ser alargado. Eles sugerem que o sentido da influência da socialização não é necessariamente unidirecional. Os padrões de autoridade da família, da escola ou da ocupação podem influenciar o sistema político, mas também é possível que os critérios aplicados ao sistema político possam influenciar os padrões de autoridade naquelas áreas. Parece ser esse o caso da maioria das nações em desenvolvimento que tentam introduzir novos sistemas de valores. Mas continua em aberto a questão do quão bem-sucedida poderá ser uma mudança introduzida através de um tal processo. Além disso, a natureza do processo atual ainda não é clara. Quer dizer, pode o governo introduzir diretamente novos valores e crenças ou, por outra, concretizar a mudança (como argumentam Hagen e Pye) através da disrupção das práticas de educação dos filhos, que, por sua vez, gerariam a mudança “desejada”? (Bender, 1967: 406-407)

- 24 Se bem que tenha introduzido alguns apontamentos críticos que anunciavam a viragem para o neo-institucionalismo, o seu pensamento continuava amarrado aos pressupostos behaviouristas.²³ Tais posições só muito dificilmente podiam ser interpretadas como radicais. E o que é mais importante, elas revelavam uma conformidade geral com os parâmetros da transitologia e com seu desiderato capitalista demoliberal.
- 25 Seguindo a circulação do artigo de Bender sobre os aldeamentos, que foi usado como peça fundamental na campanha desencadeada pelo geógrafo Niddrie a partir de dentro da administração colonial portuguesa, é possível pensar neste conflito como uma disputa que tem mais a ver com acesso a fontes escassas, do que com a postura ideológica de cada um. Um motivo relevante para o acesso destes autores à produção da administração colonial parece ter sido o distanciamento que esse acesso gerava face às

inúmeras análises que vinham dando à estampa naquele período, a maioria delas produto de arriscadas viagens jornalísticas a Angola e aos territórios vizinhos a convite dos movimentos de libertação – UPA-FNLA, MPLA e UNITA, cada um teve os seus observadores ‘imparciais’ que depois se fizeram publicar quasi-academicamente.²⁴ A questão principal residia, nesta altura, em saber quem estava a ganhar a guerra em termos da área de território controlada e de população governada; quer em números absolutos, quer relativos aos restantes movimentos e ao governo colonial português. Tudo isto num contexto marcado por padrões complexos de emigração (de natureza económica e político-militar) forçada ou voluntária e de imigração (também designada por ‘recuperação’, em que se incluíam as populações ‘capturadas’ ao inimigo).²⁵

- 26 No entanto, isto não significa que, para o caso de Niddrie, não se possa reconduzir a sua produção científica e a sua atitude face a Gerald Bender à doutrina do desenvolvimento separado e do *apartheid*, que o autor defendera num livro coevo sobre as nações da África do Sul (Niddrie, 1968). Um reviewer chegou mesmo a questionar se, por detrás de toda a conversa metodológica de Niddrie, imbuída de imparcialidade, e do seu estilo ideográfico, não se encontrava um autor “cujo status socioeconómico lhe toldava a avaliação que fazia dos ‘dois problemas da fricção racial e da sobre-urbanização’, que considerava estarem a ser geridos com ‘algum sucesso e mestria’” (Young, 1969).²⁶ Ou seja, os portugueses teriam escolhido para seu melhor defensor da política de aldeamentos um paladino da segregação!

Objetividade, distanciamento e tecno-cosmopolitismo

- 27 Uma segunda dimensão tem que ver com as pretensões de objetividade e a sua construção científica e política. O que os burocratas de Lisboa apelidavam de “aparência de objectividade” de Gerald Bender advinha do estilo profundamente académico do autor, que não prescindia – nem viria a prescindir – dos julgamentos comparativos e das técnicas de análise e escrita típicas da ciência política anglo-saxónica. Mas se aos funcionários ultramarinos bastava-lhes ler nas entrelinhas, isolando os espaços em que Bender atribuía *agency* aos camponeses angolanos em privação – que eram escassos à luz do cânone hoje em voga nos estudos pós-coloniais –, para o acusarem de inimizade política, má-fé e inconveniência, só mais tarde é que Bender viria a explicitar a sua posição mais abertamente: a política de reordenamento rural que os portugueses prosseguiram em Angola tinha sido “cruel, desumana, se é que não mesmo genocida” (Bender, 1988: 3).
- 28 Fê-lo em duas ocasiões, antes e depois do início do processo de descolonização. Primeiro, num reparo aos argumentos moderados de René Pélissier, autor que defendera que as condições de vida dos angolanos tinham melhorado na última década da presença portuguesa, depois das reformas ultramarinas (Wheeler e Pélissier, 2009 [1971]). Bender reconhecia que o número de africanos a trabalhar para europeus tinha decrescido – indício forte da liberalização do mercado de trabalho –, mas mostrava, ainda assim, que no sector agrícola as colheitas europeias tinham aumentado a expensas de uma diminuição drástica da produtividade africana. Ora, esse declínio estaria a ser provocado pelos programas de reordenamento rural. E alertava para o crescimento dessa desigualdade à medida que esquemas como o Plano Hidroeléctrico do Cunene fossem sendo implantados e levassem a outras vagas de deslocações forçadas (Bender, 1972b; 1973).

29 Depois, no final dos anos 80, ao criticar a academia e a política externa dos EUA, de Kennedy a Reagan, utilizou o caso português como um exemplo da hipocrisia política que grassava tanto entre Democratas como Republicanos. Os EUA tinham uma visão ideológica de África – era esta a sua tese. Como tal, cada partido dividia o continente entre boas e más nações, de acordo com “critérios ideológicos esotéricos, que ignoram a atuação real de cada regime”. Opunha-se, assim, àqueles que na African Studies Association (ASA) se recusavam a criticar o regime de Nyrere na Tanzânia e que depois atacavam os programas de aldeamentos portugueses. E opunha-se, também, aos partidários de direita que faziam justamente o contrário:

Quando feita em nome da Ujamaa, [essa política] foi aplaudida como progressista. Hoje, a direita foca-se, e bem, nos grandes esquemas de reassentamento levados a cabo na Etiópia; mas onde estava a direita há mais de uma década quando o mesmo aconteceu em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e na Rodésia? Em todos estes casos o resultado foi o mesmo: o desenraizamento massivo dos camponeses das suas terras tradicionais sob programas mal planeados e apressadamente implementados que geraram custos económicos e humanos devastadores. (Bender, 1988: 3)

30 Ou seja, só depois de regressar à Califórnia e de publicar a sua tese é que Bender começou a ser mais assertivo na sua posição: primeiro, os aldeamentos portugueses podiam ser vistos como parte de uma política de genocídio e eram comparáveis às experiências brutais de Ian Smith na Rodésia e de Nyrere com a colectivização agrícola; ²⁷ segundo, o seu combate fez-se em prol da objetividade científica de altos padrões morais liberais: um governo que espolia os seus cidadãos, os encarcera e os destrói não pode nunca ser considerado progressista ou desenvolvimentista – postura comparável, por exemplo, à do sociólogo Barrington Moore Jr. (Smith, 1983). Tendo em conta que, desde o final dos anos 60, a African Studies Association, a que Bender pertencia e que chegou a presidir (1985-1986), se encontrava relativamente polarizada em torno da questão sobre quão apolítica e racializada era, de facto, a produção académica objetiva, é normal que o próprio se sentisse encurralado entre a denúncia da realidade colonial violenta e a descrição e explicação desengajadas. A ASA, formada em 1957 em plena vaga de criação de associações representativas dos emergentes Area Studies, com o apoio financeiro de duas das três mais poderosas fundações norte-americanas, a Ford e a Carnegie, foi um dos palcos privilegiados para a afirmação de uma contra-cultura negra, afro-americana, perante um campo de estudos africanos dominado por um professorado maioritariamente branco e por uma epistemologia essencialmente eurocêntrica. A questão de saber quem poderia interpretar a história de África não só estalou dentro da Associação, com uma facção afro-americana a exigir, de forma mais radical, maior participação de base e reconhecimento académico a partir de 1968-1969, como se prolongou para o espaço das relações associativas, entre a ASA e a African Heritage Studies Association, a última propondo-se descolonizar a historiografia e reclamando para si um modo *africano* de fazer história (Gershenhorn, 2009; Clarke, 1976; Challenor, 1969).

31 Portanto, o contexto imediato de atuação científica de Bender, da sua investigação em Lisboa e Angola às intervenções na ASA, explica, ao menos parcialmente, a equidistância que logrou manter em três frentes – regime colonial português, política externa dos EUA e visão africana atribuída nos seus estudos –, sem nunca perder de vista que essa equidistância de abordagem não seria de confundir com conclusões consensuais. Tratava-se, antes, de uma postura crítica que, contrapesando argumentos materialistas e idealistas, permitia alcançar uma exposição desapassionada sobre o que

era real – a exploração sistemática económica e simbólica – e o que era da ordem do mito – o lusotropicalismo, que levou a sério.

- 32 Mais trabalho haveria a fazer a partir dos arquivos da ASA para determinar se essa postura suscitou alguma oposição no interior do campo africanista. No entanto, os dados apontam para que Jerry se tivesse sentido demasiado comprometido com as óbvias conclusões dos seus estudos: foi criticado pelo aparelho português, pusera em cheque a confiança que nele depositaram Silva Rego e o próprio Ministro do Ultramar, ao mesmo tempo que lutou para que se reconhecesse que a denúncia teria sempre de seguir critérios neutrais de investigação – que só uma combinação de estudos qualitativos e quantitativos, em especial, a estatística multivariada, poderia fornecer. O comportamentalismo de que se socorreu para ensaiar um teste às proposições mais contestadas da ideologia oficial do imperialismo português, o multirracismo e o desenvolvimento socioeconómico dos colonizados, revela até que ponto Bender pode ser colocado a par de um conjunto de outros autores que, partindo das premissas das teorias da modernização, conseguiram abalar o evolucionismo, a crença na homogeneidade sistémica e a teleologia eurocêntrica do edifício parsoniano.²⁸
- 33 As autoridades portuguesas tiveram sempre um enorme problema com esta progressiva afirmação de objetividade por parte de Jerry. Desde as suas conversas com o Cônsul em Los Angeles sobre as pressões da CIA à demonstração, que parece genuína, de apreço pela honestidade intelectual de Silva Cunha, tudo concorria para fazer dele uma figura difícil de classificar, que é, porventura, a mais complicada de se combater. Não é por acaso que o processo de atribuição do seu visto gerou uma profunda alteração entre os diferentes organismos censórios e policiais do império – a ponto de se poder deduzir o estado das relações interministeriais a partir deste caso. As dificuldades de acesso que lhe foram colocadas de início – ao contrário do que se passou com Niddrie – podem ter confirmado uma tendência para a duplicidade e para a moderação, para a procura por números oficiais secretos e não apenas para o uso de estatísticas públicas e entrevistas. Em todo o caso, o Departamento de História e o Centro de Estudos Africanos da Universidade da Califórnia, donde Bender era oriundo, estavam longe de apoiarem os movimentos anti-coloniais. Pelo contrário, tinham-se mostrado, nos últimos anos, favoráveis à causa portuguesa, um facto que confundia ainda mais as autoridades na avaliação que faziam do risco de trazer Bender a Portugal. Além disso, as repetidas insistências que o politólogo fez, já em Los Angeles, para se reconectar aos decisores políticos portugueses e às instituições académicas luso-angolanas, denotam que Bender manteve aquela postura, mesmo depois de percebido o impacto nocivo das suas publicações e das suas iniciativas.
- 34 A este respeito, vale notar que, nesse período, a reação de vários ‘especialistas de área’, especificamente os africanistas, às acusações ou rumores de captação por interesses políticos e militares, foi no sentido de procurarem impor ou, pelo menos, de sugerirem uma maior autonomia face ao *establishment* norte-americano. Um dos instrumentos desse desinteresse foi a criação de comissões ou organismos de pesquisa que se afirmaram no distanciamento e na crítica da política externa norte-americana.²⁹ Ora, depois de se fixar na UCLA, Bender não só se demarcou dessa ciência política heterónoma na esfera doméstica, como envidou esforços para que o grupo de especialistas na África portuguesa que ajudou a montar e que liderava – o Interdisciplinary Research Program on Angola, Mozambique and Guinea-Bissau, também designado Portuguese Africa Project, financiado pela Ford – contasse com a

colaboração ativa da Junta de Investigações do Ultramar, quer na remessa de bibliografia, quer no envio de representantes portugueses às iniciativas do Centro de Estudos Africanos da sua universidade.³⁰

35 No entanto, Bender acabaria por colher os frutos do seu trabalho: os caminhos para Portugal, outrora abertos por Silva Rego, começavam a fechar-se. Como publicação proscrita e como prova da perigosidade política do autor, o seu artigo sobre os aldeamentos foi anexado ao processo individual que a Junta de Investigações do Ultramar tinha à sua guarda. Mas outros indícios de falta de 'idoneidade' começavam agora a aflorar: a folha de guarda de outra obra detratora do colonialismo português, *In the Eye of the Storm*, de Basil Davidson, fotocopiada e sublinhada pelo secretário-geral da Associação Portuguesa das Empresas Ultramarinas (APEU), denunciava, pela mão do próprio Davidson, a ajuda que recebera de Bender e do seu grupo de africanistas da UCLA, motivo pelo qual essa Associação, através da sua rede transatlântica de relações públicas, deu parecer negativo a qualquer apoio financeiro no apetrechamento da coleção da biblioteca da UCLA sobre a África Portuguesa.³¹ A APEU, entidade representativa dos grandes grupos económicos portugueses no ultramar, tornou-se cliente de consultoras norte-americanas que faziam a propaganda semi-oculta do imperialismo português junto da opinião pública e do Congresso dos EUA. Em Lisboa, Bender conheceu o lobista Kenneth Downs – que viria a sair da conhecida consultora Selvage & Lee, contratada pela APEU, para fundar a sua própria empresa de lobby político e económico, a Downs and Roosevelt – que o ajudou a conseguir o visto para Angola. Cinco anos mais tarde, em correspondência com Downs, pensando que a sua firma ainda mantinha a APEU como cliente, solicitou apoio na procura de benfeitores filantrópicos com vontade de comprar um vasto conjunto de obras que havia localizado em Lisboa e de doar ao Centro de Estudos Africanos da sua universidade. Downs, no entanto, já não trabalhava para a APEU desde 1972, mas fez chegar, com rapidez, o assunto a Michael Teague, intermediário daquelas duas agências em Lisboa, que, com igual celeridade, colocou a correspondência de Bender à disposição da APEU. Esta última não só recusou, como parece ter servido de elo numa cadeia de vigilância paralela às da polícia política e do Ministério do Ultramar. Com efeito, era a JIU que fazia a ponte entre estas duas esferas de controlo da informação. Ora, o envolvimento do politólogo com os lobistas pagos pela APEU levanta mais dúvidas do que nos dá respostas.

36 É que, por um lado, seria de perguntar até que ponto Bender e Tamara dependeram de outros atores de peso, para além de Silva Rego, para conseguirem chegar 'ao terreno'. Dados mais recentes, fornecidos em entrevista pelo conhecido casal de antropólogos Barbara e Allen Isaacman, sugerem que essa rede de agentes foi manipulada por Bender: enquanto Downs, Teague e uma outra figura obscura, um aristocrata de orientação mais liberal empregado na agência dos primeiros e adepto do reformismo de Adriano Moreira, Martim Lencastre Cabral, esperavam que os investigadores académicos, devidamente apoiados, funcionassem como pontos divulgadores do progresso político e económico das colónias alcançado na última década (Isaacman et al., 2021: 224-229), Bender subvertia essas suposições, fazendo exatamente o contrário. Ou seja, usava os seus contactos e as boas graças em que tinha caído para criar um durável empreendimento coletivo de denúncia do colonialismo português. Por outro lado, como é que Bender se justificou num período em que a sua reputação de académico de confiança foi decaindo no seio da sua rede de contactos? Na missiva que endereçou a Kenneth Downs, a estratégia foi a de reafirmar a sua postura científica e

politicamente neutral, alargando-a ao Research Program que dirigia. Invocando as críticas que lhe foram transmitidas por um amigo que tinham em comum, Michael Samuels – um graduado de Colômbia que também fizera trabalho doutoral em Angola entre 1966 e 1967, e que acabaria por ser chamado por David Abshire, do Center for Strategic Studies em Georgetown, para co-editar um dos livros mais apologéticos do regime português e fundar e presidir ao programa de estudos africanos desse centro³² –, deixou-nos uma descrição da sua pesquisa e da sua equipa interdisciplinar:

Claro que existe, naturalmente, uma boa dose de especulação e de rumor em torno do que é que o Interdisciplinary Research Program anda, na verdade, a “tramar”. Mas, fazendo parte da Universidade da Califórnia, devemos ser natural e completamente transparentes quanto às nossas atividades; por isso, qualquer especulação é certamente desnecessária e equivocada. Somos, antes de mais, um programa de investigação com o objetivo de publicar um conjunto de estudos científicos relacionados, sobretudo, com os padrões agrícolas de Angola, embora não descurando também estudos históricos e políticos. Um aspeto secundário e bem menos importante do nosso programa é a promoção do contacto académico e da cooperação entre estudiosos da África Portuguesa de todo o mundo. Neste sentido, tal como expliquei a vários responsáveis portugueses em Março de 1972, encaro o nosso programa e o meu papel de Diretor como neutrais; isto é, tentamos oferecer oportunidades e dar facilidades a pessoas de todos os lados do espectro que tenham interesse na África Portuguesa, dos mais conservadores dos portugueses aos membros dos grupos nacionalistas africanos que lutam contra Portugal. Embora tenhamos dado, até ao momento, mais oportunidades a porta-vozes portuguesas, isso não é, de modo algum, indicativo de qualquer viés da nossa parte; antes reflete, somente, o número de visitantes que vêm aos EUA. Ainda que eu entenda que a nossa neutralidade não coincide com os interesses ou objetivos da tua firma de relações públicas, muito me agradou encontrar em Lisboa uma receção bem ubíqua aos nossos objetivos e estou particularmente satisfeito com a cooperação (material) que recebemos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar.³³

- 37 Um último indício, mais oblíquo, mas porventura mais forte, foi a tentativa de Bender trazer o agrónomo Herman Pössinger como representante de Portugal a um colóquio em Los Angeles, pedindo que a JIU comparticipasse nas ajudas de custo dessa eventual deslocação.³⁴ Lembremos que Pössinger, nessa altura já posto de parte como chefe da Missão de Extensão Rural de Angola, assumiu-se como um dos representantes, senão mesmo o principal impulsionador, do extensionismo, variante do desenvolvimento comunitário, e encabeçou uma elite tecno-cosmopolita cuja atuação é, ainda hoje, muito ambígua, porque atravessada pela tensão entre a submissão voluntária à contra-subversão e a luta emancipatória dos angolanos. Acontece que em 1973, o projeto-piloto que Pössinger liderou no Andulo, no distrito do Bié em Angola, foi declarado um falhanço político, policial e militar; falhanço, sobretudo, porque se tornara um santuário para os guerrilheiros e um incubador de ideias e comportamentos anti-portugueses. Além disso, o colóquio a que Bender se referia e ao qual atribuía um objetivo meramente informativo das inovações portuguesas no âmbito do desenvolvimento rural – já que, de entre os países em desenvolvimento, Portugal e as suas colónias não mereciam grande destaque internacional na matéria – visava, de facto, debater, de forma comparada, o desenvolvimento rural em África e na América Latina, fazendo uma “Ecological-Cultural Analysis in Tropical Rural Development”.³⁵ Só o título deste painel dava para rastrear a origem dessa ideia e as suas implicações. De facto, a análise ecológico-cultural dos sistemas agrícolas era o principal interesse de pesquisa de um outro representante do tecno-cosmopolitismo, defensor da extensão rural, e crítico mordaz do ‘desenvolvimento’ extrativista e explorador seguido pelos

portugueses em Angola: o ex-chefe da Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola, parceiro de Bender no Centro de Estudos Africanos na UCLA, Eduardo Cruz de Carvalho; ou seja, o mesmo que David Niddrie achou por bem mencionar como estando demasiado próximo do cientista político, até então de idónea reputação, e que publicaria, em 1974, a principal análise académica especializada, no interior dos estudos agronómicos, à expropriação das terras nativas por colonos europeus e à política de modernização forçada dos povos seminómadas do Sul de Angola (Carvalho, 1974).

- 38 O comprometimento de Gerald Bender com esta elite tecno-cosmopolita, se já se antevia no artigo sobre as concentrações, ficou definitivamente comprovado, anos mais tarde, no livro que publicou sobre Angola, onde partilhava das suas premissas emancipatórias e sentenciava que o ‘desenvolvimento’ propagandeado pelos portugueses na verdade sub-desenvolvia. Entretanto, a sua colagem a este grupo mereceu-lhe reprovação, o que é indicativo do modo como o desenvolvimento comunitário e a extensão rural, no essencial o tecno-cosmopolitismo, foram sendo domesticados e depurados pelo aparelho repressivo português.³⁶

Filantropia e vigilância

- 39 Uma terceira e última dimensão tem a ver com a sugestão, aventada pelo Cônsul Joseph Sigal, de Bender formalizar um pedido de patrocínio à Fundação Gulbenkian. O MNE suspeitou, cedo, que tudo não passava de um jogo duplo da parte do cientista político em conluio com os serviços consulares. Mas é difícil verificar a veracidade dessa ideia. O que há é, antes de mais, um julgamento anti-comunista por parte dos funcionários do MNE, que levantavam suspeição por ambos partilharem a fé judaica; depois, o próprio Cônsul lembrou, por duas vezes, que a PIDE tinha a opção de deixar seguir Bender para depois o controlar, numa primeira fase, em Lisboa – estratégia rotinizada da polícia política nestes casos; por último, ao tempo em que se deu este episódio, existia já um repertório institucional consolidado de propaganda, que tinha acabado de ser testado, entre 1965 e 1969, no caso do livro *Portuguese Africa: A Handbook*, editado por David Abshire e Michael Samuels (Abshire e Samuels, 1969). Resultado de um projeto financiado pela Gulbenkian, orquestrado pela mão de Pedro Teotónio Pereira e do omnipresente Alexandre Ribeiro da Cunha, o livro deveria ser uma espécie de resposta académica à obra de James Duffy. *Portuguese Africa*, continuada em *Portugal in Africa* (Duffy, 1959; 1962). Este projeto “David” (o seu nome secreto) visava utilizar dinheiro da fundação para pagar as deslocações a África de um conjunto de investigadores norte-americanos, que teriam contactado, depois, com uma série de representantes da ideologia oficial portuguesa no âmbito das ciências sociais (Curto, 2013: 33-34). É claro que o livro foi recebido, internacionalmente e muito em particular na African Studies Association, como uma apologia do regime colonial português, e ressuscitou questões relativas à autonomia de investigadores que professavam a imparcialidade e que desejavam, conscientemente, “evitar as polémicas” (Hafkin, 1971).
- 40 Interessa aqui a relação coordenada do MNE, do Ministério do Ultramar, da Embaixada em Washington e da Gulbenkian para rebater acusações anti-coloniais, uma relação que terá sido mais profunda e sistemática do que hoje estamos dispostos a admitir: o caso de Bender confirma que a Gulbenkian, a partir de 1965 pelo menos, serviu para criar uma esfera de intervenção política tutelada pelo Estado Português contra a

interferência da Fundação Ford, associada às operações cobertas da CIA nos territórios portugueses, em especial, em Angola. Note-se que a Ford, depois de lançado o seu programa de fomento de especialistas de área, o Foreign Area Fellowship Program, com o objetivo específico de formar um quadro de pessoal especializado para assessoria e aconselhamento do governo norte-americano em matéria geopolítica, chegou a temer que a CIA exercesse pressão sobre os *fellows* para extrair informação. Algo que, de facto, veio a suceder e foi reconhecido, com irritação, pela direção da fundação (Berman, 1980: 221; 1983).³⁷

- 41 Quer tenha ou não sido inventado pelo próprio, o episódio de coação dos agentes da CIA sobre Bender reforçou a perceção da diplomacia portuguesa sobre a política externa norte-americana desde o final da administração Kennedy: que a chantagem de Salazar sobre a base das Lajes, a preferência liberal por um nacionalismo não-violento e a ambiguidade americana na gestão do embargo das armas e do fornecimento de material da NATO a Portugal forçavam os africanistas em Washington a tomar a via das operações secretas em múltiplas frentes (Rodrigues, 2002). No mesmo sentido, durante as décadas de 1950 e 1960, a Fundação Ford foi ocupando o espaço deixado vazio pelo governo norte-americano no apoio financeiro concedido a investigações sobre os países em desenvolvimento, sobretudo aquelas que tocavam em matérias em que o retraimento público dos EUA era notório (McCarthy, 1987). O certo é que a PIDE e o Gabinete dos Negócios Políticos acreditaram até ao fim que Bender fora um agente infiltrado. Tudo isto talvez ajude a explicar porque é que, anos mais tarde, Bender defendeu a integridade e a autonomia da pesquisa africanista contra as pressões, cada vez mais pronunciadas e evidentes, das agências de *intelligence*, num quadro de retraimento do financiamento filantrópico:

A par da perspectiva da administração Reagan sobre a guerra fria, deu-se uma viragem no financiamento das atividades académicas sobre África do Departamento da Educação às agências da Defesa e dos serviços de informações civis. Há dez anos, poucos membros desta associação teriam considerado apropriado que a DIA ou a CIA financiassem ou, talvez pior, estabelecessem as prioridades de pesquisa da investigação individual ou institucional sobre África. (...) Hoje, todavia, vemos importantes estudiosos e Centros de Estudos Africanos preparados para aceitar financiamento dessas agências. A decisão da Fundação Rockefeller de deixar cair o seu apoio aos estudos internacionais vai provavelmente encorajar mais deste tipo de assistência à investigação, o que comprometerá e fará perigar a credibilidade e integridade da pesquisa universitária africanista. Agora, os africanistas devem erguer-se e falar abertamente das questões do nosso tempo. É possível manter a nossa integridade académica e participar em atividades políticas. É tempo de descermos das nossas torres de marfim e denunciar as questões que afetam a África. (Bender, 1988: 6-7)

Discussão

- 42 Ao evidenciar as determinantes da produção e da circulação de um tipo específico de conhecimento social, um que foi iniciado por agentes que consideraríamos, *a priori*, externos ao campo do Estado-império, este pequeno caso de produção de conhecimento sobre os aldeamentos em Angola chama a atenção para o facto de ser muito pouco relevante reduzir os estudos históricos e sociológicos da ciência, incluindo a ciência política e a geografia, a uma defesa intransigente da autonomia do campo científico no passado ou a uma redução total das pesquisas – da prioridade atribuída a certos tópicos às conclusões a que chegavam, passando pelos pressupostos da abordagem que

adotavam – a imperativos políticos ou ideológicos. Mesmo os investigadores estrangeiros, forçados a passar por um sistema de atores de veto para acedermos ao terreno de pesquisa, tiveram nessa adversidade um incentivo para dinamizar o campo científico. Quer dizer, o controlo estatal dos seus movimentos, da sua correspondência e do material produzido, a sujeição aos militares – quer em termos de pensamento, quer no acesso a fontes de informação – e as redes paralelas transnacionais de propaganda e lobby, que tanto cooptavam como excomungavam os investigadores, não condicionaram apenas o ato de fazer ciência. Do prisma aqui adotado, esses fatores não devem ser meramente entendidos como condicionantes; eles determinaram a produção científica e a relevância social e política dos seus autores. Na verdade, foram eles que constituíram o objeto de análise e favoreceram a dinâmica *interna* do próprio campo científico, nisso revelando-se essenciais para a sua autonomia. Por isso, as dicotomias autonomia/heteronomia ou ciência/ideologia subsumem-se na do desenvolvimento/controlo, reproduzindo-a.

- 43 Isto é particularmente evidente quando se invoca a natureza do regime português na metrópole (o autoritarismo do Estado Novo) quer para explicar uma potencialidade muito mais limitada de denúncia no espaço jornalístico e académico português por comparação com o peso do escrutínio dos media britânicos e dos investigadores norte-americanos, como faz Diogo Ramada Curto (Curto, 2013), quer para justificar a limitada autonomia do campo científico imperial, assim se explicando, como faz Cláudia Castelo, porque é que a produção científica de uma Junta de Investigações do Ultramar, por exemplo, não chegou nunca a assumir a forma de uma “corrente [reformista] organizada” (Castelo, 2019: 179-180).³⁸ Mas não estaremos a esquecer, a propósito do primeiro, que foram exatamente os complexos mecanismos, sobrepostos, de censura e de acesso, extravasando as fronteiras do regime, que estimularam esse mesmo escrutínio, sob a forma de apologia ou de condenação?
- 44 A hipótese causal da segunda autora, que ecoa Robert Merton (Merton, 1942; 1973: 257-260),³⁹ tem uma intenção clara: mostrar que a natureza do regime impede a afirmação de uma ciência livre, mas não chega para transformar a ciência em mera ideologia, até porque estavam disponíveis outras fontes de afirmação técnico-científica: os debates internacionais sobre “o impacto da urbanização, da industrialização e da proletarianização, a chamada ‘desdistribuição’, o bem-estar das populações rurais, as migrações interterritoriais, as relações raciais e culturais, os estudos de comunidade”, tudo isso estimulou a pesquisa das missões daquela Junta, alinhando-a com o que de mais ‘científico’ se fazia noutros impérios coloniais – de regimes democráticos, valeria a pena acrescentar –, e dotando-as de linguagens e técnicas que lhes davam um cunho pragmático de influência nos processos de tomada de decisão (Castelo, 2019). Lá porque os atores do campo científico tinham uma intenção programática e reformista, isso não implicava que não estivesse a ser feita ciência. Estamos perante o dilema do desenvolvimento vs. controlo, em que a ciência tinha o potencial de libertar todos os seus efeitos desenvolvimentistas e em que o Estado policial condicionava esse mesmo potencial. Por um lado, talvez seja ingénuo pensar que o lusotropicalismo, doutrina da plasticidade e humanismo a-racial lusitanos, que Bender tinha em vista desfundamentar, foi uma ideologia sem mais. Será que os cientistas portugueses, tal como os cientistas soviéticos em relação ao materialismo dialético (Graham, 1993: 99-120), não tiveram também a sua fase ‘autêntica’ de lusotropicalismo, acreditando que a partir das suas premissas poderiam alcançar resultados importantes? Pelo menos

na esfera política e administrativa, o lusotropicalismo afetou muito concretamente a tomada de decisões – não somente como mascarada propagandística, mas como norma, até mesmo na sua forma codificada, que se foi cristalizando ao longo da guerra (Cruz, 2022). Por outro lado, tal como está formulada, a hipótese de um campo autónomo vê os campos político e científico como numa fotografia funcionalista: congelados e separados nas suas esferas de atuação, o primeiro pressionando o segundo. Esquece que a partir de 1960, a JIU, sobretudo o Centro de Estudos Políticos e Sociais e os Institutos de Investigação Científica de Angola e Moçambique dela dependentes funcionaram como organismos policiais que devem ser colocados a par do Serviço Nacional de Informação, do GNP do Ministério do Ultramar, da Direção-Geral dos Negócios Políticos do MNE e da PIDE/DGS: censuraram obras, impediram deslocações de cientistas estrangeiros e favoreceram outros, mantiveram relações demasiado próximas com a Defesa Nacional, co-decidiram sobre matérias “politicamente inconvenientes”, tudo em nome do mal-afamado lusotropicalismo. Agora, se investigadores internacionais como David Niddrie entraram voluntariamente na dependência de oficiais militares para rebater argumentos científicos, ou politólogos como Gerald Bender foram pressionados desde o outro lado do Atlântico até Luanda sem deixarem de se conotar com uma franja conservadora do governo imperial, é não só falso, como moralmente errado, passar uma imagem tecnocrática dos processos decisórios, como se a ciência autónoma estivesse aí apenas para ser aproveitada ou deitada fora consoante a volição do regime político.

- 45 Noutro lugar estudei as relações simbióticas entre estas instituições: através delas o capital científico acumulado por um punhado de atores ditos reformistas era transmutado em capital político de controlo sobre o valor da ciência considerada legítima – um campo científico que não pode ser considerado autónomo, nem propriamente heterónimo, porque retirava a sua autonomia da posição de vantagem que detinha dentro do aparelho de Estado. A circulação do artigo de Bender é bem ilustrativa desse tipo de censura difusa. Isto não significa assumir, como afirmou, por exemplo, Jack Goody pondo em causa a suposta relação umbilical entre o colonialismo e a antropologia social britânica, “uma homogeneidade de interesse entre intelectuais e governo que negligencia as contradições e oposições internas” (Goody, 1995: 1). O enfoque nos tecno-cosmopolitas, entre os quais se contarão sobretudo engenheiros agrónomos, sociólogos e geógrafos, deve, sem dúvida, partir precisamente de um estado de conflito latente ao invés de postular uma uniformidade de atuação entre autoridades políticas, administrativas, militares e técnicas ou científicas. Mas deparar-se-á com um problema: de um ponto de vista estrutural, a combinação da intervenção direta do Estado, das mudanças na sua arquitetura institucional e da atuação dos próprios reformistas foi construindo uma sociedade totalitária, com a institucionalização da suspeição. Na prática, é impossível desligar a ciência dos seus usos mais policiais ou a repressão dos seus efeitos desenvolvimentistas. O aldeamento funcionou como um repertório fundamental nessa co-constituição. Por isso, em futuros estudos sobre a ciência no período colonial tardio, talvez seja de reequacionar o peso ditatorial de Lisboa, e perguntar antes pelo peso da contra-subversão. É que esta não conheceu, do ponto de vista internacional, diferenças de regime.

BIBLIOGRAFIA

- Abshire, David M.; Samuels, Michael A. (eds.). (1969). *Portuguese Africa: A Handbook*. 1 ed. New York: Praeger Publishers.
- Ágoas, Frederico (2010). "Saber e Poder: Estado e investigação social agrária nos primórdios da sociologia em Portugal". Dissertação de Doutoramento em Sociologia. Lisboa: NOVA/FCSH.
- Bender, Gerald J. (1967). "Political Socialization and Political Change". *The Western Political Quarterly*, Vol. 20, n.º 2, pp. 390-407.
- Bender, Gerald J. (1972a). "The Limits of Counterinsurgency: An African Case". *Comparative Politics*, Vol. 4, n.º 3, pp. 331-360.
- Bender, Gerald J. (1972b). "Angola: History, Insurgency and Social Change". *Africa Today*, Vol. 19, n.º 1, pp. 30-36.
- Bender, Gerald J. (1978). *Angola under the Portuguese: The Myth and the Reality*. Berkeley: University of California Press.
- Bender, Gerald J. (1988). "Ideology and Ignorance: American Attitudes toward Africa". *African Studies Review*, Vol. 31, n.º 1, pp. 1-7.
- Bender, Gerald J. (1973) "Planned Rural Settlements in Angola, 1900-1968". In Heimer, Franz-Wilhelm, (ed.), *Social Change in Angola*. 1 ed. München: Arnold Bergstralsser Institut, pp. 235-279.
- Berman, Edward (1983). *The Influence of the Carnegie, Ford and Rockefeller Foundations on American Foreign Policy: The Ideology of Philanthropy*. 1 ed. Albany: State University of New York Press.
- Berman, Edward (1980). "The Foundations' Role in American Foreign Policy: The Case of Africa, post 1945". In Arno, Robert F. (ed.), *Philanthropy and Cultural Imperialism: The Foundation at Home and Abroad*. 1 ed. Boston, Massachusetts.: G.K. Hall, pp. 203-232.
- Birmingham, David (1982). "A Question of Coffee: Black Enterprise in Angola". *Revue Canadienne des Études Africaines*, Vol.16, n.º 2, pp. 343-346.
- Bourdieu, Pierre (2011). *O Poder Simbólico*. 1. ed. Lisboa: Edições 70.
- Bruce S. Young (1969). "South Africa: Nation or Nations? by David L. Niddrie". *Geographical Review*, Vol. 59, N.º 4, pp. 628-629.
- Carvalho, Eduardo Cruz de (1974). "'Traditional' and 'Modern' Patterns of Cattle Raising in Southwestern Angola: A Critical Evaluation of Change from Pastoralism to Ranching". *The Journal of Developing Areas*, Vol. 8, n.º 2, pp. 199-226.
- Castelo, Cláudia (2016). "Reproducing Portuguese Villages in Africa: Agricultural Science, Ideology and Empire". *Journal of Southern African Studies*, Vol. 42, n.º 2, 2, pp. 267-281.
- Castelo, Cláudia (2018). "Arame Farpado, Conhecimento e Desenvolvimento No Sudoeste de Angola (c.1960-1974)". *Africana Studia*, n.º 30, pp. 47-59.
- Castelo, Cláudia (2019). "Para a compreensão do império colonial português na era da descolonização". *Estudos Ibero-Americanos*, Vol. 45, n.º 1, pp. 177-180.
- Castelo, Cláudia (2020). "O Projecto-Piloto de Extensão Rural Do Andulo (Angola): Conhecimento, Desenvolvimento e Contra-Subversão". *Ler História*, 76, pp. 153-78.

- Challenor, Herchelle Sullivan (1969). "No Longer at Ease: Confrontation at the 12th Annual African Studies Association Meeting at Montreal". *Africa Today*, Vol. 16, n.º 5/6, pp. 4-7.
- Clarke, John Henrik (1976). "The African Heritage Studies Association (AHSA): Some Notes on the Conflict with the African Studies Association (ASA) and the Fight to Reclaim African History". *Issue: A Journal of Opinion*, Vol. 6, n.º 2/3, pp. 5-11.
- Cruz, Bernardo Pinto da; Curto, Diogo Ramada (2015). "Destribalização, regedorias e desenvolvimento comunitário: notas acerca do pensamento colonial português (1910-1965)". *Práticas da História*, Vol. 1, n.º 1, pp. 113-172.
- Cruz, Bernardo Pinto da; Curto, Diogo Ramada (2017). "The Good and the Bad Concentration: regedorias in Angola". *Portuguese Studies Review*, Vol. 25, n.º 1, pp. 205-231.
- Cruz, Bernardo Pinto da (2022). "As origens institucionais da moderação da violência. Regedorias e concentrações em Angola (1914-1974)". Dissertação de Doutoramento em Estudos sobre a Globalização (submetida). (Lisboa: NOVA/FCSH).
- Cruz, Bernardo Pinto da (2014). "Proto-totalitarismo de Gabinete: a génese e consolidação do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar", Dissertação de Mestrado. Lisboa: NOVA/FCSH.
- Curto, Diogo Ramada (2012). "The Debate on Race Relations in the Portuguese Empire and Charles R. Boxer's Position". *E-Journal of Portuguese History*, Vol. 11, n.º 1, pp. 1-42.
- Davidson, Basil (1973). *In the Eye of the Storm: Angola's People*. New York: Anchor Press, 1973.
- de Wet, Chris (1991). "Some socio-economic consequences of villagization schemes in Africa, and the future of 'betterment villages' in the 'new South Africa'". *Development Southern Africa*, Vol. 8, n.º 1, pp. 3-17.
- Duffy, James (1959). *Portuguese Africa*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1959).
- Duffy, James (1962). *Portugal in Africa*. 1 ed. Baltimore: Penguin Books.
- Evans, Michael (2007). "The Wretched of the Empire: Politics, Ideology and Counterinsurgency in Rhodesia, 1965-80". *Small Wars and Insurgencies*, Vol. 18, n.º 2, pp. 175-195.
- Gerrits, André (1995). "Antisemitism and anti-communism: The myth of 'Judeo-Communism' in eastern Europe". *East European Jewish Affairs*, Vol. 25, n.º 1, pp. 49-72.
- Gershenhorn, J. (2009). "'Not an Academic Affair': African American Scholars and the Development of African Studies Programs in the United States, 1942-1960". *Journal of African American History*, n.º 94, pp. 44-68.
- Gilman, Nils. (2003). *Mandarins of the Future: Modernization Theory in Cold War America*. 1 ed. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Goody, Jack (1995). *The Expansive Moment: The Rise of Social Anthropology in Britain and Africa 1918-1970*. 1 ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- Graham, Loren R. (1993). *Science in Russia and the Soviet Union: A Short History*. 1 ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hafkin, Nancy J. (1971). "Review of Portuguese Africa: A Handbook by David M. Abshire; Michael A. Samuels". *African Historical Studies*, Vol. 4, n.º 1, pp. 186-189.
- Hanebrink, Paul (2018). *A Specter Haunting Europe: The Myth of Judeo-Bolshevism*. 1. ed. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Hansen, Art; Oliver-Smith, Anthony (eds.) (2018[1982]). *Involuntary Migration And Resettlement: The Problems And Responses Of Dislocated People*. 2. ed. New York: Routledge.

Hauptmann, Emily (2012). "The Ford Foundation and the rise of behavioralism in political science". *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, Vol. 48, n.º 2, pp. 154-73.

Holdcroft, Lane (1976). *The Rise and Fall of Community Development - 1950-1965*. Michigan: Michigan State University.

Hyden, Goran (1980). *Beyond Ujamaa in Tanzania: Underdevelopment and an uncaptured Peasantry*. 1 ed. Nairobi: Heinemann.

Immerwahr, Danniell (2015). *Thinking Small: The United States and the Lure of Community Development*. 1. ed. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Isaacman, Allen; Isaacman, Babara; Domingos, Nuno; Curto, Diogo Ramada (2021). "On lives, politics and history. A conversation with Allen F. Isaacman and Barbara S. Isaacman about activism, Mozambique and other African histories". *Práticas da História*, 12, pp. 216-267.

Jerónimo, Miguel Bandeira; Pinto, António Costa (2015). "A Modernizing Empire? Politics, Culture, and Economy in Portuguese Late Colonialism". In Jerónimo, Miguel Bandeira; Pinto, António Costa (eds.). *The Ends of European Colonial Empires*. 1. ed. London: Palgrave Macmillan, pp. 51-80.

Jerónimo, Miguel Bandeira (2017). "'A Battle in the Field of Human Relations': The Official Minds of Repressive Development in Portuguese Angola". In Thomas, M.; Gareth C. (eds.). *Decolonization and Conflict: Colonial Comparisons and Legacies*, 1 ed., London: Bloomsbury Publishing, pp. 115-36.

Jerónimo, Miguel Bandeira (2018). "Repressive Developmentalisms: Idioms, Repertoires, Trajectories in Late Colonialism". In Thompson, A.; Thomas, M. (eds.), *The Oxford Handbook of the Ends of Empire*, 1. ed., Oxford: Oxford University Press, pp. 537-554.

Jones, Branwen (2015). "Africanist Scholarship, Eurocentrism and the Politics of Knowledge" in Araújo, Marta; Rodríguez Maeso, Silvia (eds.). *Eurocentrism, Racism and Knowledge: Debates on History and Power in Europe and the Americas*. 1 ed. New York: Palgrave Macmillan, pp. 114-135.

Kwaako, Philip Osafo (2012). "Essays in Economic History and Development", Doctoral Thesis, Cambridge, MA: Harvard University.

McCarthy, Kathleen D. (1987). "From Cold War to Cultural Development: The International Cultural Activities of the Ford Foundation, 1950-1980". *Daedalus*, Vol. 116, n.º 1, pp. 93-117.

Merton, Robert K. (1942). "A note on science and democracy". *Journal of Legal and Political Sociology*, Vol. 1, pp. 115-126.

Merton, Robert K. (1973). *The Sociology of Science. Theoretical and Empirical Investigations*. 1 ed. Chicago: The University of Chicago Press.

Niddrie, David L. (1967). "Some recent settlement schemes in Angola". *The Journal of American Portuguese Cultural Society*, Vol. I, n.º 4/5, pp. 19-33.

Niddrie, David L. (1968). *South Africa: Nation or Nations?* 1 ed. Princeton, New Jersey: D. Van Nostrand Company.

Niddrie, David L. (1969). "Letter from Angola: Eight Years After the Terror". *National Review*, pp. 1064-1075.

Niddrie, David L. (1974). "Changing Settlement Patterns in Angola". *Rural Africana*, 23, pp. 47-77.

- Olson, Mancur (1963). "Rapid Growth as a Destabilizing Force". *The Journal of Economic History*, Vol. 23, n.º 4, pp. 529-552.
- Parmar, Inderjeet (2002). "American foundations and the development of international knowledge networks". *Global Networks*, Vol. 2, n.º 1, pp. 13-30.
- Pélissier, René (1974). "Conséquences démographiques des révoltes en Afrique portugaise (1961-1970). Essai d'interprétation". *Revue d'histoire d'outre-mer*, Vol. 61, n.º 222, pp. 34-73.
- Pye, Lucien (1962). *Politics, Personality and Nation Building*. 1 ed. New Haven: Yale University Press.
- Rabinow, Paul (1992). "France in Morocco: Technocosmopolitanism and Middling Modernism". *Assemblage*, n.º 17, pp. 53-57.
- Rodrigues, Cristina Udelsmann (2017). "Configuring the living environment in mining areas in Angola: Contestations between mining companies, workers, local communities and the state". *The Extractive Industries and Society*, Vol. 4, n.º 4, pp. 727-734.
- Rodrigues, Luís Nuno (2002). *Kennedy-Salazar: a crise de uma aliança. As relações luso-americanas entre 1961 e 1963*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Scott, James (1998). *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. New Haven: Yale University Press.
- Silva, Elisete Marques da (2003). "Impactos da ocupação colonial nas sociedades rurais do sul de Angola". *Occasional Paper Series*, n.º 8, Lisboa: ISCTE, Centro de Estudos Africanos.
- Silwal, Ani Rudra (2015). "'To Live in Villages Is an Order': The Long-Term Consequences of Villagization in Tanzania". *Sussex University Working Paper*, pp. 1-24.
- Smith, Dennis (1983). *Barrington Moore: Violence, Morality and Political Change*. 1 ed. London: Palgrave.
- Sutton Francis X.; Smock, David R. (1976). "The Ford Foundation and African Studies". *Issue: A Journal of Opinion*, Vol 6, n.º 2/3, pp. 68-72.
- Wheeler, Douglas; Pélissier, René (2009 [1971]) *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China.

ANEXOS

Material em meio digital

Kennedy, Charles Stuart. (1991). Disponível em: <<https://www.adst.org/OH%20TOCs/Samuels,%20Michael%20A.toc.pdf>>. Acedido a 15 de julho de 2022.

OAC (Online Archive of California). (s.d.). Disponível em: <<https://oac.cdlib.org/findaid/ark:/13030/c8fb58vd/>>. Acedido a 15 de julho de 2022.

NOTAS

1. Aí, um dos promotores individuais foi Edward Lansdale, coronel norte-americano e agente secreto da CIA, conhecido por gizar várias tentativas de assassinio de Fidel Castro e com enorme peso na estratégia seguida pelos EUA no Vietname. Manila foi a anfitriã, aliás, da primeira conferência internacional de desenvolvimento comunitário, em 1954 (Immerwahr, 2015:

103-131). Seria muito importante estudar a receção do desenvolvimento comunitário na União Soviética e se ele contribuiu, de forma simétrica, para a manutenção da esfera de influência comunista.

2. V., a título de exemplo, para referências a Niddrie, Rodrigues, 2017; Hansen e Oliver-Smith, 2018 [1982]; de Wet, 1991. Seria interessante rastrear as citações de Niddrie e descobrir quem foram os primeiros a apropriá-lo. Entre nós, uma das primeiras a referenciá-lo em conjunto com Bender foi a investigadora da MIAA Elisete Marques da Silva (Silva, 2003).

3. Por isso se deixam de fora outras representações importantes, como as jornalísticas, já que a imprensa é um domínio menos profícuo para estudar ciência social feita a partir do local colonial que objetificava os aldeamentos ou concentrações.

4. Para uma apreciação recente a ambos os colonatos, que os insere numa política técnico-científica anti-progressista, anti-urbana e anti-proletária, veja-se Castelo, 2016.

5. Já que, segundo alguns autores, a expropriação e o assalariamento de uma classe de empreendedores africanos livres constituíam as causas fundamentais de ansiedade angolana no distrito na viragem para os anos 60 (Birmingham, 1982).

6. Relatado em “Of. confidencial da Direcção-geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, Proc. 988.31, PAA 366”, de 3 de Março de 1967, PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0607/02697.

7. Idem, p. 2.

8. A acusação de judaísmo pode indiciar não tanto uma atitude anti-semita, mas uma atitude anti-comunista por parte das autoridades diplomáticas portuguesas. Agradeço esta sugestão a Nuno Domingos. Sobre o mito do judaico-bolchevismo ou judaico-comunismo, veja-se o livro recente de Paul Hanebrink (Hanebrink, 2018) e o artigo mais antigo de André Gerrits (Gerrits, 1995).

9. A PIDE considerava inconveniente a deslocação de Gerald Bender por “razões de segurança”. V. “Of. N.º 1.386-CI(2)”, de 17 de Abril de 1967; GNP, “Of. 2576/X-5-3/1326”, de 19 de Maio de 1967, PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0607/02697.

10. Cópia de carta dirigida por António da Silva Rego, a partir do ISCSPU, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, s.d., provavelmente março de 1968, PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0607/02697.

11. Em que o GNP chega a concorrer com a PIDE pela avaliação da conveniência política da autorização das viagens, sobrepondo-se à Direcção-Geral dos Negócios Políticos do MNE. Maria Helena Costa (GNP) “Inf. N.º 2522: Pedido de visto para Angola a favor do Americano Gerald Bender”, de 18 de Abril de 1968, PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0607/02697.

12. Director-Geral dos Negócios Políticos do MNE, “Of. n.º 1658”, de 5 de Abril de 1973; cf. avaliação de Ferreira Guedes, do GNP, na sua “Inf. n.º 3764” de 12 de Abril do mesmo ano, ambos em PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0607/02697.

13. António Soares Carneiro, já como Secretário-Geral do Governo-Geral de Angola, pelos SCCIA, em “Of. N.º 5081/1788: Reordenamento Rural”, de 5 de Junho de 1973, AHD/MU/GM/GNP/RNP/0607/02697.

14. Idem, p. 1.

15. “Prezado Sr. Dr. Ministro:

É difícil acreditar que seis meses já passaram desde estive no seu gabinete a conversar com V^a. Excia. e que cinco meses passaram desde escrevi minha carta discutindo nossa conversa e outras coisas. Ainda tenho esperança de receber as reações de Va. Excia. aos quadros que mandei naquela carta. Esta vez escrevo em Português me vez de Inglês, mas todos os dias o meu Português piora por causa da falta de prática. Quero partilhar uma experiência que tive muitas vezes quando contei aos meus amigos que falei com o Senhor Doutor para mais do que duas horas e também com outras pessoas de importancia [sic] no Governo para bastante tempo. Sem excepção, todos manifestam a mesma surpresa: ‘A gente nunca encontra uma coisa assim aqui nos Estados Unidos’ ou ‘Imagine se um universitário ou professor de Portugal tentasse falar com

um ministro aqui... seria um problema!'. Por isso eu nunca vou esquecer a hospitalidade e a honestidade que Va. Excia. me mostrou. O facto que não concordamos sobre algumas coisas tem menos importancia para mim do que o facto que falamos sobre estas coisas cem por cento aberto e francamente! Quando pessoas ainda pensam que podem apreender dos outros numa troca de ideias, ainda há esperanças para nosso mundo. A palavra 'saudades' nunca tinha tanto sentido para minha mulher e mim até sairmos das terras portuguesas porque o que sentimos para tantas coisas portuguesas somente pode ser descritas com a palavra 'saudades'. Um exemplo deste sentimento para nós acontece nesta altura – o Natal. Não passando as vésperas do fim do ano dentro duma casa de fado parece um sacrilégio. Não assistindo um jogo de futebol de Benfica no Estádio da Luz na altura do Natal é quase para dizer que o Natal ainda não chegou. (...)” Carta de Gerald Bender a Joaquim da Silva Cunha, Ministro do Ultramar, de 18 de Dezembro de 1969, AHD/MU/GM/GNP/RNP/0607/02697.

16. Sousa Dias referia-se a Niddrie como um “bom amigo” de Portugal, depois de mencionar o artigo publicado no *Journal of the American Portuguese Cultural Society*. “Of. 4654 ao Ministro do Ultramar”, de 29 de Agosto de 1968, AHD/MU/GM/GNP/RNP/0396/10636.

17. Tratava-se do artigo “Letter from Angola: Eight Years After the Terror” (Niddrie, 1969). Cf. Serviços de Informação e Imprensa do MNE para o GNP, de 26 de Junho de 1972, AHD/MU/GM/GNP/RNP/0396/10636.

18. PIDE/DGS, “Inf. N.º 1057-SC(CI (2))”, de 26 de Setembro de 1968, AHD/MU/GM/GNP/RNP/0396/10636.

19. Comentário a PIDE/DGS, “Inf. N.º 1057-SC(CI (2))”, de 15 de Outubro de 1968, AHD/MU/GM/GNP/RNP/0396/10636.

20. Serviços de Informação e Imprensa do MNE para o GNP, de 26 de Junho de 1972, AHD/MU/GM/GNP/RNP/0396/10636.

21. Foi Ribeiro da Cunha quem lhe comunicou as desculpas de Spínola, “Carta de Alexandre Ribeiro da Cunha a David L. Niddrie”, de 28 de Novembro de 1972. Veja-se toda a troca de correspondência entre Niddrie e Alexandre Ribeiro da Cunha em 1972, em AHD/MU/GM/GNP/RNP/0396/10636.

22. Por exemplo, com Afonso Mendes, Diretor do ITPAS. V. Cruz, 2014: 118-119.

23. Mais concretamente, Bender sugeriria que existia um conjunto de explicações alternativas às conclusões de Lucien Pye acerca da relação entre uma autoridade parental errática e a formação de uma personalidade desadequada a uma burocracia governamental moderna. Nessas explicações alternativas, Bender colocava os fatores institucionais da burocracia que podiam fazer dos funcionários públicos trabalhadores inseguros. Isto a propósito do caso birmanês. Para além disso, acusava Pye de “impor os seus valores à cultura que ele estava a estudar” (Bender, 1967: 400, n. 50). Cf. Pye, 1962.

24. Alguns dos mais conhecidos foram Basil Davidson, John Marcum, Bernard Rivers e Olle Wästberg.

25. Veja-se, por todos, Pélissier, 1974:47-64.

26. Entre aspas as citações retiradas de Niddrie.

27. Para a estratégia de contra-insurreição da Rhodesian Front de Ian Smith na Rodésia, altamente desumanizada e deliberadamente descentrada da conquista da adesão das populações africanas, ver, entre outros, Evans, 2007; para a política de deslocação e concentração das ujamaa na Tanzânia de Nyrere, sobretudo na fase da radicalização iniciada em Novembro de 1973, ver Hyden, 1980: 96-154.

28. De entre os quais se contavam economistas e politólogos que antecederam Samuel Huntington na sua rutura radical com as teorias da modernização, como Mancur Olson. Veja-se Olson, 1963.

29. Por exemplo, a Association of Concerned African Scholars (Jones, 2015: 122).

30. Cf. toda a correspondência trocada entre Gerald Bender e Justino Mendes de Almeida, Presidente da Junta de Investigações do Ultramar em Arquivo da Junta de Investigações do Ultramar (AJIU), Processo 1121. Sem a generosidade de Cláudia Castelo, que me facultou o processo de Bender à guarda do arquivo da antiga JIU, esta análise teria ficado ainda mais incompleta do que está.
31. O secretário-geral da APEU foi perentório: “será escusado dizer-lhe que esta Associação não está disposta a usar de filantropias relativamente à compra da biblioteca referida (...)”. Nota manuscrita apensa a folha de guarda fotocopiada do livro de Davidson (Davidson, 1973), AJIU, Processo 1121.
32. Cf. abaixo. Para o percurso de Samuels, que atribuiu a Abshire o convite para trabalhar, logo em 1970, no State Department, ocupando o cargo de Assistant Secretary for Congressional Relations, onde iniciou uma longa carreira diplomática, ver entrevista por ele concedida a Charles Stuart Kennedy (Kennedy, 1991).
33. Carta de Gerald Bender a Kenneth Downs, de 20 de Abril de 1973, pp. 1-2, AJIU, Processo 1121. Inglês no original.
34. Carta de Gerald Bender a Justino Mendes de Almeida, de 15 de Março de 1973, AJIU, Processo 1121.
35. *Idem*, p. 2.
36. É também de ter em conta que Bender terá contactado pela primeira vez com o modelo do desenvolvimento comunitário ainda ao tempo da sua licenciatura em ciência política na Universidade do Minnesota, quando se deslocou à Nigéria no âmbito de uma escola de verão, em 1963. Também Michael Samuels, durante o seu mestrado num programa novo da Universidade de Colúmbia, o “Teachers College”, foi enviado para a recém-independente Nigéria em meados de 1962, para lecionar numa escola privada rural. Não sem antes se ter treinado no Reino Unido. Seria importante perceber como é que a relação entre as universidades americanas e o regime neo-colonial britânico permitiu o contacto de uma série de jovens cientistas sociais com os métodos desenvolvimentistas deixados pelos britânicos e ainda operativos num período de grande instabilidade política naquele país (OAC, s.d.; Kennedy, 1991: 3).
37. Para uma visão genérica do papel das fundações americanas na consolidação da hegemonia americana depois de 1945, veja-se, entre outros, Parmar, 2002. Para um relato de antigos funcionários da Ford acerca da contribuição da fundação para a criação dos estudos africanos, Sutton e Smock, 1976. Uma crítica da leitura internalista e puramente académica da revolução behaviourista na ciência política, focando a intervenção decisiva da Ford, pode ser encontrada em Hauptmann, 2012.
38. Castelo alarga assim às colónias a perspetiva crítica de Frederico Ágoas à ideia-comum de que a sociologia não teve espaço de afirmação na metrópole durante o regime de Salazar e Marcello Caetano (Ágoas, 2010).
39. Robert K. Merton, “A note on science and democracy”, *Journal of Legal and Political Sociology*, 1 (1942) pp. 115-126; *Idem*, *The Sociology of Science. Theoretical and Empirical Investigations* (Chicago: The University of Chicago Press, 1973) pp. 257-260.
-

RESUMOS

Este artigo problematiza a objetividade dos aldeamentos estratégicos e da política de reordenamento rural planeados e aplicados pelas autoridades portuguesas durante a guerra

colonial em Angola (1961-1974) – até que ponto a ciência social feita em cima dos acontecimentos representou esse dispositivo de uma forma distanciada? São poucos os estudos atuais que, ao tratarem sobre a Angola colonial e pós-colonial, não refiram o trabalho seminal do cientista político africanista Gerald J. Bender. Baseado numa rede de fontes mais ou menos conservadoras, esse trabalho foi acompanhado de perto pela polícia política portuguesa e ultramarina, mas também pela CIA e por várias instâncias de controlo transnacional. Neste artigo, procuro compreender a posição de Bender, enquanto intelectual global, a respeito da sua análise aos aldeamentos estratégicos de Angola. A sua interpretação, publicada originalmente na *Comparative Politics*, resultou no contributo pioneiro do caso angolano para a ciência política internacional. Comparando a posição de Bender com a de um outro reputado académico americano, o geógrafo David Niddrie, – que propôs uma leitura bem diferente e colada à propaganda do regime – tento explicar de que forma as representações desses processos de deslocação e reassentamento populacional, tratados hoje como variáveis empíricas, foram, na verdade, moldados por políticas deliberadas de controlo científico (uma norte-americana e outra portuguesa).

The aim of this paper is to problematize the objectivity of Portuguese strategic hamlets and villagization policy designed and applied during the colonial war in Angola (1961-1974). To what extent have social science studies produced during the events depicted those apparatuses in an impartial and detached fashion? There are few current studies on colonial and post-colonial Angola that do not mention the seminal work of the Africanist political scientist Gerald J. Bender. Grounded on a network of more or less conservative sources, Bender's research outputs were closely followed by the Portuguese metropolitan and overseas political police, but also by CIA agents and several instances of transnational control. I seek to understand Bender's position as a global intellectual with respect to his analysis of strategic resettlement in Angola. His interpretation, firstly published in *Comparative Politics*, resulted in the pioneering contribution of the Angolan case to the international political science field. By comparing Bender's position-taking with that of another reputed American scholar, the geographer David Niddrie – who proposed quite a different reading that was closer to the Portuguese regime's propaganda – I try to explain how the representations of the programs of population relocation and concentration, that are today treated as empirical variables, were, in fact, shaped by deliberate policies of scientific control (one North American, the other Portuguese).

El objetivo de este artículo es problematizar la objetividad de la política portuguesa de aldeas estratégicas diseñada y aplicada durante la guerra colonial en Angola (1961-1974). ¿Hasta qué punto los estudios de ciencias sociales producidos durante los eventos han representado esos aparatos de manera imparcial y objetiva? Hay pocos estudios actuales sobre la Angola colonial y poscolonial que no mencionen el trabajo seminal del politólogo africanista Gerald J. Bender. Basado en una red de fuentes más o menos conservadoras, los resultados de la investigación de Bender fueron seguidos de cerca por la policía política metropolitana y de ultramar portuguesa, pero también por agentes de la CIA y varios casos de control transnacional. Busco comprender la posición de Bender como intelectual global con respecto a su análisis del reasentamiento estratégico en Angola. Su interpretación, publicada por primera vez en *Comparative Politics*, resultó en la contribución pionera del caso angoleño al campo de la ciencia política internacional. Al comparar la toma de posición de Bender con la de otro reputado estudioso estadounidense, el geógrafo David Niddrie –quien proponía una lectura muy diferente y más cercana a la propaganda del régimen portugués– trato de explicar cómo las representaciones de los programas de desplazamiento y concentración de población, que hoy son tratadas como variables empíricas, fueron, de hecho, moldeadas por políticas deliberadas de control científico (una norteamericana, la otra portuguesa).

L'objectif de cet article est de problématiser l'objectivité des hameaux stratégiques portugais et la politique de villagisation conçue et appliquée pendant la guerre coloniale en Angola (1961-1974). Dans quelle mesure les études en sciences sociales produites pendant les événements ont-elles décrit ces dispositifs de manière impartiale et détachée? Il existe peu d'études actuelles sur l'Angola colonial et postcolonial qui ne mentionnent pas les travaux fondateurs du politologue africaniste Gerald J. Bender. Fondées sur un réseau de sources plus ou moins conservatrices, les recherches de Bender ont été suivies de près par la police politique portugaise métropolitaine et d'outre-mer, mais aussi par des agents de la CIA et plusieurs instances de contrôle transnational. J'essaie de comprendre la position de Bender en tant qu'intellectuel global par rapport à son analyse de la réinstallation stratégique en Angola. Son interprétation, publiée pour la première fois dans *Comparative Politics*, a été la contribution pionnière du cas angolais au domaine international des sciences politiques. En comparant la prise de position de Bender avec celle d'un autre savant américain réputé, le géographe David Niddrie – qui en proposait une tout autre lecture, plus proche de la propagande du régime portugais –, j'essaie d'expliquer comment les représentations des programmes de relocalisation et de concentration des populations, aujourd'hui traitées comme des variables empiriques, ont en fait été façonnées par des politiques délibérées de contrôle scientifique (l'une nord-américaine, l'autre portugaise).

ÍNDICE

Palabras claves: guerra colonial, Angola, Gerald Bender, David Niddrie, contrasubversión, la ciencia política, geografía

Índice cronológico: 1961-1974

Índice geográfico: Angola

Palavras-chave: guerra colonial, Angola, Gerald Bender, David Niddrie, contra-subversão, ciência política, geografia

Keywords: colonial war, Angola, Gerald Bender, David Niddrie, counter-insurrection, political science, geography

Mots-clés: guerre coloniale, Angola, Gerald Bender, David Niddrie, contre-insurrection, sciences politiques, géographie

AUTOR

BERNARDO PINTO DA CRUZ

Instituto Português de Relações Internacionais - IPRI/NOVA, FCSH; Colégio Almada Negreiros, Lisboa (Portugal); Email: bernardo.pintocruz@fcsh.unl.pt; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0249-6823>

Geopolíticas da descolonização

As diplomacias subalternas da África lusófona (1961-1974)

Geopolitics of decolonisation: the subaltern diplomacies of Lusophone Africa (1961-1974)

Geopolítica de la descolonización: las diplomacias subalternas del África lusófona (1961-1974)

Géopolitique de la décolonisation : les diplomaties subalternes de l'Afrique lusophone (1961-1974)

Federico Ferretti

Tradução : Daniel Dutra

NOTA DO AUTOR

Este artigo é uma versão revista e traduzida de: F. Ferretti, 2021, “Geopolitics of decolonisation: the subaltern diplomacies of Lusophone Africa (1961-1974)”, *Political Geography* n. 85 (102326). Agradecemos aos editores de *Political Geography* a autorização para publicar este texto, e especialmente a Kevin Grove e Sonia Pratt, por facilitarem este processo. Tradução de Daniel Dutra.

“Mário: — ‘Todo esse papel? É muito papel gasto com essa guerra’.

Armando: — ‘Sem papel, essa guerra não teria história alguma’”

(Davidson, 2017: 101)

- 1 Este artigo aborda as estratégias geopolíticas que foram conduzidas pelos movimentos de libertação nacional da África lusófona entre as décadas de 1960 e 1970 nos campos da produção cultural, da comunicação internacional multilíngue e das redes intelectuais transnacionais. O estudo se concentra principalmente na diplomacia política e acadêmica que intelectuais como Amílcar Cabral (1924-1973), Mário Pinto de Andrade (1928-1990), Agostinho Neto (1922-1979), Eduardo Mondlane (1920-1969) e Marcelino

dos Santos (1929-2020) promoveram na busca por um consenso mundial para sua causa em termos de política, de opinião pública e do mundo intelectual. Esses estudiosos e ativistas atuaram nos circuitos transnacionais da CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas). Fundada em Casablanca em 1961, essa associação representou a aliança entre as principais organizações anticolonialistas da chamada “África Portuguesa”, o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) da Guiné-Bissau e Cabo Verde, o CLSTP (Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe) de São Tomé e Príncipe, o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) angolano e a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) moçambicana. Embora esses partidos não fossem representativos da totalidade das organizações nacionalistas que atuavam nesses países, o estudo se concentra nesses grupos e seus líderes, especialmente Cabral, devido às suas atividades transnacionais comuns e estratégias de comunicação.

- 2 De fato, os movimentos anticoloniais lusófonos eram muitas vezes divididos em várias clivagens étnicas, políticas ou sociais (Opello, 1975), e os arquivos pós-coloniais podem ter silenciado diversos ativistas e organizações, acerca dos quais será necessário conduzir mais investigações. Eu escolho focalizar nessas fontes porque esses ricos arquivos, os quais se tornaram disponíveis recentemente, expressam claramente o compromisso das pessoas e organizações acima mencionadas com a promoção de redes intelectuais transnacionais enquanto parte integrante de sua luta política. Isso também se alinha à argumentação de Marcus Power, que definiu o MPLA, o PAIGC e a FRELIMO como “as três principais forças de libertação” (Power, 2001: 469) na África lusófona, mencionando Neto, Mondlane e Cabral entre os produtores de “contranarrativas importantes” (Power, 2001: 487) da guerra que o governo português travou contra os movimentos anticoloniais. Para conduzir sua guerra de libertação, esses intelectuais usaram redes internacionais e produção cultural multilíngue enquanto dispositivos geopolíticos, tão importantes quanto vitórias em campo de batalha militar (Gomes, 2010). A relevância da estratégia desses intelectuais é indiretamente confirmada pelos estudos de historiadores para os quais a guerrilha, por si só, teria sido insuficiente no tocante à libertação das longevas colônias portuguesas na África (MacQueen, 1997), uma vez que o golpe decisivo contra o domínio português foi desferido por um evento da política interna portuguesa, isto é, a Revolução dos Cravos de 1974, que pôs fim à ditadura de inspiração fascista de António de Oliveira Salazar e de seu sucessor, Marcello Caetano. No entanto, essa mudança de regime político não se manteve alheia a frustrações relativas à guerra africana (Power, 2001; Sidaway e Power, 2005), tampouco à propaganda política de dissidentes portugueses ligados a movimentos anticoloniais, tal como explico a seguir.
- 3 Sidaway e Power analisaram a natureza geopolítica dos discursos públicos do Estado português à época da ditadura. Segundo esses geógrafos, uma “obsessão imperial” (Sidaway e Power, 2005: 527) havia sido parte constitutiva e essencial aos discursos nacionalistas e à continuidade do regime de Salazar. Esses discursos eram reforçados por mapas de propaganda, os quais mostravam em que medida a extensão das longevas possessões portuguesas ultramarinas promovia uma vingança simbólica contra ideias segundo as quais Portugal seria um país “pequeno” e “marginal”. Com base na obra do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre e sua noção de miscigenação enquanto a assimilação “positiva” de características raciais brancas por parte de negros e indígenas, da qual resultaria uma “geopolítica luso-tropical” (Sidaway e Power, 2005:

530), Salazar afirmou que as colônias asiáticas (Goa até ao início dos anos 1960, e Timor Leste até 1975) eram partes intrínsecas da “Pátria” lusitana (Sidaway e Power, 2005: 539), ressaltando assim a estreita ligação entre império e nação, característica do seu regime (Cairo, 2006). Opondo-se a essa posição, Cabral argumentou: “Confundindo, talvez involuntariamente, realidades (ou necessidades) biológicas e realidades socio-econômicas (históricas) [Gilberto Freyre] fizera de todos nós, povos das colônias-províncias portuguesas, os felizes habitantes do paraíso lusotropical” (Cabral, 2017: 182). É possível argumentar que a história da descolonização africana expurgou essas narrativas luso-tropicalistas.

- 4 Na guerra das colônias africanas contra o imperialismo português, ambos os lados se afirmaram como sendo a vanguarda dos seus respectivos “mundos”, a saber, o “Mundo Livre” (em referência ao Bloco Ocidental) no que se referisse a Portugal, e os mundos descolonizados e socialistas no tocante aos dos anticolonialistas. Ambos os lados travaram suas batalhas no campo da produção cultural e da mídia, o que incluía transmissões de rádio (Power, 2000). Meu principal argumento é que, para os anticolonialistas africanos, o uso da cultura, da escolarização e da comunicação em prol da construção externa e interna do imaginário nacional era entendido como uma de suas principais armas e como parte de uma diplomacia intelectual específica, que culminou no que pode ser definido como uma estratégia geopolítica subalterna. Essa estratégia implicou a elaboração de discursos públicos voltados para a atenção da opinião pública mundial, e que se contrapusessem à “geopolítica do desenvolvimento” então dominante (Power, 2019), ou seja, de acordo com Power, foram estratégias que serviram à contra-insurgência no recém-descolonizado “Terceiro Mundo”.
- 5 Este artigo amplia a literatura que analisa reivindicações de atores geopolíticos não pertencentes ao âmbito do Estado ou não convencionais enquanto geopolítica subalterna ou liminar (Jones e Clark, 2015; Sidaway, Mamadouh e Power, 2013; Sharp, 2011, McConnell, 2016; McConnell e Dittmer, 2018). Para tanto, aborda-se este caso como um exemplo específico da contrageopolítica africana lusófona do desenvolvimento, a qual se opôs conscientemente à retórica neocolonial do desenvolvimento. Embora o uso do termo “subalterno” para identificar esses atores e redes não seja uma operação simples, e a despeito da natureza controversa dessa definição (Spivak, 2010), eu me baseio na noção de geopolítica subalterna de Sidaway, a qual denomina esses regimes “cujos códigos geopolíticos se definem por meio de uma referência a tal entendimento, às vezes misturados com visões contra-hegemônicas e populismo, (...) principalmente os pós-coloniais ou pós-revolucionários, que desafiam o *status quo* anterior” (Sidaway, 2012: 296-297). Alguns desses regimes decorreram dos movimentos anticoloniais dos quais a África lusófona produziu exemplos marcantes, que são discutidos aqui. Recentemente, a definição de “geopolítica subalterna” foi expandida de modo a incluir “visões globais de resistência subalterna ao imperialismo, incorporadas pela Conferência de Bandung e pela Conferência Tricontinental” (Cheong, 2019: 989) juntamente com a definição de “realismo subalterno” para explicar as experiências de “estados subalternos” (Cheong, 2019: 993), as quais são, muitas vezes, pós-coloniais (Craggs, 2018). Embora ainda não seja tarefa fácil localizar representantes do Estado que não careçam de meios para fazer com que suas vozes sejam ouvidas e que sejam, sem dúvida, a elite no campo “subalterno”, a reunião Tricontinental, realizada em Cuba em 1966, incluiu atores estatais e representantes de movimentos de guerrilha colonial, como as organizações da CONCP.

- 6 Esses representantes (incluindo Cabral) podem encarnar, em certa medida, a figura do “intelectual orgânico” descrita por Antonio Gramsci, tal como já foi observado, por exemplo, por diversos estudos referentes a Moçambique (Munslow, 1983). Essa figura encarna as contradições da subalternidade, dado que as intermediações de intelectuais contribuem para silenciar ainda mais o “subalterno”, tal como observou Gayatri Spivak em sua crítica a Foucault e Deleuze, opondo-se à “crença de que teoria é prática” (Jazeel, 2019: 184). No entanto, embora Cabral e seus amigos tenham sido intelectuais, eles também foram ativistas e combatentes que participaram de operações de campo. Portanto, eles fundiram teoria e prática de uma maneira que se alinha aos recentes estudos geográficos pós-coloniais e subalternos, os quais definem a geopolítica subalterna como “práticas de produção de conhecimento geopolítico que estão fora dos binários geopolíticos tradicionais de dominação e resistência política” (Jazeel, 2019: 193) e que pode ser abordada por meio de “estudos etnográficos, arquivísticos e analíticos” (Jazeel, 2019: 194).
- 7 Finalmente, a noção de “geopolítica liminar”, de modo semelhante à de subalternidade, é atualmente aplicada a atores geopolíticos não pertencentes (ou ainda não pertencentes) ao âmbito do Estado, assim como a suas respectivas diplomacias, ao mesmo tempo em que enfatiza a importância do arquivo (Dittmer, 2017) e a ideia de uma “barreira” que tais atores liminares precisam atravessar de modo a adquirir legitimação institucional (McConnell e Dittmer, 2017). Este conceito explica a periodização adotada neste estudo, a qual se inicia em 1961, com a fundação da CONCP, e termina em 1974, com o colapso do império português (o prelúdio das independências, que seriam formalizadas no ano seguinte). Pode-se reconhecer que, nesse momento, o período “liminar” da luta anticolonial terminou, uma vez que as nações africanas lusófonas cruzaram o “limite” da condição estatal.
- 8 Além disso, este artigo amplia e conecta estudos geográficos em prol de mais investigações acerca de culturas de descolonização, de internacionalismo e de anticolonialismo, sobretudo ao incluir perspectivas que não sejam oriundas do Norte Global e anglófonas (Craggs e Neate, 2019; Clayton e Kumar, 2019). Geografias do internacionalismo têm focado recentemente na natureza transnacional das redes antirracistas e pacifistas, bem como em suas interações com movimentos anticoloniais (Hodder, Legg e Heffernan, 2015; Hodder, 2017). Jake Hodder investigou as viagens para a África realizadas pelo ativista negro estadunidense Bayard Rustin, que se relacionava com os líderes anticoloniais Kwame Nkrumah e Nnoma Oziye na década de 1950. De acordo com Hodder, essas reuniões inspiraram Rustin em sua síntese original de pan-africanismo, lutas afro-americanas e pacifismo, a qual contrariava os estereótipos europeus acerca da suposta incapacidade dos povos africanos no sentido de desenvolver suas habilidades democráticas, chegando até mesmo a argumentar em prol de um “modelo social e político africano de democracia, centrado na cultura prístina da aldeia africana (...) que dissipasse a falsa ideia segundo a qual os negros seriam de algum modo incapazes de civilização” (Hodder, 2016: 1366). Estudos recentes de Andrew Davies mostram a relevância de ler os movimentos anticoloniais mediante a análise de suas redes transnacionais, suas espacialidades e seu “conjunto diversificado de atividades, as quais produziram de forma crucial novas geografias do mundo” (Davies, 2019a: 2). Para Davies, seria reducionista confinar esses movimentos ao passado ou considerá-los como meras reações à dominação colonial. Nesse sentido, espera-se que os geógrafos sejam mais engajados com a noção de anticolonialismo,

devido à sua capacidade de criar “novos espaços revolucionários pelos quais um mundo alternativo poderia ser imaginado” (Davies, 2019a: 14), sendo até mesmo capaz de atravessar fronteiras entre diferentes abordagens políticas, como o anarquismo, o marxismo, o humanismo e o nacionalismo.

- 9 Além disso, este artigo traz subsídios para pesquisas que enfatizam a importância da rede transnacional anticolonialista e antirracista (Featherstone, 2015) e o papel criativo que o exílio é capaz de desempenhar nas carreiras de acadêmicos e ativistas (Ferretti, 2018). Estudos recentes sobre geografias subalternas têm defendido a centralidade de lugares, espaços e mobilidades na compreensão de situações coloniais e pós-coloniais (Jazeel e Legg, 2019), enfatizando o envolvimento direto de geógrafos europeus e latino-americanos na descolonização africana (Ferretti, 2020; Sharp, 2019). Opondo-se a narrativas dominantes que subestimam a agência subalterna no quadro binário da Guerra Fria, Power demonstrou em que medida diversos atores do “Terceiro Mundo” implementaram de forma autônoma sua geopolítica de desenvolvimento: “Cuba e Vietnã desafiaram não apenas Washington” (Power, 2019: 98), mas também as diretrizes de Moscou, ainda que a propaganda política ocidental fingisse que os movimentos sociais no “Terceiro Mundo” eram basicamente tramas soviéticas. Embora as organizações da CONCP solicitassem algum tipo de auxílio econômico ou militar à União Soviética e aos países do Leste Europeu, ou em menor grau à China, dada a popularidade de algumas visões do maoísmo como “globalismo subalterno” (Power, 2019: 143), elas geralmente buscavam suas próprias versões de socialismo, que nem sempre correspondiam aos esquemas estabelecidos. Mesmo o geógrafo anticolonialista francês Jean Suret-Canale (1921-2007), cujos arquivos estão entre as fontes primárias analisadas neste artigo, criticou de forma severa as políticas russas na África Ocidental, apesar de sua ortodoxia política enquanto membro do Partido Comunista Francês (Suret-Canale, 2011).
- 10 Este artigo é baseado em dois conjuntos de coleções de arquivos excepcionais e multilíngues. A primeira coleção inclui as pastas “lusófonas” dos enormes arquivos pessoais de Suret-Canale, os quais sobrevivem nos Arquivos Departamentais de Seine-Saint Denis, em Bobigny (França), e cobrem propaganda internacional e correspondência do PAIGC, do MPLA e da FRELIMO. Esses materiais elucidam especialmente o estabelecimento do *Comité national de soutien de la lutte de libération dans les Colonies Portugaises* (CNSLCP) francês, em 1969, o qual sucedeu ao *Comité de Soutien à l'Angola et aux Peuples des Colonies Portugaises*,¹ que anteriormente operava em Paris. O segundo conjunto de documentação engloba os materiais dos arquivos de Amílcar Cabral e Mário Pinto de Andrade, consultáveis online no site da Fundação Mário Soares e Maria Barroso em Lisboa, e esclarece a rede internacional e as atividades intelectuais desses líderes não convencionais. Na primeira parte do meu artigo, abordo as atividades de Cabral mediante lentes geopolíticas. Na segunda parte, analiso a “diplomacia intelectual” que líderes lusófonos africanos conduziram com o intuito de conquistar as simpatias da “República das Letras” internacional no contexto da Guerra Fria. Na terceira parte, analiso as redes internacionais mais amplas por eles formadas de modo a estabelecer o campo geopolítico subalterno que serviu ao seu propósito imediato, ou seja, acabar com a opressão colonial portuguesa.

Cabral e geopolítica

- 11 Amílcar Cabral é, sem dúvidas, a figura mais famosa do movimento de libertação da África lusófona. Sua obra se inclui ao lado das obras de autores como Frantz Fanon e Aimé Césaire, situando-se entre as referências intelectuais “não eurocêtricas” para estudiosos do grupo Modernidade-Colonialidade-Decolonialidade (Mignolo, 2010). É considerada uma grande referência para a Teoria Crítica Africana por Reiland Rabaka (2009, 2014 e 2016), bem como uma referência para uma “agronomia da libertação” por Filipa César (2018), e para a descolonização pelos biógrafos de Cabral (Chabal, 2003; McCulloch, 2019). No entanto, poucos estudos investigam o rico arquivo de Cabral, e sua contribuição quase não é analisada através de lentes geográficas ou geopolíticas. Esta seção é uma primeira tentativa de preencher essa lacuna.
- 12 Nascido em 1924 em uma família mista guineense e cabo-verdiana, Amílcar Cabral pertencia ao grupo de estudantes africanos relativamente privilegiados que podiam frequentar a universidade em Lisboa. Residiu desde 1945 na Casa dos Estudantes do Império, que mais tarde foi “condenada como subversiva e encerrada pelo governo em 1965” (Chilcote, 1972: xxx). Aí, em 1948, Cabral co-fundou um “Centro de Estudos Africanos”, o qual foi considerado um marco para a história do pan-africanismo e dos movimentos da Negritude (Adi, 2018: 186). Cabral fundou o Centro junto a alguns dos futuros líderes das lutas angolanas e moçambicanas pela libertação, entre os quais Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade e Marcelino dos Santos (Davidson, 2017). Esta rede estudantil inicial é fundamental para entender os esforços anticoloniais da África lusófona, pois ela antecipou algumas das principais características das organizações que foram em seguida lideradas por esses intelectuais, tais como o transnacionalismo, o multilinguismo, a formação de redes em âmbito global e a ênfase na comunicação pública e na alfabetização das pessoas. Em um de seus textos-chave sobre libertação nacional e cultura, Cabral aborda explicitamente a ideia de “resistência cultural” (Cabral, 1974: 12) reivindicando-a com o intuito de redescobrir as histórias negligenciadas ou recusadas dos povos africanos, de modo a habilitá-las enquanto uma arma capaz de combater o colonialismo e construir uma consciência nacional.
- 13 Esses intelectuais rejeitaram os pressupostos acríticos de modelos pré-definidos oriundos do “Norte”. Segundo eles, esses modelos precisavam de releituras substanciais e de adaptações específicas às realidades africanas. Um exemplo relevante é o debate acerca do suposto “marxismo” de Cabral, ao qual muitas vezes se faz referência como se fosse algo evidente, ainda que o próprio líder guineense tenha sempre se distanciado criticamente de todas as ideologias de origem europeia, mostrando-se mesmo irritado com as perguntas que constantemente recebia do público europeu acerca da “ideologia” do PAIGC. Isso ficou evidente em uma série de conferências que Cabral realizou em Londres, em 1971, quando respondeu que “ideologia não é religião” e que as distinções entre seitas ideológicas não se relacionavam à sua luta: “Se você quer chamá-la de marxista, pode chamá-la de marxista. Essa é uma responsabilidade sua... Sou um combatente pela liberdade em meu país... Se você decidir que não se trata de marxismo,... não é marxismo. Porém, esses rótulos são um problema seu” (Cabral, 1973: 25). Embora estudiosos marxistas tenham conseguido incluir algumas páginas onde Cabral nem sequer menciona Marx, Engels, Lenin ou Gramsci em uma antologia de “textos essenciais” do marxismo (Cabral, 1988), eu desconfio das pretensões referentes ao monopólio marxista sobre tudo que se situa no campo socialista. Em relação ao

PAIGC, Cabral afirmou com clareza (o que foi válido, portanto, ao menos até sua morte): “Não somos um partido comunista, tampouco um partido marxista-leninista... tudo o que posso dizer é que, no presente momento, nossa luta está dando certo” (Cabral, 1971: 55).

- 14 Isso também se confirma por meio dos arquivos de Cabral, nos quais há vestígios dos debates do PAIGC sobre a possível publicação de uma tradução portuguesa do *Manifesto* de Marx e Engels, junto a outros livros e folhetos sobre a história africana e fundamentos de filosofia. Cabral recomendou adaptar sobretudo o Manifesto “ao entendimento dos camaradas do P[AIGC]”.² Em suas discussões acerca da “Teoria Crítica Africana”, Rabaka observa com precisão como “Cabral distinguiu sua própria teoria crítica daquelas de Marx e de seus discípulos (...) reiterando aos seus camaradas marxistas europeus (e, muitas vezes, extremamente eurocêntricos): ‘Marx não escreveu acerca da África’” (Rabaka, 2009: 232). De modo decisivo, Rabaka enfatiza a originalidade da “junção promovida por Cabral entre a arma da teoria e a práxis revolucionária: modificando criticamente o marxismo, o materialismo dialético e histórico, o nacionalismo e o humanismo, porém sem repudiá-los (...). Argumentar que Cabral foi um marxista é algo que, em vários aspectos, conceitualmente o aprisiona, assim como sua teoria crítica e sua práxis revolucionária, dentro do mundo eurocêntrico do marxismo” (Rabaka, 2009: 241). Embora essa ideia complemente a fusão de diferentes abordagens políticas dentro das lutas anticoloniais que foi destacada acima, cabe ressaltar que o anticolonialismo africano lusófono inicialmente se orientava, de um modo geral, para práticas que não se reduziam a receitas teóricas importadas, tal como observado por Patrick Chabal (2003), o que confirma a necessidade mencionada acima no sentido de considerar as teorias junto com as práticas. Rabaka enfatiza em que medida a redescoberta do pensamento de Cabral atualmente pode contribuir para o “crescimento de várias tradições transnacionais de descolonização revolucionária, humanismo revolucionário, multiculturalismo crítico, socialismo democrático, justiça racial, justiça de gênero, libertação das mulheres, [e] liberdade de orientação sexual” (Rabaka, 2016: 32-33). Nesse sentido, eu afirmaria que uma análise geopolítica das obras e dos arquivos de Cabral confirma que tal entusiasmo pela sua releitura nos dias de hoje não é algo sem justificativas.
- 15 Embora vários dos escritos publicados de Cabral tenham sido traduzidos para o inglês e discutidos por vários autores, concentro-me aqui em alguns aspectos menos conhecidos de sua obra que podem ser lidos mediante lentes geopolíticas. Esses aspectos se relacionam principalmente ao engajamento transnacional de Cabral e seus amigos, que se destacaram no panorama mais amplo da descolonização ao se colocarem explicitamente “contra os nacionalismos estreitos” (Cabral, 1971: 15). Eles continuamente se opuseram a todas as formas de ódio racial contra europeus ou brancos, insistindo na distinção fundamental entre o “governo colonial fascista e o povo de Portugal”: “Temos convicção de que a eliminação do colonialismo português resultará na destruição do fascismo português” (Cabral, 1971: 15-16). No campo da diplomacia internacional, Cabral e seus amigos jogaram com habilidade a carta de pedido de solidariedade contra um regime fascista.
- 16 Nas suas intervenções em assembleias e comissões das Nações Unidas, para as quais eram convidados desde o início da década de 1960, os anticolonialistas da CONCP denunciavam constantemente os crimes do regime português usando a terminologia do antifascismo, por exemplo, ao denunciar a existência de “campos de concentração” em

- Cabo Verde e Angola (Cabral, 1971: 19). Geopoliticamente, a análise deles se concentrava na necessidade de se opor à ampla aliança estabelecida entre o Portugal de Salazar, a Espanha de Franco e os regimes racistas da África do Sul e da Rodésia, aliados contra sua luta anticolonial. Como Power observou, “Portugal foi fortemente influenciado pelo desenvolvimento da contrainsurgência na vizinha Rodésia” (Power, 2001: 474). Contra esse pano de fundo, os anticolonialistas africanos se autodenominavam “soldados da humanidade” (Cabral, 1971: 65) e declaravam a natureza transnacional de seu movimento, composto pelas “primeiras colônias a se unirem” (Cabral, 1971: 69). Eles buscaram conexões com as lutas dos movimentos afro-americanos e os movimentos contrários à guerra do Vietnã nos Estados Unidos.
- 17 Contudo, em um discurso para uma plateia negra estadunidense, Cabral continuou a reivindicar a autonomia de sua luta perante qualquer direção externa, observando com ironia que, apesar da admiração que ele (e seus interlocutores) nutriam por Nkrumah enquanto uma referência para o pan-africanismo, “Nkrumah não foi o pai do pan-africanismo. Um americano, DuBois, foi o pai, se vocês assim o desejarem” (Cabral, 1973b: 91). No entanto, foi também graças a essas redes “negras” que Cabral conseguiu reivindicar sua última vitória diplomática em janeiro de 1973, poucas semanas antes de seu assassinato em Conacri. “A resolução histórica do Conselho de Segurança, que, sob sua primeira Presidenta mulher, a nossa irmã e camarada guineense Jeanne Martin Cissé, aprovou, por unanimidade, uma resolução condenando o colonialismo português e exigindo que o governo português cesse a guerra colonial na África” (Cabral, 1973b: 103).
- 18 No caso específico do PAIGC (que nem sempre foi igual ao de suas organizações-irmãs), a ajuda solicitada a outros países incluía propaganda, armas e medicamentos, mas excluía de modo categórico os combatentes estrangeiros. Como Cabral teria dito: “Não queremos voluntários (...) e os devolveremos caso eles se apresentem. (...) Eles roubariam do meu povo a única chance de alcançar um significado histórico para si próprio, o de reafirmar sua própria história, de recapturar sua própria identidade” (Davidson, 2017: 1599). Essa independência diante “das diretivas soviéticas ou chinesas” (Chilcote, 1969: 386) foi também observada pelo especialista em Brasil e em África lusófona de Riverside, Ronald Chilcote, que editou e traduziu para o inglês uma impressionante coleção de documentos das organizações da CONCP e de outros partidos africanos até 1965 (Chilcote, 1972), e se correspondia diretamente com Cabral para obter materiais em primeira mão.³ O objetivo de Cabral no sentido de conquistar a simpatia de grupos estrangeiros implicava destacar as escolhas éticas que os guerrilheiros faziam no que se referisse ao tratamento tanto de prisioneiros quanto de civis: “No início de nossa luta havia camaradas que (...) sugeriram que cometêssemos certas atrocidades. Porém, nós recusamos (...) Quem pegou em armas e desertou não será mais considerado um inimigo: trata-se de um ser humano que deve ser bem tratado” (Cabral, 2016: 84-85). Por outro lado, Power descreve uma espécie de “síndrome do Vietnã” entre os portugueses, que experimentaram “o tédio e o medo psicológico; relações contraditórias e atividades criminosas; o horror e o sofrimento” (Power, 2001: 463).
- 19 Por fim, vale a pena notar que um dos primeiros panfletos contendo os estatutos e o programa do PAIGC que circulava em francês, que era então uma espécie de língua franca dos movimentos anticolonialistas, esboçava um programa socialista ao mesmo tempo que apresentava slogans com um apelo mais amplo. Alguns deles mencionavam

“democratização e emancipação”⁴, e mantinham em aberto várias possibilidades para a organização econômica do futuro Estado independente, o qual deveria se basear na nacionalização dos meios de produção, mas também pressupunha a “exploração cooperativa” desses meios de produção “com base em acordos livres”,⁵ o que parece se aproximar mais da tradição anarquista (com a qual talvez tenham tido contato a partir de exilados espanhóis no Marrocos e na Argélia) do que do socialismo de Estado. Os revolucionários guineenses também defendiam a garantia da inviolabilidade da “propriedade pessoal” das casas e das “poupanças resultantes de trabalho”⁶, assim como a “liberdade religiosa”.⁷ Eles confirmaram a sua “não adesão a blocos militares”,⁸ bem como sua independência perante qualquer influência estrangeira, de maneira semelhante ao que constava dos documentos da FRELIMO e do MPLA, os quais haviam sido aprovados no mesmo ano.⁹ Embora isso pareça se distanciar da “ditadura do proletariado” e soe como um apelo a um apoio internacional heterogêneo, o ponto referente ao “desenvolvimento de línguas autóctones e do dialeto crioulo [uma versão local do português]”¹⁰ introduz a próxima seção, a qual discute como os revolucionários africanos lusófonos buscaram sua própria maneira de construir suas nações descolonizadas, apelando em um primeiro momento para as mentes e corações de seus apoiadores estrangeiros e de seus companheiros combatentes, por meio da diplomacia intelectual, alfabetização e construção de identidade nacional.

A invenção da tradição: histórias, geografias e diplomacia intelectual

Apropriando-se de uma geografia

- 20 A literatura clássica acerca da criação de identidades nacionais tem mostrado a importância de histórias, geografias, línguas e tradições compartilhadas na construção de imaginários nacionais que criem um sentido comum de cidadania (Anderson 1991; Hooson 1994). Esta seção mostra como os anticolonialistas africanos lusófonos performaram isso paralelamente à sua geopolítica transnacional, a qual incluiu uma diplomacia intelectual. Embora esses líderes africanos, em sua maioria intelectuais e escritores, tenham muitas vezes elogiado as línguas indígenas, eles deliberadamente escolheram se comunicar em francês e inglês ao falar para públicos em todo o mundo, além de terem usado o português em suas escolas clandestinas. Cabral disse: “A nossa língua tem que ser o português. E isso é uma honra. É a única coisa que podemos apreciar do *tuga* [o português], pois ele deixou a sua língua depois de ter roubado tanto da nossa terra” (Cabral, 2016: 136). Essa postura correspondia à ideia da “aplicação constante do princípio da assimilação crítica, ou seja, fazer uso daquilo que vem dos outros, mas criticar o que pode e o que não pode ser útil para a nossa terra” (Cabral, 2016: 137).
- 21 Ainda que a ideia de “assimilação crítica” de Cabral possa ser questionável do ponto de vista decolonial contemporâneo, Dan Clayton, por outro lado, demonstrou recentemente que a maioria dos geógrafos que abordaram questões de descolonização, entre os quais o geógrafo britânico Keith Buchanan, o francês Jean Dresch e estudiosos do que chamava-se então “Terceiro Mundo” como Jakayo Peter Ocitti (Uganda), Assane Seck (Senegal) e Vernon C. Mulchansingh (Jamaica e Trinidad e Tobago), entre outros, tentaram: “Combinar conhecimentos, teorias e métodos ocidentais e africanos e

asiáticos (...) Para eles, deixar de lado formas ocidentais de fazer geografia simplesmente devido ao fato de serem ocidentais seria o mesmo que jogar fora o bebê junto com a água do banho” (Clayton, 2020: 11). Estudos contemporâneos geralmente criticam esse tipo de abordagem, concentrando-se, em vez disso, em tentativas plurais em prol de uma “ruptura epistemológica” (Jazeel e Legg, 2019: 4) de modelos eurocentrados. A escolha deliberada de intelectuais como Mondlane no sentido de considerar “o Estado moderno” como uma “herança” (Meneses et al., 2018: 23) do colonialista a ser preservado é criticada pela literatura pós-colonial contemporânea que se baseia na noção de “epistemicídio” de Sousa Santos, argumentando que as tentativas de impor uma identidade nacional baseada no modelo europeu criaram vários problemas para Estados pós-coloniais como Moçambique (Meneses et al., 2018). Contudo, os anticolonialistas africanos lusófonos forneceram exemplos de engajamento crítico com os modelos intelectuais oriundos do “Norte”, sem esquecer o papel criativo das culturas locais e a necessidade da destruição de símbolos e paisagens do colonialismo (Meneses, 2021).

- 22 Para Cabral, tal esforço de construção da nação incluiu a escrita das primeiras histórias e geografias de Guiné-Bissau, com o intuito de que fossem utilizadas tanto para a alfabetização popular dentro do país como para a propaganda política externa em todo o mundo. Um documento muito revelador sobrevive (em formas datilografadas e manuscritas) nos arquivos de Cabral, o qual descreve a geografia da assim chamada “Guiné Portuguesa”.¹¹ As primeiras páginas soam como uma reviravolta irônica perante os clássicos livros didáticos de geografia europeia para escolas primárias, por meio de declarações preliminares como: “as fronteiras terrestres [da Guiné] estabelecidas pelos imperialistas franceses e portugueses (Convenção de 1886) se estendem por 680 quilômetros”.¹² A seção “População” explica o que é definido como um “país multinacional”, fornecendo dados demográficos acerca dos diferentes grupos étnicos, muitos dos quais foram considerados como tendo “resistido à dominação estrangeira da maneira mais tenaz e heroica”.¹³ Embora tenha observado as diferenças religiosas entre os grupos “islamizados” e “animistas”, Cabral argumentou que: “Todos os povos da Guiné possuem uma base ancestral comum, a qual se revela através de tradições, usos e costumes semelhantes”.¹⁴ A seção dedicada à “Economia” apresenta os recursos econômicos em potencial que permitiriam a criação de um Estado independente, lamentando que, naquele momento, “enquanto a agricultura é praticada pelos africanos, o comércio e as exportações se concentram inteiramente nas mãos dos colonialistas”.¹⁵ A mobilização de argumentos geográficos em prol da criação de uma invenção nacional não poderia ser mais evidente.
- 23 Seguindo a tradição da escola clássica francesa, Cabral incluiu, nessa breve geografia de Guiné-Bissau, uma seção histórica, iniciada com uma parte intitulada “Antes da dominação colonial”. Os argumentos de Cabral combinavam com projetos paralelos de estudiosos africanos e europeus, ou mesmo americanos, entre os quais Basil Davidson, W.E.B. Du Bois, Joseph Ki-Zerbo, Nazi Boni e Jean Suret-Canale, que contrariavam o preconceito comum segundo o qual os africanos eram povos “sem história” ou incapazes de escrever sua própria história. Cabral descreveu a organização social dos povos guineenses, destacando como “Os colonialistas destruíram [nossas] estruturas econômicas e sociais”.¹⁶ Indo além de qualquer forma de vitimização, a seção sobre “A dominação colonial” ressaltou sobretudo a agência africana e a insurgência indígena: “Nosso povo nunca aceitou a presença portuguesa e lutou até o fim contra a dominação estrangeira”.¹⁷ Ao mesmo tempo em que contraria o luso-tropicalismo, ao destacar a

natureza brutal da presença portuguesa na África, esse texto também ressoa em trabalhos posteriores que discutiram como a fome e a carestia foram engendradas sob o domínio colonial (Davis, 2001; Davies, 2019b), sobretudo ao frisar que os portugueses exportavam “arroz”, o alimento básico do nosso povo, que é obrigado a passar fome”.¹⁸ O sarcasmo em relação à suposta “missão civilizadora”¹⁹ dos imperialistas não esteve ausente nessas páginas, que terminam com um “Programa Mínimo” e um “Programa Máximo” em prol da independência nacional, incluindo a “Unidade Africana” e o estabelecimento de um “regime democrático anticolonialista e antiimperialista”.²⁰ Esse documento evidentemente se destinava a ser lido pelos quadros militantes então recentemente recrutados pelo PAIGC, tendo em vista a necessidade de alfabetização básica dos militantes oriundos de aldeias onde a maioria dos residentes era analfabeta.

- 24 Um exame de geografia mantido no mesmo arquivo traz referências a detalhes técnicos referentes a ventos e aerodinâmica para futuros pilotos de aeronaves,²¹ mostrando como a geografia também tinha finalidades práticas nas escolas de guerrilha organizadas nas matas africanas. Contudo, foi supostamente com o intuito de construir identidades nacionais que Cabral e seus companheiros produziram mapas da Guiné-Bissau, exibindo a forma do país como símbolo de sua futura independência.²² Metáforas geográficas combativas e imagens representativas da África lusófona foram amplamente utilizadas por todas as organizações da CONCP e por aqueles que a apoiavam,²³ implicitamente se opondo, assim, à já mencionada retórica cartográfica utilizada pelo regime português (Fig. 1-2), ao mesmo tempo em que empregava alguns dos seus dispositivos retóricos, como a simplificação das formas dos países (Cairo 2006).

Figura 1. ADSS, 19, CNSLCP *Bulletin d'information*

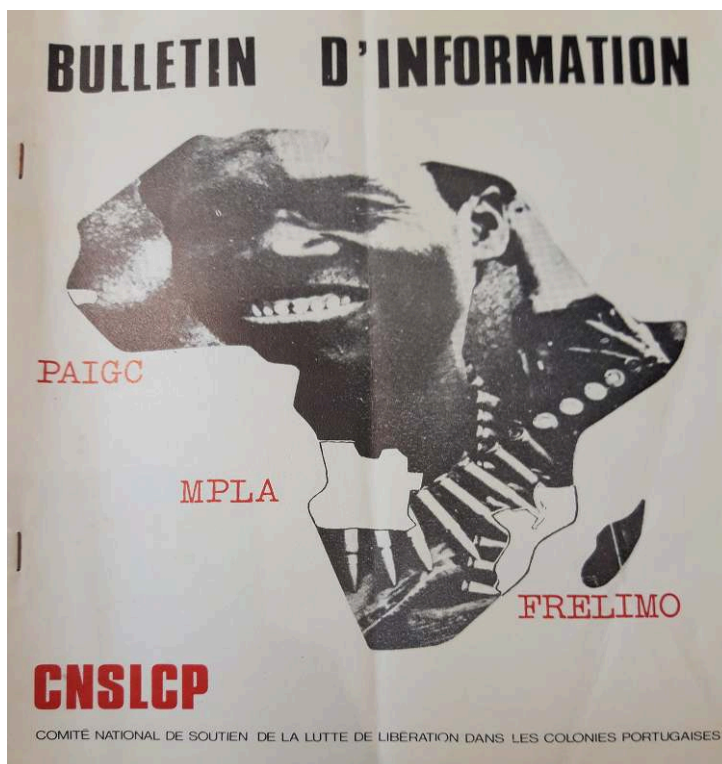
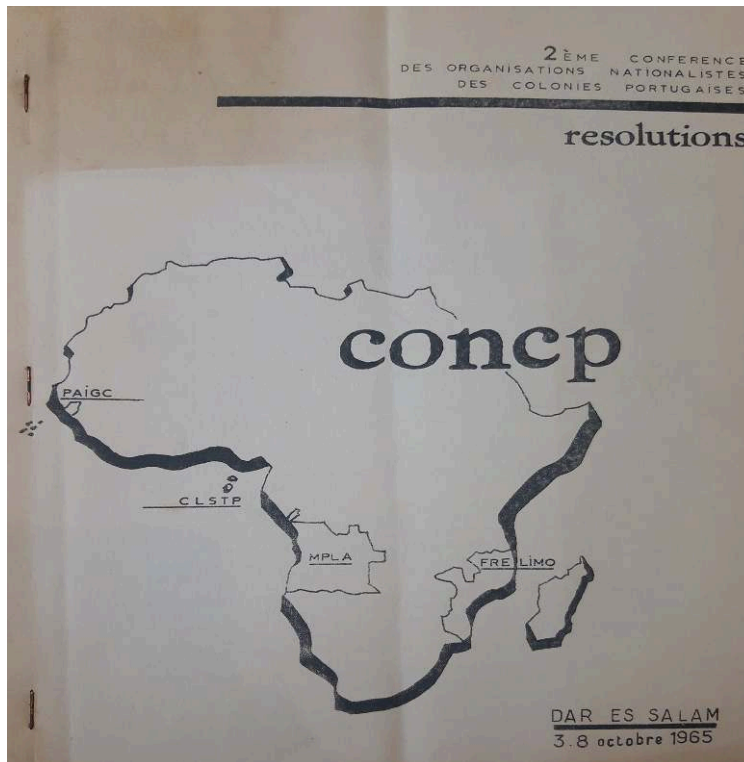


Fig. 2 - ADSS, 19, 2^{ème} Conférence des organisations nationalistes des colonies portugaises

- 25 Em uma carta de 1970 enviada a Maurice Gastaud, um defensor francês de sua causa, Cabral argumentou que sua luta era “sobretudo contra a ignorância e outros males sociais que são o fruto do colonialismo”.²⁴ Isso implicava buscar apoio junto à UNESCO para imprimir algumas dezenas de milhares de exemplares de uma lista de livros didáticos para o ensino básico, entre os quais havia dois livros de geografia. De acordo com as cartas de Cabral à editora anticolonial francesa *Présence Africaine*, alguns dos textos de geografia tinham que ser de autoria de Suret-Canale. Esse modelo não acadêmico para a produção de conhecimento não apresentava uma distinção rígida entre materiais acadêmicos e leituras que poderiam servir a propósitos educacionais e de propaganda política em vários níveis.²⁵ É evidente que a história e a geografia, junto a outras ciências humanas e sociais, tinham que desempenhar um papel chave na construção da consciência anticolonial nacional.

Geopolítica da narração e da tradução

- 26 Os combatentes anticoloniais da África lusófona contavam com o apoio de inúmeros intelectuais “ocidentais” de prestígio, entre os quais Immanuel Wallerstein (1930-2019), que publicou um artigo intitulado “As lições do PAIGC”, no qual definiu a luta do partido como “fascinante”²⁶ e estabeleceu interlocução tanto com Cabral quanto com Pinto de Andrade,²⁷ que ele definiu como “amigos, esquerdistas e intelectuais que gostariam de traduzir seus pensamentos em ação política”.²⁸ A excepcional poetisa e romancista italiana Joyce Lussu, nascida Gioconda Salvadori (1912-1998), uma figura multilíngue e cosmopolita, foi outra pessoa que os apoiou. Nascida em uma família de antifascistas toscanos exilados durante a ditadura de Mussolini, ela seguiu sua família em seu exílio na Suíça, onde conheceu e depois se casou com Emilio Lussu, líder da *Giustizia e Libertà* (Justiça e Liberdade), a organização liberal-socialista aliada aos

anarquistas dentro das brigadas de voluntários italianos durante a Guerra Civil Espanhola (Bernerri, 2019). Mais tarde, ela se uniu à *Resistenza* antifascista na Itália. Após relatar as incríveis trajetórias de exílio transnacional do casal em seu livro *Fronti e Frontiere*, Joyce Lussu iniciou uma carreira de editora e tradutora de poetas revolucionários do “Terceiro Mundo”. Nessa categoria, ela incluiu Cabral e Marcelino dos Santos (Ballestra, 2012), embora tenha se dedicado particularmente a poemas de Agostinho Neto e do escritor e ativista moçambicano José Craveirinha (Lussu, 1998). Os poemas de Neto também foram traduzidos para o inglês na Tanzânia, com um prefácio de Davidson, no qual se reconhecia explicitamente a relevância política de sua poesia, a qual não se reduzia, no entanto, a “gritos vazios de propaganda política” (Davidson, 1974: xiii).

- 27 No campo contemporâneo dos estudos feministas da tradução, o trabalho de Lussu é considerado um caso altamente original de ruptura dos cânones positivistas na tradução, uma vez que utilizou a poesia enquanto ferramenta política para levar ao conhecimento do público italiano e internacional combatentes pela liberdade de origens distantes (Taronna, 2017). Por meio das memórias de Lussu, é possível perceber como essas traduções não foram um trabalho de gabinete: a filosofia de tradução de Lussu implicava empatia e familiaridade com os poetas cuja obra ela traduzia. Ela se sentava junto a eles para realizar essa tarefa, independentemente de sua eventual proficiência linguística. Lussu relatou com um senso de humor digno de nota a história de seu encontro com Neto. No início dos anos 1960, Neto estava preso em Lisboa, e Lussu, na Itália, tinha lido algumas linhas de jornal sobre o caso desse “desconhecido poeta angolano” que arriscara a vida nas prisões de Salazar. Cabe ressaltar que, segundo Heriberto Cairo, foi ao longo desses anos que algumas “contranarrativas” (Cairo, 2006: 387) que se opunham aos lugares-comuns do Estado Novo circularam na África por intermédio de romances.
- 28 Aproveitando-se de sua posição enquanto esposa do senador italiano Emilio Lussu (que era bastante famoso na época), Joyce Lussu viajou para Portugal com o intuito de conhecer Neto na prisão e convencê-lo a assinar um contrato com a renomada editora italiana Mondadori. Assim, ela deliberadamente representou o papel da cândida dama entusiasmada com poesia durante um encontro pessoal que obteve com o chefe da famosa PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), descrita por Cabral como “a Gestapo colonial portuguesa”²⁹ em suas cartas a outros líderes africanos. Lussu não teve permissão para ver Neto, mas conseguiu autorização para lhe enviar o contrato editorial, “que ele me devolveu assinado depois de alguns dias” (Lussu, 2012: 126). Surpreendentemente, as tentativas de Lussu para obter a libertação de Neto desencadearam uma espécie de incidente diplomático entre a Itália e Portugal, o que terminou por fazer com que Neto fosse libertado provisoriamente. O chefe da PIDE, por sua vez, foi afastado juntamente com o embaixador italiano em Lisboa, e Lussu foi expulsa de Portugal. Sua odisseia africana se iniciou em seguida.
- 29 De fato, Neto fugiu de Portugal e Lussu viajou para buscá-lo em Rabat, onde “se localizava a central da federação dos movimentos de libertação das colônias portuguesas (...) Lá conheci Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos (...) Porém, Neto já tinha partido para Léopoldville (actual Kinshasa), onde ficava a sede do MPLA, perto da fronteira com Angola. Juntei-me a ele no Congo” (Lussu, 2012: 128). Essas sedes logo tiveram que se mudar de Léopoldville para Brazzaville (República do Congo, ex-francesa), devido à hostil mudança política da República Democrática do Congo (ex-

belga) após o assassinato do líder anticolonial Patrice Lumumba. Assim como os arquivos analisados, as memórias de Lussu evidenciam os lugares diaspóricos onde os ativistas anticoloniais tiveram que se encontrar, sobretudo capitais e cidades principais africanas como Rabat, Casablanca, Dakar, Conakry, Brazzaville, Lusaka, Dar es Salaam, Addis Ababa e Argel, onde funcionou um Centro de Estudos Angolanos ao longo da década de 1960.³⁰ Nessas cidades, governos progressistas deram algum apoio, o que, como explico na próxima seção, nunca foi fácil ou direto. No entanto, o lugar que mais fascinou Lussu foi a floresta.

- 30 Na mata africana, Lussu se familiarizou com modelos culturais diferentes daquele que ela entendia como a Negritude, que incluía os escritos de Léopold Senghor (um defensor moderado da CONCP naquele momento). Lussu criticava esses intelectuais porque usavam “a linguagem da Sorbonne” (Lussu, 1998: 61) e representavam os “africanos assimilados das burguesias nacionais” (Lussu, 1998: 78), considerados por ela como imitadores de modelos europeus. Para Lussu, um modelo contrastante era representado por intelectuais como Neto, que, apesar de ser “muito fluente em inglês e francês” (Lussu, 1998: 72), prestava atenção às culturas de sua terra, utilizando o português “pela pressão obscurantista de um europeísmo restrito” (Neto, 1963: 20), mas adotando o mesmo modelo que Cabral definiu como “assimilismo crítico”. Isso também foi discutido por Pinto de Andrade, que afirmou que “o dualismo cultural é típico da dominação colonial” (Cabral et al., 1971: 25) e que “é primeiramente em meio aos “assimilados” que se vê nascer a contestação da cultura dos colonizadores” (Cabral et al., 1971: 26). Nesse modelo cultural em construção, os poemas foram mobilizados junto com as canções e danças populares no interior daquilo que Lussu definiu como os “grupos mais ativos, vivos e rebeldes de Angola – essa é a verdadeira expressão da nação” (Ballestra, 2012: 53). Isso correspondia aos argumentos anticoloniais segundo os quais os revolucionários eram as verdadeiras forças vivas de seus respectivos países, em oposição à “decadência” colonial do regime português.
- 31 A viagem de Lussu à Guiné-Bissau foi motivada pelos poemas e canções populares em função dos quais ela havia feito acordos com a editora de esquerda francesa Maspéro, a qual também apoiava Cabral.³¹ Assim, ela viajou de Paris a Conacri, atravessando em seguida a pé a fronteira com a Guiné-Bissau, e caminhou com “guerrilheiros, na região dos balantas, acompanhada pelos sons de uma língua doce e lenta que me parecia um dialeto italiano” (Lussu 2012: 130). Na região dos balantas, que constituía a principal base étnica do PAIGC, Lussu percebeu como, nas aldeias que visitou, “as tradições comunitárias ainda estavam vivas. [Portanto] a proposta de uma sociedade socialista com uso democrático de técnicas modernas soava muito natural” (Lussu, 2012: 130). Enquanto Lussu observava a importância de “canções da resistência” anônimas e peças teatrais sobre episódios de guerrilha improvisados pelos “meninos e meninas da aldeia” para a vida comunitária (Lussu, 2012: 130), ela também ressaltava o lugar estratégico da educação nessa guerrilha: “Assim que os combatentes libertam uma zona, a primeira coisa que fazem é criar escolas (...) os portugueses estão muito dispostos a destruí-las” (Lussu, 1998: 97). Um ponto importante percebido por Lussu foi o papel fundamental que as mulheres desempenharam nesses processos. Em relação a este aspecto, Cabral observou como, em certos grupos étnicos, as mulheres “não têm direitos”, ao passo que, em outros, elas eram “consideravelmente livres” (Cabral, 1971: 47), permanecendo assim a emancipação feminina como um dos principais objetivos das organizações da CONCP.

- 32 Os arquivos de Cabral mostram a disposição do PAIGC no sentido de privilegiar as obras de intelectuais como Lussu, que constava de uma lista de jornalistas estrangeiros que deveriam ser mantidos informados.³² Surpreendentemente, uma das cartas de Cabral ao seu companheiro de partido e futuro presidente de Cabo Verde, Aristides Pereira (1923-2011), alertava para a necessidade de se manter alguma cautela no acompanhamento de Lussu: “Apesar de se tratar de uma amiga de quem gostamos muito, ela deveria apenas nos visitar e depois ir embora”.³³ Essa postura se devia à preocupação com a segurança dos estrangeiros que chegavam às zonas de guerra: embora fossem um recurso precioso para obter a simpatia do público internacional, qualquer incidente poderia ter um resultado contrário.
- 33 Outro intelectual internacional que organicamente se aliou ao anticolonialista africano lusófono foi Basil Davidson, que viajou extensivamente por Angola, Moçambique e Guiné-Bissau (Davidson, 1975). Na sua história do PAIGC, baseada na observação em primeira mão das operações de guerrilha, Davidson fez comentários sarcásticos acerca das cartelas de napalm que encontrou no terreno como “parte do material militar que a Organização do Tratado do Atlântico Norte fornece a Portugal em prol da defesa do Mundo Livre. Que região estranha, esse mundo livre” (Davidson, 2017: 354). Essa observação encontra ressonância naquelas anteriormente mencionadas feitas por Power acerca do “modelo do Vietnã”.
- 34 Um dos mais importantes lugares internacionais nos quais se desenvolveu a solidariedade intelectual e política com a África lusófona foi Paris. Os dirigentes da CONCP eram proficientes em francês e alguns deles, como Pinto de Andrade, tinham vivido por vários anos em Paris ou em países francófonos. Entre seus conhecidos intelectuais, cabe destacar Suret-Canale, que esteve envolvido com o trabalho cultural nos primeiros anos da independência da Guiné-Conacri, colaborando com o controverso líder Sékou Touré, um dos mais fervorosos apoiadores do PAIGC (Cabral, 2016). Correspondente de Davidson, Du Bois, Boni e Ki-Zerbo, Suret-Canale escreveu vários volumes sobre a história da África Subsaariana nas décadas de 1950 e 1960, os quais estiveram entre as primeiras tentativas de ver a história do continente a partir da perspectiva dos colonizados (Ferretti, 2021). Amigo e correspondente de Pinto de Andrade, Suret-Canale reafirmou o seu objetivo de informar amplamente a “opinião [pública] francesa”³⁴ acerca da situação nas colônias portuguesas, comprometendo-se a organizar manifestações públicas de solidariedade com a sua causa na França e na Europa Ocidental.³⁵ Além disso, ele discutia com Pinto como a descolonização coloca em questão esquemas teóricos clássicos através de necessidades práticas. Por exemplo, as ex-colônias tinham que realizar simultaneamente tanto “as tarefas que, em outros lugares, eram as da revolução burguesa, quanto as tarefas da revolução socialista”.³⁶ Apesar de ser um desafio, essa simultaneidade de tarefas atraía simpatias tanto no meio socialista quanto no liberal. Como mostram os arquivos de Suret-Canale, essas conexões intelectuais foram fundamentais para ampliar a estratégia de comunicação internacional e multilíngue no contexto de redes transnacionais e “diplomacias subalternas” que tinham simultaneamente como alvo, outros intelectuais, a opinião pública, sindicatos e líderes políticos em vários níveis no “Primeiro”, no “Segundo” e no “Terceiro” Mundos.

Remessas de sangue e redes transnacionais

- 35 Em sua antologia de escritos da África lusófona, Chilcote observou que muitos desses documentos “foram preparados enquanto boletins de imprensa, na esperança de atrair a cobertura da mídia de massa” (Chilcote, 1969: xli), tendo sido amplamente divulgados na forma de brochuras, folhetos, ou documentos datilografados. Em uma conferência de imprensa em 1961, no Congo, Pinto de Andrade explicou que sua ação se inspirava naquilo que ele chamava de “neutralismo positivo [estimulando] a simpatia e a solidariedade de todas as forças do mundo para com o nosso povo”.³⁷ A importância de conduzir diplomacias a partir de baixo com o intuito de ter resultados nos níveis (geo)políticos mais altos foi estrategicamente delineada por Cabral em seus discursos para o PAIGC. Por exemplo, no contexto da Guerra Fria, “uma grande vitória” foi o fato de que “um país ocidental que havia se alinhado a Portugal no contexto comercial se colocou inteiramente do nosso lado: a Suécia” (Cabral, 2016: 88). Para explicar a importância desta vitória, Cabral frisou que o governo português ficou muito mais desapontado com isso do que com o apoio que os anticolonialistas receberam de Cuba e do Leste Europeu, uma vez que as atividades anticoloniais no “Primeiro Mundo” perturbaram a lógica da Guerra Fria, na qual o regime de Salazar se autodenominava o campeão da causa “atlântica”. Por outro lado, Cabral acreditava que “forças progressistas, por exemplo, da América, Inglaterra e França (...) poderiam se manifestar e tomar decisões no sentido de pedir a seus governos que apoiassem os movimentos de libertação africanos” (Cabral, 2016: 89).
- 36 Os arquivos de Suret-Canale guardam correspondência, panfletos, documentos datilografados, circulares e revistas que explicam as atividades das organizações da CONCP e o apoio que receberam da Europa. Na França, esse foi particularmente o caso do CNSLCP, presidido por Gilles Tchernia, que publicou um boletim informando que, um ano após a criação desse comitê, em 1969, “a informação avançou”. De fato, numa conferência internacional realizada em Roma, em junho de 1970, em prol da independência das colônias portuguesas, estiveram presentes “117 partidos e organizações políticas provenientes de 64 países”.³⁸ Entre os principais pontos que defenderam, destacou-se o pedido para que se interrompesse o apoio militar oferecido a Portugal por parte dos países ocidentais (incluindo Itália e França), bem como a declaração que reconhecia as ações portuguesas na África como “guerras genocidas(...) um crime contra a humanidade”.³⁹ Esses esforços contaram com a solidariedade das mais diferentes organizações, entre as quais a Associação Internacional de Juristas Democratas, que aprovou uma resolução solicitando que os partidos anticoloniais na África lusófona se tornassem “sujeitos de direito internacional”,⁴⁰ reconhecendo, assim, sua luta como uma guerra legítima de acordo com convenções internacionais.
- 37 Junto à propaganda, a solidariedade material foi fornecida a partir de Paris na forma de remessas de sangue fresco, abastecendo hospitais de guerrilha na Guiné. Isso pode ser considerado um exemplo do que David Featherstone descreveu como “pensar politicamente a solidariedade” (Featherstone, 2012): voluntários eram incentivados a doar seu sangue em ambulatórios de Paris, de onde as remessas eram enviadas para Conacri e, em seguida, para o PAIGC, “quinzenalmente”.⁴¹ Com base nos documentos dos arquivos de Suret-Canale e de Cabral, essa empreitada parece ter sido tecnicamente bem-sucedida, e Cabral escreveu várias vezes a Tchernia, expressando sua gratidão por esse sangue em termos poeticamente antirracistas: “O sangue francês corre agora nas

veias de alguns dos combatentes do nosso país, corroborando o que disse o poeta: o mesmo rio corre pelos corpos de todos os homens”.⁴² Cabral também saudou a fundação do CNSLCP como “uma vitória do povo francês, em sua maioria anticolonialista”.⁴³ Esse comitê também apoiou a publicação de uma revista ilustrada em francês, chamada *PAIGC Actualités*, impressa em Conacri e Dakar entre 1969 e 1970 em brochuras mensais, e guardada nos arquivos de Pinto de Andrede e Suret-Canale,⁴⁴ dos quais consta uma edição especial dedicada a combatentes mulheres, datada de 8 de março 1970.⁴⁵ Essa publicação revela um feito impressionante para um grupo guerrilheiro clandestino em um país pequeno e “periférico”, mostrando como a ação transnacional não era incidental, mas sim intrínseca à sua causa. Além disso, ela revela também como o PAIGC esteve substancialmente alinhado com o pensamento de Cabral, ao menos até a sua morte.

38 Os membros do CNSLCP também exerceram pressão direta sobre o governo francês. Por exemplo, numa reunião entre o Primeiro-Ministro francês e o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, “uma delegação composta por representantes do CNSLCP e por uma dezena de sindicatos e associações da sociedade civil deslocou-se ao Hôtel de Matignon para solicitar a interrupção da venda de “armas” ao governo racista da África do Sul e ao governo português”.⁴⁶ O Boletim denunciou várias vezes o governo francês, descrevendo-o como “um dos mais fiéis aliados de Lisboa”.⁴⁷ A aliança entre Portugal e o regime sul-africano contra o MPLA e a FRELIMO foi particularmente enfatizada, de modo a envergonhar os países que apoiaram esses regimes, tendo-se em vista a indignação que os horrores do Apartheid provocavam em todo o mundo. Em 1969, os boletins do MPLA, muitas vezes impressos em inglês e francês, denunciavam a preparação de uma possível OTAN Austral, ou seja, um “Pacto do Atlântico Sul”⁴⁸ militar, o qual envolveria a Rodésia, a África do Sul, a Argentina, a Austrália e a Nova Zelândia, e seria apoiado pelos Estados Unidos e pelo “imperialismo brasileiro”.⁴⁹ O Brasil, por sua vez, vivia então a fase mais nociva da ditadura militar que governou o país de 1964 a 1985, o que obrigou os combatentes africanos a considerar este país um adversário geopolítico e a protestar indignados em ocasiões como a visita de um representante militar brasileiro a Bissau, no decurso da qual defenderam a amizade com o “povo brasileiro”, mas não com seu governo.⁵⁰ Cabe ressaltar que, mesmo antes da ditadura, Cabral escrevera ao presidente democrático brasileiro Juscelino Kubitschek, protestando contra o apoio do Brasil à “dominação colonial portuguesa”.⁵¹ Isso mostra como a solidariedade lusófona, por si só, não é capaz de explicar plenamente essa história, que deve ser entendida em um contexto transnacional e multilíngue mais amplo.

39 Os arquivos de Suret-Canale confirmam o trabalho intrinsecamente transnacional dos partidos da CONCP, que caracterizou as suas próprias estruturas organizativas: entre muitos exemplos possíveis, encontra-se uma declaração do MPLA denunciando a política condescendente do líder da Costa do Marfim, Houphouët-Boigny, em relação à África do Sul, a qual foi aprovada em Lusaka, impressa em Estocolmo e lançada em Paris pelo CNSLCP.⁵² Os comunicados de guerra do MPLA e da FRELIMO em inglês podiam ser enviados a partir de Dar es Salaam, onde o presidente da Tanzânia Nyerere apoiou a sua luta,⁵³ ou a partir de Brazzaville. Aí, foi novamente denunciada a política anti-angolana da República Democrática do Congo, onde os combatentes angolanos eram capturados e levados para “campos de concentração”.⁵⁴ De modo a atrair uma ainda maior atenção internacional, a denúncia do caráter fascista do regime português foi enfaticamente ressaltada, destacando-se a continuidade entre Salazar e seu sucessor Caetano, definido

como “um novo líder fascista português”.⁵⁵ A presença de campos de concentração em Cabo Verde e Angola, onde prisioneiros africanos foram mortos em condições desumanas, foi denunciada internacionalmente por meio de comparações explícitas entre essas experiências e a “Alemanha nazista”, ressaltando-se inclusive a desconcertante existência de “crematórios”.⁵⁶

- 40 Há comunicados de guerra dessas organizações nos arquivos de Suret-Canale, entre os quais alguns comunicados do PAIGC assinados por Cabral, nos quais o teor geralmente ecumênico e “pacifista” do líder guineense foi contrabalançado por anúncios de vitórias militares, como a destruição de um helicóptero Alouette (de produção francesa) ou a declaração de que, após os golpes sofridos, os militares portugueses se encontravam “desesperados perante a derrota”.⁵⁷ Evidentemente, as operações de guerrilha só foram possíveis devido a provisões militares de países cujos governos apoiaram a causa. Os arquivos de Cabral contêm uma quantidade significativa de correspondência que foi enviada a líderes do Bloco Socialista ou a países africanos vizinhos, com o intuito explícito de solicitar armas. Ele solicitou pessoalmente, por exemplo, “60 bazucas” e “30 canhões”⁵⁸ do Partido Comunista Russo, bem como 10.000 “obuseiros”, 250 “metralhadoras AK-10”, 300 “fuzis semiautomáticos”⁵⁹ e munições do Partido Comunista da Bulgária. Cabral também solicitou a Senghor autorização para o transporte de material de guerra em território senegalês⁶⁰; treinamento militar e apoio logístico a Touré,⁶¹ e até mesmo a entrega de uniformes militares via Argel, tal como descrito em correspondência ao líder argelino Boumédiène.⁶²
- 41 A diplomacia, no entanto, permaneceu sendo o campo de batalha mais importante. Enquanto as conferências do Movimento dos Não-Alinhados, realizadas no Cairo em 1964, em Lusaka em 1970 e em Argel em 1973,⁶³ foram um ponto de encontro habitual para ativistas da CONCP, documentos de algumas de suas conferências mostram a estreita interconexão entre as organizações membros, entre as quais se destacava a “União Democrática das Mulheres da Guiné e Cabo Verde”.⁶⁴ Na conferência da CONCP realizada em Dar es Salaam, em outubro de 1965, a qual contou com a presença de vários observadores internacionais de países do Sul e do Norte, um dos pontos-chave foi a “edificação da pátria africana, livre de todas as formas de opressão”⁶⁵, juntamente com a solidariedade com o Vietnã perante a “covarde guerra de agressão”⁶⁶ dos Estados Unidos. Houve muita expectativa em relação ao encontro Tricontinental em Cuba, que estava marcado para o ano seguinte (Mahler, 2018). De forma significativa, a conferência estabeleceu que líderes de diferentes organizações estivessem encarregados de representá-las unitariamente nos demais circuitos internacionais. Cabral foi o porta-voz para o Tricontinental, Neto, por sua vez, foi escalado para a conferência seguinte da Organização da Unidade Africana, em Accra, ao passo que o líder da FRELIMO, Mondlane, tornou-se o representante perante as Nações Unidas.⁶⁷
- 42 Em relação à Guiné-Bissau, o *lobby* das Nações Unidas por intermédio de delegados de Estados aliados permitiu a realização de missões de observadores da ONU e o reconhecimento da independência unilateralmente declarada pelo país por “mais de quarenta governos estrangeiros”.⁶⁸ Infelizmente, essa independência foi proclamada quando Cabral já havia sido assassinado durante uma conspiração, interna ao PAIGC, mas provavelmente arquitetada pelos serviços de segurança portugueses (Davidson, 2017). Acadêmico e sociólogo, Mondlane saudou a Conferência de Apoio aos Povos das Colônias Portuguesas e da África Austral, realizada em Cartum em 1969, tendo sido a primeira desse tipo, fomentando as tentativas em curso de distinguir os portugueses de

seus governantes, tendo em mente que os soldados portugueses “não lutam voluntariamente contra nós”⁶⁹ e que alguns deles desertavam e chegavam até mesmo a se juntar à guerrilha. Mondlane também foi assassinado no mesmo ano (Roberts, 2017), e uma Fundação Mondlane foi criada na Holanda, com o intuito de apoiar os movimentos anticoloniais lusófonos.⁷⁰

- 43 Os arquivos de Cabral guardam um rico conjunto de correspondência trocada por ele com lideranças políticas e organizações internacionais, cuja análise completa merece um trabalho específico que extrapolaria o escopo deste artigo. No entanto, cabe ressaltar que essa atividade incessante de trabalho em rede, em todos os níveis, complementou a estratégia para obter apoio internacional e promover perspectivas comuns africanas ou pan-africanas.⁷¹ Isso incluiu tentativas de consolidar alianças no norte da África, interagindo com o líder argelino Houari Boumédiène,⁷² o tunisiano Habib Bourguiba⁷³ e o egípcio Anwar El-Sadat.⁷⁴ No que diz respeito à África subsariana, para além da decisiva colaboração de Touré e de alguns leais apoiadores políticos e militares, como Nkrumah⁷⁵ e Nyerere, que sempre saudaram os sucessos dos seus “irmãos”⁷⁶ do PAIGC, as relações nem sempre foram transparentes. Incidentes com as autoridades senegalesas da região sul de Casamansa, por exemplo, obrigaram Cabral a protestar junto às autoridades de Dakar a favor dos seus ativistas que aí operavam.⁷⁷ Além de criticar a “política anti-angolana”⁷⁸ da República Democrática do Congo, os líderes da CONCP também criticaram o líder da Costa do Marfim Félix Houphouët-Boigny, devido às suas posições possibilistas em relação à África do Sul, apesar dos primeiros esforços diplomáticos para garantir a colaboração dos “irmãos” da Costa do Marfim.⁷⁹ Por outro lado, as relações com líderes de esquerda latino-americanos, como Salvador Allende⁸⁰ e Fidel Castro⁸¹, pareciam, de um modo geral, boas. Embora Cabral não tenha podido ver a independência de seu país, essa diplomacia subalterna em diferentes níveis foi efetiva, e torna ainda mais evidente a historiografia que destaca o papel decisivo desempenhado pelos combatentes africanos na aceleração do colapso da ditadura portuguesa em 1974.

Conclusão

- 44 Embora seja necessário conduzir mais investigações com base nesses arquivos para esclarecer várias questões específicas, este artigo mostrou a importância de investigar espaços e transferências de redes anticoloniais transnacionais à época da descolonização. Este estudo destacou como a criação de redes em diferentes níveis, incluindo comunicação pública multilíngue e diplomacia intelectual, foi eficaz para obter apoio mundial e apoios múltiplos para os anticolonialistas africanos lusófonos, desde movimentos de base a líderes estatais e organizações internacionais. Isso ocorreu em todos os meios, de parceiros intelectuais a opiniões públicas mais amplas. Essas estratégias geopolíticas desafiaram o “nexo desenvolvimento-segurança” predominante analisado por Power (2019: 220), revertendo de forma irônica o vocabulário de desenvolvimento e subdesenvolvimento, por exemplo, ao definir o Portugal colonial como o país verdadeiramente “subdesenvolvido”.⁸²
- 45 Os aspectos geopolíticos e diplomáticos do engajamento desses intelectuais explicam por que motivo aqueles que combatiam em prol da liberdade da África lusófona estavam tão interessados em usar o conhecimento como uma de suas principais armas para fins externos e internos. Essa estratégia não apenas foi mais eficaz, à escala global

do que o número relativamente pequeno de armas e instrução militar que eles receberam dos países socialistas, mas também foi sua própria maneira de ganhar independência e autonomia por meio daquilo que eles chamaram de “um assimilacionismo crítico”, que fundia elementos das culturas europeias (entre os quais a língua portuguesa) com as tradições comunitárias indígenas. Seu objetivo explícito era o de ir além do tribalismo na criação de suas respectivas nações, uma tarefa na qual as histórias e geografias locais foram estrategicamente mobilizadas. É evidente, no entanto, que a própria ideia de Estado-nação veio da Europa e que exigia algum tipo de apropriação de categorias europeias, o que pode ter constituído uma limitação, tendo-se em vista os problemas que a Guiné-Bissau, Moçambique e Angola viveram após as suas independências formais em meados dos anos setenta. Embora essa questão extrapole o escopo deste artigo, os esforços de Cabral e seus colegas se mostraram notavelmente eficazes durante o período “liminar” de sua luta anticolonial.

- 46 Este estudo estende noções de geopolítica subalterna e liminaridade ao analisar redes que se formaram mediante ativismo e solidariedade política e não foram (ou ainda não tinham sido) institucionalizadas. Demonstra como esses esforços voluntaristas só podiam ter sucesso graças à ajuda externa, incluindo a solidariedade internacional, e como foram implantados transnacionalmente. Os apelos desses ativistas por solidariedade (externa e interna) incluíam o uso de uma “geopolítica popular” (Cairo, 2006: 390) por meio da produção de mapas de propaganda política e descrições performativas de suas respectivas nações descolonizadas.
- 47 Finalmente, meu artigo também demonstrou a eficácia da investigação multilíngue arquivística de culturas de descolonização e anticolonialismo, um campo de estudos acerca do qual mais investigações são necessárias. Autores como Andrew Davies recentemente discutiram em que medida o estudo do anticolonialismo em seus períodos iniciais pode fomentar agendas atuais que abordam “a necessidade de um pensamento anticolonial geográfico” (Davies, 2019a: 161), incluindo os esforços plurais para associar ideias decoloniais com os campos das geografias e geopolíticas críticas destacadas por autores como Tariq Jazeel (2019). Ainda que essas amplas agendas se estendam para além dos objetivos deste artigo, a história dos anticolonialistas da África lusófona contribui para esses esforços, revertendo a orientação imperial dos discursos que sublinhavam a geopolítica dominante do desenvolvimento e mostrando maneiras heterogêneas de usar o conhecimento acadêmico e a produção cultural em termos decoloniais, que se estendem desde a produção de mapeamentos alternativos até a elaboração de discursos geográficos radicalmente opostos aos colonialistas.

BIBLIOGRAFIA

Adi, H. (2018). *Pan-Africanism: a history*. London: Bloomsbury.

Anderson, B. (1991). *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso.

- Ballestra, S. (2012). *Joyce L., una vita contro*. Milan: Baldini Castoldi Dalai.
- Berneri, C. (2019). *Contre le fascisme. Textes choisis*. Paris: Agone.
- Cabral, A. (1971). *Revolution in Guinea. An African people's struggle*. London: Stage 1.
- Cabral, A. (1973a). *Our people are our mountains*. London: Committee for Freedom in Mozambique, Angola and Guinée.
- Cabral, A. (1973b). *Return to the source: selected speeches*. New York, London: Monthly Review Press.
- Cabral, A. (1974). National Liberation and Culture. *Transition*, 45, 12-17.
- Cabral, A. (1988). Class and revolution in Africa. In D. McLellan (Ed.), *Marxism: essential writings* (pp. 392-408). Oxford: Oxford University Press.
- Cabral, A. (2016) *Resistance and decolonization*. London: Rowman & Littlefield International.
- Cabral, A. (2017) Foreword. In B. Davidson, *The liberation of Guinea-Bissau and Cape Verde, 1963-74*. London: Zed Books.
- Cabral, A. et al. (1971). *Colonie portoghesi: la vittoria o la morte*. Milan: Jaca Book.
- Cairo, H. (2006). "Portugal is not a small country": Maps and propaganda in the Salazar regime. *Geopolitics*, 11, 367-395.
- Cesar, F. (2018). 'Meteorisations: Reading Amílcar Cabral's Agronomy of Liberation'. *Third Text*, 32, 254-272.
- Chabal, P. (2003). *Amílcar Cabral: Revolutionary leadership and people's war*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cheong, S. (2019). A subaltern geopolitics? *Geopolitics*, 24, 989-994.
- Chilcote, R.H. (1969). *Emerging nationalism in Portuguese Africa. A bibliography of documentary ephemera through 1965*. Stanford: Hoover Institution.
- Chilcote, R.H. (1972). *Emerging nationalism in Portuguese Africa*. Documents. Stanford: Hoover Institution.
- Clayton, D. Kumar M.S. (2019). Geography and decolonisation. *Journal of Historical Geography*, 66, 1-8.
- Clayton, D. (2020). The passing of 'Geography's Empire' and question of geography in Decolonization, 1945-1980. *Annals of the American Association of Geographers* Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/24694452.2020.1715194>> Acesso: 30 de junho de 2022.
- Craggs, R. (2018). Subaltern geopolitics and the post-colonial Commonwealth, 1965-1990. *Political Geography*, 65, 46-56.
- Craggs, R. Neate, H. (2019) What happens if we start from Nigeria? Diversifying histories of geography. *Annals of the American Association of Geographers* Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/24694452.2019.1631748>> Acesso: 30 de junho de 2022.
- Davidson, B. (1974). Foreword. In A. Neto, *Sacred hope*. Dar es Salaam: Tanzania Publishing House.
- Davidson, B. (1975). *In the eye of the storm: Angola's people*. Harmondsworth: Penguin.
- Davidson, B. (2017). *No fist is big enough to hide the sky: The liberation of Guinea-Bissau and Cape Verde, 1963-74*. Zed Books. Kindle Edition.
- Davies, A. (2019a). *Geographies of anticolonialism: Political networks across and beyond South India, c. 1900-1930*. Hoboken: Wiley.

- Davies, A. (2019b). *Josué de Castro's Geografia Combatente and the political ecology of hunger*. PhD thesis. King's College London.
- Davis, M. (2001). *Late Victorian holocausts: El Niño famines and the making of the Third World*. London: Verso.
- Dittmer, J. (2017). *Diplomatic material. Affect, assemblage and foreign policy*. Durham/London: Duke University Press.
- Featherstone, D. (2012). *Solidarity. Solidarity: Hidden Histories and Geographies of Internationalism*. London: Zed Books
- Featherstone, D. (2015). Maritime labour and subaltern geographies of internationalism: Black internationalist seafarers' organising in the interwar period. *Political Geography*, 49, 7-16.
- Ferretti, F. (2018). Geographies of internationalism: radical development and critical geopolitics from the Northeast of Brazil. *Political Geography*, 63, 10-19.
- Ferretti, F. (2020). Subaltern connections: Brazilian critical geographies, development and African decolonisation. *Third World Quarterly*, Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01436597.2020.1722095>> Acesso: 30 de junho de 2022.
- Ferretti, F. (2021). Other radical geographies: tropicity and decolonisation in twentieth-century French geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 46(3):540-544.
- Gomes, P.G. (2010). *Os fundamentos de uma nova sociedade: o P.A.I.G.C. e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973): organização do Estado e relações internacionais*. Torino: L'Harmattan Italia.
- Hodder, J. (2016). Toward a geography of Black Internationalism: Bayard Rustin, nonviolence, and the Promise of Africa. *Annals of the American Association of Geographers*, 106, 6, 1360-1377
- Hodder, J. (2017). Waging peace: militarising pacifism in Central Africa and the problem of geography, 1962. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 42, 29-43.
- Hodder, J.; Legg, S.; Heffernan, M. (2015). Introduction: historical geographies of internationalism, 1900-1950. *Political Geography* 49, 1-6.
- Hooson, D. (1994) (Ed.). *Geography and national identity*. Oxford: Blackwell.
- Jazeel, T. (2019). *Postcolonialism*. London/New York: Routledge.
- Jazeel, T., Legg, S. (2019) (Eds.) *Subaltern Geographies*. Athens: The University of Georgia Press.
- Jones, A., J. Clark. (2015). Mundane diplomacies for the practice of European geopolitics. *Geoforum* 62:1-12.
- Lussu, J. (1998). *Tradurre poesia*. Rome: Robin.
- Lussu, J. (2012). *Portrait*. Rome: L'Asino d'Oro.
- MacQueen, N. (1997). *The decolonization of Portuguese Africa: metropolitan revolution and the dissolution of empire*. London: Longman.
- Mahler, A.G. (2018). *From the Tricontinental to the Global South, Race, Radicalism, and Transnational Solidarity*. Durham and London: Duke University Press.
- McConnell, F. (2016). Liminal geopolitics: the subjectivity and spatiality of diplomacy at the margins. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 42, 139-152.
- McConnell, F.; Dittmer, J. (2018). Liminality and the diplomacy of the British Overseas Territories: An assemblage approach. *Environment and Planning D: Society and Space*, 36, 139-158.

- McCulloch, J. (2019). *In the Twilight of Revolution: The political theory of Amílcar Cabral*. Abingdon: Routledge.
- Meneses, M.P. (2021). As estátuas também se abatem: momentos da descolonização em Moçambique. *Cadernos Nauí*, 10, 108-128.
- Mignolo, W. (2010). Introduction: Coloniality of power and de-colonial thinking. In Mignolo, W., Escobar, A. (Eds.). *Globalization and the decolonial option* (pp. 1-21). London: Routledge.
- Munslow, B. (1983). *Mozambique: The revolution and its origins*. London: Longman.
- Neto, A. (1963). *Con occhi asciutti*. Milano: Il Saggiatore.
- Opello, C. (1975) Pluralism and elite conflict in an independence movement: FRELIMO in the 1960s. *Journal of Southern African Studies*, 2, 62-82.
- Meneses, M.P.; Khan, S.P.; Bertlesen, B.E. (2018) Introduction: Situating Mozambican histories, epistemologies and potentialities. In Khan, S.P.; Meneses, M.P.; Bertlesen, B.E. (eds.), *Mozambique on the move: Challenges and reflections* (pp. 1-38). Leiden: Brill.
- Power, M. (2000). Aqui Lourenço Marques!! Radio colonization and cultural identity in colonial Mozambique, 1932-74. *Journal of Historical Geography*, 26, 605-628.
- Power, M. (2001). Geo-politics and the representation of Portugal's African colonial wars: Examining the limits of "Vietnam syndrome". *Political Geography*, 20, 461-491.
- Power, M. (2019). *Geopolitics and Development*. Abingdon: Routledge.
- Rabaka, R. (2009). *Africana critical theory: reconstructing the black radical tradition, from W.E.B. Du Bois and C.L.R. James to Frantz Fanon and Amílcar Cabral*. Lanham: Lexington Books.
- Rabaka, R. (2014). *Concepts of Cabralism: Amílcar Cabral and Africana critical theory*. Lanham: Lexington Books.
- Rabaka, R. (2016). Introduction. In Cabral, A. *Resistance and Decolonization* (pp. 3-42). London: Rowman & Littlefield International.
- Roberts, G. (2017). The assassination of Eduardo Mondlane: FRELIMO, Tanzania, and the politics of exile in Dar es Salaam. *Cold War History*, 17, 1-19.
- Sharp, J. (2011). Subaltern geopolitics: Introduction. *Geoforum*, 42, 271-273.
- Sharp, J. (2019). Practicing Subalternity? Nyerere's Tanzania, the Dar School, and Postcolonial Geopolitical Imaginations. In Jazeel, T.; Legg, S. (eds.) *Subaltern Geographies* (pp. 74-93). Athens: University of Georgia Press.
- Sidaway, J.D. (2012). Subaltern geopolitics: Libya in the mirror of Europe. *The Geographical Journal*, 178, 296-301.
- Sidaway, J.D.; Power, M. (2005). 'The tears of Portugal': Empire, identity, 'race', and destiny in Portuguese geopolitical narratives. *Environment and Planning D: Society and Space* 23, 527-554.
- Sidaway, J.D., Mamadouh, V., Power, M. (2013). Reappraising geopolitical traditions. In Dodds, K.; Kuus, M.; Sharp, J. (Eds.). *The Ashgate research companion to critical geopolitics* (pp. 165-187). Farnham: Ashgate.
- Spivak, G. (2010). Can the subaltern speak? In Morris, R. (Ed.). *Can the subaltern speak? Reflections on the history of an idea* (pp. 237-292). New York: Columbia University Press.
- Suret-Canale, J. (2011). *De la Résistance à l'anticolonialisme: entretiens autobiographiques recueillis et présentés par Pascal Bianchini*. Paris: L'Esprit frappeur.

Taronna A. (2017). En-gendering translation as a political project: The subversive power of Joyce Lussu's activist translation(s) (pp. 151-167), In Castro, O.; Ergun, E. (Eds.). *Feminist translation studies, local and transnational perspectives*. Abingdon: Routledge.

NOTAS

1. Fundação Mário Soares e Maria Barroso, Documentos Amílcar Cabral (doravante FS, DAC), 04614.070.109, Mettas para Cabral, 1963.
2. FS, DAC, 07197.160.024, *Programa do Trabalho Ideológico*, 1971-1972.
3. FS, DAC, 04614.070.064, Chilcote para Cabral, 30 de maio de 1963.
4. FS, Arquivo Mário Pinto de Andrade (doravante AMPA), 10191.002.007, PAIGC. *Statuts et Programme*, 1962, 7.
5. *Statuts et Programme*, 24.
6. *Statuts et Programme*, 24.
7. *Statuts et Programme*, 26.
8. *Statuts et Programme*, 27.
9. Bobigny, Archives Départementales de Seine-Saint-Denis, Fonds Suret-Canale - 229 J (doravante ADSS), 18, FRELIMO, 1^{er} *Congres, Dar es Salaam 23-28 septembre 1962* ; 19, MPLA, *Statuts et Programme*.
10. FS, AMPA, 10191.002.007 PAIGC. *Statuts et Programme*, 26.
11. FS, DAC, 07059.021.002, A. Cabral, *La Guinée dite 'portugaise'*, agosto de 1960.
12. *La Guinée dite 'portugaise'*, 1.
13. *La Guinée dite 'portugaise'*, 1.
14. *La Guinée dite 'portugaise'*, 1.
15. *La Guinée dite 'portugaise'*, 1.
16. *La Guinée dite 'portugaise'*, 3.
17. *La Guinée dite 'portugaise'*, 4.
18. *La Guinée dite 'portugaise'*, 4.
19. *La Guinée dite 'portugaise'*, 5.
20. *La Guinée dite 'portugaise'*, 8.
21. FS, DAC, 07200.171.004, Ponto de exame de Geografia, 11 de junho de 1968.
22. 'Amílcar Cabral, o pai da nação guineense' <https://www.youtube.com/watch?v=tNgKoNCiAHQ>
23. ADSS, 19, *MPLA Informations*, 3, 1970.
24. FS, DAC, 04619.100.005, Cabral para Gastaud, 29 de janeiro de 1970.
25. FS, DAC, 04616.077.009, Cabral para *Présence Africaine*, 23 de março de 1970.
26. FS, AMPA, 10191.002.025, The Lessons of the PAIGC, 1971, 62.
27. FS, DAC, 04610.059.026, Cabral para Wallerstein, 6 de setembro de 1970.
28. FS, AMPA, 04311.003.008, Wallerstein para Andrade, 11 de junho de 1970.
29. FS, DAC, 07070.117.069, Cabral, para Houphouët-Boigny, 1962.
30. ADSS, 18, *Bulletin bilingue du Centro de Estudos Angolans*.
31. FS, DAC, 04610.059.011, Cabral para Maspéro, 4 de maio de 1970.
32. FS, DAC, 07061.033.020, Cabral para Caetano, 9 de agosto de 1966.
33. FS, DAC, 07061.032.024, Cabral para Xido [Aristides Pereira], 19 de abril de 1966.
34. FS, AMPA, 04319.007.013, Suret-Canale para Andrade, 27 de junho de 1971.
35. FS, AMPA, 04311.003.033, Suret-Canale para Andrade, 6 de agosto de 1970.
36. FS, AMPA, 04311.003.033, Suret-Canale para Andrade, 3 de abril de 1972.

37. ADSS, 19, Conférence de presse de Mário de Andrade, président du MPLA, 30 de outubro de 1961.
38. ADSS, 19, *CNSLCP Bulletin d'information*, dezembro 1970.
39. *CNSLCP Bulletin d'information*, dezembro 1970.
40. *CNSLCP Bulletin d'information*, dezembro 1970.
41. *CNSLCP Bulletin d'information*, dezembro 1970.
42. FS, DAC, 04610.059.005, Cabral para CNSLCP, 7 de fevereiro de 1970.
43. FS, DAC, 04610.059.005, Cabral para CNSLCP, 7 de fevereiro de 1970.
44. ADSS, 6, 50.
45. FS, AMPA, 04341.004.015, *PAIGC Actualités*, 15 de março de 1970.
46. ADSS, 19, *CNSLCP Bulletin d'information*, março 1971.
47. ADSS, 19, *CNSLCP Bulletin d'information*, março 1972.
48. ADSS, 19, *Vitoria ou morte. Organe d'information et combat du mouvement populaire de libération de l'Angola* [1969], 4.
49. *Vitória ou morte* [1969], 6.
50. FS, DAC, 07073.131.224, Cabral para 'Ministro das Relações Exteriores do Brasil', 22 de maio de 1970.
51. FS, DAC, 07073.131.353, Cabral para Kubitschek, n.d.
52. ADSS, 19, *CNSLCP Bulletin d'information*, março de 1971, 12.
53. ADSS, 19, MPLA, War communiqué n. 6, 10 de maio de 1969.
54. ADSS, 19, MPLA, Communiqué, 26 de março de 1968.
55. ADSS, 19, *Angola in Arms*, 4 de fevereiro de 1969, 40.
56. ADSS, 19, *CNSLCP Bulletin d'information*, 1973.
57. ADSS, 50, Communiqué, 7 de fevereiro de 1970.
58. FS, DAC, 04621.115.035, Cabral para 'Comité Central do PCUS', 1 de fevereiro de 1966.
59. FS, DAC, 07066.090.007, Cabral para 'Comité Central do Partido Comunista Búlgaro', 26 de maio de 1970.
60. FS, DAC, 04612.064.075, Cabral para Senghor, 17 de abril de 1970.
61. FS, DAC, 04606.049.014, Cabral para Touré, 19 de dezembro de 1961.
62. FS, DAC, 07073.131.181, Cabral para Boumédiène, 15 de janeiro de 1970.
63. ADSS, 19, Guinée-Bissau: indépendance, 24 de setembro de 1973.
64. ADSS, 19, *2eme Conférence des organisations nationalistes des colonies portugaises*, Dar es Salaam, 3-8 de outubro 1965.
65. ADSS, 19, *2eme Conférence*.
66. ADSS, 19, *2eme Conférence*, 24.
67. ADSS, 19, *2eme Conférence*, 30.
68. ADSS, 19, Guinée-Bissau: indépendance, 24 de setembro de 1973, 7.
69. ADSS, 19, A. Neto, A. Cabral. E. Mondlane, *La voix des peuples en lutte*, 9.
70. Amsterdam, International Institute of Social History, Archief Eduardo Mondlane Stichting.
71. FS, DAC, 07061.032.001, Amílcar Cabral para Luís Cabral, 17 de junho de 1960.
72. FS, DAC, 04606.045.113, Cabral para Boumédiène, 27 de maio de 1967.
73. FS, DAC, 07073.131.187, Bourguiba para Cabral, 1970.
74. FS, DAC, 07073.131.216, Cabral to Sadat, 29 de setembro de 1970.
75. FS, DAC, 04621.115.014, Nkrumah para Cabral, 27 de fevereiro de 1963; 04621.115.007, Pereira to Nkrumah, 2 de dezembro de 1961.

76. FS, DAC, 04621.115.020, Nyerere para Cabral, 2 de junho de 1970.
77. FS, DAC, 04612.064.013, Cabral para 'Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Senegal', 7 de maio de 1970.
78. FS, DAC, 04606.045.107, Cabral para 'Presidente do MPLA', 8 de abril de 1967.
79. FS, DAC, 04621.113.021, Pereira para Houphouët-Boigny, 2 de janeiro de 1962.
80. FS, DAC, 07073.131.304, Allende para Cabral, 18 de novembro de 1970.
81. FS, DAC, 04606.045.103, Cabral para Castro, 1967.
82. FS, DAC, 07197.160.008, PAIGC, Communiqué, 26 de fevereiro de 1972.
-

RESUMOS

Este artigo aborda o engajamento global de alguns intelectuais africanos que lutaram pela independência da África lusófona. Para tanto, este estudo utiliza um enfoque geopolítico, baseado em arquivos recentemente disponibilizados em diversas formas e multilíngues. Ampliando a pesquisa acadêmica dedicada à geopolítica subalterna, culturas de descolonização e estudos críticos de desenvolvimento, eu demonstro a performance de diplomacias subalternas conduzida por líderes políticos como Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane e Marcelino dos Santos, no sentido de chamar a atenção para as suas causas em meio a acadêmicos, ativistas e políticos de diferentes níveis (de movimentos de base a líderes de Estado e organizações internacionais) através das divisões entre os blocos da Guerra Fria e os campos do "Primeiro", do "Segundo" e do "Terceiro" Mundos. Meu argumento é que esses esforços terminaram por abalar narrativas predominantes de desenvolvimento e ideias eurocentradas de assimilação, parcialmente devido a sua ênfase na educação e na produção de histórias e geografias subalternas que foram instrumentais para a construção nacional de novos países descolonizados oriundos da então chamada "África Portuguesa". Na década de 1960 e no início da década de 1970, esses intelectuais usaram as armas da cultura, da comunicação pública e da formação de redes transnacionais enquanto dispositivos que foram tão importantes quanto os resultados alcançados por seus companheiros guerrilheiros em campos de batalha. Além disso, essas narrativas confirmam a importância dos arquivos para a reconstituição de redes cosmopolitas, multilíngues e diaspóricas, bem como de sua espacialidade, além de permitirem a elaboração de uma geopolítica crítica a partir de perspectivas que não sejam centradas a partir do Ocidente ou de um ponto de vista anglófono, o que leva, desse modo, à decolonização da geografia.

This paper addresses the global engagement of certain African intellectuals who strove for the independence of Lusophone Africa. It does so using geopolitical lenses based on new and multilingual archives. Extending current scholarship on subaltern geopolitics, cultures of decolonisation, and critical development studies, I show the performance of the subaltern diplomacies deployed by political leaders such as Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane, and Marcelino dos Santos in capturing international sympathy for their cause from other scholars, activists, and politicians at different levels (from grassroots movements to state leaders and international organisations) across the divides between Cold War blocs and the fields of the 'First', 'Second', and 'Third World'. I argue that these endeavours disrupted mainstream narratives of development and Euro-centred ideas of assimilation, partly due to their emphasis on education and the production of subaltern histories

and geographies that were instrumental to the national construction of new decolonised countries from so-called 'Portuguese Africa'. In the 1960s and early 1970s, these intellectuals used the weapons of culture, public communication, and transnational networking as devices that were as important as the accomplishments of their fellow guerrilla fighters in the battlefield. Additionally, these stories confirm the importance of the archive for tracing cosmopolite, multilingual, and diasporic networks and their spatiality, as well as for doing critical geopolitics from perspectives other than Anglo- or Western-centred ones, thus decolonising geography.

Este artículo aborda el compromiso global de algunos intelectuales africanos que lucharon por la independencia del África lusófona. Lo hace utilizando lentes geopolíticas basadas en archivos multilingües que se pusieron a disposición recientemente, en línea o en papel. Ampliando el conocimiento actual sobre geopolíticas subalternas, culturas de la descolonización y estudios críticos del desarrollo, muestro como se desplegaron las diplomacias subalternas de líderes políticos como Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane y Marcelino dos Santos en llamar simpatías internacionales por su causa por parte de otros académicos, activistas y políticos en diferentes niveles (desde movimientos de base hasta líderes estatales e organizaciones internacionales) a través de las divisiones entre los bloques de la Guerra Fría y los campos del "Primero", el "Segundo" y el "Tercer Mundo". Planteo que estos esfuerzos rompieron con las narrativas dominantes del desarrollo y con las ideas eurocéntricas de asimilación, en parte debido a su énfasis en la educación y en la producción de historias y geografías subalternas que fueron fundamentales para la "invención nacional" de nuevos países descolonizados de la llamada "África portuguesa". En la década de 1960 y principios de la década de 1970, estos intelectuales utilizaron las armas de la cultura, de la comunicación pública y de las redes transnacionales como dispositivos que eran tan importantes cuanto los logros de sus compañeros guerrilleros en el campo de batalla. Además, estas historias confirman la importancia de los archivos para rastrear redes cosmopolitas, multilingües y diaspóricas y sus espacialidades, así como para hacer geopolíticas críticas desde perspectivas diferentes de las anglo-centradas u occidentales, descolonizando así la geografía.

Cet article traite de l'engagement mondial de certains intellectuels africains qui ont lutté pour l'indépendance de l'Afrique lusophone. Il le fait en utilisant une loupe géopolitique basée sur des archives multilingues qui ont été récemment mises à disposition, en ligne ou en forme papier. En prolongeant les recherches actuelles sur la géopolitique subalterne, les cultures de la décolonisation et les études critiques sur le développement, je montre la performance des diplomaties subalternes déployées par des dirigeants politiques tels que Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane et Marcelino dos Santos pour gagner des sympathies internationales à leur cause de la part d'autres universitaires, activistes et politiciens à différents niveaux (des mouvements de base aux chefs d'État et aux organisations internationales) au-delà des clivages entre les blocs de la guerre froide et les domaines du « premier », du « deuxième » et du « tiers monde ». Je démontre que ces efforts rompent avec les récits traditionnels du développement et les idées eurocentrées de l'assimilation, en partie en raison de l'accent mis par ces intellectuels sur l'éducation et la production d'histoires et de géographies subalternes qui ont joué un rôle déterminant dans la construction nationale de nouveaux pays décolonisés de ladite « Afrique portugaise ». Dans les années 1960 et au début des années 1970, ces intellectuels ont utilisé les armes de la culture, de la communication publique et des réseaux transnationaux comme des dispositifs aussi importants que les réalisations de leurs compagnons de guérilla sur le champ de bataille. En outre, ces histoires confirment l'importance des archives pour retracer des réseaux cosmopolites, multilingues et diasporiques et leurs spatialités, ainsi que pour faire de la géopolitique critique à partir de perspectives autres que celles centrées sur le monde anglo-saxon ou sur l'Occident, décolonisant ainsi la géographie.

ÍNDICE

Palavras-chave: geopolítica subalterna, descolonização, anticolonialismo, transnacionalismo, socialismo africano

Palabras claves: geopolítica subalterna, descolonización, anticolonialismo, transnacionalismo, socialismo africano

Índice geográfico: África lusófona

Keywords: subaltern geopolitics, decolonisation, anti-colonialism, transnationalism, african socialism

Mots-clés: géopolitique subalterne, décolonisation, anticolonialisme, transnationalisme socialisme africain

Índice cronológico: 1961-1974

AUTORES

FEDERICO FERRETTI

Alma Mater Studiorum Università di Bologna

Dipartimento di Scienze dell'Educazione "G.M. Bertin"

federico.ferretti6@unibo.it

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5446-6522>

Decolonisation and the unhomely tropicality of Pierre Gourou and Orlando Ribeiro, 1943-1982

Descolonização e a tropicalidade estranha de Pierre Gourou e Orlando Ribeiro, 1943-1982

Décolonisation et tropicalité étrange de Pierre Gourou et Orlando Ribeiro, 1943-1982

Descolonización y la tropicalidad extraña de Pierre Gourou y Orlando Ribeiro, 1943-1982

Daniel Clayton

EDITOR'S NOTE

Submetido 15 Jul. 2022

Aceite para publicação 13 Out. 2022

La société ne vit que d'illusions. Toute société est une sorte de rêve collectif. Le réveil de ce genre de rêve est un cauchemar (Society lives only on illusions. Every society is a kind of collective dream. Waking up from this kind of dream is a nightmare). Paul Valéry (epigraph to Chapter 26, 'Les techniques d'encadrement et la développement' (Gourou, 1982a: 350).

- 1 This five-part article explores the connection between the geographers and tropical experts Pierre Gourou (1900-1999) and Orlando Ribeiro (1911-1997), and changing perspectives on their work and legacy, in the context of the double entendre of post-war decolonisation: what this term meant 'then' *qua* what it signifies 'now' (i.e. not only

what matters today but also what, in the recent critical scheme of things, happens to successive interpretations of the past). The focus here is on what I shall describe as the ‘unhomely tropicity’ of these two ‘mainstream’ geographers, and with some comments at the end about how work on decolonisation is more geared to the recovery of hitherto ‘marginal’ (occluded) actors and voices, perhaps on the assumption that critical understanding of ‘central’ figures (such as our two protagonists) is somehow ‘settled.’

Tropics and decolonisation

- 2 Interpretation of Gourou’s and Ribeiro’s work within the framework of decolonisation has shifted between ‘then’ and ‘now’. Decolonisation ‘then’ (c. 1945 - c.1980) was lived and seen as a tumultuous process of transformation spanning late colonialism, anti-colonial struggle, wars of decolonisation, imperial retreat, clashing metropolitan and colonial outlooks, new nationalist and internationalist agendas, Cold War antimonies, and not least the 1948 Universal Declaration of Human Rights, which granted self-determination as a fundamental right. Decolonisation ‘now’, meaning (for me) over the last thirty or so years, and with some twists and turns within this period, has come to be reconfigured, through postcolonial theory and latterly decolonial approaches, chiefly as an unfinished project, and with critical emphasis placed on the ongoing and violent legacies (and indeed actualities) of colonialism in material terms and in the form of deep-seated racism, ethnic division, and the association of some longer- and shorter-lived parts of the decolonised world (including those, such as Angola and Brazil, that had been in Portugal’s colonial orbit) with disaster and corruption, and with themes of ‘tropicality’ part and parcel of such association (see e.g., Hecht, 2013).
- 3 These two phases and iterations of decolonisation have provided potent frameworks within which the work of Gourou and Ribeiro has been read. Furthermore, while there are some significant overlaps between their lives and careers, they have been written about separately, as belonging to and helping to shape distinct Francophone and Lusophone traditions of scholarship and their late colonial and decolonising entanglements, rather than as part of a comparative story, which is the direction in which recent historical literature on decolonisation heads (see e.g., Thomas, 2007; Young, 2015; Singaravélou et al., 2020). The primary comparative facet of this article is disciplinary (geographical) and comes in two forms: first, through Gourou’s and Ribeiro’s common schooling in, and veneration and adaptation of, the tradition of geographical inquiry spawned by Vidal de la Blache (what I shall term their vision *Vidalienne*) (Gourou, 1966; Ribeiro, 1973, 1989); and second, through one of the epistemological conceits of geography, and science and scholarship more generally during this era, which the French (and communist and anti-colonial) geographer Jean Dresch (1979) described as the geographer’s “devoir de reserve” (duty to detachment) (see Clayton, 2020).
- 4 From the 1940s through to the early 1980s Gourou and Ribeiro were lauded as prodigious and well-meaning scholars and fieldworkers who transformed knowledge of the tropics (and from the mid-1960s with Ribeiro working in partnership with his wife Suzanne Daveau) and the part that “European intervention” played in it, and starting, they often signified, from a position of knowledge “ignorance”.¹ Since the 1980s (albeit with an important critical precursor in Gourou’s case), and with increasing postcolonial

vigour in recent decades, Gourou and Ribeiro have both been viewed as duplicitous wielders of ‘tropicality,’ an age-old Western discourse that exoticises and denigrates – ‘others’ – the tropics. On this postcolonial score, these two geographers were authoritative figures who invented and manipulated understanding of, rather than simply revealed or explained, ‘the tropics’. The critical literature on tropicality – and what is more usually and precisely referred to as ‘Luso-tropicalism’ in the Portuguese case – is geared to the postcolonial project of unsettling the lingering effects of colonialism, and with an emphasis on how violent legacies of empire remain, not least, through the enduring power of Western – colonising – discourses such as tropicality, which revolve around binary and essentialist (and thus divisive) configurations of ‘us’ and ‘them’, and ‘native’ and ‘exotic.’

- 5 I shall attest to these changing perspectives on Gourou and Ribeiro in the second and third sections of the article, and also in order to develop a supplementary recognition, which forms the crux of the fourth section: namely, that postcolonialism can be a blunt instrument of critique and to suggest that its core ‘unsettling’ mission needs to be approached reflexively, in relation to specific and changing decolonising and disciplinary situations. In this vein, it is suggested that Gourou and Ribeiro exercised an unhomely tropicality – one that often worked at cross-purposes with both decolonising energies ‘then’ and postcolonial charges about their tropicality ‘now,’ and that did not neatly fit prevailing ‘metropolitan’ or ‘colonial’ agendas and concerns. The critical purpose of this re-reading is not to cultivate the ‘unhomely’ in order to exonerate Gourou’s and Ribeiro’s tropicality from critique, but rather to glimpse something of what the anti-colonial thinker Georges Balandier ([1951] 1966), who extolled the work of geographers (including Gourou), described as “the colonial situation”: a more fluid, complex and ambivalent, although still potently usurping, space of knowledge and power (including geographical writing and fieldwork); a space that at once underpinned and unsettled colonial conditions and understandings. More recently, J.K. Gibson-Graham (2020) has argued that while we still need to question the sweeping, judgmental, paternalistic, and in places racist, tone of post-war western geographical writing about Africa and Asia (all traits of tropicality), this does not mean that we should pass over the sometimes perceptive and probing criticisms of large-scale development schemes, and attentiveness to the fragility of human-environment relations and vulnerability of many (especially peasant and migrant) communities in the face of rapid social and environmental change (and including signs of climate change) to be found in this body of work. Geographers’ work from this era might now be read “against the grain”, Gibson-Graham (2020: 12) suggest, and “play a role in making other worlds possible.”
- 6 The unhomely tropicality of Gourou and Ribeiro will be tracked in two directions: first, through collaborative links between them (including fieldwork together in Angola in 1962 and Mozambique in 1963); and second, through their ‘loftier’ *vision Vidalienne* and *devoir de reserve*, and by which their geography was set up in an expedient but awkward (or lateral) relationship with political actors and colonial and post-colonial states. Neither Gourou nor Ribeiro sought to insulate themselves from questions of decolonisation. They knew it was impossible to do so, and Ribeiro wrote a great deal about the historical geography of Portuguese colonialism. Yet their sense of politics was not trained on the state, capital or political power, but on the geographical idea of what Gourou termed ‘*techniques d’encadrement*’ (a slippery French term connoting landscape ordering and management techniques, and the agency and adjustment

capabilities of people in space), on a shared core interest in rural-peasant populations, and with Ribeiro more specifically interested in how geographical ordering and patterning was integral to the Portuguese character of the tropics and thus to Portugal's tropical identity.

- 7 The time frame for the article is apposite in these regards. 1943 is the year in which Gourou, then teaching in wartime Montpellier, began to map out a grand synthesis (zonal study) of the tropical world (published in 1947 as *Les pays tropicaux*), and the year in which Ribeiro established the Lisbon School of Geography, which became the institutional base for “geographical missions” to Portugal's colonial domains, an entanglement of state and scholarship that lasted until the end of the Estado Novo authoritarian regime in 1974 (Bowd and Clayton, 2019: 180-205; Sarmiento, 2019). 1982 was the year in which Gourou published his semi-autobiographical *Terres de bonne espérance: le monde tropical*, where he revised his opinion about the fortunes of the tropics, giving a more upbeat assessment than before, and reviewed Ribeiro's 1981 comparative study of Angola and Brazil, which offered a more downbeat assessment of Portugal's colonial track record in the tropics. Also, by 1982 the formal dissolution of Europe's colonial empires (including Portugal's) was largely over, western researchers no longer had unfettered access to field sites in the tropics, and radical (anti-colonial and *Tiers-Mondiste*) thinkers and activists were exposing the duplicity of western knowledge in empire.
- 8 The article concludes with a brief reflection on how, in gearing (for good reason) critical explorations of post-war decolonisation today towards the recovery of ‘marginal’ and ‘subaltern’ voices and locations – what, in our domain of inquiry, Federico Ferretti (2019, 2021) terms “other geographical traditions” – the potential benefits of looking again at ‘mainstream’ and ‘canonical’ figures, such as Gourou and Ribeiro, should not be overlooked; they cannot and should not be forgotten, and we should resist the idea that the debunking of their tropicity is a settled matter. The trope of the unhomely – unsettled, uncanny – is useful in this regard. I take it, not least, from Ranajit Guha's (1997: 482-83) essay ‘Not at home in empire,’ which proceeds from the claim that “there is always something uncanny about empire”, chiefly in that empire's palpable “urge to make a home of its territory” is not easily satisfied because the *imperium* it claims for itself and upon which it seeks to operate in colonial contexts “does not arise out of the society of the subject population but is imposed on it by an alien force” – enacting an “irreducible and historically necessary otherness”. Guha's wider point is that if the lingering effects of empire today are not to be stereotyped or disavowed through imperial amnesia and colonial nostalgia, uncanniness – the unhomely – ‘then’, and involving the coloniser, still needs to be seen as unsettling for us ‘now’ (also see Jacobs 1996).

Tropical geography and *la vision Vidalienne*

- 9 For sure, some of the most exacting geographical scholarship on the tropical world came from the pens of Gourou and Ribeiro. They were lauded for it at the time and extolled it themselves in several exchanges reflecting on their mutual labours (Ribeiro, 1967, 1968, 1972, 1973; Gourou, 1966, 1968, 1982b). Gourou's *Les pays tropicaux* was the most widely influential of the twelve major books he wrote during a career spanning eight decades. It ran to four editions, to 1972, was translated into numerous languages

(firstly into English, in 1953, and with Ribeiro writing the preface to the 1968 Portuguese edition) and was hailed as a “masterpiece” of scholarly erudition and literary flare, and “clear-minded” and “balanced” in its appraisal of “European intervention” (both he and Ribeiro used this expression instead of colonisation) (see citations in Bowd and Clayton, 2019: 1-35, 211-233). Gourou’s 1970 study *L’Afrique*, which is also significant to what follows, was similarly praised. Ribeiro’s 1962 *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*, Daveau and Ribeiro’s 1973 *La Zone Intertropicale Humide*, and Ribeiro’s 1981 *A Colonização de Angola e o seu Fracasso*, were less widely read outside Portugal and the Lusophone world but were no less important in shaping understanding of the Portuguese tropics, and no less favourably received (Garcia, 1993; Sarmento, 2019).

- 10 By the 1940s Gourou and Ribeiro were also ensconced, as experts, in national and international political and policy networks. Gourou worked first in French Indochina (teaching in Hanoi for nine years), and Ribeiro in Lisbon and Paris, on Portugal’s ‘split’ Atlantic and Mediterranean identity. These initial scholarly endeavours brought their work to the attention of the French and Portuguese governments, respectively. Gourou was invited to join the French Popular Front Government’s 1936 Guernut Commission, which investigated allegations of French colonial abuse in the Far East, and after World War II, and with a joint academic appointment at the Université Libre de Bruxelles and the prestigious Collège de France in Paris (where he formed a close friendship with Fernand Braudel), he undertook census projects and geographical ‘missions’ for the Belgian Government in the Congo and Rwanda, as well as travelling far and wide, to numerous international gatherings (AULB – Fonds Pierre Gourou PP153 and IP-713; ACDF – Gourou – missions; CV; Bowd and Clayton 2019: 206-225). He met Ribeiro in the late 1930s and they became reacquainted at various conferences during the 1950s, forming a close bond and shared intellectual outlook. From his base at the University of Lisbon, Ribeiro led a Portuguese Geographical Mission to Guiné in 1947, and over the next twenty years planned and led further missions to different Portuguese tropical and Atlantic realms, including an August-September 1962 mission to Angola and August-September 1963 mission to Mozambique with Gourou by his side (Ribeiro, 1950; Gourou, 1968; Sarmento, 2022).
- 11 Gourou and Ribeiro were both steeped in European letters. Both also prized their Leica cameras as instruments of observation and representation (many of their books are adorned with their photographs).² And both were feted as authorities and helped to expedite what Timothy Mitchell (2002) has described (partly with Gourou in mind) as a “rule of experts”, with geography a putatively beneficent handmaid of Western knowledge and political planning, and with their expertise supposedly arising more from scientific objectivity than any ideological allegiance to nation or empire.
- 12 France’s preeminent Alpine specialist, Paul Veyret (1973), alluded to the commonalities in their outlooks and style, and linked international estimation of their work, in a review of *La Zone Intertropicale Humide*, noting that the volume exemplified a “tradition” of geographical scholarship on the tropical world that was distinguished by “modesty rather than excess”, the “richness of its documentation”, and by its “sympathy and care” for its subject matter, which was “very clearly developed, very pleasantly written”, born of a “long and strong direct experience of large parts of the tropical world”, and equipped to delivering “fair judgements” (cf. Veyret, 1948, and Bowd and Clayton, 2019: 5-10, for similarly inflected reviews of Gourou’s work). The

“juxtaposition between ‘traditional life and the European intervention,’ involving many sensitive issues” was also key, Veyret (1973) continued: “Different types of traditional life are presented in an extremely precise and lively way” and this is “presupposed by an intimate knowledge of the human problems of colonised regions”; and this framework of “zonal study” is able to “rise above the clutter of national situations” and identify comparative problems and themes (modern techniques, population and resources, and land organisation). For Gourou and Ribeiro (and Daveau) alike, “the examination of the suitability of modern techniques [science, technology, land systems, agricultural techniques, and so on] furnishes opportunities to forcefully recall the lamentable procession of mistakes made by Western policymakers, whose proud faith in their abilities was accompanied by deep ignorance of physical and human realities in the tropics and how technical problems are also deeply human and complex problems.”

- 13 These ventures were shaped by Gourou’s and Ribeiro’s 1930s inculcation into the powerful French School of Geography at the Sorbonne, where they worked with Emmanuel de Martonne and Albert Demangeon, who, in turn, were acolytes of the School’s nineteenth-century founder, Vidal de la Blache. Gourou’s and Ribeiro’s *vision Vidalienne* was rooted in an unwavering interest in the *longue-durée* of *milieux* (human-environment contexts and regional complexes) as expressed in land use, settlement, peasant-agrarian custom, population density, and what Gourou came to call “*techniques d’encadrement*” (as above; and more specifically in this context, the long-adjusted landscape moulding techniques and processes of ‘ordinary’ people and populations rather than the state or capital or international development programmes). Befitting this schooling, both strongly objected to environmental determinism and embraced Vidalian ‘possibilism’ (human agency in the face of environmental constraint, and with convention and identity seen as the product of a long and often fragile accommodation between people and their *milieux*) (see Gourou, 1966; Ribeiro, 1973). The region (at zonal, national and sub-national scales) was their prized unit of analysis, and it was studied through a combination of fieldwork (observation, survey work, and mapping), archival investigation, and comparative analysis.
- 14 In 1966 Ribeiro founded a new Portuguese geography journal, *Finisterra*, and invited Gourou to write a piece summarising his view of geography for the inaugural issue. Ribeiro’s geography emulates Gourou’s in many significant respects, and in a 1973 homage to Gourou’s “system of geography”, Ribeiro relates how Gourou was concerned with the “broad lines”, “essential features” and “above all the humanised landscapes” of the tropics – with “large, comparative complexes” of climate, soil, terrain, vegetation, settlement, production, and seasonality; with “regional chapters” of “tropical variation” as well as “the ancient unities of peasant life”; and with “modern pressures and perturbations wrought by European intervention.” Ribeiro offered a sorn-off version of this same message in this Preface to *Les pays tropicaux* (Ribeiro, 1968; also Ribeiro, 1972). At the heart of Gourou’s project, Ribeiro continued, was an abiding concern with how “people regulate their relationships with each other and their relationship with the physical environment through the ways they transform nature and organise space” (Ribeiro 1973). This, essentially, was their (joint) *vision Vidalienne* (also see Solotareff, 1996). It is writ large in numerous ‘survey’ essays that the two of them wrote about the humid tropics in general, and different parts of ‘la zone tropicale’, and Ribeiro (1967, 1989) vindicates it in other essays explaining his own approach. Both geographers were suspicious of what Ribeiro (1973) described as “new developments in human geography [the discipline’s post-war ‘quantitative revolution’]

that propose to isolate spatial phenomena and mechanisms, lifting them out of their natural contexts and civilisations and treating them as relations of force, gravity and interaction in an ideally uniform space.” While the largely rural-peasant focus of their tropical geography spawned sweeping generalisations, it was also field-based, heeded context and locality, and placed great store by observation and evidence rather than assumption and *a priori* thinking (Bowd and Clayton, 2019: 206-264). It also revolved around an epistemology and practice that Olivier Orain (2009) expresses as “*de plain-pied dans le monde*” (to which I shall return).

- 15 For his part, Gourou declared, in that 1966 essay: “Geography demystifies the relations between human groups and their natural base and thus contributes to giving people a more acute sense of their freedom and responsibilities. Humanity is not a vain word; and this is what geography helps to illuminate”. Gourou exalted how his colleague and friend Ribeiro appraised, in “masterful ways”, the unities and tensions linking the “diverse humanised landscapes of the Portuguese tropics” from Angola and Brazil to Goa, Guiné and Cape Verde, and from the local scale and short-term to long-term processes of human-environment conditioning and large-scale European intervention (the transfer of people, goods, and agricultural practices linking Portuguese Africa, America and Asia).

Tropicality and Luso-tropicalism

- 16 As this thumbnail sketch of two prolific and influential bodies of work hopefully intimates, for both Gourou and Ribeiro geography (and with tropical geography deemed an area of study rather than as a bespoke subdiscipline) was a project of ‘synthesis’ and ‘demystification,’ and with the geographer surveying from on high, seeing patterns and connections in landscapes, between people and environments, and across regions. However, such patterns and connections, and the fastidious fieldwork and detailed observations upon which they were based, were also hardwired to a disciplinary way of seeing and working that other people - including, by implication, tropical peoples - could not discern. It this presumption regarding their entitlement to write in such an ‘authoritative’ way that subsequently came in for criticism. Their ‘god’s eye’ conceit of Olympian detachment, and the fact that they wielded it in their published work with very little commentary or reflection on how they worked (their epistemological assumptions and methodology), lies at the heart of the idea of tropicality.
- 17 In the early 1980s two young French geographers, Michel Bruneau (whose father had been taught by Gourou in Hanoi) and Georges Courade, with tropical expertise in Southeast Asia and Africa, respectively, pointed to the “colonial perfume” of Gourou’s tropical geography – how it oozed exoticism and paternalism, and held the tropical world in suspended animation, as an object of Western scientific inspection and aesthetic response (and with Gourou, and also Ribeiro, at different moments declaring themselves cynical and sanguine about the fortunes of the tropics) (Bruneau and Courade, 1984). Bruneau and Courade acknowledged that Gourou was often critical of European colonial policy, seeing much of it as ill-attuned to tropical conditions, but argued that his work was still “shadowed” by colonialist conceit in the way it spoke on behalf of tropical peoples and places, and eschewed critical analysis of politics, capital, and the state. This was a fledgling postcolonial critique of Gourou, one written, then,

from a radicalised metropolitan situation within which the authority of white-western, and overwhelming male, programmes of research and representation were being questioned in the wake of the political and intellectual upheavals of the late 1960s.

- 18 Key elements of this critique would later be applied to Ribeiro (see Pimenta, Sarmento and de Azevedo, 2011), to which I shall turn shortly. Meantime, David Arnold (2000: 5) saw *Les pays tropicaux* as “a high point in the discursive representation of the tropics (which will be referred to here as ‘tropicality’) that had formed over the preceding century of imperial expansion and control”, and with the text saying “as much about a collective (but by the 1950s already rather dated) northern world-view of the intra-tropical zone as it does about the ‘tropical world’ it seeks to depict”, and with the tropics deemed “impoverished and pestilential”. Arnold coined the expression “tropicality” in conscious parallel to Edward Said’s idea of Orientalism. Both were Eurocentric projects of what Said (1978: 45) called “knowledgeable manipulation”. For Arnold (1996: 142) the tropics, like the Orient, need to be seen “as a conceptual, and not merely physical, space”; and figures such as Gourou wielded tropicality by representing and ultimately judging the tropical world “against the perceived normality of the northern temperate zone” (Arnold, 1998: 83). Indeed, Gourou (1947: 2 and 174) opened and closed his survey with the declarations that: “Compared to temperate countries, tropical regions are afflicted by a certain number of inferiorities. It is generally not impossible to master an elusive and difficult tropical nature, and build in hot, wet lands societies with a superior civilisation”; and “We who live in temperate lands find it difficult to realise how baneful nature can be to humanity or to grasp that in many tropical places and regions water may swarm with dangerous germs, numerous blood-sucking insects may inject deadly microbes into the body, and the very soil may be harmful to the touch.”
- 19 An extensive literature on tropicality (for summaries, see Bowd and Clayton, 2019: 15-32 and *passim*; Sutter, 2014) now shows how this discourse has been projected and grounded through a panoply of modern Western (Anglophone, Francophone, Germanic, Hispanic, and Lusophone) practices and disciplines, from agriculture, art, architecture and botany, to exploration, fiction and tourism, and maritime trade, plantation and penal systems and urban planning. The tropical world has been suspended and manipulated in western geographical imaginations in both positive and negative terms, as Edenic and fecund, but also as pestilential and a green hell for European colonisers. Gourou and Ribeiro can be situated in the strain of tropicality that envisioned the tropical world as a realm of deception and disillusionment, and with Gourou (1968, 1982a) seeing in Ribeiro’s work (principally Ribeiro, 1961, 1981) a powerful statement about the obstacles and difficulties the Portuguese faced in colonising alien tropical environments with an ostensibly Mediterranean mindset and know-how. Gourou himself used a powerful image from Paul Valéry about the illusory tenor of society as an epigraph to a key chapter of *Terres de bonne espérance on encadrements* and development in the tropics (I also use it as my epigraph to this article).
- 20 An important and overlooked precursor to this postcolonial critique of tropicality can be found in the Martinican anti-colonial theorist Aimé Césaire’s 1950 *Discours sur le colonialisme*, where what he dubs the “*tropicalité*” of *Les pays tropicaux* is forcefully chastised, with the “subjective good faith” of liberal Western academics like Gourou deemed “entirely irrelevant to the objective social implications of the evil work they perform as watchdogs of colonialism” (Césaire, 1972: 34). It was not just Gourou’s

assertion that the civilisations of the tropics were inferior to those of the temperate West that irked Césaire, but also the way Gourou granted to himself the right to pronounce on what counted as the condition and fate of the tropics. His geography was not serene, detached, or necessarily relevant, Césaire opined; rather, it was “an impure and worldly [subjective and decrepit] geography” (*géographie impure et combien séculière*) (Césaire, 1972: 43). Gourou claimed he knew nothing of this critique (see Bowd and Clayton, 2019), but he was not blind to what was going on around him, noting in a 1963 high school textbook written with colleagues in Bordeaux that decolonisation was “an irreversible process” – one that stemmed from the ravages of World War II, which had “weakened imperial powers and their colonial empires irrevocably,” and that was fuelled by “progress in the means of communication and transmission of thought” (especially, for him, radio), which had “allowed erstwhile ‘dependent’ countries to become conscious of the political and economic problems of the globe and aspire to independence” (Gourou et al., 1963: 28).

- 21 Ribeiro’s tropicality came in a slightly different guise and via a different colonial genealogy: through what Cláudia Castelo (2016; also Castelo, 2018; Alexandre, 2000; Gonçalves, 2018) describes as the political and intellectual entanglements of “Luso-tropicalism”, which stemmed from late nineteenth-century arguments about “the special ability of the Portuguese for colonisation... [and] idea of a special adaptation of the Portuguese to the tropical climate, as well as a special relationship with colonised indigenous peoples.” From 1951, when António de Oliveira Salazar became President of Portugal with a new national (metropolitan-colonial) project of unity that included Portugal’s colonies, until the toppling of his regime in 1974, Portugal bucked the ‘irreversibility’ of decolonisation, and Luso-tropicalism became a means of extending and legitimising colonial dominance, in material terms through the creation of major new economic development and resettlements projects, in Angola and Mozambique for example.
- 22 While colonial in origin, Luso-tropicalism was given an intellectual fillip by the work of Brazilian sociologist Gilberto Freyre, and in late colonial Portugal was well-received by scholars from diverse fields – Anthropology, Ecology, History, Philosophy, Political Science, and including Ribeiro (and Francisco José Tenreiro) from Geography – and with Salazar’s director of the *Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina* (higher education academy, which trained officials for colonial assignment), Adriano Moreira, playing a powerful role in bridging different disciplinary and political dimensions.. As João Sarmiento (2019: 23) notes, “Luso-tropicalism was conveniently and selectively appropriated as an imperial narrative by the Estado Novo as a means of highlighting the idea that the Portuguese had a special ability to relate to ‘other’ cultures”, and with this “perhaps seen nowhere more clearly than in one of Ribeiro’s [1942] early publications: ‘O Brasil’ ... [which] underscored the specious links in Luso-tropicalism between geography, culture and race. Ribeiro claimed that ‘it is undeniable that the Portuguese have, more than any other Europeans, the gift of acclimatisation in the tropics, remaining strong where and while other [European] peoples hardly settle’”.
- 23 Latter-day Portuguese postcolonial critiques of Luso-tropicalism build on the Anglophone tropicality literature, and the juxtaposition between decolonisation then and now is neatly expedited by Sarmiento (2019: 24), who tracks how “the death knell of Portuguese tropical geography was sounded by the start of the civil wars in Angola and Mozambique in the mid-1970s”, with funding for research in Africa becoming scarce,

and tropical geography instruction soon disappearing from the Portuguese university curriculum. Tellingly, Ribeiro signalled the termination of his own decades-long project of tropical geography in a 1978 letter to Gourou about the “final” book he was writing on the colonisation of Angola (cited Sarmiento, 2019). Indeed, it is at this end of our frame – the late 1970s and early 1980s, and with Gourou reflecting in a similar vein in his 1982 *Terres de bonnes espérance*, as French radicals were beginning to denounce his tropical geography – that the ‘unhomely’ starts to come into view.

The unhomely tropicality of Gourou and Ribeiro

- 24 The tropicality of Gourou and Ribeiro should not be underestimated. In *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples* (and akin to Césaire), Linda Tuhiwai Smith (2013: 122) examines how academic disciplines have both shaped and been shaped by colonial practices, how they install “colonizing knowledges” that invent, re-organise and ‘discipline’ Indigenous knowledges and bodies, and have an enduring power to prescribe and dictate meaning. In vital respects, decolonisation ‘now’ is about dismantling the epistemological roots and sway, and citationary power, of colonising knowledges, of which Orientalism and tropicality are potent examples. Postcolonial (and now ‘decolonial’ – as the parlance gets revised) interest in the unhomely – the uncanny, the unsettling – provides one (although by no means the only) path to such dismantling, and, among other things, involves further enquiry into what Ann Stoler (2008: 247-278) terms “the politics of disregard”: namely, querying the assumption often found in postcolonial theory “that we who study the colonial know both what imperial rule looks like and the dispositions of those it empowers”; querying “the smug sense that colonial sensibilities are a given and we can now quickly move on to the complexities and more subtle, troubled dispositions of the postcolonial present.” In a related vein, for Guha, ‘not being at home in empire’ not only stems from the censure of ‘the colonised’; it also involves the historian/critic’s attention to desire, fear, and anxiety on the part of colonisers, about miscegenation for example, and how they can feel that things are wrong even if they act or pretend ‘otherwise’, pretending that their power and presence are secure.
- 25 In recent years, the recovery of, and reckoning with, the violence of empire, often buried in the imperial archive (and sometimes literally burned – destroyed), has become a way of broaching grievances today about racism, exclusion, imperial amnesia, and colonial nostalgia – and all of this is rekindling interest in the post-war era of decolonisation, and along the lines that it was more complex and fraught than our theories and genealogies of it (Young, 2015). The tropicality literature gets a certain way in this regard, by exposing and challenging the epistemological violence of Western ways of knowing and envisioning the tropics, as a means of ‘clearing space’ for new ways of thinking and working that both heed the achievements of decolonisation (for example, the agency of the colonised, and not least how ‘the tropicalised’ have used tropes of tropicality for their own ‘militant’ ends – see Clayton, 2013), and seek to ascertain the lingering effects of colonialism (long-term and deleterious imagery of tropical conditions).
- 26 Such an orientation, from ‘decolonisation now,’ makes us less sure, for instance, about tropical geography’s methods, results, and in this respect the ‘unhomely’ is about being alert to moments and forms of ambivalence, anxiety and contradiction in an otherwise

accomplished and poised system of representation – about being attentive to moments of doubt or discomfort in the texts of figures such as Gourou and Ribeiro. Questions can be raised about how post-war tropical geography was created and performed – on whose terms, and above all (*pace* Said and Arnold, and Bruneau and Courade) with ‘the tropics’ framed, and by implication imprisoned, by a geographical imagination and practice that appropriates and manipulates.

- 27 It is along this ‘inside’ track that the unhomely tropicality of Gourou and Ribeiro might now be made to travel, and with questions about what there is to their work that might now be deemed unacceptable or harmful not decided at the outset. Two sets of considerations, both of which have been hinted at above, might be sketched (and prompt further exploration). First, and perhaps most obviously, both Gourou and Ribeiro (and from the mid-1960s Ribeiro with Daveau) return again and again in their work to the idea that Europeans were never, and could never be, entirely ‘at home’ in the tropics, because of the alien nature of the environment and European colonisers’ ignorance and inexperience of it.
- 28 In this sense, an assertive tropicality that trades on a temperate/tropical binary of superiority/inferiority and mastery/subservience can be read as an anxiety-ridden response to what colonisers never entirely had within their grasp. Whether in exotic awe or fear of ‘the tropics,’ the tropical zone was unsettling. More particularly, and adapting Guha’s thesis, for Gourou and Ribeiro colonisers were not at home in the tropics because their ways of seeing, settling, and exploiting this part of the world did not arise out of indigenous conditions and know-how but were imposed upon it as an alien force. This is a recurrent theme of their work and is encapsulated in Gourou’s (1982b) detailed review of Ribeiro’s book on the ‘failure’ of Portuguese colonialism in Angola. While, as Sarmiento (2019: 27) notes, Ribeiro had sought to defend “an ‘ecological colonisation’, whereby a cultural transplantation from the Mediterranean to the tropics would take place, followed by a tropicalisation of Europeans”, Gourou emphasised how his colleague had come to the realisation that the results of this endeavour, and attendant attempts to explain it through tenets of Luso-tropicalism, were patchy and incomplete.
- 29 While Gourou used *Terres de bonne espérance* (“lands of good hope”) to express a new-found optimism about prospects for tropical development, the book itself is replete with analyses and epigraphs that are about illusion, disillusionment, and failure (in short pessimism), and it is in this direction that Gourou heads in this review of Ribeiro’s book. This was a “very important book on a matter of great significance in understanding the topics”, Gourou ventured, and one marked by “the high degree of impartiality needed to deal properly with such a complex and delicate subject and that one has come to expect of its author”: was Portugal, was Europe, ever really or fully able to “master” the tropics, Gourou (1982b: 378) asked using Ribeiro’s book. Ribeiro’s comparison of Angola and Brazil was revealing, Gourou continued, and his overriding theme of “fracasso” (failure) was entirely apt. Getting beyond “superficial analogies” and probing “divergent developments”, Gourou (1982b: 378) reflected, Ribeiro considered the “multiple [environmental, demographic, and financial] constraints” and “political torpor” facing the Portuguese: “The long-held dream of a Portuguese transversal Africa linking Angola to Mozambique may have aroused imaginations, but the means of achieving it were lacking, and the Africans of the future Angola resisted Portuguese conquest so effectively that Portugal took a limited interest in Angola for a

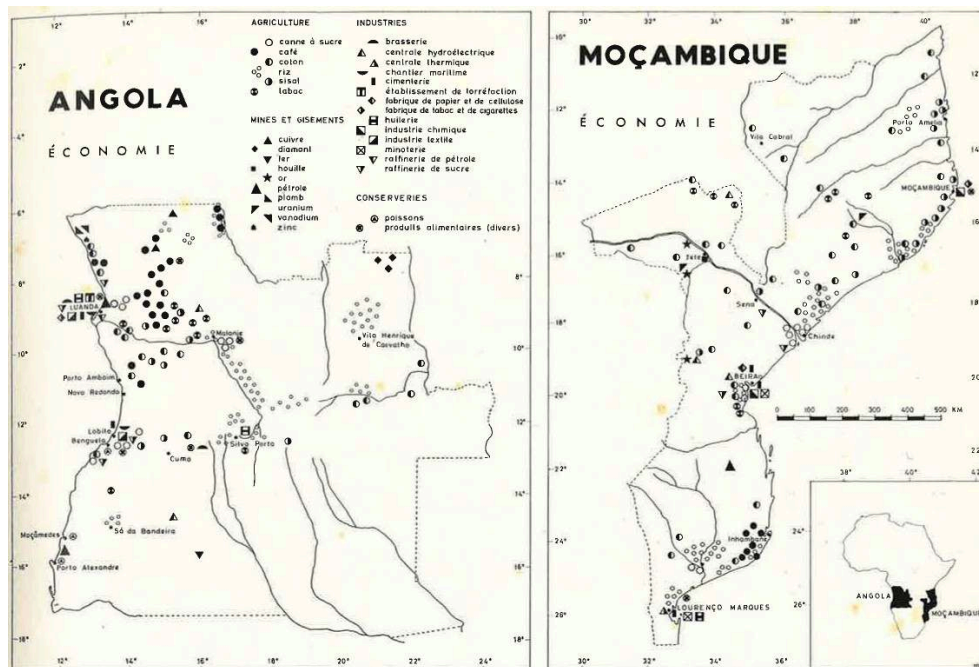
long time.” When such interest was piqued, later, it was through an exploitative “plantation system” and “system of resource extraction” that backfired on Portuguese efforts at miscegenation and assimilation. “Mestizos were few in number and could not contribute to the formation of a new people, as happened more fully in Brazil, which draws its originality from its multiracial sources and fidelity to Portuguese civilisation.” The reality of a “deeply Lusitanian and mixed colonial Angola” remained “illusory”, and long-drawn-out failures like this provided the grounds for a “new separation” between Africans and Europeans through decolonisation (Gourou 1982b: 378-379). In short, Gourou saw a sense of inevitability in what Ribeiro was recounting in the wake of Portugal’s colonial capitulation in Africa, and it was a view of this continent that chimed with his own sense of how unhomey – how disturbed (we would now more likely use the word ‘violent’) – the tropical world was from a European colonial point of view, and with Europe fomenting so many of its problems.

- 30 Daveau (1963: 313-315) had also dwelt on these themes of disillusionment and unhomeyness in a long review of Ribeiro’s earlier book on the geography of early Portuguese overseas expansion, underscoring the many difficulties, and difficulties more than opportunities, in how, “facing a new world rich in economic promise, but refusing the pure and simple implantation of traditional forms of Mediterranean civilisation, the Portuguese found themselves constrained to improvise new methods of colonisation in how they adapted both to the environment and the means at their disposal.” The “distinguishing features of tropical lands that came under Portuguese influence – miscegenation and assimilation – heralded a national concept based not on race”, she read Ribeiro as saying, “but on participation in the same cultural heritage” (Daveau 1963: 315-318). But it also involved “a quick mixing of elements to generate a recent standardisation of tropical countries... and reunification of the tropical world... to which we are often not very alert” – alert in the sense that these processes of mixing and calibration generated their own longer-term problems. An “original mixed culture was created of which Brazil remains, in the world of today, the living champion”, but the “decisive enrichment” of the tropics by the Portuguese, with myriad exchanges and flows across the tropical zone, was not achieved “without cruel bloodletting” and “an upheaval in eating habits”, and with what “was affected by Portuguese traffic” benefitting Portugal foremost (Daveau, 1963: 313-318).
- 31 The other main way of opening up the idea of an unhomey tropicality in the work of Gourou and Ribeiro is by using their *vision Vidalienne* and *devoir de reserve* to unsettle the aura of epistemological entitlement and appropriation that critiques of tropicality bring to their door. On the former count, Vidalian geography was skeptical about modernisation, state centralisation, and rapid change (through economic development, urbanization, and political standardisation). This geography had a pastoral-peasant-paternalist bent and was suspicious of the artifices of modernity. One of Gourou’s and Ribeiro’s key contributions to this intellectual outlook and tradition of scholarship was to extend its sensibilities to the colonial world. Such sensibilities lie behind their criticism, often veiled in their scholarship, of Belgian, French, and Portuguese imperial schemes and colonial policies – even as they came to such issues, they acknowledged, through government and advisory assignments, and with state and colonial backing (or what Gourou referred to simply as the help of “*les autorités*”, the authorities, and with the *Junta de Investigações do Ultramar* key to Ribeiro’s fieldwork). They clung to their research independence tenaciously. For example, when questioned, in 1984, by radical

French geographers about his politics, Gourou (1984: 67) responded, defiantly, “I would rather see a peasant than a politician.”

- 32 On both counts, “European intervention” had an unhomey presence in the patterns and rhythms of the tropical world that Gourou and Ribeiro beheld. In textual terms, and in both of their cases, such unhomeliness was registered with use of question marks. When questions of colonisation bubbled to the surface of their writing, which generally fitted the Vidalian format of proceeding from physical geography to long-evolved humanised landscapes, it was usually in the form of questions that were deployed rhetorically to imply that such matters were intruding into their narratives. This happened more consistently in the case of Gourou than that of Ribeiro, who, in a Luso-tropicalist vein, broached political questions in a more thoroughgoing manner. However, Ribeiro still followed the Vidalian script, and both geographers were oriented towards the traditional-agrarian-peasant base of *encadrements* and humanised landscapes that were being overhauled by Western designs and inroads, and frequently, they judged, with counter-productive results. Gourou (1970: 3, 27, 382) wrote at length about the “increasing poverty” of African *encadrements* in the face of imperial plunder and new nationalist and international development agendas. In his view, whole ways of life were threatened and diminished by both colonisation and decolonisation.
- 33 This stance can be seen clearly in a 1968 essay that Gourou wrote on Angola and Mozambique, which stemmed from his fieldwork with Ribeiro earlier in the 1960s and was written at the height of a decade-long war of independence, and with fuller chapters on Mozambique (Gourou, 1970: 327-333) and Angola (Gourou, 1970: 367-373) - and including photos taken during his trips with Ribeiro - coming later in *L’Afrique*. In this essay Gourou (1968: 7-18) related how the “economic life” of Angola was being transformed by commercial plantations (coffee, sugar) and mines (diamonds, oil, iron ore, and manganese) (Figure 1), and leading to “a certain degree of organisation in railroads, harbours and towns”. “Official agricultural colonisation wants to root families”, he continued, to create “a Portuguese community in Angola that is so large it cannot be questioned.”

Figure 1. "Angola et Mozambique: études de géographie régionale"



In: Gourou, 1968: 13, fig. 4. © Biblioteca do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (CEG-IGOT-ULisboa)

- 34 There is a rhythm and naturalism to his description of these two Portuguese tropical colonies, with the physical and human geographies he describes coming from his observations (i.e. without references and sources – the essay does not list any). This is partly what Bruneau and Courade (1984) meant by his “colonial perfume”: Gourou presides, pontificates; we are under no illusion that the knowledge presented is his. But this style is also unhomely in the way it is punctuated by questions that break the sweep of the narrative. For example, immediately after his remarks about the Portuguese community in Angola, Gourou asks: “Do these parameters and forces of colonisation respond to the hopes placed in them?” He follows this with an opinion that places the narrative back into a natural order, averring that “The economic situation of these settlers is not stabilised because their vocation remains ill-defined”; and on he goes in this fashion, punctuating his ‘perfumed’ text with questions that prompt us to query his style (ask about where it comes from, and what is excluded): “You have to ask whether, despite the talent and dedication of Portugal’s colonists and colonial companies, their schemes are not utopian”. “The colony of Matala and Folgares, on the upper Cunene”, he continues,

is a beautiful technical achievement. Electricity produced through the dam is transported to Sá da Bandeira and Moçamedes. Some of the water feeds an irrigation canal whose immense sinuosities emphasise the relief of a tropical peneplain with wide flat-bottomed valleys. These official colonisations are conducted with seriousness. But will they achieve results commensurate with the size of the investments?

- 35 As for Mozambique:

In an Africa too often little favoured by the quality of its soils and water abundance, the Zambezi Delta brings together great fertility benefits and certainly a wide supply of fresh water. And this has brought diverse colonisation dreams and schemes. But should we fear that all of this will not have the happy effects it hopes

for? White settlement policy jeopardises the Luso-tropicalism of Africans by miscegenation.... The existence of tens of thousands of *civilizados* cannot claim to pave the way for progress for 6,600,000 Africans.

36 Gourou predicted a bloody end to the peasant resettlement plan then in the offing in Angola, where upwards of 3000 African peasant families, scattered over a 25,000-hectare area, were being resettled in villages in the east and northwest of the colony. The plan was designed to shore up Portugal's lucrative plantations and mining operations, and the settlements were patrolled by Portuguese militia and a network of spies and informants, to offset infiltration and mobilisation by the National Front for the Liberation of Angola. But the peasants so resettled – up to one million of them by 1974 – looked disdainfully upon the 200-300 Portuguese *colons*, who were handed prize land and mineral concessions in their lands. For the vast majority of the population, Gourou surmised, prospects were being stunted by “the same racial segregation problems as we see in South Africa and Rhodesia.”

37 Gourou (1970: 7, 21) took a similar questioning tack in *L'Afrique*, and did so to enter metropolitan and disciplinary debates in anthropology, sociology and philology about race:

Would Black people be more inclined, by nature, to admit a close interdependence between the natural and the supernatural? How can such a question [asked by these disciplines] be answered honestly? Is it wise to even ask it when you are a white person belonging to a nation whose capital [Paris] has 5,000 astrologers, palm-readers and other soothsayers? (Gourou, 1970: 7)

This African intelligence: Why has it seemingly not constructed anything comparable to the Greco-Latin or European nature, or Chinese, or Indian? Well, it is not individual intelligence that makes civilisations; rather, they are historical, social and geographical constructs... and the key element, the crucial factor in these questions, is the organisation of techniques. (Gourou, 1970: 21)

38 One can hear echoes of Ribeiro's own writing in much of this; indeed, he wrote in a similar way in many of his essays (e.g. Ribeiro, 1967), with questions used to jolt – or ‘unhome’ – the narrative flow of his tropical geography and juxtapose traditional and modern, and coloniser and colonised.

39 Gourou's readiness to question dominant Western systems of thought and colonial policies – and he was particularly searching in his criticism of Britain's record in East Africa (see Gourou, 1954, 1955) – impressed France's top colonial administrator, Robert Delavignette (1972: 280-282), who noted that “the training of new social classes of administrators and policy-makers should not happen without some liaison between the leadership of the administration and geographical research. Obvious geographical facts and findings are often neglected by Governments and Administrations imbued with a sense of their own infallibility.”

40 Furthermore, Balandier (1966: 37-41) lauded Gourou and the field of tropical geography for avoiding the type of “dogmatic mapping” he associated with anthropology's essentialist fixation with tribe and ethnicity, with the psychologising categories of anti-colonial thinkers such as Frantz Fanon and Albert Memmi, and with modernisation theorists' resort to abstract economic models which subordinated questions of culture to material drives and aspirations. While Gourou was more concerned with *la longue durée* and a traditional peasant-agrarian scene than with the political contingencies of the decolonising present, Balandier continued, his work also in some ways bucked “the current disregard for the present that characterises French ethnology” through its

concern with “the art of living” rather than just technical or material appreciation of “means of living”. Above all, the importance of such geographical work resided, for Balandier, in its emphasis on “adjustment to place” – in other words, on processes of change that were more cyclical and piecemeal than linear. Balandier saw the geographer’s interest in the agrarian know-how and strategies of African communities as a decolonisation of the scientific gaze and implicit critique of ethnology. In other words, the questions, particularly about European intervention, that Gourou and Ribeiro raised in their books and essays point to something more conditional and equivocal than one gets from plainer critiques of their tropicality/Luso-tropicalism – and something that was enacted between locations.

- 41 Such equivocation also stems from the way their *vision Vidalienne* was expedited through what Orain (2009) expresses as “*de plain-pied dans le monde.*” This complex and clever expression variously translates as ‘on a level with the world,’ ‘to walk in the real,’ ‘to be true to reality.’ It captures the rhetorical and stylistic character of Vidalian geography and how writing in this vein became persuasive and authoritative. “The realist illusion of being level with the world, in the immediacy of the object, rests on the removal of what might emerge in the text about the conditions of its enunciation, and its roughness [noisiness and imprecision] as mediator in the act of communication” (Orain, 2009: 46). Orain argues that this belief in the immediacy of the world and ability to literally transcribe it for the reader invested *la vision Vidalienne* with realism but also with complacency about the need to probe the epistemological grounds upon which its knowledge was generated. The geographer sought to convince the reader that the world was being closely (scrupulously) observed, yet at the same with the writer placed outside of it all, in a realm of observational fantasy, as if the facts and relations seen or disclosed were unclouded by personal whim or methodological artifice.
- 42 Such a metaphysics had obvious political bonuses for the young discipline of geography, which was seeking to gain a foothold in school and university curricula and underscore its analytical gravitas. For Gourou and Ribeiro, the geographer’s attention to terrain and human landscapes, and fastidious recourse to detail, was what anchored this realism. It was also delivered in a high literary style that involved both lyricism and level-headedness to create the illusion that there was no authorial intervention in the passage from world to word and back. Accordingly, geography’s status as a *performance* – a doing, a construction – was obscured. Gourou and Ribeiro both wrote as if the regions they had visited, and the objects and relations that appear in their texts, arose unquestionably from the landscape itself rather than from a trail of methodological decisions that went into the assembly of their work. This trail – the sources and methods they used (including their avid photography), and the voices they solicited or side-lined – was consigned to the background, if it was mentioned at all, again making their interpretative judgements seem as if they arose from the landscape itself.
- 43 Of course, dropping opinion into the text in the form of questions that punctuated this ‘walk in the real’ was a way of extending its illusion: it draws our attention to the very thing that Orain’s *de plain-pied dans le monde* makes us believe, and makes it look all-the-more unhomey. Delavignette (1972: 281) glimpsed something of what I mean, remarking:

Let’s return to Gourou’s *L’Afrique*. The very cover of the book gives off the reddish atmosphere of bush fire. The frontispiece is a photograph of black women, children on their backs and hoe in hand, bent over to dig the earth. Already our attention is

drawn to what is essential: how do you establish a modern administration on an agricultural space where the peasant expends great time and strength working, far from the village, at extensive cultivation? In this situation, political leaders and their administrative lackeys are tempted by easy solutions that adopt the mask of force. (Delavignette, 1972: 281)

- 44 But the point here is that Gourou – and the same applies to Ribeiro, I think – both advance and unsettle their own epistemic privilege by these means, and the reader is left with the impression (however directly it purportedly came ‘from the landscape itself’) that temperate designs often did not fit tropical conditions, and that an imperial will to power faltered not just because there was resistance to it and deep resentment of empire’s brute force on the part of the colonised, but also because of the coloniser’s inadequate knowledge of fragile *encadrements*, the unravelling of which would prove to be a disaster.
- 45 Such unsettling has been given a new lease of life with the publication, recently, of Ribeiro’s Angola and Mozambique notebooks in new critical editions (Sarmiento and Brito-Henriques, 2013; Sarmiento, 2022). Matters are more difficult, in this regard, in Gourou’s case: he left hardly any notebooks or journals (for his lectures or fieldwork) and only smatterings of scattered correspondence (see Bowd and Clayton, 2019).³ However, I have been dealing with their published texts, where such ‘behind the scenes’ work is very rarely on display and was not deemed to be integral to how their work was published at the time. Moreover, while part and parcel of a tropicalist outlook and *de plain-pied dans le monde* mode of exposition, their *devoir de reserve* also gave them the license to question Western imperial attitudes and colonial policies (and they were fortunate that they were not ‘shut down’ by censors) and declare a commitment to the tropical peoples and places they studied.

Mainstream and margin: where next?

- 46 The above discussion of changing views of Gourou’s and Ribeiro’s work, and how they intersect with wider and changing political and intellectual landscapes of decolonisation, brings us to the idea that we are not faced with a question of deciding whether or not Gourou and Ribeiro were ultimately ‘for’ or ‘against’ empire, or development, or ‘progress’, but rather of thinking about the unhomey qualities of their ventures: how they were power-laden but do not neatly fit into boxes, then or now. I shall end with the suggestion that figures like Gourou and Ribeiro should not be written off, as Césaire (1972: 35), and for important reasons, wrote Gourou off, as a “hackneyed” example of a duplicitous liberal-bourgeoisie ‘do-gooding’, but were part of what is now, in a different postcolonial/decolonial time, seen as a more complex mix of attitudes and practices.
- 47 The rush to recover and extol marginal and subaltern knowledges, and of knowing ‘otherwise’ through indigenous worldviews and know-how, is vital and needs to be harnessed. Latter-day postcolonial and decolonial thought is absolutely right about this – and the charge that Gourou and Ribeiro were haughty and Eurocentric should not be toned down. To be sure, they ‘spoke for’ – ventriloquised – the tropics, and no more so than in grandiose survey essays and books on the tropical zone (Gourou, 1947, 1970, 1982a, Ribeiro 1942, 1962; Daveau and Ribeiro, 1973), where they bestrode the world they were writing about akin (postcolonial theory might suggest) to the way Cecil

Rhodes bestrode the map of Africa: they literally put their stamp on it. But they were also part – at least to some degree – of a hegemonic set-up against which marginalised voices and knowledges, including many people they worked with and taught (and voices they heard, and perhaps even understood), are now being reinstated to historical-geographical visibility. Accordingly, important questions need to be raised here about how autonomous and distinct epistemologies and ontologies are placed within the armature of colonial modernity, and different locations within it and legacies of it. Can there be an ‘outside’ to Gourou’s and Ribeiro’s world interior of ‘knowledgeable manipulation’ (a question posed in a more general way by Said – see Young 2015)? If, in the unhomey qualities of Gourou’s and Ribeiro’s work, the ‘marginal’ actors and networks bound up with the representation of these two geographers as ‘mainstream’ are also thereby unsettled, then conversation about the traffic between core and periphery, and what the one owes to the other, can perhaps only be nuanced – or at least not shut down in the case of our protagonists.

- 48 I am not thinking here that the ‘centre’ will or should re-capture the ‘margin’ via some unhomey sleight of hand, but about something more interstitial. Daniel Paiva and Francisco Roque de Oliveira (2021) push somewhat in this direction, considering how Lusophone-Brazilian geography, for example, has been marginal to the Anglo-North American mainstream, and yet how multiple dialogues and exchanges operating outside and around the mainstream forged “international epistemic communities... between semi-peripheral geographic communities”. At the same time, they acknowledge that such communities had their own elite iterations, and it is a question of figuring out how margin and centre belong to “global histories of geography” and “platforms of dialogue”. This article has hopefully provided an allied – and purposively off-kilter – perspective ‘from and around the mainstream’, and with tropes of fragility, vulnerability and disillusionment key to what I have described as Gourou’s and Ribeiro’s ‘unhomey tropicality.’ While it would be churlish to describe their geography as ‘decolonising’, at crucial moments and textual situations in their work they spoke tropical truth to Western power and colonising ambition.
- 49 We might give Delavignette (1972: 286) the last word: “Gourou [and we might also say Ribeiro] elaborated his work at a time when totalitarian racism was rife. And it was in the course of unheard-of upheavals, provoked by two world wars, that he [they] advanced our knowledge ... and showed that the study of tropical regions dispelled the determinism which, it was claimed, oppressed their inhabitants.” Delavignette was of course speaking with his colonial administrator’s hat on, but perhaps not just that hat. The unhomey tropicality described above might be included in a longer, deeper, and more complex (if not entirely liberated – if that is the right word) auto-critique of empire and historical geography of decolonisation.

BIBLIOGRAPHY

- Alexandre, Valentim (2000). *Velho Brasil Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975) [Old Brazil New Africas: Portugal and the Empire (1808-1975)]*. Porto: Edições Afrontamento.
- ACDF Archives Collège de France. Pierre Gourou “missions”; “CV.”
- AULB Archives Université Libre Bruxelles, Fonds Pierre Gourou - PP153 and IP-713.
- Arnold, David (1996). *The Problem of Nature: Environment, Culture and European Expansion*. Oxford: Basil Blackwell.
- Arnold, David (2000). “‘Illusory Riches’: Representations of the Tropical World, 1840–1950”. *Singapore Journal of Tropical Geography*, vol. 21, n. 1, pp. 6-18. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-9493.00060>
- Balandier, Georges (1966). “The Colonial Situation: A Theoretical Approach” orig. pub. 1951.] In: *Social Change: The Colonial Situation ed. Immanuel Wallerstein*. New York: John Wiley & Sons, 1966, pp. 34-61.
- Bowd, Gavin, and Clayton, Daniel (2019). *Impure and Worldly Geography: Pierre Gourou and Tropicality*. Abingdon: Routledge.
- Bruneau, Michel; Courade, Georges (1984). “A l’ombre de la ‘pensée Gourou’” [“In the shadows of ‘Gourou’s thought’”]. *Espaces Temps*, n. 26-28, pp. 67-78.
- Castelo, Cláudia (2016). “Reproducing Portuguese villages in Africa: Agricultural science, ideology and empire”. *Journal of Southern African Studies*, vol. 42, n. 2, pp. 267-281.
- Castelo, Cláudia (2018). “O luso-tropicalismo e o colonialismo português tardio” [“Luso-tropicalism and Portuguese late colonialism”]. *BUALA*. <https://tinyurl.com/p2kyd9r>
- Césaire, Aimé (1972). *Discourse on Colonialism* trans. Joan Pinkham. New York: Monthly Review Press. Orig. pub. 1950 *Discours sur le colonialisme*.
- Clayton, Daniel (2013). “Militant tropicality: war, revolution and the reconfiguration of ‘the tropics’ c.1940–c.1975”. *Transactions of the Institute of British Geographers*, vol. 38, pp. 180-192. <https://doi.org/10.1111/j.1475-5661.2012.00510.x>
- Clayton, Daniel (2020). “The passing of “Geography’s Empire” and question of geography in decolonisation, 1945–1980”. *Annals of the American Association of Geographers*, vol. 110, n. 5), pp. 1540-1558. DOI: 10.1080/24694452.2020.1715194
- Daveau, Suzanne (1963). “Géographie de l’expansion portugaise” [“Geography of Portuguese expansion”]. *Cahiers d’outre-mer*, n. 63 - 16^e année, pp. 313-318.
- Daveau, Suzanne; Ribeiro, Orlando (1973). *La zone intertropicale humide [The humid tropics]*. Paris: Armand Colin.
- Delavignette, Robert (1972). “L’Afrique de Pierre Gourou et le point de vue de l’administrateur” [“Pierre Gourou’s Africa from the point of view of the administrator”]. In: *Etudes de géographie tropicale offertes à Pierre Gourou*. Paris: EHESS, pp. 279-286
- Dresch, Jean (1979). *Un géographe au déclin des empires [A geographer in the decline of empires]*. Paris: Maspero.

Ferretti, Federico (2019). "Rediscovering other geographical traditions". *Geography Compass*, vol. 13, n. 1, pp. 240-247. 13:e12421. DOI: <https://doi.org/10.1111/gec3.12421>

Ferretti, Federico (2021). "Other radical geographies: Tropicality and decolonisation in 20th-century French geography." *Transactions of the Institute of British Geographers*, vol. 46, n. 3, pp. 540-554.

Garcia, João Carlos (1993). "Orlando Ribeiro (1911e1997) - O mundo à sua procura" ["Orlando Ribeiro (1911-1997) - The world is looking to you"]. *Revista da Faculdade de Letras e Geografia*, vol. XIV, pp. 107-116.

Gibson-Graham, J.K. (2020). "Reading for difference in the archives of tropical geography: Imagining an(other) economic geography for beyond the Anthropocene". *Antipode*, vol. 52, n.1, pp. 12-35.

Gonçalves, Márcia (2018). "Of peasants and settlers: Ideals of Portugueseness, imperial nationalism and European settlement in Africa, c.1930–c.1945". *European Review of History: Revue européenne d'histoire*, vol. 25, pp. 166-186.

Gourou, Pierre (1947). *Les pays tropicaux. Principes d'une géographie humaine et économique* [The Tropical World]. Paris: Presses Universitaires de France.

Gourou, Pierre (1954). "Les Kikuyu et la crise Mau-Mau : une paysannerie au milieu du XX^e siècle" ["The Kikuyu and the Mau-Mau crisis"]. *Les Cahiers d'outre-mer*, vol. 7, n. 3), pp. 317-341.

Gourou, Pierre (1955). "Le 'plan des arachides': Une expérience d'agriculture mécanisée en Afrique orientale" ["The 'groundnut scheme': An experiment in agricultural mechanisation in East Africa"]. *Les Cahiers d'Outre-Mer*, vol. 30, n. 1, pp. 105-118.

Gourou, Pierre (1966). "Pour une géographie humaine" ["For a human geography"]. *Finisterra*, vol. 1, n. 1, pp.10-32.

Gourou, Pierre (1968). "Angola et Mozambique: études de géographie régionale" ["Angola and Mozambique : Studies in regional geography"]. *Revue de Géographie de Montréal*, vol. 22, n. 1, pp. 5-20.

Gourou, Pierre (1970). *L'Afrique* [Africa]. Paris: Hachette.

Gourou, Pierre (1982a). *Terres de bonne espérance: le monde tropical* [Lands of good hope: The tropical world]. Paris: Pion.

Gourou, Pierre (1982b). "Un livre d'Orlando Ribeiro sur l'Angola" ["A book by Orlando Ribeiro on Angola"]. *Les Cahiers d'Outre-Mer*, vol. 35, n. 140, pp. 378-379.

Gourou, Pierre (1984). "La géographie comme 'divertissement'? Entretiens de Pierre

Gourou avec Jean Malaurie, Paul Pélissier, Gilles Sautter, Yves Lacoste" ["Geography as entertainment: Pierre Gourou interviewed by Jean Malaurie, Paul Pélissier, Gilles Sautter, Yves Lacoste"]. *Hérodote*, vol. 33, n. 1, pp. 65-78.

Gourou, Pierre et. al. (1963). *Géographie, classe de première : France métropolitaine, départements et territoires français d'Outre-Mer, pays africains et malgache d'expression française* [Geography, the first class: Metropolitan France, French overseas departments and territories, African and Malagasy French-speaking countries]. Paris: Hachette.

Guha, Ranajit (1997). "Not at Home in Empire". *Critical Inquiry*, vol. 23, n. 3, pp. 482-493.

Hecht, Susanna B. (2013). *The Scramble for the Amazon and the "Lost Paradise" of Euclides da Cunha*. Chicago: University of Chicago Press.

- Jacobs, Jane M. (1996). *Edge of Empire: Postcolonialism and the City*. London and New York: Routledge.
- Mitchell, Timothy (2002). *Rule of Experts: Egypt, Techno-politics, Modernity*. Berkeley: University of California Press.
- Nicolai, Henri (1998). "Bibliographie de Pierre Gourou". *Revue Belge de Géographie* 122^e année, n. 2, pp. 115-130.
- Orain, Olivier (2009). *De plain-pied dans le monde, Ecriture et réalisme dans la géographie française au XXe siècle [On a level with the world: Writing and realism in French geography in the twentieth century]*. Paris: L'Harmattan.
- Paiva, Daniel; Oliveira, Francisco Roque de (2021). "Luso-Brazilian geographies? The making of epistemic communities in semi-peripheral academic human geography". *Progress in Human Geography*, vol. 45, n. 3, pp. 489-512. DOI: 10.1177/0309132520923062
- Pimenta, José Ramiro; Sarmiento, João; de Azevedo, Ana Francisca (2011). "Lusotropicalism: Tropical geography under dictatorship, 1926-1974". *Singapore Journal of Tropical Geography*, vol. 32, n. 2, pp. 220-235.
- Ribeiro, Orlando (1942). "O Brasil: a terra e o homem" ["Brazil: land and man"]. *Brasília*, vol. 1, pp. 377-397.
- Ribeiro, Orlando (1945). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico [Portugal, the Mediterranean and the Atlantic]*. Coimbra: Coimbra Editores.
- Ribeiro, Orlando (1950). "Missão de Geografia à Guiné em 1947" ["The geographical mission to Guiné in 1947"]. *Anais da Junta de Investigações Coloniais*, vol. 5, n. 3, pp. 3-23.
- Ribeiro, Orlando (1961). *Geografia da Expansão Portuguesa [The Geography of Portuguese Expansion]*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Ribeiro, Orlando (1962). *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa [Aspects and Problems of Portuguese Expansion]*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Ribeiro, Orlando (1967). "Paisagens rurais da América tropical – Ensaio de geografia comparada" ["Rural landscapes of tropical America - Comparative geography essay"]. *Finisterra*, vol. 2, n. 3, pp. 39-76.
- Ribeiro, Orlando (1968). "Projecto de prefácio à tradução de "Les Pays Tropicaux" de P. Gourou" ["Preface project to the translation of "Les Pays Tropicaux" by Pierre Gourou"]. Unpublished [cited Sarmiento 2022].
- Ribeiro, Orlando (1972). "Réflexions sur le métier de géographe" ["Reflections on the profession of geography"]. In: *Études de Géographie Tropicale offertes à Pierre Gourou*. Paris: Mouton, pp. 69-92.
- Ribeiro, Orlando (1973). "La pensée géographique de Pierre Gourou" ["The geographic thought of Pierre Gourou"]. *Annales de Géographie*, vol. 82, pp. 1-7.
- Ribeiro, Orlando (1981). *A Colonização de Angola e o seu Fracasso [The Colonisation of Angola and its Failure]*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Ribeiro, Orlando (1989). "En relisant Vidal de La Blache (1845-1918)" ["Revisiting Vidal de La Blache"]. In: *Opúsculos Geográficos, Vol. II – Pensamento Geográfico [Geographic Works. Vol. II – Geographic Thought]*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 115-40.
- Said, Edward W. (1978). *Orientalism*. New York: Random House.

Sarmiento, João; Brito-Henriques, Eduardo (eds.) (2013). *Orlando Ribeiro – Cadernos de Campo, Moçambique 1960-1963* [*Orlando Ribeiro – Field Notebooks, Mozambique 1960-1963*]. Famalicão: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto; Edições Húmus-CEAUP.

Sarmiento, João (2019). “Portuguese tropical geography and decolonization in Africa: the case of Mozambique”. *Journal of Historical Geography*, vol. 66, pp. 20-30.

Sarmiento, João (ed.) (2022). *Orlando Ribeiro – Cadernos de Campo, Angola 1960-1969* [*Orlando Ribeiro – Field Notebooks, Angola 1960-1963*]. Famalicão: Edições Húmus.

Singaravélou, Pierre; Miské, Karim; Ball, Marc (2020). *Décolonisations*[*Decolonisations*]. Paris: Seuil

Smith, Linda Tuhiwai (1999). *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples*. London: Zed Books.

Solotareff, Marion (1996). “Naissance et évolution de la géographie tropicale (1930-1960)” [“The birth and evolution of tropical geography (1930-1960)”]. In: Claval, Paul; Sanguin, André-Louis (eds.). *La géographie française à l'époque classique (1918-1968)*. Paris: L'Harmattan, pp. 243-257.

Stoler, Ann Laura (2008). *Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense*. Princeton: Princeton University Press.

Sutter, Paul S. (2014). “The tropics: A brief history of an environmental imaginary”. In: Isenberg, Andrew C. (ed.). *The Oxford Handbook of Environment History*. Oxford: Oxford University Press, pp. 178-198.

Thomas, Martin (ed.) (2007). *European Decolonisation*. Abingdon: Routledge.

Veyret, Paul (1948). “Gourou, P. – *Les pays tropicaux*”. *Revue de géographie alpine*, vol. 36, n.1, p. 178.

Veyret, Paul (1973). “Daveau (S.), Ribeiro (O.). – *La zone intertropicale humide*.” *Revue de géographie alpine*, vol. 61, n.4, pp. 611-612.

Young, Robert J.C. (2015). *Empire, Colony, Postcolony*. London: Wiley-Blackwell

NOTES

1. “Intervention européenne”; “Intervenção europeia”; unless otherwise stated, all translations from French are my own; and I am grateful to João Sarmiento for assistance with translations from Portuguese (and the abstract).
2. The relationship between geographic fieldwork, photography, and tropicality is deserving of further critical attention.
3. Although for a comprehensive bibliography of Gourou’s published work, see: Nicolai 1998.

ABSTRACTS

This five-part article explores the connection between the geographers and tropical experts Pierre Gourou (1900-1999) and Orlando Ribeiro (1911-1997), and changing perspectives on their work and legacy, in the context of the double entendre of post-war decolonisation: what this

term meant 'then' *qua* what it signifies 'now' (i.e. not only what matters today but also what, in the recent critical scheme of things, happens to successive interpretations of the past). The article alights on the 'unhomely tropicality' of these two geographers: a tropicality that does not fully fit either a decolonising 'then' or 'now', and that raises some interesting questions about the making and unravelling of epistemic privilege, and centres and margins of signification. We should not assume that the critique of tropicality, including that aimed in recent decades at Gourou and Ribeiro, is 'settled.'

Este artigo, composto por cinco partes, explora a ligação entre os geógrafos e especialistas tropicais Pierre Gourou (1900-1999) e Orlando Ribeiro (1911-1997), e a mudança de perspetivas sobre seu trabalho e legado, num contexto com um duplo sentido, isto é, da descolonização do pós-guerra: o que este termo significava 'então' *qua* o que significa 'agora' (ou seja, não apenas o que importa hoje, mas também o que, no recente esquema crítico das coisas, acontece com sucessivas interpretações do passado). O artigo debruça-se sobre a 'tropicalidade estranha' desses dois geógrafos: uma tropicalidade que não se encaixa plenamente nem no 'então' nem no 'agora' descolonizador, e que levanta algumas questões interessantes sobre a construção e o desmoronamento do privilégio epistémico, e os centros e as margens de significação. Não devemos presumir que a crítica à tropicalidade, inclusive aquela dirigida nas últimas décadas a Gourou e Ribeiro, está 'resolvida'.

Cet article en cinq parties explore le lien entre les géographes et chercheurs tropicaux Pierre Gourou (1900-1999) et Orlando Ribeiro (1911-1997), et les perspectives changeantes sur leur travail et leur héritage, dans le contexte du double sens de la décolonisation de l'après-guerre – ce que ce terme signifiait “alors” ainsi que ce qu’il signifie “maintenant” (c’est-à-dire non seulement ce qui importe aujourd’hui, mais aussi ce qui, dans les schéma critique récent des choses, se produit avec les interprétations successives du passé). L’article se concentre sur la “tropicalité étrange” de ces deux géographes : une tropicalité qui ne s’inscrit pas tout à fait dans un “alors” ou un “maintenant” décolonisateur et qui soulève des questions intéressantes sur la création et le dénouement du privilège épistémique, et les centres et les marges de signification. Il ne faut pas supposer que les critiques de la tropicalité, y compris celles adressées ces dernières décennies à Gourou et Ribeiro, sont “résolues”.

Este documento de cinco partes explora la conexión entre los geógrafos y expertos tropicales Pierre Gourou (1900-1999) y Orlando Ribeiro (1911-1997), y las perspectivas cambiantes sobre su trabajo y legado, en el contexto del doble sentido de la descolonización de posguerra: lo que este término significaba “entonces” como lo que significa “ahora” (es decir, no sólo lo que importa hoy, sino también lo que, en el reciente esquema crítico de las cosas, sucede con las sucesivas interpretaciones del pasado). El documento se centra en la “tropicalidad extraña” de estos dos geógrafos: una tropicalidad que no encaja del todo ni en un “entonces” ni en un “ahora” descolonizador, y que plantea algunas preguntas interesantes sobre la creación y el desenredo del privilegio epistémico, y los centros y márgenes de significación. No debemos asumir que las críticas de la tropicalidad, incluidas las dirigidas en las últimas décadas a Gourou y Ribeiro, están “resueltas”.

INDEX

Mots-clés: décolonisation, tropicalité, étrange, Pierre Gourou, Orlando Ribeiro

Chronological index: 1943-1982

Geographical index: Tropical Africa, America, Asia

Palavras-chave: descolonização, tropicalidade, estranho, Pierre Gourou, Orlando Ribeiro

Keywords: decolonisation, tropicality, unhomey, Pierre Gourou, Orlando Ribeiro

Palabras claves: descolonización, tropicalidad, sin hogar, Pierre Gourou, Orlando Ribeiro

AUTHOR

DANIEL CLAYTON

University of St Andrews

School of Geography and Sustainable Development

dwc3@st-andrews.ac.uk

<https://orcid.org/0000-0003-2557-5495>

Intercâmbios de saberes geográficos Salvador-Lisboa

o IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros na Universidade da Bahia e os estágios de pesquisa no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

Exchanges of geographic knowledge between Salvador and Lisbon: the IV International Colloquium on Luso-Brazilian Studies at the University of Bahia and the research internships at the Center for Geographical Studies at the University of Lisbon

Intercambios de conocimientos geográficos Salvador-Lisboa: el IV Coloquio Internacional de Estudios Luso-Brasileños de la Universidad de Bahía y las pasantías de investigación en el Centro de Estudios Geográficos de la Universidad de Lisboa

Échanges de connaissances géographiques Salvador-Lisbonne: Le IVe Colloque international d'études luso-brésiliennes à l'Université de Bahia et les stages de recherche au Centre d'études géographiques de l'Université de Lisbonne

Maria Auxiliadora da Silva e André Nunes de Sousa

Introdução

- 1 O objetivo deste artigo é discutir os intercâmbios de saberes geográficos entre cientistas do Brasil e de Portugal, sobretudo aqueles estabelecidos nas décadas de 1950 e 1960 entre os grupos de pesquisadores ligados ao Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia, sob a liderança do professor Milton Santos, e o Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (CEG-ULisboa), sob a direção do professor Orlando Ribeiro. Trataremos, notadamente, das trocas científicas e parcerias acadêmicas empreendidas a partir da realização do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros na Universidade da Bahia, em 1959, e dos

estágios de pesquisas que se sucederam no CEG-ULisboa, acolhendo estudantes e pesquisadores brasileiros.

- 2 Para tanto, procedemos com investigações bibliográfica, documental e iconográfica que nos ajudaram a remontar e compreender as conjunturas político-econômica, institucional e científica em que esses intercâmbios de saberes foram realizados, bem como as parcerias de pesquisa e produções acadêmicas deles decorrentes. Adicionalmente, lançamos mão do testemunho autobiográfico de Maria Auxiliadora da Silva, coautora deste artigo, que foi estudante orientada, em níveis de graduação e de especialização, pelos dois expoentes da Geografia aludidos, tendo participado ativamente do IV Colóquio e tendo sido agraciada com uma das bolsas de pesquisa de estágio junto ao CEG-ULisboa em 1966.
- 3 O artigo está dividido em três tópicos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro, discorremos sobre os contextos político-econômico e institucional em que estava inscrita a Universidade da Bahia na década de 1950, favorecendo a sua escolha como sede do IV Colóquio. No segundo tópico, realizamos uma descrição do evento, observando as relações institucionais entre portugueses e brasileiros e as produções acadêmicas desenvolvidas pelos membros do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia. Por fim, no terceiro tópico, discutimos os estágios realizados por brasileiros no CEG-ULisboa, especialmente a inserção de Maria Auxiliadora da Silva, como mencionado anteriormente.

Os intercâmbios de saberes geográficos entre Brasil e Portugal e a escolha da Universidade da Bahia como sede do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros

- 4 A história dos intercâmbios de saberes geográficos entre comunidades científicas de diferentes países é um tema de difícil delineamento analítico até meados do século XIX, quando, finalmente, a criação de sociedades científicas, a promoção de congressos de especialistas e a própria institucionalização da Geografia como disciplina universitária na Europa, nos permitem identificar ou definir marcos mais precisos para uma investigação historiográfica (Capel, 1981; Moraes, 2005). No tocante às trocas entre cientistas do Brasil e de Portugal, diversos autores mencionam registros seguros de intercâmbios de conhecimentos geográficos que remontam às últimas décadas do século XIX e começo do século XX. Mas, foi a partir da década de 1940 que esse processo se fortaleceu, impulsionado pela convergência de políticas implantadas pelos Estados Novos de Salazar e Vargas (Mary, 2010; Guimarães, 2011; Cardoso, 2013; Oliveira; Paiva, 2019a).¹
- 5 A primeira metade do século XX corresponde, notadamente, ao período de criação e consolidação da Geografia universitária nos dois países e, particularmente, em Lisboa e Salvador. Embora já houvesse cadeira de Geografia no curso superior de Letras de Lisboa desde 1901, foi após a Instauração da República Portuguesa (1910) que se criaram os dois primeiros cursos de Geografia em Lisboa e Coimbra, precisamente no ano de 1911 (Paiva; Oliveira, 2020). Já em Salvador, o primeiro curso superior de Geografia foi criado três décadas depois, em 1941, e teve lugar na antiga Faculdade de Filosofia da Bahia – assimilada mais tarde, em 1946, pela primeira universidade pública criada no

estado, a Universidade da Bahia, rebatizada na década seguinte como Universidade Federal da Bahia (Simões, 1990; Marques, 2010; Sousa, 2015).

- 6 Conforme José Ramiro Pimenta (2014), as três décadas que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foram marcadas por uma política que intencionava o aumento da influência portuguesa no mundo, caracterizada pelo avanço do colonialismo tardio seja por meio de expansão e ocupação de territórios, seja pelo aumento de influência político-cultural, mediante às trocas entre diferentes agentes sociais portugueses e do ultramar – os cientistas entre eles. No âmbito dos trópicos, a política portuguesa se concentrou em quatro temas que Pimenta (2014) assim sistematiza: a) história da expansão portuguesa; b) a natureza e o ambiente dos trópicos; c) as relações interpessoais (culturais); e d) o Brasil como *lócus* em que a empreitada portuguesa teria tido melhor resultado.
- 7 Neste ínterim, em termos de Brasil, a Bahia vinha experimentando uma efervescência política e cultural que se estendeu de 1940 a 1960, aproximadamente, momento de instalação da Universidade na Bahia. Para uma melhor compreensão sobre a escolha da Universidade da Bahia como sede do IV Colóquio, é importante uma breve contextualização sobre o processo de instalação da universidade e sua relação com os rearranjos espaciais e político-econômicos pelos quais passava o estado no conjunto do território nacional à época.
- 8 Segundo Pedro Vasconcelos (2002), Salvador e sua região ocuparam a posição de praça comercial mais importante da América portuguesa por cerca de dois séculos e meio, até meados do século XIX, quando uma série de eventos históricos fez a centralidade político-econômica do país migrar do Nordeste açucareiro e fumageiro para a região Sudeste – primeiro concentrando as riquezas na lavoura cafeeira e, depois, na indústria que passou a crescer e se expandir nas terras do sul no início do século XX. Essa centralidade político-econômica, antes de ser perdida pela Bahia, produziu, segundo Milton Santos (2005), a primeira rede urbana das Américas, formada por Salvador, Cachoeira, Nazaré das Farinhas e Santo Amaro da Purificação – parte da região conhecida como Recôncavo Baiano.
- 9 Na alvorada do século XX, a Bahia se encontrava, portanto, em uma situação muito difícil do ponto de vista político-econômico, perdendo a centralidade nacional para o sul do país. Todavia, a despeito de tal processo, o final da terceira década do século XX foi marcado por um acontecimento que daria um novo ânimo tanto aos dirigentes e às elites regionais e nacionais, bem como a outros setores da sociedade, a exemplo da própria comunidade científica e, particularmente, a geográfica, àquela altura em processo de institucionalização. Trata-se da descoberta de petróleo no Brasil, encontrado pela primeira vez na bacia sedimentar do Recôncavo Baiano, no ano de 1939 – precisamente no subúrbio ferroviário de Salvador (Vasconcelos, 2002; Marques, 2010).
- 10 O lançamento do primeiro número da *Revista Brasileira de Geografia* (1939), periódico do então recém-criado Conselho Nacional de Geografia (CNG), teve seu editorial destinado à descoberta do óleo na Baía de Todos os Santos. O texto curto e direto, tratando do acontecimento com entusiasmo e pouca informação, sugere uma espécie de surpresa e de necessidade de adequação de última hora do conteúdo do editorial, frente a um evento que, segundo o próprio texto, mudaria toda a geografia econômica do país (*Revista Brasileira de Geografia*, 1939).
- 11 O periódico informava, ainda no seu editorial, sobre o deslocamento de um dos mais competentes técnicos do CNG (e um dos mais influentes politicamente também) para

cobrir o acontecimento e explicar suas relações com o meio natural e consequências para a sociedade. Coube, portanto, a Sylvio de Froes e Abreu – baiano residente no Rio de Janeiro – a função especial de alimentar os próximos números do informativo geográfico oficial com notícias sobre os desdobramentos da descoberta do petróleo na Baía de Todos os Santos (Revista Brasileira de Geografia, 1939).

- 12 Entretanto, não foi apenas a comunidade científica que se animou com a descoberta do óleo no litoral do Recôncavo Baiano, conforme dito. Nesse contexto, organizou-se na Bahia uma elite modernizante que buscava recolocar o estado numa posição mais favorável no cenário político-econômico nacional, tal e qual já havia experimentado. A partir da década de 1940 a sociedade baiana assistiu a um movimento melhor orquestrado em termos políticos e econômicos, articulado pela ação de agentes sociais em diferentes escalas geográficas, visando romper com a estagnação que durava décadas (Marques, 2010; Sousa, 2015). Para tanto, a criação de uma universidade era tida como um passo fundamental nesse projeto.
- 13 Segundo Maria Inês Corrêa Marques (2010: 140):

A estagnação foi alterada a partir da segunda metade da década de 40, quando assumiu o poder uma elite modernizante que atuava no governo local e federal. Clemente Mariani, Rômulo Almeida, Anísio Teixeira e deputados como Pedro Calmon dividiam os mesmos ideais. Estavam dispostos a recolocar a Bahia no cenário político, econômico e cultural do país, pretendiam superar o atraso em que o estado se encontrava. Entendiam que, isoladamente, o poder econômico não conseguiria realizar essa tarefa; assim, o poder cultural seria aliado central da Universidade propulsora de mudanças.
- 14 Coube a Edgard Santos, membro dessa elite modernizante, estar à frente do projeto da criação da Universidade da Bahia e se tornar o primeiro reitor. Novamente, é Marques (2010: 135-138) quem nos explica que

Após a Constituição de 1946, seguida da eleição do governo Eurico Gaspar Dutra, o professor Ernesto de Souza Campos, amigo de Edgard Santos, foi nomeado Ministro da Educação e Saúde, surgiu a oportunidade de se tentar a criação da Universidade da Bahia. (...) Edgard Santos não foi somente uma personalidade à frente de um projeto, representava a expressão de um pensamento coletivo, forças reunidas que permitiram uma configuração singular para a instituição nascente. O prestígio que gozava junto às autoridades federais, a visibilidade internacional que alcançara e sua ativa vida profissional, o conduziu ao comando da implantação da UBA.
- 15 Aparentemente na contramão do país que se queria industrial e que há pouco havia descoberto o petróleo no Recôncavo Baiano, a Universidade da Bahia criou os primeiros cursos superiores de Dança, Teatro e Música do Brasil. Na verdade, tratava-se do projeto de modernização no seu sentido mais amplo. Para tanto, a universidade se esforçou em estabelecer intercâmbios internacionais e criar centros de pesquisa sobre as mais diversas áreas do conhecimento. Os resultados não tardaram a ser vistos. Cabe lembrar que, entre as décadas de 1950 e 1970, os principais movimentos estéticos vividos pelo Brasil no século XX – a Bossa-nova, o Tropicalismo e o Cinema Novo – foram concebidos em íntima relação e por ex-estudantes da Universidade da Bahia (Risério, 2004, 2013; Marques, 2010; Sousa, 2015).
- 16 Marques (2010) lembra em seu texto as palavras do prestigiado antropólogo Darcy Ribeiro que afirmou não haver naquele momento nada parecido no Brasil em termos de universidade, tal era a efervescência cultural na Instituição. Nesse contexto, foi incentivada a criação de uma série de laboratórios impulsionando a pesquisa e a extensão universitárias na Bahia². Entre esses centros de pesquisa, foi fundado em

janeiro de 1959 aquele que seria o marco da renovação da Geografia na Bahia, o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, idealizado por Milton Santos, com o apoio dos professores Jean Tricart, Tereza Cardoso da Silva, Nilda Guerra de Macedo, Anna Dias Carvalho e Antônia Déa Erdens (Sousa, 2014; Sousa, 2015).

- 17 A participação de Jean Tricart – o único estrangeiro do grupo – na criação do Laboratório, foi resultante de uma cooperação técnica que a França firmou com o Brasil no âmbito das presidências de Charles de Gaulle e Juscelino Kubitschek, favorecendo viagens constantes e estadias do mestre francês na Bahia. Além da relação de amizade pessoal estabelecida entre Jean Tricart e Milton Santos, a partir da realização do XVIII Congresso da União Geográfica Internacional (UGI), do qual trataremos mais a frente, a passagem regular de outros geógrafos franceses pelo Laboratório foi igualmente favorecida por essa cooperação técnica, influenciando, sobremaneira, nos intercâmbios de saberes estabelecidos entre os pesquisadores da Bahia e outras comunidades científicas, a exemplo dos portugueses.
- 18 Segundo Milton Santos (1959a), em relatório enviado ao Reitor Edgard Santos, no final do ano de 1959, a primeira instalação do Laboratório se deu, por empréstimo, em duas salas do Instituto de Estudos Luso-Brasileiros, um dos centros de pesquisa então criados na Universidade da Bahia. A figura 1 apresenta um grupo de pesquisadores em frente às instalações do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, durante a realização do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, entre os quais foi possível identificar – da esquerda para a direita da fotografia – Nicole Lacroix, então estagiária no Laboratório; dois representantes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e os professores Henri Vogt e Jean Tricart.

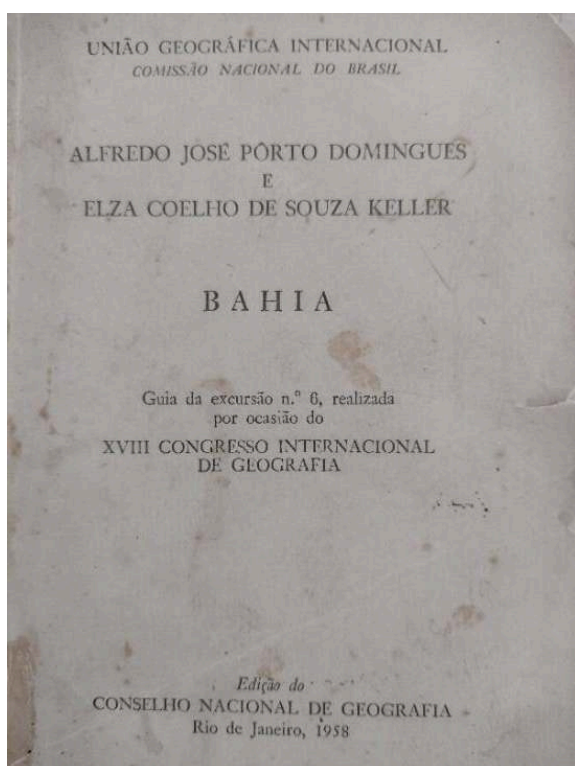
Figura 1: Grupo de pesquisadores em frente às instalações do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais durante a realização do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1959



Arquivo pessoal de Maria Auxiliadora da Silva

- 19 A partir da criação do Laboratório e da realização do IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, os intercâmbios de conhecimentos geográficos entre pesquisadores de Salvador e estrangeiros se intensificaram e cenas como essa tornaram-se cada vez mais comuns. Todavia, mesmo antes da realização do evento, as trocas entre geógrafos brasileiros e portugueses, particularmente, já estavam em curso. Em linhas gerais, três momentos merecem ser citados como fundamentais no tocante ao estreitamento das relações institucionais entre as duas comunidades científicas.
- 20 Inicialmente, tem-se a participação de portugueses nas atividades do X Congresso Brasileiro de Geografia, realizado no Rio de Janeiro em 1944. Na publicação dos anais do evento sobressaem os nomes dos portugueses Luís Schwalbach e Gago Coutinho, que apresentaram trabalhos sobre aspectos da Geografia de Portugal, e Jaime Cortesão, que versou sobre história da cartografia no Brasil. Um segundo momento refere-se ao primeiro congresso da UGI após a Segunda Grande Guerra, realizado em Lisboa em 1949, do qual participaram brasileiros como Aziz Ab'Saber, Aroldo de Azevedo, Nilo Bernardes, Lysia Bernardes, Nice Lecocq-Müller e Hilgard Sternberg (Congresso Brasileiro de Geografia, 1952; Daveau, 2019).
- 21 Finalmente, um terceiro momento que marca o estreitamento das relações institucionais entre geógrafos brasileiros e portugueses, anterior ao IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros corresponde à primeira vinda de Orlando Ribeiro ao Brasil, no ano de 1952, no âmbito de uma comitiva institucional mais ampla do que a comunidade geográfica, mas que lhe permitiu realizar excursões e proferir conferências por cerca de um mês junto aos colegas brasileiros que havia conhecido no congresso da UGI de Lisboa (Daveau, 2019). Quanto às relações entre os geógrafos de Salvador e Lisboa, especialmente, a bibliografia e os documentos trabalhados até então indicam que as trocas institucionais se iniciaram quatro anos mais tarde, quando da realização do XVIII Congresso da União Geográfica Internacional (UGI) no Rio de Janeiro, em 1956.
- 22 Embora sediado na capital fluminense, o evento da UGI contou na sua programação com nove excursões a campo. A essas atividades aderiram geógrafos e geógrafas de diferentes partes do mundo. Com o apoio da Universidade da Bahia, da Prefeitura Municipal de Salvador, das seções locais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Milton Santos conseguiu viabilizar que uma das excursões ocorresse na Bahia, cuja capa do guia número 6 consta na figura 2 (Sousa, 2014; Sousa, 2015).

Figura 2: Livro da excursão N° 6 (Bahia)



Arquivo pessoal de André Nunes de Sousa

- 23 Embora os livros resultantes das excursões não listem os seus participantes, alguns dos geógrafos e geógrafas que estiveram na Bahia deixaram registros iconográficos e documentais. Esse foi o caso de Orlando Ribeiro, cujos registros fotográficos sobre Salvador e as regiões do Recôncavo Baiano e da Chapada Diamantina encontram-se arquivados na fototeca do CEG-ULisboa. Depois de 1956, Ribeiro voltou à Bahia no início da década seguinte para fazer pesquisas nessas regiões, em parceria com o grupo do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais.
- 24 Adicionalmente, os textos jornalísticos assinados por Milton Santos no periódico *A Tarde* e organizados por Silva e Antunes (2019) também informam sobre encontros, excursões e diálogos entre Milton Santos e Orlando Ribeiro ocorridos em Lisboa no ano de 1958, portanto anteriores ao IV Colóquio. Em um desses textos, Orlando Ribeiro é tratado pelo geógrafo baiano como “(...) o mestre que a Bahia conhece e admira (...)” (Santos, 2019a [1958]: 413). Essas palavras de Milton Santos denotam a íntima relação que geógrafos da Bahia já estabeleciam com Orlando Ribeiro ou, pelo menos, com suas ideias publicadas, uma vez que não há maior detalhamento por parte de Milton Santos se essa admiração advinha do encontro favorecido pelas excursões do Congresso da UGI em 1956, da leitura de obras do professor português ou de ambos os contatos.
- 25 Além da presença de Milton Santos e Orlando Ribeiro, os textos publicados no jornal *A Tarde* evidenciam a presença de assistentes do mestre português nos encontros que tiveram em Lisboa em 1958, destacando-se, entre eles, os professores Raquel Soeiro de Brito e Francisco Tenreiro (Santos, 2019a [1958]; 2019b [1958]). Na década seguinte, Ribeiro e seus assistentes receberam diversos geógrafos e geógrafas do Brasil para estágio no CEG-ULisboa, conforme será visto no terceiro tópico deste artigo. Todavia, é importante antes verificarmos como os intercâmbios de conhecimentos geográficos

entre portugueses e brasileiros se deram em um importante momento de mudança teórico-epistemológica na ciência geográfica e como esse momento esteve marcado por forte presença e influência francesas.

A participação dos membros do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia no IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros

- 26 No âmbito do aprofundamento dessas relações, em agosto de 1959 a Universidade da Bahia promoveu, sob o seu patrocínio e o da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, o IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. A jornada acadêmica, artística e cultural ocorreu na cidade de Salvador entre os dias 10 e 21 daquele mês, nas dependências da jovem universidade, além de ter realizado algumas de suas atividades em outras instituições como o Gabinete Português de Leitura e a Casa da França, e os centros culturais Museu de Arte Sacra da Bahia, Teatro Castro Alves e Teatro Guarany (IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1959).
- 27 A título de contextualização, cabe informar sucintamente que entre 1950 e 1966 foram realizadas seis edições do Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Maria de Fátima Maia Ribeiro (1999), corrobora com as ideias de José Ramiro Pimenta (2014), comentadas no tópico anterior, de que Portugal empreendeu uma política de tentativa de aumento do seu prestígio e influência internacional após o fim da Segunda Grande Guerra. Nesse cenário, o I Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros foi realizado nos EUA, na capital Washington, no ano de 1950, e buscava uma aproximação e divulgação da língua portuguesa junto a uma das duas potências que dividiriam o poder global nas décadas que se seguiram à Guerra. Havia no horizonte político de Portugal a intenção do ingresso na Organização das Nações Unidas (ONU), impossibilitado pela situação ditatorial do governo então vigente (Ribeiro, 1999). As edições seguintes do Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros tiveram lugar nas cidades de São Paulo (1954), Lisboa (1957), Salvador (1959); Coimbra (1963); e, mais uma vez, numa cidade dos EUA, Boston (1966). Na pesquisa realizada por Ribeiro (1999), não foram encontrados registros significativos quanto às edições de São Paulo e o de Boston, seja de atas, anais ou outras formas documentais.
- 28 Para a realização do IV Colóquio, particularmente, foram definidas oito sessões reservadas às comunicações de trabalhos científicos, além de mesas-redondas, excursões a campo, exposições artísticas, apresentações musicais e de dança e peças teatrais. As sessões, de títulos abrangentes, incluíam diferentes áreas do conhecimento como a Literatura, as Artes Plásticas, Ciências Jurídicas, Ciências Médicas, Antropologia, Política, Economia e Geografia. Ao todo, treze países³ estiveram representados pelos adesistas do evento (IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1959).
- 29 A Figura 3 apresenta um grupo de geógrafos junto a outras personalidades em uma das mesas-redondas do evento, entre os quais, foi possível identificar os professores diretores do Laboratório, Milton Santos (ao centro da mesa) e Jean Tricart (extremidade esquerda da foto), bem como os portugueses Alfredo Fernandes Martins (terno e no canto direito da foto) e Francisco Tenreiro (ao lado de Jean Tricart) na antiga Faculdade

de Odontologia da Universidade da Bahia. Cabe ressaltar que Tenreiro veio à Bahia como representante de Orlando Ribeiro, pois o professor português estava em trabalho de campo no continente africano quando da realização do evento.

Figura 3: Uma das mesas-redondas do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros



Arquivo pessoal de Maria Auxiliadora da Silva

- 30 Em termos de exposição de trabalhos, a Sessão I – intitulada *O Meio e o Homem* – reuniu o maior número entre os geógrafos e geógrafas que participaram do evento, destacando-se os brasileiros Fabio Macedo de Soares Guimarães, Manoel Corrêa de Andrade, Antônio Rocha Penteado, Nilo Bernardes, Aroldo de Azevedo e Aziz Ab’Saber. Vindos de outros países, sobressaem os nomes de Francisco Tenreiro, Peter Haggett, Jean Roche, Pierre Gourou e Michel Rochefort. Ainda na mesma sessão, somaram-se ao grupo dos geógrafos, os membros do recém criado Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais. Houve também a participação de geógrafos e geógrafas em outras sessões, embora em menor número. Aqui cabe citar, como nome destacado, Jacqueline Beaujeu-Garnier, que fez adesão à Sessão V, intitulada *A Sociedade, a Política e a Economia*, presidida por Sérgio Buarque de Holanda, Francis Rogers e Manoel Lopes de Almeida (IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1959).
- 31 Na Figura 4 é possível observar, entre os geógrafos e geógrafas da Bahia presentes na plateia da sessão *O Meio e o Homem*, os professores Milton Santos (de terno claro, sentado e de costas) e Teresa Cardoso da Silva (em pé e de costas), e as então estagiárias Maria Auxiliadora da Silva, Marlene de Aragão Carneiro e Dorcas Ferreira Chagas (primeira fileira atrás de Milton Santos). Além dos membros do Laboratório, observa-se na figura 4 personalidades destacadas da cena política e cultural da Bahia, notadamente o historiador e político Pedro Calmon (à frente de Milton Santos) e o redator-chefe do jornal *A Tarde* e político Jorge Calmon (de terno claro e às costas de Milton Santos).

Figura 4: Vista da plateia durante apresentação de trabalhos na sessão *O Meio e o Homem*



Arquivo pessoal de Maria Auxiliadora da Silva

- 32 Entre os diversos trabalhos apresentados na sessão *O Meio e o Homem* ressaltamos as exposições de geógrafos e geógrafas do Laboratório: “A população do Recôncavo da Bahia”, de autoria de Milton Santos e Antônia Déa Erdens; “A competição entre a rodovia, a ferrovia e o transporte fluvial na zona cacauzeira da Bahia”, assinado por Milton Santos; “Bibliografia crítica da Geografia Urbana brasileira”, coautoria de Milton Santos e a estagiária Dorcas Ferreira Chagas; “A rede urbana do Recôncavo”, de Milton Santos; e “O bairro de Nazaré, estudo de Geografia Urbana”, assinado pelas estagiárias Norma Maria Ramos de Freitas, Maria Auxiliadora da Silva e Marlene de Aragão Carneiro. Além desses, houve a exposição e publicação oriundas da parceria entre Teresa Cardoso da Silva e Jean Tricart do artigo “Problemas Geomorfológicos da Bahia” (IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1959).
- 33 De acordo com o relatório apresentado por Milton Santos ao Reitor Edgard Santos, no final de 1959, a participação dos membros do Laboratório na jornada acadêmica se deu de forma ampla e diversa, buscando colaborar para o sucesso do evento. Quanto aos professores, consta no relatório a participação da professora Nilda Guerra de Macedo na mesa-redonda intitulada *Problemas africanos de interesse luso-brasileiro* e que coube ao professor Valdir Oliveira participar da comissão de redação dos anais do IV Colóquio, bem como a função de Secretário da Sessão *O Meio e o Homem*, conforme podemos ver na figura 5. Além disso, Valdir Oliveira (canto esquerdo da foto) apresentou o texto “*Alguns aspectos do povoamento do Brasil: a marcha para o Oeste e a imigração*”. Ainda entre os professores, Antônia Déa Erdens apresentou a comunicação *Aspectos geográficos da população do Recôncavo*, em colaboração com Milton Santos, e participou das excursões

dirigidas pelos professores franceses Pierre Monbeig e Jean Tricart ao Recôncavo Baiano (Santos, 1959a).

Figura 5: Valdir Oliveira, Professor da Universidade da Bahia e secretariando sessão comandada por Jean Tricart



Arquivo pessoal de Maria Auxiliadora da Silva

- 34 Já a figura 6 apresenta a professora Teresa Cardoso da Silva, uma das responsáveis por capitanear na Bahia as pesquisas e o debate acerca das questões geomorfológicas e questões ligadas ao problema da seca no Nordeste brasileiro na década seguinte juntamente com Jean Tricart, com uma série de publicações no *Boletim Baiano de Geografia*, bem como outros periódicos no Brasil e no exterior.

Figura 6: Participação de Teresa Cardoso da Silva no IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros



Arquivo pessoal de Maria Auxiliadora da Silva

- 35 As estudantes estagiárias do Laboratório, por sua vez, participaram de diversas palestras ministradas por professores franceses e das excursões de campo. A participação de Yolanda Maria dos Santos e Dulce Lima de Brito no evento se circunscreve, segundo o relatório, às palestras e excursões, enquanto Norma Maria Ramos de Freitas, Dorcas Ferreira Chagas, Maria Auxiliadora da Silva e Marlene de Aragão Carneiro destacam-se pela apresentação e publicação de artigos científicos. Entre as atividades realizadas por Marlene de Aragão Carneiro, ressalta-se também sua atividade como intérprete do IV Colóquio (Santos, 1959a).
- 36 Já nas figuras 7 e 8, é possível observar a participação de Francisco Tenreiro em outras atividades do evento. Na figura 7, o professor Tenreiro aparece de pé na plateia de uma das sessões da jornada acadêmica, onde também se pode observar no canto esquerdo da fotografia o professor Manoel Corrêa de Andrade. A figura 8, por sua vez, apresenta Francisco Tenreiro em um momento de maior descontração na praia do Jangadeiro, no bairro da Pituba, em Salvador, junto com outras geógrafas.

Figura 7: Francisco Tenreiro na plateia do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros



Arquivo pessoal de Maria Auxiliadora da Silva

Figura 8: Francisco Tenreiro na Praia do Jangadeiro, bairro da Pituba, Salvador



Arquivo pessoal de Maria Auxiliadora da Silva

- 37 O pequeno intervalo entre os anos de 1956 e 1959 – ou seja, entre os encontros dos geógrafos brasileiros e portugueses no XVIII Congresso da UGI e no IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros – marca uma importante transição ou virada

epistemológica na Geografia produzida na Bahia, acompanhando um movimento que estava em curso em outras partes do país em maior ou menor intensidade e que pode ser verificada na leitura dos trabalhos aludidos. Trata-se, notadamente, de uma mudança de perspectiva científica entre aquilo que se convencionou a chamar de Geografia vidaliana – centrada na identificação de conjuntos de paisagens formadores de quadros regionais – para o aumento de interesse pela produção científica sistemática, de base quantitativa, e que se tornou o principal paradigma de produção de conhecimento geográfico no Brasil até a virada crítica nos anos 1970/80.

- 38 A trajetória de pesquisa do líder do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, por exemplo, evidencia essa virada epistemológica. Se, por um lado, identificamos uma forte influência vidaliana em publicações de Milton Santos como *Os estudos regionais e o futuro da Geografia* (1953) e em *Zona do Cacau, introdução ao estudo geográfico* (1955) – livros com particular interesse na síntese regional clássica –, por outro lado, após intenso contato com os geógrafos estrangeiros, trabalhos como *A rede urbana do Recôncavo* (1959b) e *A cidade como centro da região: definições e métodos de avaliação da centralidade* (1959c), por exemplo, demonstram o aumento do interesse do mestre baiano pela Geografia sistêmica.
- 39 No relatório de 1959 fica evidente a mudança no pensamento de Milton Santos e seu interesse em formar um número considerável de geógrafos e geógrafas na Bahia sob essa nova orientação científica, acompanhando a produção geográfica desenvolvida nos principais centros de pesquisa à época, tanto em termos nacional quanto internacional. Segundo Milton Santos: “Este Laboratório empenhou-se na preparação de especialistas em Geografia Aplicada, através de leitura dirigida, sessões de discussão e de método, de excursões, de pesquisas, de didáticas, além de orientações para trabalho pessoal” (Santos, 1959a, s/p).
- 40 O relatório também evidencia a preocupação do mestre baiano com a questão do método, tanto em termos de desenvolvimento de pesquisas quanto no tocante à formação dos novos profissionais da Geografia. Suas reflexões sobre método e a forma de condução dos estudos se mostravam sintonizadas com as pesquisas desenvolvidas nos principais centros produtores de conhecimento geográfico com os quais passou a se relacionar no Brasil, em Portugal e na França. Essa afinidade se reflete em duas moções de louvor aos trabalhos apresentados por Milton Santos e a equipe do Laboratório ao longo do IV Colóquio, assinadas por um grupo diverso de destacados pesquisadores desses três países.
- 41 A primeira moção, mais extensa, foi assinada pelo geógrafo português Alfredo Fernandes Martins, juntamente com o brasileiro Nilo Bernardes e os franceses Pierre Deffontaines e Jean Tricart, que diziam, entre outras palavras:
- (...) Logo de início de suas atividades, esse organismo se colocou na ponta do progresso da Geografia brasileira, sabendo aproveitar dos mais modernos métodos de pesquisa e encaminhando os seus trabalhos de maneira tal que sejam de maior utilidade para melhor utilização dos recursos naturais e para ajudar no estabelecimento de um planejamento econômico, a serviço do homem. (Santos, 1959a, s/p)
- 42 A segunda moção, bem mais concisa, parabeniza os geógrafos baianos, especialmente aqueles vinculados ao Laboratório, pelo “(...) alto valor das contribuições apresentadas ao IV Colóquio Luso-Brasileiro” (Santos, 1959a, s/p [sic]), e é assinada pelos geógrafos brasileiros Aroldo de Azevedo, Antônio Rocha Penteado, José Ribeiro de Araújo Filho,

Oliveira França, Luiz Rodrigues, Lysia Bernardes e Nilo Bernardes e pelos geógrafos portugueses Francisco Tenreiro e Alfredo Fernandes Martins. Passado o IV Colóquio, os intercâmbios de saberes entre as duas comunidades científicas se estenderam pela década seguinte. Verdade é que a ruptura do Estado democrático no Brasil em março de 1964 trouxe impactos para essa relação, como para todo o restante da vida no país. Em termos da Geografia que se desenvolvia na Bahia, o seu principal nome e organizador, Milton Santos, foi compelido a deixar o Brasil e viver no exílio por mais de uma década após ser preso e mantido no cárcere por alguns meses. A professora Antônia Déa Erdens – que também estagiou em Portugal – ficou à frente do Laboratório por um tempo, mas a descontinuidade da normalidade institucional no país e a distância de Milton Santos dificultaram sobremaneira as trocas.

Os intercâmbios de brasileiros no CEG-ULisboa: contribuições a uma sistematização necessária

- 43 Esforços empreendidos do lado português contribuíram para que os intercâmbios de conhecimentos geográficos produzidos dos dois lados do Atlântico encontrassem ainda meios de interlocução. A essa altura, o CEG-ULisboa dispunha de prestígio pelos trabalhos realizados e algum montante de dinheiro que possibilitaram importantes ações como a criação do periódico *Finisterra* – Revista Portuguesa de Geografia e que Orlando Ribeiro e seus assistentes pudessem receber no Centro uma série de estudantes estrangeiros em nível de especialização, iniciando o que a professora Suzanne Daveau (2019: 33) nomeou de “período dos estagiários”.
- 44 Entre os estagiários lembrados por Daveau (2019) em entrevista concedida no I Colóquio Luso-Brasileiro de Teoria e História da Geografia, realizado em novembro de 2017 na Universidade de Lisboa, figuram os nomes de Antônia Déa Erdens e Maria Auxiliadora da Silva, ambas referidas pela professora como pesquisadoras que se destacaram em suas passagens por Portugal. Particularmente no tocante a Maria Auxiliadora, ao final do seu estágio houve uma solicitação de Orlando Ribeiro para renovação e prorrogação do período dos trabalhos – solicitação que não era muito comum –, o que não foi possível devido à necessidade de mudança da jovem geógrafa para doutoramento na França. De todo modo, as recordações de Daveau coadunam com as impressões registradas em cartas e documentos redigidos e trocados entre Orlando Ribeiro, o Diretor da Faculdade de Filosofia da Bahia – Thales de Azevedo – e Milton Santos, que expressam satisfação pelo compromisso, seriedade e qualidade dos trabalhos realizados por essas duas pesquisadoras.
- 45 No ano de 1966, Maria Auxiliadora da Silva foi contemplada com uma bolsa de pesquisa em nível de especialização concedida pelo Instituto de Alta Cultura junto ao CEG-ULisboa. Depois de Antônia Déa Erdens, Maria Auxiliadora foi a segunda estagiária do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia a seguir para o CEG-ULisboa. Sua admissão se deu por meio de uma seleção intermediada pelo Gabinete Português de Leitura em Salvador, em que concorreram quarenta candidatos, sendo aprovados três professores – os historiadores Luiz Henrique Dias Tavares e Joildo Athayde e o artista plástico Carlos Eduardo – e a recém-licenciada Maria Auxiliadora da Silva.

- 46 Embora tenha estabelecido fortes laços com o casal Orlando Ribeiro e Suzanne Daveau, a orientação dos trabalhos de campo que realizou e da redação da monografia que Maria Auxiliadora da Silva redigiu sobre a região de Coruche ficou a cargo daquele que passaria a ser reconhecido pelos seus orientandos como Engenheiro Cunha – o agrônomo e geógrafo José Correia da Cunha. A Figura 9 retrata uma das excursões orientadas por Correia da Cunha, visto no primeiro plano à esquerda da foto⁴. Logo atrás deste professor segue-se um grupo de estudantes onde se vê Maria Auxiliadora da Silva, António de Brum Ferreira e Carlos Alberto Medeiros – esses dois últimos assistentes do professor Orlando Ribeiro.

Figura 9: Excursão em Portugal



Arquivo pessoal de Maria Auxiliadora da Silva

- 47 Em seguida, na figura 10 é possível ver um grupo mais amplo de estudantes do professor Orlando Ribeiro em atividade de campo nos arredores de Lisboa. Nesse grupo, além de Maria Auxiliadora da Silva, sentada e ao centro da imagem, destaca-se novamente a presença de dois assistentes do professor Ribeiro identificados na figura 9 – Carlos Alberto Medeiros e António de Brum Ferreira – que estavam sempre juntos aos estudantes estrangeiros recebidos pelo CEG-ULisboa e que, particularmente, estreitaram fortes laços de amizade com a geógrafa baiana, então estagiária em Portugal, como pode ser visto também na figura 11, a qual fixou alguns dos assistentes de Orlando Ribeiro e a jovem geógrafa da Bahia.

Figura 10: Excursão nos arredores de Lisboa



Da esquerda para a direita, identificamos Carlos Alberto Medeiros (primeiro à esquerda), Manuel Lucas Estêvão, então finalista de Geografia (no último plano), Maria Auxiliadora da Silva (sentada ao centro) e o Eng.º José Correia da Cunha (em pé), tendo à sua frente (sentado) Joaquim Lino da Silva, na altura bolsheiro na área de Etnografia do Instituto Científico de Angola. À direita, António de Brum Ferreira e Fernando Rebelo (?), na altura assistente da Universidade de Coimbra e que frequentava o CEG de Lisboa enquanto cumpria o serviço militar

Arquivo pessoal de Maria Auxiliadora da Silva

Figura 11: Excursão dirigida por Jorge Gaspar



Na qual se pode também ver o Eng.º José Correia da Cunha, Carlos Alberto Medeiros e a estagiária Maria Auxiliadora da Silva

Fonte: Arquivo pessoal de Maria Auxiliadora da Silva

- 48 Além dos membros de participação frequente vistos nas fotografias anteriores, destaca-se, na figura 12, outra geógrafa baiana em atividade na Universidade de Lisboa – Norma Maria Ramos de Freitas, com quem Maria Auxiliadora da Silva apresentou no IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros o trabalho “O bairro de Nazaré, estudo de Geografia Urbana”, como dissemos. Na figura 13, ainda foi possível identificar Carlos Alberto Medeiros, Maria Novaes Pinto, António de Brum Ferreira e Jorge Gaspar.

Figura 12: Momento de pausa e explicação em um dos trabalhos de campo coordenados por Orlando Ribeiro



Os três primeiros, sentados, da esquerda para a direita: Joaquim Lino da Silva, Eng.º José Correia da Cunha, Fernando Rebelo (?), sendo os três últimos Manuel Lucas Estêvão, António de Brum Ferreira e Carlos Alberto Medeiros. Sentado, de costas: Jorge Gaspar

Arquivo pessoal de Maria Auxiliadora da Silva

- 49 As figuras 13 e 14, por sua vez, retratam as pesquisadoras do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia, Maria Auxiliadora da Silva e Norma Maria Ramos de Freitas, em momento de lazer com os amigos que fizeram no CEG-ULisboa. Na figura 14 também foi possível identificar a presença de Joildo Atayde, outro pesquisador baiano em intercâmbio e com o qual, particularmente, Maria Auxiliadora estabeleceu forte laço de amizade e foi também, mais tarde, colega na Universidade da Bahia após ambos serem admitidos como professores. Por ser historiador, Joildo Athayde foi direcionado para outro centro de pesquisa na Universidade de Lisboa quando da sua passagem como estagiário em Portugal.

Figura 13: Norma Maria Ramos de Freitas e Antônio de Brum Ferreira em momento de lazer em um lago nos arredores de Lisboa



Arquivo pessoal de Maria Auxiliadora da Silva

Figura 14: Da esquerda para a direita: o primeiro não foi identificado, Norma Freitas, Maria Auxiliadora da Silva e Joildo Athayde



Fonte: Arquivo pessoal de Maria Auxiliadora da Silva

- 50 O “período dos estagiários”, para citarmos a expressão utilizada pela professora Suzanne Daveau (2019), não se circunscreveu apenas à presença de estudantes estrangeiros no CEG-ULisboa, conforme pode ser visto na figura 15. Na imagem é possível ver o destacado geógrafo brasileiro Orlando Valverde portando uma máquina

fotográfica em trabalho de campo pelos arredores de Lisboa, juntamente com os professores Suzanne Daveau, Alfredo Fernandes Martins e Orlando Ribeiro. Atrás de Orlando Ribeiro (de chapéu branco), à esquerda, parece reconhecer-se o etnólogo Manuel Viegas Guerreiro.

Figura 15: O geógrafo brasileiro Orlando Valverde ao lado de outros professores portugueses



Arquivo pessoal de Maria Auxiliadora da Silva

- 51 Os documentos armazenados nos arquivos do CEG-ULisboa ou em acervos pessoais, ainda carecem de maior sistematização e de um trabalho de interpretação, de modo a contribuir para a remontagem de um capítulo importante da história da Geografia em âmbito internacional. Nesse sentido, muito ainda precisa ser feito para que haja uma organização sistemática sobre os materiais de pesquisa referentes aos intercâmbios e trocas de saberes geográficos entre portugueses e brasileiros. Para contribuir com esses primeiros esforços de sistematização, trouxemos nesse tópico parte do acervo iconográfico de Maria Auxiliadora da Silva, de forma comentada, buscando evidenciar sujeitos e lugares envolvidos nos intercâmbios de conhecimentos favorecidos pelos estágios no CEG-ULisboa.
- 52 A história da Geografia – paralelamente à sua epistemologia – escrita no século XX centrou suas atenções nas produções anglo e francófonas, contribuindo para que a produção do conhecimento geográfico nos países ibéricos e latino-americanos fossem postos, via de regra, em uma posição semiperiférica, conforme destacam Paiva e Oliveira (2020) ao tratarem, particularmente, dos casos de Portugal e Brasil. Os contextos políticos e econômicos bastante turbulentos vividos por esses países no último século, marcado por governos autoritários, crises econômicas e toda ordem de problemas ou empecilhos à produção científica, contribuíram para tal situação e para que importantes páginas da história da Geografia em nível internacional permaneçam ainda desconhecida de grande parcela dos geógrafos pelo mundo a fora (Paiva e Oliveira, 2020; Sousa, 2020).

- 53 Todavia, alguns importantes esforços têm ocorrido nos últimos anos, materializados nas formas de projetos de cooperações transnacionais, simpósios e seminários, produções bibliográficas e intercâmbios de conhecimentos e demais modos de parcerias.⁵ Esperamos, nesse primeiro momento, com a escrita desse artigo e a disponibilização no texto desse acervo pessoal construir mais pontes, caminhos e questões de pesquisa do que encerrar conclusões maiores acerca de capítulos fundamentais para a compreensão da nossa história disciplinar e, por consequência, sua epistemologia.

Considerações finais

- 54 A realização do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros na Universidade da Bahia no ano de 1959 e os estágios de brasileiros no CEG-ULisboa na década seguinte foram centrais para o estreitamento de relações e intercâmbios de conhecimentos geográficos entre pesquisadores de Salvador e Lisboa, particularmente. O ânimo social vivido pelo estado e pela universidade da Bahia naquele momento foi, certamente, elemento levado em consideração para tal escolha. Decerto que a jornada acadêmica e artístico-cultural ultrapassou questões e interesses mais especificamente geográficos, todavia, o fato de uma das suas sessões ter comportado um grande número de geógrafos e geógrafas de diferentes países contribuiu, sobremaneira, para que o recém-criado Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais encontrasse ambiente propício para apresentar suas propostas e ambições em âmbito internacional.
- 55 Coadunando com o espírito de uma elite modernizante que visava recolocar a Bahia em um contexto político-econômico mais favorável no conjunto do território nacional, os líderes do Laboratório enxergavam na Geografia toda a potencialidade que a disciplina tinha a oferecer a esse projeto e, para tanto, buscaram pôr em prática e refletir sobre uma Geografia que estivesse em sintonia com as premissas e métodos científicos desenvolvidos nos principais centros produtores de conhecimento geográfico internacionalmente. Àquela altura as principais interlocuções dos geógrafos de Salvador parecem mesmo ter se dado com portugueses de Lisboa e franceses de Strasbourg.
- 56 Entre os frutos do IV Colóquio, diretos ou indiretos, evidenciamos nesse artigo os intercâmbios de estudantes brasileiros para temporadas de estágio em Lisboa, mas poderíamos também citar a manutenção das cooperações acadêmicas e dos laços de amizade que se estenderam pelas décadas seguintes, incluindo a França como ponto de interseção das relações entre os geógrafos de Salvador e de Lisboa. A geração de geógrafos formada pelo Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia deu, posteriormente, um direcionamento acadêmico ao Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia, criado no final da década de 1960.
- 57 A história que se seguiu foi a do tensionamento entre uma geração que iniciou seus trabalhos na década de 1950 entendendo a dimensão cosmopolita da ciência e a necessidade da projeção internacional de um lado e, de outro, as dificuldades de toda ordem enfrentadas na porção periférica ou semiperiférica do mundo acadêmico. Tema para outros textos.

BIBLIOGRAFIA

- IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS (1959). IV Colóquio (...) (1959). Salvador: Universidade da Bahia.
- CAPEL, Horacio (1981). *Filosofia y ciencia en la Geografía contemporánea*. Barcelona: Barcanova.
- CARDOSO, Luciene Pereira Carris (2013). *O Lugar da Geografia Brasileira: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro entre 1883 e 1945*. São Paulo: Editora AnnaBlume.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA (1952). 10, 1944, Rio de Janeiro, *Anais (...)*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 2v.
- CORTESÃO, Jaime (1952). A cartografia antiga e os fundamentos pré-históricos da nação brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 10, 1944, Rio de Janeiro, *Anais (...)*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 2v.
- COUTINHO, Gago (1952). Informações gerais sobre as atividades da Sociedade de Geografia de Lisboa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 10, 1944, Rio de Janeiro, *Anais (...)*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 2v.
- DAVEAU, Suzanne (2019). Reflexões sobre o relacionamento entre as Geografias portuguesa e brasileira das décadas de 1960-80. In: OLIVEIRA, Francisco Roque; PAIVA, Daniel (Org.) *Saberes geográficos e Geografia institucional: relações luso-brasileiras no século XX*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- GUIMARÃES, Lúcia Paschoal (2011). *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*, 2ª ed. São Paulo: Ed. AnnaBlume.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1939). *Revista Brasileira de Geografia*. Ano I, Janeiro de 1939, Nº I.
- MARQUES, Maria Inês Corrêa (2010). *UFBA na memória: 1946-2006*. Salvador: EDUFBA.
- MARY, Cristina Pessanha (2010). *Geografias Pátrias: Portugal e Brasil - 1875-1889*. Niterói: Editora da UFF.
- MORAES, Antônio Carlos Robert (2005). *Território e História no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: AnnaBlume.
- OLIVEIRA, Francisco Roque; PAIVA, Daniel (2019a). “Na dor ou na alegria”: Bernardino José de Souza e a convergência luso-brasileira em tempo de Estados Novos de Salazar e Vargas. In: SOUSA, André Nunes de.; VAZ, Caroline Bulhões Nunes. (org.). *A Geografia no alvorecer da República: contribuições à história da ciência geográfica no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2019a, p. 219-251.
- OLIVEIRA, Francisco Roque; PAIVA, Daniel (Org.) (2019b). *Saberes geográficos e Geografia institucional: relações luso-brasileiras no século XX*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- PAIVA, Daniel; OLIVEIRA, Francisco Roque (2020). Luso-Brazilian geographies? The making of epistemic communities in semi-peripheral academic human geography. *Progress in Human Geography*, 45(3), p. 1-24. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0309132520923062>. Acessado em: 19 de julho de 2022.
- PIMENTA, José Ramiro. ‘Cabo Brasil’ – uma geografia imaginária (2014). In: Álvarez, Jacobo García; García, João Carlos (Orgs.). *História da Geografia e Colonialismo*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa / União Geográfica Internacional.

- REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA (1939). Ano I. Janeiro de 1939. Nº 1.
- RIBEIRO, Maria de Fátima Maia (1999). *IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros: relações culturais, identidade, alteridade*. 1999. 6v Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação.
- RISÉRIO, Antônio (2004). *Uma História da Cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal Editores. 2ª edição.
- RISÉRIO, Antônio (2013). *Edgard Santos e a reinvenção da Bahia*. Versal Editores: Rio de Janeiro.
- SANTOS, Milton (1953). *Os estudos regionais e o futuro da Geografia*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia.
- SANTOS, Milton (1955). *Zona do cacau. Introdução ao estudo geográfico*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia. Artes Gráficas.
- SANTOS, Milton (1959a). *Relatório ao Magnífico Reitor Edgard Santos*. Universidade da Bahia: Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais.
- SANTOS, Milton (2019a). O perigo doméstico (Bordo do avião da Lufthansa, entre Lisboa e Dakar, 30 de junho). In: SILVA, Maria Auxiliadora da.; Antunes, Willian Morais (Orgs). *Milton Santos: correspondente do Jornal A Tarde (1950-1960)*. Florianópolis: IIR/GCN/CFH/UFSC, 2019. – (Livros Geográficos; v. 7).
- SANTOS, Milton (2019b). Lisboa. In: SILVA, Maria Auxiliadora da.; Antunes, Willian Morais (Orgs). *Milton Santos: correspondente do Jornal A Tarde (1950-1960)*. Florianópolis: IIR/GCN/CFH/UFSC, 2019. – (Livros Geográficos; v. 7).
- SANTOS, Milton (1959b). *A rede urbana do Recôncavo*. Salvador: Imprensa Oficial.
- SANTOS, Milton (1959c). *A cidade como centro da região: definições e métodos de avaliação da centralidade*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia.
- SANTOS, Milton (2005). *A urbanização brasileira*. São Paulo: EDUSP, 5ª edição.
- SCHWALBACH, Luís (1952). O calcário: alguns aspectos da sua industrialização em Portugal. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 10, 1944, Rio de Janeiro, *Anais (...)*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 2v.
- SILVA, Maria Auxiliadora da.; Antunes, Willian Morais (Orgs) (2019). *Milton Santos: correspondente do Jornal A Tarde (1950-1960)*. Florianópolis: IIR/GCN/CFH/UFSC. – (Livros Geográficos; v. 7).
- SIMÕES, Ruy (1990). *A Faculdade de Filosofia e sua Identidade Perdida*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA.
- SOUSA, Willian Morais Antunes (2014). *Uma história da teoria dos dois circuitos e ensaios*. TCC (Graduação em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências.
- SOUSA, André Nunes de (2015). *Percurso Historiográfico do Campo Disciplinar Geográfico na Bahia e em São Paulo: Contribuições da Universidade Federal da Bahia e da Universidade de São Paulo*. 2015. (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador.
- SOUSA, André Nunes de (2020). Resenha: Oliveira, Francisco Roque de; Paiva, Daniel (Orgs.). Saberes geográficos e Geografia Institucional: Relações Luso-Brasileiras no século XX. Lisboa: Centros de Estudos Geográficos, 2019. *Revista GeoNordeste*, XXXI (2), p. 292-298. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/14678>. Acessado em: 19 de julho de 2022.
- TRICART, Jena.; SANTOS, Milton.; SILVA, Tersa Cardoso da.; CARVALHO, Anna Dias (1958). *Estudos de Geografia da Bahia*. Salvador: Universidade da Bahia.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida (2002). *Salvador: transformações e permanências (1549-1990)*. Ilhéus, BA: Editus.

NOTAS

1. Tais registros se verificam, sobretudo, em atas, relatórios, anais de congressos e demais publicações de agremiações como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ) (Mary, 2010; Guimarães, 2011; Cardoso, 2013; Oliveira; Paiva, 2019a).
2. Entre alguns dos Laboratórios criados na Universidade da Bahia destacavam-se o Instituto de Economia e Finanças; o Instituto de Estudos Luso-Brasileiros; o Laboratório de Fonética, o Gabinete de Filologia Românica, entre outros.
3. Os países e número de adesistas ao evento estiveram assim distribuídos: Alemanha (4); Argentina (1); Brasil (241); Chile (1); Espanha (14); Estados Unidos (22); França (22); Holanda (3); Inglaterra (4); Itália (11); Portugal (109); Romênia (1); Uruguai (2) (IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1959).
4. Agradecemos aos Professores Isabel Medeiros e Carlos Alberto Medeiros pela ajuda na identificação dos pesquisadores portugueses presentes nas imagens deste tópico.
5. Intercâmbios de saberes geográficos têm sido fomentados nos últimos anos entre geógrafos do CEG-ULisboa e de diferentes universidades do Brasil acerca de temas os mais diversos. Particularmente no tocante à História da Geografia, destacam-se os esforços de Francisco Roque de Oliveira que têm estabelecido recentemente uma plataforma de diálogo com pesquisadores da Bahia, Rio de Janeiro e Brasília, resultando em cooperações internacionais, seminários e publicações que versam sobre as relações recíprocas na produção do conhecimento geográfico entre as duas comunidades científicas.

RESUMOS

O objetivo deste artigo é discutir os intercâmbios de saberes geográficos entre geógrafos do Brasil e de Portugal, particularmente aqueles estabelecidos nas décadas de 1950 e 1960 entre os grupos de pesquisadores ligados ao Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia, sob a liderança do professor Milton Santos, e o Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (CEG-ULisboa), sob a direção do professor Orlando Ribeiro. Buscamos, com isso, contribuir com esforços de sistematização que vêm sendo realizados acerca dessa importante página da História da Geografia em âmbito internacional. Para tanto, procedemos com investigações bibliográfica, documental e iconográfica que nos ajudaram a remontar e compreender as conjunturas político-econômica, institucional e científica em que esses intercâmbios de saberes foram realizados, bem como as parcerias de pesquisa e produções acadêmicas deles decorrentes.

The objective of this article is to discuss the exchanges of geographic knowledge among geographers from Brazil and Portugal, particularly those established in the 1950s and 1960s between groups of researchers linked to the Laboratory of Geomorphology and Regional Studies of the University of Bahia, under the leadership of Professor Milton Santos, and the Center for

Geographical Studies of the University of Lisbon (CEG-ULisboa), under the direction of Professor Orlando Ribeiro. We aim, therefore, to contribute to the systematization efforts that have been carried out on this important page of the History of Geography at an international level. For that, we proceeded with bibliographical, documentary and iconographic investigations that helped us to reassemble and understand the political-economic, institutional and scientific conjunctures in which these exchanges of knowledge were carried out, as well as the research partnerships and academic productions resulting from them.

El objetivo de este artículo es discutir los intercambios de conocimientos geográficos entre geógrafos de Brasil y Portugal, en particular los establecidos en las décadas de 1950 y 1960 entre grupos de investigadores vinculados al Laboratorio de Geomorfología y Estudios Regionales de la Universidad de Bahía, bajo el liderazgo del Profesor Milton Santos, y el Centro de Estudios Geográficos de la Universidad de Lisboa (CEG-ULisboa), bajo la dirección del Profesor Orlando Ribeiro. Buscamos, por tanto, contribuir a los esfuerzos de sistematización que se vienen realizando sobre esta importante página de la Historia de la Geografía a nivel internacional. Para ello, se procedió con investigaciones bibliográficas, documentales e iconográficas que ayudaron a recomponer y comprender las coyunturas político-económicas, institucionales y científicas en las que se realizaron estos intercambios de saberes, así como las alianzas de investigación y las producciones académicas resultantes de ellos.

L'objet de cet article est de discuter des échanges de connaissances géographiques entre géographes du Brésil et du Portugal, en particulier ceux établis dans les années 1950 et 1960 entre des groupes de chercheurs liés au Laboratoire de Géomorphologie et d'Études Régionales de l'Université de Bahia, sous la direction du professeur Milton Santos, et le Centre d'Études Géographiques de l'Université de Lisbonne (CEG-ULisboa), sous la direction du professeur Orlando Ribeiro. Nous cherchons, de cette façon, à contribuer aux efforts de systématisation qui ont été menés sur cette page important de l'Histoire de la Géographie au niveau international. Pour cela, nous avons procédé à des investigations bibliographiques, documentaires et iconographiques qui nous ont permis de reconstituer et de comprendre les conjonctures politico-économique, institutionnelle et scientifique dans lesquelles ces échanges de savoirs se sont opérés, ainsi que les partenariats de recherche et les productions académiques qui en découlent.

ÍNDICE

Índice cronológico: 1950-1960

Mots-clés: échanges de connaissances géographiques, Laboratoire de Géomorphologie et d'Études Régionales de l'Université de Bahia, Centre d'Études Géographiques de l'Université de Lisbonne

Palavras-chave: intercâmbios de saberes geográficos, Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

Keywords: exchanges of geographic knowledge, Laboratory of Geomorphology and Regional Studies at the University of Bahia, Center for Geographical Studies of the University of Lisbon

Palabras claves: intercambios de conocimientos geográficos, Laboratorio de Geomorfología y Estudios Regionales de la Universidad de Bahía, Centro de Estudios Geográficos de la Universidad de Lisboa

Índice geográfico: Bahía, Portugal

AUTORES

MARIA AUXILIADORA DA SILVA

Universidade Federal da Bahia – UFBA
Instituição

Área de geociências

E-mail: dorasilv@ufba.br

ORCID: 0000-0002-3332-2132

ANDRÉ NUNES DE SOUSA

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA

Departamento de Geografia

E-mail: anunesds82@gmail.com

ORCID: 0000-0002-2463-349X

Perturbações na paisagem pastoril do sudoeste angolano:

Ansiedade política e geografia aplicada no colonialismo tardio

Disturbances in the pastoral landscape of southwest Angola: political anxiety and applied geography in late colonialism

Perturbations dans le paysage pastoral du sud-ouest de l'Angola : inquiétude politique et géographie appliquée dans le colonialisme tardif

Perturbaciones en el paisaje pastoril del suroeste de Angola: ansiedad política y geografía aplicada en el colonialismo tardío

Cláudia Castelo

NOTA DO EDITOR

Submetido 28 Jul. 2022; aceite 16 Out. 2022

NOTA DO AUTOR

Transcrição do documento dactilografado em 7 páginas frente, assinado por Raquel Soeiro de Brito. No canto superior esquerdo da primeira página encontra-se aposto o carimbo da MGFHU. Na transcrição respeitou-se a ortografia original. A nota de rodapé constante no documento foi reproduzida da mesma forma. As notas 11, 13 e 14 incluem informações da responsabilidade da comentadora.

- ¹ O documento que se reproduz foi elaborado por Raquel Soeiro de Brito (Elvas, 1925), geógrafa e professora universitária portuguesa, na qualidade de adjunta da Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar (MGFHU), um organismo da Junta de Investigações do Ultramar (JIU) dedicado ao trabalho de campo geográfico nos territórios coloniais portugueses.¹ Trata-se, como o título indica, de uma “Informação

relativa à criação de gado e pastoreio nos distritos de Moçâmedes e Huíla” ou, como Orlando Ribeiro se lhe refere, de um “relatório sucinto”.² Produzido no seio do campo científico, destinava-se a uma circulação expedita e reservada no campo político-administrativo colonial. A presidência da JIU transmitiu-o ao governo-geral de Angola, solicitando que fosse levado ao conhecimento do governo do distrito de Moçâmedes, do inspetor superior engenheiro Vasconcelos Guimarães (coordenador dos serviços de Planeamento e Ordenamento da Pastorícia), e do diretor do Instituto de Investigação Científica de Angola.³

- 2 O conteúdo do documento reporta-se ao trabalho que Raquel Soeiro de Brito realizou numa estadia de 42 dias no sul de Angola, entre meados de setembro e finais de outubro de 1968, depois de em agosto e setembro do ano anterior, correspondendo a um pedido do governo do distrito de Moçâmedes, já ter começado a estudar o problema da interferência da delimitação de áreas de criação de gado por colonos brancos com os modos de vida das populações pastoris e agro-pastoris daquele distrito.
- 3 A opção por dar a conhecer este documento no dossiê temático “Geografia portuguesa, trópicos e colonialismo tardio” radica, por um lado, na relevância da atividade da sua autora no âmbito da “geografia tropical” portuguesa entre meados da década de 1950 e o início da década de 1970; por outro, na sua capacidade de ilustrar a relação entre o poder colonial e a produção de conhecimento geográfico nas últimas décadas do domínio português em África e, concretamente, durante o decurso da guerra colonial/ de libertação em Angola (1961-1974). Remete-nos para um momento de revalorização do discurso e da prática geográfica ante o aumento da contestação anticolonial, para os debates em torno das dimensões epistemológica e prática da geografia, nomeadamente sobre a “geografia aplicada” a políticas públicas de pendor reformista. Neste caso, a geografia é chamada a dar a sua contribuição (através dos seus métodos próprios de observação e interpretação) às políticas no domínio da organização do espaço e da relação entre a criação de gado “tradicional” e “empresarial”, como forma de evitar fenómenos extremos de perturbação das paisagens e modos de vida das populações colonizadas no sudoeste de Angola. O documento indicia uma colaboração mais estreita da MGFHU com o governo de Angola e, especificamente, com o governo do distrito de Moçâmedes, no estudo dos problemas da pecuária e da sua solução.
- 4 Antes de apresentar o documento em si, traço brevemente o contexto geral e específico em que se deu a sua produção, isto é, por um lado, o problema político e social para o conhecimento do qual foi pedida a colaboração da MGFHU; e, por outro, o trabalho de campo realizado por Raquel Soeiro de Brito em resposta à solicitação da Administração colonial caucionada pelo poder político metropolitano.

A problemática

- 5 A ocupação de terras para exploração pecuária empresarial nas então províncias da Huíla e de Moçâmedes teve início na década de 1950, na sequência de legislação criando reservas de terrenos para criação de gado destinadas a criadores europeus.⁴ À medida que essa ocupação avança vão surgindo problemas entre os criadores europeus e os pastores africanos. Concretamente na região do Humbe e Mucope (Huíla), a demarcação de terrenos para o estabelecimento de fazendas aramadas de criadores de gado “evoluídos” dá azo a um clima de crispação que, segundo o delegado da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) em Sá da Bandeira, podia favorecer a

subversão.⁵ As medidas sugeridas por uma comissão técnica criada pelo governador do distrito para analisar a situação acabam por não ser aplicadas, o que provoca um agravamento das tensões entre os pastores africanos e os criadores portugueses. A situação é vista como potencialmente perigosa pela administração colonial. O secretário provincial de fomento rural do governo de Angola atribui à Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola (MIAA) a tarefa de colher localmente elementos capazes esclarecer o problema. Os trabalhos de inquérito realizados pela MIAA no terreno no ano agrícola de 1963-64 confirmam que os povos pastores estão a ser lesados, sendo-lhes sonogados pastos para o gado, bloqueado o acesso deste à água (nomeadamente a pontos de água abertos pela Administração) e dificultados ou impedidos os caminhos da transumância.⁶

- 6 Problema idêntico começa a viver-se no distrito de Moçâmedes. O governo de Angola nomeia então um grupo de trabalho que elabora as “Normas gerais para o ordenamento e planeamento da pastorícia”, sendo instituída a Coordenação do Planeamento e Ordenamento da Pastorícia (na Secretaria Provincial de Fomento Rural) e, na sua dependência, em substituição das Comissões de Pastos e Águas, as Comissões Distritais de Planeamento e Ordenamento da Pastorícia da Huíla e Moçâmedes.⁷ Mais do que manobras de dilação de decisões, as comissões são respostas a crises, repositórios das ansiedades do Estado colonial (Stoler, 2002: 104). No caso em apreço sobressai a preocupação estatal face ao eventual alastramento da guerra – localizada no norte e no leste – ao sul de Angola.
- 7 Nas reuniões e plenários do Conselho de Coordenação do Planeamento e Ordenamento da Pastorícia, desde pelo menos janeiro de 1967, apontam-se a necessidade e a urgência de estudar o problema da demarcação de terrenos nas zonas de criação e pastoreio dos povos agro-pastoris e pastores do sudoeste de Angola, e essas posições são homologadas pelo governador-geral de Angola. A realização dos estudos é atribuída ao Instituto de Investigação Científica de Angola (IICA), mas prevê-se a colaboração de outros organismos de Angola e da metrópole.
- 8 Os elementos apresentados pela MIAA em meados de 1967 confirmam “uma ocupação que, dado o atual estágio de evolução das populações e forma de manejo dos seus gados, se deve considerar quase exaustiva, nas zonas 34 e 35, da Zonagem Agrícola de Angola da Missão de Inquéritos Agrícolas.”⁸ Confirma-se também a perturbação causada no equilíbrio das explorações em regime tradicional pelo estabelecimento de empresas pecuárias de colonos.
- 9 O IICA propõe um esquema de estudo do problema do planeamento e ordenamento da pastorícia, considerando as vertentes sociológica, ecológica e económica. Porém, o instituto só dispõe de um especialista em Sociologia e sugere que os aspetos sociológicos e ecológicos sejam abordados também por especialistas do Instituto de Investigação Agrária de Angola (IIAA), do Instituto de Investigação Veterinária de Angola (IIVA), da MIAA, do Instituto Pio XII de Luanda e da MGFHU. Quanto à dimensão económica do problema, considera que deve ser estudada por especialistas da metrópole em economia agrária, como os engenheiros Mandes Espada, Agostinho de Carvalho e Manuel Belchior.
- 10 Em novembro de 1967, para agilizar os trabalhos, o Conselho atribui a José de Sousa Bettencourt, responsável pela divisão de sociologia do IICA, os estudos sociológicos. Em maio de 1968, o IICA submete à apreciação do conselho os trabalhos “Planeamento e ordenamento da pastorícia nos distritos da Huíla e de Moçâmedes (Considerações de ordem sociológica)” e “Planeamento e ordenamento da pastorícia na região do Humbe

(Investigações de campo)”. Dados de 1967, e sem que o autor ou autores sejam identificados, o primeiro é um trabalho de gabinete com base numa revisão documental e bibliográfica sobre o tema; o segundo, realizado depois do primeiro, é o resultado das pesquisas de campo de uma brigada do Departamento de Ciências Humanas do IICA na região do Humbe, de 18 de outubro a 19 de novembro de 1967. Este documento analisa as implicações sociológicas e apresenta subsídios para a sua solução.

- 11 Já depois de entregues aqueles estudos, o IICA considera que as pesquisas devem prosseguir com a colaboração do investigador José de Sousa Bettencourt, do Padre Carlos Estermann, do Instituto Pio XII e da MGFHU da JIU. O diretor do IICA refere que relativamente aos estudos da competência da MGFHU – de organização do espaço –, já fora solicitada a sua colaboração. Por incumbência do secretário provincial de Fomento Rural, o chefe da MIAA, durante a sua última estadia em Lisboa, em fevereiro de 1968, já tinha contactado o presidente da comissão executiva da JIU, que se comprometera a viabilizar a cooperação.

A geógrafa no terreno

- 12 Raquel Soeiro de Brito, a primeira mulher portuguesa a doutorar-se em Geografia (1955) e – como a própria vinca em registo autobiográfico – o único elemento da JIU a fazer trabalho de campo geográfico em todos os territórios coloniais portugueses entre 1956 (Índia) e 1972 (Timor), caracteriza-se a si mesma como uma “geógrafa de terreno” (Giraldo Villamizar *et al.*, 2021: 19-20). Antes de ler sobre um assunto, de o estudar em profundidade no gabinete, envolvia-se no trabalho de campo, “enlame[ava] os sapatos” – como lembra em entrevista recente. Primeiro via por si; não queria ser condicionada pela forma como os outros tinham visto. Cultivava uma “geografia indutiva”, baseada na observação e na recolha de dados empíricos *in situ* sobre as interações entre as pessoas e o meio (Oliveira, 2021: 10).
- 13 A atividade que desenvolveu nas colónias assentava na observação das paisagens, dos processos de transformação trazidos pela colonização e das suas consequências sociais e ambientais. Corresponhia a um entendimento da geografia enquanto disciplina de síntese entre o mundo natural e o social e da sua função nos “territórios em vias de transformação” de alertar – “tocar a sineta” como disse o também geógrafo Francisco Tenreiro (1964: 55) –, a fim de que outros em especialidade e profundidade solucionassem os problemas detetados. Podemos inferir que Raquel Soeiro de Brito partilhava com a restante equipa a ideia de que a geografia podia ser útil nas tarefas de planeamento regional e económico, implantação de indústrias, ordenamento das populações, inventário de recursos naturais e utilização do solo, à semelhança do que acontecia nos territórios coloniais britânicos e franceses. No projeto de criação da MGFHU, instituída em 1960 para colmatar as lacunas em conhecimento geográfico sobre os territórios coloniais portugueses, em especial sobre os mais extensos, e corresponder aos desafios da cooperação científica inter-imperial, Orlando Ribeiro esclarecia:

É evidente que qualquer tentativa de aplicação e utilização de elementos geográficos se baseia, por um lado, na pesquisa desinteressada e no conhecimento conjunto dos territórios, por outro na informação que nos seja pedida e nos problemas (de administração, de economia, de planeamento) para os quais a nossa atenção e colaboração seja solicitada. À minha formação agrada mais a pesquisa

desinteressada; mas não negaria, antes gostosamente daria, toda a colaboração que neste campo me viesse a ser pedida.⁹

- 14 A pesquisa de Raquel Soeiro de Brito no âmbito da campanha de 1967 da MGFHU localizou-se na zona sudoeste de Angola. No plano inicial, a geógrafa propunha-se estudar a cidade de Moçâmedes, as hortas e as pescarias. Porém, a pedido do governador do distrito (e presidente da Comissão Distrital para o Planeamento e Ordenamento da Pastorícia) e com a anuência de Orlando Ribeiro, iniciou também o estudo das populações pastoris e agro-pastoris do deserto e da sua orla (Muchimbas, Mucubais e Muílas) e da interferência que a demarcação de concessões para brancos teve nos seus modos de vida. Para a realização dessa primeira prospeção, contou com o apoio da Comissão Distrital de Planeamento e Ordenamento da Pastorícia, em termos logísticos e na disponibilização de dados levantados pela MIAA.
- 15 No regresso a Moçâmedes na campanha de 1968, com o acordo do chefe da MGFHU, da JIU e do subsecretário de Estado do Fomento, Raquel Soeiro de Brito prosseguiu o estudo iniciado na campanha anterior junto dos povos pastoris e agro-pastoris. Não temos informação detalhada sobre as práticas usadas no trabalho de campo, mas sabemos que o inquérito incluiu o sobrevoo da região e a consulta do mapa de Angola na escala de 1:100000 e de dados fornecidos pela administração local.
- 16 Esta campanha corporiza a predisposição da MGFHU para colaborar com a administração colonial e o interesse da administração colonial em se munir de aconselhamento científico que complementasse o trabalho de serviços e departamentos da própria colónia de Angola, cujas conclusões pretendia validar.

O relatório e o futuro

- 17 Na “Informação relativa à criação de gado e pastoreio nos distritos de Moçâmedes e Huíla”, Raquel Soeiro de Brito começa por proceder a uma caracterização sumária do espaço e das populações que ali habitam. Situa a génese do “grave problema que se pretende estudar e resolver a contento” ([1]) de todas as partes: quando no final da década de 1950 e sobretudo em meados dos anos 60, começou a despertar um interesse, quer espontâneo quer orientado pelos serviços estatais, na exploração pecuária, e os pedidos de concessão de terra recaíram em áreas de ocupação pastoril e agro-pastoril por nativos. Expõe, de seguida, o que tem sido feito pelas autoridades locais, ao nível da melhoria de pontos de água pré-existentes e da abertura de novos. Explica que a transumância, ao contrário do que se pensava, não se realiza essencialmente por falta de água, sendo a qualidade e variedade dos pastos um fator determinante das deslocações do gado (2). Refere que dada a falta de estudos para uma programação da reestruturação do espaço baseada em conhecimento científico, os pedidos de concessão têm sido atendidos, com base na falsa premissa de que não há ocupação efetiva por parte das populações autóctones (3). Porém, quer a observação do mapa de Angola na escala de 1:100000, quer as observações em sobrevoo e no terreno e os dados fornecidos pela administração local apontam noutra direção. Além disso, confirma que “um clima de tensão já está criado em muitos lugares e rapidamente se pode estender a vastas áreas”, daí a urgência de um estudo multidisciplinar do problema (6). No domínio da geografia humana, propõe que os estudos de pormenor no distrito da Huíla sejam atribuídos a João Pereira Evangelista, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Luanda (em Sá da Bandeira) e colaborador da MGFHU; e no distrito de Moçâmedes, a

Joaquim Lino da Silva, assistente da MGFHU e futuro investigador do IICA. Salienta que Angola dispõe de uma excelente base para os estudos geográficos: todos os dados de inquérito e estatísticos produzidos pela MIAA. Por fim, sugere que a MGFHU oriente os trabalhos geográficos em curso e em perspectiva, e participe nas reuniões para a tomada de decisões e discussão de resultados (7).

- 18 O documento remete-nos para a produção de conhecimento geográfico no contexto político-militar da contra-subversão em Angola. O Estado colonial acossado encomenda estudos que o ajudem a compreender e a sustentar o descontentamento dos agro-pastores africanos e a pensar o território à luz das relações entre aqueles e os empresários europeus. Esse exercício, embora dinâmico, ocorre no quadro da própria situação colonial e obviamente para a sua salvaguarda. Talvez não seja possível identificar resultados práticos desta colaboração no que tange concretamente à organização do espaço do “complexo do leite”, isto é, da região do sul e sudoeste de Angola onde a criação de gado bovino (no âmbito da qual decorria a ordenha) era a principal atividade económica das populações (Carvalho, 1963). Isto não só por o ritmo forçosamente lento do trabalho científico ter sido ultrapassado pelas transformações da história. As contradições e ambiguidades do poder colonial tardio no que se refere ao modelo de desenvolvimento a seguir no sudoeste de Angola não podem ser descartadas nesse desenlace. Porém, o interesse do conhecimento gerado extravasa a sua aplicação imediata. Na *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, encontramos um artigo baseado nas observações e inquéritos geográficos realizados em 1967 e 1968, ilustrado com mapa, figuras e fotografias (Brito, 1970). A partir dele podemos refletir sobre eventuais continuidades pós-coloniais (Carvalho 1995) e homologias entre o período colonial tardio e as duas últimas décadas após a guerra civil, em que se vem assistindo à apropriação de terras comunitárias rurais para a pecuária comercial com a conivência do Estado independente de Angola (Amnistia Internacional, 2019).

BIBLIOGRAFIA

- Amnistia Internacional (2019). O fim do paraíso do gado. Como o desvio de terras para explorações pecuárias minou a segurança alimentar nos Gambos, Angola. Disponível em: <https://www.amnistia.pt/wp-content/uploads/2019/10/PT_End-of-Cattles-Paradise-Report.pdf> Acesso: 30 de junho de 2022.
- Brito, Raquel Soeiro de (1970). “Nótula acerca dos povos pastores e agro-pastores do distrito de Moçamedes”. *Finisterra*, v. 5, n. 9, pp. 69-83. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2471>> Acesso: 30 de junho de 2022. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis2471>
- Carvalho, Eduardo Cruz de (1963). “Esboço da zonagem agrícola de Angola”. *Fomento*, v. 1, n. 3, pp. 67-72.
- Carvalho, Ruy Duarte de (1995). “O futuro já começou? Transições políticas e afirmação identitária entre os pastores kuvale (herero) do Sudoeste de Angola”. *Lusotopie*, n. 2, pp. 221-238.

Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1995_num_2_1_988> Acesso: 30 de junho de 2022.

Castelo, Cláudia (2018). “Arame farpado, conhecimento e desenvolvimento no Sudoeste de Angola (c.1960-1974)”. *Africana Studia*, n. 30, pp. 47-59. Disponível em: <<https://ojs.letras.up.pt/index.php/AfricanaStudia/article/view/7667>> Acesso: 30 de junho de 2022.

Giraldo Villamizar, Catalina; Ceola, Francesca; González Arango, Nicolas; Oliveira, Francisco Roque de (2021). “Memórias fotográficas: uma entrevista com Raquel Soeiro de Brito”. In: Oliveira, Francisco Roque de (coord.). *Memórias fotográficas: uma entrevista com Raquel Soeiro de Brito - Cadernos fototeca*, 1. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 12-39. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/50349>> Acesso: 30 de Junho de 2022. DOI: 10.33787/CEG20210003-2

Oliveira, Francisco Roque de (2021). “‘Só venho ver a terra’: trabalho de campo, fotografia de terreno e trópicos segundo Raquel Soeiro de Brito”. In: Oliveira, Francisco Roque de (coord.). *Memórias fotográficas: uma entrevista com Raquel Soeiro de Brito - Cadernos da Fototeca*, 1. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 5-13. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/50346>> Acesso: 30 de Junho de 2022. DOI: 10.33787/CEG20210003-1

Sarmento, João (2022). *Orlando Ribeiro - Cadernos de Campo. Angola 1960-1969*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.

Stoler, Ann Laura (2002). “Colonial archives and the arts of governance”. *Archival Science*, 2, pp. 87-109. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/BF02435632>> Acesso: 30 de Junho de 2022.

Tenreiro, Francisco (1964). “Angola: problemas de geografia humana”. In: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. *Angola: Curso de extensão universitária, ano lectivo de 1963-1964*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, pp. 35-60.

ANEXOS

Documento

S.R.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

JUNTAS DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR

MISSÃO DE GEOGRAFIA FÍSICA E HUMANA DO ULTRAMAR

INFORMAÇÃO RELATIVA À CRIAÇÃO DE GADO E PASTOREIO NOS

DISTRITOS DE MOÇAMEDES E HUÍLA

Tanto no distrito de Moçâmedes como no da Huíla a distribuição da população autóctone é muito irregular. Apesar de menos estabilizada em Moçâmedes do que na Huíla, por ali serem mais duras as condições de solo e de clima, a maior densidade de população ocorre, tanto num distrito como noutro, nos locais mais favorecidos pela qualidade de pastos, pela facilidade de água, e ainda, nos povos agro-pastores, pela possibilidade de estabelecimento de campos de culturas. Embora ainda hoje não esteja feito, ou terminado, o estudo da vegetação com interesse pascigoso e portanto não se saiba correctamente a carga pecuária óptima de cada mancha, cujo valor varia em função dos factores edáficos e pluviométricos, parece ser de admitir, a priori, que a

irregularidade da distribuição da população estará correctamente orientada por esses factores.

Não admira, pois, que, quando nos últimos anos do decénio de cinquenta, e principalmente a partir de meados do actual, começou a despertar um interesse, quer espontâneo quer orientado por serviços do Estado, na exploração pecuária, os pedidos de concessão tivessem recaído em áreas ocupadas por nativos. Baseada no princípio da mobilidade destas populações, na transumância irregular no tempo e no espaço feita pela maioria das populações nativas, a resposta ao pedido de concessões foi quase sempre positiva. Assim se tem vindo progressivamente vedando com arame extensas áreas, de que, só para dar alguns exemplos, referirei, como mais afectadas, as zonas de Camucuiu, Lola, Caitou, Caraculo-Vivei (no distrito de Moçâmedes); sistematicamente ao longo das margens do Cunene, chegando mesmo até ao leito menor, desde o rio dos Elefantes até à Donguena, em toda a área de Mucope, abrangendo as margens do Cunene e do Caculuar (no distrito da Huíla).

Aqui começa o grave problema que se pretende estudar e resolver a contento, quer das populações nativas que não podem ser privadas das áreas conferidas por direito consuetudinário, quer proporcionando a fixação de população branca, desde que venha a ser provada a viabilidade do seu estabelecimento em condições económicas – o que previamente tem de ser estudado e equacionado em moldes modernos de rentabilidade.

Até este momento, efectivamente o que tem sido feito é a melhoria de pontos de água tradicionais e a abertura de novos, em áreas indicadas pelos Serviços de Geologia e Minas, segunda, evidentemente, os recursos hídricos. A intenção da abertura e melhoria tem sido, acima de tudo, tentar uma certa fixação das populações nativas, pensando-se – o que nem sempre é certo – que a transumância é essencialmente realizada por falta de água. Mas a quantidade e, principalmente, a qualidade dos pastos é um factor determinante da deslocação dos gados; e é já sobejamente conhecida a influência de certos sais minerais, obrigando os gados em certas épocas do ano a deslocações, por falta de correctivos na alimentação. Isto significa que no estado actual da criação de gado não se deverá pensar na abolição da transumância. Cada povo tem bem delimitado o seu raio de acção próprio, de modo a possibilitar ao gado, ao longo do ano, as melhores condições nas respectivas áreas. Por isso os Mucubais se deslocam para a serra numa altura do ano em que aí já começa a chover e quando os pastos nas zonas baixas pouco menos estão que esgotados; por isso também os Humbes encaminham os seus gados entre a tunda, na época das chuvas, onde os pastos têm, certo poder nutritivo, mas onde não há facilidade de, com meios técnicos rudimentaríssimos, se fazerem captações de água, e a evanda, onde após a descida do rio os gados encontram pastagem relativamente variada e abundante e a água que lhes é indispensável. Quer dizer: no estado actual é indispensável às populações nativas usufruírem vastas áreas de recursos "complementares" para que possam manter o mesmo modo de vida.

Nestes últimos anos tem-se verificado, com carácter tão sistemático que já alertou a alta Administração, a instalação de concessões em locais que procuram acima de tudo ter água ao longo do ano. E à falta de estudos adequados e intensivos e de séria programação para uma reestruturação do espaço baseada em conhecimento científico e orientada por serviços competentes, esses pedidos têm sido atendidos, na base quase sistemática de “não haver ocupação efectiva por parte de populações autóctones”.

Ora a simples observação do mapa de Angola na escala de 1:100.000 evidencia a ocupação do solo, e simples inquéritos-sondagens mostram a durabilidade desses estabelecimentos (apesar do conhecimento tradicional da instabilidade das populações pastoris e agro-pastoris) que, ao longo de todo o Cunene, se pode considerar como um povoamento estabilizado, apenas variando a posição das casas dentro dos "ongumbos", (áreas de habitação, currais e espaços de cultura) por entrarem no mesmo sistema de rotação que as folhas de cultivo. É lógico que quem faz os pedidos de demarcação, não estando de posse nem do conhecimento dos modos de vida, nem das necessidades de organização do espaço dos povos que habitam as respectivas regiões, peça as áreas que, a priori, pareçam ser as melhores, ou seja, as de mais intensa exploração nativa. Estabelece-se, assim, um antagonismo entre os criadores tradicionais, que se vêem espoliados das terras que "de facto" lhe pertencem; vêem toda a sua estrutura tradicional desorganizada, pela amputação de grandes áreas do "tchilongos", (conjunto de vários ongumbos sob a égide do mesmo chefe) ou de áreas de direito consuetudinário, sem, pelo menos imediatamente, poderem entrar em novos sistemas sociais; vêem, tantas vezes, perdidas as esperanças de terem merecido a atenção das autoridades, quando, depois da melhoria ou abertura de pontos de água, estes ficam dentro de áreas de concessões... Mais ainda: a sua perturbação aumenta com o facto de grande parte dos criadores brancos, por falta de recursos, dentro das concessões, que permitam uma boa alimentação dos gados ao longo de todo o ano, os largam para fora das propriedades, enquanto o pasto é relativamente abundante nas áreas circunvizinhas, só os metendo nos cercados quando as possibilidades do "lado de fora" estão esgotadas.

O simples sobrevoo atento destas regiões é suficiente para deixar ver a quantidade de ongumbos que, por ficarem dentro de concessões, foram recentemente abandonados; muitos deles são facilmente detectáveis por as cercas estarem reduzidas a cinzas... Se algumas famílias puderam ainda deslocar-se para áreas relativamente próximas e continuar a usufruir de áreas de pastos costumeiras, outras tiveram de procurar novos locais para se estabelecerem a várias dezenas de quilómetros de distância; e uma vez desorganizada toda a estrutura tradicional, muitas famílias não hesitaram em quebrar os laços que as uniam aos tchilongos para se irem estabelecer no Sudoeste Africano, podendo contar-se por algumas centenas, que, talvez para sempre, abandonaram o solo angolano – e com elas saíram umas 20 000 cabeças de gado.

No distrito de Moçâmedes, 76 p.100 da sua área é ocupada por deserto onde a ocupação humana é nula ou insignificante e 20 p. 100 está sob um regime semi-árido, de fraco revestimento vegetal, fraco poder nutritivo para o gado e sujeita a grandes variações pluviométricas anuais, obrigando a grandes deslocações de pessoas e gados, quase sempre acompanhadas por elevada mortandade nestes. Apenas nos restantes 4 p. 100 da superfície (situada entre os 700 m e os 1200 m) se encontram pastos de certo valor nutritivo, que mantêm ao longo do ano boas condições de palatabilidade; esta região beneficia também de uma mais regular precipitação, que se reflecte directamente na abundância e permanência dos pontos de água. Para uma população nativa total de 33000 habitantes havia em 1967 um pouco mais de 110000 cabeças de gado¹⁰ de que 72 p. 100 eram bovinos, ou seja, média de 3,3 cabeças totais de gado ou 2,4 bovinos por habitante. Aparentemente este número é baixo e poder-se-ia ser levado a pensar na possibilidade de expansão da pecuária nesta zona, sem problemas de interferência de terras e sem a necessidade de grandes investimentos. Tal não acontece, porém, em

virtude das muito fracas condições ecológicas. Para se estabelecerem criações de gado sem o perigo de colisão com os interesses da população autóctone há que procurar locais mais difíceis e, portanto, menos ocupados pelos povos locais e aí proceder, antes de mais, ao estudo da capacidade de nutrição e seguidamente dos pastos, à abertura de poços ou furos artesianos que permitam o abastecimento normal de água ao longo de todo o ano; há que calcular a capacidade de pascigo, e, através de estudos de genética e por meio de cruzamentos tentar encontrar a variedade que se adapte bem às rudes condições do meio e tentar fixá-la. Por outras palavras, há que fazer o estabelecimento de criadores evoluídos e dispostos a empregar capital amortizável, sem dúvida, a longo prazo. Há técnicos que são muito pessimistas a este respeito...

Parece contudo indispensável que, ao pensar-se em reservas para nativos, se não consinta no seu progressivo encurralamento nas áreas de piores condições, entregando-se aos concessionários brancos que, em princípio, podem dispor de melhor conhecimento técnico e de capitais, áreas desde há muito ocupadas, de maneira mais ou menos intensiva, pelos nativos. Parece possível admitir, de preferência, que a Administração tome a seu cargo as melhorias que a técnica hoje permite e transforme as áreas ecológicamente menos dotadas para a criação, em áreas a ela propícias, destinando-as às futuras concessões e, ao mesmo tempo que as responsabilize pelo aproveitamento dessas áreas, proporcione uma sólida orientação na escolha das raças e de gado mais adequado a cada um dos casos e favoreça a sua continuidade, através de estabelecimento de serviços.

A percentagem de área utilizável no distrito da Huíla menos é alarmante do que no de Moçâmedes; mas a densidade de população é maior; 3,6 h/km² na Huíla contra 0,77 h/km² em Moçâmedes.

Acresce ainda que a distribuição de concessões para criação de gado tem sido mais numerosas na Huíla que em Moçâmedes, ou, pelo menos, a sua distribuição tem afectado de maneira mais espectacular a área de pascigo tradicional e indispensável ao mantimento dos gados pelos nativos; e de uma maneira quase sistemática tem cortado o acesso aos rios principais para os gados dos autóctones. Os "corredores" de acesso que, posteriormente às primeiras concessões, parecia terem ficado estabelecidos, ou não se vieram a concretizar ou logo se revelaram ineficazes, por deficiência de área.

Os inconvenientes, no distrito de Moçâmedes, do estabelecimento de concessões sem um primeiro estudo atento das suas localizações manifestam-se na usurpação das melhores terras de pascigo e no alongamento dos caminhos de transumância, por vezes de algumas dezenas de quilómetros, o que se traduz numa sobrecarga de esforço tanto para homens como para os animais.

Há que não esquecer, como diz a Prof.^a Beaujeu-Garnier [Jacqueline Beaujeu-Garnier]¹¹ que "quando as sociedades humanas... estão longa e solidamente enraizadas, têm tendência a adaptar-se ao ambiente, enquanto as recém-chegadas, pouco numerosas, são tentadas a desbaratar ou, pelo menos, a prodigalizar os recursos de uma região que se abre largamente à sua frente": "os malefícios da erosão dos solos nas vastas planícies dos Estados Unidos, pela cultura extensiva de cereais, ... os desastres de esgotamento das terras de café no estado de São Paulo (Brasil) não têm outra causa". Que as vastas regiões do Sul de Angola, votadas a um regime de pastoreio porventura mais intenso do que a ecologia permite, não venham juntar-se ao já extenso rosário de desastres...

Um clima de tensão já está criado¹² em muitos lugares e rapidamente se pode estender a vastas áreas; por isso é urgente o estudo global do problema. Ele tem de abranger, como já referi, além de um estudo em profundidade da vida tradicional das comunidades, não só para se poderem manter como para se expandirem, estudos climáticos, pedológicos, de capacidade pascigosa, de genética bovina, visando a procura de cruzamentos que se traduzam por maior robustez e adaptação às condições regionais; as possibilidades técnicas e económicas de trazer para o pascigo vastas áreas hoje inaproveitadas principalmente por falta de água (mas ignorando-se, pelo menos em pormenor, a capacidade alimentar do manto vegetal); o estudo de mercados em condições modernas de funcionamento; o estabelecimento de preços que incitem os criadores tradicionais a aderirem à "nossa" sociedade e permitam aos criadores ditos localmente de "organizados" não soçobram numa empresa que, segundo alguns técnicos locais, é, ainda neste momento, extremamente difícil.

Uma vez pedida a colaboração da Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar, e tendo-me cabido a abordagem deste problema, tenho a honra de propor, em face da urgência do estudo e em virtude de todos os colaboradores da Missão terem a seu cargo pesados serviços de docência, que:

1. Sob a orientação directa do Chefe da Missão, ou de algum colaborador que ele designe para tal, comece imediatamente o estudo profundo da organização do espaço das áreas abrangidas pelo "Planeamento e Ordenamento da Pastorícia" e dos modos de vida das respectivas populações.
2. Tais estudos de pormenor deverão ser entregues ao Dr. João Evangelista,¹³ actualmente assistente de Geografia nos Estudos Gerais, em Sá da Bandeira, e ao Dr. Lino da Silva,¹⁴ que em breve irá trabalhar para o Instituto de Investigação Científica de Angola e que tem sido assistente da Missão, tendo já trabalhado no distrito de Moçâmedes, nomeadamente com o povo Mucubal. As áreas de estudo a distribuir-lhes deveriam ser, respectivamente, as de Huíla e de Moçâmedes.
3. Existe na Província a melhor base imediata para estudos, quer estatísticos quer de inquérito, feita pela Missão de Inquéritos Agrícolas. Todos os elementos de campo da Missão de Inquéritos, desde estatísticas já elaboradas, aos numerosos croquis minuciosamente levantados, deverão ser inteiramente postos ao serviço dos novos colaboradores que os manejarão com a técnica geográfica de que eles dispõem, e os elementos carecem, acompanhando esse trabalho de elaboração com as necessárias idas ao terreno e os inquéritos complementares considerados indispensáveis.
4. O papel da Missão de Geografia seria, pois, o de orientador dos trabalhos geográficos em curso e de direcção de novas pesquisas, devendo ainda, e pelas razões expostas, estar representada sempre que ocorram reuniões de decisão e de discussão de resultados.

Lisboa, 2 de Dezembro de 1968

Raquel Soeiro de Brito

Adjunta da Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar

NOTAS

1. Sobre a história das pesquisas geográficas nas colónias portuguesas no âmbito da JIU e a atividade da MGFHU, veja-se Sarmento, 2022.
2. O documento, com sete páginas datilografadas, datado de Lisboa, 2 de dezembro de 1968, surge em anexo ao ofício de Orlando Ribeiro, chefe da MGFHU, para o presidente da comissão executiva da JIU, da mesma data. Portugal, Arquivo da Universidade de Lisboa, Fundo da Junta de Investigações do Ultramar (daqui em diante, PT, UL, JIU), Processo 84 (Maria Raquel Viegas Soeiro de Brito), doc. 222.
3. Despacho da presidência da JIU, datado de 5 de dezembro de 1968, no ofício citado na nota anterior. PT, UL, JIU, Proc. 84, doc. 222.
4. Estabelecimento da reserva pastoril do Caraculo na província de Moçâmedes, em 1948. Diploma legislativo n.º 2232, *Boletim Oficial de Angola*, 1.ª série, n.º 1, 4 de janeiro de 1950 (cria na província da Huíla reservas globais de terrenos para criação de gados, destinadas a criadores não indígenas); portaria n.º 7695, *Boletim Oficial de Angola*, 1.ª série, n.º 51, 26 de dezembro de 1951 (aprova o regulamento das concessões nas reservas pastoris e o regime do processo de concessão e o regulamento interno das mesmas reservas).
5. Portugal, Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Arquivo da PIDE/DGS, Delegação de Angola, Proc. Inf. N. proc. 16.21.A/3, n.º 2131. Processo relativo à Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola, Relatório de 1 de setembro de 1962
6. Veja-se Castelo, 2018.
7. Portaria n.º 13906, de 4 de setembro de 1965, publicada em Província da Angola, *Boletim Oficial*, I série, n.º 36, da mesma data. Paralelamente, através do Plano de Coordenação para o Abastecimento de Água às Regiões Pastoris do Sul de Angola, continuam a ser feitas sondagens e captações de águas subterrâneas. Portaria n.º 13960, 16 de outubro de 1965, em Província da Angola, *Boletim Oficial*, I série, da mesma data.
8. Cópia da informação n.º 14/CPOP/68, Luanda, 14.9.1968, da Coordenação do Planeamento e Ordenamento da Pastorícia, assinada pelo inspetor provincial, engenheiro geógrafo, Francisco de Vasconcelos Guimarães, e pelo chefe da MIAA, engenheiro agrónomo Eduardo Cruz de Carvalho, sobre a “colaboração da MGFHU no estudo dos povos do SW de Angola”, p. 2. PT, UL, JIU, Proc. 84, doc. 216.
9. Orlando Ribeiro, Projecto de criação de uma Missão de Geografia do Ultramar, s.d. PT, UL, JIU, Proc. 829 (MGFHU), vol. 1, doc. 1.
10. Dados fornecidos pela Administração local.
11. Jacqueline Beaujeu-Garnier (1917-1995), geógrafa francesa, à época professora da Faculdade de Letras de Lille. Embora Raquel Soeiro de Brito não inclua a fonte, a citação é da obra *Géographie de la population* (1956).
12. Foi ao aperceber-me dele que já no ano passado indiquei às pessoas interessadas pela resolução destes problemas, o precioso estudo do Prof. P. GOUROU “Une paysannerie africaine au milieu du XX^e siècle: Les Kikuyu et la crise Mau-Mau” (*Les Cahiers d’Outre-Mer*, 28, 7^e. année, 1954, pp. 317-341).
13. João Pereira Evangelista (1920-2011).
14. Joaquim Manuel Bragança Lino da Silva (n. 1930).

RESUMOS

Este comentário concorre para a contextualização histórica da “Informação relativa à criação de gado e pastoreio nos distritos de Moçâmedes e Huíla”, produzida por Raquel Soeiro de Brito, adjunta da Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar português, em 1968. Os problemas sociais e ecológicos que a pecuária empresarial gerou no sudoeste de Angola, revelados pela polícia política e pela Missão de Inquéritos Agrícolas (MIAA), preocuparam o governo da colónia. Perante uma eventual escalada da conflitualidade na região e o impacto que esta poderia ter no desenrolar da guerra, procurou mobilizar conhecimento científico capaz de orientar na decisão política. A relação entre o poder colonial tardio e a produção de conhecimento geográfico no terreno é posta em evidência. Por fim, fica patente que a geógrafa corroborou o ponto de vista da MIAA, nomeadamente sobre a racionalidade ecológica da transumância dos pastores africanos e as perturbações introduzidas pelos criadores europeus, e apontou para a necessidade de um aprofundamento dos estudos e da participação de geógrafos na discussão das soluções políticas.

This commentary contributes to the historical context of the “Information related to cattle raising and grazing in the districts of Moçâmedes and Huíla”, produced by Raquel Soeiro de Brito, researcher of the Portuguese Overseas Physical and Human Geography Mission, in 1968. The social and ecological problems generated by corporate livestock in southwest Angola, revealed by the political police and the Angola Agricultural Survey Mission (MIAA), worried the government of the colony. Faced with an eventual escalation of conflict in the region and the impact that this could have on the course of the war, it sought to mobilize scientific knowledge capable of guiding political decisions. The relationship between late colonial power and the production of geographical knowledge on the ground is highlighted. Finally, it becomes clear that the geographer corroborated the MIAA's point of view, namely on the ecological rationality of the transhumance of African shepherds and the disturbances introduced by European breeders and pointed out to the need for further studies and the participation of geographers in the discussion of political solutions.

Ce commentaire contribue au contexte historique des "Informations relatives à l'élevage et au pâturage dans les districts de Moçâmedes et Huíla", produites par Raquel Soeiro de Brito, adjointe de la Mission de géographie physique et humaine d'outre-mer portugais, en 1968. Problèmes sociaux et écologiques générés par l'élevage industriel du sud-ouest de l'Angola, révélé par la police politique et la Mission d'enquête agricole d'Angola (MIAA), a inquiété le gouvernement de la colonie. Face à une éventuelle escalade des conflits dans la région et à l'impact que cela pourrait avoir sur le déroulement de la guerre, les autorités politiques cherchent à mobiliser des connaissances scientifiques capables d'orienter ses décisions. La relation entre la puissance coloniale tardive et la production de connaissances géographiques sur le terrain est mise en évidence. Enfin, force est de constater que la géographe a corroboré le point de vue de la MIAA, à savoir sur la rationalité écologique de la transhumance des bergers africains et les perturbations introduites par les éleveurs européens, et pointé la nécessité d'études complémentaires et la participation des géographes à la discussion de solutions politiques.

Este comentario contribuye al contexto histórico de la “Información relacionada con la ganadería y el pastoreo en los distritos de Moçâmedes y Huíla”, elaborado por Raquel Soeiro de Brito, adjunta de la Misión de Geografía Física y Humana en el Ultramar, en 1968. Problemas ecológicos generados por La ganadería empresarial en el suroeste de Angola, revelada por la policía política y la Misión de Investigación Agrícola de Angola (MIAA), preocupó al gobierno de la colonia. Ante

una eventual escalada del conflicto en la región y el impacto que esto podría tener en el curso de la guerra, aquel buscó movilizar conocimientos científicos capaces de orientar sus decisiones políticas. Se destaca la relación entre el poder colonial tardío y la producción de conocimiento geográfico sobre el terreno. Finalmente, está claro que la geógrafa corroboró el punto de vista de la MIAA, es decir, sobre la racionalidad ecológica de la trashumancia de los pastores africanos y las perturbaciones introducidas por los criadores europeos, y señaló la necesidad de más estudios y la participación de los geógrafos en la discusión de soluciones políticas.

ÍNDICE

Índice geográfico: Portugal, Angola

Índice cronológico: 1968

Palavras-chave: Angola, colonialismo português, geografia humana, pastoreio

Palabras claves: Angola, colonialismo portugués, geografia humana, pastoralismo

Keywords: Angola, portuguese colonialism, human geography, pastoralism

Mots-clés: Angola, colonialisme portugais, géographie humaine, pastoralisme

AUTOR

CLÁUDIA CASTELO

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Email: claudia.castelo@ics.ulisboa.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7403-4404>

Forjar um Império

O Atlas de Portugal Ultramarino, entre ciência colonial e propaganda

Forging an Empire: the Atlas of Overseas Portugal, between colonial science and propaganda

Forger un empire : l'Atlas du Portugal d'outre-mer, entre science coloniale et propagande

Forjando un Imperio: el Atlas del Portugal de Ultramar, entre la ciencia colonial y la propaganda

Luís Miguel Moreira

NOTA DO EDITOR

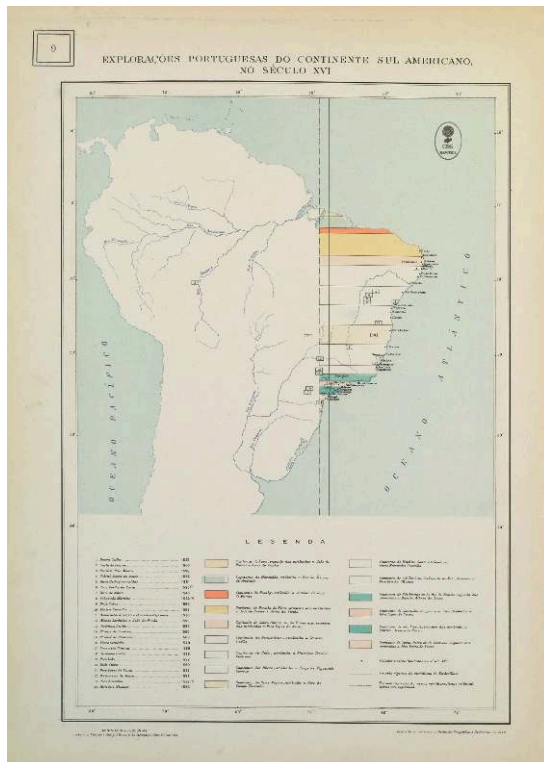
Submetido 21 Jun. 2022; aceite 19 Set. 2022

- 1 O “Acto Colonial” — corpo legal que definia a relação entre a metrópole e as colónias —, aprovado em 1930 e integrado na Constituição de 1933, estabeleceu as linhas mestras da política colonial das primeiras décadas do Estado Novo português (1933-1974). Nele, registava-se que era “da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica e essencial de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam.” Desde então, os domínios ultramarinos de Portugal passariam a denominar-se “colónias”, constituindo o “Império Colonial Português”.¹
- 2 De forma a concretizar estes princípios, o Ministério das Colónias empreendeu uma importante reforma: em 1936 foi extinta a Comissão de Cartografia² e, em sua substituição, foi criada a Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais (JMGIC), cuja missão primordial era a de promover o reconhecimento científico das colónias³ (Castelo, 2012). Por dificuldades várias, a Junta só iniciou os seus trabalhos a partir de 1940, tendo-se definido um plano de investigação científica quinquenal (1942-1947) onde, para além de várias missões ao ultramar, também se previa a edição de memórias elaboradas a partir do material entretanto coligido, bem como a

impressão de novos mapas e de um “Atlas do Império Colonial”, até porque, “sem cartas geográficas, sem o estudo da geologia, da flora, da fauna, da antropologia, etc., não é possível fixar um plano administrativo consciencioso” (Portugal, 1945: 96).

- 3 Entre 1929 e 1945, tanto a Comissão de Cartografia como a JMGIC desenvolveram nada menos de 12 missões de investigação colonial, de natureza geográfica, hidrográfica, etnográfica, antropológica, botânica e zoológica (por seu turno repartidas em várias campanhas): cinco missões a Moçambique, três a Angola, duas a Timor e igual número de missões à antiga Guiné Portuguesa.
- 4 Foi neste contexto político e institucional que, em 1948, a JMGIC e o Ministério das Colónias publicaram o *Atlas de Portugal Ultramarino e das Grandes Viagens Portuguesas de Descobrimto e Expansão*, sob coordenação geral do seu presidente, o engenheiro José Bacelar Bebiano. Trata-se de uma obra de grandes dimensões (50 x 36 cm), composta por 110 mapas impressos a cor no Instituto Geográfico e Cadastral, sob a direção técnica de António G. da Graça Costa, chefe da Secção de Publicação de Cartas do referido Instituto, com datas que variam entre 1940 e 1948.
- 5 A edição deste atlas correspondia à concretização de um dos objetivos estatutários da Junta, o de divulgar os resultados das missões de investigação, e que aqui eram apresentados de uma forma condensada, através de um atlas colonial temático. Os editores justificavam a edição pelo facto de o *Atlas Colonial Português*, editado pela Comissão de Cartografia, em 1914, estar há muito esgotado. No entanto, dado que a missão da Junta era mais ampla que a da anterior Comissão, o atlas, para além de mapas “estritamente geográficos” (Portugal, 1948: [1]), compunha-se de outros de cariz hipsométrico, demográfico, etnolinguístico, geológico-mineral, fitogeográfico e económico (atividades e relações económicas).
- 6 Uma vez que no discurso colonialista do regime o precedente histórico das “descobertas” ocupava uma posição central, a segunda parte do título da obra — *... e das Grandes Viagens Portuguesas de Descobrimto e Expansão* —, ganhava uma maior dimensão e explicava a inclusão de dez mapas históricos, assim como a indicação de que esta temática seria desenvolvida numa obra autónoma, o que veio a acontecer em 1951.⁴
- 7 É interessante notar a atenção dedicada ao Brasil, enquanto espaço lusófono e exemplo do “padrão eloquente das nossas qualidades expansionistas”, tal como se expressava no prólogo, materializando-se em dois mapas históricos dedicados àquele país sul-americano. O primeiro destes mapas, intitulado *Explorações portuguesas no continente Sul Americano, no Século XVI*, figura as 24 Capitánias-Donatárias em que se dividiu o território do Brasil, desde o litoral até ao limite estipulado pelo meridiano de Tordesilhas (Figura 1); o segundo, denomina-se *Explorações portuguesas no continente Sul Americano no Século XVII*. Em ambos, as explorações foram representadas por pequenos retângulos numerados, distribuídos pela cartografia da América do Sul, correspondente ao nome do explorador e a uma data. Nenhum percurso foi reconstituído, ao contrário daquilo que foi feito no mapa que mostra as explorações em África.

Figura 1: “Explorações portuguesas no continente Sul Americano, no Século XVI”

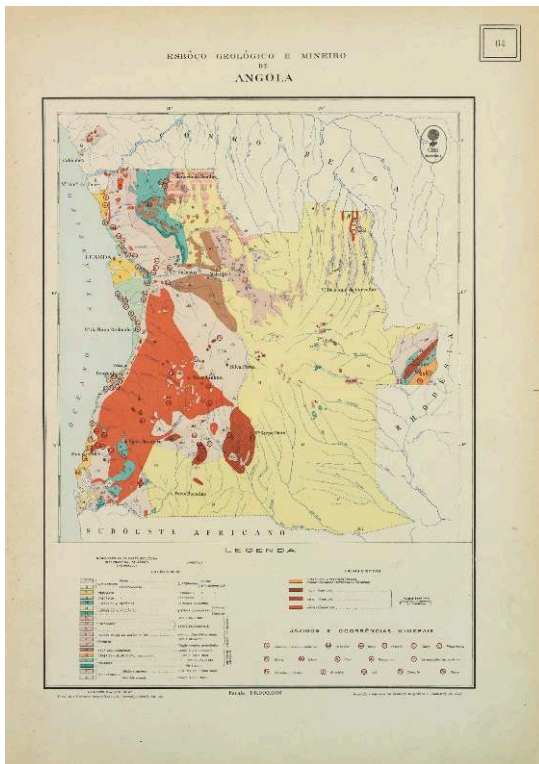


Carta integrada no *Atlas de Portugal Ultramarino* (Carta 9). Lisboa: Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, 1948

© Mapoteca do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (CEG-IGOT-ULisboa – AT-C-1)

- 8 A comissão executiva da JMGIC apresentava esta edição do atlas como sendo provisória, uma vez que antevia a necessidade de preparar uma nova, mais completa e cuidada, que levasse em linha de conta as sugestões e as correções propostas pelos leitores, até porque já haviam sido identificadas algumas falhas sem, contudo, ter tido tempo para as emendar. Algumas destas deficiências prendiam-se com a falta de uniformidade que um atlas deveria apresentar relativamente à tipologia cartográfica utilizada ou ao nível da apresentação da legenda de alguns dos mapas temáticos impressos.
- 9 O prefácio termina realçando o papel das várias instituições e colaboradores que concorreram para a realização do atlas, destacando-se, entre todos, o Instituto Geográfico Cadastral, “onde muitas das cartas foram desenhadas e todas gravadas e impressas” (Portugal, 1948:[2]). Em todo o caso, no final da obra, publica-se uma longa lista das entidades e dos indivíduos que participaram na realização de cada um dos mapas dos diferentes territórios coloniais portugueses.
- 10 O *Atlas* organiza-se em duas partes, sendo a primeira, composta por dez mapas históricos dedicados às viagens de exploração geográfica dos portugueses em África, na Ásia e na América e por três mapas de referência geral do Império Colonial português, um mapa da demografia ultramarina (Figura 2), um mapa da rede de transportes de Angola e Moçambique e um mapa hipsométrico do continente africano. A segunda parte forma o corpo principal da obra e representa as várias colónias do Atlântico ao Índico, em 97 mapas assim distribuídos: Arquipélago de Cabo Verde, 21 mapas; Guiné, oito mapas; Ilhas de S. Tomé e do Príncipe, 13 mapas; Angola, 17 mapas; Moçambique,

Figura 4: “Esboço geológico e mineiro de Angola”



Escala 1:6.000.000, integrado no *Atlas de Portugal Ultramarino* (Carta 64). Lisboa: Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, 1948

© Mapoteca do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (CEG-IGOT-ULisboa – AT-C-1)

Figura 5: “Colónia de Moçambique: divisão administrativa”



Escala 1:4.000.000, integrado no *Atlas de Portugal Ultramarino* (Carta 76). Lisboa: Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, 1948

© Mapoteca do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (CEG-IGOT-ULisboa – AT-C-1)

- 12 Relativamente aos outros domínios científicos, só a hidrografia recebia quase a mesma atenção, enquanto se verificava um atraso significativo no desenvolvimento das restantes investigações, pelo que muitos dos resultados apresentados pelos mapas geológicos, botânicos, zoológicos, etno-antropológicos e económicos eram considerados esboços, em virtude dos estudos parciais e provisórios de que se dispunha.
- 13 Em suma, o *Atlas de Portugal Ultramarino* constituiu uma obra de aparato, para funções de propaganda da ação colonial e que, presumivelmente, deve ter sido pensada para ser editada em 1940, de forma a coincidir com a “Exposição do Mundo Português”, destinada a celebrar o “Duplo Centenário da Fundação e da Restauração da Nacionalidade (1140 e 1640)”, mas que serviu mais para afirmação do regime político do Estado Novo e da sua política imperial. De acordo com os seus organizadores, o atraso na edição ficou a dever-se às atribulações provocadas pela II Guerra Mundial, assim se justificando a desatualização da informação de alguns mapas.
- 14 Tendo conhecido uma ampla circulação, o *Atlas* falhou, no entanto, na sua missão de se afirmar como obra divulgadora dos esforços científicos dos portugueses no Ultramar. Efetivamente, muitos dos mapas e esboços geográficos das várias colónias portuguesas correspondem a versões reduzidas, redesenhadas e atualizadas de outros que já eram conhecidos e que haviam sido publicados pela Comissão de Cartografia, em alguns casos duas décadas antes. Contudo, pretendia distinguir-se dos anteriores atlas coloniais com a inclusão de vários mapas temáticos, que permitiam ampliar a caracterização da

geografia física e humana dos territórios coloniais. Não obstante, mereceu amplas críticas, pelo menos da parte dos geógrafos portugueses.

- 15 Francisco Tenreiro, na análise cartográfica que realizou sobre a ilha de São Tomé e Carlos Alberto Medeiros, no estudo sobre os mapas do arquipélago de Cabo Verde, não dedicaram mais que algumas palavras circunstanciais ao *Atlas*, sem lhe reconhecerem mérito científico digno de menção (Tenreiro, 1961; Medeiros, 1967). Contudo, as críticas mais contundentes foram feitas por Orlando Ribeiro, num texto escrito em 1949, mas só recentemente publicado (Ribeiro, 2017 [1949]). Nele foram apontadas as inúmeras e indisfarçáveis falhas técnicas, tanto no que se refere ao desenho, quanto à escolha da projeção cartográfica, à omissão das escalas e das fontes, ou a má e incorreta representação de fenómenos, como a hipsometria ou a distribuição da população:
- (...) se esta reserva é injusta ou exagerada, ela deve-se apenas às falhas, erros e deficiências de critério, que o *Atlas* abundantemente proporciona ao exame crítico (...). Com excelente apresentação gráfica e a chancela do organismo oficial, bom ou mau, o *Atlas*, vai correr mundo: levando infelizmente a toda a parte o claro testemunho do atraso da Cartografia e da Geografia colonial no país que outrora abriu caminho a estes estudos! (Ribeiro, 2017 [1949]: 665)
- 16 Não obstante, até ao fim do Império, em 1975, a JMGIC desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento e na divulgação dos reconhecimentos científicos dos territórios ultramarinos portugueses, e em especial a Geografia portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

Castelo, Cláudia (2012). “Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 19, n. 2, pp. 391- 408.

Medeiros, Carlos Alberto (1967). “Notícia da Cartografia do Arquipélago de Cabo Verde”. *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*, v. 3, n. 5, pp. 123-129.

Portugal (1945). *Ocupação Científica do Ultramar Português*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

Portugal (1948). *Atlas de Portugal Ultramarino e das Grandes Viagens Portuguesas de Descobrimento e Expansão*. Lisboa: Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais.

Portugal (1983). *Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983): 100 anos de História*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical.

Ribeiro, Orlando (2017) [1949]. “Texto 61- O Atlas de Portugal Ultramarino”. In: Ribeiro, Orlando; Daveau, Suzanne (org.) *Mestres, Colegas, Discípulos*, vol. 2, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 651-668.

Santos, Ana (2006). “As Missões Geográficas (1883-1940). Construção de um documento cartográfico”. *Africana Studia*, v. 9, pp. 17-40.

Tenreiro, Francisco (1961). *A ilha de São Tomé*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

NOTAS

1. Decreto Lei no. 18 570, de 8 de julho, do Ministério das Colónias. Diário do Governo: I série, nº 156 (1930).
 2. A Comissão de Cartografia era um organismo auxiliar da Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar, criada em 1883, com a incumbência principal de elaborar e publicar uma coleção de mapas das possessões ultramarinas e de realizar estudos de geografia física e política daqueles territórios.
 3. Em finais de 1945, um novo diploma legal (Decreto Lei nº 35 395) reorganizou a Junta, convertendo-a num organismo aberto, destinado ao estudo e investigação académica dos problemas científicos coloniais. A Junta estava também incumbida de estabelecer ligações com outras instituições congêneres no estrangeiro, ao mesmo tempo que criava arquivos, bibliotecas, museus, herbários e várias coleções. A partir de 1953, de forma a adaptar-se à nova realidade sociopolítica portuguesa, foi renomeada Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar.
 4. Corresponde à monografia *Grandes viagens portuguesas de descobrimentos e expansão, antecedentes históricos, sinopse e esquematização cartográfica*, em dois volumes, coordenados pelo Contra-Almirante Freitas Ribeiro e pelo Visconde de Lagoa, com a chancela do Ministério do Ultramar.
-

RESUMOS

Em 1948, a Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais editou em Lisboa, o *Atlas de Portugal Ultramarino e das Grandes Viagens Portuguesas de Descobrimento e Expansão*. Para além de um nítido propósito propagandístico, o *Atlas* pretendia constituir-se como uma referência do esforço científico desenvolvido nas colónias portuguesas. Procurava-se, deste modo, legitimar a posse das colónias, num momento em que os vencedores da II Guerra Mundial definiam uma nova “ordem mundial”, que não comportava a existência dos Impérios coloniais europeus.

In 1948, the Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais (Board of Geographical Missions and Colonial Investigations) published in Lisbon, the *Atlas de Portugal Ultramarino e das Grandes Viagens Portuguesas de Descobrimento e Expansão* (Atlas of Overseas Portugal and the Great Portuguese Voyages of Discovery and Expansion). In addition to a clear propagandistic purpose, the Atlas intended to constitute itself as a reference of the scientific effort developed in the Portuguese colonies. The aim was to legitimize the possession of colonies, at a time when the winners of the Second World War were defining a new “world order”, which did not include the existence of European colonial empires.

En 1948, le Conseil des missions géographiques et des investigations coloniales publie à Lisbonne l'*Atlas de Portugal Ultramarino e das Grandes Viagens Portuguesas de Descobrimento e Expansão* (l'Atlas du Portugal d'outre-mer et les Grands voyages portugais de découverte et d'expansion). Outrant une vocation propagandiste manifeste, l'Atlas entendait se constituer comme une référence de l'effort scientifique développé dans les colonies portugaises. Il s'agissait ainsi de légitimer la possession des colonies, à une époque où les vainqueurs de la Seconde Guerre mondiale définissaient un nouvel « ordre mondial », qui n'incluait pas l'existence d'empires coloniaux européens.

En 1948, la Junta de Misiones Geográficas e de Investigaciones Coloniales publicó en Lisboa, el *Atlas de Portugal Ultramarino e das Grandes Viagens Portuguesas de Descobrimento e Expansão* (Atlas de Ultramar de Portugal y los Grandes Viajes portugueses de Descubrimiento y Expansión). Además de una clara finalidad propagandística, el Atlas pretendía constituirse en un referente del esfuerzo científico desarrollado en las colonias portuguesas. De esta forma, se pretendía legitimar la posesión de colonias, en un momento en que los vencedores de la Segunda Guerra Mundial definían un nuevo “orden mundial”, que no incluía la existencia de imperios coloniales europeos.

ÍNDICE

Mots-clés: Atlas du Portugal d'Outre-mer, Conseil des missions géographiques et des investigations coloniales, empire colonial portugais, science coloniale

Palavras-chave: Atlas de Portugal Ultramarino, Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, império colonial português, ciência colonial

Palabras claves: Atlas de Portugal de Ultramar, Junta de Misiones Geográficas e de Investigaciones Coloniales, imperio colonial portugués, ciencia colonial

Índice cronológico: 1948

Índice geográfico: Portugal ultramarino

Keywords: Atlas of Portugal Overseas, Board of Geographical Missions and Colonial Investigations, Portuguese colonial empire, colonial science

AUTOR

LUÍS MIGUEL MOREIRA

Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa

Email: lmmgeo@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6548-1322>

A criação artística como fonte para a história da geografia

Uma reflexão a partir da geografia tropical portuguesa

Artistic creation as a source for the history of geography: a reflection from the Portuguese tropical geography

La creación artística como fuente para la historia de la geografía: una reflexión desde la geografía tropical portuguesa

La création artistique comme source de l'histoire de la géographie : réflexions autour de la géographie tropicale portugaise

Daniel Paiva

NOTA DO EDITOR

Submetido 5 Jul. 2022; aceite 17 Out. 2022

- 1 Existe hoje um trabalho já considerável sobre a história da geografia portuguesa. Na sequência de estudos iniciais sobre a evolução ideológica e conceptual de geógrafos e de subcampos disciplinares da geografia (Garcia, 1985; 1993; Pimenta et al., 2008, 2011; Sarmiento, 2008), nos últimos anos assistimos a uma verdadeira explosão de publicações. Este corpo imenso tem revelado em maior detalhe a influência dos contextos ideológicos na disciplina (Paiva e Oliveira, 2021; Sarmiento, 2019a) e diversificado o leque de biografias de geógrafos, salientando questões de género e cor até agora não problematizadas (Oliveira, 2017; Mesquita, 2018; Ferreira, 2019; Rodrigues, 2019; Sarmiento, 2019b; Silva, 2019). Neste contexto, tem-se procurado dar voz às próprias figuras da história da geografia portuguesa (Silva e Malheiros, 2017; Oliveira, 2022). O desenvolvimento da história da geografia portuguesa tem aberto caminho à exploração da relação da geografia portuguesa com outras academias, em particular a brasileira (Oliveira e Paiva, 2019; Paiva e Oliveira, 2019, 2021). Neste âmbito, destacam-se não só os trabalhos desenvolvidos sobre a colaboração entre

geógrafos, mas também sobre o trabalho de campo internacional realizado por geógrafos e geógrafas portuguesas (Oliveira, 2019).

- 2 Metodologicamente, este esforço conjunto tem-se ancorado na exploração de documentos científicos, destacando-se o estudo de livros, artigos e cadernos de trabalho de campo (Sarmiento e Brito-Henriques, 2013; Paiva et al., 2019; Sarmiento, 2022), e na realização de entrevistas com teor biográfico (Sarmiento, 2019a, 2019b; Oliveira, 2022). Nesta nota de pesquisa, quero sugerir que a exploração do trabalho artístico dos geógrafos pode oferecer mais luz sobre como o conhecimento geográfico é produzido, especialmente no que respeita ao modo como subjetividades espaciais se entrelaçam com matérias estruturantes na sociedade e na ciência, o que é particularmente relevante quando olhamos para um contexto de ciência colonial.
- 3 A arte e a geografia têm uma relação próxima. Na geografia portuguesa não faltam exemplos. Está bem documentado, por exemplo, o interesse de geógrafos na fotografia. Embora a fotografia seja utilizada inicialmente enquanto instrumento de observação, eventualmente esta transforma-se também em objeto estético. Talvez a realização mais concreta deste interesse seja a Fototeca do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, um espólio fotográfico com mais de cinquenta mil imagens oriundas de trabalho de campo em geografia, particularmente do período da geografia regional de matriz vidaliana (Figura 1). Estes materiais têm permitido perceber como estes geógrafos concebiam os espaços que estudavam, através de diversas formas. Curiosamente, têm-se destacado os trabalhos de artistas sobre a fotografia de geógrafos. O recente filme documentário sobre Suzanne Daveau ancora-se sobretudo no vasto espólio fotográfico da geógrafa luso-francesa (Homem, 2019). Neste documentário, Daveau descreve o que as fotografias revelam sobre as geografias dos lugares onde foram tiradas, mas essa descrição revela também a própria relação de Daveau com os lugares, a posição destes na sua história de vida, e as fronteiras ténues entre conhecer espaços e conhecer pessoas. Na mesma linha, o livro *Atlas de Suzanne Daveau* que Belo e Vidigal (2021) publicaram a partir da exposição homónima que esteve patente na Biblioteca Nacional de Portugal entre abril e julho de 2021 (Belo, 2021) explora igualmente a fotografia de Daveau enquanto objeto estético que ilustra diferentes conceitos geográficos. Por outro lado, já num registo académico, a recente publicação do Centro de Estudos Geográficos sobre a obra de Raquel Soeiro de Brito examina as memórias geográficas encapsuladas no seu espólio fotográfico (Oliveira, 2022). Estas visitas ao trabalho fotográfico da geografia portuguesa de matriz vidaliana não só recuperam a importante dimensão visual do trabalho de campo realizado nos trópicos em contexto colonial, como providenciam novas leituras dessas visões do império, que podem ainda ser exploradas em maior profundidade.
- 4 O interesse na fotografia não ficou circunscrito à geografia clássica. Pelo contrário, está patente hoje nas publicações e exposições fotográficas de geógrafos como Álvaro Domingues (e.g. 2021) ou José Manuel Simões (e.g. 2007; 2008; Simões e Neves, 2012), nas quais a imagem fotográfica já não figura apenas como janela para a compreensão de processos geográficos físicos e humanos, mas como objeto estético, como arquivo de subjetividades e emoções.

Figura 1: Oásis do vale do deserto de Moçâmedes, Angola, 1969



Fotografia de Suzanne Daveau (Fonte: Fototeca CEG-IGOT-ULisboa, SD-1969-V-29-30)

- 5 Não obstante o domínio da fotografia na disciplina, a geografia portuguesa tem-se expressado por outras artes. Por exemplo, as publicações dos cadernos de campo de Orlando Ribeiro salientam a importância do desenho para a captação e compreensão da paisagem, mas a poesia também marca a sua presença (Sarmiento e Brito-Henriques, 2013; Sarmiento, 2022). Talvez surpreendentemente, esta aparição da poesia não é um registo único na geografia portuguesa. Para além da obra imensamente reconhecida de Francisco Tenreiro (1942, 1982; Tenreiro e Andrade, 1953; 1982), outros geógrafos portugueses têm, mais recentemente, usado a arte poética como método de investigação ou como modo de expressão (Castro, 2012; Paiva, 2020). Por outro lado, as novas formas criativas digitais têm inspirado geógrafos a produzir outros tipos de conteúdos, incluindo experiências de realidade aumentada, podcasts, ou jogos de realidade mista (Paiva e Brito-Henriques, 2019; Agora Project, 2020; Jardim Botânico da Ajuda, 2021).
- 6 A geografia portuguesa não é uma exceção neste âmbito. Existe um reconhecimento crescente de que as artes permitem expandir a prática geográfica ao oferecer um meio para os geógrafos se aproximarem dos seus sujeitos de estudo e de expressarem o seu conhecimento para além dos meios tradicionais de comunicação da academia (de Leeuw, 2019; de Leeuw e Hawkins, 2017). Em particular, tem sido salientado que a expressão artística permite abordar temas íntimos, sensíveis e potentes em carga emocional que frequentemente não encontram espaço no discurso geográfico, o que tem sido valorizado como particularmente importante para temas coloniais e pós-coloniais (Eshun e Madge, 2012; 2016). Com isto em mente, têm surgido vários encorajamentos para geógrafos recorrerem à arte como parte integrante da sua praxis geográfica (DeLyster e Hawkins, 2014; Last, 2017; Turner, 2016; Ward, 2014). Este encorajamento tem-se manifestado na criação de secções específicas em revistas geográficas dedicadas à publicação de conteúdos artísticos como é o caso da secção *Experimentações* da revista *Geograficidade*, da secção *in practice* da revista *cultural geographies*, a secção *Creative/Intervention* da revista *Emotion, Space and Society*, ou a secção *Creative Works* da revista *ACME*. Nos últimos anos, isto tem resultado num

manancial significativo de investigação geográfica artística publicada (Boyd e Edwardes, 2019; Hawkins, 2020).

- 7 Estes avanços devem levar-nos também a questionar a importância de olhar para a produção artística dos geógrafos portugueses como elementos significativos para a história da geografia. Se no caso da fotografia este trabalho já decorre, outros modos de criação artística permanecem ignorados. Esta questão não é exclusiva do contexto lusófono, havendo poucos exemplos deste tipo de explorações a nível internacional (Ferretti, 2020).
- 8 No remanescente desta nota de pesquisa, procuro salientar a relevância desta abordagem ao olhar para a obra poética de Francisco José Tenreiro para descrever duas nuances da produção do conhecimento geográfico em contexto colonial que são reveladas nos versos do geógrafo.
- 9 Francisco José Tenreiro foi um geógrafo e poeta que nasceu em 20 de janeiro de 1921 em São Tomé e Príncipe, e faleceu precocemente em 1963, em Lisboa. A sua obra foi prolífica, tanto na academia como na poesia. Tenreiro formou-se em Administração Ultramarina na Escola Superior Colonial e concluiu o seu doutoramento em Geografia em 1961, com uma tese sobre a Ilha de São Tomé. O essencial da sua obra poética está circunscrito a dois livros: *A Ilha de Nome Santo*, publicado em 1942, e *Coração em África*, publicado postumamente, em 1982. O seu local de nascença figura como o espaço central tanto na geografia como na poesia, mas a expressão poética evidencia uma experiência geográfica que está ausente da obra académica.
- 10 Em primeiro lugar, a poesia de Francisco José Tenreiro contém um subtil olhar multiescalar sobre a vivência das tensões raciais num contexto de colonialismo. Influenciado pela poesia da negritude e pelo pan-africanismo, Tenreiro toca no tema da emancipação racial a uma escala global, nos poemas “Mãos” ou “Coração em África”:
- Mãos Zimbabwe ao largo do Índico das pandas velas
 Mãos Mali do sono dos historiadores da civilização
 Mãos Songhai episódio bolorento dos Tombos
 Mãos Ghana de escravos e oiro só agora falados
 Mãos Congo tingindo de sangue as mãos limpas das virgens
 Mãos Abissínias levantadas a Deus nos altos planaltos:
 Mãos de África, minha bela adormecida, agora acordada pelo relógio das balas!
 (Tenreiro, 1982, p. 103).
- Mac Gee cidadão da América e da democracia
 Mac Gee cidadão Negro e da negritude
 Mac Gee cidadão Negro da América e do Mundo Negro.
 (Tenreiro, 1982: 125)
- 11 Mas estes temas são enlaçados com experiências à escala íntima do corpo, como no poema ‘Canção do Mestiço’:
- Foi por isso que um dia
 o branco cheio de raiva
 contou os dedos das mãos
 fez uma tabuada e falou grosso:
 — mestiço!
 a tua conta está errada.
 Teu lugar é ao pé do negro.
 (Tenreiro, 1982: 61)
- 12 Este olhar multiescalar, esparso pelos textos poéticos, rompe com as convenções geográficas de delimitação de espaços de estudo, particularmente rígidas na geografia

regional de matriz vidaliana, desvendando os espaços pensados pelos geógrafos que não são escritos em publicações académicas (Éboli, 2010).

- 13 Em segundo lugar, a expressão poética permite-nos situar a relação entre o conhecimento geográfico e a experiência pessoal – e os seus conteúdos subjetivos, emocionais e até políticos. Na obra de Francisco Tenreiro, São Tomé emerge como espaço geográfico afetivo, especialmente na substanciação da imagem da sua mãe são-tomense, que Tenreiro só haveria de conhecer em idade adulta, durante o seu trabalho de campo. De facto, Tenreiro dedica o livro *A Ilha de Santo Nome* à sua mãe e nele figura também um poema que versa sobre a mãe, onde a dimensão autobiográfica é evidente:

Teve filhos negros
que trocam hoje o peixe
por cachaça
Teve filhos mestiços.
Uns
forros de a. b. c.
perdidos em rixas de navalhas.
Outros foram no norte
com seus pais brancos
e o seu coração
já não lembra o rostinho deles!
(Tenreiro, 1982: 59)

- 14 Com estes argumentos, não procuro analisar em profundidade o significado dos versos de Tenreiro, nem o leque de interpretações possíveis sobre a expressão da intrincada relação entre colonialismo e experiência geográfica que a sua poesia contém. Procuro antes salientar como a expressão artística oferece pistas sobre o entrelaçamento da experiência geográfica subjetiva e a conceptualização de matérias estruturantes na sociedade e na ciência, o que é particularmente relevante em contextos como o colonialismo, em que o discurso público é sujeito a um escrutínio próprio.

BIBLIOGRAFIA

Agora Project (2020). Percursos Literários da Primeira República. Disponível em: <<https://agoraprojecto.wordpress.com/percurso-literario/>> Acesso em: 20 maio 2022.

Belo, Duarte (2021). “Atlas Suzanne Daveau | Exposição | 16 abril – 30 julho 2021. Sala de Exposições, Piso 2, Biblioteca Nacional de Portugal. Serviço de Actividades Culturais, Campo Grande, 83, Lisboa, Portugal”. *Investigaciones Geográficas*, v. 105. Disponível em: <<http://doi.org/10.14350/rig60449>> Acesso em: 20 maio 2022.

Belo, Duarte; Vidigal, Madalena (2021). *Atlas Suzanne Daveau*. Lisboa: Museu da Paisagem.

Boyd, Candice; Edwardes, Christian (2019). *Non-Representational Theory and the Creative Arts*. Londres: Springer.

Castro, Fátima Velez (2012). *O eterno e o efêmero*. Lisboa: Chiado Editora.

- de Leeuw, Sarah (2019). "Novel poetic protest: What *Your Heart is a Muscle the Size of a Fist* offers geographers writing to evoke rather than convey". *Emotion, Space and Society*, v. 30, pp. 58–61.
- de Leeuw, Sarah.; Hawkins, Harriet (2017). "Critical geographies and geography's creative re/turn: poetics and practices for new disciplinary spaces". *Gender, Place and Culture*, v. 24, pp. 303–324.
- DeLyser, Dydia; Hawkins, Harriet (2014). "Introduction: writing-creatively- process, practice, and product". *Cultural Geographies*, v. 21, pp. 131–134.
- Domingues, Álvaro. (2021). *Paisagens Transgênicas*. Lisboa: Museu da Paisagem.
- Éboli, Luciana (2010) "O Regresso à Ilha em Coração em África: imagens de uma geografia humana e poética". In: Mata, Inocência (org.) *Francisco José Tenreiro: as múltiplas faces de um intelectual*. Lisboa: Colibri, pp. 325-336.
- Eshun, Gabriel; Madge, Clare (2012). "'Now let me share this with you': exploring poetry for postcolonial geography research". *Antipode*, v. 44, pp. 1395–1428.
- Eshun, Gabriel; Madge, Clare (2016). "Poetic world-writing in a pluriversal world: a provocation to the creative (re)turn in geography". *Social and Cultural Geography*, v. 17, pp. 778–785.
- Ferreira, Eduarda (2019). "Women's, gender and feminist studies in Portugal: researchers' resilience vs institutional resistance". *Gender, Place and Culture*, v. 26, n. 7-9, pp. 1223-1232.
- Ferretti, Federico (2020). "From the drought to the mud: rediscovering geopoetics and cultural hybridity from the Global South." *Cultural Geographies*, v. 27, n. 4, pp. 597–613.
- Garcia, João Carlos (1985). "Jaime Batalha Reis, geógrafo esquecido." *Finisterra*, v. 20, n. 40, pp. 300–314.
- Garcia, João Carlos (1993). "Orlando Ribeiro (1911–1997): O mundo à sua procura." *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*, v. XIV, pp. 107–116.
- Hawkins, Harriet (2020). *Geography, Art, Research: Artistic Research in the GeoHumanities*. Londres: Routledge.
- Homem, Luísa. (2019). *Suzanne Daveau*. Documentário. Super 8. 119 minutos. Lisboa: Terratrema Filmes.
- Jardim Botânico da Ajuda (2021). *Origenes Botanica*. Jogo de Realidade Mista. Jardim Botânico da Ajuda.
- Last, Angela (2017). "We are the world? Anthropocene cultural production between geopoetics and geopolitics". *Theory, Culture and Society*, v. 34, n. 2–3, pp. 147–168.
- Mesquita, Bárbara (2018). *Luís Schwalbach (1888–1956) Contributos para a história da Geografia portuguesa*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Oliveira, Francisco Roque de (2017). "Ilídio do Amaral (1926–2017): uma vasta obra dedicada à geografia das regiões tropicais". *Finisterra*, v. 52, n. 106, pp. 149–158.
- Oliveira, Francisco Roque de (2019). "El México de Orlando Ribeiro: cuaderno de campo, fotografías y textos relativos a la Conferencia Regional Latinoamericana de la Unión Geográfica Internacional de 1966." *Investigaciones Geográficas*, n. 100, pp. e60018.
- Oliveira, Francisco Roque de (2022). *Memórias fotográficas. Uma entrevista com Raquel Soeiro de Brito*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

- Oliveira, Francisco Roque de; Paiva, Daniel (2019). *Saberes geográficos e Geografia institucional: relações luso-brasileiras no século XX*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Paiva, Daniel (2020). "Poetry as a resonant method for multi-sensory research". *Emotion, Space and Society*, v. 34, pp. 100655.
- Paiva, Daniel & Brito-Henriques, Eduardo (2019). "A podcast on urban ruins, or the aural weaving of theory and field." *Cultural Geographies*, v. 26, n. 4, pp. 535-540.
- Paiva, Daniel; Lopes, Jonathan; Oliveira, Francisco Roque de (2019). "O Brasil e a Geografia brasileira nas revistas académicas portuguesas do século XX: produção, temas e redes". In: Oliveira, Francisco Roque; Paiva, Daniel (eds.) *Saberes geográficos e Geografia institucional: relações luso-brasileiras no século XX*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, pp. 93-106.
- Paiva, Daniel; Oliveira, Francisco Roque de (2019). "The organic metaphor in twentieth-century Lusophone urban geography: Cities and their history in the work of Aroldo de Azevedo and Orlando Ribeiro." *Journal of Historical Geography*, v. 63, n. 1, pp. 73-81.
- Paiva, Daniel; Oliveira, Francisco Roque de (2021). "Luso-Brazilian geographies? The making of epistemic communities in semi-peripheral academic human geography". *Progress in Human Geography*, v. 45, n. 3, pp. 489-512.
- Pimenta, José; Sarmiento, João; Azevedo, Ana (2008). *Geografias Pós-coloniais. Ensaio de Geografia Cultural*. Porto: Figueirinhas.
- Pimenta, José; Sarmiento, João; Azevedo, Ana (2011). "Lusotropicalism: Tropical geography under dictatorship, 1926-1974". *Singapore Journal of Tropical Geography*, v. 32, n. 2, pp. 220-235.
- Rodrigues, Marta (2019). *Putting Women in their Place: Contributions to a Portuguese Historiography of Geography (1955 to 1974)*. Sheffield: University of Sheffield.
- Sarmiento, João (2008). "Searching for cultural geography in Portugal". *Social and Cultural Geography*, v. 9, n. 5, pp. 573-600.
- Sarmiento, João (2019a). "Portuguese tropical geography and decolonization in Africa: The case of Mozambique". *Journal of Historical Geography*, v. 66, pp. 20-30.
- Sarmiento, João (2019b). "A Geografia Tropical Portuguesa e o Ensino Superior em África: o percurso de três jovens geógrafas em Moçambique nos anos 70 do século XX". In: Oliveira, Francisco Roque de; Paiva, Daniel (eds.) *Saberes geográficos e Geografia institucional: relações luso-brasileiras no século XX*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, pp. 253-270.
- Sarmiento, João (2022). *Orlando Ribeiro - Cadernos de Campo, Angola 1960-1969*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- Sarmiento, João; Brito-Henriques, Eduardo (2013). *Orlando Ribeiro: Cadernos de campo: Moçambique, 1960-63*. Porto: Edições Húmus.
- Silva, Diogo (2019). "Isabel Margarida André, 1956-2017". In: Baigent, Elizabeth; Novaes, André Reyes (eds.) *Geographers Biobibliographical Studies*, Vol. 38. Londres: Bloomsbury, pp. 199-226.
- Silva, Katielle; Malheiros, Jorge (2017). "Entrevista com Suzanne Daveau". *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, v. 6, n. 2, pp. 242-250.
- Simões, José Manuel (2007). *Portugal: Olhares da Geografia*. Lisboa: João Azevedo Editores.
- Simões, José Manuel (2008). *The Water: An Emotional Geography*. Lisboa: João Azevedo Editores.
- Simões, José Manuel; Neves, Mário (2012). *Deambulações. Diálogos fotográficos com Orlando Ribeiro*. Lisboa: Universidade de Lisboa.

- Tenreiro, Francisco José (1942). *A Ilha de Nome Santo*. Coimbra: Portugália.
- Tenreiro, Francisco José (1982). *Coração em África*. Linda-a-Velha: Editora África.
- Tenreiro, Francisco José; Andrade, Mário Pinto de (1953). *Poesia Negra de Expressão Portuguesa*. Lisboa: s.n.
- Tenreiro, Francisco José; Andrade, Mário Pinto de (1982). *Poesia Negra de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Editora África.
- Turner, Jennifer (2016). "Voicing concerns: (Re)considering modes of presentation". *GeoHumanities*, v. 2, pp. 542–551.
- Ward, Miranda (2014). "The art of writing place". *Geography Compass*, v. 8, n. 10, pp. 755–766.

RESUMOS

Esta nota de pesquisa argumenta que as criações artísticas dos geógrafos, incluindo a poesia, fotografia e desenho, são fontes importantes para o estudo da produção do conhecimento geográfico. A partir do exemplo da poesia do geógrafo luso-são-tomense Francisco José Tenreiro, mostro como o modo de expressão artística revela o entrelaçamento da experiência geográfica subjetiva e a conceptualização de matérias estruturantes na sociedade e na ciência, nomeadamente o colonialismo.

In this research note, I argue that the artistic creations of geographers, including poetry, photography and drawing, are importance sources for the study of the production of geographical knowledge. I depart from the case of the poetry of geographer Francisco José Tenreiro to show that artistic expression reveals the intertwining of subjective geographical experience and the conceptualization of structural matters in society and science, namely colonialism.

En esta nota de investigación, yo argumento que las creaciones artísticas de los geógrafos, incluyendo la poesía, la fotografía y el dibujo, son fuentes importantes para el estudio de la producción del conocimiento geográfico. Parto del caso de la poesía del geógrafo Francisco José Tenreiro para mostrar que la expresión artística revela el entrelazamiento de la experiencia geográfica subjetiva y la conceptualización de cuestiones estructurales en la sociedad y la ciencia, a saber, el colonialismo.

Dans cette note de recherche, je soutiens que les créations artistiques des géographes, y compris la poésie, la photographie et le dessin, sont des sources importantes pour l'étude de la production de connaissances géographiques. Je pars du cas de la poésie du géographe Francisco José Tenreiro pour montrer que l'expression artistique révèle l'entrelacement de l'expérience géographique subjective et la conceptualisation des questions structurelles de la société et de la science, à savoir le colonialisme.

ÍNDICE

Palavras-chave: arte, poesia, colonialismo, história da geografia, Francisco José Tenreiro

Palabras claves: arte, poesía, colonialismo, historia de la geografía, Francisco José Tenreiro

Keywords: art, poetry, colonialism, history of geography, Francisco José Tenreiro

Mots-clés: art, poésie, colonialisme, histoire de la géographie, Francisco José Tenreiro

AUTOR

DANIEL PAIVA

Laboratório Associado Terra e Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e
Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa
Email: daniel.paiva@campus.ul.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9701-4705>